

Identidade Romana e Contemporaneidade

Nuno Simões Rodrigues
Ália Rodrigues
(Coords.)

HVMANITAS SVPPLEMENTVM • ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

Apresentação: esta série destina-se a publicar estudos de fundo sobre um leque variado de temas e perspectivas de abordagem (literatura, cultura, história antiga, arqueologia, história da arte, filosofia, língua e linguística), mantendo embora como denominador comum os Estudos Clássicos e sua projeção na Idade Média, Renascimento e receção na atualidade.

Breve nota curricular sobre a Coordenação do volume

Nuno Simões Rodrigues é Doutor em Letras, na especialidade de História da Antiguidade Clássica, é Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde leciona matérias relacionadas com a Antiguidade Clássica, em graduações e pós-graduações. Investigador dos Centros de História e de Estudos Clássicos da ULisboa e de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, tem dedicado a sua investigação à História Cultural da Grécia Antiga (mito, religião e teatro) e à História Social e Política da Roma Antiga (finais da República e inícios do Principado). A receção da Antiguidade Clássica no cinema e na banda desenhada tem também merecido a sua atenção como investigador. Traduziu Eurípides (*Alceste* e *Ifigénia entre os Tauros*), Plutarco (*Coriolano*) e algumas das vidas da *História Augusta*. De momento, trabalha na tradução da *Vida de António* de Plutarco.

Ália Rodrigues é doutorada pela Universidade de Coimbra em Estudos Clássicos e é atualmente investigadora pós-doutoranda no Projecto BioRom sediado no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.

Nos últimos anos tem trabalhado sobretudo na área de história intelectual das ideias políticas, focando-se nas tradições políticas grega e romana.

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ESTRUTURAS EDITORIAIS
SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

DIRETOR PRINCIPAL
MAIN EDITOR

Delfim Leão
Universidade de Coimbra

REVISÃO
REVIEW

Guilherme Marques
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA
EDITORIAL BOARD

Antonio Duplá Ansuategui
(Universidad del País Vasco)

Cláudia A. Teixeira
(Universidade de Évora)

Fernando Wulff Alonso
(Universidad de Málaga)

José Cardoso Bernardes
(Universidade de Coimbra)

José Damião Rodrigues
(Universidade de Lisboa)

Maria Alexandre Lousada
(Universidade de Lisboa)

Maria Cristina de Sousa Pimentel
(Universidade de Lisboa)

Maria João Baptista Neto
(Universidade de Lisboa)

Maria Manuela Tavares Ribeiro
(Universidade de Coimbra)

Martin M. Winkler
(George Mason University)

Paola S. Salvatori
(Scuola Normale Superiore – Pisa
e Università degli Studi Roma Tre)

Paula Morão
(Universidade de Lisboa)

Raquel Henriques da Silva
(Universidade Nova de Lisboa)

Sérgio Campos Matos
(Universidade de Lisboa)

TODOS OS VOLUMES DESTA SÉRIE SÃO SUBMETIDOS A ARBITRAGEM CIENTÍFICA INDEPENDENTE.

Identidade Romana e Contemporaneidade

Nuno Simões Rodrigues
Ália Rodrigues
(coords.)



SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

IDENTIDADE ROMANA E CONTEMPORANEIDADE
ROMAN IDENTITY AND CONTEMPORANEITY

COORD. ED.

Nuno Simões Rodrigues
Ália Rodrigues

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

www.uc.pt/imprensa_uc

Contacto Contact

imprensa@uc.pt

Vendas online Online Sales

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial Editorial Coordination

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica Graphics

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia Infographics

Jorge Neves

Impressão e Acabamento Printed by
KDP

ISSN

2182-8814

ISBN

978-989-26-2479-2

ISBN Digital

978-989-26-2480-8

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2480-8>



CENTRO DE ESTUDOS
CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Unidade de I&D
financiada por **fct** Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia Criado em 1967
Projeto
UIDB/00196/2020

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Unidade de I&D

POCI/2010

Trabalho produzido no âmbito do projeto *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017). Financiado pelo Projeto Geral do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra (UIDB/00196/2020 e UIDP/00196/2020)

© Outubro 2023

Imprensa da Universidade de Coimbra
Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigenis
<http://classica.digitalia.uc.pt>
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
da Universidade de Coimbra

IDENTIDADE ROMANA E CONTEMPORANEIDADE

ROMAN IDENTITY AND CONTEMPORANEITY

COORDENADORES EDITORS

Nuno Simões Rodrigues

Ália Rodrigues

FILIAÇÃO AFFILIATION

Universidade de Lisboa

Universidade de Coimbra

RESUMO

Este conjunto de ensaios e de estudos pretende oferecer ao leitor uma perspectiva sistematizada da presença e influência da cultura romana, sobretudo ao nível das problemáticas da identidade, na contemporaneidade, entendendo-se aqui por “contemporânea” a realidade histórica que se segue à Revolução Francesa, no final do século XVIII. Deste modo, reúnem-se estudos que abrangem realidades políticas e institucionais, mas também historiográficas e artísticas, da Literatura, às Artes Plásticas e ao Património. Os textos reunidos centram-se sobretudo na realidade portuguesa, mas incluem-se também reflexões mais abrangentes que têm como horizonte a Europa e os EUA.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade Romana, Estudos de Receção, Roma Antiga, Contemporaneidade

ABSTRACT

This set of essays aims to offer the reader a systematized perspective of the presence and influence of Roman culture, especially at the level of identity issues, in contemporaneity, “contemporaneous” being understood here as the historical reality that followed the French Revolution, at the end of the 18th century. The studies brought together cover political and institutional realities, but also historiographical and artistic topics, from Literature to Fine Arts and Heritage. The collected texts focus mainly on the Portuguese reality, but also include broader reflections such as Europe and the USA.

KEYWORDS

Roman Identity, Reception Studies, Ancient Rome, Contemporaneity

COORDENADORES

Nuno Simões Rodrigues

Doutor em Letras, na especialidade de História da Antiguidade Clássica, é Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde leciona matérias relacionadas com a Antiguidade Clássica, em graduações e pós-graduações. Investigador dos Centros de História e de Estudos Clássicos da ULisboa e de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, tem dedicado a sua investigação à História Cultural da Grécia Antiga (mito, religião e teatro) e à História Social e Política da Roma Antiga (finais da República e inícios do Principado). A receção da Antiguidade Clássica no cinema e na banda desenhada tem também merecido a sua atenção como investigador. Traduziu Eurípides (*Alceste* e *Ifigénia entre os Tauros*), Plutarco (*Coriolano*) e algumas das vidas da *História Augusta*. De momento, trabalha na tradução da *Vida de António* de Plutarco.

Ália Rodrigues

Ália Rodrigues é doutorada pela Universidade de Coimbra em Estudos Clássicos e é atualmente investigadora pós-doutoranda no Projecto BioRom sediado no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.

Nos últimos anos tem trabalhado sobretudo na área de história intelectual das ideias políticas, focando-se nas tradições políticas grega e romana.

CONTENTS ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
Nuno Simões Rodrigues, Ália Rodrigues	
I. DA HISTÓRIA	
BUILDING A NEW POLITICAL MODEL: LESSONS FROM THE ROMAN REPUBLIC	19
Clelia Martinez Maza	
O REGRESSO ÀS ORIGENS DO CRISTIANISMO NO ALVOR DO PROTESTANTISMO PORTUGUÊS: A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE ROMANA NA IMAGÉTICA PROTESTANTE OITOCENTISTA	39
Rita Mendonça Leite	
IMPERIALISMO, LATINIDADE E ROMANIDADE NO NORTE DE ÁFRICA FRANCÊS E ITALIANO	67
Vasco Mantas	
II. DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA	
OS HISTORIADORES OITOCENTISTAS PORTUGUESES E A ROMANIZAÇÃO	133
André Teixeira	
A APROPRIAÇÃO DE VIRIATO (E DOS LUSITANOS) NO SÉC. XIX EM PORTUGAL	163
Amílcar Guerra	
III. DA HISTÓRIA, DA LITERATURA E DA FILOLOGIA	
AS «FONTES INEXHAURÍVEIS DOS ESCRITORES DA ANTIGUIDADE» NA <i>HISTÓRIA DA REPÚBLICA ROMANA</i> (1885), DE J. P. OLIVEIRA MARTINS	191
Ricardo Nobre	
ESTUDOS DA VIDA ROMANA E NOTAS MEMORIALÍSTICAS EM <i>Os dois Plínios</i> DE JÚLIO DE CASTILHO	219
Virgínia Soares Pereira	
CATÃO – UMA MEMÓRIA NA RIBALTA. ABORDAGEM DE <i>CATÃO, UMA TRAGÉDIA</i> DE JOSEPH ADDISON	243
Adelaide Meira Serras	
A TRAGÉDIA <i>CATÃO</i> DE ALMEIDA GARRETT. O SEU DÉBITO A PLUTARCO	265
José Ribeiro Ferreira	

IV. DA HISTÓRIA, DA ARTE E DO PATRIMÓNIO

CLASSICISMO, ARTE E IDENTIDADE PORTUGUESA Nuno Rosmaninho	277
“ESPÍRITO CLÁSSICO” NO PLANO DE RENOVAÇÃO DA CIDADE DE LISBOA Paula André Paulo Simões Rodrigues	299
O VALOR E O SIGNIFICADO DOS VESTÍGIOS DA ARQUITECTURA ROMANA EM PORTUGAL NO TEMPO DO MEDIEVALISMO (1836-1910) Paulo Simões Rodrigues	323
SPANISH MODERNITY AND ROMAN ANTIQUITY: BETWEEN THEATRICAL REVIVAL AND POLITICAL TRANSFORMATION (1920-1944) Vasileios Balaskas	353
<i>TULLIA FEROX</i> NA PINTURA PORTUGUESA DE OITOCENTOS Nuno Simões Rodrigues	375
TEMAS ROMANOS NAS DECORAÇÕES DAS CIDADES UNIVERSITÁRIAS DE LISBOA E DE COIMBRA Ana Mehnert Pascoal	407

INTRODUÇÃO

O que há de romano em nós?

NUNO SIMÕES RODRIGUES

CH e CEC-ULisboa

Universidade de Lisboa

CECH-UC

Universidade de Coimbra

ORCID: 0000-0001-6109-4096

nonnius@letras.ulisboa.pt

ÁLIA RODRIGUES

CECH-UC

Universidade de Coimbra

ORCID: 0000-0002-9787-4331

alia.rodrigues@uc.pt

Enquanto ocidentais, e Europeus em particular, somos herdeiros e usufrutuários de uma tradição milenar que remonta à Roma Antiga e ao que essa civilização construiu na bacia mediterrânea e em grande parte do continente europeu, entre os séculos VIII a.C. e V d.C. Do pensamento às línguas, da vida pública e política ao quotidiano privado, do religioso ao profano, os Romanos marcaram a nossa existência de forma tão profunda que ainda hoje vivemos essa romanidade, muitas vezes sem sequer nos darmos conta disso. O cristianismo, que influencia a vida de tantos ocidentais e apesar das suas origens também próximo-orientais e gregas, tem uma fortíssima definição romana, nomeadamente ao nível institucional. O Português, como o Castelhana, o Catalão, o Francês, o Italiano e o Romeno, é uma língua de raiz e origem latina. As sociedades ocidentais mantêm como pilar das respetivas democracias a figura do magistrado e as magistraturas assentam na ideia fundamental de Estado de Direito, bem conhecida dos Romanos, em que a *Lex é magistra*. O nosso calendário é o romano, com os nomes dos meses a evocar divindades romanas (e.g. janeiro de *Ianus*, deus das portas e dos limites; março de *Mars*, deus da guerra; maio de *Maia*, divindade rústica, associada a plantas e a flores; junho de *Iuno*, deusa titular do panteão olímpico-romano) e figuras da História Romana (e.g. julho de *Iulius*, Júlio César; agosto de *Augustus*, Octávio César Augusto). Nas nossas sociedades continuam a ouvir-se nomes de origem latina/romana: e.g. António/Anthony/Antoine de *Antonius*, Marcelo/Marcel de *Marcellus*, Paulo/Paul/Paolo/Pablo/Pawel de *Paulus*. Equipas de futebol evocam nomes romanos, como a *Juventus Football Club* de Turim ou o *Futbolniy Klub Spartak* de Moscovo. Ações, objetos e marcas comerciais continuam a ser conhecidos ou a usar termos latinos para se definirem, do *uideo* e

do *audio*, a nomes comerciais como *Vulcano* ou *Volvo*. Locuções, sentenças feitas e lemas conhecidos de todos são frequentemente frases latinas, usadas por poetas ou outros escritores: *ad kalendas graecas* (para as calendas gregas), *ad uitam aeternam* (para a eternidade), *alea iacta est* (o dado está lançado), *aliquando dormitat Homerus* (às vezes, Homero dormita), *aue Caesar morituri te salutant* (salve César, os que estão prestes a morrer saúdam-te), *carpe diem* (aproveita o dia), *consuetudo est altera natura* (o habito é uma segunda natureza), *damnatio memoriae* (condenação da memória), *delenda Carthago* (Cartago deve ser destruída), *deus ex machina* (um deus que desce de uma máquina), *dura lex sed lex* (a lei é dura, mas é a lei), *e pluribus unum* (entre muitos, um), *ex cathedra* (do alto da cadeira), *ex corde* (do coração), *ex nihilo, nihil* (do nada, nada), *ex uoto* (por promessa), *Hannibal ad portas* (Aníbal está às portas), *in medias res* (no meio da coisa), *in uino ueritas* (a verdade está no vinho), *lana caprina* (lã de cabra), *magni nominis umbra* (a sombra de um grande nome), *magnum opus* (grande obra), *maxima puero debetur reuerentia* (à criança é devido o máximo respeito), *mutatis mutandis* (mudando o que deve ser mudado), *nunc est bibendum* (chegou a hora de beber), *omnia pro Patria* (tudo pela Pátria), *o tempora, o mores* (ó tempos! ó costumes!), *panem et circenses* (pão e circo), *parturiunt montes: nascetur ridiculus mus* (as montanhas estão a dar à luz: vai nascer um pequeno rato), *própria domus omnium optima* (a nossa casa é a melhor de todas), *quo uadis* (para onde vais?), *sapientis est mutare consilium* (é próprio do sábio mudar de opinião), *satis uerborum* (chega de palavras), *uae uictis* (ai dos vencidos!).

O reconhecimento dessa identidade romana nas várias expressões da contemporaneidade tem sido alvo de estudos no que à cultura ocidental diz respeito. Essas análises, porém, têm sido menos frequentes no contexto português e sobre a história e cultura portuguesas. É esta herança romana e os elementos constituintes dessa identidade que os estudos aqui reunidos pretendem explorar e analisar. Trata-se assim de uma primeira abordagem pois esperamos que mais estudos sobre este tema se sucedam.

A maioria dos textos que agora publicamos sob o título *Identidade Romana e Contemporaneidade* diz respeito à realidade portuguesa, abrangendo os domínios da História, da História da Arte e das Ideias e da Literatura, da História Cultural entre o século XVIII e o século XXI (o que, na sequência das Revoluções Americana e Francesa e da fundação dos Estados Unidos da América, entre nós se convencionou designar por Contemporaneidade). Além destes, há também trabalhos que abrangem outras realidades históricas, relativas à Espanha, à Grécia, à Itália e aos EUA.

Há que notar que a ordem por que optámos neste volume prende-se essencialmente com as problemáticas tratadas em cada texto e só depois considerámos as cronologias. Dividimos o volume em quatro partes, a que chamámos I. *Da História*, II. *Da História e da Historiografia*, III. *Da História, da Literatura e da Filologia*, IV. *Da História, da Arte e do Património*.

O primeiro conjunto de textos aborda sobretudo questões de História Institucional e Política. É esse o objeto de análise de Clelia Martinez Maza, cujo ensaio, *Building a New Political Model: Lessons from the Roman Republic*, se centra na influência da História da Roma Antiga nas constituições modernas, nomeadamente na constituição norte-americana que desde logo se autoidentifica como uma República. Para essa realidade setecentista, Roma surge como referente de prestígio e modelo de construção de uma nova *politeia*. Considerando a importância das vivências religiosas nas sociedades contemporâneas, Rita Mendonça Leite oferece-nos *O regresso às origens do Cristianismo no alvor do Protestantismo português: a problemática da identidade romana na imagética protestante oitocentista*, estudo que pretende analisar a problemática da receção da Roma Antiga no horizonte do protestantismo português oitocentista. Como assinala a própria Autora, esta reflexão estrutura-se em três pontos: 1. uma síntese de natureza teórica sobre as origens do cristianismo reformado em geral e do protestantismo português em particular; 2. análise da obra de Benjamin Scott, *As Catacumbas de Roma*, e da sua importância para o estudo da receção da identidade romana nas renovações do cristianismo no século XIX; 3. problemática da identidade romana na imagética protestante portuguesa, através de uma prospeção baseada na imprensa periódica evangélica. Assim, R. Mendonça Leite procura refletir sobre o modo como, no contexto do protestantismo português, o diálogo com a Antiguidade Clássica se desenvolveu num âmbito amplo: o da busca permanente de uma reforma por via do regresso a um “cristianismo puro e primitivo”; o da utilização de referências culturais basilares da civilização clássica; e o da via da demarcação e distanciamento do “cristianismo verdadeiro” em relação ao chamado paganismo romano. De seguida, apresentamos o contributo de Vasco Mantas, *Imperialismo, Latinidade e Romanidade no Norte de África francês e italiano*. Com este estudo, V. Mantas estuda a forma como a partir de inícios do século XIX o Mediterrâneo se transformou gradualmente num *Mare Nostrum* europeu, voltando a conhecer uma aparente unidade que, para muitos, sobretudo Franceses, e depois Italianos, não deixava de recordar o velho Império Romano. Neste sentido, o património arqueológico romano do Norte de África foi chamado a contribuir para a sustentação da tese do regresso da Latinidade e da Romanidade, a primeira mais difundida pelos ideólogos coloniais franceses, a segunda pelos italianos. Como conclui V. Mantas, a utilização do passado afro-romano não deixou de ter consequências, ‘algumas’ positivas para o conhecimento científico, ‘outras’ negativas quanto à conotação colonialista e imperialista que muitos lhe atribuem na atualidade.

A inaugurar a rubrica dedicada à relação da História com a Historiografia, André Teixeira propõe um estudo intitulado *Os historiadores oitocentistas portugueses e a romanização*, estando o foco no modo como a romanização foi entendida e interpretada pelos historiadores oitocentistas em Portugal. Para esse objetivo, André Teixeira escolhe uma breve lista de autores (Alexandre Hercu-

lano, Francisco de Almeida e Araújo, Teófilo Braga, Oliveira Martins, José Leite de Vasconcellos), através dos quais procura responder a cinco questões: quem eram esses intelectuais? O que escreveram acerca da romanização? Quais eram as fontes e os autores modernos que conheciam e citaram? Qual era o seu público-alvo? Que ilações retiraram esses historiadores do estudo da romanização em Portugal e como a relacionaram, com a política coeva? O terceiro estudo que incluímos nesta primeira parte é da autoria de Amílcar Guerra e leva como título *A apropriação de Viriato (e dos Lusitanos) no séc. XIX em Portugal*. Com este estudo, Amílcar Guerra parte da premissa da identidade entre Lusitanos e Portugueses, especialmente forjada a partir do séc. XVI, e aborda o tópico da conversão de Viriato em herói nacional e entendido como paradigma das virtudes do povo português, sobretudo no século XIX. Guerra nota que essa identificação acontece não apenas na historiografia portuguesa, mas também noutras realidades hispânicas. Neste contexto, é importante salientar ainda que a integração de Viriato no panteão heróico português teve opositores, em especial Alexandre Herculano, o que se refletiu no processo de edificação do Arco da Rua Augusta. Este estudo inclui ainda uma análise da “narrativa epo-histórica” da autoria de Teófilo Braga e dedicada ao caudilho lusitano.

Numa transição entre os estudos dedicados aos aspectos político-institucionais, particularmente presentes na historiografia portuguesa, e os estudos literários, o texto de Ricardo Nobre inaugura também as análises dedicadas às expressões literárias e filológicas do Portugal contemporâneo e em que a Romanidade foi alvo de particular atenção. Num estudo intitulado *As “fontes inexauríveis dos escritores da Antiguidade” na História da República Romana (1885), de J. P. Oliveira Martins*, Ricardo Nobre analisa a *História da República Romana* de Oliveira Martins, obra do historiador oitocentista eventualmente menos conhecida mas não menos significativa, sobretudo pelo seu objetivo: divulgar conhecimento a um vasto público. Como nota R. Nobre, será, porventura, esse propósito que justifica a parcimónia e certa simplicidade com que se citam ou referem os autores antigos. Ainda assim, verifica-se o recurso a Valério Máximo ou a Suetónio como fontes históricas. Por outro lado, percebe-se a pouca utilização de autores capitais da história romana, como Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso ou Plutarco. Além destes, consideram-se os usos de outros autores antigos, de Júlio César a Tácito, de Cícero a Séneca; de Horácio e Propércio a Vergílio e Catulo, usados inclusive como fonte histórica. O mesmo espírito analítico da filologia é seguido pelo estudo de Virgínia Soares Pereira, *Estudos da vida romana e notas memorialísticas em Os dois Plínios de Júlio de Castilho*. Com este ensaio, Virgínia Soares Pereira assume uma abordagem de estudos de receção, considerando que o interesse de *Os dois Plínios* de Júlio de Castilho radica no facto de a vida, a obra e a época dos dois Plínios serem revisitados sob o prisma memorialista, minudente e romanticamente digressivo de Castilho. No essencial, o artigo põe em evidência a afinidade de pensamento entre o biógrafo Castilho e o biografado Plínio, apesar

da distância multissecular que os separa. Com *Catão – Uma Memória na Ribalta. Abordagem de Catão, uma Tragédia de Joseph Addison*, Adelaide Meira Serras propõe um estudo sobre a receção dos temas políticos romanos na modernidade tardia e nos inícios da contemporaneidade. A. Meira Serras considera a obra de Joseph Addison, *Catão, uma Tragédia*, um exemplo ilustrativo da relação cultural entre a Antiguidade Clássica e as eras posteriores, tanto na moldura formal literária adotada, como pelas ideias e pelos valores que transmite. Para concretizar o seu estudo, a Autora recorre, entre outros, ao conceito de “memória cultural” de Astrid Erll, que considera a interacção entre presente e passado, em diversos meios sociais e culturais. Para entender o seu sentido nos fins da modernidade e alvares da contemporaneidade, é importante explorar o modo como a figura estoica do romano Catão foi entendida em culturas marcadamente cristãs, revelando como a posição ética da personagem se casa com os ideais políticos republicanos, reabilitados no contexto das revoluções americana e francesa. E como foi Catão relido e reinterpretado também em Portugal, pouco tempo depois? José Ribeiro Ferreira apresenta-nos a sua análise da tragédia homónima de Garrett, em *A tragédia Catão de Almeida Garrett. O seu débito a Plutarco*. O estudo de José Ribeiro Ferreira, porém, centra-se numa perspectiva de *Quellenforschung*, explorando as fontes plutarquianas do escritor português. Como nota J. Ribeiro Ferreira, o próprio Garrett afirma no prefácio da tragédia que a sua composição muito deve à leitura e manuseamento da obra de Plutarco, em especial das “vidas de Catão (o menor ou uticense) e de César”, “para me familiarizar e pôr, como se fora de casa, com os meus autores”.

O primeiro estudo que neste volume dedicamos às problemáticas da Arte e do Património é da autoria de Nuno Rosmaninho e tem por título *Classicismo, Arte e Identidade Portuguesa*. O tema tem tanto de ambicioso como de pertinente, mas N. Rosmaninho resolve a questão da amplitude com uma reflexão introdutória sobre a presença do classicismo nos discursos sobre a identidade artística portuguesa. O estudo tem como objetivo verificar como a ideia de “Classicismo” serviu para estabelecer o valor e a originalidade da arte portuguesa. Considera o Autor que há seis aceções, ou vivências, identitárias do classicismo: a original greco-romana, a renascentista, a maneirista, a pombalina, a neoclássica e a dos regimes autoritários e totalitários. Além disso, nota ainda N. Rosmaninho, há que considerar os aspectos ideológicos, além dos formais, e seus respetivos usos ao longo da memória histórica. É nesse âmbito que os românticos se opuseram ao classicismo, ao considerá-lo “academismo”. De igual modo, os patriotas rejeitaram o classicismo, considerando-o “italianismo” (no Renascimento), “jesuitismo” (no Maneirismo) e “absolutismo” (no estilo pombalino). Já no Estado Novo, o classicismo alcançou um valor nacional e serviu de base à arquitetura do regime. Em *“Espírito clássico” no Plano de Renovação da Cidade de Lisboa*, Paula André e Paulo Simões Rodrigues consideram as bases clássicas, sobretudo as romanas, do Plano de Renovação da Cidade de Lisboa (1755-1756).

Para o efeito, recorrem em um conjunto de arquitetos/historiadores dos sécs. XX-XXI, com a ajuda dos quais descortinam classicismos e avançam uma leitura da herança nele implícita. Com efeito, na segunda metade do séc. XVIII, na sequência do grande terramoto de Lisboa (1755), arquitetos/engenheiros militares desenharam e implantaram na parte baixa da cidade o Plano de Renovação de Lisboa. Esse Plano revela uma arquitetura precisa e clara, com ressonâncias do espírito clássico. Tomando como referência os códigos genéticos da estética da linha reta e o traçado coerente e racional, descortina-se uma “essencialização” da arquitetura, pela depuração das formas que se assumem simultaneamente clássicas e modernas. Como notam os Autores, o conjunto dos diferentes fragmentos, antigos (pré-existência) e modernos (plano), constitui a memória da ordem, a modernidade contemporânea e traduz a atemporalidade da tradição clássica. Paulo Simões Rodrigues contribui com o estudo intitulado *O valor e o significado dos vestígios da arquitetura romana em Portugal no tempo do medievalismo (1836-1910)*. Neste estudo, o Autor pretende demonstrar como, no século XIX, a consagração do conceito de monumento nacional, embora decorrente da valorização da arte medieval enquanto representação da fundação e apogeu da nação portuguesa, não implicou a exclusão dos monumentos e vestígios arqueológicos romanos. Pelo contrário, integrou-os como testemunhos da ancestralidade e importância das cidades, vilas e povoações em que estavam localizados, sendo considerados um fator de prestígio histórico e distinção patrimonial. Verifica-se como esse processo se iniciou ainda no século XVIII, em plena época do predomínio do cânone artístico e cultural clássico, no contexto das atividades da Academia Real de História, e como foi determinado pela instauração do liberalismo no século XIX, sobretudo pela interpretação ideológica que os seus protagonistas fizeram da arte do passado. A análise dos critérios que levaram à classificação e conservação dos monumentos romanos durante o período em causa explicam os valores e significados que lhes foram então atribuídos. Considerando também já o século XX, Vasileios Balaskas escreve sobre *Spanish Modernity and Roman Antiquity: Between Theatrical Revival and Political Transformation (1920-1944)*, estudo que se centra na apresentação gradual da tradição clássica ao público espanhol, como forma de integração na modernidade europeia que se revelava no horizonte desde finais do século XIX. Ao recorrerem a textos e monumentos romanos para o fazerem, os intelectuais espanhóis e as instituições nacionais acabaram por formar um verdadeiro arquivo patrimonial cuja importância para as ideologias políticas coevas é inegável. V. Balaskas analisa assim o modo como tanto as instituições espanholas como os representantes políticos de regime exploraram o património clássico, textos e vestígios arqueológicos, produzindo peças de tema romano desde finais do século XIX até meados do século XX, com o objetivo de se afirmarem política e ideologicamente. O contributo de Ana Mehnerter Pascoal centra-se na utilização da estética e temas clássicos na arquitetura portuguesa contemporânea. Em *Temas romanos nas decorações das Cidades Uni-*

versitárias de Lisboa e de Coimbra, A. Mehnert Pascoal foca a sua atenção no contexto das encomendas oficiais para decoração de obras públicas pelo regime do Estado Novo e na proeminente valorização de tópicos nacionalistas relacionados com a História de Portugal. Deste modo, o texto de A. Mehnert Pascoal salienta momentos e monumentos aparentemente menos apreciados e que, portanto, têm sido escassamente abordados pela historiografia artística. Considera-se a figuração de temas romanos, tomando como casos de estudo as Cidades Universitárias de Lisboa e de Coimbra. O estudo inclui uma nota introdutória à questão das encomendas artísticas pelo regime e uma contextualização histórico-política da construção dos dois *campi*, que sustenta a sequente análise iconográfica do painel de Joaquim Rebocho em Coimbra e dos desenhos incisos de Almada Negreiros em Lisboa, distintos em termos estéticos. Reflete-se ainda sobre o grau de erudição das representações, que focam o poder imperial e a influência romana no domínio da jurisprudência e da literatura, através de figuras decisivas com base em textos orientadores, sem perder de vista a elite universitária às quais se destinavam. Enunciam-se algumas interpretações como reforço desta seleção temática, nomeadamente a representação das bases da cultura ocidental e da evolução do conhecimento e longevidade da sua influência, o reconhecimento do poder imperial e o reforço da identificação com a universidade e com o regime. Por fim, no âmbito da pintura, o estudo de Nuno Simões Rodrigues, Tullia Ferox *na Pintura Portuguesa de Oitocentos*, pretende salientar a presença de temas romanos, como o de Túlia Menor, e suas fontes, como Tito Lívio e Ovídio, na cultura portuguesa de Oitocentos, nomeadamente na pintura. Através das obras que Columbano Bordalo Pinheiro e Veloso Salgado apresentaram ao concurso para Professor da Cadeira de *Pintura Histórica* da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, em 1897, comprova-se que os temas romanos faziam parte também das criações artístico-culturais desse Portugal finissecular.

Em conclusão, o que este volume torna absolutamente claro é que muito temos nós de Romano na medida em que reconhecemos a sua onnipresença na memória coletiva, nas instituições, na linguagem, na literatura e na arte, que medeiam a forma como nos relacionamos com a realidade. Tendo sido este o primeiro volume dedicado à receção de aspetos da identidade romana em Portugal de forma abrangente e eclética, é de esperar que outros temas de igual importância não tenham sido incluídos neste projeto, como, por exemplo, as referências clássicas nos discursos parlamentares nos inícios do liberalismo português, a identificação do sidonismo com cesarismo ou as motivações de Fernando Pessoa quando escreveu um poema sobre Antínoo, o favorito do imperador Adriano. Pensamos neles para uma segunda volta.

(Página deixada propositadamente em branco)

I.
DA HISTÓRIA

(Página deixada propositadamente em branco)

BUILDING A NEW POLITICAL MODEL: LESSONS FROM THE ROMAN REPUBLIC

CLELIA MARTÍNEZ-MAZA

Department of Historiographic Sciences

Faculty of Humanities

University of Málaga

ORCID: 0000-0001-5593-3842

martinezm@uma.es

ABSTRACT The founding fathers of the new American republic looked to the history of Rome for parallel historical antecedents and political solutions, and found a rich source of inspiration for the new constitutional order they wished to establish. An analysis of publications in the press, proposals advanced by the intelligentsia and texts recording the intense debates that took place at various political conventions reveals the influence of the Roman Republic on the structure of the main organs of federal government. By taking the revered example of Rome as their model, the founders sought to ensure the stability of the new government and forestall the inevitable degeneration of the system. Hence, they established a mixed government defined by the separation of powers and a robust series of checks and balances. The weaknesses detected in the Roman Republic proved equally useful in enabling them to devise improvements to ensure the success of the new *politeia*.

KEYWORDS: Founding Fathers, Rome Republic, checks and balances, mixed government.

RESUMEN La Historia de Roma ofreció a los padres fundadores de la nueva república americana, desarrollos históricos que les parecían muy cercanos y soluciones políticas que fueron verdadera fuente de inspiración para el establecimiento del nuevo orden constitucional. El análisis de las publicaciones en prensa, de las propuestas formuladas desde el ambiente intelectual y los escritos que recogen los intensos debates mantenidos en las distintas convenciones políticas permite comprobar el peso de la república romana en la conformación de los principales órganos del gobierno federal. Al tomar Roma como referente de prestigio, se buscaba la estabilidad del nuevo gobierno evitando la inevitable degeneración del sistema mediante la institución de un gobierno mixto definido por la separación de poderes y por un adecuado conjunto de checks and balances. Las debilidades detectadas en la república romana fueron igualmente útiles para introducir mejoras que garantizaran el éxito de la nueva *politeia*.

PALABRAS CLAVE: Padres fundadores, República romana, control y equilibrio de poderes, gobierno mixto.

INTRODUCTION

The Roman Republic was repeatedly invoked by the colonial intelligentsia as the best form of government that the classical world could offer to the nascent American state. Its main attraction was that it represented the most successful application of mixed government, i.e. one that combined in a single system the three simple forms of government: monarchy (the rule of one), aristocracy (the rule of a few) and democracy (the rule of many)¹.

It was above all the federalists who espoused this principle, and with the firm intention of applying it², seized every opportunity to advocate it in debate at the Constitutional Convention (1787-1788) and in a good many texts published during the Confederation Period, in particular to define the number and function of the governing bodies of the new federal State and legitimise the need to endow them with distinct and differentiated powers. However, interest in the Roman model predated this founding moment: during the revolutionary period, one of its most ardent proponents, John Adams, the future second president of the United States, declared in 1772 that mixed government was the best form of governance in the world³, and in 1776, the year of independence, he encouraged North Carolina and Virginia to establish mixed governments in their new constitutions⁴. Colonial espousal of this precept has traditionally been explained as being due to the influence exerted on American political circles by Montesquieu, who has been considered the direct source of inspiration for the application of this system to the constitution of the United States, given that his work *The Spirit of the Laws*, published in 1748, was the most highly esteemed contemporary treatise among American intellectuals⁵. For example, in number 47 of the *Federalist Papers*, a collection of articles arguing the federalist position, James Madison, writing under the pseudonym of *Brutus*, refers to the French philosopher as “The oracle who is always consulted and cited on this subject”⁶.

However, he also questions Montesquieu’s arguments since these were based on principles inspired by the British constitution, which Madison criticises for its lack of a clear and distinct separation of powers⁷. Adams, who devoted several of his works to analysing the possibility of applying this political principle to the design of the new government, does not appear to have considered Montesquieu a fundamental influence either, or at least such is the

¹ Plb. 6.3.5; 4.6-11.

² Martínez Maza 2013: 177-188.

³ Butterfield 1961: vol. 2, 58.

⁴ Adams 1776.

⁵ Cohler 1988: 75-80; Lutz 1988: 142-147; Rahe 1992: 233; Carrese 2003: 131-135; Nelson 2004: 155-176.

⁶ *The Federalist Papers* 47.

⁷ *Ibid.*

inference that can be drawn from the scant interest he shows in this philosopher. In his work *A Defence of the Constitutions*, published in January 1787, he only refers to Montesquieu once, in a single passage in letter XXVIII, and then only to quote a fragment of *The Spirit of the Laws* without any commentary or exegesis whatsoever⁸. This disinterest is even more pronounced if contrasted with the attention that Adams devotes to other thinkers, some even prior to Montesquieu, who also advocated mixed government as the ideal formula. Such is the case of James Harrington, whom Adams glosses and comments on in much greater detail in this same work⁹. Harrington achieved acclaim in colonial intellectual circles for his work *The Commonwealth of Oceana*, published in 1656, in which he propounds a utopia ruled by a mixed government with a balance between monarchy, aristocracy and democracy almost a century before Montesquieu¹⁰. Adams also professed his debt to Jonathan Swift, especially for his work *A Discourse of the Contests and Dissensions between the Nobles and the Commons in Athens and Rome*, published in 1701, in which Swift observes that:

The best legislators of all ages agree in this, that the absolute power, which originally is in the whole body, is a trust too great to be committed to any one man or assembly; and therefore, in their several institutions of government, power in the last resort, was always placed by them in balance, among the one, the few, and the many; and it will be an eternal rule in politics, among every free people, that there is a balance of power to be held by every state within itself.

He also noted that according to Swift, “the best government is that which consists of three forms, *regno, optimatum, et populi imperio*”¹¹. However, Swift himself, Montesquieu¹² and the American statesman all acknowledged their debt to the primordial source of the mixed model. That source was none other than the Greek historian Polybius, one of the most revered classical authors among intellectuals of the time in Europe and the United States alike, who viewed him as an indisputable authority on political theory.

The founding fathers became acquainted with the Polybian construction indirectly, through reading European thinkers, but they also took pains to read and study his *Histories* directly, in the original language. The *Histories* presented them with the best expression of mixed government¹³, but also warned

⁸ Adams 1787: Letter 28 Montesquieu; Gummere 1957: 167-182.

⁹ Adams 1787: Letter 29 Harrington; Sellers 1994: 34-35.

¹⁰ Harrington 1656; Richard 1994: 38-39; Straumann 2016: 311-312.

¹¹ Adams 1787: Letter 24 Dr. Swift.

¹² Montesquieu 1748: vol. 1, book 2.

¹³ Gummere 1960: 223-232; Beals 1978: 532-540; Straumann 2016: 151-153.

of the dangers inherent to simple forms of government. Furthermore, the idealised image conveyed by Polybius exerted a decisive influence on the founding fathers' historical and political perception of Rome as the perfect example of mixed government.

One of the most fervent advocates of the Polybian formula was Adams¹⁴. In the introduction to his above-mentioned work, *A Defence of the Constitutions of Government of the United States of America*, he acknowledges Polybius' influence on his thinking, stating:

I wish to assemble together the opinions and reasonings of philosophers, politicians, and historians, who have taken the most extensive views of men and societies, whole characters are deservedly revered, and whose writings were in the contemplation of those who framed the American constitutions. It will not be contested, that all these characters are united in Polybius.¹⁵

This resurrection of Polybian thought was spurred by the pragmatism that informed the founding fathers' study of the history of the ancient world, an inquiry that never had a scientific purpose or pursued a historical objective, not even among the most committed classicists, but instead served the political needs of the moment and was limited to reviving or reinterpreting only those models that could be used to legitimise their proposals. This explains their complete lack of interest in analysing either the political context of Polybius' work or the reality of Roman politics, far removed from his idealised interpretation. Their interest in the Roman political system resided solely in its potential as a means —albeit an imperfect one— to forestall two strongly inter-related outcomes that were most feared in the colonial political world: tyranny, and the degeneration inherent to simple political systems, because this led inexorably to tyranny.

1. POLYBIUS AND HIS LESSONS FOR THE PRESENT

The prominence given to the Roman Republic in the design of federal government structures can only be understood in relation to the lessons that the founding fathers drew from the historical evolution of the great States of the classical world¹⁶. The past offered ideal models of conduct that could be emulated in the new republic, but also negative examples of political organisation, and these latter were as valuable as the former because they allowed the founding fathers to identify past mistakes in order to avoid them in the present.

¹⁴ Sellers 1994: 46-49.

¹⁵ Adams 1787: Letter 31 Polybius.

¹⁶ Richard 1994: 124-125.

From Polybius' *Histories*, and especially his sixth book, they concluded that the degeneration which had plagued each of the simple forms of government (monarchy, aristocracy and democracy) was an inevitable process. It represented the natural, cyclical evolution to which every constitution, conceived as a living organism, was subject. Each politeia underwent a stage of growth (*auxesis*), rise (*acme*) and decline (*phthisis*) until it became corrupt, and once perverted, it died out: monarchy degenerated into tyranny, aristocracy into oligarchy and democracy into ochlocracy¹⁷. The echo of this Polybius formulation can be detected in Adams' assertion that "the king, the aristocracy, and the people, as soon as ever they felt themselves secure in the possession of their power, would begin to abuse it"¹⁸. Years earlier, during the pre-revolutionary period, Adams had already voiced his opposition to any form of simple government, arguing that it would fail to protect men against the violence of power because of the inexorable degeneration of each of the possible forms: monarchy would drift into despotism, aristocracy into oligarchy and, in the case of democracy, its degeneration into anarchy would lead each individual to seek only his own benefit at the risk of his life, property and reputation¹⁹. His position was shared years later by another founding father, James Wilson, who also disavowed this kind of political formula. According to Wilson, the Pennsylvania delegate, corruption lay at the very heart of these forms of government, for the strength and vigour of a monarchy was also accompanied by the danger that it would not be used for the well-being and prosperity of the State. From an aristocracy, one could expect wisdom derived from education and experience, but also suspicion and dissent among the nobles and oppression of the lower orders. In a democracy, public virtue and purity were exalted, but on the other hand, its representatives were often negligent and the execution of their measures weak²⁰.

However, in Polybius, Adams saw a more magnanimous vision than that offered by later philosophers who had also adopted this model of political thought, such as Machiavelli, Rousseau and Beccaria, because the Greek historian painted a more benevolent portrait of the first stage of any simple government and praised the good exercise of power in this initial period²¹. Thus, Adams noted that Polybius described the early kings as honest and wise administrators, the early aristocracy as cautious and patriotic in driving out tyranny (a degenerate form of royal rule), and the people, at least in the first generation after the oligarchy had been deposed, as praiseworthy for their *decorum*²².

¹⁷ Adams 1787: Letter 31 Polybius. Martínez Maza 2019.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Adams 1763; *The Federalist Papers* 47.

²⁰ Wilson 1790.

²¹ Adams 1787: Letter 31 Polybius.

²² Ibid.

This unstoppable cyclical sequence, anacyclosis, implied the slide (*metabole*) from one form of *politeia* to another, and was inevitable because the weakness inherent to all simple forms of government would eventually corrupt them in a never-ending cycle²³. In line with Polybius, Adams viewed the rotation of forms of governments as a law of nature, whereby these changed, transformed and returned to the starting point, from monarchy to aristocracy, from aristocracy to democracy and then back to monarchy.

It was Adams, above all, who sought to warn the contemporary world of the dangers of this inexorable corruption of all simple forms of government, and bearing in mind how useful Polybius' thought would be for the future political construction of the American State, he quotes him extensively in *A Defence of the Constitutions*. In this work, Adams reminds his readers that a simple government does not necessarily mean rule by one person, but rather

a power without a check, whether in one, a few, or many. It might be sufficient to show this tendency in simple democracy alone, for such is the government of one assembly, whether of the people collectively or representatively; but, as the generation and corruption of all kinds of government have a similitude with one another, and proceed from the same qualities in human nature, it will throw the more light upon our subject, the more particularly we examine it.²⁴

In another passage, he uses a metaphor to describe the natural and irremediably cyclical trajectory of simple forms of government (monarchy, aristocracy and democracy) and the negative nature of this evolution:

...every form of government that is simple, by soon degenerating into that vice that is allied to it, and naturally attends it, must be unstable. For as rust is the natural bane of iron, and worms of wood, by which they are sure to be destroyed, so there is a certain vice implanted by the hand of nature in every simple form of government, and by her ordained to accompany it. The vice of kingly government is monarchy; that of aristocracy, oligarchy; and of democracy, rage and violence; into which all of them, in process of time, must necessarily degenerate.²⁵

As can be seen, the influence of Polybius is evident since the Greek historian uses the same simile when he states that "every variety of simple constitution based on a single principle becomes outdated: it soon degenerates into

²³ Plb. 6.9.10; Cic. *Rep.* 1.28. Martínez Maza 2013: 197-199.

²⁴ Adams 1787: Letter 31 Polybius.

²⁵ Ibid.

the inferior vicious form which naturally follows it". By way of comparison, he suggests "rust, for iron, and woodworm and grubs for timbers, which destroy these materials"²⁶.

Through direct study of ancient history, Adams obtained practical examples of anacyclosis, learnt to detect the stage a State was in and predict the next step in its evolution, and ascertained the inexorable nature of political change, the tendency to corruption of each type of simple government and their naturally inherent errors. From a full examination, a further lesson he drew was the impossibility of a simple government free from the threat of tyranny. The colonies had managed to avoid the excesses of a tyrannical government and emancipate themselves from the British motherland through force of arms, but it was also necessary to take political action to prevent the formation of a corrupt state *ab initio* that would degenerate into a despotic authority. It is no coincidence, therefore, that the first criticisms of any kind of simple government and the first reflections on the benefits of mixed government appeared in the intellectual circles of the pre-revolutionary period when the colonies demanded no taxation without representation.

Thomas Jefferson also leveraged this didactic function of history to warn his contemporaries about tyranny, a consequence of the natural evolution of governments:

Whereas it appeareth that however certain forms of government are better calculated than others to protect individuals in the free exercise of their natural rights, and are at the same time themselves better guarded against degeneracy, yet experience hath shewn, that even under the best forms, those entrusted with power have, in time, and by slow operations, perverted it into tyranny; and it is believed that the most effectual means of preventing this would be, to illuminate, as far as practicable, the minds of the people at large, and more especially to give them knowledge of those facts, which history exhibiteth, that, possessed thereby of the experience of other ages and countries, they may be enabled to know ambition under all its shapes, and prompt to exert their natural powers to defeat its purposes.²⁷

Indeed, in line with the lessons drawn from anacyclosis, the founding fathers did not regard tyranny as a form of government resulting exclusively from the natural degeneration of one-man rule, but as one that could derive from any form of simple government. This was Madison's argument in Federalist No. 47:

²⁶ Plb. 6.10.

²⁷ Jefferson 1779.

The accumulation of all powers, legislative, executive, and judiciary, in the same hands, whether of one, a few, or many, and whether hereditary, self-appointed, or elective, may justly be pronounced the very definition of tyranny.

Thus, he thought that even democratic governments ran the same risk of falling into tyranny because of the danger of giving legislative power to the people, who harboured the same vices, follies and weaknesses as a single individual²⁸. In fact, he denounces the shortcomings of Athenian democracy²⁹ and attributes the fall of Athens to having placed government in the hands of the assembly of the demos³⁰ and the predictable outcome of anacyclosis: instability, violence, corruption and injustice resulting from the exclusive intervention of the demos, towards which he expresses deep antipathy:

An usurping populace is its own dupe, a mere under-worker, and a purchaser in trust for some single tyrants, whose state and power they advance to their own ruin, with as blind an instinct, as those worms that die with weaving magnificent habits for beings of a superior order.³¹

Like Adams, other reputed federalists feared that an assembly-based democracy might constitute a mere transition to tyranny³². Such a deduction can only be understood in relation to the Polybian sequence of anacyclosis, because it is only this political principle that explains why Alexander Hamilton, the New York delegate to the Constitutional Convention, ruled out any form of simple government as a viable political option when he warned that: “if we incline too much to democracy, we shall soon shoot into a monarchy”³³. Along similar lines, the prominent classicist at the convention, Madison, warned of the danger that the republic would become corrupt if the entire legislature was entrusted into the hands of a single group³⁴:

[...] the danger will be evidently greater where the whole legislative trust is lodged in the hands of one body of men, than where the concurrence of separate and dissimilar bodies is required in every public act.

Wilson, a delegate from Pennsylvania, argued that a one-house legislature was doomed to combine all the pernicious qualities of bad government: “It

²⁸ Adams 1776.

²⁹ Adams 1787: Letter 24 Swift; Richard 1994: 135-136.

³⁰ Id.: Letter 41 Athens.

³¹ Id.: Letter 24 Swift.

³² Farrand 1966: June 19, 1787.

³³ Id.: June 26, 1787.

³⁴ *The Federalist Papers* 63.

produces general weakness, inactivity, and confusion; and these are intermixed with sudden and violent fits of despotism, injustice, and cruelty”³⁵.

2. ROME, THE INSPIRATION FOR A FUTURE MIXED GOVERNMENT

Polybius not only furnished the founding fathers with useful insights into the natural functioning of any politeia and the dangers of anacyclosis, but also proffered an effective alternative form of government as illustrated by two States from the ancient world. Based on Polybius’ idealised image, the founding fathers took Lycurgus’ Sparta and Republican Rome as the classical paradigm of mixed government, and Adams even devoted a chapter to Laconia³⁶ and another to Rome. In the former, on the mixed government instituted by Lycurgus, he praises the Spartan legislator’s ability to bring together the best that each of the simple governments had to offer in their initial stage and to balance them in such a manner that none of them could override the others³⁷. However, despite the admiration aroused among 18th century revolutionary movements for Sparta’s governmental structure and attributes such as the civic nature of its militia, the simplicity of the Spartan ways of life and its civic virtue, the Spartan model was soon dismissed as a feasible option in the United States. Adams himself recognised the unworkability of this model because its independence and stability had been constructed to the detriment of the happiness of its citizens. The Roman Republic, therefore, was viewed as a more attractive classical model for the new constitutional order³⁸.

It was again Polybius who was responsible for the idealised image of the Roman State that inspired the founding fathers. He claimed that the Roman Republic had succeeded in overcoming the inevitable cycle of anacyclosis by instituting a mixed constitution which respected each of the three fundamental principles of government. The monarchy was represented by an elected executive (the consuls), the aristocracy by the senate and democracy by the various people’s assemblies. Adams himself closely paraphrased Polybius when he observed that the three principles that informed the government of the Roman Republic were so balanced that no Roman citizen could claim, without fear of being mistaken, that his government was exclusively aristocratic, democratic or monarchical³⁹:

³⁵ Wilson 1790.

³⁶ Adams 1787: Letter 40 Lacedaemon: Richard 1994: 125-128.

³⁷ Id.: Letter 31 Polybius.

³⁸ Id.: Letter 40 Laecedemon.

³⁹ Plb. 6.11.

[...] for when we cast our eyes on the power of the consuls, the government appeared entirely monarchical and kingly; when on that of the senate, aristocratical; and when any one considered the power of the people, it appeared plainly democratical.⁴⁰

As a further argument for the need for mixed government, in his chapter on Polybius in *The Defence of Constitutions*, Adams warns of the danger of granting all legislative power to a single assembly in which not only the people but members of the elite participated without distinction. These latter might act unscrupulously in order to destroy all equality and freedom, possibly even with the consent and support of the people themselves⁴¹. Madison also warned of the danger that the republic might become corrupt if the entire legislature was entrusted into the hands of a single group⁴².

Such arguments were all the more timely given the debate at the Constitutional Convention in June 1787 over the advisability of endowing the new republic with a legislature consisting of only one chamber. It was mainly the anti-federalists who advocated this one-house model, but the idea was also supported by other segments of the population and by states such as Pennsylvania, Georgia and Vermont, which had been endowed with a single-chamber legislature since post-Revolutionary times⁴³. The addition of a second house in the legislature was not, therefore, well received by all, and it required the deployment of a whole battery of arguments, which were also disseminated through the press, to legitimise its inclusion (especially in those states that already had a one-house legislature) and to demonstrate the benefits it would bring the new republic. Once again, recourse to political organisation in the ancient world was essential to reveal the dangers that beset states without a second legislative chamber, the benefits and prosperity attained by those that did have one and the need to examine the errors of the past in order to endow this second chamber with sufficient safeguards to prevent the weaknesses observed in its classical counterparts.

According to Madison, history showed that only republics with a senate endured, and one of the examples he gave was evidently the Roman senate:

History informs us of no long-lived republic which had not a senate. Sparta, Rome, and Carthage are, in fact, the only states to whom that character can be applied. In each of the two first there was a senate for life. The constitution

⁴⁰ Adams 1787: Letter 31 Polybius. Martínez Maza 2019: 333.

⁴¹ Ibid.

⁴² *The Federalist Papers* 47.

⁴³ Senning 1937: 75-77; Johnson 1938: 19-44; Gummere 1963; Wood 1992: 227-37; Herrington 1994: 575-602; Banning 1995: 224-225; Kopff 1999.

of the senate in the last is less known. Circumstantial evidence makes it probable that it was not different in this particular from the two others [...]. These examples [...] are [...] very instructive proofs of the necessity of some institution that will blend stability with liberty [...]. The people can never wilfully betray their own interests; but they may possibly be betrayed by the representatives of the people; and the danger will be evidently greater where the whole legislative trust is lodged in the hands of one body of men, than where the concurrence of separate and dissimilar bodies is required in every public act.⁴⁴

As noted earlier, the main benefit attributed to the simple institution of a senatorial chamber was that it would prevent power from being concentrated in the hands of a single-chamber legislature, thus forestalling the inevitable process of anacyclosis whereby the republic would descend into tyranny. Nevertheless, some anti-federalists compared the new senatorial chamber to the *decemviri*, who were criticised because although they had been appointed to draft and write down the first Roman laws, they eventually arrogating tyrannical power to themselves⁴⁵. In the federalists' eyes, however, the establishment of a senatorial chamber was legitimate, as it would serve as a body that protected the people from their own failings, especially at those times when, in Madison's words, "stimulated by some irregular passion, or some illicit advantage, or misled by the artful misrepresentations of interested men, may call for measures which they themselves will afterwards be the most ready to lament and condemn"⁴⁶. Adams also believed in the advantages of segregating the powerful into a separate chamber, because otherwise, in a single chamber:

They will have much more power, mixed with the representatives, than separated from them. In the first case, if they unite, they will give the law and govern all; if they differ, they will divide the state, and go to a decision by force. But placing them alone by themselves, the society avails itself of all their abilities and virtues; they become a solid check to the representatives themselves, as well as to the executive power, and you disarm them entirely of the power to do mischief⁴⁷.

⁴⁴ *The Federalist Papers* 63.

⁴⁵ Martin Kingsley (Jan 21, 1788), and Joseph Willard (Jan 22, 1788), in Massachusetts Convention: *Debates in the Several State Conventions* 1888; Bederman 2008: 140-141; Lintott 1999: 27-39.

⁴⁶ Adams 1787: Letter 24 Swift; Hamilton (June 24, 1788), in N. York Convention: *Debates in the Several State Conventions* 1888; *The Federalist Papers* 63.

⁴⁷ *Ibid.*

The only remedy was “to throw the rich and the proud into one group, in a separate assembly, and there tie their hands”⁴⁸.

The establishment of a senate was resoundingly opposed by the anti-federalists, not only at the Constitutional Convention but also at the Ratifying Conventions held in each state as an indispensable prerequisite for adoption of the constitution. Criticism focused on the aristocratic nature of the Roman senate. At the Ratifying Convention in Virginia, Patrick Henry argued that the Roman senate had wielded influence over the people’s assemblies, such as the tribunes of the plebs and the *comitia tributa*. He also contended that the theoretical powers attributed to the *comitia tributa* were always controlled by the presiding magistrate (the consul), and that the legislation they voted on was always subject to senatorial approval. In short, according to Henry, the example of the Roman senate foreshadowed undue influence of the ruling classes in the future republican senate⁴⁹.

The classicists’ profound understanding of the workings of the Roman political system is evidenced in the federalists’ responses to this type of argument. At the New York Convention, for example, Hamilton recalled that the potentially disproportionate influence of the senate had been curbed in the Roman Republic by the existence of checks and balances such as those exercised by the tribunes of the plebs, the guardians of the people’s interests, who prevented any interference from the senate in the actions of the *comitia tributa*.

Debate on the number of delegates to the senate was also informed by a classicist-inspired argument. Proponents of a small chamber once again looked to the classical past for evidence in support of their position. In the debate held on 7 June, Madison, who advocated a small senate, argued in favour of this by warning of the dangers of a large chamber: “The use of the Senate is to consist in its proceeding with more coolness, with more system, & with more wisdom, than the popular branch. Enlarge their number and you communicate to them the vices which they are meant to correct”.

He also contended that the weaknesses of the tribunes of the plebs were heightened in proportion to an increase in the number of its members: “when the Roman Tribunes were few, they checked the Senate; when multiplied, they divided, were weak, ceased to be that Guard to the people which was expected in their institution”. This analogy was criticised, not without some irony, by recalling the time when there were only three or ten members of the tribunes, a useless number as a proposal for representation in the upper chamber: “If the

⁴⁸ Adams 1787: Letter 31 Polybius.

⁴⁹ Storing 1981: *Essays by Cincinnatus* 4 (Nov 22, 1787). Patrick Henry in Virginia Convention (June 22, 1788): *Debates in the Several State Conventions* 1888.

reasoning of (Mr. Madison) was good it would prove that the number of the Senate ought to be reduced below ten, the highest no. of the Tribunitial corps”⁵⁰.

3. A ONE-MAN EXECUTIVE: THE ROMAN EXPERIENCE

Fear of tyranny also explains the founding fathers’ misgivings as regards establishing a one-man executive, and indeed the composition of the executive was one of the questions that generated most debate at the Constitutional Convention⁵¹, as the one-man model advocated by some compromisers such as Benjamin Franklin and James Wilson recalled the British monarchy from which they had freed themselves following the War of Independence. Consequently, arguments in favour of this model could not draw on the most successful examples from the classical world —the *princeps* of the Roman Empire or the *hegemon* of Greek leagues such as the Achaean— as to do so would also be to legitimise their contemporary counterpart, the British monarchy, and thus portray the rebellious colonies as guilty of the crime of *lèse majesté*.

In the end, the rationale for a presidential executive was that, in theory at least, it provided a means to endow the new State with a form of monarchy, one of the three simple forms of government considered necessary to ensure application of the mixed model deemed ideal⁵². Hence, proponents of a one-man executive focused on highlighting the weaknesses of any executive power which, as in the Roman Republic, was wielded by a collegial body, citing not only the consulship but also the triumvirate and the Spartan diarchy. Such was Madison’s stance at the Constitutional Convention during the debate that took place on 16 June. In his speech, he argued for the need to split the legislature into two chambers while at the same time maintaining an executive in the hands of a single person:

In order to controul the Executive you must unite it. One man will be more responsible than three. Three will contend among themselves till one becomes the master of his colleagues. In the triumvirates of Rome first Cæsar, then Augustus, are witnesses of this truth. The Kings of Sparta, & the Consuls of Rome prove also the factious consequences of dividing the Executive Magistracy. Having already taken up so much time he wd. not he sd. proceed to any of the other points. Those [255] on which he had dwelt, are sufficient of themselves: and on a decision of them, the fate of the others will depend.⁵³

⁵⁰ John Dickinson in Virginia Convention (June 7, 1788): *Debates in the Several State Conventions* 1888.

⁵¹ Farrand 1966: June 1, 1787.

⁵² Farrand 1966: June 1- 2, 1787 (speeches of G. Wythe. J. Dickinson, P. Butler and J. Rutledge).

⁵³ Farrand 1966: June 1, 1787 (Madison).

Hamilton levelled a similar criticism in Federalist No. 70, noting that many of the Roman Republic's problems stemmed from dissent between the consuls and the military tribunes and claiming that no advantage would be gained from a collegial structure. In this, he was attempting to respond to the anti-federalist critics who believed that a one-man executive contravened the very essence of any republican government.

However, Hamilton also argued for the need to endow this office with specific elements in order to guarantee proper performance of the associated tasks: vigour, unity, a term of office and sufficient powers and economic funds to exercise government. To this end, the figure he cited from Roman Republican politics was surprisingly the *dictator* who, endowed with absolute power, could defend the republic "as well against the intrigues of ambitious individuals who aspired to the tyranny, and the seditions of whole classes of the community whose conduct threatened the existence of all government, as against the invasions of external enemies who menaced the conquest and destruction of Rome". It is paradoxical that the person championing this figure was *Brutus*, the pseudonym Madison used to sign his proposal. His chosen alias was a declaration of intent, recalling not only Caesar's assassin, but also his distant ancestor who helped expel the Etruscan kings and was one of the heroes of the early Roman Republic.

According to Hamilton-*Brutus*, concentrating power in the hands of a single ruler was considered so advantageous in Rome that the consuls ended up dividing up the tasks of government: "the administration between themselves by lot one of them remaining at Rome to govern the city and its environs, the other taking the command in the more distant provinces. This expedient must, no doubt, have had great influence in preventing those collisions and rivalships which might otherwise have embroiled the peace of the republic".

4. TOWARDS A PERFECT MIXED GOVERNMENT: SEPARATION OF POWERS AND CHECKS AND BALANCES

We have seen that American statesmen feared the latent threat of anacyclosis and that as a means to prevent it, the Roman Republic was proposed as the most perfect model of government the ancient world had to offer.

Two elements of the Roman political order received the most attention: first, the powers granted to each of the branches to help and restrain each other, and second, the implementation of a system of checks and balances, which was considered the best classical antecedent and the inspiration for the mechanism to be established in the new American republic. According to Adams:

[...] for when any branch of it becomes ambitious, and, swelling beyond its bounds, aims at unwarrantable power, being subject to the controul of the

other two, it cannot run into any excess of power or arrogance; but all three must remain in the terms prescribed by the constitution.⁵⁴

Adams had learnt from Polybius that if a balance of power was not established, inescapable anacyclosis would condemn the new nation to constant revolution: "If the executive power, or any considerable part of it, is left in the hands either of an aristocratical or a democratic assembly, it will corrupt the legislature as necessarily as rust corrupts iron, or as arsenic poisons the human body; and when the legislature is corrupted the people are undone"⁵⁵. Such were the principles considered absolutely essential in the new state: a system that guaranteed the separation of powers, which could only be achieved by balancing the three branches and including a series of checks and balances as an essential prerequisite to safeguard the balance of powers and avoid the degeneration of the system of government.

However, this balance was necessary not only between the powers that comprised the federal government but also between the federal states and the central government, to ensure that none of them could prevail over the others and thus to avoid tyranny, the inexorable fate of any form of simple government in the cyclical sequence of anacyclosis. The most effective mechanism to forestall this danger was to establish the principle of the separation of powers and the balance of powers between central government and the individual states⁵⁶. Adams contended that only the commitment and determination of the federal state governments and the central government alike to defend this balance would ward off the dangers of tyranny⁵⁷.

However, the founding fathers did not blindly import the Roman model without questioning its weaknesses; rather, they analysed them and proposed solutions that would guarantee the stability of the new federal state, free from the deficiencies detected in the Roman Republic. This inherited but improved model would make it possible to avoid past mistakes and identify proposals for governance. One of the main weaknesses of the Roman Republic was the ineffectiveness in practice of the separation of powers and its system of checks and balances:

The distribution of power was, however, never accurately or judiciously made in that constitution. The executive was never sufficiently separated from the legislative nor had these powers a control upon each other defined with

⁵⁴ Adams 1787: Letter 31 Polybius.

⁵⁵ Id.: *praef.*

⁵⁶ Farrand 1966: June 28, 1787.

⁵⁷ Adams 1787: Letter 55 Conclusion.

sufficient accuracy. The executive had not power to interpose and decide between the people and the senate.⁵⁸

In view of these shortcomings, the federalists believed that in order to ensure the success of the proposed model, it would be essential to bolster the system through a comprehensive series of checks and balances⁵⁹. Madison's statement in this respect later became one of the most famous maxims justifying the system of separation and balances:

If men were angels, no government would be necessary. If angels were to govern men, neither external nor internal controls on government would be necessary. In framing a government which is to be administered by men over men, the great difficulty lies in this: you must first enable the government to control the governed; and in the next place oblige it to control itself.⁶⁰

Thus, each and every one of the powers would be protected from interference by the others and from the potential concentration of power in the hands of one of them.

In short, an analysis of various mixed constitutions in the classical world enabled the founding fathers to propose a political structure free of the evils observed in the past and of the inherent degeneration of governments, by means of a clear separation of the executive, legislative and judicial branches. The Roman Republic represented the most perfect form of government, and the founding fathers aspired not only to ensure that the federal constitution and those of the republic's component states were equally successful, but also to construct a superior political system by drawing on the lessons offered by history⁶¹.

⁵⁸ Adams 1787: Letter 31 Polybius.

⁵⁹ Martínez Maza 2013: 200-203.

⁶⁰ *The Federalist Papers* 51.

⁶¹ Adams 1787: Letter 31 Polybius.

BIBLIOGRAPHY

- Adams, J. (1763 [ed. 1966]), "An Essay on Man's Lust for Power", in R. J. Taylor (ed.), *The Papers of John Adams*. Cambridge (MA): Harvard University Press, vol. 4.
- (1776 [ed. 1850-1856]), *Thoughts on Government, Applicable to the Present State of the American Colonies*, in Ch. F. Adams (ed.), *The Works of John Adams, Second President of the United States: with a Life of the Author, Notes and Illustrations*. Vol. 4. Boston: Little, Brown and Co.
- (1787), *The Defence of the Constitutions of Government of the United States of America, against the Attack of M. Turgot, in His Letter to Dr. Price, Dated on Twenty-second Day of March, 1787, London*, in *The Works of John Adams*, vol. 4.
- (1787), Letter 31 'Polybius', *The Defence of the Constitution of Government of the United States of America*, in *The Works of John Adams*, vol. 4.
- (1787), Letter 40 'Lacedaemon', *The Defence of the Constitution of Government of the United States of America*, in *The Works of John Adams*, vol. 4.
- (1787), Letter 41 'Athens', *The Defence of the Constitution of Government of the United States of America*, in *The Works of John Adams*, vol. 4.
- (1787), Letter 55 'Conclusion', *The Defence of the Constitution of Government of the United States of America*, in *The Works of John Adams*, vol. 4.
- Banning, L. (1995), *The sacred fire of Liberty: James Madison and the Founding of the American Republic*. Ithaca: Cornell University Press.
- Beal Davis, R. (1978), *Intellectual Life in the Colonial South 1585-1763*. 3 volumes. Knoxville: University of Tennessee Press.
- Bederman, D. J. (2008), *The Classical Foundations of the American Constitutions. Prevailing Wisdom*. Cambridge (MA): Cambridge University Press.
- Bolingbroke, H. (1733 [ed. 1997]), "A Dissertation upon Parties", in D. Armitage (ed.), *Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-197.
- Carrese, P. O. (2003), *The Cloaking of Power: Montesquieu, Blackstone and the Rise of Judicial Activism*. Chicago: University of Chicago Press.
- Cohler, A. M. (1988), *Montesquieu's Comparative Politics and the Spirit of American Constitutionalism*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Elliot, J. (ed.) (1888 [ed. 1968]), *Debates in the Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution*. New York: 1reed.

- The Federalist Papers* 47 (1788), “The Particular Structure of the New Government and the Distribution of Power Among Its Different Parts”, January 30.
- The Federalist Papers* 63 (1788), “The Senate Continued”, March 1.
- Farrand, M. (ed.) (1966), *The Records of the Federal Convention of 1787*. New Haven: Yale University Press.
- Gummere, R. (1957), “The Classical Politics of John Adams”, *Boston Public Library Quarterly* 9: 167-182.
- (1960), “Some Classical Side Lights on Colonial Education”, *CJ* 55: 223-232.
- (1963), *The American Colonial Mind and the Classical Tradition: Essays in Comparative Culture*. Cambridge (MA): Cambridge University Press.
- Harrington, J. (1656 [ed. 1992]), *The Commonwealth of Oceana and a System of Politics*. J. G. A. Pocock (ed.). Cambridge (MA): Cambridge University Press.
- Herrington, M. J. (1994), “Popular Sovereignty in Pennsylvania, 1776-1791”, *Temple Law Review* 67: 575-602.
- Jefferson, T. (1779 [ed. 1950]), “A Bill for the More General Diffusion of Knowledge”, in J. P. Boyd (ed.), *The Papers of Thomas Jefferson*. Princeton: Princeton University Press, vol. 2, cap. LXXIX, 526-535.
- Johnson, A. W. (1938), *The Unicameral Legislature*. Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- Kopff, E. Ch. (1999), *Open Shutters on the Past: Rome and the Founders*, in G. L. Gregg II (ed.), *Vital Remnants: America's Founding and the Western Tradition*. Wilmington (DE): ISI Books, 71-98.
- Lintott, A. (1999), *The Constitution of the Roman Republic*. Oxford: Clarendon Press.
- Lutz, D. (1988), *The Origins of American Constitutionalism*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.
- Martínez Maza, C. (2013), *El espejo griego. Atenas, Esparta y las ligas griegas en la América del período constituyente (1786-1789)*. Barcelona: Bellaterra.
- (2019), “La anaciclosis polibiana, principio de autoridad durante el period constituyente de los Estados Unidos”, *Gerión* 37.2: 473-487.
- Montesquieu, C. L. (1748), *De l'esprit des lois*, Genève: Barrillot & fils.
- Nelson, E. (2004), *The Greek Tradition in Republican Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Rahe, P. (1992), *Republics, Ancient and Modern: Classical Republicanism and the American Revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Richard, C. J. (1994), *The Founders and the Classics: Greece, Rome, and the American Enlightenment*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Sellers, M. N. S. (1994), *American Republicanism: Roman Ideology in the United States Constitution*. New York: New York University Press.
- Senning, J. P. (1937), *The One-House Legislature*. New York: McGraw-Hill Book.
- Storing, J. (ed.) (1981), *The Complete Antifederalist*. 4 volumes. Chicago: University of Chicago Press.
- Straumann, B. (2016), *Crisis and Constitutionalism: Roman Political Thought from the Fall of the Republic to the Age of Revolution*. Oxford-New York: Oxford University Press.
- Wilson, J. (1790 [ed. 2007]), “Of Government. Cap. 10, *Lectures on Law* (part 1)”, in K. L. Hall and M. D. Hall (eds.), *Collected Works of James Wilson*. Vol. 1. Indianapolis: Liberty Fund, 689-717.
- Wood, S. (1992), *The Creation of the American Republic, 1776-1787*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O REGRESSO ÀS ORIGENS DO CRISTIANISMO NO ALVOR
DO PROTESTANTISMO PORTUGUÊS: A PROBLEMÁTICA
DA IDENTIDADE ROMANA NA IMAGÉTICA
PROTESTANTE OITOCENTISTA**

RITA MENDONÇA LEITE

Centro de Estudos de História Religiosa

Universidade Católica Portuguesa

Centro de História

Universidade de Lisboa

ORCID: 0000-0003-2344-0554

ritamendoncaleite@ucp.pt

RESUMO O presente artigo pretende analisar a problemática da receção do tema da Roma Antiga no horizonte do protestantismo português oitocentista. Essa reflexão estrutura-se em três pontos: um primeiro, onde se procura desenvolver uma síntese de natureza teórica sobre as origens da cristianismo reformado em geral e do protestantismo português em particular; um segundo, centrado na análise da obra de Benjamin Scott – *As Catacumbas de Roma* – uma fonte essencial para o estudo da receção da identidade romana no século XIX, quer pela influência que exerceu no período em que foi primeiramente editada quer através das edições e traduções de que foi objeto posteriormente, designadamente em português; e um último e terceiro ponto sobre a problemática da identidade romana na imagética protestante portuguesa, através de uma prospeção junto da imprensa periódica evangélica. Procuraremos refletir sobre o modo como, no contexto do protestantismo português, o diálogo com a Antiguidade Clássica se desenvolveu num âmbito amplo: da busca permanente de uma reforma por via do regresso a um “cristianismo puro e primitivo”; da utilização de referências culturais basilares da civilização clássica e por via da demarcação e distanciamento do “cristianismo verdadeiro” em relação ao paganismo romano.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma, Protestantismo, Romanismo, Paganismo, Revivalismo.

ABSTRACT The present article aims to discuss the reception of the theme of Ancient Rome in the 19th century Portuguese Protestantism. This study is structured in three points: the first one aims at developing a theoretical synthesis on the origins of Reformed Christianity in general and of Portuguese Protestantism in particular; the second one focuses on the analysis of Benjamin Scott's work – *The contents and teachings of the Catacombs at Rome* – an essential source for the study of the reception of Roman identity in the 19th century, both for the influence it had in the period when it was first published and through the subsequent editions and translations, namely in Portuguese; and a final and third point on the place of Ancient Rome in Portuguese Protestant imagetics, through a survey of the evangelical periodical press. We will examine the way in which, in the context of Portuguese Protestantism, the dialogue with classical antiquity was carried out in a broad context: the permanent search for

O regresso às origens do cristianismo no alvor do protestantismo português: a problemática da identidade romana na imagética protestante oitocentista

reform through the return to a “pure and primitive Christianity”; the use of basic cultural references from the Classical Civilization and the marked differentiation between “true Christianity” and Roman paganism.

KEYWORDS: Reformation, Protestantism, Romanism, Paganism, Revival.

1. REFORMA E PROTESTANTISMO

Inaugurada como movimento no século XVI e impulsionada por figuras como Martinho Lutero (1483-1546), João Calvino (1509-1564) e, posteriormente, John Wesley (1703-1791), a Reforma protestante teve antecedentes fundamentais na medievalidade e prolongou-se muito para lá do período quinhentista, com raízes e ramificações estruturadas na discussão sobre questões centrais na prática do cristianismo como as mediações, os sacramentos e a liturgia, integradas num debate teológico amplo sobre os problemas fundamentais da Graça e da Salvação. Desenvolvendo-se como um processo longo e geograficamente abrangente, a Reforma protestante teve no universo germânico o seu epicentro inicial, mas rapidamente se estendeu aos ambientes francófono e anglo-saxónico, tendo, a partir do século XVII e XVIII, conhecido um enorme desenvolvimento tanto na Europa continental, como no Reino Unido e crescentemente na América do Norte e, sobretudo a partir dos séculos XIX e XX, no contexto dos continentes africano e asiático.

A multiplicidade de igrejas cristãs surgidas e desenvolvidas a partir da Reforma, que nos permitem referir-nos ao cristianismo protestante como um todo, tem um fundamento unitário, sedimentado em torno da divisa *sola gratia, sola fide, sola scriptura*. Sobre a valorização da Graça, da Fé e das Escrituras, formularam-se, recompuseram-se e renovaram-se concepções eclesiológicas e cristológicas que nos permitem porém definir a diversidade como característica fundamental do cristianismo protestante logo desde a sua origem. Na primeira e segunda fases da Reforma protestante, que dariam lugar àquilo que hoje designamos como o luteranismo e o calvinismo, sistematizaram-se os grandes princípios reformadores: o sacerdócio universal pelo batismo, a justificação pela fé e a autoridade das Escrituras. Desse núcleo surgiria a expansão da constelação protestante¹ impulsionada pela valorização do Evangelho e de meios fundamentalmente espirituais em substituição da Tradição e dos canais sacramentais e pela ênfase da inspiração pneumológica do crente cristão. O não-conformismo, nas suas múltiplas formas – anabatista, batista, *quaker*, metodista – desenvolver-se-ia ao longo dos séculos XVII e XVIII, expandindo-se em novas fronteiras e dando posteriormente lugar aos revivalismos que, no século XIX, fariam surgir correntes como o pentecostalismo e o evangelicalismo.

¹ Vinculados à expressão cunhada por Émile Poulat: a “galáxia Jesus” (cf. Poulat 1994).

No caso específico português, o protestantismo desenvolveu-se não a partir de uma dissidência religiosa surgida do universo hegemónico católico, mas da missão evangélica oitocentista, estruturando-se fundamentalmente como um movimento de importação. Na verdade, o cristianismo português preservou e reforçou até, no século XVI, a sua natureza católica romana, integrando ainda, nessa fase, uma vertente tridentina que se tornaria igualmente importante. Deste modo, a implantação de igrejas protestantes em Portugal não foi contemporânea da Reforma e uma influência substancial da mesma só teve efeitos tardiamente, a partir do século XVIII e, sobretudo, a partir do século XIX. Nessa cronologia, influuiu decididamente o papel da Igreja Católica e da aplicação do Concílio de Trento na preservação e fortalecimento do catolicismo romano peninsular e na luta contra a entrada das correntes protestantes no país, mas também a própria estratégia de desenvolvimento destas igrejas que só a partir do contexto das revoluções liberais começaram a perspetivar a Península Ibérica como potencial espaço de missão.

O estudo da problemática do cristianismo protestante estrutura-se numa utensilagem conceptual nem sempre consensual e dificilmente passível de gerar unanimidade em termos globais, porque muitas vezes variável de acordo com o percurso específico do protestantismo em regiões distintas – nuns espaços em pleno processo de expansão e em situação maioritária, noutros com desenvolvimento restrito e em situação minoritária – e com os diferentes contextos historiográficos – uns altamente especializados e equipados com um vocabulário que teve que se complexificar para acompanhar aquela expansão, outros lidando com realidades mais uniformizadas e com menores exigências em termos de desdobramentos tipológicos e conceptuais. Neste artigo, a utilização equiparada dos significantes “protestante”, “evangélico” ou “reformado” resulta essencialmente da aplicação dos conceitos utilizados nas fontes sobre a história do protestantismo em Portugal, onde aqueles termos são empregues como sinónimos pelos diferentes agentes: o primeiro reportando-se à posição dos cristãos seguidores de Lutero que, no âmbito da Dieta de Spira (1529), “protestaram” contra a sua condenação e consequente excomunhão; o segundo ao lugar central ocupado pelos Evangelhos no seio daqueles correntes; e o terceiro ao processo da Reforma onde essas comunidades tiveram origem.

Importa ainda esclarecer que o conceito de “reforma” não é naturalmente exclusivo do cristianismo protestante. Analisando a história da Reforma e Contrarreforma, autores como Jean Delumeau, no âmbito da historiografia francófona, ou Diarmaid MacCullough, em contexto historiográfico anglo-saxónico, apresentam visões alternativas, mas aproximadas, na análise daqueles conceitos, alocando-os especificamente aos séculos XVI a XVIII. Delumeau perspetiva a Reforma e a Contrarreforma – aquilo que designa como a Reforma protestante e a Reforma católica – como dois aspetos de um mesmo movimento: uma dinâ-

mica ampla de cristianização². MacCullough, por sua vez, atento à multiplicidade de reformas encetadas a partir do século XVI, utiliza o termo no singular – “Reformation” – procurando por essa via, conforme explica, “embrace both Protestantism and the religious movements commonly known as Tridentine Catholicism, the Catholic Reformation or Counter-Reformation: the revitalized part of the old Church which remained loyal to the Pope”³.

Na verdade, o cristianismo conheceu, desde a sua origem, e até aos dias de hoje, diferentes reformas. Conforme explica Bernard Cottret, não existe cristianismo sem o constante apelo do retorno às origens, não existe anúncio do Evangelho sem contestação, pelo que:

L'idéal réformateur, qui divise les chrétiens, est paradoxalement leur bien commun. Ce qui rapproche est aussi ce qui divise. Pa plus que la vérité, la Réforme ne saurait constituer un monopole. Du moins si on lui garde son sens original de retour aux sources ; ré – former, c'est reformer, en revenir à l'enseignement même du Christ ou des apôtres. La *reformatio* est originellement *renovatio*, 'renouvellement' plus que rupture.⁴

Essa componente “renovadora” tendeu, porém, no campo católico romano a desenvolver-se no âmbito eminentemente prático e disciplinar, ao passo que no universo protestante se reforçou no campo doutrinal. Menos restrita pela inalterabilidade que aproximações de tipo dogmatizante implicam, a Reforma protestante representou uma convulsão no conteúdo da própria fé, ratificando o surgimento de novas confissões religiosas apresentadas como dinâmicas de regressos à crença original do cristianismo, aos tempos apostólicos e, enfim, à fé evangélica. Nesse sentido, o movimento da Reforma protestante pode ser observado simultaneamente como “la republication du christianisme primitif et l'inauguration du christianisme moderne”⁵. Dessa especificidade resulta também a singularidade da reforma protestante, reveladoramente traduzida na vulgarização da identificação destes momento e movimento específicos com maiúscula e antecédidos do artigo definido: “a Reforma”.

Esse acontecimento deu origem àquilo que hoje designamos como protestantismo. Como explica Jean Baubérot, na sequência do “momento Lutero e Calvino”, o movimento institucionalizou-se, a rutura deu lugar à organização, o protesto consolidou poderes e a heresia gerou novas ortodoxias. A natureza multiforme do protestantismo surgiria precisamente da reforma permanente desse processo:

² Cf. Delumeau 1994: 138.

³ MacCullough, 2004: xix.

⁴ Cottret 2001: 9.

⁵ Cottret 2001: 10.

L'histoire du protestantisme sera jalonnée de 'retours à la Réforme', de réformes nouvelles : dissidences, Réveils, voire renouveaux théologiques. Il s'agira de continuer les mises en question de la Réforme ou de retrouver sa pureté, son souffle en deçà des 'trahison' et de la 'tiédeur' du protestantisme installé, établi.⁶

Dali resulta também a discrepância entre a dinâmica organicista do catolicismo romano e os mecanismos de reprodução desmultiplicadores do protestantismo, o que constitui uma das clivagens fundamentais entre ambos. Se o catolicismo romano tende a integrar, no âmbito de limites doutrinários claramente definidos, a diversidade de práticas e crenças católicas; o cristianismo evangélico tende, por sua vez, a expandir-se não pela via da integração mas de um processo de desmultiplicação. No contexto do protestantismo, o crescimento das comunidades faz-se pela via da criação progressiva de denominações autónomas que acabam, também elas, por via da fragmentação – e não do desaparecimento – por dar lugar a novas igrejas, aquilo que alguns autores designam como “cissiparidade fragmentária”⁷, uma verdadeira dinâmica sociológica no campo protestante. Esse meio de reprodução espoletou nos núcleos católicos críticas repetidas em relação à chamada “deterioração” do protestantismo, um discurso repetido na literatura antiprotestante em Portugal, onde aquela tendência para a diversificação se revelou precocemente em comunidades cedo divididas em diversas correntes resultantes de diferenças eclesiológicas, cristológicas e doutrinárias.

Alicerçado na estruturação do cristianismo evangélico na sua globalidade, na missão e influência estrangeiras em Portugal, e em posições religiosas defensoras de uma regeneração espiritual – vinculada às origens do Cristianismo também por via da Reforma do século XVI – o protestantismo português acabou então por se estruturar na segunda metade do século XIX, resultando na consolidação de uma minoria religiosa com uma expressão sociológica significativa, desde logo por quebrar a imagética da hegemonia do catolicismo romano em Portugal⁸. Apesar da sua diversidade – presbiterianos, metodistas, episcopais, congregacionais, batistas – essas comunidades podem ser simultaneamente perspectivadas como uma unidade, assente nos princípios anterior-

⁶ Baubérot 1978: 8.

⁷ Um termo importado da biologia e cunhado como categoria sociológica por um dos primeiros historiadores do protestantismo em Portugal: Eduardo Moreira na obra *Vidas Convergentes: história breve dos movimentos de reforma cristã em Portugal a partir do século XVIII* (cf. Moreira 1958).

⁸ Para uma análise das relações entre católicos romanos e protestantes em Portugal na transição do século XIX para o século XX veja-se Leite 2009.

mente referidos mas também na autodefinição dos seus membros como parte integrante de um movimento evangélico comum.

Nos primeiros estudos elaborados em Portugal sobre a história do protestantismo, desenvolvidos por membros das comunidades pioneiras, fica evidente a perspectiva de integração e legitimação do movimento evangélico português numa história longa de reforma, descrita em obras como *A Reforma em Portugal*, de Diogo Cassels⁹, publicada em 1906, *Crisóstomo Português. Elementos para a história do púlpito* e *Vidas Convergentes. História Breve dos Movimentos de Reforma Cristã em Portugal, a partir do século XVIII*, as duas últimas da autoria de Eduardo Moreira, publicadas em 1957 e 1958, respetivamente¹⁰.

Diogo Cassels, recuava aos primeiros séculos da história do cristianismo, situando ali a existência na Península Hispânica de uma Igreja Cristã fundada, segundo a tradição, por S. Paulo e S. Tiago. Regozijando-se com o facto de “no tempo das perseguições dos imperadores romanos contra o cristianismo não [terem faltado] na nossa pátria intrépidos seguidores da verdade, que selaram com o seu sangue a profissão da santa fé de Jesus Cristo”¹¹, o autor descrevia seguidamente uma “igreja primitiva da Península Hispânica” ou “igreja antiga” que “não era só cristã, mas ortodoxa, Católica e Apostólica”¹² combatendo a “idolatria”, os “espetáculos ferozes” e o “adultério”, e que “não reconhecia a supremacia da Sé de Roma”¹³, sendo que os seus bispos dirigiam e governavam as suas igrejas através de sínodos locais.

Nos estudos de Eduardo Moreira, procurava-se, primeiramente, estudar a influência do púlpito cristão na sociedade portuguesa, perscrutando-se na

⁹ James Cassels (1844-1923), conhecido em Portugal como Diogo Cassels, foi um industrial de origem britânica que desenvolveu no norte do País uma importante atividade de evangelização protestante, tendo sido o fundador da primeira congregação metodista em Portugal e o financiador da construção do primeiro templo protestante no nosso país: a capela do Torne (1868). No ano de 1880 acabaria por ingressar na Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, então inaugurada em Lisboa.

¹⁰ Eduardo Henriques Moreira (1886-1980) é um ponto de referência fundamental para o movimento evangélico em Portugal, o que resulta não apenas da sua atividade como pastor protestante mas também como professor de Teologia, historiador, ideólogo e político. A sua ação estendeu-se aos campos da pregação evangélica, do jornalismo, da literatura, da investigação histórico e da intervenção política durante a I República. No âmbito da prática religiosa, para além da sua atividade como pastor, desenvolvida nas diferentes igrejas que integrou, Eduardo Moreira foi também: representante de Portugal em diversos congressos na Europa, no Brasil e nos Estados Unidos; um dos fundadores do escotismo em Portugal; membro fundador da Associação Cristã da Mocidade; secretário e, posteriormente, presidente da Aliança Evangélica Portuguesa; diretor e docente de diferentes escolas dominicais; e professor no Seminário Teológico Presbiteriano de Carcavelos.

¹¹ Cassels 1906: 5.

¹² Cassels 1906: 6.

¹³ Cassels 1906: 7.

“Igreja tradicional [...] os movimentos regressivos e retificadores surgidos em qualquer época”¹⁴, e num segundo momento analisar-se “o despontar lento e irregular da Igreja num plano reformado, cujas vicissitudes se emparelham com as da Igreja dos primeiros séculos peninsulares, e cujas aspirações são fatalmente combatidas pela couraça das tradições criadas”¹⁵. Na prossecução deste segundo objetivo, Moreira dialogava também com autores clássicos, sinalizando-o desde logo no título do estudo, conforme explica no “Proémio”:

Quanto ao título particular da obra presente, devemos ao leitor uma explicação. Plutarco chamou ‘Vidas Paralelas’ às suas biografias de varões ilustres. Dentro do pensamento pagão estava o grande biógrafo nobremente certo. O génio pagão não poderia descobrir outra grandeza ou excelsitude além das de vidas caminhando a par [...]. Que são, de facto, as grandes vidas seguras em si mesmas, vividas aparentemente por si mesmas, sem a consciência dum estímulo inicial nem o amparo sentido duma Vontade transcendente e duma Palavra revelada? Vidas paralelas, que vêm duma incógnita e recolhem a outra: o nascer e o morrer. Linhas prolongadas sem verdadeiro encontro, senão no Infinito de que se não dão conta. [...] . A crença cristã, porém, nos ensinou que os nossos Maiores só são grandes em Aquele que é o centro de todos nós. [...] Convergentes foram as vidas de aqueles que vamos recordar, para edificação e instrução nossa.¹⁶

Sendo verdadeiro que a influência exógena teve um papel estruturante na entrada das comunidades protestantes em Portugal, é também verdade que os pioneiros do protestantismo em Portugal procuraram na história do país as raízes de um cristianismo genuíno, perscrutando simultaneamente nesse percurso uma “convergência”, uma legitimação e uma valorização histórica para o lugar das comunidades reformadas em Portugal. No contexto do protestantismo português, o diálogo com a Antiguidade Clássica desenvolver-se-ia no âmbito amplo que aquelas três obras assinalam: a busca permanente de uma reforma por via do regresso a um “cristianismo puro e primitivo”; a utilização de referências culturais basilares da civilização clássica e a demarcação e distanciamento do “cristianismo verdadeiro” em relação ao paganismo romano.

2. PAGANISMO, REVIVALISMO E REFORMA: UM REGRESSO ÀS *CATACUMBAS DE ROMA*

Resultando da atividade missionária de grupos protestantes estrangeiros em Portugal, o cristianismo reformado português foi também fortemente

¹⁴ Moreira 1958: 8-9.

¹⁵ Moreira 1958: 9.

¹⁶ Moreira 1958: 9-11.

O regresso às origens do cristianismo no alvor do protestantismo português: a problemática da identidade romana na imagética protestante oitocentista

influenciado por grupos de estrangeiros residentes em Portugal. Em meados do século XIX essa ascendência era sobretudo de origem britânica¹⁷, o que deu aliás lugar à associação recorrente entre as noções de protestantização e de desnacionalização, baseada sobretudo na denúncia da dependência de Portugal em relação à Grã-Bretanha e das pretensões dessa potência em relação ao controlo do espaço ultramarino português¹⁸.

A par da distribuição dos livros bíblicos, cuja primeira vulgarização em português esteve precisamente a cargo de uma instituição de origem britânica – a *British and Foreign Bible Society*¹⁹ – a progressiva estruturação de um universo teológico e literário evangélico em Portugal, procurando responder à procura de novos leitores, de novas comunidades e de novas igrejas, fez-se por via da edição de folhetos de propaganda, debate e controvérsia; literatura histórica e instrutiva; e obras de edificação espiritual, instrução moral e de propaganda evangélica. No cruzamento desta tipologia literária, destacaríamos, a tradução e divulgação, já em pleno século XX, da obra de Benjamin Scott²⁰, de 1853, originalmente intitulada: *The contents and teachings of the Catacombs at Rome; being a vindication of pure and primitive Christianity, and an exposure of the corruptions of Popery, derived from the Sepulchral Remains of the early Christians at Rome*²¹, editada em português com o título simplificado – *As Catacumbas de Roma*²². No Prefácio da edição portuguesa, da autoria de outro dos pioneiros do protestantismo em Portugal – Alfredo Henrique da Silva²³ – justifica-se assim a publicação do livro no nosso país: “Faltam-nos em português livros como este,

¹⁷ A partir de finais do século XIX e inícios do século XX, a influência passou a ser maioritariamente de origem brasileira e norte-americana.

¹⁸ Cf. Leite 2009: 103-113.

¹⁹ Para uma história da implantação e ação da instituição em Portugal veja-se Leite 2019.

²⁰ Benjamin Scott (1814-1892) era escriturário e diretor financeiro da *City of London*. Ligado ao cristianismo não-conformista, foi também um ativista no contexto dos movimentos de “temperança” e de “pureza social”, tendo sido membro da *Gospel Purity Association*, organizador do *London Committee for Suppressing the Traffic in British Girls for Purposes of Continental Prostitution* e, finalmente, promotor e secretário honorário da *Working Men’s Educational Union*, organização no âmbito da qual proferiu as conferências que deram lugar à publicação da obra em análise.

²¹ Cf. Scott 1853.

²² Cf. Scott 1923.

²³ Alfredo Henrique da Silva (1872-1950) foi um educador e missionário metodista. Centrou a sua ação na educação, uma das principais áreas de intervenção do protestantismo em Portugal, fundamentada no entendimento de uma relação estreita entre evangelização e alfabetização. O investimento na educação foi complementado e dinamizado por atividades paralelas ao campo escolar: AHS foi um dos fundadores da União Cristã da Mocidade; em 1899 ocupou o lugar de secretário da recém-criada Sociedade Protectora dos Animais e durante a Grande Guerra dinamizou o processo de estruturação do Triângulo Vermelho Português em França, com a formação de centros de informação e de apoio ao Corpo Expedicionário Português.

que facilitem o estudo aos que queiram conhecer o Cristianismo primitivo na sua pureza e, por isso, em todo o seu vigor”²⁴.

A obra constitui de facto uma fonte essencial para o estudo da receção do tema da Roma Antiga no horizonte do cristianismo do século XIX e XX, quer pela influência que exerceu no período em que foi primeiramente editada quer através das edições e traduções posteriores²⁵. Benjamin Scott traçava como objetivo principal o esclarecimento dos cristãos sobre a “condição primitiva” da instituição do Cristianismo por via da análise da vivência cristã nas Catacumbas de Roma²⁶.

A obra divide-se em três capítulos, correspondentes à sistematização por escrito de três conferências proferidas pelo autor às classes trabalhadoras londrinas, no âmbito de um trabalho de evangelização com que procurou pautar a sua ação cívica, e assim intitulados: “Paganism”; “Christianity” e “Popery, debased or spurious Christianity”. Na tradução portuguesa, de 1923, este último subtítulo é traduzido por “Romanismo: Cristianismo adulterado” em substituição da alternativa mais literal “Papismo, Cristianismo espúrio ou degradado”²⁷, dando conta da maior eficácia do substantivo “Romanismo” em contexto lusófono, assim como acontecia em relação ao adjetivo “romano”, num contexto de demarcação ativa, e muitas vezes de oposição quotidiana, relativamente à hegemonia da Igreja Católica.

O mote do primeiro capítulo é fornecido pela citação que acompanha o título: “Paganism. ‘The dark places of the earth are full of the habitations of cruelty’ (Psalms, lxxiv, 20)”, ao qual se oporá o segundo: “Christianity. ‘To give light to them that sit in darkness and the shadow of death.’ (Luke i, 79)”. A oposição entre a luz e as trevas, profusa no âmbito da história das religiões, servirá aqui para enfatizar a marca de novidade do cristianismo em relação aos sistemas religiosos anteriores, designadamente o romano, repetidamente utilizado pelo autor como modelo do paganismo em virtude da abundância de documentação conhecida sobre o mesmo e do carácter abrangente da sua influência, explicando-se:

²⁴ Scott 1923: Prefácio de Alfredo Henrique da Silva.

²⁵ O livro foi objeto de sucessivas edições em português ao longo de todo o século XX, servindo quer o mercado português quer o brasileiro. A última edição a que tivemos acesso em português data de 2014, em versão e-book.

²⁶ Um tema já anteriormente tratado por autores como Charles Maitland que, em 1846, publicou a obra: *The Church in the Catacombs. A description of the primitive Church of Rome, illustrated by its Sepulchral Remains*, debruçando-se sobre os temas das origens das Catacumbas, dos símbolos ali utilizados, da origem da arte cristã, dos primeiros mártires do cristianismo e dos ofícios e costumes da “Igreja antiga”. Benjamin Scott cita abundantemente esta obra.

²⁷ Cf. Scott 1923.

Julius Caesar, the great uncle and predecessor of Augustus, had by his victorious arms rendered tributary to Rome all the surrounding nations; and the Roman Empire, on the accession of Augustus, was almost coextensive with the known world. The religion of all these nations, with the single exception of the Jews, consisted of Paganism, in some form or other, which was also the religion of Imperial Rome. With her arms she carried her gods, and promoted their worship; or, with politic tolerance, had adopted the gods of other Pagan nations into her Pantheon. The Pagan system was [...] *polytheistic*, that is, many gods worshipped; or rather, I should say, it was *pantheistic*, that is, all gods were venerated. These gods were generally represented under some human form, such as Jupiter, king of Olympus, and some score of other reprobates [...] Apollo, Mars, Mercury, Neptune, Bacchus, Vulcan, Juno, Venus, and others, presiding over fighting, thieving, lust, debauchery, and drunkenness, with some few who personified certain domestics and civil virtues. [...] Authors innumerable could be quoted to prove the number and the worthlessness of characters of these divinities.²⁸

O autor desenvolve seguidamente uma análise sobre os caracteres dos deuses romanos, e sobre o sistema religioso e seus seguidores como um todo, recorrendo para esse efeito às posições de autores pagãos e cristãos. Começando por Aristóteles e Platão, prossegue com Petrónio e Séneca, referindo: “Petronius informs us that temples were frequented, altars crowned, and prayers offered to the gods, in order that they might render agreeable unnatural lusts. The moral Seneca, revolting at what he witnessed around him, exclaims, in the sight of such things, ‘How great is now the madness of men!’”²⁹; detendo-se depois nas epístolas paulinas³⁰, fonte legitimadora por excelência no contexto cristão, e nesta obra repetidamente colocada em diálogo com os autores romanos.

O caráter sacerdotal é também destacado por Benjamin Scott como elemento estrutural do sistema pagão, o mesmo sendo aliás referido em relação ao judaísmo, ocasionalmente chamado à colação neste primeiro capítulo. O papel do sacerdócio, entendia o autor, respondia às exigências de um sistema composto por atos e ritos externos e cerimoniais, descritos como restritos a uma performatividade desdobrada em sacrifícios, oferendas, orações, peregrinações a lugares sacralizados ou altares, festivais, procissões, mortificações, penitências

²⁸ Scott 1853: 1-3.

²⁹ Scott 1853: 5-6.

³⁰ Parafraseando-se a Carta aos Romanos, I, 21-23: “Eles sabiam que Deus existe mas não o adoraram nem lhe deram graças como é devido. Pelo contrário, os seus raciocínios tornaram-se vazios e os seus corações insensatos perderam-se na escuridão. Dizem-se sábios mas não têm juízo. Em vez de darem glória ao Deus importa, adoraram imagens do homem mortal e até adoraram imagens de aves, serpentes e outros animais.” *Bíblia para Todos. Edição interconfessional*.

que, para além de constituírem mediações em si mesmo, definiam o próprio corpo sacerdotal como mediação, interpondo-o entre os crentes e o(s) seu(s) deus(es). Esta era uma temática cara à teologia protestante e o autor não deixa de a recuperar nos capítulos seguintes, procurando demonstrar a diferença que o “cristianismo primitivo” impõe a este respeito e a “regressão” que o “papismo” representará a este propósito³¹.

Prosseguindo numa caracterização geral do paganismo, e reconhecendo apesar de tudo no politeísmo romano a existência de deuses que personificavam virtudes, o autor assinala-o como uma “raridade”, como “exceção à regra” ou, mantendo a metáfora das Luz vs. Trevas, como o “lustre” cujo brilho era acentuado pela “escuridão dominante”, concluindo que a virtude de alguns deuses e homens na Roma Antiga existia “apesar” do sistema religioso e não “por causa dele”³². Em contrapartida, as características dominantes da condição moral e social dos pagãos resultava, defende Scott, diretamente desse sistema religioso. É interessante verificar como, entre esses elementos caracterizadores, o autor decide dar prioridade a dois temas que permanecem completamente atuais: o lugar das crianças e o das mulheres na sociedade³³. No caso das crianças, Scott refere-se à problemática do infanticídio, que reporta como tendo sido, e continuando a ser, comum em sociedades “bárbaras”, mas também, na “polida Grécia” e na “Roma civilizada”. Recorrendo novamente aos testemunhos de Aristóteles e Platão, cita-os não apenas como prova da existência daquela prática mas como fonte de legitimação da mesma; referindo também que “Cicero and Seneca both speak of the practice incidentally, but treat it as a matter of course, without censure or even without comment”³⁴; concluindo com a alusão a Edward Gibbon, cuja posição sobressai neste contexto na medida em que era perçecionado por figuras como Benjamin Scott como um autor que procurou valorizar o paganismo em detrimento do cristianismo e que, ainda assim, afirmava que a exposição de crianças era um “vício” predominante e persistente na antiguidade. Relativamente à condição social feminina, a tónica é colocada no estatuto “inferior” da mulher, tratada, numa sociedade descrita como patriarcal, como uma “mercadoria” ou como “uma escrava do homem”³⁵, podendo ser comprada, trocada, desposada ou separada dos seus filhos, sem consentimento. Este quadro negro da sociedade romana, numa caracterização que, quer no conteúdo quer na forma, procurava nitidamente ecoar junto das classes trabalhado-

³¹ Sobre o tema da construção da hierarquia sacerdotal no contexto do cristianismo veja-se a interessante coleção de estudos recentemente publicada em torno do problema da *Anatomia do poder eclesiástico* (cf. Eleutério 2022).

³² Cf. Scott 1853: 8.

³³ Cf. Scott 1853: 31-52.

³⁴ Scott 1853: 24.

³⁵ Scott 1853: 27-28.

O regresso às origens do cristianismo no alvor do protestantismo português: a problemática da identidade romana na imagética protestante oitocentista

ras londrinas oitocentistas, era seguidamente complementada com vários outros temas que visavam consolidar a descrição dos estado moral do povo pagão: a “depravação geral”, “o carácter dos chefes romanos”; “os desportos cruéis”; os “combates de gladiadores” e a “escravatura grega e romana”, concluindo-se:

The picture is indeed a dark, a revolting one; anyone who attentively and thoughtfully reads the history of those times, must become convinced that mankind, with few exceptions, had become as degraded, as sinful, as ignorant of truth, as cruel, as vindictive, and withal as *wretched*, as it is possible to conceive. [...] And what is the lesson, my friends, which we learn from the subject of tonight's lecture? THAT NEITHER LEARNING, NOT CIVILIZATION, NOR PHILOSOPHY, NOR ALL OF THEM COMBINED, CAN OF THEMSELVES MAKE PEOPLE EITHER VIRTUOUS OR HAPPY.³⁶

Aquela secundarização dos ensinamentos, civilização e filosofia clássica, respondia naturalmente a um propósito de valorização do contributo do cristianismo, que se contrapunha seguidamente ao obscurecimento e desânimo do paganismo. No segundo capítulo da obra, Benjamin Scott dedica-se então à temática da religião cristã, começando por uma análise histórica seguida de uma aproximação de tipo mais doutrinal. Da reflexão sobre a vida e pregação de Jesus de Nazaré e sobre os seus ensinamentos sistematizados nas Escrituras, entendidas como Revelação e fundamento doutrinal do sistema religioso cristão, o autor destaca o carácter absolutamente inovador do cristianismo, declarando:

[...] first I would remark, that Christianity constituted a wondrous innovation upon the views of the world, both Pagan and Jewish. It was no adaptation, no mere reformation; no compromise was entered into. The language of Christ, [...] his system was to supersede and set aside those systems which were decayed, had ‘waxed old’, and were ‘ready to vanish away’. The religion of Christianity, in short, effected a revolution, and cannot be viewed in the light of a *restoration* or a *reconstruction*.³⁷

Esta ideia do cristianismo como “revolucionário” e da religião cristã como operando uma “superação” dos sistemas religiosos tradicionais seria objeto de discussão profusa ao longo dos séculos XIX e XX, chegando-se inclusivamente às posições de pensadores como Marcel Gauchet e Paul Valadier, que definiriam o cristianismo como “a religião da saída da religião”³⁸.

³⁶ Scott 1853: 51-53. Maiúsculas do autor.

³⁷ Scott 1853: 67-68. Itálicos do autor.

³⁸ Nas *Cartas a uma cristão inquieto*, Paul Valadier, procurando perceber a originalidade do cristianismo interpelava deste modo o seu interlocutor: “[...] proponho-te que partamos

O caráter absolutamente novo do cristianismo é também destacado, de modo mais subjetivo e valorativo, por Alfredo Henrique da Silva no Prefácio da edição portuguesa da obra, onde se afirma:

Todos os historiadores concordam em que o aparecimento do Cristianismo marca o início duma era nova, de progresso material e de perfeição moral. [...] A civilização antiga, que aqui e ali atingira extraordinário brilho, estava por toda a parte manchada do sangue da crueldade e da tirania. [...] O Evangelho foi, incontestavelmente, a mais poderosa alavanca da civilização e do progresso.³⁹

De acordo com Benjamin Scott, esse entendimento do cristianismo como uma revolução, mais do que uma renovação ou restauração, evidenciava-se em grande medida na posição antagónica que o mesmo ocupava em relação ao paganismo romano, facto que procura demonstrar através de um longo elenco de posições contrárias entre a religião pagã e a religião cristã, aqui seguidamente ordenadas:

**TABELA 1 – Perspetivas sobre Paganismo vs. Cristianismo
n'As Catacumbas de Roma, de Benjamin Scott**

Paganismo	Cristianismo
Politéista	Monoteísta
Representava Deus à semelhança de objetos visíveis	Representa Deus como um Espírito, sem partes ou paixões humanas, eterno, imortal, invisível
Tinha uma ritualidade formal, externa, cerimonial, local	Ensina que doravante a religião só será aceitável como espiritual e do coração
Era essencialmente sacerdotal	Ensina que o sacerdócio mediador e sacrificial já não é necessário, na medida em que Jesus Cristo é a única via de acesso a Deus

de uma fórmula aparentemente pretensiosa e enigmática, que vou buscar a Marcel Gauchet, correndo o risco de dar-lhe um sentido bastante diferente. Podemos considerar o cristianismo como a *religião da saída da religião*. O que é que isto quer dizer? Isto significa que o cristianismo é evidentemente *uma religião*, mas que a sua característica própria consiste em sair do universo religioso tradicional e, portanto, não ser inteiramente uma religião como as outras, talvez mesmo *não ser de todo uma religião* (no sentido clássico deste termo).” (Valadier 1994: 28-29).

³⁹ Scott 1923: Prefácio de Alfredo Henrique da Silva.

O regresso às origens do cristianismo no alvor do protestantismo português: a problemática da identidade romana na imagética protestante oitocentista

Paganismo	Cristianismo
Multiplicava os sacrifícios associados a transgressões	Ensina que Cristo morreu pelos pecados de todos os homens e mulheres (o sacrifício último)
Ritos e ofertas cruéis e pesados	Ensina o amor a Deus e aos homens
Paz transacionada através de oferendas onerosas	Cristo oferece a salvação e o perdão gratuitos
Iniciava apenas os mais ricos, sábios ou os dignos dos seus mistérios	Cristo ordena que a sua mensagem seja levada especialmente aos pobres, simples e pecadores
Sancionava, encorajava e promovia a imoralidade e a sensualidade	Ensina que até os pensamentos do coração devem ser vigiados e controlados
Sancionava a crueldade	Ensina a misericórdia
Honrava a vingança e o ódio	Ensina a amar o inimigo
Guerra, agressão, vingança, derramamento de sangue, rapina, opressão	Práticas inequivocamente condenadas pelo cristianismo

A tabela procura reproduzir de modo sistemático a argumentação desenvolvida por Scott ao longo de várias páginas⁴⁰ num contraste enfatizado pela utilização do pretérito e do presente que tende a reforçar não apenas a novidade que o autor considera que o cristianismo representa mas também a atualidade que, quando preservado na sua versão “pura” – isto é, evangélica e não “papista” ou não “romanista” – mantinha no século XIX.

A vivência do cristianismo primitivo é seguidamente retratada na descrição das origens das catacumbas de Roma e da sua ocupação pelos cristãos que, chegados à metrópole nos tempos apostólicos, ali desenvolveram uma vivência do cristianismo em estatuto minoritário e em situação de perseguição, naquilo que Alfredo Henrique da Silva designa como os “tempos ominosos dos Césares”⁴¹. O retrato desta experiência ecoaria naturalmente com particular acuidade nas comunidades protestantes portuguesas de finais do século XIX e inícios do século XX que, para além de constituírem uma minoria religiosa, não poucas vezes foram objeto de oposição violenta por parte da maioria católica romana e seus representantes hierárquicos. O protestantismo como um todo considerar-se-ia também herdeiro dessa luta encetada em Roma no primeiro século do cristianismo:

⁴⁰ Cf. Scott 1853: 68-72.

⁴¹ Scott 1923: Prefácio de Alfredo Henrique da Silva.

Christianity, then, and persecution on account of it, had both found place at Rome in the reign of Claudius, certainly within twenty-five years from the death of its founder. Some five or six years later, about 57 to 59 A.D., Paul wrote a letter to the Christians at Rome, called by us ‘the Epistle to the Romans’. In this letter he speaks of his strong desire to visit them, and thanks God that their “faith is spoken of throughout the whole world;” [...] it is quite clear that Christianity had not been then very recently established, and, moreover, that it had made much progress at that time in Rome. [...] the first well-authenticated instance of persecution occurred under Nero, about the year A.D. 64, soon after Paul’s first visit. [...] At his second visit to Rome, Paul was put to death by Nero. From this date onwards, history identifies the Christians at Rome with the Catacombs there.⁴²

Essa identificação do cristianismo romano com as catacumbas seria ainda reforçada pelas funções que as mesmas desempenharam, explica o autor, como lugares de sepultura para os cristãos dos primeiros séculos em Roma. Depois de Constantino, aqueles lugares seriam objeto de nova recomposição, funcionando como lugar de visita e veneração dos mártires do cristianismo. A análise detalhada das sepulturas, da arte cristã e dos símbolos religiosos – o monograma, o peixe, a pomba, as coroas, o ramo da palmeira – desenvolvida pelo autor, serve também um propósito de reforço do contraste entre o paganismo e o cristianismo, solidificado pelo modo de encarar a morte. Se no paganismo, defende Scott, a morte é percebida como “extinção da existência” ou “o término de tudo o que é desejável”, no cristianismo, por oposição, a morte é entendida num contexto de “paz, esperança, antecipação da felicidade e indicação do triunfo”⁴³. À insegurança temporal que os cristãos vivenciavam nos primeiros séculos em Roma, contrapunha-se assim “o poder do cristianismo puro”:

On the one side were arrayed *all the powers of the world* – the Roman emperors, whose will dictated law to the earth; a powerful army; all the wealth of Rome; all the learning of the Augustan period; all the intellect of philosophy and science ‘falsely so called’ a priesthood, whose influence extended to the bounds of the Roman Empire, and whose power perhaps exceeded even that of the emperor himself; all the rulers; the great majority of the people; and the *prestige* of high antiquity in favour of a religion which was admirably adapted to corrupt human hearts.

On the other side we find a few (comparatively) poor, illiterate, despised outcasts, hiding in ‘dens and caves of the earth’, without arms, or refusing to use them, decimated by persecutions repeated again and again, opposing not their enemies with carnal weapons, but blessing and praying for them; and yet we

⁴² Scott 1853: 73-78.

⁴³ Cf. Scott 1853: 104.

find one emperor after another declaring that they were '*incurrigible*', or, in other words, *invincible*.⁴⁴

No terceiro e último capítulo da obra, Benjamin Scott dedica-se então ao percurso que o cristianismo trilhou depois desse período das catacumbas. Esse processo é percebido pelo autor como um caminho de degradação e afastamento em relação ao cristianismo “puro” e “genuíno”, cujo resultado é representado pelo “Papismo” ou “Romanismo”, caracterizado como um cristianismo “espúrio” ou “bastardo”, ou ainda, nas palavras do prefaciador português, como “apenas uma sombra, e essa mesma disforme, do Cristianismo primitivo, do Cristianismo de Cristo”⁴⁵. O que é interessante verificar na análise do autor britânico, cuja argumentação base é comum a múltiplas reflexões e literatura de origem protestante oitocentista, incluindo nas fontes portuguesas, é que neste caso são as catacumbas de Roma, a sua herança e o seu conteúdo, que são utilizadas como “prova” daquela “corrupção”, na medida em que constituem a exemplificação material da vivência genuína do cristianismo⁴⁶.

Começando por denunciar os efeitos negativos das tentativas de reaproximação do cristianismo em relação a um judaísmo legalista e sacerdotalizante e de integração no seu seio das especulações oriundas da filosofia grega e romana, processos que Scott considera que contribuíram para desviar o cristianismo da “simplicidade” dos ensinamentos de Jesus, o autor atribui a causa principal da corrupção da religião cristã às sucessivas tentativas de harmonizar paganismo e cristianismo, explicando:

That no such attempt should be made while the two religions were in actual conflict is likely enough; but when Constantine became favourable to Christianity, and both religions were tolerated, that which before was impossible now came to be practicable, and very soon men were found who, from good but mistaken motives, urged such a compromise as desirable.⁴⁷

O facto dessa tentativa de compatibilização não ter sido feita antes de Constantino é precisamente o que permite, de acordo com o autor, aceder às

⁴⁴ Scott 1853:113-114. Itálicos do autor.

⁴⁵ Scott 1923: Prefácio de Alfredo Henrique da Silva.

⁴⁶ Scott afirma a esse propósito: “[...] CHRISTIANITY WAS CORRUPTED, AND IS, TO A GREAT EXTENT, CORRUPTED STILL. [...] The question arises, How do you prove this? I answer by bringing forward evidence as to the original treatment: the gravestones of the Catacombs will be my witnesses. They have furnished is with a contrast with Paganism; they shall witness to the existence of a primitive, a pure, and an efficacious Christianity.” (Scott 1853: 142-143).

⁴⁷ Scott 1853: 151-152.

sepulturas das catacumbas de Roma como espaço modelar para o conhecimento da prática pura do cristianismo.

Inquirindo ali sobre a existência – ou mais vezes ainda, verificando da inexistência – de determinadas práticas, o autor conclui que as mesmas, não pertencendo à experiência primitiva do cristianismo, foram ilegitimamente integradas em épocas posteriores. Em primeiro lugar, a igreja cristã primitiva tem documentada nos textos neotestamentários e no espaço das catacumbas de Roma, a existência de diferentes ministérios, nunca ali se referindo porém a existência de um sacerdócio ou de um oficiante da mediação sacrificial⁴⁸. Em segundo lugar, não só não se encontra nas inscrições daquele espaço qualquer tipo de referência ao celibato obrigatório daqueles ministros como existem referências explícitas à prática do casamento⁴⁹. Em terceiro lugar, a celebração da Ceia como sacrifício, a sacralização do altar e a reformulação do sentido da Eucaristia não estão reportadas nas catacumbas⁵⁰. Em quarto, a atribuição de funções mediadoras aos apóstolos, mártires e Maria, mãe de Jesus, estando pontualmente insinuada nas sepulturas das catacumbas – por via da influência pagã, alerta Scott – não era prática instituída naquele período⁵¹. E, por último, não existe qualquer tipo de registo ou alusão à doutrina do Purgatório naquele espaço⁵². O autor defende portanto que o processo de corrupção que o “sistema romanista” promoveu no seio do cristianismo resulta na verdade de uma rever-

⁴⁸ De acordo com Benjamin Scott: “The names used to designate Christian ministers are those I mentioned as being used in the Scriptures, viz., bishops, presbyters, pastors, deacons; while *lectors*, i.e., Scripture readers, *fossors*, i.e., *sextons*, and *exorcists*, who took part in baptisms, have been also found as officers in the early Church.” (Scott 1853: 159).

⁴⁹ Scott afirma a esse propósito: “The Catacombs declare unequivocally that this practice of Rome [celibacy] is novel, and prove that all orders of the clergy in primitive times were accustomed to marry” (Scott 1853: 160).

⁵⁰ De acordo com o autor: “The sacrifice of the mass had not been invented, nor indeed was it thought of until the ninth century, that is, some four hundred years after the Catacombs were closed. [...] no trace of any such sacrifice can be found in them.” (Scott 1853: 162).

⁵¹ A esse respeito, Scott defende: “That such an error should have crept in very early in the history of Christianity is not to be wondered at, when we consider how the primitive Christians were circumstanced; retaining naturally some of the traditional ideas of Paganism, and associated as they were in the Catacombs with the remains of those they loved and honoured in life. On the gravestones of their hiding-places we read the history and discern the first buddings of this corruption, but it did not reach its height until long after the Catacombs were closed as Christian cemeteries.” (Scott 1853: 164-165).

⁵² Scott insurge-se verdadeiramente contra este aspeto, declarando: “Now Rome asserts the *insufficiency* of [Christ’s] sacrifice, and tells us, that what the Saviour could not do, and did not do, her priests have power to accomplish, that is, to obtain the release of suffering souls out of purgatory. [...] To teach that there was a purgatory, that the duration of the detention there is uncertain, that it can be shortened or prolonged at the will of the priesthood, is the most daring assumption of power, and, at the same time, the most profitable scheme of priestcraft which the world has witnessed. [...] *No mention whatever, not even the*

O regresso às origens do cristianismo no alvor do protestantismo português: a problemática da identidade romana na imagética protestante oitocentista

são e de um regresso ao paganismo, ao seu espírito e às suas principais características, em grande medida opostos à experiência vivida pelos primeiros cristãos nas catacumbas de Roma, apelando ao seu auditório, e aos seus leitores, para que doravante observem aquele espaço, e aquelas vivências, de uma perspectiva também ela renovada:

I will suggest another answer with which, from tonight, you may be furnished when Romanists ask you, as they are very fond of doing in their ignorance, ‘Where was your religion before the Reformation?’ [...] I would advise you to reply, ‘It was in the New Testament’; where, if your faith be sound, it will assuredly be found. But from tonight you can reply also, ‘*It was in the Catacombs of Rome*’. There was found primitive and pure Christianity, and that will be *holy, universal, and apostolic* religion which resembles it.⁵³

Esse carácter genuíno do cristianismo das catacumbas é também o elemento mais destacado do prefácio da edição portuguesa, onde se conclui: “Nos cristãos das Catacumbas de Roma, como nos cristãos do Novo Testamento, nós vemos um Cristianismo que é fé, que é virtude e que é amor. É vida real e não mera forma. É ação consciente e sempre de harmonia com o ideal de Cristo.”⁵⁴ O processo de implementação do cristianismo reformado em Portugal fez-se, em grande medida, sobre o desiderato permanente de um regresso a estas origens, isto é, à prática do “cristianismo verdadeiro”, uma procura documentada na imprensa protestante portuguesa.

3. A IDENTIDADE ROMANA NA IMAGÉTICA PROTESTANTE PORTUGUESA

Na transição do século XIX para o século XX, numa fase essencial de implementação das comunidades protestantes no nosso país, a imprensa periódica desenvolveu-se como mecanismo difusor e propagandístico desempenhando uma importante função de consolidação e dinamização das diferentes denominações evangélicas. Reclamando e afirmando a sua inspiração evangélica, aqueles jornais procuravam legitimar a sua pertinência no âmbito de um projeto de missão cristã que podia ou não traduzir-se na associação estrita a uma igreja específica. Se denominações como os Metodistas, a Igreja Lusitana ou as Igrejas Baptistas criaram órgãos oficiais, parte significativa dos títulos autorrepresentava-se como “evangélico” ou resultava do trabalho de organizações interdenominacionais como as Associações Cristãs da Mocidade

most incidental reference to the state of purgatory has been found in the Catacombs. (Scott 1853: 176-181. Itálicos do autor).

⁵³ Scott 1853: 210-211. Itálicos do autor.

⁵⁴ Scott 1923: Prefácio de Alfredo Henrique da Silva.

ou a Juventude Evangélica Portuguesa. Os periódicos circulavam na sua grande maioria por via de assinaturas que eram feitas nas casas de publicação ou nas livrarias evangélicas que, nos inícios do século XX, existiam já em Lisboa, no Porto, nos Açores (S. Miguel e Ponta Delgada), na Madeira (Funchal) e em Cabo Verde (S. Vicente)⁵⁵.

Um entrosamento entre os objetivos prosélitos e uma função mais estritamente jornalística, traduzida na combinação de conteúdos evangélicos e moralizantes com artigos de opinião e notícias que visavam um acompanhamento mais permanente da atualidade política nacional e internacional e da vida das próprias igrejas geraram jornais como: *A Reforma* (fundado em 1877), *O Bom Pastor* (f. 1901), o *Luz e Verdade* (f. 1902), e o *Portugal Evangélico* (f. 1920), órgãos da comunidade metodista; o *Egreja Lusitana* (f.1894) e o *Cristão Lusitano* (f. 1924), órgãos da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica; *O Estandarte Baptista* (f.1910), *O Cristão Baptista* (f. 1914), *O Evangelizador* (f. 1921) e o *Semeador Baptista* (f. 1926), órgãos das diferentes comunidades batistas; aqueles que se integravam no campo mais amplo dos “evangélicos”, como o *Leituras Cristãs* (f. 1904), *O Mensageiro* (f. 1905), folha mensal, instrutiva e noticiosa de vivificação espiritual, o *Arauto Cristão* (f. 1910), boletim mensal da obra evangélica de Setúbal, *O Caminho* (f. 1910), autodesignado como “pregoeiro cristão das aldeias”, a *Madeira Nova* (f. 1925), revista de cultura religiosa; e aqueles mais especificamente dedicados à juventude como o *Triângulo Vermelho* (f. 1920), o *Raio de Sol* (f. 1925) ou o *Portugal Novo* (f. 1928).

Todos estes títulos partilhavam um propósito de divulgação das diversas dinâmicas das comunidades protestantes ativando a relação desses mesmos grupos com o exterior e a sua integração na sociedade portuguesa. Por um lado, multiplicavam-se os artigos relativos à doutrina evangélica, aos assuntos bíblicos, à moral cristã e à concretização da missão de pregação do Evangelho, os quais se combinavam com as notícias e esclarecimentos relativos à organização interna das igrejas, ao horário dos cultos, à chegada e partida de pastores, aos nascimentos e óbitos dos membros das igrejas e ao trabalho das livrarias evangélicas e das sociedades bíblicas. Por outro lado, publicavam-se artigos de opinião relacionados com a sociedade e política portuguesas que, tanto na fase final da Monarquia Constitucional como durante a I República motivaram uma discussão aberta no seio da imprensa protestante sobre o regime, o sistema político e o país. Mas aquela integração fez-se também através de dinâmicas de diferenciação e de distanciamento, designadamente em relação à religião maioritária: o catolicismo romano. Contendo uma componente “anti-romanista” considerável – cujo espelho, o antiprotestantismo, era também profuso naquela

⁵⁵ Cf. Leite 2014: 400-402.

período na imprensa católica romana⁵⁶ – estes jornais adotaram uma posição crítica que se traduziu na publicação de textos sobre a Igreja Católica em Portugal, sobre a Santa Sé e sobre temas fraturantes como o ultramontanismo, o jesuitismo, o ateísmo, a Bíblia, a Tradição, os sacramentos, a missionação e, finalmente, o cristianismo “puro” e “primitivo” das origens.

Entre a publicação original d’*As Catacumbas de Roma* de Benjamin Scott, em 1853 em Londres, e a sua primeira edição em Portugal, em 1923 em Lisboa, a imprensa periódica protestante portuguesa evidencia que o debate desenvolvido pelas comunidades evangélicas, em fase de implementação no país, em torno da reforma do cristianismo estava plenamente integrado na discussão ampla que o protestantismo como um todo desenvolvia na Europa. Vejamos alguns exemplos.

Em jornais como *A Reforma*, encontramos uma linguagem e uma imagética que replica muito do discurso de Benjamin Scott, declarando-se, num artigo de 1877 contra o jesuitismo, o seguinte sobre os primeiros séculos da história do cristianismo:

Fácil presa era a consciência de um povo que perdera a luz da razão. Sobre as ruínas da velha Roma debastada pelos bárbaros corvejou sedenta de ambições o espírito teocrático. Perdida estava já a ciência do Evangelho nas catacumbas da cidade. As sombras dos mártires velaram as fazes ante o pacto da igreja da igreja com o imperador Constantino. Desbaratado o império de Augusto cumpria à classe sacerdotal salvar-se no descabro do mundo romano e domar a consciência das hordas do norte. [...]. Já estava bem consolidada a unidade da igreja: o bispo de Roma [...] se apoderara do título do chefe da religião mitológica – *Pontifex maximus*, e o papado fora erigido em instituição cristã. [...] A fogueira inquisitorial estava acesa nos adros dos templos para queimar o pensamento em nome de Deus, e o purgatório – puro invento da igreja romana – ardia na eternidade para purificar a alma feita de Deus, negando-se assim o valor infinito do sacrifício do Calvário.⁵⁷

No mesmo jornal, alguns meses depois, recuava-se ainda mais no tempo e descrevia-se a situação moral da Roma antiga como corrompida “em tão alto grau, que envergonha[va] só a leitura da descrição das prostituições públicas, do cinismo, dos vícios em geral, dominantes naquela sociedade desditosa”⁵⁸. A esses tempos, tal como o fazia Benjamin Scott, contrapunha-se recorrentemente naquele imprensa, a chegada do Cristianismo, entendido como movimento de regeneração, conforme se descrevia no *Luz e Verdade*, já no início do século XX:

⁵⁶ Cf. Leite 2009: 54-103.

⁵⁷ D[ias] 1877b: 6.

⁵⁸ D[ias] 1877d: 23.

Destruir e edificar: eis qual foi o trabalho a que se dedicaram sempre, com zelo e entusiasmo, os primitivos mensageiros do Senhor, os quais conseguiram efetivamente destruir em grande parte o paganismo com suas mitológicas utopias, e edificar na mesma proporção o cristianismo com todo o seu poder regenerador, com todos os seus frutos salutaríssimos de luz e de liberdade.⁵⁹

A denúncia da regressão que se seguiu a esse tempo novo, frequentemente associada, também na imprensa protestante portuguesa, ao período constantiniano⁶⁰, é descrita em grande medida como um retorno ao paganismo, assim descrito:

Tão cedo se desenvolveu o costume de adorar imagens e santos na igreja romana, que, em vez de ser considerado uma novidade, pode ser tido como a continuação dos inveterados usos do paganismo. A cruz, os túmulos e as relíquias dos mártires, as pinturas e imagens dos apóstolos e dos santos, gradualmente se foram tornando objetos de veneração religiosa [...] e a simplicidade da piedade primitiva foi seguida pela invocação dos santos, acompanhada, no entendimento vulgar, da mesma veneração pelos objetos de pão ou pedra, que o povo da antiguidade tributava aos ídolos do paganismo. Com efeito, encarando a idolatria debaixo deste ponto de vista, independente da relação entre o *paganismo* e o *papismo*, nenhuma diferença se descobre entre estes dois sistemas, tanto pelas suas origens, como pelos seus efeitos. O herói da antiguidade gentílica, e o santo católico romano, foram elevados a receber honras de culto por um processo completamente semelhante [...].⁶¹

Concluindo-se seguidamente, que a igreja romana não era, por conseguinte, “uma igreja cristã”. A crítica de que o paganismo acabou por dominar e absorver o catolicismo romano, ofuscando a sua “simplicidade” seria repetidamente formulada nas páginas da imprensa protestante, onde simultaneamente se procurava apresentar o cristianismo evangélico como legítimo herdeiro daquele momento de pureza e genuinidade que o cristianismo primitivo representou. Nesse contexto, a civilização romana não se limita, naqueles jornais, a ser retratada como fonte de vícios, da idolatria ou da imoralidade ou como o

⁵⁹ Souza 1903: 13.

⁶⁰ N^oA *Reforma* afirmava-se, em 1877: “Logo que Constantino declarou, no ano de 312, que o cristianismo era a religião do Estado, os interesses mundanos, mais do que uma conversão sincera, levaram muitos pagãos a confessá-lo; e, para que o cristianismo fosse melhor aceite pelo povo, condescenderam muitos padres com as predileções populares para visíveis objetos de culto, que não podiam de todo erradicar.” (D[ias] 1877e: 55-56); n^oA *Luz e Verdade*, em 1907: “Devido ao esquecimento das palavras de Jesus: *o Meu reino não é deste mundo*, é que aos tempos idos se uniram dois Poderes: o poder civil e o eclesiástico. Fez esta aliança Constantino para ter por si as multidões cristãs.” (Martins 1907: 53).

⁶¹ D[ias] 1877e: 55-56.

tempo das trevas a que se seguiu a luz, sendo ali pontualmente reconhecidos elementos positivos e construtivos.

Desde logo, noções como a da “heroicidade dos tribunos” ou da “virilidade romana”, a que se contrapunha a degenerescência das nações latinas, eram valorizadas, fazendo-se igualmente o elogio do “sangue de Catão”, da “voz de Séneca” ou da “língua de Cícero”⁶² e destacando-se a reflexão deste último como luminosamente singular no seio da penumbra pagã:

O primeiro dos filósofos assim como dos oradores da antiga Roma, tinha ideias bem elevadas e bem puras sobre a *lei natural* quando dizia: ‘A verdadeira lei é a reta razão, e a voz da natureza comum a todos os homens; lei imutável e eterna, que nos prescreve os nossos deveres, e nos proíbe a injustiça.’ [...] Assim falava Cícero no terceiro livro da sua *Republica*. Lactância que nos conservou este fragmento, o achou tão apreciável, que o tratou como divino. Que linguagem! Que raio de luz no seio do paganismo!! Que palpável ignomínia não vem também a lançar sobre todos esses sistemas perversos, que confundem o bem e o mal e que fazem das regras dos costumes uma coisa puramente arbitrária?⁶³

Essa busca de legitimação na Antiguidade Romana, ali integrada numa reflexão teórica sobre o direito natural, colocou-se também em termos muito práticos. Tendo promovido em Portugal uma verdadeira campanha a favor da observância do Domingo como dia santo e, simultaneamente, da instituição de um dia de descanso semanal⁶⁴, os líderes protestantes socorreram-se também dos costumes e da legislação clássicas para fundamentar a necessidade de implementar essa prática em Portugal, explicando:

Os dois maiores filósofos que escreveram na antiguidade grega e romana, fazem menção disto. ‘Os deuses, diz Platão, comovidos do género humano, nos procuraram intervalos de descanso, na sucessão regular das festas instituídas em sua honra’. ‘Os dias de festa, conta Cícero, são dias de suspensão de trabalho para os escravos.’ A lei romana também dizia no código *de Festis*: ‘*Omnes iudices, urbanaeque plebes, et cunctarum artium officia quiescant.*’ Todos os juizes, todos os habitantes da cidade, e todos os operários devem descansar. Josefo escrevia que o uso da semana se tinha introduzido em quase todos os povos.⁶⁵

⁶² Cf. D[ias] 1877a: 2.

⁶³ D[ias] 1877c: 21-22.

⁶⁴ Cf. Leite 2021: 44-48.

⁶⁵ D[ias] 1878: 49-50.

Num âmbito mais lato, reconhecia-se até na civilização romana um tempo de “preparação para o cristianismo”, atribuindo-se ao “poder irresistível do império de Roma”, e às suas conquistas em “todo o mundo”, a instituição de uma “paz universal”, propícia à vinda do Messias e, simultaneamente, o mérito de ter sido responsável pela construção das vias de comunicação que permitiram conectar as partes mais distantes do império, essas mesmas ruas, afirmava-se, onde “os apóstolos e outros primeiros pregadores do cristianismo andaram anunciando o Evangelho”⁶⁶.

Surge também naqueles textos a valorização das liturgias antigas (“dos primeiros séculos da era cristã”⁶⁷), da hinologia (“da antiga Igreja Cristã”⁶⁸), da doxologia (com “origem nos tempos mais remotos do cristianismo”⁶⁹) ou das primeiras traduções latinas das Escrituras e do “eminente sábio, Jerónimo” e da Vulgata Latina, cujo valor “foi reconhecido por eminentes sábios que lhe sucederam; e cerca do fim do século [IV], foi geralmente recebida em todas as Igrejas do Ocidente”⁷⁰. Relativamente a este último ponto, o reconhecimento do papel das primeiras traduções bíblicas e da funcionalidade da Vulgata no seu tempo, não invalidava naturalmente que aquelas comunidades se mantivessem firmes da defesa do princípio fundamental no protestantismo do acesso livre e universal às Sagradas Escrituras, donde resultava a promoção da sua vulgarização nas línguas vernaculares.

A centralidade da Bíblia na vivência da fé cristã afirmava-se em oposição ao monopólio da interpretação das mesmas por parte de um sacerdócio clerical cuja legitimidade não era reconhecida pelos protestantes e que, de acordo com os mesmos, procurava manter o seu domínio também por via da manutenção da restrição do acesso à leitura das Escrituras na sua versão latina. A leitura e a divulgação da Bíblia desempenharam desde as origens um papel fulcral na evangelização protestante em Portugal, sendo que todos os pioneiros desse cristianismo reformado inauguraram a sua ação através da formação e integração de grupos de leitura e reflexão bíblica que acabaram posteriormente por se estruturar como comunidades protestantes. A problemática da livre interpretação das Sagradas Escrituras foi, de facto, a questão mais desenvolvida e sucessivamente repetida na literatura editada acerca do protestantismo em Portugal durante as suas primeiras décadas de implantação. Não surpreende portanto, que num artigo reveladoramente intitulado “A Igreja da Morte”, se declarasse em 1903:

⁶⁶ Harden 1904: 2.

⁶⁷ Cf. *O Bom Pastor* 1902: 2.

⁶⁸ Cf. Moreton 1906: 54.

⁶⁹ Cf. Coelho 1906–1907: 19.

⁷⁰ Santos 1905: 34–35.

Que diferença existe entre a Igreja católica e a Igreja protestante, chamando-se ambas cristãs? [...] Há tanta distância entre uma e outra Igreja, como entre a vida e a morte. Uma é representante da morte; a outra representa a vida. [...] O latim não é uma língua viva que nós podemos compreender viajando no país em que se fala essa língua; é uma língua morta que não se fala em nenhuma parte do mundo. E sabes qual é a Igreja que fala a todos em latim. Língua dos que já morreram? É a Igreja católica-romana. Em latim faz os seus cultos, em latim diz as suas missas, em latim batiza e em latim enterra. [...] Felizmente, que a Igreja protestante se não acha contagiada de tão grave falta. [...] Aos franceses fala-lhes em francês, aos ingleses em inglês, em espanhol aos espanhóis, em português aos habitantes de Portugal: a cada um em seu idioma para que todos entendam e deem conta do que se lhes diz [...]. Veja-se, pois, como a respeito de este primeiro ponto há entre ambas as Igrejas a diferença que há entre a vida e a morte; uma fala a língua dum povo morto, a outra a linguagem dos povos vivos.⁷¹

Este contraste, levado aqui ao extremo, tínhamo-lo encontrado em Benjamin Scott e encontrá-lo-emos em parte substancial da literatura protestante oitocentista e novecentista em Portugal.

Tendo-se desenvolvido como instrumento de coordenação, de propulsão de forças, de doutrinação e de evangelização, a imprensa protestante – periódica e não periódica – do século XIX e inícios do século XX constitui uma fonte essencial para a história religiosa do país, um facto geralmente destacado no âmbito das problemáticas da diversidade e concorrência no interior do cristianismo, do interdenominacionalismo evangélico e do ecumenismo cristão. A análise que agora se encerra, reforçando essa noção, evidencia também que aquela documentação funciona como via de acesso a uma diacronia mais lata, permitindo-nos recuar à Antiguidade Clássica, e a um contexto religioso mais amplo, não restrito ao universo cristão, mas alargado à amplitude de sistemas religiosos como o paganismo. Simultaneamente, fica também claro, que a história do protestantismo em Portugal – dos seus líderes, das suas comunidades e das reflexões que produziram – deve ser integrada no âmbito de uma história cultural abrangente, onde se dialoga com temáticas como a da Roma Antiga, quer por via da busca contínua de uma reforma entendida como regresso às origens, quer pela utilização recorrente de conceitos e autores clássicos, quer ainda pela desidentificação e oposição aberta relativamente a elementos específicos das suas características e da sua herança.

⁷¹ *O Bom Pastor* 1903: 6.

BIBLIOGRAFIA

- Baubérot, Jean (1978), *Histoire du Protestantisme*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Cassels, Diogo (1906), *A Reforma em Portugal*. Porto: Typ. José da Silva Mendonça.
- Coelho, João (1906 – 1907), “Doxologia (Definição e notas históricas)”, *A Luz e Verdade* 2 (15-16): 19.
- Cottret, Bernard (2001), *Histoire de la Réforme protestante. Luther, Calvin, Wesley XVIe XVIIIe siècle*. Paris: Perrin.
- D[ias], G[uilherme] (1877a), “O Jesuitismo no Porto. Cartas ao Ministro da Igreja Evangélica Metodista Portuense, o R.mo Roberto H. Moreton”, *A Reforma. Folha Evangelica* 1 (1): 2.
- D[ias], G[uilherme] (1877b), “O Jesuitismo no Porto. Cartas ao Ministro da Igreja Evangélica Metodista Portuense, o R.mo Roberto H. Moreton”, *A Reforma. Folha Evangelica* 1 (2): 6.
- D[ias], G[uilherme] (1877c), “A lei natural. Estudo”, *A Reforma. Folha Evangelica* 1 (6): 21-22.
- D[ias], G[uilherme] (1877d), “A Moral Universal”, *A Reforma. Folha Evangelica* 1 (6): 23.
- D[ias], G[uilherme] (1877e), “Idolatria”, *A Reforma. Folha Evangelica* 1 (9): 55-56.
- D[ias], G[uilherme] (1878), “Sobre o trabalho do Domingo”, *A Reforma. Folha Evangelica* 1 (13): 49-50.
- Delumeau, Jean (1994), *A Civilização do Renascimento*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa.
- Eleutério, João (coord.) (2022), *Uma anatomia do poder eclesiástico*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Harden, João M. (agosto de 1904), “Trechos Históricos. A preparação para o cristianismo”, *Luz e Verdade* 3 (25): 2.
- Kerimel, Loïc de (2020), *En finir avec le cléricalisme*. Paris: Éditions du Seuil.
- Leite, Rita Mendonça (2009), *Representações do Protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa.

O regresso às origens do cristianismo no alvor do protestantismo português: a problemática da identidade romana na imagética protestante oitocentista

- Leite, Rita Mendonça (2012), “Polaridades do campo protestante em Portugal”, in A. Teixeira (org.), *Identidades religiosas em Portugal. Ensaio Interdisciplinar*. Lisboa: Paulinas, 255-286.
- Leite, Rita Mendonça (2014), “Imprensa Protestante”, in M. F. Rollo (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume II: F – M. Lisboa: Assembleia da República, 400-402.
- Leite, Rita Mendonça (2019), *Livro, Texto e Autoridade. Diversificação religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal (1804-1940)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Leite, Rita Mendonça (2021), “A Sociedade Bíblica e a promoção da influência educativa e civilizadora da Bíblia no Portugal do século XIX”, *Lusitania Sacra* 39: 31-60.
- MacCullough, Diarmaid (2004), *Reformation. Europe's House Divided 1490-1700*. London: Penguin Books.
- Maitland, Charles (1846), *The Church in the Catacombs. A description of the primitive Church of Rome, illustrated by its Sepulchral Remains*. London: Longman, Brown, Green and Longmans.
- Martins, J. P. (maio 1907), “Dois poderes”, *A Luz e Verdade* 2 (20): 53.
- Moreira, Eduardo (1957), *Crisóstomo Português. Elementos para a história do púlpito*. Lisboa: Publicação da Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal.
- Moreira, Eduardo (1958), *Vidas Convergentes. História Breve dos Movimentos de Reforma Cristã em Portugal, a partir do século XVIII*. Lisboa: Publicação da Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal.
- Moreton, Roberto H. (março de 1906), “Te Deum Laudamus”, *A Luz e Verdade* 1 (7): 54.
- O Bom Pastor* (maio 1902): 2.
- O Bom Pastor* (junho-julho-agosto 1903): 6.
- Poulat, Émile (1994), *La Galaxie Jésus*. Paris: Éditions ouvrières.
- Santos, E. J. dos (março de 1905), “Trechos Históricos. A Vulgata”, *Luz e Verdade* 3 (32): 34-35.
- Scott, Benjamin (1853), *The contents and teachings of the Catacombs at Rome; being a vindication of pure and primitive Christianity, and an exposure of the corruptions of Popery, derived from the Sepulchral Remains of the early Christians at Rome*. London: Longman, Brown, Green and Longmans.

Scott, Benjamin (1923), *As Catacumbas de Roma*. Tradução do inglês de José Luiz Fernandes Braga Júnior. Prefácio do Professor Alfredo da Silva. Porto: Livraria Progresso.

Souza, Josué F. de (Novembro 1903), “Destruir e edificar”, *Luz e Verdade* 2 (16): 13.

Valadier, Paul (1994), *Cartas a um cristão inquieto*. [s.l.]: Círculo de Leitores.

(Página deixada propositadamente em branco)

IMPERIALISMO, LATINIDADE E ROMANIDADE NO NORTE DE ÁFRICA FRANCÊS E ITALIANO¹

VASCO GIL MANTAS

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

ORCID: 0000-0002-6109-4958

vsmantas@gmail.com

RESUMO A partir de inícios do século XIX o Mediterrâneo transformou-se gradualmente num *Mare Nostrum* europeu, voltando a conhecer uma aparente unidade que para muitos, sobretudo franceses e depois italianos, invocava o velho Império romano. O enorme património arqueológico romano existentes em terras norte-africanas não deixou de contribuir para sustentar a tese do regresso da Latinidade e da Romanidade, a primeira mais difundida pelos ideólogos coloniais franceses, a segunda pelos italianos.

Esta utilização do passado afro-romano não deixou de ter consequências, positivas para o conhecimento científico, negativas quanto à conotação colonialista e imperialista que muitos lhe atribuem na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo, Latinidade, Romanidade, Arqueologia, Magrebe.

ABSTRACT From the beginning of the 19th century, the Mediterranean gradually turned into a European *Mare Nostrum*, rediscovering an apparent unity that for many, especially the French and later Italians, did not fail to invoke the old Roman Empire. The enormous Roman archaeological heritage existing in North African lands did not fail to contribute to support the thesis of the return of Latinity and Romanity, the first more widespread by French colonial ideologues, the second by Italians. This use of the Afro-Roman past was not without consequences, positive for scientific knowledge, negative for the colonialist and imperialist connotation that many ascribe to it today.

KEYWORDS: Imperialism, Latinicity, Romanity, Archaeology, Maghreb.

O escritor Italo Calvino deixou-nos uma reflexão sobre os impérios que não cremos inadequada como prólogo do que vamos escrever, apesar de situada num plano fantástico e simbólico, como simbólico será muito do que encontraremos na ideologia imperial francesa e italiana desenvolvida no Norte de África. Escreveu Calvino:

¹ Artigo elaborado no âmbito do Projecto *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017). Agradecemos cordialmente ao Dr. José Luís Madeira a preparação das figuras que o ilustram.

É o momento desesperado em que se descobre que este império que nos parecera a soma de todas as maravilhas é uma ruína sem pés nem cabeça, que a sua corrupção está gangrenada para que baste o nosso ceptro para a remediar, que o triunfo sobre os soberanos adversários nos fez herdeiros da sua longa ruína.²

De herança trata também o nosso texto e, sobretudo, das dificuldades que os herdeiros encontram quando pretendem apresentar-se como continuadores e mais ainda quando procuram sê-lo. É que entre Roma e a Idade Contemporânea, se é ainda possível recorrer a esta baliza temporal, o mundo mudou muito e os valores antigos, mesmo quando apenas inspiradores de versões modernas, esbarram inevitavelmente com o muro da história, furiosamente defendido pelos que se lhes opõem.

Uma das consequências da expansão europeia, acelerada pelas conquistas técnicas da Revolução Industrial e facilitada pela decadência de entidades políticas incapazes de lhe fazer frente, quando não inexistentes, foi a inevitável criação de vastos domínios coloniais, ainda que distinguidos com diversos estatutos jurídicos, em regiões antes não controladas diretamente por potências do Velho Continente. Está neste caso o desenvolvimento das possessões norte-africanas da França e, bastante depois, da Itália reunificada (Fig. 1). É impossível separar este importante fenómeno político da evolução do cenário oferecido pelo jogo de poderes entre as nações, no qual as potências pioneiras na construção de impérios marítimos globais, nomeadamente Portugal e Espanha, cederam lugar a novos protagonistas, rivais na obtenção do célebre *lugar ao Sol* referido pelo chanceler germânico Von Bülow³.

Capacidade militar, capitais disponíveis, demografia exuberante e espírito de iniciativa contribuíram para desenvolver a expansão colonial europeia, à qual rapidamente se associou o argumento civilizacional, apesar de sucedâneo, em certos casos, da velha ideia da cruzada restauradora, como a invocava o nosso Gil Vicente no *Auto da Exortação da Guerra*, onde não faltam, aliás, figuras do mundo clássico: “África foi de cristãos / mouros vo-la tem roubada / capitações ponde-lh’as mãos / que vós vireis mais louções / com famosa nomeada”⁴. Embora a ideia de restauração de uma situação injustamente interrompida se encontre aqui claramente expressa, o quadro traçado é sobretudo de natureza religiosa, não tanto civilizacional, como virá a revelar-se nos séculos XIX e XX, ainda que o argumento religioso não tenha sido descurado no discurso imperial da época e se apresente de novo como elemento relevante, por via direta ou indireta.

² Calvino 2010: 9.

³ Stürmer 2000: 67-80; Zahreddine e Starling 2020: 213-239.

⁴ Gil Vicente 1942: 153

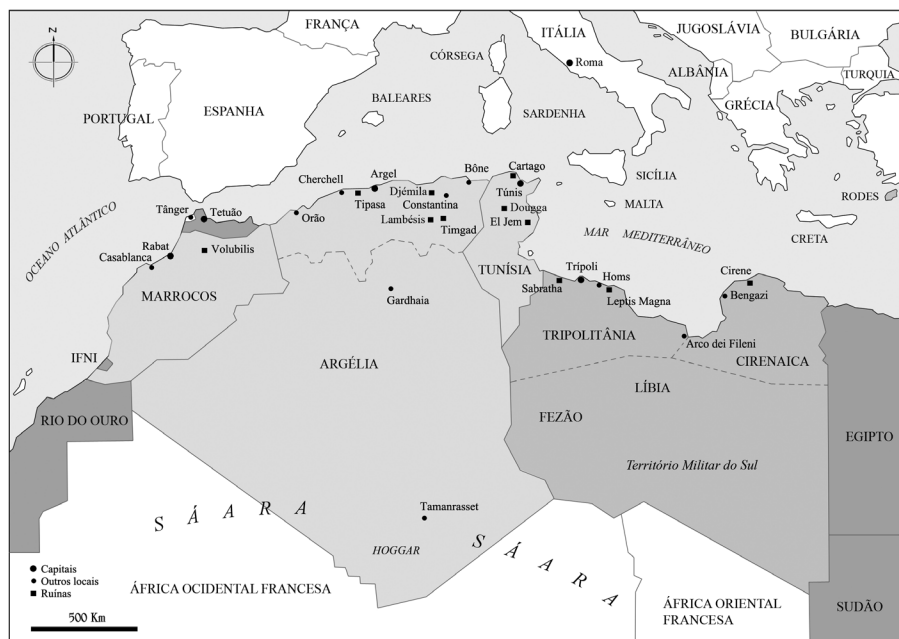


Fig. 1 – Territórios sob administração francesa e italiana no Norte de África em 1939.

Muito interessante quanto ao pretendido entendimento pelos magrebins de que o retorno dos europeus correspondia a uma lógica de propriedade histórica e cultural anterior, simplista mas largamente invocada nas últimas décadas em diferentes regiões do globo, deduz-se de um relato feito por Léon Renier, autêntica mensagem retórica de exaltação da Latinidade e do justo direito francês à posse do território:

Les monuments romains, les inscriptions surtout, sont aux yeux des Arabes, notre titre le plus légitime à la possession de l'Algérie. Pendant mon séjour à Zana, Si Mohammed Bokarana, cheik du pays et marabout vénéré, vint un jour me trouver au milieu des ruines. Je copiais une inscription: Tu comprends donc cette écriture? me dit-il. - Non-seulement je la comprends, lui répondis-je, mais je l'écris; regarde: ce sont nos lettres, c'est notre langue. C'est vrai, reprit-il, en s'adressant aux Arabes qui l'accompagnaient; les Roumis sont les fils des Roumâns; lors-qu'ils ont pris ce pays, ils n'ont fait que reprendre le bien de leurs⁵.

Que a tónica civilizacional domina a ideologia imperial no século passado, mesmo quando se trata de potências dominadoras que se reconhecem

⁵ Renier 1852: 513.

como pertencentes ao mesmo grupo identitário, levando a imitar modelos considerados bem sucedidos, deduz-se facilmente de uma opinião expressa pelo Marechal Lyautey, grande figura da acção francesa em Marrocos após o estabelecimento do Protetorado:

Dans toutes les régions du monde où je suis passé, quand j'ai vu des ponts, des églises ou de vieux forts et que je demandais qui les avaient construits, on me répondait presque toujours ce sont les Portugais.

Aussi, je souhaite que si un jour le Maroc devenait esquimau ou chinois, nos successeurs trouvent dans ce pays autant de souvenirs français que nous en avons trouvés de portugais⁶.

Esta declaração, proferida durante a visita ao pavilhão português na Exposição Colonial de Paris, vinda de uma personalidade francesa católica e monárquica, vale o que vale como prova de estima por uma potência colonial, como era Portugal em 1931, mas não podemos deixar de sublinhar que o Marechal, agraciado com a Ordem Militar da Torre e Espada pelo governo português em 1932, colocou a ênfase não tanto na missão espiritual, particularmente agradável ao nosso regime da época, mas sim na capacidade portuguesa de marcar fisicamente a sua presença, transferindo para o campo material, de forma pragmática, o resultado evidente do esforço realizado. A ideia, todavia, não se afasta do conceito imperial de Lyautey, que sempre defendeu e praticou a tese de que colonizar significa garantir progresso material aberto aos colonizados, sem recair nos mito perigoso da assimilação e da integração cultural, que no caso de Marrocos sabia ser impraticável⁷. Diremos, pois, que se tratava de uma visão imperial do fenómeno colonizador, de alguma forma comparável ao que Roma desenvolveu gradualmente depois do advento de Augusto, de que os vestígios pontuam por todo o lado o Norte de África.

As ideias elaboradas no século XIX acerca da romanização e do seu significado tiveram uma fortíssima influência na ideologia imperial da época, condicionada por correntes de acentuado nacionalismo e interpretações românticas não menos atuantes. Como é natural neste cenário, a ideologia justificadora da criação, ou manutenção, de possessões coloniais, opôs as potências europeias interessadas nestas aventuras ultramarinas, em grande parte alimentadoras de imaginários de grandeza nacional e de afirmação de uma ideologia de serviço, de que o conhecido poema *The White Man's Burden*, do prestigioso e emblemático Rudyard Kipling, é uma clara declaração de princípio⁸.

⁶ Lyautey 1938: 3.

⁷ Singer 1991: 131-157; Potiron de Boisfleury 2010.

⁸ Kipling 1899: 290-291.

A forma como se desenvolveram estas teorias não foi igual em todos os casos, dependendo quer de circunstâncias históricas nacionais, quer das características dos territórios colonizados, consoante mais ou menos homogêneos quanto a povos e culturas e em relação com a posição ocupada na hierarquia racial definida pelo Ocidente, sobretudo a partir da década de 1850. Como é lógico, a projeção no mundo contemporâneo do modelo romano, ou assim considerado, não implicava necessariamente uma relação étnica de raiz latina. O caso britânico ilustra muito bem esta circunstância, diferente da situação que envolvia a acção colonial francesa e italiana, estas ainda assim com múltiplas gradações, como veremos. A comparação entre o Império Britânico, o maior e o mais rico dos séculos XIX e XX, e os restantes impérios seus contemporâneos, quanto à sua base ideológica, revela-se muito interessante, ilustrando uma filosofia de concepção imperial, espécie de destino manifesto, apresentado frequentemente como gerador de uma grande comunidade de povos sob hegemonia britânica, hierarquizada, estanque e desigual, o que desde logo dificultava a sua identificação com a evolução do mundo imperial romano⁹.

Quer isto dizer que os britânicos não se apresentavam como renovadores ou sucessores de presenças anteriores, antes como herdeiros espirituais de princípios de acção e práticas civilizacionais da chamada Romanização, traduzidas num conjunto de valores largamente divulgados entre as classes cultas, inspiradas por uma forte formação clássica humanística e pela valorização dos testemunhos da presença romana na Grã-Bretanha¹⁰. Esta atitude podia, sem grandes dificuldades, ser seguida por outros países, sobretudo naqueles casos em que os colonizadores apenas teoricamente podiam invocar um processo de retorno ou quando os territórios dominados não tivessem integrado o mundo romano. Nestas circunstâncias o apelo ideológico à Latinidade e à Romanidade resultavam, no mínimo, dúbios. Não havia, naturalmente, lugar para nenhuma ideia de restauração e o conceito imperial de base mercantilista e expansionista predominou sem necessidade de explicações complementares, ainda que, por vezes, a velha ideia da defesa dos princípios cristãos ocorresse em determinados contextos.

A análise do conceito de Romanização tem sido efetuada recentemente sob uma luz muito pouco favorável às interpretações herdadas do século XIX. Tal atitude deve ser considerada normal, em termos de investigação científica, o que não só é louvável como expectável em termos académicos. Já não podemos concordar com parte das revisões sobre o tema, profundamente influenciadas pela chamada pós-colonialidade¹¹, ideologicamente marcada e não poucas

⁹ Darwin 2012: 189-303; Bancalari Molina 2007.

¹⁰ Jones 2008: 26-49.

¹¹ Williams e Chrisman 1993; Young 2001.

vezes eivada de comparações ou ilações anacrônicas. É evidente que ninguém aceita hoje o velho lugar-comum que defendia ser o fenómeno romanizador um processo de aculturação massiva dos dominados, transformando-os pura e simplesmente em indivíduos de cultura romana¹². Tal nunca esteve, aliás, nas intenções da classe dirigente, e o próprio Édito de Caracala é uma boa prova disso, nem tal ideia resiste à mais superficial análise, atendendo à diversidade de situações coexistentes no seio do Império. Que se trata de matéria controversa deduz-se facilmente se confrontarmos as opiniões de um arqueólogo marxista romeno com as de um arqueólogo escocês, o primeiro sublinhando o valor do contributo material romano para as populações da Dácia, o segundo classificando como *lixo militar* o resultado final da presença romana na Britânia¹³.

Dito isto, parece evidenciar-se a dificuldade do tema que aqui trazemos, produto de muitas reflexões e de algumas experiências, dificuldade redobrada quanto se procura interpretar a forma como a ideologia dos impérios coloniais francês e italiano utilizou os conceitos de Latinidade e Romanidade, por vezes também eles um pouco imprecisos, nos seus territórios norte africanos entre 1830 e 1962. Logo à partida estamos perante um clássico *jogo de espelhos*, onde a criação da identidade, a simbologia e o discurso teórico dominante realçam a diferença em relação a um oposto ao qual não poucas vezes se hesita em termos sociais. Neste ponto, apesar das sombras que Michael Grant admitia terem existido na civilização romana¹⁴, o Império parece ter funcionado bastante melhor que o mundo colonial franco-italiano durante o período temporal que indicámos, talvez por haver em Roma diferente perceção do fator racial. Mas, como dissemos, é conveniente evitar anacronismos, mesmo que por razões de boa vontade ou de identidade, real ou imaginária.

O ambiente denso e mórbido que o relato da visita do jovem Albert Camus às ruínas romanas de Djémila (*Cuicul*) nos comunica, no seu ensaio *Le Vent à Djémila*, ilustra o quanto era instável, na véspera da Segunda Guerra Mundial, a situação de sentidas ambiguidades e de reconhecida finitude do *status* vigente na época, como sucedera com o domínio romano:

*Le miracle, c'est que les ruines de leur civilisation soient la négation même de leur idéal. Car cette ville squelette, vu de si haut dans le soir finissant et dans les vols blancs des pigeons autour de l'arc de triomphe, n'inscrivait pas sur le ciel les signes de la conquête et de l'ambition. Le monde finit toujours pour vaincre l'histoire*¹⁵.

¹² Webster 1996: 1-17.

¹³ Mantas 2013: 12-14.

¹⁴ Grant 1967: 344.

¹⁵ Camus 1959: 31-32.

Voltaremos a encontrar neste artigo o famoso arco de Djémila e as ruínas da cidade como símbolo explícito de identidade (Fig. 2), através de um processo evolutivo não menos significativo que a perturbadora visão de Camus em 1936.



Fig. 2 – As ruínas de Djémila (Cuicul), destacando-se o célebre arco de Caracala.

A propósito, ocorre-nos a ideia, semelhante à de Camus, expressa por um autor português, Ferreira de Castro, o que sugere que os escritores, alguns, pelo menos, tendem a relativizar as civilizações, as quais realmente não devem ser consideradas eternas, pois todas, afinal, correspondem a um período específico, um ciclo biológico, como defenderam filósofos da História da craveira de Spengler e Toynbee¹⁶. O que é dramático é ter a consciência desse fim anunciado e viver como se tal fosse absurdo, o que parece deduzir-se do comentário de Lyautey ao sublinhar a inacreditável possibilidade de Marrocos se tornar um dia esquimó ou chinês. Eis o que Ferreira de Castro sentiu perante a riqueza arqueológica vista na sua viagem à Argélia em 1939, pouco depois do texto de Camus sobre Djémila:

Romanos, turcos, franceses, espanhóis, outras gentes, ali se bateram, com a ferocidade dessas eras, pelo seu domínio. Antes, a Argélia vira os púnicos, os

¹⁶ Spengler 1918-1922; Toynbee 1934-1961.

cartagineses, os bizantinos, ainda mais povos, deixarem os seus montes e planícies cobertas de cadáveres por uma soberania que raramente se mantinha tempo que valesse a pena, nas mãos de cada novo conquistador¹⁷.

Mas não será esta a dinâmica da História, na qual o conceito de estabilidade não passa de uma miragem que é a sua própria negação? E não facilitará esta pretendida dialética entre uns e outros exatamente, como tem sucedido, todas as teorias do retorno, do passado e do presente? Na verdade, os magrebins de hoje estão tão longe dos púnicos do passado como os franceses ou italianos o estão dos antigos gauleses e romanos, o que nos obriga, irremediavelmente, a situar a questão no campo cultural e no das construções identitárias, sempre complicadas, particularmente quando se imiscui o fator étnico, seja qual for o lado considerado¹⁸. Neste processo o símbolo desempenha um papel essencial, quer como fator positivo, quer como fator negativo, como os últimos anos têm amplamente comprovado, se tal fosse necessário.

A prática arqueológica em territórios coloniais, ou ainda não colonizados pelos europeus, sobretudo nos finais do século XIX e princípios do século XX, não deixou de constituir não poucas vezes, pretexto para desenvolver outras atividades, desde a espionagem até à coleta de antiguidades destinadas a museus envolvidos na competição internacional por projeção nacionalista, a que já se chamou *arqueologia imperial*, isto com ou sem o consentimento explícito das autoridades locais, que frequentemente demonstravam pouco ou nenhum interesse por antiguidades, mesmo quando alguns desses governantes eram considerados progressistas, como Maomé Ali, quediwa do Egito, ofertante à França do obelisco de Luxor que se encontra na Praça da Concórdia, em Paris, ao mesmo tempo que muitas ruínas foram destruídas para reutilizar materiais nas muitas obras públicas então empreendidas, com largo apoio francês¹⁹.

Embora este tipo de atividades se encontre agora no centro de escusadas polémicas, que desastrosos acontecimentos recentes aconselham a enfrentar com imparcial bom senso²⁰, a verdade é que o domínio europeu sobre vastos territórios africanos e orientais permitiu um desenvolvimento extraordinário do conhecimento de regiões de velhas civilizações, criando as condições, nomeadamente de segurança, para que a atividade arqueológica se desenvolvesse, como Sabatino Moscati reconheceu em relação ao Próximo Oriente²¹.

¹⁷ Castro 1944: 16.

¹⁸ Jones 1997.

¹⁹ Miquel 1971: 344-349.

²⁰ Greenhalgh 2017: 409-422.

²¹ Moscati 1963: 3-20.

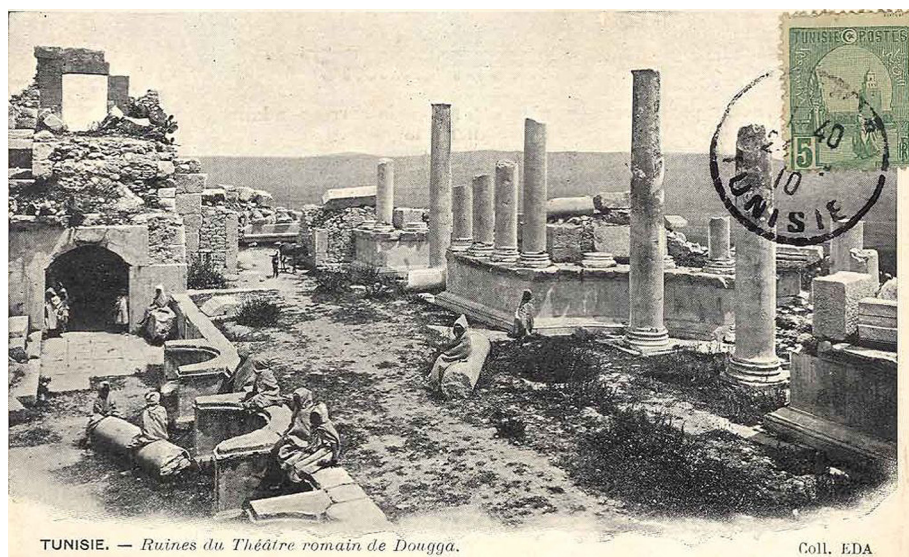


Fig. 3 – Grandeza e imobilismo: as ruínas do teatro de Dougga no início do século XX.

Como é evidente, as representações da Antiguidade, em grande parte formadas através da arqueologia, não podem eximir-se aos condicionalismos ditados pelas ideias prevalecentes numa determinada época, entrando no jogo político a par de outros fatores, pelo que a sua introdução no discurso nacionalista e imperial resultou perfeitamente normal, inclusive quando se procurava estabelecer o contraste entre a grandeza passada e o atraso encontrado pelos colonizadores (Fig. 3). Para países como a França e a Itália, dominadores de territórios coloniais fortemente marcados pela presença de ruínas romanas, sobreviventes graças à fraca demografia e limitado desenvolvimento urbano, a apropriação do passado para sustentar ideologicamente a construção do futuro resultou natural. O processo foi também facilitado pela proximidade dos territórios magrebins franco-italianos das respetivas metrópoles, levando mesmo a considerá-los, pelo menos no caso da Argélia e da Líbia, como extensões ultramarinas do território nacional em resultado de um processo relacionado com a evolução política em França e na Itália.

Em competição desfavorável com a Inglaterra depois do ocaso do vendaval napoleónico, a França da Restauração procurava uma forma de afirmação internacional que lhe permitisse recuperar prestígio e poder. A criação de um império colonial que lhe conferisse uma nova respeitabilidade entre as grandes potências europeias parecia ser o caminho mais rápido para atingir esse objectivo, tanto mais que permitiria ocupar muitos dos militares saudosistas de glórias ainda recentes. A criação de colónias estava na agenda política de muitos

grupos de opinião e parecia também uma forma de contentar os dissidentes da monarquia e todos os que viam com suspeita o crescimento permanente do poderio britânico, visível em áreas de interesse estratégico francês, como era o Mediterrâneo.

O agora contestado declínio do Império Otomano, acelerado com a intervenção, britânica, francesa e russa na guerra de independência grega, indicaram o caminho possível para o desejado império: o Norte de África. Uma grande parte desta região, do Egito à fronteira de Marrocos, vivia numa nominal dependência de Constantinopla, de perduradoras consequências, mas na realidade com total autonomia²². A expedição francesa contra Argel vai ocorrer durante a revolução grega, ainda antes do Protocolo de Londres, que ratificou, em 1832, a independência helênica. Em Trípoli e em Argel continuavam a desenvolver-se atividades de corso que punham em risco permanente a navegação comercial e até militar não muçulmana, como se verificou com o ataque em 1802 à fragata portuguesa *Cisne*, capturada e levada para Argel, de onde os sobreviventes só regressaram em 1812, e o episódio da fragata americana *Philadelphia*, capturada em 1803 em Trípoli²³, cuja subsequente destruição num audaz golpe de mão americano mereceu ser recordado no hino dos *Marines* dos Estados Unidos. O corso organizado não era, pois, uma fantasia romântica, prejudicando gravemente a liberdade de navegação e alimentando abertamente práticas escravagistas e extorsionárias.

Na verdade tratava-se de difusas entidades políticas enriquecidas pelos resgates e pelos acordos destinados a garantir a segurança da navegação. Embora à Inglaterra fosse conveniente esta situação, que enfraquecia potências rivais, como a Espanha e a França, a verdade é que, perante a ineficácia dos bombardeamentos periódicos a estes e a outros portos da costa barbaresca, uma intervenção decisiva, aliás justificada, acabaria por ser admitida internacionalmente e vista como mais um episódio da luta entre o Ocidente civilizador e o Oriente decadente, como sugeriam em 1815 as decisões do Congresso de Viena²⁴, reforçadas no Congresso de Aix-la-Chapelle em 1818.

Em consequência de um incidente diplomático motivado por uma arrasada questão financeira, agravada pelo cenário da situação política que se vivia em França, forças francesas atacaram Argel e tomaram a cidade a 4 de Julho de 1830, êxito militar que não salvou o conservador Carlos X de abdicar por força da revolução que estalou em Paris nesse mesmo mês²⁵. A luta estendeu-se a outras regiões, com apoio de Marrocos, o que levou a uma intervenção francesa contra os marroquinos, marcada pela vitória de Isly e pelos bombardeamentos

²² Peyrouton 1966: 126-134; Kitsikis 1991: 107-111.

²³ Cabrita 2013: 29-50, 152-158; Toll 2006: 145-254.

²⁴ Vick 2010: 157-172.

²⁵ Celarié 1929.

de Tânger e Mogador, em 1844. Depois de campanhas muito violentas, as forças francesas controlam em 1847 grande parte da Argélia setentrional, o que permitiu a integração colonial do *Território do Norte* em 1848, sob a forma de três departamentos: Orão, Argel e Constantina ²⁶. Desta forma, a Argélia transformou-se num território ultramarino francês, cuja modernidade começa em 1830.

Mas as hesitações quanto à fórmula final oscilaram com os políticos e as políticas partidárias, manifestando-se mesmo opiniões favoráveis ao abandono ou, pelo menos, a favor de uma restrita ocupação do litoral. Napoleão III, que visitou a Argélia em 1865, pretendia transformar o território num *Reino Árabe*, talvez inspirado pelo exemplo da Índia britânica. O fim do Segundo Império francês em 1870 levará ao estabelecimento de um governo civil na Argélia e ao progresso da colonização com a vinda de refugiados da Alsácia-Lorena. É neste quadro complicado que veremos os primeiros trabalhos arqueológicos, desenvolvidos em grande parte por militares, iniciarem o descobrimento sistemático do passado romano. Seguindo uma lógica pragmática, o governo francês, em detrimento da Itália, que contava com importante colónia instalada na Tunísia, superior à francesa, estabelece em 1881, apesar de forte oposição parlamentar, um protetorado sobre a chamada Regência de Tunes, *de facto* já independente de Constantinopla.

Desta forma, tal como para Marrocos em 1912, a solução jurídica para a integração colonial difere profundamente da estabelecida para a Argélia, considerada terra francesa por direito de conquista, com inelutáveis consequências e evidentes dificuldades:

*Toutefois, on ne saurait nier que la religion demeure le grand obstacle au rapprochement entre Africains et nous... La France a toujours observé vis-à-vis de l'islam, en Algérie, une attitude de neutralité bienveillante*²⁷.

Cem anos depois da conquista de Argel mantinha-se o reconhecimento de dois grupos culturalmente irredutíveis, cujos estatutos contrariavam a integração dos muçulmanos na cidadania francesa, conduzindo a uma interpretação da Latinidade específica do grupo dominante, ou pelo menos dos ideólogos desse grupo, interpretação que encontrou nos impressionantes traços da presença romana, devidamente sublinhada por ocasião das grandes celebrações do Centenário da conquista (Fig. 4), um suporte particularmente importante. Devemos referir que, nesse momento, o número de colonos na Argélia facilitava a ideologia do retorno e da restauração da supremacia da Latinidade, pois em 1930 representavam cerca de 13% da população total do território.

²⁶ Peyrouton 1968: 191-196, 268-269.

²⁷ Bernard 1929: 381-382.

Em Marrocos, a experiência entretanto adquirida foi adaptada ao facto de existir um Estado, sob proteção francesa, nunca considerado parte integrante do território nacional, e assim o compreendeu Lyautey. A diferença de estatuto levou a que o interesse pelo passado romano, menos evidente que na Argélia e na Tunísia, fosse considerado não tanto um símbolo de identificação por parte dos protetores, antes promovido como exemplo da grandeza cultural da França ao serviço do Estado marroquino, rapidamente dotado de um *Service des Antiquités, Beaux-Arts et Monuments*, naturalmente com chefias francesas.



Fig. 4 – Selo comemorativo do Centenário da Argélia, figurando o arco de Timgad.

A intervenção arqueológica iniciou-se rapidamente, pois três anos após o estabelecimento do Protetorado, as ruínas de *Volubilis* foram objecto de escavações que se prolongariam durante anos. Parte da mão-de-obra utilizada nesta fase dos trabalhos, desenvolvidos sobretudo em torno do arco honorífico e da basílica, sob orientação do então tenente Louis Chatelain²⁸, foi constituída por prisioneiros de guerra alemães enquadrados por militares franceses (Fig. 5). A valorização da presença francesa através de atividades pacíficas, de acordo com o pensamento do Residente Geral, é sublinhado por Chatelain:

*Il importait au plus haut point de montrer aux indigènes que la France est un pays forte et qu'elle est capable, en dépit du devoir sacré de la défense de son sol, de poursuivre tout un programme de réalisations pacifiques*²⁹.

²⁸ Gran-Aymerich 2008: 204-205.

²⁹ Chatelain 1916: 359.

Lyautey visitou as escavações de *Volubilis* em Abril de 1916, facultando os meios necessários à continuação dos trabalhos até à desmobilização de Chate-lain, providenciando a construção de alojamentos para os eventuais visitantes das ruínas, então ainda relativamente modestas (Fig. 6).



Fig. 5 – Os prisioneiros alemães em 1916 junto às ruínas da basílica de *Volubilis*.



Fig. 6 – Lyautey, residente-geral em Marrocos, visita as escavações de *Volubilis*.

Diremos que Lyautey seguiu aqui a política que já havia sido desenvolvida inicialmente na Argélia e na Tunísia, onde os militares, direta ou indiretamente, tiveram importante papel na fase inicial do estudo das antiguidades romanas, independentemente das múltiplas consequências destrutivas da colonização.

A partir de finais do século XIX tornou-se habitual enviar os estagiários da prestigiosa *École Française de Rome* para os territórios magrebinos franceses³⁰, o que teve decisiva influência na qualidade da investigação e no acumular de descobertas, quer de vestígios diversos, quer de testemunhos epigráficos, motivo de inúmeras publicações, nos primeiros anos da conquista quase sempre da autoria de militares como, logo em 1839, Édouard Lapène em Bougie hoje Bejaia³¹, ainda essenciais à investigação, como testemunha o volume oitavo do *Corpus Inscriptionum Latinarum*³².

A maior escassez de restos romanos no território marroquino reflete-se na bibliografia arqueológica relativa ao conjunto dos territórios administrados pela França no Norte de África, sugerindo um cenário secundário, levando alguns investigadores a classificarem os trabalhos arqueológicos em *Volubilis* como simples colonialismo, fulminando-os numa condenação geral³³, o que nos parece exagerado e injusto, sem esquecer, naturalmente, as condições em que se iniciaram, ou até por isso mesmo. Foram, neste e noutros locais, ações que produziram conhecimento e salvaguardaram monumentos entregues ao mais absoluto abandono. É em grande parte graças a esse começo atribulado que *Volubilis* é hoje Património da Humanidade e um dos destinos turísticos de maior procura em Marrocos.

Era inevitável que as dramáticas e nem sempre românticas diferenças civilizacionais constatadas por viajantes ocidentais no Magreb do século XIX e inícios do século XX fortalecessem preconceitos e sentimentos negativos, aos quais as ideias vigentes em torno da antiguidade greco-romana como matriz do Ocidente não foram alheias, num discurso dialético talvez não tão errado como hoje, na época da globalização e da pós-colonialidade, é de bom-tom criticar. Este sentimento de civilidade ocidental encontra-se claramente expresso pela norte-americana Edith Warthon ao escrever, a propósito da sua visita às ruínas de *Volubilis*, onde conheceu Chatelain:

*So the two dominations look at each other across the vale: one the lifeless Roman ruin, representing a system, an order, a social conception that still run through all our modern ways; the other, the untouched Moslem city (Mulay Idriss), more dead and sucked back into a unintelligible past than any broken architrave of Greece or Rome*³⁴.

³⁰ Dondin-Payre 2015: 479-494.

³¹ Lapène 2002: 185-188; Sánchez Medina 2020: 371-402.

³² Mommsen 1881.

³³ En-Nachioni 1995: 161-170.

³⁴ Warthon 1920: 44-45.

Se desejássemos sublinhar uma frase deste parágrafo, tão elucidativo dos encontros e desencontros da História, certamente *representing a system* seria a mais adequada. Nele reside, em grande parte, a essência do assunto que aqui tratamos e dos seus problemas.

Devemos reconhecer que a partir da conquista de Argel se foi desenvolvendo uma renovada sensibilidade a propósito das ruínas antigas, de início uma curiosidade que evoluiu para uma percepção mais complexa a partir da constatação da variedade e ubiquidade destes vestígios no território que se ia dominando e explorando. O conhecimento da História Antiga, normal entre as elites ilustradas francesas do século XIX e a comparação com outros vestígios existentes na Metrópole não deixou de concorrer para essa mudança. Embora se insistisse, em especial na instrução primária, que os gauleses eram os antepassados dos franceses, esquecendo os francos, e que o cerco de Alésia fosse tratado, com grande estímulo de Napoleão III, como o início da história nacional, relação que há poucos anos voltou a ser invocada, agora na estação arqueológica de *Bibracte* por François Miterrand³⁵, a verdade é que se estabeleceu uma convergência cultural latina, indiscutivelmente reforçada pela história política da Europa do século XIX. A presença de monumentos romanos nos dois lados do Mediterrâneo não deixou de representar um fator relevante no quadro dessa identificação, onde não faltava a figura do chamado neo-francês, pequeno colono, presente nos romances de Louis Bertrand, como *Le sang des races*³⁶, escritor eleito à Academia Francesa em 1925.

Como todas as fases iniciais de uma conquista, que na época pouco ou nada tinha de reconquista, a não ser, talvez, o espírito, os aspectos pragmáticos imperaram e os vencidos e os convencidos não passavam, naturalmente, de gente dominada, cuja ignorância ou desinteresse em relação às antiguidades era total, ao contrário do que sucedia com os novos dominadores, ou parte deles. Este aspecto não deixou de pesar na divisão que praticamente perdurou durante toda a presença francesa, oficializado pelo estatuto atribuído à maioria islâmica da população dos três departamentos, cuja gestão cabia aos *Bureaux Indigènes*. Como era inevitável, os colonizadores identificam-se, por razões culturais e como expoentes da Latinidade, com os construtores dos monumentos do passado romano em solo africano, em parte devido a comparações entre o passado e o presente, como se verifica pelo que o alemão Moritz Wagner escreveu em 1841:

Yet the plain was here not always a swampy marsh we find in it everywhere traces of ancient drainage either the work of the Romans those mighty civilizers

³⁵ Fleury-Iletti 1996: 196-197, 203-206.

³⁶ Bertrand 2016: vii-xxxvi.

*of barbarous countries or of the Moors of the period in which active enthusiasm was alive with them and they had not yet fallen into their present passive dulness*³⁷.

As vicissitudes da história francesa contribuíram para transformar um fenómeno de admiração por um fenómeno de autoidentificação, mais complexo e ideologicamente conduzido, interessando muito especialmente ao grupo colonizador. A exploração arqueológica do território argelino começou muito cedo e nem sempre da melhor forma, por várias razões. Ditames de ordem militar e de colonização agrícola levaram à destruição de muitos vestígios³⁸, como sucedeu com a edificação de uma penitenciária sobre uma parte das ruínas do campo militar romano de *Lambaesis*. As primeiras explorações iniciaram-se na área próxima de Argel, nem sempre resultando no tipo de achados que os arqueólogos da época consideravam interessantes e valiosos como peças de museu. Assim sucedeu nas escavações do sítio de *Rusguniae*, em 1837, muito delapidado pela reutilização de materiais em Argel:

*The result of Berbrugger's excavation did not answer his expectations. Many fragments of statues and reliefs were discovered; but all of them either were greatly damaged, or of no artistic value*³⁹.

Adrien Berbrugger foi o fundador da biblioteca e do Museu de Argel, em 1838, e teve um papel importante no salvamento de milhares de manuscritos árabes de Tlemcen e de Constantina, ameaçados de destruição pelos militares franceses. Assumiu uma atitude enérgica contra a criação em Paris de um Museu da Argélia, que deveria receber os melhores materiais do Museu de Argel, contrariando assim uma prática muito comum na época⁴⁰, ao defender uma certa ideia de identidade colonial argelina, que encontraremos posteriormente na obra de Louis Bertrand, de alguma forma contrária ao centralismo cultural vigente. Muito interessante, pela sua visão social preocupada com as populações locais foi a acção de Émile Masqueray, polifacetado investigador diretor da *École Supérieure des Lettres* de Argel a partir de 1878, autor de importantes estudos sobre o Aurés e a presença romana na zona, confrontando com frequência as práticas coloniais da época e defendendo ideais de abertura e desenvolvimento que recordam Lyautey, sem deixar de comparar negativamente os colonos romanos aos colonos franceses⁴¹.

³⁷ Wagner e Pulszky 1855: 47.

³⁸ Effros 2018: 34-77.

³⁹ Wagner e Pulszky 1855: 60.

⁴⁰ Oulebsir 2004: 95-96, 107-111; Messaoud 2008: 86-88; Effros 2018: 168-210.

⁴¹ Guittard 2015: 393-399.

Dir-se-á que as instituições culturais fundadas na Argélia se dirigiam a um público europeu e não à maioria da população argelina, o que sendo verdade não deixou de contribuir para salvaguardar importantes testemunhos da herança cultural islâmica e de abrir a possibilidade de novos frequentadores futuros, sem esquecer, naturalmente, que se tratava de uma leitura horizontal, com um antes e um depois perfeitamente definido. Recordamos que o belo Museu de Belas Artes de Argel, criado no âmbito das celebrações do Centenário e através de cujas coleções se pretendia transmitir uma certa ideia de arte mediterrânica, o Norte de África estava representado apenas por telas inspiradas pelo orientalismo e exotismo em voga na arte europeia moderna e contemporânea⁴². Após a independência o acervo do museu deu lugar a um complicado caso de evacuação – devolução, o que, no mínimo, permite defender a justeza da sua criação, considerando o interesse demonstrado na sua recuperação pelas autoridades argelinas, ainda que seguramente alheio a apreciações estéticas.

Um caso que ilustra bem o sentimento francês quanto aos monumentos antigos da Argélia, considerados também eles como despojos de uma guerra que ainda continuava, é o do arco honorífico de Caracala, em Djémila (Fig. 7), em muito mau estado em 1839, quando o Duque de Orleães propôs o seu desmonte e transferência para Paris:

*Je demanderais que l'arc de triomphe de Djémilah, le plus complète des monuments romains que nous ayons visités en Afrique, fût démonté pierre par pierre et transporté à Paris, comme consécration et trophée de nôtre conquête de l'Algérie*⁴³.



Fig. 7 – Bivaque francês junto ao arco honorífico de Djémila (Alexandre Genet, 1839).

⁴² Alazard 1951.

⁴³ Le Magasin Pittoresque 1843: 67-69.

Felizmente este desejo não se cumpriu e o arco permanece *in situ*, restaurado, e em Djémila voltaremos ainda a falar, e de novo como símbolo.

Como é evidente, militares e colonos não eram, precisamente, cultores dedicados de história e arqueologia, colocando em primeiro lugar a satisfação de necessidades práticas ligadas à defesa e à exploração do território, com destruição em larga escala de restos arqueológicos, frequentemente para reutilização de materiais, circunstância que também ocorria vulgarmente na Europa. Como parte das vias de comunicação existentes em 1830 seguiam o traçado de vias romanas, aconteceu que o estabelecimento de postos militares ou explorações agrícolas acontecesse em locais com ruínas antigas, com efeitos muito prejudiciais. Michael Greenhalgh descreve muitas destas situações⁴⁴, de forma algo comprometida com uma visão parcial dos acontecimentos, nem sempre valorizando casos bem-sucedidos da intervenção militar na preservação e estudo do património arqueológico, iniciada muito cedo⁴⁵.

Acrescentemos que, por vezes, as destruições resultaram simplesmente da ignorância, como sucedeu com tantas ruínas, na mesma época, na Europa, ainda assim salvas pelos militares do desapeço dos colonos, como sucedeu com os restos de *Altava*, identificados em 1886 pelo militar responsável pelo Museu de Orão:

*Depuis que le commandant Demaëgh est venu, j'ai fait à chaque moment quelque constatation nouvelle, car avant de savoir que là s'était trouvée une grande ville, je ne donnais pas grand attention aux ruines qui se rencontrent à chaque pas, dans le voisinage. Je les prenais par des ruines arabes et je n'avais prêté à ces restes vénérables qu'une attention fort distraite*⁴⁶.

A última frase deste parágrafo parece-nos também bastante significativa.

Não é nossa intenção discorrer sobre a história da arqueologia romana no Magrebe, tão repleta de situações lamentáveis como de assinaláveis êxitos que, inseridos ou não em cenários ideológicos, produziram significativo avanço na área da História da Antiguidade Clássica⁴⁷, o que não pode ser esquecido ou vilipendiado. É verdade que a preocupação com a imagem de um passado latino levou também a excessos de sinal oposto às generalizadas destruições gratuitas, mas com resultado quase idêntico. Referimo-nos às reconstruções de monumentos muito arruinados, seguindo as teorias de Viollet-le-Duc, retirando-lhes autenticidade, como hoje, infelizmente, se pratica correntemente, criando pas-

⁴⁴ Greenhalgh 2014: 32-48.

⁴⁵ Oulebsir 2004: 18.

⁴⁶ Greenhalgh 2017: 164.

⁴⁷ McCarty 2018: 359-382.

tichos sem sentido, ou pior⁴⁸. Bom exemplo desta fúria reconstrutiva é o teatro romano de *Calama* (Guelma), em muito mau estado em 1896, quase totalmente reedificado entre 1902 e 1918 (Fig. 8), o que o transformou numa falsa antiquilha⁴⁹, mas não seria difícil indicar outras situações, ainda que menos exageradas.



Fig. 8 – Estado actual do teatro de Guelma (*Calama*), exageradamente reconstruído.

Durante décadas a exploração arqueológica da Argélia e da Tunísia conservou laivos de aventura mais ou menos romântica, seguramente difícil, concretizada sobretudo por agentes militares e civis. Não podemos exigir, em muitos destes casos, rigores científicos, também ainda pouco assentes na arqueologia académica da época, antes devemos agradecer aos que registaram vestígios de outra forma definitivamente perdidos ou atualmente muito maltratados. Uma das figuras mais interessantes desta copiosa leva de arqueólogos espontâneos foi o Coronel Jean-Luc Carbuccia, comandante do 2º Regimento Estrangeiro, que realizou, por meados do século XIX, numerosas investigações⁵⁰, uma das mais importantes no sítio do campo de *Lambaesis* (Tazoult). É muito conhecido o seu *beau geste* ao restaurar, em 1849, o mausoléu do Prefeito da III Legião Augusta, *T. Flavius Maximus*, terminando por lhe prestar honras militares fazendo des-

⁴⁸ Mantas 2008: 147-192.

⁴⁹ Lachaux 1979: 47-48.

⁵⁰ Dondin-Payre 1996: 145-174.

filas as suas tropas perante o monumento (Fig. 9), estabelecendo um laço irreversível entre o passado militar romano e o presente francês⁵¹.



Fig. 9 – O mausoléu de *T. Flavius Maximus*, em Lambése, reconstruído por Carbuccia.

O século XIX assistiu também, de forma mais limitada, à busca dos traços fenícios no Norte de África, especialmente em Cartago. O interesse francês pela Tunísia antecedeu a sua integração na esfera colonial, mas também na antiga Regência o passado romano, na verdade com traços bastante mais fáceis de identificar, acabou por suplantar o passado púnico. Devemos salientar que a corrente orientalista que se desenvolveu no século XIX foi muito estimulada pela exploração do Norte de África, misturando exotismo e barbarismo de forma por vezes muito aliciante, mesmo que pouco realista, contribuindo para criar modelos contrastantes, quase sempre favoráveis aos colonizadores e onde não faltou, com o desenvolvimento da fotografia, uma componente erótica, frequentemente chocante para quem observa hoje certos postais da época, ainda que com motivos arqueológicos, que nos dispensamos ilustrar.

⁵¹ Dondin-Payre 1991: 141-149.

A propósito de Cartago, o famoso romance *Salammbô*, de Gustave Flaubert, publicado em 1862, não deixou de contribuir para reforçar a antinomia Ocidente – Oriente, insistindo no carácter semita dos cartagineses, bárbaros capazes de crucificar leões e de sacrificar crianças a um ídolo terrível⁵². Este último aspecto, particularmente desagradável para a sensibilidade europeia, deu origem a longas discussões desde que se escavou o *Tophet* em Cartago, polémicas que ainda não se encontram completamente sanadas⁵³. Seja como for, não era difícil confundir popularmente os antigos púnicos com os colonizados do século XIX, o que mais uma vez projetava sob uma luz favorável a acção ocidental, romana e francesa. A mesma atitude viria a verificar-se na Argélia e na Tunísia independentes, mas agora de sinal contrário, interpretando oficialmente Jugurta e Aníbal como proto-heróis nacionais⁵⁴, proposta ainda longe de obter consenso, como o projetado levantamento em Cartago de uma enorme estátua do general cartaginês, apresentado como unificador anti-imperialista do Mediterrâneo, revelou.



Fig. 10 – Aspecto das maltratadas ruínas da basílica de Damous el Karita, em Cartago.

⁵² Flaubert 1862.

⁵³ Paul-Eydoux [s.d.]: 91-115.

⁵⁴ Alexandropoulos 2018-2019: 109-123.

Também a busca de lugares relacionados com o culto cristão em África, e aqui deparamos com a componente religiosa da ideologia do retorno da Latini-
dade, apesar do laicismo próprio do Estado francês, provocou prejuízos, como
aconteceu com as escavações dos *Pères Blancs*, discutivelmente conduzidas e
com medíocres restauros (Fig. 10), entre os finais do século XIX e as primei-
ras décadas do século XX, sobretudo das basílicas paleocristãs de Cartago⁵⁵.
Aqui se construiu, por iniciativa do Cardeal Lavigerie, no local do capitólio da
cidade antiga, a grande catedral metropolitana de São Luís, hoje desafetada,
e cuja visita em 1903 provocou intensa emoção à nossa rainha Dona Amélia,
que na mesma ocasião teve oportunidade de conhecer o padre Delattre, prin-
cipal responsável pela exploração, nem sempre científica, das ruínas da velha
cidade⁵⁶. Esta catedral primacial pretendia sublinhar a prioridade temporal
do Cristianismo sobre o Islão em terras africanas, preocupação que voltamos
a encontrar com a valorização ambígua de tradições como o culto de Santa
Salsa⁵⁷, pretensa mártir de *Tipasa*, cujas belas ruínas, evocadas segunda vez por
um Camus amadurecido⁵⁸, contam com uma das maiores basílicas paleocristãs
escavadas na Argélia.

Naturalmente, neste contexto de confronto ideológico, a figura do afro-ro-
mano Santo Agostinho, um dos maiores vultos intelectuais do Cristianismo,
nascido em *Tagaste* e falecido em 430 durante o cerco vândalo a *Hipona* (Bône /
Annaba), mereceu da administração francesa um destaque muito especial como
símbolo de uma realidade cultural latina pré-islâmica, com a qual muitos con-
temporâneos imediatamente se identificavam, considerando-se seus restaurado-
res. Embora as escavações sistemáticas de *Hipona* não sejam anteriores a 1950,
encontrando-se hoje vergonhosamente abandonadas apesar da importância do
sítio, as autoridades eclesiásticas francesas edificaram uma enorme basílica em
honra Santo Agostinho, iniciada em 1881, com uma localização extraordinária
que faz perdoar o mau gosto da sua arquitetura.

Por acaso, a passagem do aniversário da morte de Agostinho coincidiu
exatamente com as comemorações do centenário da tomada de Argel pelos
franceses (Fig. 11), o que não deixou de ser aproveitado para aprofundar a
tese favorável a considerar o domínio romano e a consequente romanização
dos africanos como o fulcro da história argelina⁵⁹, processo continuado sob a
égide francesa teoricamente com os mesmos objetivos, como retorno obriga-
tório a um passado comum. A realização do Trigésimo Congresso Eucarístico
Internacional, em Cartago, em 1930, obedeceu claramente a estes ditames,

⁵⁵ Duval 1972: 1071-1172.

⁵⁶ Ribeiro 2013: 108; Freed 2008: 67-100.

⁵⁷ Charles-Picard 1965: 118-120.

⁵⁸ Camus 1959: 155-168.

⁵⁹ Oulebsir 2004: 261-294.

completando as comemorações do Centenário da Argélia num local de eleição, pela sua importância simbólica para a França e para o Cristianismo, o que foi largamente destacado durante o evento e acompanhado de apressadas restaurações de algumas basílicas paleocristãs de Cartago⁶⁰.



Fig. 11 – Selo comemorativo de Santo Agostinho, emitido na Argélia em 1930.

A derrota francesa em 1870 e a derrocada do Segundo Império teve influência na Argélia, não só devido à grave revolta que se verificou na Cabília como também pela consequente instalação no território de numerosos alsacianos que não aceitaram a integração no Império Alemão. Recordamos que a perda da Alsácia contribuiu para reforçar a controvérsia em torno dessa *cause célèbre* que é explicar a razão da queda do Império romano. Duas correntes se digladiaram, e de alguma forma continuam a fazê-lo, uma acusando os bárbaros da queda de Roma, outra atribuindo a culpa à evolução negativa da sociedade romana⁶¹. Desenvolveu-se assim um confronto Latinidade-Germanismo no qual o imaginário político-cultural promoveu a latinidade francesa, que representaria a cultura latina por excelência, em oposição à realidade germânica, considerada de raiz bárbara e potencialmente ameaçadora, justificando a atitude filo-romana patente na historiografia, muito adequada à política desenvolvida

⁶⁰ Alexandropoulos 2009: 51-68.

⁶¹ Palanque 1971: 121-125; Riché e Le Maitre 1983: 28-33; Ward-Perkins 2006: 9-22.

no Magrebe, sobretudo na Argélia⁶². Esta atitude esteve presente em muitas das obras publicados por arqueólogos franceses até aos finais da década de 50 do século passado, o que em nada lhes limitou o mérito científico.

A verdade é que, apesar de tudo o que possa ser dito em contrário, o investimento na investigação do passado norte africano teve resultados muito positivos sobre a arqueologia clássica francesa⁶³, apesar de desviar homens e meios para terras africanas. Vejamos o que sobre estes trabalhos escreveu Ferreira de Castro:

Pesquisas sobre pesquisas, congressos a seguir a congressos, chegaram arqueólogos de todas as partes do Mundo. Mas, em breve, eles sentiam bruxulear o seu entusiasmo, porque estas cidades das colónias romanas em África se pareciam umas com as outras, tanto, tanto, que, vista uma, dir-se-ia ter-se visto todas⁶⁴.

Esta opinião, não é, aliás, exclusiva do nosso compatriota escritor, pois a encontramos aflorada por um especialista como Pierre Grimal:

L'on se s'aperçoit alors que, partout, se retrouve des édifices, sinon toujours semblables dans leur forme, de moins analogues par leur intention et leur fonction [...]. Tels sont les éléments de la vie urbaine. Il n'y en a qu'un petit nombre, et leur répétition dans chaque cité ne va pas sans engendrer quelque monotonie. Pourtant, n'imaginons pas les villes romaines toutes semblables entre elles. Les villes africaines ne présentaient pas le même aspect que les villes de Grande-Bretagne⁶⁵.

A arqueologia, porém, não se limita ao urbanismo, e o contributo total das investigações realizadas durante mais de um século, produziu uma enorme quantidade de informações sobre a civilização romana e permitiu constituir importantes coleções museológicas, maioritariamente conservadas em museus norte-africanos, comprovando o enorme progresso material e social durante o domínio romano⁶⁶.

Devemos considerar, pois se trata de um fator importante, no contexto do imaginário construtor da tese do direito francês à sucessão africana do Império Romano, que as grandes ruínas tiveram um lugar especial, integradas num ambiente de exotismo, capaz de excitar a imaginação e popularizado pelo desenvolvimento da fotografia (Fig. 12), por obras literárias como *L'Atlan-*

⁶² Graceffa 2008: 83-104.

⁶³ Gran-Aymerich 2000: 549-563.

⁶⁴ Castro 1944: 22.

⁶⁵ Grimal 1954: 10.

⁶⁶ Mahjoubi 2010: 533-544; Le Bohec 2013: 259-260.

tide, de Pierre Benoit⁶⁷, com a perturbadora atracção dos grandes espaços a sul do antigo *Limes*, ou pelo reportório de cantoras como Édith Piaf, trazendo o Magrebe colonial, em 1936 e 1937, para o plano do pequeno quotidiano com *Le fanion de la Légion* ou *Mon légionnaire*, como já o fizera na literatura popular e diferente intenção o académico Louis Bertrand. A divulgação do sentimento nacionalista de que a França era, não apenas herdeira, mas sim continuadora da antiga hegemonia latina, não esqueceu as crianças e os jovens através, por exemplo, de coleções de cromos (Fig. 13), disponibilizadas sedutoramente em embalagens de chocolates, sabonetes ou produtos alimentares ou semelhantes, prática vulgar em diversos países europeus⁶⁸.



Fig. 12 – O decumano de *Thamugadi* e o arco honorífico em 1897 (Neurdein frères).

O conflito argelino (1954-1962), cujos primeiros anos coincidiram com o fim natural dos protetorados na Tunísia e em Marrocos⁶⁹, não deixou de estimular o imaginário da Latinidade, e nem poderia ser de outra forma, exacerbadas como foram as tensões entre as várias comunidades. É essa situação de conflito aberto, com todo um cortejo de grandes violências, que levou Gilbert Charles-Picard, arqueólogo com vasto trabalho no Norte de África, em especial

⁶⁷ Benoit 1919.

⁶⁸ García Morcillo 2018: 244-251.

⁶⁹ Peyrouton 1968: 268-269.

em Cartago e Maktar, na Tunísia, a referir-se aos habitantes do Norte de África romano, já quase no final da guerra argelina, mas com os olhos postos nos seus contemporâneos, escrevendo que os afro-romanos “ont su tirer le meilleur parti d’une nature ingrate, et résoudre heureusement, pendant plusieurs siècles, les problèmes posés par l’antagonisme des races, des religions et des conditions sociales”⁷⁰.

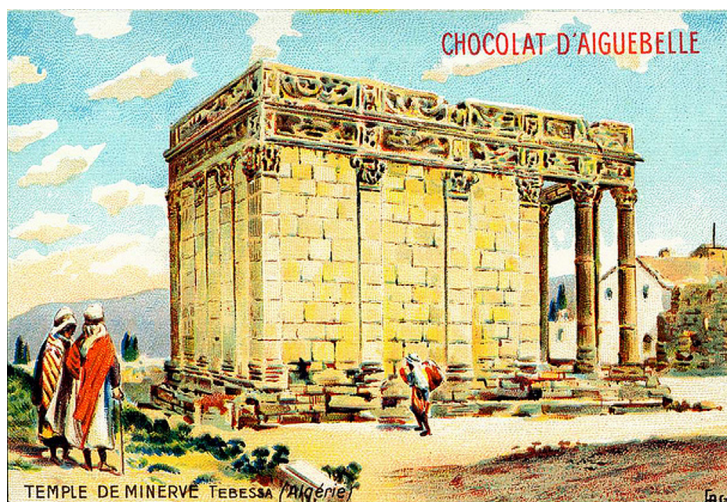


Fig. 13 – Embalagem de chocolates figurando o templo dito de Minerva, em Tebessa.

Infelizmente não sucedeu assim no século passado, como bem sabia o arqueólogo francês, cuja irmã Yvonne morreu deportada em Auschwitz-Birkenau. O ineludível fator que representa a fronteira cultural estabelecida no Mediterrâneo pela invasão árabe no século VII, mais que modelos políticos em oposição, afinal todos de matriz europeia, acabou por decidir a questão. O Exército Francês, ferido pela derrota na Indochina, empenhou-se em força na Argélia, a partir de Novembro de 1954, identificando-se rapidamente com a missão pacificadora, garante do progresso, das tropas romanas, como seu continuador num combate vagamente semelhante. Não faltam testemunhos desta identificação, frequentemente voluntária, em vários registos. Porém, antes da paz vitoriosa, era preciso vencer a guerra, sem economia de meios e de princípios.

Os militares franceses encontravam uma forte inspiração na literatura militar colonial e na tradição antiquarista de muitos dos oficiais destacados no Norte de África em tempos anteriores, perfeitamente adequada à ideologia da Latinidade e da sua desejada recuperação, sobretudo na Argélia, onde a sombra de Roma se fazia sentir por vezes de forma inesperada, mas como evidente

⁷⁰ Charles-Picard 1959: iv-v.

mensagem⁷¹. Não era certamente por acaso que a grande esplanada frente ao edifício do Governo-Geral, em Argel, hoje *Esplanade de l'Afrique*, se denominava *Forum*. Ali se viveram, em Maio de 1958, horas intensas do advento da Quinta República, nascida do complexo *coup d'état* civil e militar que muitos, embalados em ilusões diversas, esperavam garantir a continuidade da Argélia francesa, através de um governo estável e reformista⁷².

Este assumir da romanidade pelos militares franceses manifestou-se de muitas formas, algumas mais oficiais que outras. Recordamos aqui, como simples exemplo, a insígnia da *École Militaire de Cherchell* (Fig. 14), estabelecimento militar que formava oficiais reservistas (milicianos), e cujo emblema criado em 1946 aludia explicitamente ao passado romano da antiga *Caesarea*, onde a Escola se localizava, emblema que em 1961 recebeu uma bela divisa latina: *Ducis et tu suscipe curam*. Esta preocupação identitária entre dois domínios teve expressões mais fundas do ponto de vista das práticas militares, como os desfiles, na linha do gesto de Carbuccia, de unidades de intervenção, como paraquedistas e legionários, nas ruínas do grande campo de *Lambaesis* (Fig. 15), base da *Legio III Augusta*. Assim, a ideia da sucessão encontra-se de tal forma revelada, em termos de cerimonial militar, que dispensava qualquer explicação política mais elaborada, elevando-se a um processo de transparente identificação. A Argélia, criada como entidade política pela conquista em 1830, é vista como uma obra de restauração francesa do passado latino do território. Por isso mesmo, não é difícil aceitar como normal a evidente relação entre política e arqueologia, nomeadamente na fase final da soberania francesa no território.



Fig. 14 – Emblema da *École Militaire* de Cherchell, lembrando o passado de *Caesarea*.

⁷¹ Frémeaux 1984: 29-46.

⁷² Courrière 1970: 351-388; Frémeaux 2010: 59-68.



Fig. 15 – Desfile em Lambèse, em 1958, da 13^ª Demi-Brigade da Legião Estrangeira.

Não falta literatura em torno da Guerra da Argélia e do que ela representou para franceses e argelinos, se nos quisermos limitar apenas aos seus mais diretos protagonistas. A presença de referências à marca de Roma no território argelino não é rara nessa literatura, na qual, por várias razões óbvias, sublinhamos a obra de Jean Lartéguy, que tivemos oportunidade de ler logo nos anos sessenta do século passado, início de longas e recorrentes reflexões. Este militar, jornalista e escritor, nascido em 1920, o que justificava uma reunião científica para discutir a sua obra e o que ela significou e significa ainda como desiludido testemunho da condição militar e da forma como se perdem guerras, não só merece releitura atenta como uma urgente reflexão sobre o percurso da Europa e do Ocidente no último meio século. Lartéguy, um antigo instruendo de Cherchell, representou o Exército francês, em especial as suas forças de intervenção, como continuador da missão romana, em defesa de um Ocidente moralmente enfraquecido, onde os aliados se revelaram, com frequência, tão nocivos como os inimigos. Os títulos dos seus livros mais conhecidos, *Os Centuriões* e *Os Pretorianos*⁷³, sobretudo o último, apontam imediatamente para este fenómeno de identificação.

São clássicos da literatura militar de todos os tempos, não simples narrativas de aventuras, e devem ser lidos com o pano de fundo da História em

⁷³ Lartéguy (1961); (1962).

presença. Neles encontramos não a exaltação da experiência guerreira, como em Ernst Jünger, por exemplo⁷⁴, mas uma humana, ainda que por vezes quase fria, análise das motivações e dos sentimentos dos que combatem. A romanidade, mais que a latinidade, encontra-se subjacente na narrativa africana de Lartéguy, como exemplo do necessário para garantir a sobrevivência do Ocidente, destruído pelo interior, tal como Roma:

Os centuriões de África acendiam enormes fogueiras sobre os picos do Atlas do Sara, para fazer crer aos Númidas que as legiões continuavam vigilantes. Mas um dia os Númidas souberam que eles não eram mais do que um pequeno grupo, e degolaram-nos, enquanto os seus camaradas que tinham fugido para Roma, para esquecerem a própria cobardia, elegiam um novo César⁷⁵.

Numa obra muito menos conhecida, em colaboração com Marc Flament, *Les dieux meurent en Algérie*, o texto de apresentação é muito claro sobre o sentido da guerra e das suas trágicas consequências, a decadência definitiva de um conjunto de valores que a romanidade também compartilhava, prelúdio do ocaso ocidental:

Il n'y a pas que les hommes, les dieux meurent aussi en Algérie, toutes nos bonnes vieilles idoles d'Occident avec leurs grands principes. Ils avaient régné sur les cités helléniques, sur Périclès, Platon et les jeux olympiques, sur le sénat romain et les juristes en toges, sur les catacombes et les cloîtres romains [...]. Souvent, il nous arrivait de les tourner en ridicule et plus souvent encore de les oublier. Mais de les voir agoniser sur la terre d'Afrique nous rappelle soudain combien ils nous étaient encore indispensables; ils faisaient toujours partie de nous-mêmes⁷⁶.

Após Janeiro de 1960 a guerra seguiu o seu curso e em breve a Latinidade e os seus testemunhos romanos mudaram de sentido ideológico, para se tornarem anacrónicos símbolos de dominação colonial, agora noutra imaginário de leitura redutora. De tudo ficou a nostalgia de uma época condenada, patente numa obra mais recente de Lartéguy onde voltamos a encontrar, quase como um *leitmotiv* fantasmático, os vestígios romanos no deserto, símbolos de uma ordem desaparecida e de sonhos perdidos⁷⁷. Para a ambiguidade da leitura ideológica da história nos remete, num registo diferente, a película de Costa Gavras intitulada *Mon Colonel*, de 2006, filme maniqueísta que justifica o terrorismo

⁷⁴ Jünger 1922.

⁷⁵ Lartéguy (1961): 368.

⁷⁶ Lartéguy e Flament 1960: [n.p.].

⁷⁷ Lartéguy [s.d.]: 128, 144, 199.

e recrimina a tortura, o que seria expectável numa história *engagée* onde não faltam banalidades narrativas.

Referimo-lo aqui devido à presença de Djémila, ruínas de que vimos falando desde o princípio deste artigo e que no referido filme voltam a surgir como símbolo, aqui de coisa morta, varrida pelos *ventos da História*, só interessando à sociedade colonial, alheia à verdadeira Argélia. Uma visão perigosa, além de inexacta, que divide a história em compartimentos estanques e que não deixou de ter consequências. Os deuses que Camus sentia em *Tipasa*, em parte os mesmos de Lartéguy, morreram segunda vez, o que, afinal, permite considerá-los imortais:

*Au printemps Tipasa est habitée par les dieux et les dieux parlent dans le soleil et l'odeur des absinthes, la mer cuirassée d'argent, le ciel bleu écru, les ruines couvertes de fleurs et la lumière à gros bouillons, dans les amas de pierres*⁷⁸.

Os sítios romanos na Argélia sofreram as consequências de terem sido tão largamente utilizados no discurso imperial francês, agora que o não islâmico passava a segundo plano ou, pura e simplesmente, a símbolo negativo, como monumentos do colonialismo. Muitos deles deixaram de ser conservados devidamente durante largos anos, alguns talvez de forma deliberada, como *Lambaesis*, onde em 1983 o mausoléu reconstituído por Carbuccia foi destruído⁷⁹, outros sofreram depredações e os efeitos de uma generalizada falta de meios. O importante Museu de Chérechell foi salvo da destruição logo a seguir à independência por um funcionário argelino do mesmo, o que nem sempre foi possível durante o êxodo caótico da população europeia. Os sítios argelinos do período romano classificados como Património da Humanidade, Timgad, Djémila e Tipasa, e os tunisinos Cartago, El Jem e Dougga, encontram-se razoavelmente conservados, mas sobre dezenas de outros pende o perigo do abandono e falta de manutenção. Devemos sublinhar a terrível pressão imobiliária e especulativa que se exerce sobre alguns deles, desde logo sobre as ruínas de Lambésis e de Cartago, afogadas em construções modernas. Por outro lado, no mundo do século XXI, estes monumentos continuam a ser considerados por muitos como símbolos inimigos e também como objetivos rentáveis quando se pretende atacar a economia turística, e não apenas no Próximo Oriente⁸⁰.

Assim, as motivações destes atentados são de diversa natureza e os ataques a museus, como o Museu Nacional do Bardo, em Tunes, em 2015, ou o Museu Nacional de Antiguidades e Artes Islâmicas, em Argel, em 2019, são apenas exemplos. Mais significativo e muito simbólico da leitura anticolonial foi a

⁷⁸ Camus 1959: 11.

⁷⁹ Benseddik 2001: 287-295.

⁸⁰ Effros 2018: 1-33.

destruição, em 1983, do mausoléu do Prefeito *Flavius Maximus*, restaurado por Carbuccia em 1849, o que, vinte e um anos após a independência, mostra como este tipo de motivações permanece activo⁸¹. O alastramento significativo de perturbações políticas e de focos de radicalismo islâmico em vastas regiões da área mediterrânica, sem fim à vista, sugere novos e mais graves atentados protagonizados por grupos para quem o passado só pode ter uma leitura, nefasta circunstância que parece ganhar força também no Ocidente e na qual se insere agora uma absurda perseguição às Humanidades greco-latinas.

A história do Magrebe é complexa e não pode ser interpretada apenas em termos de fluxos e refluxos, dominados e dominadores, exigindo um exercício de equilíbrio poucas vezes conseguido⁸². O período romano, como em tantas regiões da Europa, não se caracteriza como um momento de opressão e de exploração, sob pena de distorcer a história. As ruínas dizem o contrário, o que talvez desagrade a muita gente. Falamos de um tempo em que o mundo mediterrânico viveu, unido sob a hegemonia romana, pois há sempre uma hegemonia, visível ou disfarçada, uma grande aventura de prosperidade e oportunidade aberta a todos⁸³, sem que tenhamos a ilusão de imaginar uma *Idade de Ouro* igualitária, sempre utópica, tema indicado para poetas e políticos sem imaginação.

O que se passa atualmente no Mediterrâneo prova que essa procurada unidade, ditada pelos padrões de cada época histórica, não era simples quimera. Camus, a propósito de Tipasa, escreveu: *Je, comprends ici ce qu'on appelle gloire: le droit d'aimer sans mesure*⁸⁴. Talvez por isso, mais do que pela vulgar glória, tantos amaram desmedidamente esta terra africana, enredando-se e perdendo-se nos imaginários próprios do seu tempo, ali tão fáceis de acarinhar como agora difíceis de esquecer. No centenário do nascimento de Jean Lartéguy (Jean Pierre Osty) não podemos deixar de os lembrar.

A presença italiana no Norte de África, embora compartilhe algumas das características do domínio francês no Magrebe, como seria de esperar, assume aspectos específicos que lhe atribuem características próprias. A Itália chegou tarde à luta por possessões africanas, desde logo por não existir como Estado-Nação até meados do século XIX, inibindo-a de estabelecer a soberania sobre territórios que muito lhe interessavam, por várias razões, como a Tunísia, onde a colónia italiana ultrapassava largamente os franceses residentes⁸⁵. O que hoje designamos como Líbia era constituído, o que parece repetir-se nos nossos dias, por três territórios, Tripolitânia, Cirenaica e Fezão, de fraco povoamento,

⁸¹ Benseddik 2013: 211-218.

⁸² Vatin 1982.

⁸³ Grimal 1988: 11-12, 275-279.

⁸⁴ Camus 1959: 16.

⁸⁵ Cardone 2016: 193-204.

em grande parte nómada, e medíocre cobertura urbana. Foi, como a Argélia e a Tunísia, uma dependência otomana, distinguindo-se pela atividade de curso desenvolvida a partir de portos como Trípoli e Derna, periodicamente bombardeados por esquadras europeias e alvo da primeira intervenção dos Estados Unidos da América fora do seu hemisfério, na Primeira Guerra Barbaresca⁸⁶.

Falhado o objectivo tunisino, onde a França se instalou em 1881 a propósito das dívidas do governo local, contrariando manobras da Inglaterra, que em compensação recebeu Chipre, os italianos não tinham espaço disponível em África para estabelecer colónias, aparecendo a opção pela Líbia, no quadro da dissolução mais ou menos controlada do Império Otomano depois de 1878, a única viável a curto prazo, como pressentiu Charles Furlong em 1909 ao visitar o território⁸⁷. A proximidade a que este território ficava da Itália e a existência de italianos nos principais centros urbanos da Líbia facilitou a decisão, quase obrigatória depois da consolidação da reunificação e como parte da ideologia do *Risorgimento*. Na história da presença colonial italiana na Líbia podemos distinguir dois períodos principais: o da conquista e pacificação e o da governação de Italo Balbo, indiscutivelmente o mais significativo, terminado com a obscura morte do Marechal em 1940. Na verdade, a presença italiana limitou-se a cerca de 31 anos, entre 1912 e 1943, ano em que os Aliados expulsaram as forças germano-italianas do território. A guerra entre a Itália e o Império Otomano eclodiu em 1911, sob forte pressão nacionalista interna, com o alegado motivo de proteger os nacionais italianos na Líbia, terminando em 1912 com um tratado pelo qual os turcos cederam à Itália os seus territórios africanos e as ilhas do Dodecaneso⁸⁸.

Dissemos existirem pontos de contacto entre a acção francesa e italiana, a começar pela estratégia de ocupação a partir de alguns pontos na costa, a violenta repressão da resistência armada e o reforço progressivo de uma política de colonização, dificultada pela hostilidade do terreno. Todavia, a ideia do *Ritorno* esteve presente desde o início da ocupação e nela os vestígios romanos, tão impressionantes como os existentes no Magrebe francês, constituíram um motivo forte da propaganda favorável à conquista (Fig. 16), embora esse impulso para a ocupação efectiva do território tenha sido retardado pela Primeira Guerra Mundial. Recordamos uma passagem de um célebre discurso do socialista e académico Giovanni Pascoli, proferido em Barga em Novembro de 1911:

⁸⁶ Sofka 1997: 519-544; Furlong 1909: 100-119.

⁸⁷ Furlong 1909: vii.

⁸⁸ Gramellini 2005.

O Tripoli, o Berenike, o Leptis Magna (non hanno diritto di porre il nome quelli che hanno disertato o distrutta la casa!), voi rivedete, dopo tanti secoli, i coloni dorici e le legioni romane! Guardate in alto: vi sono anche le aquile⁸⁹.



Fig. 16 – O Ritorno. Postal patriótico de 1914 sublinhando o passado romano na Líbia.

O advento do regime fascista em 1922 abriu uma fase nova, em que a ideia do retorno da Latinidade, como a defendia Louis Bertrand na Argélia⁹⁰, será reforçada pelo conceito de *Romanità*, essencial na ideologia e propaganda do regime e ultrapassando largamente os aspectos histórico-culturais que normalmente se lhe associam, ganhando a máxima expressão como um autêntico mito da Roma Antiga⁹¹. Durante o mandato de Giuseppe Volpi, governador da Tripolitânia entre 1921 e 1925, verificou-se um desenvolvimento das escavações, tendo Volpi definido que a pesquisa arqueológica era um dos grandes meios para glorificar a Romanidade reconstruída. Em resultado da sua intervenção a favor da arqueologia a povoação italiana junto às ruínas de *Sabratha* passou, em 1922, a denominar-se oficialmente *Sabratha Vulpia*, unindo exemplarmente o passado e o presente do que se pretendia ser a mesma realidade.

⁸⁹ Pascoli 1913: 221.

⁹⁰ Bertrand 1921-1922: 181-201.

⁹¹ Munzi 2006: 73-107; Nelis 2007: 391-415.

Mas também encontraremos algumas peculiaridades italianas na Líbia, onde ao colonialismo tradicional, brutal, característico dos primeiros tempos da ocupação, em particular sob o mandato de Volpi, sucedeu durante o governo de Balbo (1934-1940), o modernismo e dinamismo que se associa habitualmente ao Fascismo⁹². A Cirenaica e a Tripolitânia, unidas em 1934, com algumas consequências sobre a organização dos trabalhos arqueológicos⁹³, foram divididas em quatro províncias, anexadas ao território do Reino da Itália em 1939, a célebre *Quarta Sponda*⁹⁴. A sul estendia-se uma enorme região ocupada pelo Saara, o *Territorio Militare del Sud Libico*. A ocupação efectiva e a pacificação do território foram alcançadas por fases, não isentas de bastante violência, sobretudo na Cirenaica e no Fezão, o que não deixou de prejudicar a investigação arqueológica nestes territórios.

Até aqui estamos perante um modelo parecido com o modelo administrativo francês na Argélia, definindo, de alguma forma, uma Líbia útil, mais ou menos dentro dos limites do Império Romano e teoricamente integrável, e uma enorme área exterior mantida sob administração militar. Em 1937, sobre o traçado da futura *Via Balbia*, na fronteira entre a Tripolitânia e a Cirenaica, perto de Ras Lanuf, foi levantado um majestoso arco desenhado por Florestano Di Fausto, o *Arco dei Fileni*, dois heróis míticos cartagineses cuja história é referida por Salústio (Salústio, *Bel. Iug.*79). O arco, que ganhou visibilidade durante as operações da Segunda Guerra Mundial, ostentava no ático uma inscrição com versos do *Carmen Saeculare* de Horácio (Fig. 17), aliás simplificados, que definiam o pensamento oficial e estabeleciam um autêntico plano de acção para a Líbia: *Alme Sol / possis nihil urbe Roma / visere maius*⁹⁵.

Trata-se de uma verdadeira declaração de *Romanità* cujo conteúdo levou à destruição do arco por ordem de Muamar Kaddafi em 1973. Como a inscrição já tinha sido alterada, substituída por um texto poético árabe depois da independência oficial da Líbia em 1951, o arco foi demolido apenas por continuar a recordar a presença italiana num momento em que se processava a expulsão dos colonos ainda residentes no território. No local subsistem hoje restos dos baixo relevos e as grandes estátuas dos heróis púnicos, afinal africanos que se opuseram, segundo a lenda, aos gregos de Cirene, conflitos que a hegemonia romana, sinónimo de paz, tornaria impossível.

⁹² Canali 2014: 111-201.

⁹³ Como se depreende de uma carta do governador Balbo a Gaspare Oliverio, a propósito da missão de Cirene, datada de 25.7.1938, à venda no *ebay.it*, em 24.7.2020.

⁹⁴ Palmieri 2016: 101-114.

⁹⁵ Horácio C.S.9-12; Fedeli 2020: 51-75.



Fig. 17 – O Arco dei Fileni, sobre a Via Balbia, inaugurado por Mussolini em 1937.

Não faltam ambiguidades na história recente da Líbia, na verdade uma construção política italiana. Algumas delas prendem-se com o flexível recurso ao conceito de *Romanità*, o qual, pelo seu irrecusável nacionalismo, se afasta da *Latinidade* como os franceses a interpretavam, mais aberta a colonos estrangeiros da área mediterrânica. O período governativo de Italo Balbo permite sublinhar a forma como evoluiu a colonização italiana, que o já referido Giovanni Pascoli, inventor do conceito de *Nação Proletária*, considerou ser um ditame de interesse nacional motivado pela pobreza e emigração:

*Prima ella mandava altrove i suoi lavoratori che in patria erano troppi e dovevano lavorare per troppo poco. Li mandava oltre Alpi e oltre mare [...] a fare tutto ciò che è più difficile e faticoso, e tutto ciò che è più umile e perciò più difficile ancora*⁹⁶.

Não é difícil compreender as ambições coloniais italianas no cenário político da Europa, ideologicamente assentes na ideia do *Ritorno* e, sobretudo, numa pressão demográfica enorme, com consequências sociais complexas, a mitigar através de políticas não simplesmente coloniais mas de colonização massiva. Essa

⁹⁶ Pascoli 1913: 218.

realidade foi referida com clareza por Gustavo de Matos Sequeira, que visitou a Líbia num cruzeiro com um grupo de jornalistas estrangeiros em 1933:

Nesta região “seca, deserta e nua” como a encosta escavada do poema de Guerra Junqueiro, a Itália desprende as lágrimas de oiro que caem sobre as folhas hostis das suas figueiras bravas. São milhões de liras gastas só para fazer uma afirmação de domínio, de posse, de vontade, e para demonstrar uma tendência que pode ser fórmula inconsciente de uma necessidade.⁹⁷

O esforço italiano traduziu-se na criação de infraestruturas até então inexistentes, inspiradas pelo desejo de afirmar uma imagem de progresso digno de um passado que, embora mitificado, não deixava de impressionar pela grandiosidade dos vestígios sobreviventes, superiores ao que inicialmente se esperava. A *Fiera Internazionale di Tripoli*, iniciada em 1927, e o *Tripoli Grand Prix*, importante competição automobilística (Fig. 18), efetuada entre 1925 e 1940, conferiram uma aura de modernidade à Líbia italiana, bem visível na arquitetura e no urbanismo⁹⁸. Com Italo Balbo como governador-geral o programa de desenvolvimento ganhou incremento, refletindo o carácter da personagem, incómoda para o *Duce* pela larga popularidade de que gozava, inclusive a nível internacional.



Fig. 18 – Cartaz do *Gran Premio di Tripoli* de 1937, unindo modernidade e *Romanità*.

⁹⁷ Sequeira 1934: 93.

⁹⁸ Capresi 2012: 287-295.

Para além de numerosas obras-públicas, uma das quais a *Litoranea Balbo*, depois *Via Balbia*, na qual foram empenhados para combater o desemprego 10000 trabalhadores líbios, Balbo empreendeu uma campanha de colonização em larga escala, estabelecendo 30000 colonos italianos em 1938 e 1939, oriundos de regiões pobres da Itália e atribuídos a 26 aldeias agrícolas novas⁹⁹, cujo centro cívico evocava o planeamento dos *fora* romanos (Fig. 19). Milhares destes colonos foram transportados em Outubro de 1938 por uma frota de vários navios numa única viagem, travessia em que participou o próprio Balbo, terminada por uma recepção triunfal, o que naturalmente mereceu larga divulgação propagandística internacional¹⁰⁰. Com tais esforços, nos quais a ideia do *Ritorno* se aliava à propaganda do Estado social, a população italiana da Líbia atingiu cerca de 120000 pessoas, representando perto de 13% da população total, um valor muito significativo (Fig. 20).



Fig. 19 – O centro cívico de uma das novas aldeias de povoamento: *Villaggio Oliveti*.

⁹⁹ Fuller 2007: 171-196.

¹⁰⁰ Segre 1972: 141-155; Massareti 2014: 1085-1098.



Fig. 20 – Imagem do desembarque em Trípoli de um grupo dos *Ventimila*, em 1938.

Voltamos a encontrar na prática política italiana dos finais dos anos 30 uma outra influência das concepções jurídicas da Roma antiga, como foi a concessão de direitos civis e da cidadania italiana aos líbios que a desejassem, na base da literacia e desde que residentes na área integrada, cidadania válida apenas no território africano¹⁰¹, iniciativa de Italo Balbo que parece diretamente inspirada pelo conceito de cidadania latina praticada no Império Romano. A constatação da diversidade no seio do Império, que teve um imperador de sangue semita e berbere, Septímio Severo, nascido em *Leptis Magna*, cujas ruínas foram das primeiras a merecer as atenções dos arqueólogos italianos, iniciando-se as escavações em 1920, também se reflecte na política islâmica do regime, apresentando-se de forma um pouco bizarra Mussolini como o defensor dos muçulmanos, a quem foi aberta a possibilidade de admissão no Partido e nas Forças Armadas, para além de facilidades concedidas à organização de peregrinações a Meca¹⁰². Esta orientação foi prejudicada, contra vontade de Balbo, pelo ambiente antisemita decorrente das leis raciais de 1938, todavia mais dirigidas contra a comunidade judaica.

No contexto do programa de valorização agrícola do território foram criadas 10 aldeias rurais destinadas aos líbios, seguindo um modelo semelhante

¹⁰¹ Dumasy 2008: 85-115.

¹⁰² Wright 2005 121-130; Chantre 2013 63-85.

às destinadas aos colonos italianos. Enquanto a toponímia das aldeias italianas refletia maioritariamente figuras do partido ou da colonização, as aldeias muçulmanas receberam nomes que definiam todo um programa de mudança: *Florida*, *Bonita*, *Perfumada*, *Vitoriosa* e que tais. Estas medidas, que sugeriam uma possível vontade de integração, não deixaram de se refletir na posição favorável ao Eixo, entre 1940 e 1943, de parte da população. Na verdade, aos líbios a ideia da *Romanità* não se prestava a grandes elaborações, a não ser através da garantia da paz e do desenvolvimento, resultante da colaboração com os italianos, propagandisticamente lembrada nos relevos do *Arco dei Fileni*, de acordo com o célebre critério inspirador da política imperial romana: *Parcere subiectis et debellare superbos*¹⁰³.

O turismo teve também uma parte importante na afirmação da presença italiana. A Itália, país de turismo, não deixou de utilizar essa poderosa força de difusão da obra colonizadora, sistematicamente usada na Líbia, sobretudo na década de 30, seguramente de forma mais eficiente do que aconteceu na Argélia: *Qui en métropole, en novembre de 1954, connaissait l'Algérie? Ce n'était pas un pays à touristes. On n'y allait jamais. On en parlait encore moins*¹⁰⁴. Como é lógico, o que se procurava mostrar, para além das grandes obras modernas, eram os imponentes vestígios da época romana, pouco numerosos na capital, Trípoli (*Oea*), onde em 1904 apenas se destacava, muito degradado¹⁰⁵, o arco honorífico de Marco Aurélio (*CIL* VIII 24 = *CIL* VIII 10999), restaurado no início da ocupação italiana, passando depois a elemento principal de uma área delineada por Florestano Di Fausto nos anos 30, altura em que o primeiro museu de antiguidades, criado em 1919 e instalado inicialmente no antigo Círculo Militar turco, passou para as novas instalações no Castelo Vermelho, totalmente renovado em 1930 (Fig. 21).

O principal alvo do turismo cultural, hoje tão falado, foi, naturalmente, *Leptis Magna*, cujas ruínas não ficam muito distantes de Trípoli para uma viagem de automóvel. Para facilitar as deslocações os italianos construíram hotéis e pousadas¹⁰⁶, como em Homs, junto a *Leptis Magna* (Fig. 22), inaugurado em 1931, ou em *Cirene* em 1932, cidade cujas escavações sistemáticas tardaram, por motivos de segurança numa área onde operavam os dissidentes senussitas. Uma paragem na pousada de Homs foi recordada, com algum humor, por Matos Sequeira, aliás não muito predisposto a elogiar o regime fascista, que considerava sufocante e teatral: “O almoço em Homs foi uma deliciosa blague dentro de um saco de papel”¹⁰⁷.

¹⁰³ Virgílio *Aen.* 6.853.

¹⁰⁴ Courrière 1968: 523.

¹⁰⁵ Furlong 1909: 13-15.

¹⁰⁶ Leronde e Nadalini 2011: 75, 80.

¹⁰⁷ Sequeira 1934: 96.



Fig. 21 – Postal do Castelo de Trípoli, após as obras de restauro efectuadas em 1930.

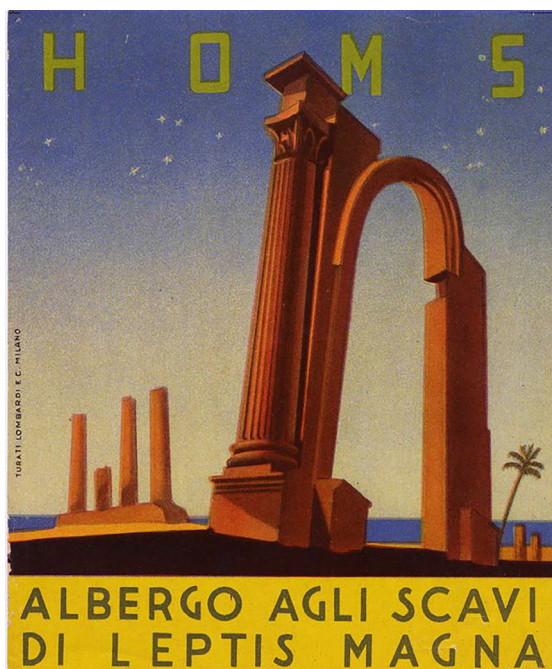


Fig. 22 – Cartaz promocional da pousada de Homs, construída perto de *Leptis Magna*.

Não seria esta, todavia, a impressão da maioria dos turistas, sobretudo depois das melhorias verificadas na oferta de alojamento e outras facilidades, nomeadamente de vias de comunicação, a partir do governo de Italo Balbo. Só nos primeiros seis meses a Líbia foi visitada por 30000 turistas, na maioria direccionados para os grandes centros do litoral e para as prestigiosas ruínas aí existentes¹⁰⁸. O objectivo em vista era duplo: mostrar as grandes realizações italianas (do regime) na Líbia e assegurar que romanos e italianos se encontravam ao mesmo nível¹⁰⁹. Neste jogo do *Ritorno*, a arqueologia desempenhava um papel essencial como meio de enaltecer a Romanidade reencontrada graças ao esforço italiano. Civilização equivalia a Arqueologia e Arquitetura, contrastando naturalmente com o descuido em relação às antiguidades que existia na Líbia até 1912 (Fig. 23). De acordo com esta posição ideológica, os italianos assumiram o controlo total dos trabalhos arqueológicos no território e da sua publicação. Mia Fuller sublinha, corretamente, a tensão existente na Líbia italiana entre o chamado gosto neo-mourisco, mais ou menos eclético e orientalizante, vulgar nas possessões francesas e inglesas, e o gosto pelos geometrismos clássicos do modernismo italiano, em nítido contraste e facilmente reconhecíveis como próprios do regime fascista, de acordo com o pensamento do arquitecto Enrico Rava¹¹⁰.

O período de Italo Balbo como primeiro governador-geral da Líbia caracterizou-se por uma dinâmica especial da *Romanità*, desenvolvendo de forma coerente num território pacificado e reorganizado a lógica da ideologia que lhe era própria. Balbo governou a Líbia como um vice-rei e a visita de Mussolini em 1937 de alguma forma ratificou a política que preconizava para desenvolver a colónia. A independência de que gozava justificou que a revista *Time* designasse a Líbia, quando da visita de Mussolini em 1937, como *Balboland*¹¹¹, o que sugere o grau de autonomia atingido pelo governador e a sua ativa participação nos projetos de desenvolvimento em curso. Esta visita do ditador foi organizada como um grande espetáculo, no qual a arqueologia também teve lugar importante, contando com a obrigatória visita a *Leptis Magna* e a inauguração do muito reconstruído teatro de *Sabratha*, onde em 19 de Março se representou *Édipo Rei*, de Sófocles (Fig. 24). Foi também nesta viagem, em que não faltaram cenas um tanto estranhas da interpretação literal da *Romanità*, como a viatura de Mussolini precedida de líbios transportando os fasces dos litores romanos, que o *Arco dei Fileni* foi inaugurado¹¹².

¹⁰⁸ McLaren 2006: 43-78, 145-182.

¹⁰⁹ McLaren 2006: 54.

¹¹⁰ Fuller 2007: 1-20.

¹¹¹ Time Magazine 1937.

¹¹² McLaren 2006: 95; Agbamu 2019: 157-177.



Fig. 23 – O arco de Marco Aurélio em Trípoli em 1904 (aguarela de Charles Furlong).



Fig. 24 – Representação de *Édipo Rei* no teatro de Sabratha, em 19 de Março de 1937.

Num regime autoritário não seria compreensível que à História e à Arqueologia fossem deixados espaços de imparcialidade ou neutralidade. Só podem existir ao serviço da *Ideia*, circunstância que, como noutras situações políticas, não deixou de beneficiar a atividade científica, dando origem a numerosas escavações e respetivas publicações, desde monografias a revistas, guias ou simples folhetos, assim como à construção de museus com muito boas instalações nos sítios mais importantes, caso de *Sabratha*, construído entre 1930 e 1934, com um projeto inovador, centrado no grande mosaico da basílica cristã de *Cirene*¹¹³. A filatelia foi, como caso argelino, um importante recurso divulgador do progresso conseguido e do património arqueológico. A famosa Vénus de Cirene, descoberta em 1913, foi por várias vezes tema filatélico (Fig. 25). A escultura, cópia romana de uma obra helenística, foi levada para Itália em 1915 e aí apresentada em várias exposições, permanecendo até 2008 no Museu das Termas, em Roma¹¹⁴. Entre outras variadas referências às antiguidades romanas, diretas ou indiretas, destacam-se as ruínas de *Leptis Magna*, de *Cirene* e o restaurado teatro de *Sabratha*.



Fig. 25 – Selo da Cirenaica (1934), com representação da estátua da Vénus de Cirene.

O cinema também participou na sensibilização da opinião italiana acerca das possessões africanas, e desde muito cedo Roma ocupou nele um lugar central. Recordamos apenas películas como *Cabiria*, de Giovanni Pastrone,

¹¹³ Munzi 2013: 203-213.

¹¹⁴ Troilo 2008: 135-156.

segundo a obra de Gabriele d'Annunzio, vagamente inspirado na *Salammbô* de Flaubert, uma superprodução lançada em 1914, quando o sonho africano começava a ganhar concretização e o interesse pelas coisas cartaginesas, entenda-se tunisinas, voltava ao debate. Para o período fascista anterior à guerra destacamos, em 1937, o formidável *Scipione, l'Africano*, de Carmine Gallone (Fig. 26), mais uma vez denunciando através de um relato historicista a apetência italiana por um império no Norte de África¹¹⁵, a ampliar com a Tunísia, onde a comunidade italiana só em 1931 foi numericamente suplantada pela comunidade francesa, depois de medidas muito restritivas determinadas pelas autoridades gaulesas, o que reforçou a simpatia da colônia italiana pelo regime fascista. Esta circunstância mostra que a tese do neo-francês mediterrânico tinha limites pragmáticos quando se verificava concorrência de uma potência significativa.



Fig. 26 – Cartaz do épico *Scipione, l'Africano*, realizado por Carmine Galone em 1937.

¹¹⁵ Ricci 2008: 88-104.

O património arqueológico da Tripolitânia e da Cirenaica é enorme, o que não deixou de suscitar problemas práticos, património frequentemente constituído por extensas ruínas urbanas, de difícil exploração. A pesquisa arqueológica, que já conhecera alguma atividade esporádica antes da conquista, em parte efetuada por viajantes ou residentes no território, em parte por expedições como a de Federico Halbherr em 1910 às ruínas de *Cirene*¹¹⁶, de onde já anteriormente exploradores ingleses haviam levado para o Museu Britânico excelentes peças de escultura. O aviador Humberto da Cruz, a caminho de Timor, sobrevoou as ruínas em 1934, descrevendo-as assim:

[...] passámos sobre Cirene que, ainda hoje, nas suas ruínas, nos quer mostrar a sua majestade de outros tempos. Roma, atesta naquelas colunas, que teimam em resistir ao tempo, a grandeza que lhe deu foros de maior Império do Mundo. O geométrico talho da antiga cidade torna-se notável do ar. Muros baixos, de pedras que ficaram, dizem-nos o desenho e o tamanho das construções romanas. O que resta daquela arquitetura que marcou as suas linhas no robustecer de uma civilização, é para nós, viajantes do ar, um amontoado regular de materiais, mas é para os visitantes que correm mundo, um mostruário de recordações¹¹⁷.

Era este o tipo de impacte desejado para a política italiana de *Ritorno e Romanità*, desenvolvida na Líbia.

Seria fastidioso alargar as nossas considerações a um quadro completo das atividades arqueológicas italianas na Líbia, acompanhadas, como vimos, por assinaláveis esforços de divulgação e de criação de estruturas complementares, como os diversos museus de sítio, sem esquecer os congressos de arqueologia, anuais, o primeiro organizado em 1925 por iniciativa de Giuseppe Volpi, com a duração de cinco dias e incluindo visitas a *Sabratha* e *Leptis Magna*. Seja qual for a intenção que esteve na origem, a verdade é que os trabalhos realizados, por vezes metodologicamente discutíveis, representaram um notável acréscimo do património histórico e arqueológico da Antiguidade (Fig. 27). É graças a eles que sítios como *Leptis Magna*, *Sabratha* e *Cirene* se encontram hoje inscritos como Património da Humanidade, o que implica a sua universalidade e não uma qualquer limitada posse nacional ou ideológica, pretendida por nacionalismos primários.

¹¹⁶ Oliverio 1931: 229-290.

¹¹⁷ Cruz 1935: 38.



Fig. 27 – Restauro das ruínas da basílica do fórum severiano de *Leptis Magna*, em 1937.

Na Líbia trabalharam, desde a ocupação até ao final da presença colonial italiana, numerosos arqueólogos de primeiro plano, alguns dos quais se mantiveram activos ainda depois de 1951, durante a monarquia. A propósito, recordamos que até ao advento de Muamar Kaddafi em 1969, e até nos primeiros tempos do novo regime, os Correios líbios continuaram a figurar nos selos em circulação monumentos do período romano, como as ruínas de *Leptis Magna* e outras, num reconhecimento explícito de que o período romano faz parte da história da região, para além de todos os malabarismos ideológicos pró ou contra, os últimos dos quais mais perigosos para o património. Lembramos, a este propósito, o tempo em que as ruínas romanas da Líbia serviam de cenário a filmes como *A cidade perdida*, do realizador Henry Hathway, de 1957, com Sophia Loren e John Wayne, rodado em *Leptis Magna* e em *Ptolemais*, ruínas ambigualmente situadas no Sáara e denominadas na película como Timgad, onde na época não seria muito cómodo rodar um filme.

Os arqueólogos italianos centraram as suas investigações no período romano, interessados naturalmente em ilustrar a ideologia que sustentava a tese do *Ritorno*¹¹⁸, o que levou a famosa *Mostra Augustea della Romanità*, patente em Roma em 1937-1938 para comemorar o bimilenário do nascimento de Augusto,

¹¹⁸ Munzi 2001; Rekovska 2013: 9-26.

a dedicar largo espaço à arqueologia da África italiana. Entre os muitos que se distinguiram durante o domínio italiano podemos destacar Pietro Romanelli, Renato Bartoccini, Ettore Ghislanzoni, Gaspare Oliverio, Giacomo Guidi e Giacomo Caputo. Em determinados locais, como *Ptolemais*, as escavações começaram relativamente tarde, neste caso em 1936, uma vez que foi dada prioridade a sítios mais promissores e facilmente integráveis em circuitos turísticos. Não faltaram numerosos restauros, tornados possíveis pela sobrevivência de grande parte dos materiais arquitetónicos dos edifícios arruinados, mas casos houve em que o processo de restituição foi muito significativo.

Assim sucedeu com o teatro de *Sabratha*, restaurado entre 1932 e 1937 por Giacomo Guidi e Giacomo Caputo, trabalho que foi considerado excessivo por alguns arqueólogos, como Cesare Brandi, diretor do Instituto Central de Restauro. O governador Balbo, apesar de reconhecer que o restauro fora talvez um pouco além do desejável do ponto de vista científico, insistiu na necessidade de transmitir aos não especialistas uma imagem credível do monumento, permitindo aos turistas fantasiar um pouco sobre a Antiguidade¹¹⁹. A simples observação da área urbana das ruínas junto do teatro mostra imediatamente qual foi o nível de reconstrução do edifício (Fig. 28), é verdade que utilizando, sempre que possível, materiais originais sobreviventes, o que torna aceitável o que se reconstruiu. Esta questão da autenticidade das ruínas voltou nos nossos dias à discussão, naturalmente entre dois grupos inconciliáveis, os defensores da rentabilidade turística e os defensores da verdade científica possível. O visionamento de gravuras ou fotografias antigas dos monumentos líbios permite ter uma ideia clara das intervenções realizadas pelos arqueólogos italianos¹²⁰.

O domínio italiano na Líbia foi relativamente curto e teve um fim quase inesperado, que parece ter sido temido por Italo Balbo, pouco entusiasmado com a guerra e com a aliança com a Alemanha, embora o regime nacional-socialista tenha seguido com atenção o modelo de colonização utilizado na Líbia, eventualmente aplicável aos novos territórios do *Reich* no Leste europeu¹²¹. A aventura colonial italiana acabou em desastre na Líbia em 1943, apesar da presença do célebre *Africa Korps* germânico. Uma das divisões italianas formadas na Líbia em 1937, a 60ª Divisão de Infantaria, ostentava o título honorífico de *Divisione Sabratha* e um lema elucidativo: *Nel Nome e Nell'Azione Romana*. Baseada em Gharyan, foi dissolvida em 1942 devido às perdas sofridas após a batalha de El-Alamein, desaparecendo este significativo testemunho da colagem de uma unidade militar ao passado romano (Fig. 29), a exemplo do que vimos em Cherchell.

¹¹⁹ Calloud 2003: 351-383; Ortolani 1984: 104-105.

¹²⁰ Leronde e Nadalini 2011: 65-85.

¹²¹ Bernhard 2016: 61-90.



Fig. 28 – Vista aérea das ruínas de *Sabratha*, destacando-se o muito restaurado teatro.



Fig. 29 – Elucidativa medalha da 60ª Divisão de Infantaria, dita *Divisione Sabratha*.

Os arqueólogos e algumas autoridades locais tentaram preservar o património arqueológico, nomeadamente o acervo dos museus líbios, mantendo-se em funções, tanto mais que a Itália, agora do lado dos Aliados, esperava manter a posse da Tripolitânia, o que não se verificou¹²². Com os novos invasores chegaram nomes prestigiosos da arqueologia clássica, como Mortimer Wheeler, Ward-Perkins e, mais tarde, Kathleen Kenyon, introduzindo uma perspectiva

¹²² Guillen 1986: 69-81; Rossi 2008: 345-358.

diferente da prática arqueológica, como a fundamental escavação estratigráfica. Italianos e britânicos colaboraram largamente até à queda da Monarquia Senusita em Setembro de 1969. A mudança de cenário político facilitou a publicação de trabalhos italianos suspensos pela guerra e agora menos comprometidos com visões estritamente ideológicas. Durante o regime de Muamar Kaddafi, no qual a Romanidade não era um valor particularmente estimável, embora nos últimos tempos do regime o património arqueológico tenha sido considerado relevante como forma de estimular o turismo cultural, levando a traçar um ambicioso plano de proteção e valorização das áreas onde se situavam as principais ruínas antigas, plano apresentado publicamente em 2007 nas ruínas de Cirene¹²³. A pertinente análise da bibliografia do arqueólogo Antonino Di Vita, elaborada por Attilio Mastino¹²⁴, permite uma ideia global muito precisa da evolução da arqueologia líbia desde as primeiras intervenções italianas até às graves vicissitudes recentes, infelizmente longe do seu fim.

A anarquia que se estabeleceu depois do fim do ditador Kaddafi, lugar-comum noutros países semelhantes, abertos a múltiplos jogos de influência e a radicalismos execráveis, não contribui, logicamente, para a preservação do património arqueológico, alvo de destruições e saques. Para terminar, porque nos parece importante sublinhar este aspecto, frequentemente referido mas aparentemente pouco motivador de ações concretas, referiremos algumas situações interessantes, ilustrativas da gravidade da situação e, simultaneamente, esclarecedoras da irrealista teoria da devolução às regiões de origem de muito material arqueológico transportado no passado para a Europa. Naturalmente, esta prática, potencialmente perigosa, reflecte posições ideológicas das quais a própria UNESCO nem sempre está isenta.

Devemos considerar duas questões. Em primeiro lugar, tratando-se de peças de grande valor cultural, a sua presença em Paris ou em Roma, expostas em museus públicos, em nada contraria a sua acessibilidade e a sua condição de bem de valor universal, mais facilmente disponível para um grande público que nos locais onde foram encontradas ou adquiridas, por vezes em situação de perda iminente, o que raramente é considerado pelos arautos da devolução. Em segundo lugar, deveríamos talvez colocá-lo em primeiro, levanta-se o gravíssimo, real e permanente problema da segurança. Uma listagem, mesmo muito sumária, dos monumentos e museus destruídos ou saqueados nos últimos vinte anos seria trágica ilustração do *laissez faire* que se instalou. Quem o ignora?

Por isso nos parece particularmente perigoso, se não hipócrita, a corrente tendente a estabelecer como princípio geral a devolução de material arqueológico, mesmo que adquirido legalmente antes de 1970, quando não existam

¹²³ Hirst 2007.

¹²⁴ Mastino 2016: 1-34.

garantias fiáveis quanto à sua preservação. Deverão ser devolvidas à Tunísia as colunas de Cartago que foram reutilizadas na Mesquita de Córdoba? Ou ao Líbano as colunas de Balbek reutilizadas em Hagia Sophia? Ou, em contexto mais recente¹²⁵, as numerosas colunas de *Leptis Magna* reutilizadas em Versalhes e em Windsor? É claro que as reclamações, normalmente, visam objectos mais facilmente transportáveis, ainda que o caso do obelisco de Axum já recaia numa categoria diferente. Talvez fosse bom aplicar nestes casos, tão claramente políticos, o princípio de usucapião. Talvez também pelas mesmas razões políticas de imaturo nacionalismo não se recorde o exemplo dado pelo Egipto, por altura da construção da grande barragem de Assuão, cedendo monumentos do seu património em agradecimento pela colaboração estrangeira na campanha de salvaguarda arqueológica da Núbia, o que sugere que quem agora reclama não se orienta pelo princípio da isonomia, raramente tido em conta¹²⁶.

Mas voltemos à Líbia das realidades contemporâneas. É muito conhecida a história mítica do nascimento de Vénus, ou Afrodite, se quisermos, nascida das águas do mar em Chipre, outra ilha onde não faltam problemas patrimoniais. No dia 28 de Dezembro de 1913, em *Cirene*, nasceu das águas outra Vénus, mas agora de uma enorme enxurrada que pôs a descoberto nas ruínas perto das termas e do santuário de Apolo, então ainda por escavar e cobertas de arvoredos e construções ligeiras¹²⁷, a belíssima estátua de Afrodite Anadyomene conhecida desde então por Vénus de Cirene. Recolhida na tenda do comandante militar da força italiana estacionada nas ruínas da cidade greco-romana, foi transportada para Roma em 1915 e integrada no acervo do Museu das Termas, onde permaneceu até 2008. Nesse ano, dando cumprimento a uma promessa anterior, o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi, numa visita de estado à Líbia, devolveu a estátua, a exemplo do que já sucedera em 1999 com a Vénus Capitolina de *Leptis Magna*, antes entregue pela Alemanha à Itália. A devolução, muito contestada na Itália¹²⁸, envolveu uma cerimónia largamente publicitada mostrando o político italiano e o ditador líbio ao lado da estátua da deusa, em Bengazi (Fig. 30). Fim da história? O que sucedeu depois da revolução de 2011 é pouco claro. A estátua desapareceu, podendo considerar-se perdida, destruída ou vendida por traficantes de arte antiga, pois a venda destes materiais é, como se sabe, uma das formas de financiamento de grupos radicais e outros. Uma coisa é certa. Se tivesse permanecido em Roma, ainda existiria, em exibição pública e com a dignidade conferida por um grande museu a uma peça excelente.

¹²⁵ Bruno e Bianchi 2015: 1-3; Effros 2018: 13.

¹²⁶ Leturcq 2008: 79-97; Raposo 2018: 6.

¹²⁷ Laronde e Nadalini 2011: 78-79.

¹²⁸ Chechi 2008: 160-174.



Fig. 30 – Vicissitudes de uma obra de arte: Berlusconi, Kaddafi e a deusa em 2008.

O caso de Cirene constitui um bom exemplo do que se passa na Líbia. Com o museu em perigo, em determinadas ocasiões defendido, segundo consta, pelos arqueólogos locais nele entrincheirados, a área das ruínas tem sido sistematicamente destruída por parte da população local para construção e trabalhos agrícolas, não pelos fundamentalistas. Esta é a realidade dos sítios arqueológicos, apesar de esforços em contrário¹²⁹, mesmo quando estes sítios se encontram classificados como Património da Humanidade por uma entidade que ultimamente parece mais empenhada em classificações vagamente culturais do que na proteção eficiente de sítios como o de *Cirene*. Devolver a quem, o quê e para quê? Ou mesmo, porquê? Não podemos deixar de concordar com a posição de Tiffany Jenkins, ainda que muitos a considerem radical, apenas por defender que a permanência nos museus em segurança garante o acesso a milhões, sem todavia escamotear as condições pouco claras em que muitas destas peças foram obtidas, observando que os pedidos de devolução resultam na maior parte dos casos de simples posições políticas, muito afastadas de preocupações de ordem científica, vendo nesses objectos apenas símbolos compensatórios de um pas-

¹²⁹ Al-Faloos 2020: 5-6.

sado que se quer reconstruir, o que se revela impossível exatamente porque se trata de passado¹³⁰.

Mais recentemente o bom senso prevaleceu sobre a politiquice pretensamente justa e reparadora, que talvez apenas pudesse ser compreendida como uma forma de pragmatismo envolvendo reciprocidade, num caso que também envolve a Líbia. Trata-se dos três bustos de Perséfone (?), oriundos de um museu líbio, muito provavelmente de *Cirene*, cujas necrópoles têm sido largamente pilhadas¹³¹, arrestados pela alfândega suíça em Genebra, e cuja devolução à Líbia foi impedida judicialmente em 2019 por falta de garantias de segurança no país requerente¹³². Quanto a nós, esta é a atitude correta a respeitar. Diferente foi, como vimos, a atitude italiana, movida pela necessidade de agradar ao ditador líbio num contexto de negócios milionários. Uma vez mais a arqueologia serviu a política, neste caso meramente económica, da pior maneira e à margem de verdadeiros interesses culturais ou históricos.

E aqui chegados poderíamos relembrar a velha pergunta – hoje mais necessária que nunca – para que serve a História? A resposta já foi tentada muitas vezes, sempre refletindo, como é próprio da historiografia, os valores ideológicos e as sensibilidades de determinada época. Esta é uma verdade essencial, sistematicamente ignorada por muitos hoje em dia. O historiador não é um juiz, pois se assumir esta posição vai ser obrigado a julgar de acordo com os códigos do seu próprio tempo, o que hoje é dramaticamente visível nas estantes das livrarias, esquecendo o quanto é difícil e chega a ser perigoso ignorar os padrões, escritos ou não, vigentes numa determinada época ou regime. Não vamos avançar exemplos, dado que são ubíquos e copiosos. Afinal, hoje deparamos também com abundantes testemunhos de historiografias *engagés*, contra ou a favor de determinado episódio, personagem ou momento histórico.

As presenças francesa e italiana no Norte de África contam com uma enorme bibliografia dividida pelos dois campos, encontrando-se a arqueologia inevitavelmente contaminada por tal situação. Na verdade, quando franceses, italianos e magrebinos, a que se juntam muitos outros, discutem a presença romana no Norte de África, nem sempre discutem o que os romanos, ou aqueles que assim denominamos simplificadamente, fizeram. Discutem com muita frequência sob uma ótica ideológica, afastando-se assim do que deve ser a *praxis* historiográfica. Esse é o grande problema de muita investigação da chamada pós-colonialidade¹³³. Hoje, é preciso ser crítico, mas sobretudo num determinado sentido, quase se verificando uma espécie de estranho masoquismo historiográfico europeu. É certo que franceses e italianos cometeram

¹³⁰ Jenkins 2016.

¹³¹ Belzic 2017: 105-116.

¹³² Tribunale Penale Fédéral 2019: 1-21.

¹³³ Benington 2016: 1157-1186.

erros do ponto de vista das boas práticas arqueológicas, e são sobretudo esses erros que se valorizam numa intervenção que teve enormes efeitos positivos no conhecimento da Antiguidade. Mas não faltam, na investigação contemporânea, situações semelhantes àquelas que se criticam a franceses e italianos, fonte de controvérsias apaixonadas¹³⁴.

Tivemos a oportunidade de viver um tempo em que fomos chamados a defender o último império europeu em África. Por isso não deixamos de sentir o drama dos que se bateram para salvaguardar uma sonhada presença latina no Norte de África, ainda que imperfeita, incompleta e talvez injusta, como é quase sempre próprio das obras humanas. Infelizmente, a fronteira moral e física que dividiu irreparavelmente o grande mundo mediterrânico no século VII permanece¹³⁵, e os problemas não são hoje menores do que eram séculos ou décadas atrás, problemas melhor compreendidos por Lyautey que por Balbo, um entusiasta de ideias novas. Como é inevitável, o discurso histórico e arqueológico permanece na primeira linha deste confronto. Não há política sem História e os novos estados surgidos no século XX precisam muito de uma história *ad usum delphini*, ou parecida, espécie de narrativa de má qualidade onde campeiam vilões e o seu oposto.

Não falámos aqui de Abd el-Kader, nem de Abd el-Krim, nem de Omar al-Mukhtar, como também não falámos de Dihya al-Kahina. O nosso assunto não é a resistência a invasores, é sobretudo procurar caracterizar a forma como a presença romana e a Latinidade foram esteios ideológicos de novas ocupações, à margem da história a preto e branco que alguns pretendem que se escreva, agora quase sempre em sentido contrário ao que sucedia anos atrás, atitude igualmente prejudicial à abertura de consensos tão necessários nestes tempos de profunda perturbação e fracas lideranças, marcados por talvez não tão novas fronteiras nem tão novas invasões. Destruir estátuas, como vai sendo moda importada do outro lado do Atlântico, ali sequela de uma guerra civil não resolvida, ou questionar o valor do legado greco-romano e das Humanidades em geral¹³⁶, não altera a história, antes intensifica leituras contraditórias e as suas previsíveis consequências, e a quem o fizer, seja quem for, apenas cabe a classificação de néscio, senão de bárbaro. E é absolutamente necessário perscrutar as causas e objetivos destes movimentos iconoclastas, onde não falta o fanatismo militante.

Albert Ballu, no final do século XIX, de alguma forma inspirando-se na ideia de Horácio, vaticinava as futuras descobertas que as escavações *exposeront de nouveau à ce beau soleil d'Afrique où Rome a entassé tant de merveilles*¹³⁷.

¹³⁴ Ben-Yehuda 2002.

¹³⁵ Pirenne 1939: 147-185; 1973: 9-25.

¹³⁶ Assouline 2021: 98.

¹³⁷ Ballu 1897: 71.

Uma das maiores maravilhas, como oportunamente e em fim de ciclo sublinhou Gilbert Charles-Picard, foi a garantia de paz e de progresso facultada por Roma e essa extraordinária capacidade de convivência entre povos, construtora de civilização, lapidariamente expressa numa epígrafe bilingue, latina e neopúnica, do teatro de *Leptis Magna*, honrando Augusto e celebrando o sufeta e evergeta *Annobal Rufus* (Fig. 31). A Romanidade pode ser um grande ponto de encontro para o futuro, como o foi, indubitavelmente, no passado¹³⁸.



Fig. 31 –Inscrição de *Annobal Rufus* em honra de Augusto, no teatro de *Leptis Magna*.

Durante o período em que estivemos destacados no Quinzau, no Norte de Angola, noutro século e noutro mundo, descobrimos junto à praia, oculto entre um palmar, um pequeno cemitério europeu, testemunho de uma falhada tentativa de povoamento por morte dos colonos, em 1915. Nalgumas poucas lápidas liam-se nomes e datas sem história. Infelizmente, não fotografamos nada nem transcrevemos as identificações, talvez por ainda não estarmos iniciados na ciência epigráfica, ou porque a juventude nos levava então a pensar que a história é feita pelos vivos. Estávamos profundamente errados, pois a história, sobretudo a história dos impérios, do nosso e dos outros, é feita pelos mortos. Muito do que se escreve hoje em torno do Norte de África outrora francês e italiano mostra a verdade desta realidade amarga, particularmente propícia a elaborações eivadas de preconceitos em relação à presença romana, tão anacrónicos como imerecidos.

¹³⁸ Inglebert 2005: 451-482.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Horácio (2011), *Horace. Odes book IV and Carmen saeculare*. Ed. Richard Thomas. Cambridge: Cambridge University Press.
- Salústio (2012), *Saluste. La guerre de Jugurtha*. Notas de Jean-François Cottier, trad. Alfred Ernout. Paris: Les Belles Lettres.
- Virgílio (1972), *The Aeneid of Virgil*. Ed., introd. e notas R. D. Williams. Londres: Macmillan.

Estudos

- Agbam, Samuel (2019), “The Arco dei Fileni: a fascist reading of Salust’s *Bellum Iugurthinum*”, *Classical Receptions Journal* 11 (2): 157-177.
- Alazard, Jean (1951), *Cent chefs-d’œuvre du Musée National des Beaux Arts d’Alger*. Paris: Arts et Métiers Graphiques.
- Alexandropoulos, Jacques (2009), “Entre archéologie, universalité et nationalisme: le trentième congrès eucharistique international de Carthage (1930)”, *Anabases. Traditions et Réceptions de l’Antiquité* 9: 51-68.
- Alexandropoulos, Jacques (2018-2019), “Hannibal et Jugurtha: regards sur deux héros nationaux maghrébins”, *Karthago* 31: 109-123.
- Al-Faloos, Mohamed (2020), “Editorial”, *Quaderni di Archeologia della Libya* 23: 5-6.
- “Arc de triomphe de Djémilah” (1843), *Le Magasin Pittoresque* 11: 67-69.
- Assouline, Pierre (2021), “Haro sur les ‘classics’!”, *L’Histoire* 484: 98.
- Ballu, Albert (1897), *Guide de Timgad. Antique Thamugadi*. Paris: Ernest Leroux.
- Bancalari Molina, A. (2007), *Orbe Romano e Imperio Global. La romanización desde Augusto a Caracalla*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria.
- Belzic, Morgan (2017), Les sculptures funéraires de Cyrénaïque sur le marché de l’art, *Journal of Libyan Studies*, 48: 105-116.
- Ben-Yehuda, N. (2002), *Sacrificing Truth: Archaeology and the Myth of Masada*. Amherst (NY): Humanity Books.
- Benington, Alices (2016), “(Re)writing Empire? The perception of post-colonial studies in France”, *The Historical Journal* 59 (4): 1157-1186.
- Benoit, Pierre (1919), *L’Atlantide*. Paris: Albin Michel.

- Benseddik, Nâcera (2001), “Lambèse (Algérie) ou l’archéologie du bulldozer”, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 13: 287-295.
- Benseddik, Nâcera (2013), “Lambaesis - Lambèse - Tazoult. Grandeur et décadences”, in Ferdi Sabah (ed.), *L’affirmation de l’identité dans l’Algérie antique et médiévale*. Argel: Centre Nationale de la Recherche en Archéologie, 211-218.
- Bernard, Augustin (1929), *L’Algérie*. Paris: Alcan.
- Bernhard, Patrick (2016), “Hitler’s Africa in the East: Italian Colonialism as a Model for German Planning in Eastern Europe”, *Journal of Contemporary History* 51 (1): 61-90.
- Bertrand, Louis (1921-1922), “La réssurrection de l’Afrique latine”, *Afrique Latine* 1: 181-201.
- Bertrand, Louis (2016), *Le sang des races. Présentation de Peter Dunwoodie*. Paris, L’Harmatan.
- Bruno, Matthias e Fulvio Bianchi (2015), *Marmi di Leptis Magna*. Roma: L’Erma di Bretschneider.
- Cabrita, Luís (2013), *Os cativos em Argel da Marinha Real Portuguesa (1799-1812)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Calloud, Irene (2003), “Per una storia dei restauri italiani in Libia: L’anastilosi del teatro romano di Sabratha”, *Annali Della Scuola Normal Superiore di Pisa. Classe de Lettere e Filosofia* 4.8 (1-2): 351-383.
- Calvino, Italo (2010), *As cidades invisíveis*. Lisboa: Teorema.
- Camus, Albert (1959), *Noces suivis de L’été*. Paris: Gallimard.
- Canali, Ferruccio (2014), “Nuovi fulcri paesaggistici nella Libia di Italo Balbo: La creazione de un nuovo paesaggio de la modernità tra infrastrutture e colonizzazione”, *Annali di Storia dell’Urbanistica e del Paesaggio* 2: 111-201.
- Capresi, Vittoria (2012), “Il Razionalismo Libico. L’architettura risponde alla necessità di essere Coloniale, Italiana, Moderna, Fascista e Monumentale”, *Bolletino de la Società di Studi Fiorentini* 21: 287-295.
- Cardone, Paolo (2016), “La popolazione coloniale italiana nelle “non colonie: il caso della Tunisia”, in A. Fornasin e C. Lorenzini (eds.), *Per una storia della popolazione italiana nel Novecento*. Udine: Editrice Universitaria Udinese, 193-204.
- Castro, Ferreira de (1944), *A Volta ao Mundo*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Celarié, Henriette (1929), *La prise d’Alger*. Paris: Librairie Hachette.

- Chantre, Luc (2013), “Le Duce-Calife, les pèlerinages à La Mecque de l’Empire Fasciste”, *Clio. Rivista Trimestrale di Studi Storici* 49 (1-2): 63-85.
- Charles-Picard, G. (1959), *La civilisation de l’Afrique romaine*. Paris: Plon.
- Charles-Picard, G. (1965), *La Carthage de saint Augustin*. Paris: Fayard.
- Chatelain, Louis (1916), “Note sur les fouilles de Volubilis (Maroc)”, *Comptes Rendus des Séances de l’Académie des Inscriptions et Belles Lettres* 60 (4): 359-366.
- Cechi, Alessandro (2008), “The Return of Cultural Objects Removed in Times of Colonial Domination and International Law: The Case of the Venus of Cyrene”, *Italian Yearbook of International Law*: 160-174.
- Courrière, Yves (1968), *La guerre d’Algérie*. Vol. 1. Paris: Fayard.
- Courrière, Yves (1970), *La guerre d’Algérie*. Vol. 3. Paris: Fayard.
- Cruz, Humberto da (1935), *A viagem do Dilly*. Lisboa: Sintra Gráfica.
- Darwin, John (2012), *Unfinished Empire. The Global Expansion of Britain*. Nova Iorque: Bloomsbury Press.
- Dondin-Payre, Monique (1991), “L’Exercitus Africae inspiratrice de l’Armée Française d’Afrique: Ense et Aratro”, *Antiquités Africaines* 27: 141-149.
- Dondin-Payre, Monique (1996), “Réussite et déboires d’une oeuvre archéologique unique: le Colonel Carbuccia au Nord de l’Aurès (1848-1850)”, *Antiquités Africaines* 32: 145-174.
- Dondin-Payre, Monique (2015), “Jules Toutain et Stéphane Gsell à l’École Française de Rome (1886-1891). Une étape décisive pour l’étude du Maghreb”, in Michel Gras e Olivier Poncet (eds.), *Construire l’Institution. L’École Française de Rome, 1873-1895*. Roma: École Française de Rome, 479-494.
- Dumasy, François (2008), “Le fascisme est-il un article d’exportation? Idéologie et enjeux sociaux du Parti National Fasciste en Libye pendant la colonisation italienne”, *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine* 55 (3): 85-115.
- Effros, Bonnie (2018), *Incidental Archaeologists: French Officers and the Rediscovery of the Roman North Africa*. Ithaca (NY): Cornell University Press.
- En-Nachioni, E. (1995), “Las primeras excavaciones en Volubilis (Marruecos) arqueología, historia o simple colonización?”, *Pyrenae* 26: 161-170.
- Falcucci, Beatrice (2019), “La terra fecunda della diciassettesima regione del Regno d’Italia. La colonizzazione in Libia negli anni trenta tra agricoltura e spettacolo”, in M. Folin e R. Tamborrino (eds.), *Multiethnic Cities in the Mediterranean World. History, Culture, Heritage*. Génova: AISU International, 395-403.

- Fedeli, Paolo (2020), “Uso e abuso della poesia di Orazio nelle odi al Duce e al fascismo”, in H. Lamers, B. Reitz-Josse e V. Sanzotta (eds.), *Studies in the Latin Literature and Epigraphy of Italian Fascism*. Lovaina: Leuven University Press, 51-75.
- Flaubert, Gustave (1862), *Salammbô*. Paris: Michel Lévy.
- Fleury-Ilett, B. (1996), “*The identity of France: archetypes in Iron Age studies*”, in P. Graves-Brown, Sian Jones e Clive Gamble (eds), *Cultural Identity and Archaeology. The Construction of European Communities*. Londres: Routledge, 196-208.
- Freed, Joann (2008), “Le Père Alfred-Louis Delattre (1850-1932) et les fouilles archéologiques de Carthage”, *Karthala. Histoire et Missions Chrétiennes* 8: 67-100.
- Frémeaux, Jacques (1984), “Souvenir de Rome et présence française au Maghreb: essai d’investigation”, in Jean-Claude Vatin (ed.), *Connaissances du Maghreb: Sciences sociales et colonisation*. Paris: CNRS, 29-46.
- Frémeaux, Jacques (2010), “L’Armée et le 13 Mai”, in J.-P. Thomas, B. Lachaise e G. Le Béguec (dirs.), *Mai 1958. Le retour du général de Gaulle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 59-68.
- Fuller, Mia (2007), *Moderns Abroad. Architecture, Cities and Italian Imperialism*. Londres-Nova Iorque: Routledge.
- Furlong, Charles W. (1909), *The Gateway to the Sahara. Observations and experiences in Tripoli*. Nova Iorque: C. Scribner’s Sons.
- García Morcillo, Marta (2018), “*Antiquity and Modern Nations in the Liebig Trading Cards*”, in Antonio Duplá, Eleonora Dell’Elicine e J. Pérez Mostazo (eds.), *Antigüedad Clásica y Naciones Modernas en el Viejo y el Nuevo Mundo*. Madrid: Ediciones Polifemo, 244-251.
- Graceffa, Agnès (2008), “Antiquité barbare, l’autre Antiquité: l’impossible réception des historiens français (1800-1950)”, *Anabases. Traditions et Réceptions de l’Antiquité* 8: 83-104.
- Gramellini, Fabio (2005), *Storia della guerra italo-turca 1911-1912*. Forli: Acquacalda.
- Gran-Aymerich, Ève (2000), “La Tunisie et la politique archéologique française”, in P. Cabanet e J. Alexandropoulos (eds.), *La Tunisie mosaïque*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 549-563.
- Gran-Aymerich, Ève (2008), “Louis Chatelain”, in François Pouillon (ed.), *Dictionnaire des Orientalistes de Langue Française*. Paris: Karthala, 204-205.
- Grant, Michael (1967), *O mundo de Roma*. Lisboa: Arcádia.

- Greenhalgh, Michael (2014), *The Military and Colonial Destruction of the Roman Landscape of North Africa, 1830-1900*. Leida-Boston: Brill.
- Greenhalgh, Michael (2017), *Syria's Monuments: their Survival and Destruction*. Leida: Brill.
- Grimal, Pierre (1954), *Les villes romaines*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Grimal, Pierre (1988), *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70.
- Guillen, Pierre (1986), "Une menace pour l'Afrique française: le débat international sur le statut des anciennes colonies italiennes, 1943-1949", in Charles-Robert Ageron (dir.), *Les chemins de la décolonisation de l'empire colonial français*. Paris: CNRS, 69-81.
- Hirst, Michael (2007), "Reformed Libya eyes eco-tourist boom", *BBC News* 11 (9).
- Inglebert, Hervé (2005), "Les participations à la romanité", in Hervé Inglebert (dir.), *Histoire de la civilisation romaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 451-482.
- "Italy: Benito to Balboland" (1937), *Time Magazine* 29 (12): 1-5.
- Jenkins, Tiffany (2016), *Keeping Their Marbles: How the Treasures of the Past Ended up in Museums and Why They Should Stay There*. Oxford: Oxford University Press.
- Jones, Frances H. (2008), *Tirocinium Imperii: Public School Education in the Victorian Era, the Classical Curriculum and the British Imperial Ethos*. Middleton: Wesleyan University.
- Jones, Sian (1997), *The Archaeology of Ethnicity. Constructing Identities in the Past and Present*. Londres: Routledge.
- Jünger, Ernst (1922), *Der Kampf als inneres Erlebnis*. Berlin: Mittler & Sohn.
- Kipling, Rudyard (1899), "The white man's burden", *McClue's Magazine* 12 (4): 290-291.
- Kitsikis, Dimitri (1991), *L'Empire Otoman*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lachaux, Jean-Claude (1979), *Theâtres et amphitheatres d'Afrique Proconsulaire*. Aix-en-Provence: Edisud.
- Lapène, Édouard (2002), *Vingt six mois à Bougie*. Paris: Éditions Bouchène.
- Lartéguy, Jean e Marc Flament (1960), *Les dieux meurent en Algérie. Présentation*. Paris: Éditions de la Pensée Moderne.
- Lartéguy, Jean (1961), *Os centuriões*. Lisboa: Bertrand.

- Lartéguy, Jean (1962), *Os pretorianos*. Lisboa: Bertrand.
- Lartéguy, Jean [s.d.], *O comandante do Norte*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Le Bohec, Yann (2013), *Histoire de l'Afrique romaine*. Paris: Picard.
- Leronde, André e Gianpaolo Nadalini (2011), *Images de la Libye à travers les cartes postales (1900-1969)*. Paris: Association France-Libye.
- Leturcq, Jean-Gabriel (2008), “La question des restitutions d'œuvres d'art: différentiels maghrébins”, *L'Année du Maghreb* 4: 79-97.
- Lyautey, Hubert (1938), “Les premières possessions coloniales”, *La Croix* 8 (12): 3.
- Mahjoubi, A. (2010), “O período romano”, in G. Mokhtar (ed.), *História Geral da África*. Vol. 2. Brasília: UNESCO, 533-544.
- Mantas, Vasco (2008), “O valor da ruína”, *Biblos* 6: 147-192.
- Mantas, Vasco (2013), “Império, cultura e romanidade”, in João Corrêa-Cardoso e Maria do Céu Fialho (coords.), *Romanística Um*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 9-38.
- Massareti, Giorgio (2014), “La rifondazione della Libia Balbiana. Il poderoso racconto fotografico dei Ventimila”, *Polis* 6: 1085-1098.
- Mastino, Attilio (2016), “Presentazione del volume Antonio Di Vita, Scritti Africani”, *Cartagine. Studi e Ricerche* 1: 1-34.
- McCarty, Matthew (2018), “French Archaeology and History in the Colonial Maghreb: Inheritance, Presence, and Absence”, in Bonnie Effros e Guolong Lai (eds.), *Unmasking Ideology in Imperial and Colonial Archaeology: Vocabulary, Symbols, and Legacy*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology Press at UCLA, 359-382.
- McLaren, Brian (2006), *Architecture and tourism in Italian colonial Libya. An ambivalente modernismo*. Seattle: University of Washington Press.
- Messaoud, Alain (2008), “Adrien Berbrugger”, in François Pouillon (ed.), *Dictionnaire des orientalistes de langue française*. Paris: Khartala, 86-88.
- Michael Stürmer (2000), *O Império Alemão*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Miquel, André (1971), *O Islame e a sua civilização*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Mommsen, Theodor (1881), *Corpus Inscriptionum Latinarum. VIII: Inscriptiones Africae Latinae*. Berlim: Georgium Reimerum (vários suplementos entre 1891 e 1916).
- Moscatti, Sabatino (1963), *L'Orient avant les Grecs*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Munzi, Massimiliano (2001), *L'epica del ritorno: arqueologia e politica nelle Tripolitania italiana*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- Munzi, Massimiliano (2006), "Italian Archaeology in Libya. From Colonial Romanità to Descolonisation of the Past", in Michael Galaty e Charles Watkinson (eds.), *Archaeology under Dictatorship*. Nova Iorque: Springer, 73-107.
- Munzi, Massimiliano (2013), "Il Museo di Sabratha nei disegni di Diego Vincifori architettura e archeologia nella Libia degli anni trenta", in L. Musso e L. Bucino (eds.), *Quaranta anni di arqueologia coloniale a Sabratha, 1911-1951*. Florença: All'insegna del Giglio, 203-213.
- Nelis, J. (2007), "Constructing fascist identity: Benito Mussolini and the Myth of Romanità", *The Classical World* 100 (4): 391-415.
- Noël, Duval (1972), "Les monuments chrétiens de Carthage. Études critiques", *Mélanges de l'École Française de Rome* 84 (2): 1071-1172.
- Oliverio, Gaspare (1931), "Federico Halbherr in Cirenaica (Luglio 1910 – Aprile 1911)", *Africa Italiana* 4: 229-290.
- Ortolani, Giorgio (1984), "Archeologia e restauro in Libia: il contributo italiano", in G. Carbonara (ed.), *Restauro e Cemento in Architettura*. Vol. 2. Roma: AITEC, 100-107.
- Oulebsir, Nabila (2004), *Les usages du patrimoine. Monuments, musées et politique coloniale en Algérie (1830-1930)*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Palanque, Jean Rémy (1971), *Le Bas Empire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Palmieri, Tommaso (2016), "La transformation administrative des espaces septentrionaux libyens au lendemain de la répression de l'Italie fasciste (1934-1940)", *Revue de la Méditerranée* 3 (1): 101-114.
- Pascoli, Giovanni (1913), "La grande proletaria si è mossa", in *Limpido Rivo. Prosa e poesia di Giovanni Pascoli presentate da Maria ai figli giovanetti d'Italia*. Bolonha: Nicolas Zanichelli, 218-229.
- Paul-Eydoux, Henry [s.d.], *A história arrancada à terra*. Lisboa: Aster.
- Peyrouton, Marcel (1966), *Histoire générale du Maghreb*. Paris: Albin Michel.
- Pirenne, H. (1939), *Mohammed and Charlemagne*. Londres: G. Allen & Unwin.
- Pirenne, H. (1973), *As cidades da Idade Media*. Lisboa: Publicações Europa-América.

- Potiron de Boisfleury, G. (2010), *The Origins of Marshal Lyautey's Pacification Doctrine in Morocco from 1912 to 1925*. Fort Leavenworth: Faculty of US Army Command and General Staff College.
- Raposo, Luís (2018), "Legítimo e intolerável na restituição 'à origem' de coleções de museus", *Público* 10457 : 2-6.
- Rekovska, Monica (2013), "Dangerous Liaisons? Archaeology in Libya 1911-1943 and its political background", *Swiatowit* 11 (52): 9-26.
- Renier, León (1852), "Notes d'un voyage archéologique au pied de l'Aurès", *Revue Archéologique* 8 (2): 492-513.
- Ribeiro, José (2013), *Rainha D. Amélia. Uma biografia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Ricci, Steven (2008), *Cinema and Fascism: Italian Cinema and Society, 1922-1943*. Berkeley-Londres: University of California Press.
- Riché, Pierre e Philippe Le Maitre (1983), *Les invasions barbares*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Rossi, Gianluigi (2008), "La Libia nel Mediterraneo, 1943-1951. Interessi delle potenze, indipendenza e questione dell'unità", *Africa* 62 (2): 345-358.
- Sánchez Medina, E. (2020), "Édouard Lapène y los primeros años de la conquista de Argelia: Principaux monuments ou inscriptions relevés à Bougie", in S. Perea Yébenes e M. Pastor Muñoz (eds.), *El Norte de África en la Época Romana. Tributum in Memoriam Enrique Gozalbes Cravioto*. Salamanca: Signifer, 371-402.
- Segre, Claudio (1972), "Italo Balbo and the colonization of Libya", *Journal of Contemporary History* 7 (3-4): 141-155.
- Sequeira, Gustavo de Matos (1934), *Mediterrâneo. Crónicas de viagem*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.
- Singer, Barnett (1991), "Lyautey: An interpretation of the Man and French Imperialism", *Journal of Contemporary History* 26: 131-157.
- Sofka, James (1997), "The Jeffersonian Idea of National Security: Commerce, the Atlantic Balance of Power, and the Barbary War, 1786-1805", *Diplomatic History* 21 (4): 519-544.
- Spengler, Oswald (1918-1922), *Der Untergang des Abendlandes. Umriss einer Morphologie der Weltgeschichte*. Vols. 1-2. Munique: C. H. Beck.
- Toll, Ian (2006), *The Epic History of the Founding of the U.S. Navy*. Nova Iorque-Londres: Norton & Company.
- Toynbee, Arnold (1934-1961), *A Study of History*. Vols. 1-12. Londres: Oxford University Press.

- Tribunale Penale Fédéral (2019), *Dossier RR.2018.241. Arrêt du Novembre 2019. Cour des Plaintes*: 1-21.
- Troilo, Simona (2008), “Casta e bianca. La Venere di Cirene tra Italia e Libia (1913-2008)”, *Memoria e Ricerca* 57 (1): 133-156.
- Vatin, Jean-Claude (1982), *L'Algérie politique. Histoire et société*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Vicente, Gil (1942), *Obras completas (prefácio e notas do prof. Marques Braga)*. Vol. 4. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Vick, Brian (2010), “Power, Humanitarianism and the Global Liberal Order: Abolition and the Barbary Corsairs in the Vienna Congress System”, *International History Review* 40 (4): 157-172.
- Wagner, Moritz e Pulszky, Francis (1855), *The Tricolor on the Atlas. Algeria and the French Conquest*. Nova Iorque: Nelson and Sons.
- Ward-Perkins, Brian (2006), *A queda de Roma e o fim da civilização*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Warthon, Edith (1920), *In Morocco*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.
- Webster, Jane (1996), “Roman Imperialism and the post imperial age”, in Jane Webster e Nick Cooper (eds.), *Roman Imperialism: Post Colonial Perspectives*. Leicester: University of Leicester, 1-17.
- Wright, J. L. (2005), “Mussolini, Libya and the Sword of Islam”, in R. Ben-Ghiat e M. Fuller (eds.), *Italian Colonialism*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 121-130.
- Young, Robert (2001), *Post colonialism. An historical introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Zahreddine, Danny e Bruno Starling (2020), “Por um lugar ao sol: a política externa alemã de Otto von Bismarck a Guilherme II”, *Revista Brasileira de Defesa* 7 (1): 213-239.

(Página deixada propositadamente em branco)

II.

DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA

(Página deixada propositadamente em branco)

OS HISTORIADORES OITOCENTISTAS PORTUGUESES E A ROMANIZAÇÃO¹

ANDRÉ TEIXEIRA
Centro de História
Universidade de Lisboa
ORCID: 0000-0002-6229-322X
acaracol@campus.ul.pt

RESUMO O objetivo deste capítulo é mostrar de que forma a romanização foi encarada pelos historiadores oitocentistas em Portugal. Para isso, escolhemos uma breve lista de autores (Alexandre Herculano, Francisco de Almeida e Araújo, Teófilo Braga, Oliveira Martins, José Leite de Vasconcellos) e procurámos responder a cinco questões: i) quem eram estes intelectuais? ii) o que escreveram acerca da romanização? iii) quais eram as fontes e os autores modernos que citavam? iv) qual era o público-alvo destes trabalhos? v) o estudo da romanização permitia aos historiadores retirar ilações para a política contemporânea?

Embora não se englobe de forma exaustiva todos os historiadores que escreveram sobre este tema, a presente abordagem permite dar a conhecer uma ideia geral do estudo sobre a romanização. A última questão colocada introduz também uma problemática central para o estudo da historiografia oitocentista que é a relação entre história e política.

PALAVRAS-CHAVE: Romanização, século XIX, historiografia, política.

ABSTRACT The purpose of this chapter is to show how Romanization was seen by 19th century historians in Portugal. For this, we have chosen a brief list of authors (Alexandre Herculano, Francisco de Almeida e Araújo, Teófilo Braga, Oliveira Martins, José Leite de Vasconcellos) and tried to answer five questions: i) who were these intellectuals? ii) what did they write about romanization? iii) what were the modern sources and authors they cited? iv) what was the target audience of these works? v) did the study of Romanization allow historians to draw lessons from contemporary politics? Although not all historians who have written on this topic are covered by our study, the present approach makes it possible to present a general idea of the study on Romanization. The last question posed also introduces a central issue for the study of 19th century historiography, which is the relationship between history and politics.

KEYWORDS: Romanization, 19th century, historiography, politics.

Portugal está alagado pela onda da corrupção que subverteu a Roma imperial! Os costumes de nossos maiores são submetidos a riso! As leis antigas, que eram o baluarte das antigas virtudes, dizem os sicofantas modernos que já não servem à humanidade, a qual, em consequência de ter mais sete séculos, se emancipou da tutela das leis. (Alusão erva da aos vereadores de Miranda, que discreparam do intento restaurador do foral dado por D. Afonso. Vinham a ser sicofantas os colegas municipais). *Credite, poster!* – exclamou Calisto Elói com ênfase, nobilitando a postura.

Camilo Castelo Branco
A Queda dum Anjo: 39-40

Em muitos sentidos, o século XIX marcou o nascimento de uma nova modernidade, claramente diferente da anterior. O referencial clássico, até então endeusado num pedestal dourado, começava a quebrar-se. Novos referentes tomavam lugar numa sociedade que se queria nova e que rejeitava, como rejeitou Teófilo Braga, a mera repetição dos versos e da literatura da Antiguidade. Era esta nova modernidade que permitia a Camilo Castelo Branco parodiar o nobre Calisto Elói, a sua Roma imperial, com as suas leis, usos e costumes.

Perante este contexto de corte com o passado, particularmente com o passado mais recente, absolutista (ou talvez despótico, se tivermos em conta as palavras de Alexandre Herculano), qual era o lugar que Roma ocupava entre os historiadores e intelectuais? Mais propriamente, em que consistiu a romanização e quais as consequências desse facto histórico para os destinos dos homens? É certo que romancistas como o Camilo rejeitavam o elogio do passado apenas pelo elogio; mas também não é menos certo que outros glorificaram o passado romano ou visigótico: Teófilo Braga escreveu o romance *Viriato*, em que a romanização era abordada, tal como Herculano deu vida a *Eurico, o Presbítero*, que procurou manter vivas as sociedades pré-islamização. A relação com o passado romano era, pois, complexa, sabendo os oitocentistas que tinham de se afastar das visões do Antigo Regime, mas também que o mundo em que viviam era descendente – talvez direto – da romanização. É a visão dos historiadores portugueses de oitocentos sobre a romanização que nos propomos estudar neste capítulo.

Para examinar esta temática, optámos por focar a nossa atenção num conjunto de autores significativos. Esta metodologia de trabalho traz-nos vantagens que superam possíveis inconvenientes. Ao estudarmos menos autores, temos oportunidade de aprofundar a análise e de aplicar uma grade analítica que, não sendo exaustiva, dá uma visão mais completa do pensamento de casa um destes intelectuais sobre o tema da romanização.

Uma outra vantagem manifesta-se pela própria natureza da reflexão que aqui apresentamos. Como escreveu Pierre Nora, algo de fundamental aconteceu quando a história se começou a historiografar a ela própria, uma vez que deixou

de ser uma história-memória para passar a ter contornos cada vez mais críticos, incluindo dela própria.² Ou seja, a história revelou-se enquanto disciplina científica quando começou a estudar a sua própria evolução. Neste sentido, não queremos aqui um rol de historiadores com indicações breves sobre o que cada um deles escreveu acerca da romanização e o que cada um deles trouxe de novo ao *corpus* científico da sua época. Pelo contrário, afigura-se mais interessante ao leitor uma reflexão mais aprofundada sobre a historiografia oitocentista da romanização, que exponha as fontes e os autores citados pelos diferentes historiadores, as influências que tiveram na formação do seu pensamento, ao mesmo tempo que se procura explicar a importância desta temática para os homens do século XIX e de que forma a romanização se inseria na relação entre história e política.

Como consequência disto, explicamos já ao leitor o que não encontrará neste texto. Não haverá um rol de autores. Mas acima de tudo, não haverá uma crítica estéril, em que se leia os escritos oitocentistas e se vá indicando que esta ou aquela consideração é hoje tida como incorreta. O leitor já o sabe, além de que poderá sempre consultar edições críticas dessas obras, como a que está disponível para a *História de Portugal* de Alexandre Herculano, com as notas e comentários de José Mattoso³. É evidente que muito do que se escreveu no século XIX está hoje desatualizado. Mas a história, enquanto disciplina científica, começou a nascer precisamente no século de oitocentos. Para nós, é fundamental compreender os contextos do estudo da romanização no seio desta nova disciplina científica.

Por esse motivo, há quatro questões fundamentais que orientarão a nossa pesquisa. 1. Quem eram os historiadores ou intelectuais que procuravam compreender o processo da romanização? 2. Quais eram as fontes a que recorriam e quais os autores modernos por eles citados? 3. A quem se destinavam estes trabalhos? A outros historiadores? Ao público em geral? A ambos? 4. Havia ilações sobre a política contemporânea no estudo que estes homens faziam no século XIX? Além destas quatro interrogações, há ainda uma outra, sem a qual seria impossível qualquer trabalho como o que aqui empreendemos: o que escreveram os historiadores oitocentistas acerca da romanização?

1. OS HISTORIADORES E AS SUAS OBRAS

Como escrevemos na introdução, trabalhar a forma como a romanização foi encarada pelos historiadores oitocentistas portugueses implica uma atividade de seleção de autores e obras. Nas próximas páginas apresentaremos os autores e as obras que selecionámos, procurando dar resposta à primeira

² Nora 2016: 54.

³ Herculano 2007-2008.

questão da introdução, sobre quem eram os historiadores que procuravam compreender o processo da romanização. O primeiro autor que escolhemos foi Alexandre Herculano. Nascido em 1810, Herculano foi uma figura marcante do século XIX português. Além de historiador, ele foi ainda escritor, jornalista, arquivista e até agricultor⁴. A sua obra é vasta e o seu contributo para a história de Portugal é imenso e valioso, sendo mesmo considerado o “pai-fundador do modo “científico” de se investigar e escrever história em Portugal”⁵. Além disso, ou consequência disso, Alexandre Herculano, “ouvido como um oráculo”, alcançou um estatuto altamente valorizado na sociedade oitocentista portuguesa, o que lhe valeu a trasladação dos seus restos mortais para o Mosteiro dos Jerónimos, em 1888⁶.

Como liberal, este historiador procurou reforçar o sentimento de pertença à nação, retirando “atenção histórica e estética ao passado clássico” e às realizações culturais renascentistas. Em oposição, valorizava o passado medieval, dos primeiros séculos de Portugal⁷. Com efeito, Alexandre Herculano queria afastar-se dos discursos absolutistas e centralistas, motivo por que se apoiava num passado medieval e mais municipalista. Mas foi precisamente esse passado medieval e municipalista que abriu as portas a uma valorização do passado romano, que não estava limitado ao “despotismo dos césores”⁸. Pelo contrário, os municípios perfeitos medievais provinham do antigo modelo romano, que sobrevivera ao império, mantivera-se durante a monarquia visigótica e até durante a Reconquista⁹. Neste aspeto, Herculano não estava sozinho, tendo baseado as suas ideias em François Guizot, historiador liberal francês que defendera que, não existindo uma ligação direta entre os municípios romanos e medievais, os segundos descendiam dos primeiros e incorporavam muitos dos seus elementos¹⁰. Com efeito, a ideia da continuidade dos municípios romanos nos municípios medievais podia ser encontrada também em outros autores do século XIX, também citados por Herculano, como Savigny ou Niebuhr¹¹.

De Alexandre Herculano passamos para Francisco Duarte de Almeida e Araújo. A escolha deste divulgador poderá já não parecer tão acertada como a de Herculano, uma vez que a sua obra é muito menos conhecida e teve um impacto muito inferior na vida cultural e científica do Portugal de oitocentos. Mas alguns particularismos de como esta obra foi publicada, que se relacionam

⁴ Assis [s.d.]: 1.

⁵ Ibid.

⁶ Ibid.

⁷ Id.: 5.

⁸ Por exemplo, Herculano 2007: 331.

⁹ Branco 2007: 31-32.

¹⁰ Id.: 46.

¹¹ Id.: 31.

diretamente com o público a que era destinada, justificam a inclusão desta *História de Portugal* no nosso trabalho.

Em 1852, saía a público a *História de Portugal* de Almeida e Araújo, publicada em fascículos e inserida na “Bibliotheca Económica”. Esta era uma obra destinada a ensinar aos cidadãos portugueses a história da sua nação¹². Para escrever esta obra, Almeida e Araújo teve de abdicar do seu emprego no Tribunal de Contas¹³. Não estamos, portanto, perante um historiador de profissão, mas antes face a alguém que queria apenas dar a conhecer aos seus concidadãos a história da nação¹⁴.

Em 1880, Teófilo Braga publicou a sua *História do Romantismo em Portugal*¹⁵. Nesta obra, a determinado momento, o historiador procurou identificar o elemento romano na literatura. Para o fazer, acabou por se alongar sobre as causas que conduziram à decadência de Roma, bem como sobre os principais contributos dos romanos para a história universal¹⁶. Com efeito, uma das características do pensamento deste autor era que “a literatura constitui expressão ou produto do meio social e que a sua evolução reflecte as transformações deste último, bem como o génio nacional”¹⁷. Quer isto dizer que ao dissertar sobre o elemento romano na literatura, Teófilo Braga caracterizava necessariamente o génio da nação romana – a compreensão da justiça¹⁸ –, descrevendo depois a degeneração moral do povo romano, que se traduziu numa literatura com uma qualidade cada vez menor.

Em 1885, foi a vez de Joaquim Pedro de Oliveira Martins publicar a *História da República Romana*¹⁹. O seu papel no desenvolvimento das ciências sociais em Portugal na segunda metade do século XIX é bastante relevante. Escreveu uma obra vastíssima nos campos da literatura, política, economia,

¹² “Convidado pelo Sr. Eduardo de Faria, há apenas 18 mezes, para escrever a Historia do nosso paiz, apesar de reconhecer a insufficiencia das minhas forças para obra de tanto vulto, não hesitei em annuir; porque, como cidadão portuguez, julguei sempre do meu primeiro devêr dispor-me completamente ao serviço da Patria. Entendi que lh’o não fazia pequeno, recopilando a nossa Historia, reunindo n’um só volume o que anda disperso por tantos, e apresentando-lh’a por preço tão modico, como não há exemplo em Portugal. De hoje por diante não servirá de desculpa a ninguem ignoral-a. O seu custo está em proporção com os haveres, ainda os mais limitados.” Vide Araújo 1852: 1257.

¹³ Araújo 1852: 1257.

¹⁴ Este autor foi funcionário público, redator da Câmara dos Pares e jornalista, mas não tinha qualquer formação em letras. Vide Matos 1998: 541.

¹⁵ Braga 1987.

¹⁶ Id.: 26-36.

¹⁷ Matos 1998: 324.

¹⁸ Braga 1987: 31.

¹⁹ Sobre J. P. Oliveira Martins e, mais concretamente, sobre a *História da República Romana*, v. o capítulo de Ricardo Nobre, publicado neste volume.

sociologia, filosofia e da história²⁰. Particularmente importante foi a criação da Biblioteca das Ciências Sociais, que incluiu obras como *História da Civilização Ibérica*, *Portugal Contemporâneo* ou *As raças humanas e a civilização primitiva*, mas também, em 1885, “o coração do systema de obras que compõem a nossa [de Oliveira Martins] BIBLIOTHECA”²¹: a *História da República Romana*. Como veremos, as suas ideias políticas são indissociáveis do seu pensamento científico, sendo que Oliveira Martins “evoluiu de um republicanismo proudhoniano para a defesa de uma solução cesarista”²², evolução que se começava já a notar em certos aspetos da *História da República Romana*.

O último historiador que será estudado neste capítulo é José Leite de Vasconcelos. Nasceu em 1858 e morreu em 1941. Começou por estudar medicina, mas cedo se interessou pelos estudos da cultura, particularmente pela arqueologia e pela dialectologia²³, bem como pela etnologia. Com efeito, “ninguém antes de Leite de Vasconcellos praticou rigorosamente a Etnografia [em Portugal]”²⁴. Já antes houvera o tratamento de matéria etnográfica, por parte de Teófilo Braga ou Adolfo Coelho, mas nenhum deles se aplicou rigorosamente no trabalho de campo²⁵. Ao contrário dos restantes intelectuais aqui trabalhados, que tinham uma vocação muito mais direcionada para as fontes literárias, Leite de Vasconcelos teve um percurso ligado à arqueologia e à museologia, tendo sido diretor do Museu Etnológico entre 1893 e 1929, tendo sido também professor da Faculdade de Letras de Lisboa entre 1911 e 1929²⁶.

A inclusão de José Leite de Vasconcelos neste artigo justifica-se por duas razões distintas. Primeiro, porque para trabalhar a visão oitocentista sobre a romanização era imprescindível incorporar a perspetiva que se começava a formar a partir da arqueologia. Dois exemplos fundamentais da arqueologia do fim de século em Portugal são Leite de Vasconcelos e Estácio da Veiga. Escolhemos o primeiro fundamentalmente por causa da obra que começou a publicar ainda nos anos 90 do século XIX, *Religiões da Lusitânia*, apesar do volume que trata a romanização datar apenas de 1913²⁷. Esta obra revela-se particularmente interessante para este estudo porque sintetiza o conhecimento arqueológico acumulado no final do século, ao mesmo tempo que apresenta uma sistematiza-

²⁰ Catroga 1993: 572-573.

²¹ Martins 1927: 5.

²² Catroga 1993: 573.

²³ Silvestre [s.d.]: 2.

²⁴ Guerreiro 1984: 65.

²⁵ Id.: 65.

²⁶ Silvestre [s.d.]: 2.

²⁷ Vasconcelos 1913.

ção do modo como Leite de Vasconcelos encarava a romanização e a sociedade lusitano-romana²⁸.

2. A ROMANIZAÇÃO NO SÉCULO XIX – ENTRE HISTÓRIA E POLÍTICA:

Para dar a conhecer a romanização, ou antes, a história da conquista romana da Península Ibérica, os historiadores oitocentistas começavam por expor ao leitor o contexto da segunda guerra púnica. Desse modo, desde o primeiro momento os romanos surgiam comparados com um outro povo, o da cidade de Cartago. Tal comparação ajuda-nos à partida a compreender de que forma o povo romano e as suas instituições eram encarados pelos historiadores do século XIX.

Desde logo, sobressai uma ideia muito forte da comparação entre romanos e cartagineses, que é o respeito pela lei. De um lado, os cartagineses, que não hesitaram em começar uma guerra para que Aníbal Barca vingasse o seu pai, Amílcar, demonstrando assim uma completa ausência de respeito pelos tratados. Do outro, Roma, que procurou proteger os seus aliados, ainda que tardiamente. Este tipo de discurso é particularmente visível em Francisco de Almeida e Araújo:

Não succedeu assim com Hannibal [que desrespeitou os tratados], que tendo segurado a Hespanha, e querendo levar a guerra á Italia, não achou melhor pretexto para quebrantar a paz, do que insultar os confederados de Roma em Hespanha, pondo cerco a Sagunto [...].²⁹

Roma, ao contrário de Cartago, não procurou a guerra injusta; em oposição, tentou ao máximo evitar a guerra. Ao procurar que não houvesse um conflito, Roma falhou em ajudar Sagunto, cidade aliada, tendo o Senado ficado a deliberar sobre o auxílio aos aliados até ser demasiado tarde³⁰. Em termos discursivos, Roma foi a potência que respeitou os tratados, mas que foi empurrada para a guerra por uma Cartago sedenta de vingança.

Mas havia atenuantes a este discurso. Oliveira Martins narrou uma versão diferente do início do conflito. Nesta versão, Cartago foi empurrada para a guerra: ao atacar Sagunto, Aníbal começara a guerra por sua conta e risco, sendo que apenas as riquezas da cidade conquistada haviam conseguido convencer a elite cartaginesa a apoiar a guerra de Aníbal³¹. Também aqui, no entanto, os romanos parecem moralmente superiores face aos cartagineses. Os

²⁸ Id.: 100-192.

²⁹ Araújo 1852: 12.

³⁰ Id.: 13.

³¹ Martins 1927: 221-222.

romanos estavam ocupados e não podiam socorrer Sagunto de imediato, mas os cartagineses, que estavam estonteados pelo “medo e a cobardia”, viram que “o medo cedeu á cobiça no animo dos mercadores”³².

José Leite de Vasconcelos não concedia um ascendente moral aos romanos face aos cartagineses. O historiador assumia que a guerra tinha sido provocada pelos cartagineses, dado que Aníbal Barca tinha encontrado em Sagunto um mote para a guerra com Roma³³. Mas tal como os cartagineses, também os romanos desrespeitavam os tratados e os acordos, como aconteceu com a traição de Sérvio Galba aos lusitanos. Ainda assim, o historiador concedeu que tal “facto vergonhoso” levou a uma condenação de Galba em Roma³⁴.

Regressando à importância da romanização. Alexandre Herculano considerou que a grande transformação da Península Ibérica datava do período entre 220 e 216 a.C., período coincidente com o início da segunda guerra púnica e que foi marcado pela entrada dos romanos na Península Ibérica:

Daqui [220-216 a.C.] data a época da completa transformação da Península. Ajudada pela superioridade da ciência militar, a superioridade da civilização romana devia ter acção imensa nessas sociedades imperfeitíssimas dos indígenas, aos quais faltava o vínculo da unidade nacional e que, misturados com as raças fenícia, grega e cartaginesa, tinham tomado costumes, vocábulos e ideias de cada um destes povos, sem que esses elementos adventícios tivessem tempo suficiente para se incorporarem perfeitamente no elemento céltico e formarem com ele um todo compacto e homogêneo capaz de resistir à influência civilizadora de Roma. Esta não empregava só as armas para assegurar a sujeição dos países que subjugava; introduzia neles as suas colónias, as suas leis, os seus costumes: trocava com eles até os deuses, recebendo os estranhos nos próprios templos, mas exigindo reciprocidade religiosa; dava a provar a esses homens rudes o luxo e os prazeres de que era mestra; recebia-lhes os produtos da sua agricultura e indústria, e interessava-os assim por muitos modos na existência e prosperidade da grande república.³⁵

A romanização foi, para este autor, o momento-chave do desenvolvimento de novas instituições na Península Ibérica. Resta saber quais instituições, como se deu este processo e porquê. No excerto que transcrevemos acima, o autor lançou pistas para responder a essas questões. Ao contrário dos povos que anteriormente tinham de algum modo ocupado a península, i. é, fenícios, gregos e cartaginenses, aos romanos não faltou tempo para que a sua civilização se tornasse dominante (Herculano tomou como válido o

³² Id.: 222.

³³ Vasconcelos 1913: 100-102.

³⁴ Id.: 115-116.

³⁵ Herculano 2007: 69-70.

domínio romano em larga escala do norte da península)³⁶. Mais do que isto, o domínio de Roma não se fazia apenas pela força das armas, mas também pelas “suas colónias, as suas leis, os seus costumes”. Escreveu o autor que os romanos trocavam com os povos dominados até os deuses, o que poderia ser entendido como um sinal de que uma tal ocupação não seria um jugo militar e tirânico, mas antes a integração numa grande república, de cuja “existência e prosperidade” os povos dominados seriam também beneficiários.

Apesar desta visão de prosperidade que Alexandre Herculano nos transmitiu sobre a romanização da península, este não foi um processo pacífico. Francisco de Almeida e Araújo foi um dos autores que enfatizou o papel da violência e da guerra quase constante durante a romanização do território:

Os Romanos devidiram a Hespanha em duas provincias, Ulterior e Cite-rior, e para ellas mandaram governadores com o titulo de Pretores. Um dos primeiros foi Marco Porcio Catão, que batalhou com os Lusitanos; mas que por fim os reduziu, mais pelos seus modos affaveis e generosos, do que pelas armas. Seguiu-se a este Scipião Nasica, que excitou por tal fôrma o odio destes povos, que elles fizeram uma liga com os Celtibéros, a quem tambem o jugo romano se tornava iusupportavel, e que buscava occasião de se libertar delle.³⁷

Nas páginas que se seguiram a este excerto, o divulgador descreveu as várias lutas entre romanos e lusitanos até à época de Sertório. Em geral, os romanos acabavam por vencer as campanhas, mas logo os lusitanos, com o seu “génio belicoso” recuperavam a luta contra os invasores. Foi neste contexto que Almeida e Araújo se referiu a Viriato: um lutador contra o invasor romano³⁸. Mas a descrição em que os valores heroicos e patrióticos são mais claramente atribuídos a Viriato é a de J. Leite de Vasconcelos:

Houve na Lusitania um varão dotado de nobre civismo, de aptidões militares, e de energia de ferro, que pretendeu pôr termo á prepotencia dos Romanos, despertando com viveza no animo dos seus compatriotas e dos seus vizinhos ideias de liberdade e de firme resistencia, por ventura não totalmente desacompanhadas da opinião de que os povos ibericos poderiam confederar-se para formarem uma nação unica, — opinião porém utópica, então como hoje. Este varão foi Viriato, talvez oriundo dos Celticos da mesopotamia de entre *Tagus* e *Anas*, como do seu nome se póde inferir.³⁹

³⁶ Id.: 83.

³⁷ Araújo 1852: 18.

³⁸ Id.: 18-24.

³⁹ Vasconcelos 1913: 156.

Desta visão de Viriato, podemos também inferir que José Leite de Vasconcelos defendia que a romanização fora um processo violento. De facto, nas *Religiões da Lusitânia* focou muito o papel da guerra e da violência nos primeiros séculos de romanização. Com efeito, o formato de “elencho chronologico”⁴⁰ em que parte desta obra está escrita, favorecia uma história dos acontecimentos. Assim, o primeiro evento da cronologia de Leite de Vasconcelos foi precisamente a vitória de Cipião Nasica sobre os lusitanos em 193 a.C.⁴¹. A isto, seguiram-se cerca de cinquenta páginas de conflitos entre ocupantes e ocupados⁴².

No seguimento das lutas entre lusitanos e romanos, há uma outra personagem que assumiu um papel importante para o discurso historiográfico oitocentista: Sertório. Tal como a segunda guerra púnica ou a Viriato, Sertório era um tema obrigatório para os historiadores oitocentistas portugueses. A ação deste comandante, com efeito, não era de fácil avaliação para os historiadores do século XIX. Por um lado, Sertório representava uma força de resistência aos romanos, por outro, ele mesmo foi um dos mais vigorosos elementos que conduziu à romanização.

De acordo com Alexandre Herculano, a romanização era um facto praticamente adquirido em vastas áreas da península já ao tempo de Sertório. Apesar das dificuldades que os romanos tiveram durante um longo período em impor a vontade da república sobre estes territórios, quando se deu a “revolução de Sertório”, ia “já adiantada [a] conquista da civilização romana”⁴³. Esta personagem já não optaria por favorecer a cultura indígena, mas antes por criar uma nova república, em tudo semelhante à sua pátria de origem. Tal opção, de acordo com Herculano, era encarada negativamente pelos historiadores modernos, uma vez que veriam nesta ação de Sertório uma forma de apagar a civilização indígena, “cujos germes já existiam no solo da Espanha”⁴⁴. Alexandre Herculano, pelo contrário, defendia que o procedimento de Sertório era a prova cabal de quão avançada estava a romanização da Península Ibérica já naquele tempo.

Sertório criou na Lusitânia uma república à imagem de Roma, o que implicou a fundação de novas instituições, fossem elas políticas, culturais ou militares. Em relação a Sertório, além do que foi evidenciado por Alexandre Herculano, que os historiadores modernos, tendencialmente nacionalistas, encaravam esta personagem como alguém que tinha contrariado os germes nacionais da Península Ibérica, podemos também considerar que há dois grupos sobre o papel que este comandante militar desempenhou na romanização.

a) Sertório enquanto força que contribuiu fortemente para a romanização da

⁴⁰ Id.: 105.

⁴¹ Id.: 107.

⁴² Id.: 107-153.

⁴³ Herculano 2007: 70.

⁴⁴ Ibid.

Península, particularmente do atual território português (como Herculano ou Almeida e Araújo); *b*) Sertório a romanizar particularmente a Espanha atual, mas com pouca influência no interior das fronteiras portuguesas (por exemplo, Leite de Vasconcelos).

a) Para historiadores como Alexandre Herculano ou Francisco de Almeida e Araújo, as guerras de Sertório foram um dos momentos-chave da romanização da península, a par da segunda guerra púnica. Herculano descreveu a república sertoriana do seguinte modo:

Obedecido por mais de setenta mil soldados italianos, espanhóis e africanos e envolto na guerra com Pompeio e Metelo depois da morte de Sila, Sertório não se esqueceu de por todos os modos converter a porção da Espanha que dominava numa imagem do Lácio. Epora foi feita capital da Lusitânia, Osca, da Celtibéria. Um senado composto de trezentos senadores, todos romanos, representava o Senado de Roma. Osca ficou sendo o centro da reforma intelectual, como Epora o era da civil e política. Na capital dos celtiberos estabeleceu-se uma como universidade, onde as literaturas grega e latina eram ensinadas por mestres dessas duas nações. Só esta educação conferia aos espanhóis o carácter de cidadãos romanos e ficava sendo assim o caminho dos cargos importantes.⁴⁵

A primeira instituição que Alexandre Herculano nos forneceu foi a militar: mais de setenta mil soldados, entre italianos, espanhóis e africanos. E tal descrição remete-nos logo para o primeiro elemento da formação política de Sertório: embora esta república ficasse situada na Hispânia, do ponto de vista geográfico, era algo muito mais vasto, correspondente à própria república romana, tomada pelos inimigos de Sertório, particularmente por Sula.

O carácter eminentemente romano desta formação política era visível na composição da sua estrutura militar, em que mesmo os soldados oriundos da Hispânia estavam treinados à maneira romana e combatiam como romanos. Mas as estruturas políticas reforçavam este pendor romano. O senado, composto de trezentos homens, era constituído apenas por romanos, deixando de parte os aliados locais de Sertório.

Além das reformas militares e político-administrativas, na república de Sertório houve um desenvolvimento cultural do território. Foi constituída uma academia em que eram lecionadas as literaturas grega e latina. Esta educação tinha uma finalidade política, uma vez que apenas educados à maneira romana – o que se fazia nesta “universidade” – os locais podiam aceder à cidadania

⁴⁵ Id.: 71.

romana e aos cargos mais importantes (o que decerto, subentenderia um *cursus honorum* local).

Francisco de Almeida e Araújo escreveu que Sertório erigira em república o governo da Lusitânia. Essa república tinha um senado, havia empregos e magistrados, tal como na república romana⁴⁶. Nesta descrição há um elemento fundamental que a distingue da que foi fornecida por Alexandre Herculano. Almeida e Araújo não especificou sobre se este senado seria composto apenas por cidadãos romanos ou se incluiria também as elites indígenas, uma vez que Almeida e Araújo referiu apenas os “principaes da Provincia”⁴⁷. Mas há uma frase deste historiador, a propósito de Sertório, que é evidenciadora de uma transposição de ideais liberais oitocentistas para o mundo romano: “e que instituiu Academias, por estar convencido que a sciencia valia tanto para qualquer estado, como o valor e a força das armas”⁴⁸. Como vimos, Almeida e Araújo escreveu a sua *História de Portugal* com o objetivo de dar a conhecer aos seus concidadãos a história da sua nação; aqui, vemos novamente o ideal da educação, desta feita transposto para aumentar a valorização de Sertório, uma figura histórica do passado.

A transposição para o passado sertoriano daquilo que se desejava para o presente não foi um exclusivo de Almeida e Araújo. Este historiador citou Charles Romey (o autor mais citado por Araújo a propósito da romanização), com a sua *História de Espanha*, em que foi possível notar um claro elogio da ação de Sertório. Este comandante, explicou Romey, não se limitou apenas a reorganizar militarmente a Hispânia, mas esteve à beira de transformar a península numa nação independente, organizado à maneira romana⁴⁹. Mas esta “nação independente” não estaria vinculada a uma “absoluta unidade política”. Ao invés, apesar da diversidade dos costumes locais – que o autor transpôs como ainda existente no seu próprio tempo –, Sertório dotara as duas grandes divisões territoriais da Hispânia (a Ulterior e a Citerior) de governos próprios, fundados nos mesmos princípios, que eram iguais aos da república romana⁵⁰.

O mesmo Charles Romey escreveu:

A Lusitania e a Celtiberia, reunidas sob o seu patrocínio, recebèram delle duas capitaes, onde fixou a sede de dous governos distinctos. Evora e Osca tornaram-se então duas cidades centraes, donde tinha que partir o impulso regenerador. Evora, na qual Sertorio residia quase sempre, teve, ao exemplo de Roma,

⁴⁶ Araújo 1852: 31. Também José de Arriaga, por exemplo, referiu-se a assembleias em que os lusitanos elegiam os seus dirigentes. Vide Arriaga 1886: 108.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Romey apud Araújo 1852: 24-25.

⁵⁰ Id.: 25.

um senado, magistrados, e até mesmo tribunos. O corpo senatorio, composto dos Hespáneos mais esclarecidos, e dos Romanos interessados com elle em subtrahiram-se á colera de Sylla, era investido de todo o poder governativo: dependiam delle os magistrados de qualquer ordem, os pretores, os questores e os que governavam a cidade segundo as leis romanas, as quaes só tinham soffrido algumas ligeiras modificações, tendentes a acoomodal-as ao caracter hespanhol. Sertorio estabeleceu uma escola publica em Osca, instando com os Hespáneos a mandarem alli seus filhos estudar as letras gregas e latinas, ensinadas pelos mestres que mandáva vir de Italia. Os moços hespanhoes ao sair desta, que parece haver sido uma superior escola, e d'algum modo universidade, eram reconhecidos como cidadãos romanos, e tinham acesso aos cargos publicos.⁵¹

Este longo excerto fornece as respostas a algumas das interrogações que atrás colocámos. Para Romey – e Almeida e Araújo, que o citou – o senado de Sertório não era constituído apenas por romanos, mas também por locais que tinham ascendido ao privilégio da cidadania. Pelo meio, as leis da república mantinham-se, salvo pequenas alterações para as acomodar aos usos da Hispânia. Também no campo do ensino Sertório assemelhava-se grandemente ao ideal de um governante oitocentista, tendo criado uma escola pública, que seria o equivalente a uma escola superior ou uma universidade, com o intuito de formar uma elite local capaz de garantir os cargos públicos.

Um outro aspeto relevante é a indicação clara por parte destes historiadores do desenvolvimento da cidade de Évora no tempo de Sertório, sendo que a residência desta personagem seria mesmo na cidade. Para historiadores como José Leite de Vasconcelos, Sertório tivera pouca influência no atual território português: “Abstenho-me de enumerar os benefícios prestados por Sertorio á Hispania, porque elles manifestaram-se apenas na parte hespanhola da Península, e não temos noticia de que se reflectissem nos territorios que constituem hoje o nosso país”⁵².

Leite de Vasconcelos, em oposição a historiadores anteriores, como Romey, Herculano ou Almeida e Araújo, embora reconhecendo o papel importante de Sertório no desenvolvimento da Hispânia, considerava que essa ação fora exterior ao território português. Mais do que isto, se era verdade que esta província fora a segunda casa de Sertório, não era menos verdade que essa era uma relação de oportunidade: a Península Ibérica era um espaço a partir de onde Sertório podia vencer os seus rivais políticos⁵³. A mesma relação oportunista, de acordo com o historiador, podia ser aplicada à romanização no campo das

⁵¹ Ibid.

⁵² Vasconcelos 1913: 161.

⁵³ Id.: 160.

mentalidades: foi útil a Sertório disciplinar as tropas lusitanas, mas “quando isso conveio aos seus planos políticos, favoreceu as crendices populares com a intervenção da corça”⁵⁴.

Demorámo-nos com Sertório, porque este foi para os historiadores oitocentistas (incluindo o próprio Leite de Vasconcelos) um momento importante para a romanização. Oliveira Martins chegou mesmo a afirmar que Sertório agia como um governador romano, uma vez que organizava o governo da Hispânia como uma província romana, concedeu-lhe um senado, manteve os romanos nos cargos de poder, mas sem esquecer a amizade dos seus aliados indígenas. Sertório obedecia, por isso a uma “tradição democrática de assimilação e romanização das províncias”⁵⁵. Mesmo que tal processo acontecesse em oposição à própria república romana, Sertório introduziu ou solidificou na Hispânia muitos aspetos militares, culturais e político-administrativos de origem romana. José Leite de Vasconcelos, que relativizou o papel de Sertório no desenvolvimento da Lusitânia, explicou a questão de forma clara. Com uma vitória de Viriato, a Lusitânia teria permanecido durante mais tempo como uma civilização indígena, ao passo que com uma vitória sertoriana, “adviria um pouco mais cedo a implantação da civilização romana, superior á outra”⁵⁶.

As diferenças de perceção sobre a romanização que observámos entre os vários autores radicam também num outro problema: a importância dos povos pré-romanos para a construção do Portugal moderno. No século XIX, dois campos opostos debatiam sobre qual a importância dos povos indígenas na construção de Portugal. Por um lado, autores como Alexandre Herculano defenderam que Portugal era uma monarquia moderna, ou seja, que a formação do reino de Portugal devia-se a razões políticas, de vontade de uma elite, dos séculos da Reconquista (particularmente do século XII), em vez de radicar numa singularidade étnica do oeste da Península Ibérica⁵⁷. Por outro lado, intelectuais como José Leite de Vasconcelos (mais moderadamente), Oliveira Martins⁵⁸, Adolfo Coelho ou Teófilo Braga defendiam que a identidade portuguesa radicava nos povos pré-romanos, particularmente os lusitanos (no caso de Teófilo Braga, a identidade portuguesa radicava também nos moçárabes)⁵⁹.

Tal questão pode não parecer sobremaneira relevante para a romanização, mas tem alguma importância quando consideramos que uma sobrevalorização dos lusitanos no discurso identitário oitocentista em Portugal implicaria por

⁵⁴ Id.: 161.

⁵⁵ Martins 1927b: 158-159. Esta tradição democrática aqui referida era uma democracia antiga, mas que não era diferenciada da democracia moderna, do século XIX.

⁵⁶ Vasconcelos 1913: 161-162.

⁵⁷ Matos 1998: 316; Matos 2008: 19.

⁵⁸ Martins 1880: 3.

⁵⁹ Sobre esta questão, v. Matos 1998: 339-350.

oposição uma menor valorização da influência da romanização. Não porque deixasse de se reconhecer uma superioridade de desenvolvimento à cultura romana, mas porque para haver uma sobrevivência da identidade lusitana até ao Portugal moderno, teria de haver uma brecha no sistema da romanização que permitisse essa sobrevivência. Alexandre Herculano apercebeu-se deste paradoxo aparente, ao escrever que:

Se porém [...], alguns caracteres de nacionalidade ibérica ou céltica, apesar dos factos políticos e sociais que temos rapidamente apontado, subsistiam ainda, o sistema administrativo de Augusto César e dos seus sucessores, realizando de todo, posto que por diverso motivo, o pensamento civilizador de Sertório, acabou de desvanecer forçosamente esses caracteres.⁶⁰

Para Herculano, este pensamento era uma inferência lógica: havendo uma romanização bem-sucedida, os traços lusitanos desvanecer-se-iam. Tais afirmações, contudo, perdiam parte da sua força quando, como fez José Leite de Vasconcelos, se concedia uma importância maior aos vestígios materiais da romanização. Era verdade que havia em Portugal inúmeros vestígios romanos. Mas a Lusitânia, particularmente a parte portuguesa da Lusitânia, era “dos países onde a civilização romana deixou monumentos menos apparatusos e de menor importância”⁶¹.

Do ponto de vista puramente formal, a coexistência da romanização com uma sobrevivência, ainda que escassa, de um gene lusitano pode parecer um paradoxo. Mas Leite de Vasconcelos evitava-o, indicando que a romanização da Lusitânia não fora tão forte como em outros territórios romanizados. Este intelectual, todavia, não foi o único que defendeu uma filiação de Portugal nos antigos lusitanos. Houve outros defensores dessa teoria, como Adolfo Coelho ou Teófilo Braga. Nem todos secundarizaram o papel da romanização (o próprio Leite de Vasconcelos fê-lo muito levemente). Isto levantava um problema, que era a sobrevivência de um referente identitário lusitano sob o jugo de uma civilização superior como era a romana.

Oliveira Martins, por seu lado, considerava que fora a romanização que dera à península a “unidade social, a língua, a cultura literária e científica”, a que depois se juntara a unidade moral do cristianismo⁶². Neste sentido, para Oliveira Martins, na *História da Civilização Ibérica*, Portugal não nasceu de uma continuidade com os antigos lusitanos, mas antes da resposta militar à invasão sarracena da Península Ibérica: como os demais reinos ibéricos, Portugal bro-

⁶⁰ Herculano 2007: 71.

⁶¹ Vasconcelos 1913: 192.

⁶² Martins 1994: 145.

tou “do seio dos combates na desenvoltura dos acampamentos”⁶³. Mais do que a partir da permanência de um gene lusitano (que teria um papel secundário, embora existisse, posição em que se demarcava de forma clara de Alexandre Herculano), Portugal nascera das lutas entre os nobres portugalenses e os seus vizinhos, que foram conduzindo à definição das fronteiras⁶⁴.

Independentemente das polémicas acerca da permanência de um gene lusitano pré-romano na população do ocidente da Península Ibérica, que tivesse mais tarde influenciado o surgimento de Portugal, os historiadores oitocentistas não negaram o papel da romanização. Nesse sentido, se a romanização de Sertório ainda poderia ser alvo de algumas objeções (como a evidenciada por Leite de Vasconcelos, sobre a pouca relevância no território português), avançando até à época de Júlio César existe uma certa unanimidade sobre os efeitos da romanização (que se manteve até à dissolução do império).

O próprio José Leite de Vasconcelos, que evidenciara as falhas de uma intensa romanização em Portugal no tempo de Sertório, apontava que ainda antes da época de César, já os lusitanos estavam em paz, fosse em relação aos romanos, fosse entre eles mesmos, porque era frequente os lusitanos travarem lutas entre eles⁶⁵. Do mesmo modo, também Almeida e Araújo apontou a chegada da paz à península, após a guerra civil entre César e Pompeio⁶⁶. Alcançada a paz, era então o tempo de uma nova reforma administrativa. Júlio César fizera uma nova divisão territorial da Hispânia, dividindo também algumas cidades entre as denominações de colónias e municípios⁶⁷. Neste campo, parece-nos que houve uma simplificação das diferenciações jurídicas entre colónias e municípios por parte de Almeida e Araújo, que não se estenderia a outros autores daquele período, como Alexandre Herculano⁶⁸.

Francisco de Almeida e Araújo expôs a crescente complexificação das estruturas romanas na Hispânia como um processo natural: primeiro, as instituições criadas por Sertório; depois, uma reforma administrativa de Júlio César; seguiu-se um novo regimento para a Hispânia, que foi criado por Augusto, com a divisão da Lusitânia em quatro distritos, “cada um delles com uma relação”, i. é, um tribunal; por fim, uma última reorganização administrativa dada por Vespasiano e Adriano. Pelo meio, “Roma espalhou pela Peninsula o seu systema

⁶³ Id.: 146.

⁶⁴ Catroga 1996b: 137-138.

⁶⁵ Vasconcelos 1913: 163.

⁶⁶ Araújo 1852: 29.

⁶⁷ Id.: 31.

⁶⁸ Alexandre Herculano dissertou longamente acerca das categorizações jurídicas das cidades romanas, a propósito da evolução do município. Vide Herculano 2007: 326-333, especialmente pp. 326-327.

tributario como a emblezou também com as riquezas das artes em que ella florescia”⁶⁹.

Tais reformas administrativas não passaram despercebidas aos restantes historiadores. Alexandre Herculano, por exemplo, desenvolveu-as muito mais do que Almeida e Araújo. No tempo da república a Hispânia estava dividida entre Ulterior e Citerior, depois foi dividida em três (Bética, Tarraconense e Lusitânia) e, por fim, numa reforma administrativa que Herculano fez remontar a Constantino – por alegar que atribuir essa reforma a Adriano carecia de fundamento –, a Península Ibérica ficou dividida em Tarraconense, Cartaginense, Galécia, Lusitânia e Bética. Por sua vez, havia uma subdivisão em distritos ou conventos, em que “residiam os magistrados administrativos, judiciais e militares”⁷⁰. Estas cidades eram, assim, mais do que modestas sedes de tribunais da relação, como fez entender Almeida e Araújo.

Neste contexto, Herculano prosseguiu com a explicação das instituições e classificações jurídico-administrativas romanas. Explicou a diferença entre colónias e municípios, em que as primeiras eram compostas por cidadãos de origem romana e os segundos tinham o privilégio de se reger por leis locais, aplicando-se-lhes ao mesmo tempo “grande parte do direito público romano”, embora as diferenças entre as duas classificações se tenham esbatido com o tempo⁷¹. Além destas, havia também povoações integralmente indígenas – as cidades confederadas. Para o historiador, a existência de cidades confederadas (e por isso, integralmente indígenas) não implicaria a continuidade de uma civilização pré-romana sob o jugo romano. Estas cidades, com efeito, tinham este estatuto porque teriam sido as primeiras a aceitar o domínio romano, pelo que não teriam motivos para manter costumes antigos. Além do mais, não seriam povoações apenas lusitanas – ou célticas –, mas antes uma “raça mista céltico-fenício-púnica”, correspondente aos anteriores ocupantes do território peninsular⁷².

Como se tal não bastasse para aferir os efeitos da romanização, com o tempo, as distinções das diversas categorias jurídicas desapareceram na Península Ibérica. Vespasiano atribuíra a todas as povoações da Hispânia o direito latino e Caracala concedera a cidadania romana a todo o império. A península tinha apresentado uma forte resistência à romanização, mas rapidamente se integrara no seio do mundo romano, que no século IV d.C. se afirmava já, de acordo com Herculano, como uma só nação no ocidente da Europa e que, transpondo os seus limites, estendia-se também por África e pela Ásia⁷³.

⁶⁹ Araújo 1852: 31.

⁷⁰ Herculano 2007: 71-72.

⁷¹ Id.: 72.

⁷² Id.: 72-73.

⁷³ Id.: 73.

Também José Leite de Vasconcelos assinalou as reformas trazidas pela romanização da Hispânia. Nas *Religiões da Lusitânia*, depois de ter narrado a história da conquista romana, começou a explicar a civilização lusitano-romana. Nas primeiras páginas da história dessa civilização, começou por fazer a descrição administrativa e da ordem jurídica, entenda-se, das formas de governo das províncias⁷⁴. De entre os autores estudados, foi o primeiro que fez a distinção entre as províncias imperiais (Lusitânia e Tarraconense) e a senatorial (Bética)⁷⁵.

Mas esta descrição administrativa e jurídica não se ficou apenas por um enunciado das várias estruturas administrativas possíveis, como aconteceu com Herculano. Tal justifica-se porque Herculano tinha acima de tudo uma preocupação teórica com a problemática municipalista, sendo que essa preocupação teórica resvalava depois para o campo ideológico, entenda-se a ideologia municipalista e descentralizadora que o próprio Alexandre Herculano defendia para o século XIX. Neste contexto, os municípios perfeitos seriam os da época romana. Por outro lado, Leite de Vasconcelos estava mais preocupado em descrever a realidade histórica da Lusitânia naquele período, porque só com um retrato fiel da província nos tempos romanos é que seria capaz de abordar a problemática da religião nos capítulos subsequentes do seu trabalho. Vasconcelos não se ficou (mais uma vez) pelas fontes da literatura e da historiografia: utilizou-as em conjunto com as fontes epigráficas e arqueológicas.

Neste sentido, as categorias de povoações em que José Leite de Vasconcelos dividiu as povoações da Lusitânia não se limitaram a réplicas ou explicações das categorias jurídicas das cidades romanas. Pelo contrário, o estudioso elencou uma categorização própria que advinha mais do tratamento sistemático dos dados arqueológicos do que da leitura de fontes literárias e jurídicas da Antiguidade.

1) povoações de nucleo indigena, o que se collige dos nomes d'ellas e dos achados archeologicos, povoações que são a maior parte das que mencionei no vol. II d'esta obra, na secção da «Geographia», e os castros que chegaram a ser romanizados, como o da Citania de Briteiros; 2) povoações novamente fundadas ou restauradas, por exemplo (*Caeserobriga*, *Augustobriga*, *colonia Augusta Emerita*, *colonia Pax Iulia*, a colonia de *Metellimum*, ou transferidas de outros locais; 3) acampamentos militares ou *castra* que se tornaram cidades, por exemplo, como parece, *Caeciliana* e *Caepiana*; 4) estabelecimentos thermaes e industriaes, por exemplo *Aquae Flaviae*, o *metallum Vipascense* (já antigo, mas romanizado), e a povoação que estava no local hoje chamado «Troia» (em frente de Setubal), cujo nome antigo não se sabe ao certo; 5) *villae* e *aedificia* avulsos, de que fallarei adiante. Podiam também citar-se certos

⁷⁴ Vasconcelos 1913: 164-172.

⁷⁵ Id.: 166.

santuários importantes, como o de Endovellico (vol. II, p. 131), onde devia haver pessoal permanente.⁷⁶

As circunscrições administrativas romanas propriamente ditas não estavam ausentes, como foi o caso da lista dos vários conventos da Lusitânia exposta pelo autor⁷⁷. Mas logo de seguida, Leite de Vasconcelos partiu da descrição das cidades para as *villae* que, segundo ele, seriam casas de campo, lugares, sendo que era difícil fazer algumas distinções, como fosse entre vilas rústicas e vilas rurais⁷⁸. Importa constatar que já não se estava perante uma historiografia inteiramente construída a partir de fontes literárias, mas sim de uma história com um forte pendor arqueológico, baseada por isso num manancial de fontes que Alexandre Herculano ou Francisco de Almeida e Araújo nem sequer pensaram utilizar (escusado será dizer que muitas das evidências arqueológicas não eram sequer conhecidas nos meados do século, quando aqueles autores escreveram).

Graças a uma maior atenção dada às evidências arqueológicas por parte de Leite de Vasconcelos, a sua descrição das consequências da romanização revelou-se bem mais concreta que a de outros historiadores. Entre os vestígios dos romanos encontravam-se pontes, teatros, aquedutos, vilas, mosaicos, até equipamentos agrícolas⁷⁹. O autor podia, assim, concluir que a romanização tinha sido positiva para a Península Ibérica:

De tudo isto resultava um bem-estar geral: não que cessassem de existir as grandes desigualdades sociaes que anteriormente havia, ou na propria distincção entre escravos e homens livres estes usufruissem todos prerogativas iguaes; não que a Lusitânia, como o resto da Peninsula, não constituísse para os dominadores inexgotavel campo de exploração e perpétua fonte de proventos, por isso que todas as provincias eram por lei *praedia populi Romani*: mas tinham desaparecido muitos usos selvaticos, e terminado pela maior parte as guerras intestinas, de tribu com tribu, e as d'estas com Roma, o que trazia outr'ora o pais em continuo sobresalto; as cidades apresentavam-se mais alegres, mais vivas, mais polidas; os indigenas, quando o podiam fazer, orgulhavam-se de adoptar os *tria nomina* [...].⁸⁰

Também Francisco de Almeida e Araújo explicou que a romanização, tendo sido claramente positiva, não fora desprovida de aspetos negativos. Os romanos olhavam para a península como uma mina quase inesgotável de recursos, tendo por isso explorado sistematicamente as riquezas dos povos hispânicos. Roma tinha conduzido a Hispânia para o rumo do progresso, através do seu sistema

⁷⁶ Id.: 170-171.

⁷⁷ Id.: 175-176.

⁷⁸ Id.: 176-177.

⁷⁹ Id.: 176 sqq.

⁸⁰ Id.: 188-189.

tributário, da sua organização, das suas instituições, artes e monumentos⁸¹. Mas o progresso acarretara pesados custos para a província, que sustentara as riquezas dos pretores e generais romanos que ocuparam cargos na península durante os séculos da conquista: Galba, Crasso ou Júlio César, por exemplo. A ocupação e colonização da península pelos romanos fora positiva, mas nem por isso deixaria de ser uma ocupação e uma colonização.

Neste aspeto podemos estabelecer pontes entre a visão da romanização de Almeida e Araújo e a visão oitocentista sobre a colonização. Com efeito, os romanos civilizaram os povos bárbaros, ao mesmo tempo que exploraram os seus recursos. Também no século XIX, as nações europeias estavam a civilizar os seus territórios coloniais, ao mesmo que exploravam os recursos desses espaços. A história, tornada acessível para todos os cidadãos, era para este divulgador, a mestra da vida, o exemplo do passado transportado para a ação política do presente, se considerarmos como válidas estas analogias entre os padrões de civilização que Almeida e Araújo atribuía aos romanos e a ação dos estados-nação do seu próprio tempo. A colonização oitocentista, tendo em linha de conta o modo como se desenrolara a colonização romana cerca de dezanove séculos antes, era positiva porque implicava o progresso dos povos que habitavam os territórios colonizados, do mesmo modo que os romanos tinham feito com os antigos povos bárbaros.

Se para Almeida e Araújo, a colonização romana trouxera benefícios – que seriam também expectáveis na colonização oitocentista –, para Oliveira Martins a expansão romana havia representado uma perversão da política e da economia romana, tal como a expansão europeia moderna implicara resultados idênticos nas monarquias modernas:

A conquista do mundo mediterraneo pelos romanos é como a descoberta das Índias e das Americas: as consequências e os resultados immediatos sobre o organismo nacional são identicos. Ao mesmo tempo que se paralyza a evolução nacional, perverte-se a economia social; o poder petrificado torna-se pessoal – oligarchia em Roma, absolutismo monarchico nos tempos modernos; a ponderação da riqueza na mediania da vida agricola desaparece perante o grande commercio; forma-se um Capitalismo mais gravemente oppressor do que o poder politico, e com o Capitalismo apparece systematisada a exploração da maioria dos homens – escravos na Antiguidade e na Renascença, proletarios hoje em dia.⁸²

A comparação apresentada implicava uma inovação face ao pensamento de outros historiadores oitocentistas. Se para os outros historiadores, como

⁸¹ Araújo 1852: 32.

⁸² Martins 1927a: xvii.

se ver, o cesarismo era algo manifestamente negativo, porque implicava a perda das liberdades, para Oliveira Martins era o inverso: o cesarismo era “um governo forte que, mantendo a ordem, proteja o pobre contra o rico”⁸³. Em vez de ser uma perversão de um sistema de liberdades, o cesarismo era uma resposta madura à nova classe de capitalistas que crescia com a expansão de um império, fosse ele no Mediterrâneo antigo, fosse nas Américas e Índias modernas. Oliveira Martins havia-se tornado favorável ao socialismo catedrático, do Estado forte e protetor dos fracos, tendo para isso procurado fundamentação no exemplo romano.

Noutra orientação, também Teófilo Braga (republicano e federalista) se afirmou como um autor profícuo na construção de paralelos, de analogias, entre o mundo romano e o século XIX. O historiador considerava que a perda de liberdade decorrente do regime dos césares levava à decadência moral – e por consequência à decadência literária e política – da “nação” romana:

Sem um protesto, sem um meio de participar da autoridade e de a dirigir reclamando, o poder torna-se um apanágio divino, e por uma ilusão fácil de se incutir, a arbitrariedade substitui o dever, a graça antepõe-se à justiça.⁸⁴

A perda de liberdade traduzia-se, então, numa decadência das relações sociais e das formas literárias. Para o historiador, esta relação não ocorrera apenas na história romana, mas em vários outros períodos da história da humanidade. Assim, em períodos menos livres da história humana, tinham proliferado literaturas “de bajulação ao prepotente”⁸⁵.

Ao terminar as suas considerações sobre os romanos, o historiador estabeleceu uma última analogia entre as duas épocas: do mesmo modo que os políticos se eclipsaram na Europa de Teófilo Braga, na véspera de uma transformação social, também no final do império houve uma “arbitrariedade imperial a devassidão dos pretorianos, a mediocridade da literatura e a extinção do espírito público, [que] foram a consequência da falta de um móvel superior que desse vigor à consciência da nacionalidade”⁸⁶.

Tais comparações podem não parecer relevantes a propósito da romanização, mas são-no se tivermos em conta o pensamento histórico de Teófilo Braga, que foi o mais influente defensor do determinismo étnico em Portugal⁸⁷. Neste

⁸³ Id.: xxvii. Sobre a visão positiva que o autor tinha sobre Júlio César, v. neste volume o capítulo de Ricardo Nobre, “As ‘fontes inexauríveis dos escritores da Antiguidade’ na História da República Romana (1885), de J. P. Oliveira Martins”.

⁸⁴ Braga 1987: 30.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Id.: 32-33.

⁸⁷ Matos 2008: 22-23.

sentido, quando escreveu a *História do Romantismo em Portugal*, o historiador procurava o elemento romano na literatura. Escrever sobre esse elemento romano, sobre o que distinguia moral, cultural e politicamente a nação romana das outras, implicou também compreender a decadência romana.

Se as virtudes cívicas e o primado da lei e do direito haviam sido os grandes contributos dos romanos para a história⁸⁸, essas virtudes foram progressivamente perdendo lugar na sociedade romana ao sabor da perda de liberdade do povo romano. O “afrontoso cesarismo” dos sucessores de Marco Aurélio e a corrupção por eles introduzida no sistema romano fora o início da decadência, criando em Roma um clima intelectual semelhante ao que existira na França antes de 1789⁸⁹.

Uma tal visão sobre o cesarismo coadunava-se com as ideias republicanas de Teófilo Braga, defensor do federalismo e da descentralização administrativa. De facto, ele tinha sido mesmo um dos autores do programa do Partido Republicano de 1891, de cariz federalista. Mas este historiador não estava isolado ao afirmar que o cesarismo tinha sido a causa da decadência e queda do Império Romano. Também Alexandre Herculano já tinha associado a decadência de Roma à progressiva complexificação e centralização das estruturas imperiais⁹⁰. O autor estabelecera, ainda que de modo subtil, uma associação entre o governo coletivo da urbe, i. é, as estruturas municipais republicanas, e o bom funcionamento do mundo romano; da mesma maneira, quando tais estruturas começaram a ser enfraquecidas pelo “despotismo dos cézares”, também o mundo romano entrou em declínio:

Resta-nos acrescentar algumas palavras acerca da organização interna da cúria ou senado e sobre o modo como este corpo, que representava e resumia a força vital da antiga municipalidade entre as garras do despotismo dos cézares, acompanhou na sua decadência profunda a dissolução do império.⁹¹

Nas *Cartas sobre a História de Portugal*, Herculano reforçou esta ideia de fraqueza do Império Romano, que teria uma “organização falsa e absurda”, porque era uma estrutura complexa que procurava manter sob a mesma égide partes heterogêneas. Esta era uma estrutura condenada a desaparecer, processo que foi acelerado apenas pelas invasões bárbaras, mas que seria inevitável. Tal

⁸⁸ Braga 1987: 29.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Compreende-se esta posição: ambos eram favoráveis à descentralização e ao municipalismo. Teófilo Braga foi um dos autores do programa do Partido Republicano de 1891 que perfilhava um modelo de estado federal e o sufrágio universal. Aqui, Oliveira Martins divergiu claramente dele, tendo esquecido o seu federalismo proudhoniano de juventude.

⁹¹ Herculano 2007: 331.

aconteceria porque as “raças diversas” que compunham o império, mais tarde ou mais cedo, reconstituir-se-iam na sua individualidade étnica⁹².

Regressemos à *História de Portugal*. Quando Alexandre Herculano se referia à “organização interna da cúria ou senado”, pensava na estrutura administrativa das cidades e, em particular, na *ordo decurionis*, que ocupou a centralidade do discurso do historiador a partir desse momento. Para Herculano, esta ordem no decorrer da Antiguidade Tardia acumulou cada vez mais obrigações, ao mesmo tempo que a sua capacidade para cumprir esse fardo era cada vez mais reduzida. Novamente, o texto do autor é esclarecedor sobre a sua visão dos acontecimentos:

As alterações, porém, por onde as magistraturas municipais e a organização formal da cúria passaram no decurso de quatro para cinco séculos que o despotismo gastou em dissolver o mundo romano são bem pouco consideráveis comparadas com a transformação social que se operou durante esse período da situação dos decuriões e no valor político dos grêmios burgueses das cúrias. *A princípio tratava-se de ver por que meios se poderia chegar a obter a honra do decurionato; depois buscava-se conhecer quem estaria no caso de suportar esse martírio.* As leis relativas aos decuriões, que se encontram no Código Teodosiano, ao mesmo tempo que indicam a ruína iminente do império, pintam bem a situação deplorável desses homens que constituíam uma espécie de classe média.⁹³ [itálico nosso]

A relação era simples: os burgueses, entenda-se, as elites municipais, eram cada vez mais oprimidos pelo poder despótico e tirânico dos imperadores e dos seus enviados, o que foi adensando a decadência do Império Romano. Do mesmo modo, também o reino de Portugal conhecera o seu melhor período quando havia respeito pelas liberdades municipais, tendo entrado em declínio por causa do absolutismo e do centralismo, que colocaram em causa a independência destas elites⁹⁴.

Esta *similitudo temporum* fora de época torna-se ainda mais relevante, quando pensamos no público que a *História de Portugal* atingiu no século XIX. Como vimos no início, Alexandre Herculano granjeou um estatuto de oráculo no Portugal oitocentista. Os seus trabalhos não foram lidos apenas por outros historiadores, mas pela generalidade da população educada. A *História de Portugal* gerou polémicas intelectuais, ou seja, foi lida para ser

⁹² Herculano 1985: 235.

⁹³ Herculano 2007: 332.

⁹⁴ Alexandre Herculano considerava que havia dois ciclos na história de Portugal, a constituição da nação e a sua rápida decadência. O primeiro correspondia à liberdade e variedade medievais, o segundo foi o processo de unidade e centralismo. Dominava, como escreveu F. Catroga, “a acusação do centralismo absolutista”. Catroga 1996a: 81.

criticada. Era relevante que um historiador liberal deixasse claro no pouco que escreveu sobre o Império Romano que a decadência estava associada ao despotismo.

Até aqui escrevemos sobre a romanização maioritariamente do ponto de vista material e político-administrativo, mas não devemos esquecer o aspeto cultural deste processo. Acima já referimos a ação de Sertório neste campo, em que a educação à maneira romana atuou como um elemento fundamental de uniformização na Hispânia. Francisco de Almeida e Araújo citou a *Histoire d'Espagne* de Charles Romey para dar a conhecer da cultura dos romanos e o progresso nas artes liberais na Hispânia. O gosto pela leitura na região desenvolveu-se, fortemente impulsionado por Augusto (que “promoveu-o tanto em Hespânia como fazia em Roma”), ao mesmo tempo em que se intensificava o uso da língua latina na península, que era a língua utilizada em toda a Hispânia (à exceção de cântabros, asturianos e vascongados) já no século augustano. Pelo meio, houve a abertura de mais escolas públicas na Península Ibérica, em que se ensinavam as línguas latina e grega. O sucesso de tais políticas culturais conduziu a que houvesse escritores peninsulares “que mais tarde deviam honrar a litteratura romana”⁹⁵.

Almeida e Araújo mencionou os progressos da língua latina; Herculano preferiu escrever “língua dos romanos”. O motivo era simples e prende-se com o modo como se dava a romanização. Um dos elementos fundamentais deste processo, logo na época de Sertório, era o exército. Tal implicava que eram os soldados quem levava a língua latina para os territórios. Estes homens não falavam a língua culta de Cícero ou César, mas antes um latim vulgar, que, como escreveu Herculano, Suetónio chamara de “quotidiano”, Aulo Gélcio de “rústica” e outros autores de “pedestre”, “vulgar” ou “simples”⁹⁶. Os hispano-romanos falariam por isso a língua dos romanos, mas que se diferenciaria da língua latina.

Um último fator da romanização foi a religião. Neste aspeto, os historiadores, à exceção de Leite de Vasconcelos, não tiveram muito a escrever, limitando-se a assinalar que os romanos não tinham sido muito impositivos, ainda que a sua influência fosse considerável. Os deuses do panteão romano foram exportados para o espaço ibérico, mas em sentido inverso, também os romanos tinham adotado os deuses locais⁹⁷. O próprio José Leite de Vasconcelos escreveu, sobre a religião no tempo dos romanos, que:

O exame do paganismo lusitano-romano, principalmente no que toca a Portugal, dá azo a poucas considerações geraes, porque, exceptuando os cultos indigenos, e exceptuando algo da necrolatria e certas particularidades ritualisticas

⁹⁵ Araújo 1852: 34.

⁹⁶ Herculano 2007: 78.

⁹⁷ Araújo 1852: 33.

locaes, nada se encontra nelle que não viesse de Roma, e que portanto não seja já muito conhecido; por outro lado, como á intensidade geral com que a acção romana se manifesta na Lusitânia corresponde naturalmente a influencia religiosa, veem-se cá representadas as mais importantes divindades romanas.⁹⁸

CONCLUSÃO

Chegados à conclusão deste capítulo, importa tentar responder de forma sistemática às questões colocadas na introdução. Primeiro, quem eram estes historiadores? Não há, como vimos no capítulo inicial, uma resposta uniforme que possa ser dada a esta questão. Para compreender uma sociologia dos historiadores – ou divulgadores da história nacional – no século XIX, vale a pena ler o que Sérgio Campos Matos escreveu a este respeito⁹⁹. De entre os autores que trabalhámos, encontramos liberais como Alexandre Herculano ou Francisco de Almeida e Araújo ou republicanos como Teófilo Braga. Alguns destes homens foram também responsáveis por introduzir ou desenvolver novas práticas na historiografia portuguesa: Herculano ficou conhecido como o pai da história-ciência em Portugal, Teófilo Braga como o introdutor do positivismo ou Leite de Vasconcelos com o desenvolvimento de uma história mais vinculada às fontes linguísticas e arqueológicas.

Em resposta à segunda pergunta, sobre quais eram as fontes e a bibliografia citadas por estes historiadores, a resposta não é menos complexa. Ao longo do capítulo observámos que havia uma certa oposição entre José Leite de Vasconcelos, que concedia às fontes arqueológicas e epigráficas uma maior atenção, e Alexandre Herculano ou o divulgador Almeida e Araújo, que preferiam citar as tradicionais fontes literárias da antiguidade (em grande medida correspondentes às elencadas por Oliveira Martins na *História da república romana*: Tito Lívio, Plínio, Cícero, Suetónio, Políbio...¹⁰⁰). Esta é uma oposição interessante, porque marca duas formas diferentes de construir um discurso historiográfico, e que estavam numa certa relação de oposição no século XIX, até porque as diferenças no tipo de fontes observadas conduziavam a conclusões diversas.

Além disto, é também interessante olhar para os autores modernos citados. Alexandre Herculano, como escreveu João Pedro Branco, citou a propósito de Roma autores como Guizot, Savigny ou Niebuhr¹⁰¹, que foram também citados por outros historiadores, como Teófilo Braga ou Oliveira Martins. Vimos ainda que no caso de Almeida e Araújo houve frequentes citações à *Histoire d'Espagne*,

⁹⁸ Vasconcelos 1913: 532.

⁹⁹ Matos 1998: 123-129.

¹⁰⁰ Martins 1927a: xxxv.

¹⁰¹ Branco 2007: 31, 46.

de Charles Romey, além de uma ou outra ocasional citação ao próprio Alexandre Herculano¹⁰².

Saber qual o público-alvo destes trabalhos já implica uma resposta mais simples. Por um lado, havia um labor historiográfico que se direcionava para outros historiadores. Exemplo disso é as polémicas que se geraram em torno da *História de Portugal* de Alexandre Herculano, em que o historiador defendia que Portugal não tinha uma relação de continuidade com os antigos lusitanos, ao passo que muitos outros historiadores defenderam que Portugal era ainda uma expressão de uma ascendência lusitana. Mas se havia um discurso voltado para os intelectuais, também havia uma procura por um público mais vasto, que se interessava pela história da sua nação e que era preciso dar-lhe a conhecer essa história. Nesses objetivos insere-se, por exemplo, a *História de Portugal* de Almeida e Araújo, cujo autor expôs claramente este princípio.

Por fim, uma última questão, talvez a mais importante, que é a relação entre a história da romanização e a política oitocentista. Desde os tempos romanos, a história não cessara de ser a mestra da vida. Por este e outros motivos, o trabalho historiográfico tinha muitas vezes um cunho fortemente ideológico. As leituras feitas pelos historiadores do século XIX, com efeito, tinham por vezes uma leitura tão ideológica como historiográfica. Exemplo disso é a interpretação feita por Alexandre Herculano a respeito da evolução dos municípios romanos; ou a visão negativa do cesarismo por parte do mesmo Herculano e de Almeida e Araújo, oposta à visão apologética que Oliveira Martins desenvolveu mais tarde sobre o mesmo fenómeno ou até as claras analogias que este historiador e Teófilo Braga faziam entre o passado romano e o tempo em que viviam (ou épocas imediatamente anteriores, como os tempos do absolutismo). A história da romanização assumia para estes historiadores contornos que se relacionavam claramente com o seu próprio tempo. O caso de Oliveira Martins foi paradigmático. A *História da República Romana* foi um dos últimos livros que escreveu antes de se dedicar mais ativamente à sua vida política. Nesse sentido, procurou na história de Roma uma justificação para o seu pensamento político no século XIX. Assim, compreender o pensamento historiográfico sobre a romanização implicou perceber a relação que se estabelecia entre esse tema e o século XIX.

Um elemento comum a vários historiadores e divulgadores oitocentistas é a capacidade que tinham para colocar uma história-ciência, objetiva, ao serviço dos seus próprios ideais políticos. Fernando Catroga escreveu, a propósito de Alexandre Herculano que:

¹⁰² Por exemplo, Araújo 1852: 8.

[...] os melhores historiadores liberais, certos da eficácia gnosiológica do método, acreditavam que podiam, simultaneamente, ser objectivos e colocar essa objectividade ao serviço do presente (e do futuro). Deste modo, o ideal de cientificidade não era incompatível com o velho preceito da *historia magistra vitae*, traduzido na proclamação do valor educativo (moral e cívico) do saber histórico, nem as opções metodológicas e filosófico-históricas eram independentes dos posicionamentos políticos.¹⁰³

Desta forma, as concepções políticas dos historiadores e o entendimento que faziam dos factos históricos influenciavam-se mutuamente. A visão que tinham da história influenciava as suas ideias políticas, do mesmo modo que as suas ideias políticas promoviam determinadas interpretações dos factos históricos. Não era então surpreendente que Teófilo Braga ou Herculano olhassem para a república romana como um período áureo para depois encararem o despotismo dos césores como um período de decadência. História e política influenciavam-se mutuamente, e a forma como a romanização e o mundo romano foram compreendidos pelos historiadores oitocentistas está directamente relacionada ao entendimento que eles tinham do seu próprio tempo.

¹⁰³ Catroga 1996a: 65-66.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

- Araújo, F. (1852), *Historia de Portugal. Desde os tempos primitivos até a fundação da monarchia e d'esta epocha até hoje, obra inteiramente inedita*. Lisboa: Typographia de Jose Carlos D'Aguiar Vianna.
- Arriaga, J. de (1886), *História da Revolução de 1820*. Vol. 1. Lisboa: Liv. Portuense.
- Braga, T. (1987), *História do Romantismo em Portugal I*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Branco, C. C. (1966, 10ª ed.), *A Queda dum Anjo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Herculano, A. (1985), *Opúsculos*. Vol. 4. Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Porto: Editorial Presença.
- Herculano, A. (2007-2008), *História de Portugal*. Vols. 1-2. Prefácio e notas de José Mattoso. Lisboa: Editorial Bertrand.
- Martins, J. P. de O. (1880, 2ª ed.), *História de Portugal*. Tomo 1. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Martins, J. P. de O. (1927a, 4ª ed.), *História da República Romana*. Vol. 1. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira.
- Martins, J. P. de O. (1927b, 4ª ed.), *História da República Romana*. Vol. 2. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira.
- Martins, J. P. de O. (1994), *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Vasconcellos, J. L. de (1913), *Religiões da Lusitânia*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional.

ESTUDOS

- Assis, A. [s.d.], “HERCULANO, Alexandre”, in S. C. Matos (coord.), *Dicionário dos Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. [s.l.]: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_alexandre_herculano.htm
- Branco, J. P. (2007), *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FLUL.
- Catroga, F. (1993), “Os caminhos polémicos da ‘geração nova’”, in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal, Quinto volume: O Liberalismo (1807-1890)*.

- Coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque. Lisboa: Círculo de Leitores, 569-581.
- Catroga, F. (1996a), “Alexandre Herculano e o historicismo romântico”, in L. R. Torgal, J. M. A. Mendes e F. Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 39-86.
- Catroga, F. (1996b), “História e ciências sociais em Oliveira Martins”, in L. R. Torgal, J. M. A. Mendes e F. Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 117-160.
- Guerreiro, M. V. (1984), “Etnografia e Geografia: Leite de Vasconcellos e Orlando Ribeiro”, in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 63-76.
- Matos, S. C. (1998), *Historiografia e Memória Nacional*. Lisboa: Edições Colibri.
- Matos, S. C. (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Nora, P. (2016), “Entre a memória e a história. A problemática dos lugares”, in F. M. Alves et al. (eds.), *Estudos de Memória. Teoria e análise cultural*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 51-73.
- Ribeiro, M. M. T. (1999), “Livros e Leituras no Século XIX”, *Revista de História das Ideias* 20: 187-227.
- Silvestre, J. P. [s.d.], “VASCONCELOS [Pereira de Melo], José LEITE de”, in S. C. Matos (coord.), *Dicionário dos Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*. [s.l.]: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_vasconcelos_leite.htm

(Página deixada propositadamente em branco)

A APROPRIAÇÃO DE VIRIATO (E DOS LUSITANOS) NO SÉC. XIX EM PORTUGAL

AMÍLCAR GUERRA
UNIARQ e Centro de História
Universidade de Lisboa
ORCID: 0000-0003-3478-0036
aguerra@campus.ul.pt

RESUMO Partindo de uma identidade entre Lusitanos e Portugueses forjada especialmente a partir do séc. XVI, aborda-se o tópico da conversão de Viriato em herói nacional, não apenas entendido como antepassado remoto, mas como verdadeiro paradigma das virtudes do povo português. Centrando em particular a análise no séc. XIX, põe-se em evidência o facto de essa apropriação não ser exclusiva da historiografia portuguesa, mas atingir outras realidades hispânicas. No entanto, essa integração de Viriato no quadro dos heróis nacionais teve os seus opositores, em especial Alexandre Herculano, pelo que se sublinham alguns dos aspectos que geraram uma ampla polémica e que acabaram por se refletir no processo de conclusão do Arco da Rua Augusta. Analisa-se, enfim, um dos mais sugestivos exemplos da produção literária sobre esta figura, a “narrativa epo-histórica” dedicada a Viriato, de Teófilo Braga.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo, positivismo, Lusitanos, Alexandre Herculano, Teófilo Braga.

ABSTRACT The topic of Viriatus as a national hero is approached, starting from the identity between Lusitanians and Portuguese forged especially from the 16th century onwards, not only understood as a remote ancestor, but as a true paradigm of the virtues of the Portuguese people. Focusing the analysis on the 19th century, the assertion that this appropriation is not exclusive to Portuguese historiography, but concerns other Hispanic realities is highlighted. However, this integration of Viriatus in the frame of national heroes had opponents, in particular Alexandre Herculano, so that some aspects generating a wide controversy, reflected especially in the process of completion of the Rua Augusta Arch, are underlined. Finally, one of the most evocative examples of literary production on this figure is analysed, the self-appointed “*narrativa epo-histórica*” on Viriatus, by Teófilo Braga.

KEYWORDS: Nationalism, positivism, Lusitani, Alexandre Herculano, Teófilo Braga.

De tua glória e teu nome é cheio ainda
O vale, monte e floresta,
Libertador da antiga Lusitânia,
Das regiões da morte
Vieste ver raiar a doce aurora
Da nova liberdade. (...)
Os Lusos teus para salvar a pátria,
Adagas de sicários se tornaram
Em mãos de Portugueses.

Almeida Garret
“A caverna de Viriato” in *Flores sem fruto*

PREÂMBULO

A perspectiva da História enquanto fornecedora de modelos remonta ao mundo clássico e essa ideia exprime-se logo na introdução à obra do “pai da História”, que recorda que o seu objecto é não deixar no esquecimento os ἔργα μεγάλα τε καὶ θωμαστά (“os feitos grandes e maravilhosos”) de Helenos e bárbaros. Mas a visão dos autores clássicos ganhou outras dimensões, como aquela que se exprime na conhecida expressão ciceroniana¹ que a define como “mestra da vida”. Não são raras as considerações em que o historiador assume como objectivo da sua obra mostrar os exemplos a imitar, mas também aqueles que se devem evitar, ideia que marca os autores gregos e é geralmente enunciada de forma semelhante àquela que por Tito Lívio apresenta na introdução à sua monumental obra *Ab Vrbe Condita*, desta forma:

O que há de mais salutar e fecundo no estudo da história é que se contemplam os ensinamentos de toda a espécie de exemplos dispostos num momento bem visível; daí se podem extrair modelos a imitar para uso próprio e do seu país, e atos vergonhosos a evitar pelas suas causas e pelas suas consequências. (trad. M. H. da Rocha Pereira)

Na sua generalidade, as narrativas respeitantes a personagens e acontecimentos exemplares que pertenciam a esse universo cultural clássico visavam essencialmente os que falavam a sua língua, mas tornou-se inevitável que se projetassem para outras realidades culturais com as quais os mundos grego e romano tiveram contacto e, depois, pela Europa e pelo mundo.

¹ Cic., *De Oratore* 2.36, *Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*

Os dois séculos ao longo dos quais se estendeu o processo de conquista romana da Hispânia proporcionaram, inevitavelmente, um conjunto de narrativas muito diversificado, no meio das quais sobrelevaram personagens locais, as quais acabaram por entrar no elenco das figuras que marcam a historiografia. Essas figuras paradigmáticas não se impõem apenas aos homens cultos do tempo, mas ganham também relevo em toda a tradição cultural europeia, em particular do Renascimento para cá, em todos os que olharam com interesse para o mundo clássico.

É especialmente nos contextos de conflito que a liderança de indivíduos se afirma na literatura, confundindo-se com ou sobrepondo-se muitas vezes à heroicidade coletiva, dada a dimensão dos feitos individuais dos chefes, que se apresentam muitas vezes como modelos de “amor à pátria”. Nesse sentido se explica a projeção que tiveram Aníbal, Vercingetórix², Boudica ou, para falarmos de casos hispânicos, os lusitanos Viriato e Tautalo, os iberos *Indibilis* e Mandónio ou o celtibero *Retogenes*.

1. OS ANTECEDENTES

Podemos dizer, de uma forma geral, que a apropriação, por parte dos estados modernos, dos seus heróis mais remotos e a associação a um povo pré-romano, radica no Humanismo, como se verifica no caso português, mas, em outros, o processo é mais tardio, situação que tem que ver com a natureza específica de cada caso. No que concerne a Portugal, atribui-se a André de Resende, a vinculação de Viriato ao nosso território e, de uma forma mais alargada, a ideia de tomar como ascendentes dos Portugueses os antigos Lusitanos³. No entanto, o nosso mais notável humanista, conhecendo bem os textos gregos e latinos, tem plena consciência de que não existe uma real correspondência entre o território de Portugal e a província romana da Lusitânia, explicitando bem os problemas que as fontes suscitam a esse respeito:

Dizia eu que o todo a que chamamos Portugal abarca duas partes da verdadeira Lusitânia propriamente dita; da província da Tarraconense os Brácaros, alguns Ástures para lá do Marão e do Gerês e certo número de Vetões; a zona

² A respeito dele v., p. ex., Jullian 1921: 330, “s’il a combattu et s’il est mort c’est uniquement pour son amour pour cette patrie (gauloise)”.

³ Na tradição literária medieval sobressai uma visão algo distinta da Lusitânia (Fernandes 2009: 9). Na *Primera crónica general de España*, do séc. XIII, se assinala que “Otra tierra y ouo que llamaron Luzenna, que es entre Guadiana e Tajo, e pusieron le assi nombre unas gentes que la poblaron a que llamauan lusios” (*Crónica* 3); esta correspondência territorial é definida em outros passos de forma algo distinta, mas essencialmente equivalente, se tivermos em conta o significado de “Algarve”: “la prouincia de Luzenna, que es ell Algarue” (*Crónica* 366); “que es tierra de Badaioz et dell Algarve” (417).

que referimos para além do Guadiana. Em face disto, se déssemos a Portugal só o nome de Lusitânia, por ser este o da maior parte da região, existiria hoje uma Lusitânia a Sul e a Norte bastante mais extensa e mais larga, é verdade, mas muito mais estreita, do que a antiga, a Oriente junto dos Vetões, quase [14] todos separados dos nossos compatriotas. Habitam, portanto, a região entre Douro e Guadiana, a verdadeiramente dita Lusitânia, povos tais como os especialmente designados por Lusitanos.⁴

No entanto, apesar destas considerações, Resende é tomado como o principal responsável pela confusão entre uma entidade territorial e étnica do passado romano e pré-romano com uma realidade moderna, acabando por aplicar precisamente os mesmos termos latinos para as designar. Assim, a designação *Lusitania* é usada amplamente como correspondente a *Portugal* e, pontualmente, *Lusitani* ocorre como o equivalente latino de *portugueses*⁵.

Por isso, em última análise, a sua obra, não obstante as justas reservas que ele faz questão de assinalar, torna-se claramente responsável pela associação de Viriato a território atualmente português, determinando em grande parte a historiografia posterior⁶, ao abrir a porta a essa equivalência entre Lusitânia e Portugal.

Esquecidas as reservas de Resende e juntando-se esta equação à informação das próprias fontes clássicas, que consagram claramente Viriato como o chefe dos Lusitanos, é fácil deduzir que este se poderia considerar, por essa lógica, um antepassado dos Portugueses. E, por fim, daí resulta que a sua terra de origem não poderia deixar de se situar num território que é hoje português, independentemente de nele se situarem ou não os conflitos entre eles e os romanos.

É importante ter em atenção, contudo, que Resende não dispunha de alguns importantes argumentos que nos levam hoje a colocar as ações de Viriato num território por vezes muito distante do que vem a ser a província

⁴ Fernandes 2009: 108-110.

⁵ Como já assinalara Herculano (1846: 9-10) na sua clarividência, poderia ter adotado o mesmo critério que o seu antecessor Mestre Mateus de Pisano, o qual no seu *De bello Septensi* (1460) usa sistematicamente o termo *Portugalenses* para designar os portugueses, mas, como ele assinala, preferiu seguir o exemplo do “desgraçado bispo de Évora, D. Garcia de Menezes”, a quem se deveria a preferência pelo inadequado apelativo *Lusitani*.

⁶ Alexandre Herculano chama justamente a atenção para o facto Frei Bernardo de Brito “exagerar até o absurdo” esta equivalência, usando quase sistematicamente o termo *portugueses* para designar os Lusitanos (Herculano 1846: 11). O extremo a que ela é levada pode perceber-se, por exemplo, no “Cap. V – Das vallentias que alguns Portugueses fizeram contra os Romanos e do que Gayo Lelio fez contra Viriato, segundo reffere Cicero. Tão sublimada ficou a nação Portuguesa com as duas victorias passadas (...)”. E logo de seguida leva ainda mais longe a sua ousadia, relatando o regresso de um grupo de romanos que “caminhando nesta ordem, succedeeo toparem-se com trezentos Portugueses Beyrões, que vinhão da batalha carregados de despojos” (Brito 1597: 219).

da Lusitânia. Consta-se, por exemplo, que não faz qualquer referência ao livro de Apiano onde se relatam as guerras da Hispânia, uma vez que este apenas se publicou, pela primeira vez, em 1557, tardando a sua difusão em contexto peninsular, que se deve, mais provavelmente, às versões latinas ou italianas do original grego⁷. Ora, é precisamente nessa obra que abundam as indicações de natureza toponímica ligadas ao conflito, raras nos outros autores, fazendo do texto de Apiano o mais pormenorizado no que respeita à geografia desses confrontos.

Tendo em conta esta limitação significativa, a explanação de Resende a respeito de Viriato e dos conflitos em que se envolve, revela-se bastante elaborada. Desde logo porque não apresenta apenas uma personagem com esse nome, mas duas, a primeira delas relacionada com as Guerras Púnicas e com a incursão de Aníbal na Itália, na qual se incluíram verosimilmente mercenários lusitanos. Tomando como ponto de partida duas passagens de Sílio Itálico⁸, o qual teria aproveitado certamente as liberdades que se admitiam à poesia e, em particular à épica, foi introduzido um outro Viriato num contexto mais antigo.

Tratando da questão relativa aos povos, Resende percorre as principais fontes respeitantes aos acontecimentos que envolvem os Lusitanos (com a relevante exceção de Apiano, como se disse), cabendo aí um lugar especial ao caudilho lusitano. A explanação transmite com bastante fiabilidade as informações dos textos clássicos, transcrevendo por vezes algumas das suas passagens mais significativas, evitando comentários que possam de alguma forma empolar os acontecimentos ou as qualidades do protagonista. De qualquer modo, não deixa de sublinhar, em consonância com os textos clássicos, as qualidades de Viriato, vencido apenas pela morte à traição preparada por Servílio, “dando assim ao inimigo a glória de parecer que, por outra forma, não poderia ser vencido”⁹.

No final adiciona um conjunto de textos, manifestamente forjados, alguns deles atribuídos a terceiros, que se reportariam a episódios das guerras lusitanas, referentes a supostos soldados romanos mortos nesses conflitos. A mais sugestiva destas inscrições inventadas é apresentada no livro IV e relata o episódio de Minúcio, o soldado romano ferido que, abandonado no campo de batalha, foi salvo por um lusitano, de nome Ebúcio, circunstância que merece o seguinte comentário nos escólios de Diogo Mendes de Vasconcelos:

Este exemplo para com um inimigo é tão raro e tão admirável que o povo português, muito justamente, não pode orgulhar-se menos com a piedade de Ebúcio do que com as glórias de Viriato. Este o motivo por que o próprio Minúcio, como compete a um herói digno do nome romano, se esforçou, dando

⁷ Guerra 2020: 189.

⁸ Sil., *Pun.* 3.354-356.

⁹ Fernandes 2009: 234.

exemplo memorável de um espírito agradecido, na medida do que sentia, por celebrar e conservar na sempiterna memória dos homens tão insigne coragem do varão lusitano, aliada ao mais extremo cumprimento do seu dever.¹⁰

A obra de Resende, sem constituir um evidente panegírico dos Lusitanos ou de Viriato (se comparada, por exemplo, com Frei Bernardo de Brito), mas parecendo mais uma apresentação ponderada e informada do que é possível apurar criticamente sobre a antiga Lusitânia, ao incluir tanto os elementos captados nos autores gregos e latinos como dados epigráficos, reais ou inventados, acaba por dar fundamento a uma glorificação do passado e das suas figuras mais ilustres, justificável nos momentos em que o fervor nacionalista se acentua, como no período filipino ou no séc. XIX.

No que respeita ao primeiro, sendo já considerado o mais importante poema heroico da Restauração portuguesa, sobressai o poema *Viriato trágico*, de Brás Garcia de Mascarenhas 1699¹¹, que não afirma apenas a condição de português do protagonista (I.14, “(...) todo foi português no esforço e manha, / sem ter mistura de nação estranha”), como o vincula decisivamente à serra da Estrela (I.24, “Mas certo é ser sua pátria esta grande serra / Na Lusitânia interior situada (...)), relação que estava ausente na obra de Resende.

Esta obra está certamente na génese de algumas criações dramáticas de cunho heroico da centúria seguinte, compostas tanto em Portugal como em Espanha, nas quais o chefe lusitano constitui a figura principal. Sobressai, neste período, Manuel de Figueiredo que dedica ao tema duas tragédias: *Viriato* (1757) e *Ósmia ou a Lusitana*¹² (1773). O próprio Bocage teria produzido uma obra a que deu o título de *O herói Lusitano ou Viriato*, de que só restam fragmentos, mas que previa cinco atos, dos quais não se terão composto mais que dois¹³. O mesmo assunto veio inclusivamente a ser motivo para o libreto da *Opera intitulada Viriato na Luzitania*, da autoria de Joaquim José de Sousa Rocha Saldanha, de que existe um manuscrito, datado de 1785¹⁴.

2. VIRIATO E OS NACIONALISMOS HISPÂNICOS NO SÉC. XIX

Os condicionalismos históricos particulares desta centúria em Portugal acabam por acentuar a propensão para o nacionalismo, aspecto que marca também, de uma forma geral, a cultura europeia desse período. No nosso caso

¹⁰ Resende 1996 [1593]: 220.

¹¹ Guerra 1992: 16–17; especialmente Guerra 1998: 42–43.

¹² Com o título de *Ósmia* publicou Teresa de Mello Breyner uma tragédia (1788), na qual o tema da resistência lusitana ao invasor se desenvolve.

¹³ Rocha Pereira 2020: 95.

¹⁴ O *ms. Cod. 1385-4* da Biblioteca Nacional de Lisboa (disponível em: <https://purl.pt/23982>).

específico, parecem contribuir de forma decisiva para isso as invasões francesas e as circunstâncias em que decorrem os conflitos internos, a questão colonial e a profunda crise política e económica que se vive, em particular nos finais do século. Parece que, perante o que se sente como sérias ameaças à independência e à sobrevivência de Portugal, se vai procurar apoio aos momentos decisivos do passado e em especial às grandes figuras históricas¹⁵ que podem servir de modelos de resistência e de luta pela autonomia. Ora Viriato servia perfeitamente este desiderato.

Sobressai, no início da centúria, o nome do Manuel Caetano Pimenta de Aguiar¹⁶, que o transforma em figura principal da sua tragédia *Carácter dos Lusitanos*¹⁷. O seu núcleo trágico desenvolve-se em torno do assassinio do “pay dos Lusos”, e a obra está marcada pelos traços do nacionalismo e exaltação dos valores dos antigos Lusitanos, o patriotismo, o amor pela liberdade. Por outro lado, uma vez que as fontes declaram os responsáveis pela morte de Viriato naturais da cidade de *Vrso* (a actual Osuna, província de Sevilha), não deixa de assinalar, em consonância com a tradição historiográfica particularmente defendida entre nós, que eles não eram na realidade “lusitanos” (leia-se, “portugueses”), designando-os, deste modo, como “generaes estrangeiros ao serviço da Lusitânia”¹⁸. Trata-se, deste modo, de uma apropriação nacionalista que passa também por capturar essa figura e afastar qualquer veleidade de outros (os Espanhóis, claro) nas tentativas vãs de se apropriarem dela, já que os seus representantes nesta tragédia acabam por assumir o vil papel de traidores.

Não é essa, naturalmente, a perspectiva dos autores do país vizinho que continuam a ver Viriato um constituinte essencial do património histórico da Hispânia¹⁹, não especificamente da Lusitânia. Deste início de século data a famosa pintura de José Madrazo, *muerte de Viriato* (1808-1812), recordando a situação trágica que a deve motivar, a submissão da Ibéria ao imperialismo

¹⁵ Sobre o debate em torno desta questão nos finais do século v. Matos 1992.

¹⁶ Sobre este autor, em particular no que respeita às obras referidas, v. Valério 2014.

¹⁷ A obra é publicada precisamente em 1820, data fundamental para o triunfo do liberalismo, cujo ideário ele defendeu e que justifica o seu futuro empenho na política (Valério 2014: 9). Não é sem razão que a palavra “liberdade” se repete a cada momento e Viriato é, sintomaticamente, o “pay da liberdade” (Aguiar 1820: 114).

¹⁸ Aguiar 1820: 4. Justificam-se, deste modo as palavras de Distaleon: “Não tive a gloria/ De filho ser da heroica Lusitania;/ Porém a minha sorte está ligada/ A seus altos destinos: sangue e vida/ Lhe tenho consagrado, vendo nella/ Único escudo aonde se despontão/ As lanças d’ambição, asylo augusto/ Do brio nacional, que nada teme”; por seu lado, Minuro declara: “Eu igualmente sou de estranho clima:/ Porém, meu coração he Lusitano” (7-8).

¹⁹ Uma análise que inclui a produção literária e historiográfica sobre Viriato em Espanha, especialmente ao longo do séc. XIX, pode encontrar-se em Pérez Isasi 2013.

romano, mas remetendo, naturalmente, para as circunstâncias que tinham marcado a sua vida nos últimos tempos²⁰.

Em Espanha desenvolve-se, especialmente nos meados do séc. XIX, uma considerável literatura em torno de Viriato. Sem que tenha, em geral, um cunho manifestamente reivindicativo, não deixa de o colocar no cortejo das figuras heroicas que ilustram o passado da nação espanhola. Ainda que pudessem ser admitidas as razões que tradicionalmente o associavam a Portugal, não deixavam de sentir que era, no fundo, um herói hispânico. É precisamente como “el terrible hispano” ou “ibero” que ele se apresenta num poema dedicado ao guerreiro lusitano, integrado num livro com o sugestivo título *Glorias de España*, dos meados do século²¹. Embora pontualmente seja, de facto, qualificado como “lusitano”, as alusões remetem com frequência para um contexto vago ou “espanhol”, omitindo qualquer referência que pudesse associá-lo a Portugal ou aos Portugueses. Assim, ele “Da libertad al débil turdetano, / Al audaz carpetano / Llama á la lid, despierta la osadía / De la España ulterior”²². E, no momento da sua morte, o herói imaginava já a vitória de “Espanña” sobre o inimigo: “Tal vez contente con su noble hazaña / ¡Victoria por España! / Quiere gritar, cuando puñal violento / hiende aquel corazón de soberano”²³.

Poucos anos depois Francisco Monforte edita um poema a que dá o título de *Viriato, leyenda original*, em cuja dedicatória considera que “Acaso tendrá algún interés para los amantes de nuestras glorias nacionales lo patriotico de su asunto, que recuerda la intrepidez con que nuestros antepasados mostraran á Roma y al mundo el valor que ardia en sus pechos al grito de la patria esclavizada.”²⁴ E, se alguma dúvida houvesse sobre a que pátria se refere, ela desaparece logo na introdução, que começa com o verso “Espanña, pátria mia esclarecida” e termina com uma elucidativa quadra, que nos permite situar Viriato: “Canto à Viriato cuya fiera saña / hizo temblar á la orgullosa Roma, / mostrando audaz que a la valiente Espanña / ni el mundo todo en su furor la doma.”²⁵

Na mesma linha se orienta uma narrativa de cronologia bastante próxima, que se apresenta explicitamente como uma “novela original e histórica” escrita sob o pseudónimo de Lucas (1858). Nesta obra sobressai, entre outros aspectos, a questão da fragmentação das nações hispânicas. Os percursos diferenciados dos reinos ibéricos e, de forma muito particular, a cisão que Portugal provoca no contexto ibérico, não deixa de ser por ele assinalada logo no início da obra, sublinhando a ambição humana como a principal responsável por essa situação:

²⁰ García Cardiel 2010: 138.

²¹ Jovér 1848: 21-28.

²² Id.: 25.

²³ Id.: 28.

²⁴ Monforte 1854: 5-6.

²⁵ Monforte 1854: 7 e 12, respetivamente.

“Los Lusitanos o Portugueses eran entonces una provincia española, porque ni los montes, ni los mares, ni la ambición de los hombres la habían separado de la península.”²⁶ Naturalmente, subjaz também a estas ideias a perspectiva de que Viriato é, acima de tudo, um hispânico e, ainda que lusitano, sentir-se-ia irmanado nos mesmos sentimentos de liberdade e autonomia que uniam os habitantes de toda a Península Ibérica.

Pode eventualmente parecer mais surpreendente que também na Galiza se assista, ao longo da centúria, a um processo reivindicativo da figura de Viriato, centrada particularmente numa suposta equivalência entre *Erizana* (uma variante do habitual nome que se regista em Apiano sob a forma *Eri-sane*), reconhecida pelas fontes clássicas como a cidade do caudilho lusitano, e a localidade de Bayona, situada à entrada da ria de Vigo²⁷. Tomada por alguns autores como incontestável essa correspondência, deveria resultar obrigatória a sua origem galega como o sustenta, por exemplo, Vicetto:

Este hombre fue Viriato, el caudillo de los galiegos bragaltanios, hoy portugueses, *jamás lusitanos*. Galiego de pura raza, duro, altivo, indomable como las montañas donde apacentaba sus ganados y cazaba á las fieras de los bosques, cerca de Erizana, su patria (...).²⁸

Mais distanciada destas abordagens se revela inicialmente a *Historia de Galicia* de Manuel Murguía, o qual inclui na sua obra um capítulo dedicado às “guerras viriáticas”²⁹. Não se querendo comprometer com uma atribuição que não seria nada fácil de sustentar, prefere remeter esta reivindicação para outros autores, sem, todavia, se demarcar dessa ideia³⁰. Não deixa, por isso, de se fazer eco de um dos pontos com que geralmente se sustentava esse movimento de apropriação de Viriato, o suposto facto de a “sua cidade” de Erisana corresponder à Bayona galega, aproveitando igualmente a referência a um episódio em que o chefe lusitano se teria refugiado entre Vetões e Galaicos para associar o caudilho às antigas terras galaicas³¹.

²⁶ Lucas 1858: 6.

²⁷ “Erizana, hoy Bayona” (Vicetto 1865: I. 294, 336). Sobre esta correspondência, cumulativa com a equivalência destas com *Abobrica*, v. Santiago y Gómez 1896: 88, 175.

²⁸ Vicetto 1865: II. 13. Itálicos do autor.

²⁹ Murguía 1866: 190–221.

³⁰ Id.: 192, n. 1, “Los portugueses lo tienen por natural de su nación y algunos gallegos lo creen de nuestro país, sin que falte quien intente conciliar ambas opiniones suponiéndole de la provincia de Douro y Miño. Por nuestra parte creemos que es este un punto histórico de imposible solución”.

³¹ Id.: 212, “(...) sin que deba entenderse aquí por galláicos mas do que los de esta tribu, situada a N. de Braga, – tal vez entre los ríos Limia y Miño, – y no muy distante de Erisana.”

As reivindicações de carácter nacionalista que recaem sobre a figura de Viriato são, como se viu, especialmente diversificadas no século XIX no país vizinho. Destaca-se uma das mais conhecidas da moderna investigação, especialmente pelo seu título deliberadamente contestatário (*Viriato no fué português si no celtibero: su biografia*), a qual procura demonstrar a origem celtibérica do caudilho que tantas vezes se apresenta nas fontes como “lusitano”³². Nessa obra, publicada precisamente no último ano da centúria, nega-se qualidade de “português” do herói (o que equivaleria para ele e os seus contemporâneos a “lusitano”), enunciando alguns argumentos colhidos nas fontes clássicas que tornariam inviável essa atribuição à nação vizinha³³.

Esse período é concomitantemente caracterizado por uma busca da identidade nacional de base antropológica, que se exprime então de diversas formas: numa original etnogénese / etnogenia, manifestada numa “alma portuguesa”, num “génio português” e se espelha bem nos objetivos científicos da obra de Leite de Vasconcelos e de Teófilo Braga³⁴ (para falar apenas de algumas figuras de referência) que se vai buscar às diversas vertentes das ciências.

3. OS LUSITANOS, NOSSOS ANTEPASSADOS: UMA POLÉMICA OITOCENTISTA

O povo desde o qual os historiadores têm tecido a genealogia portuguesa está achado: é o dos Lusitanos. Na opinião d’esses escriptores, atravez de todas as phases politicas e sociaes da Hespanha, durante mais de tres mil annos, aquella raça de celtas soube sempre, como Anteu, erguer-se viva e forte: reproduzir-se, immortal na sua essencia; e nós os portuguezes do seculo XIX temos a honra de ser os seus legitimos herdeiros e representantes.³⁵

Com esta transcrição de Herculano inicia Oliveira Martins o capítulo da sua História de Portugal intitulado “Os lusitanos”, assinalando o “tom de ironia encoberta mas grave” com o qual o reputado académico visava uma tradição historiográfica que tinha tantos seguidores na intelectualidade do seu tempo³⁶.

Herculano teve, desde logo, a coragem de enfrentar uma pesada tradição, com largos séculos de existência e marcada por um unanimismo claro, não apenas em Portugal, mas mesmo para lá das fronteiras. Por mais que a crítica positivista desse razão aos seus argumentos, era inevitável que as suas ideias fossem contrariadas pelos seus contemporâneos, imersos não apenas nessas ideias do passado, mas imbuídos de princípio tão peculiar desse período, o

³² Sobre ela v. ainda Guerra 1998: 44.

³³ Arenas López 1900.

³⁴ Sobre ele, em particular, v. *infra*.

³⁵ Herculano 1846: 13.

³⁶ Este tema tem sido amplamente tratado, v. especialmente Matos 2002: 125-131.

restauracionismo do passado remoto e dos seus heróis que alimentavam os nacionalismos e a afirmação das nações modernas.

Por isso mesmo, muitos dos que o admiravam e tomavam como modelo, em certos aspectos, não deixavam de lhe endereçar alguns comentários críticos³⁷, sendo extenso o coro dos que contrariavam as suas perspetivas (diga-se de passagem, bastante consistentes) sobre as raízes da nação, a constituição ontológica dos Portugueses. O próprio Oliveira Martins, que lhe chama “mestre e amigo”, contraria as suas ideias, pondo em causa alguns dos seus argumentos. A discussão suscitada, tal como tinha proposto o seu iniciador, assentava em três pilares, sobre os quais deveria incidir a fundamentação de uma identidade entre Lusitanos e Portugueses: o território, a língua e, acima de tudo (na realidade é o primeiro na sua formulação), a raça³⁸.

Quanto à vertente linguística do problema, a mais dura crítica a Herculano vem de uma personalidade a quem se reconhecia toda a autoridade nestes domínios e, por isso, podemos ser tentados a pensar que Adolfo Coelho, um notável especialista de glótica (o termo com que então se designava habitualmente a linguística), provava que a asserção de Herculano carecia completamente de fundamento³⁹. Na realidade, num texto que constitui uma introdução a um conhecido dicionário da língua portuguesa, este dedica longas páginas a provar a ignorância do historiador em matéria linguística, especialmente no que respeita à origem da língua portuguesa, discutindo especialmente a natureza do latim vulgar, ainda que inicialmente dedique algum espaço ao problema das línguas célticas.

Neste aspecto convém dizer que ambos se manifestam declaradamente contra⁴⁰ “a opinião já bastante desacreditada e ridicularizada da origem céltica (da língua portuguesa)”⁴¹ e mesmo quanto à origem do português no latim vulgar a concordância de princípio encontra-se genericamente confirmada. Deste modo, não são os assuntos relativos ao mundo pré-romano e à sua continuidade cultural e linguística que levam Adolfo Coelho a discordar do historiador, mas as suas considerações sobre alguns aspectos particulares relativos à natureza do latim vulgar que estaria na origem das línguas românicas, acabando por ganhar relevo a contestação de teses defendidas por Augusto Soromenho, partilhadas por Herculano⁴².

³⁷ Sobre essas críticas v. em especial Matos 2002: 124–131.

³⁸ Herculano 1846: 13.

³⁹ Sobre as suas linhas gerais v. Matos 2002: 126–127.

⁴⁰ Sobre esta mesma questão afirmara o autor da *História de Portugal*: “a hypothese de que o portuguez procede do celtico tem a ruína na base” (Herculano 1846: 33).

⁴¹ Coelho 1871: IX.

⁴² Coelho 1871: XII.

Isto é, no que concerne aos aspectos estritamente ligados com a perpetuação do mundo lusitano no Portugal moderno não se registam aqui divergências significativas entre ambos, podendo considerar-se que, na sua generalidade e no que respeitava especificamente à questão da língua, era evidente para ambos uma quebra da continuidade entre o mundo pré-romano e as origens da nacionalidade. Mas uma questão não negligenciável residia no facto de o português ser uma língua românica, derivada do latim e, portanto, a sua formação ser muito anterior à nacionalidade. No entanto, a crítica de Adolfo Coelho não incide neste último aspecto, mas em algumas questões concretas que não parecem ter relação com este facto.

No que dizia respeito ao território, bastava a Herculano recordar alguns malabarismos usados por André Resende para justificar a aproximação das duas entidades no plano geográfico para concluir que nunca se poderia sustentar a completa correspondência entre o espaço atribuído à antiga Lusitânia (e aí pesava especialmente o que se incluía na província romana com esse nome) e o de Portugal. A resposta de Oliveira Martins, no entanto, vai empurrar a questão para um plano algo distinto, pelo facto de, atendendo à diferença temporal que separa as duas realidades, ser “absurdo exigir conveniência de limites territoriais” entre “uma tribo primitiva e a de uma nação moderna”. Por isso, a questão deveria colocar-se essencialmente, segundo este, em saber “se há ou não identidade de raça”⁴³. Do mesmo modo, Leite de Vasconcelos desvaloriza este aspecto porque “se o território de Portugal não concorda exactamente com o da Lusitania, está porém compreendido no d’ella”⁴⁴.

A discussão, na realidade, centra-se mais em torno do último tópico, item por ele definido no sumário da sua *Introdução* à obra nestes termos: “nenhuma identidade nacional entre a sociedade portuguesa e alguma das antigas tribus que habitaram na Península antes da era christã”⁴⁵. A explanação de Herculano começa por sublinhar a grande diversidade dos povos que passam pela Hispânia, iniciando a enumeração por aqueles que são os seus habitantes “primitivos”, que resultariam, de acordo com ideias então difundidas, de duas invasões completamente distintas: a dos Iberos e a dos Célticos (que englobava Cântabros, Ástures, Vascónios, Galaicos e Lusitanos), para além dos Celtiberos, que resultavam da aglutinação dos primeiros. Depois dá conta da diversidade dos povos do Mediterrâneo que aqui aportaram (fenícios, gregos e cartagineses) que se fixaram na Península, misturando-se com as populações locais⁴⁶.

Insiste muito especialmente na ideia de que o quadro étnico hispânico se torna extraordinariamente complexo por esses processos de fusão entre as dife-

⁴³ Martins 1886: 2.

⁴⁴ Vasconcelos 1897: XXVI.

⁴⁵ Herculano 1846: 1.

⁴⁶ Id.: 13-19.

rentes populações, perdendo-se, por isso, qualquer hipótese de se postular uma “pureza da raça” de qualquer uma destas tribos, abrindo uma eventual exceção apenas para alguns “restos indomáveis da raça primitiva dos iberos, que nenhuma das invasões celta, phenicia, carthagineza poderá domar ou corromper”⁴⁷.

Ora este tópico assumia uma importância extraordinária no panorama ideológico oitocentista e não admira que esta questão viesse a emergir com frequência nestes debates apaixonados entre as diferentes correntes de opinião. A respeito do caso específico dos Lusitanos, essa mescla de “raças” é particularmente sublinhada por ele e resultava, na sua perspectiva, de uma prévia confluência de célticos com gregos e fenícios, a que sobreveio uma posterior alteração promovida pela presença de gentes púnicas, estas, já de si, uma mescla de fenícios e líbios⁴⁸. Deste modo, sustentando sempre a ideia de que essas presenças exógenas produziam uma miscigenação que alterava substancialmente o quadro étnico primordial já em fase pré-romana, deixava a porta aberta a que as alterações desse panorama em período romano teriam de assumir-se como mais amplas e profundas.

Neste contexto, é evidente que a posição de Herculano parece fazer algum sentido, compreendendo-se perfeitamente que tenha procurado, com o seu criticismo positivista, opor-se a alguns séculos de historiografia que tinham conduzido mal esta questão, conferindo-lhe uma outra formulação que assentava claramente em bases mais sólidas. No entanto, a sua radical asserção⁴⁹, que parecia negar todo e qualquer elo de ligação entre esses lusitanos e os portugueses, mereceu a contestação de grande parte dos seus coetâneos.

Sobre este item em particular se pronuncia largamente Oliveira Martins⁵⁰, começando por usar como argumento a comparação com outras realidades europeias, em igualdade de circunstâncias tanto no que dizia à tardia descoberta dessa filiação no passado remoto como na impossibilidade de qualquer uma delas poder comprovar uma continuidade entre essas populações primitivas e as que agora se apresentavam como seus descendentes longínquos. Dir-se-ia que, nestas circunstâncias, ambos poderiam estar de acordo ou pelo muito próximos quanto à questão vertente.

Só que Oliveira Martins prefere reorientar a indagação, considerando que, mesmo na falta de dados, se poderia encontrar uma resposta para o problema invertendo o ponto de análise, olhando-o a partir do momento presente, retrospectivamente. Para tal, parte de um axioma (“a permanência dos caracteres primitivos dos povos”), para depois colocar a questão em novos moldes, for-

⁴⁷ Id.: 20.

⁴⁸ Id.: 19.

⁴⁹ Este radicalismo, que se poderia justificar com a vontade de contrariar uma perspectiva errada, foi já posto em evidência por Leite de Vasconcelos (1897: XXV).

⁵⁰ Martins 1886: 3–4. Sobre o tema v. Matos 2002: 127–128; Pereira 2011: 147–148.

mulada por ele nestes termos precisos: “há uma originalidade colectiva no povo português, em frente dos demais povos da Península?”⁵¹ Isso implicaria, naturalmente, aceitar o pressuposto de que a existência de uma individualidade dos povos atuais deveria radicar necessariamente num passado remoto, neste caso pré-romano. E nem sequer constituía um óbice à sua teoria o facto de a natureza céltica das populações pré-romanas se apresentar como um traço comum a outras realidades coetâneas, como a França ou a Irlanda⁵².

Se a argumentação de Oliveira Martins não invoca explicitamente dados da ciência, mas se baseia essencialmente no carácter do “génio português” e no que considera serem as suas especificidades, já Leite de Vasconcelos procura responder com argumentos colhidos em domínios como “a Ethnologia, a Anthropologia, a Glottologia, a Archeologia” que, sublinha, “estavam muito menos adeantadas que hoje”⁵³. Promete, por isso, confirmar a sua perspectiva com a sua obra *Religiões da Lusitania*, uma vez que ela se insere, na concepção de então, no âmbito da Etnologia. De qualquer modo, parece-lhe inegável, à partida, que “não obstante os cruzamentos ethnicos que de todos os tempos se têm operado no nosso território, devemos contar entre os nossos antepassados os Lusitanos”. Insiste depois na ideia de que a língua é a mesma que falavam os “luso-romanos” e muitas das componentes da “vida psychologica do nosso povo datão do paganismo”⁵⁴, pelo que muitos dos elementos que constituíam a identidade de um povo poderiam remontar a um período muito anterior ao da formação da nacionalidade.

Em suma, a posição extrema (“exagerada”, nas palavras de Leite de Vasconcelos) de Alexandre Herculano suscitou uma recusa quase geral dos seus contemporâneos, aparecendo manifestamente como uma posição contracorrente, num momento em que o nacionalismo e a identidade nacional alicerçados no passado se afirmavam de forma muito ampla. Esta tendência manifesta-se em muitas outras circunstâncias, mesmo que isso contrarie opiniões de eruditos tão credenciados ou instituições tão respeitáveis como a Academia da Ciências, como se verifica no caso que seguidamente se analisa.

4. VIRIATO E O ARCO DA RUA AUGUSTA

Entre as manifestações que põem em relevo a importância do nosso passado remoto na segunda metade do séc. XIX, em particular da imagem de

⁵¹ Martins 1886: 5. Para a argumentação usada nesta circunstância v. Pereira 2011: 148.

⁵² Este foi um escolho que, como se sabe, Martins Sarmento, procurou contornar com a sua proposta de uma origem pré-céltica, isto é, “lígure” para as gentes do Ocidente hispânico (Millán González-Pardo 1983; Fabião 1996: 94; Guerra 1999).

⁵³ Vasconcelos 1897: XXV.

⁵⁴ Id.: XXV-XXVI.

Viriato como marca essencial do “génio português”, encontra-se o arco da rua Augusta. Embora tenha sido inicialmente concebido para encerrar um dos elementos fundamentais do urbanismo pombalino no plano original de Eugénio dos Santos, circunstâncias várias ditaram que ele tivesse sido executado por partes, obedecendo a projetos distintos, bastante distanciados no tempo. Na realidade, a sua conclusão, protelada por diversas vezes, acabou por se materializar num momento já avançado de oitocentos, mais de um século depois do seu planeamento inicial.

Graças aos fundos obtidos através de uma subscrição pública, elaborou-se um novo projeto com o qual se ultimava o arco triunfal, determinando-se a configuração concreta que ele iria assumir e que hoje apresenta. Na altura discutiram-se, em várias instâncias, algumas das opções artísticas, em particular as que diziam respeito às personalidades que deveriam figurar no monumento. Como se sabe, o resultado final conduziu a que, para além do conjunto central, que encima a construção (a Glória coroando o Valor e o Génio) e das duas figuras alegóricas de rios (o Tejo e o Douro), colocadas de cada um dos lados, viessem a representar-se quatro personalidades: num plano mais central e a que se dava mais relevo, Vasco da Gama e o Marquês de Pombal, numa posição subsidiária Viriato e Nuno Álvares Pereira.

O facto de se terem escolhido estas duas últimas figuras históricas como elementos de um monumento consagrado *VIRTVTIBVS MAIORVM VT SIT OMNIBVS DOCUMENTO*, como se consigna na inscrição latina nele aposta, da autoria de Augusto Soromenho⁵⁵, não deixa de ser muito relevante para compreender a importância que o caudilho lusitano assumia então. Apesar das discussões académicas em torno da relação entre esse passado pré-romano e a fundação e desenvolvimento da nação, de uma maneira geral não se prescindia de incluí-lo no rol que estavam na constituição da “alma portuguesa” e que, pelas suas qualidades, tinha já sido apontado como um fundador da “nação lusitana”, repetindo-se, a par disso, a expressão com que o designava Floro, “o Rómulo da Lusitânia”, mas agora assumido como alguém que estava na origem da nação e sobre cujo carácter se tinha moldado o dos Portugueses.

Esta opção de colocar Viriato nessa posição cimeira da História de Portugal não foi, todavia, consensual. Consultada a Academia das Ciências de Lisboa sobre as estátuas a incluir no arco triunfal, foram internamente solicitados pareceres a José Maria Mendes Leal e Rodrigo José de Lima Felner, sobre os quais se veio a basear a opinião destinada ao monarca, mas publicamente transmitida pela Academia⁵⁶, desfavorável à inclusão, tanto de Viriato como de Vasco Gama, por razões distintas. No primeiro caso “porque, além de representar um heroe,

⁵⁵ Almeida 1992; Guerra 1998: 48; Guerra 2014: 218.

⁵⁶ Coelho 1872.

apenas frouxamente vinculado pela identidade do solo às tradições genuinamente portuguesas, relembra as façanhas militares de um povo extinto, e seria ao lado do grande reformador de Portugal no XVIII século, uma antithese ao mesmo tempo desaprovada pela estethica e pela historia”⁵⁷. A academia achava desajustado que na praça do Comércio, ligada “à energia perseverante e ilustrada do marquez do Pombal na sua larga e civilizadora administração” e que deveria, portanto, ser “consagrada a memorar as pacíficas victorias da administração civil”⁵⁸ se viessem a homenagear figuras que se distinguiram pelas suas façanhas militares, como Afonso de Albuquerque (outro dos recusados) ou Viriato⁵⁹.

Parece evidente, na opinião veiculada pela Academia, o peso de uma corrente historiográfica associada a Alexandre Herculano, que continuava a ter uma grande influência nessa instituição, apesar de ele se ter retirado há alguns anos para a sua Quinta de Vale de Lobo.

Mas essa perspectiva estava longe de ter ampla aceitação, mesmo no quadro da intelligentsia da época. Dificilmente se admitia então que o vínculo do chefe glorioso dos lusitanos com a história presente se resumisse ao facto de partilhar o mesmo território e muito menos que fossem frouxos os laços que ligavam o seu povo aos Portugueses. A sua classificação dos Lusitanos como “povo extinto” não deixaria de suscitar, na generalidade, uma evidente oposição para os muitos que sustentavam nunca se ter quebrado a continuidade histórica e étnica entre os remotos Lusitanos e os Portugueses do presente. Muitos acreditavam que o “génio português” radicava nas virtudes e no carácter que o pastor do Hermínio tinha demonstrado de forma tão evidente no confronto com o inimigo todo-poderoso, não o temendo, por mais amplo que fosse o elenco das suas conquistas. Viriato constituía um alimento essencial do nacionalismo dominante e, por isso, uma opinião como a da Academia só poderia encontrar uma oposição muito generalizada.

Não constitui, por isso, uma surpresa que, mesmo contra a influente opinião da Real Academia das Ciências, o plano levado a efeito tenha incluído duas das figuras por esta explicitamente reprovadas, Vasco da Gama e Viriato, obras do escultor Vítor Bastos. De resto, tendo em conta o espírito que presidia ao monumento, explícito na epígrafe que ostenta e consonante com a *communis opinio*, mas bem distinto do que a Academia tomava como ponto de partida, fazia todo o sentido a escolha dessas quatro figuras: Viriato representava o

⁵⁷ Id.: 33.

⁵⁸ Esta opção da Academia enquadrava-se bem em algumas das orientações epistemológicas que dominavam particularmente a escultura portuguesa oitocentista, o seu carácter civilista e nacionalista, marcado por figuras do passado, e as suas pretensões pedagógicas (Pereira 2000: 106–107).

⁵⁹ Coelho 1872: 33; Pereira 2000: 107.

arquétipo do “génio lusitano”, visto de outra forma, as origens mais remotas da nação; Nuno Álvares Pereira consagrava a afirmação da nacionalidade, em particular contra o seu tradicional opositor; com Vasco da Gama se procurava marcar a relevância histórica da gesta dos descobrimentos; finalmente, com o Marquês se homenageavam essas qualidades tão elogiadas pela Academia. Quatro figuras, correspondentes a quatro momentos distintos, que poderiam bem apresentar-se como uma síntese da História de Portugal e da “alma portuguesa”.

Nessa mesma linha geral se afirma uma outra figura cimeira do republicanismo português de finais de oitocentos e inícios da centúria seguinte, que dedicou ao herói da resistência lusitana uma das suas obras, embora das menos conhecidas.

5. TEÓFILO BRAGA, OS LUSITANOS E VIRIATO

Embora publicado já nos inícios do séc. XX, a obra *Viriato*, de Teófilo Braga, uma “narrativa epo-histórica”, como ele a designa, representa exemplarmente as ideias que marcaram boa parte da comunidade científica dos finais de oitocentos. As linhas por que se pauta o seu pensamento encontram-se bem documentadas em algumas das suas obras anteriores, nomeadamente nas que dizem respeito às questões de etnologia, sendo claramente um produto típico do ideário de finais do séc. XIX e do início do seguinte⁶⁰.

As suas principais ideias são longamente explanadas numa obra anterior, com o sugestivo título *A Pátria Portuguesa: o território e a raça*⁶¹, na qual define logo à partida, os seus objetivos e orientações: “Tendo concentrado todos os nossos estudos históricos, nas manifestações da Civilização portuguesa, para bem comprehendel-as como expressão do genio nacional fomos levados á investigação das origens anthropologicas da raça, e ao exame comparativo dos costumes segundo o critério da ethnologia”⁶².

O autor parte dos três factores analisados por Herculano⁶³ – raça, língua e território –, mas deixa praticamente de fora a questão complexa da língua, começando pela análise de alguns aspectos respeitantes ao território. Um dos argumentos que Herculano coligiria para recusar a ideia de continuidade entre Lusitanos e Portugueses tinha que ver com esta vertente. Ainda que desde Resende se procurasse manobrar este assunto com algum artifício, procurando menosprezar a circunstância evidente de a antiga província romana da Lusitânia não coincidir com as fronteiras de Portugal, ultrapassando em muito o seu âmbito, não se poderia negar essa evidência. Por isso

⁶⁰ Sobre o tema v. especialmente Pereira 2011.

⁶¹ Braga 1894.

⁶² Id.: IX.

⁶³ Herculano 1846: 12.

mesmo, Teófilo Braga não incide nesse tópico da correspondência geográfica, mas acentua especialmente o facto de o espaço ocupado pelos povos lhes moldar o carácter e o facto de ele se manter ao longo do tempo nele tem influência na “alma” das nações. Sublinha, por isso, a importância das “condições mesológicas”⁶⁴, do clima e do território da Hispânia, assumindo-as como um fator determinante das suas populações ao longo do tempo⁶⁵.

Se nesta obra a ligação ao antigo âmbito da Lusitânia não assume um especial relevo, na narrativa *Viriato* essa é uma componente essencial que adquire uma intencional tonalidade épica: “A Lusitânia não é somente um território maior ou menor, que nos agrega; é uma alma, o seio que nos une a todos!”⁶⁶. E, para que não restem dúvidas sobre a relação entre esse espaço e a formação da nacionalidade, será “nesse território que começa nas margens do Mínio até ao Dúrio”, isto é, na “terra Portucalense” que se pressagia o renascimento da Lusitânia⁶⁷.

Não deixa de ser curioso que esse espaço em que ressurgiu essa antiga Lusitânia não corresponda, na realidade, ao que foi definido pelos romanos como a província com esse nome. Por isso, muitos dos que manobram com estas realidades apoiam-se frequentemente na obra de Estrabão, aquela que, de uma forma mais clara, estabelece uma ligação entre Galaicos e Lusitanos, não deixando, contudo, de ser ambígua a respeito das relações entre estas entidades.

Compreende-se, por isso, que Teófilo Braga, insista particularmente sobre a questão da raça. Nesse sentido, faz um extenso historial da presença humana na Hispânia desde as origens do Homem, mas centrando-se especialmente nas questões de etnologia do mundo pré-romano, tópico para o qual utiliza com frequência a investigação então levada a cabo por alguns dos nomes sonantes da investigação histórica, arqueológica, antropológica, etnológica e linguística na Europa: Mommsen, Broca, Belloguet, D’Arbois de Jubainville, von Humboldt e muitos outros. Longe de traçar um quadro simples, Teófilo Braga elabora complexas redes de interacção entre as diferentes entidades que ao longo da Idade do Ferro se estabelecem no ocidente da Europa, com especial destaque para os celtas, desenvolvendo o tópico inevitável da sua miscigenação com as populações pré-existentes.

Sobre o tema da individualidade ibérica, cuja origem africana sustenta, seguindo a tendência dominante na época, explica como os iberos se misturam

⁶⁴ Estas ideias, muito em voga na segunda metade do séc. XIX, especialmente devido à sua divulgação por L.-A. Bertillon (o texto de referência é o seu *De l’influence des milieux ou mésologie*, 1872), parecem resultar da leitura da obra de G. Le Bon, *L’Homme et les Sociétés*, 1881 (Braga 1894: 130).

⁶⁵ Braga 1894: 12, 16-18.

⁶⁶ Braga 1904: 123.

⁶⁷ Braga 1904: 217.

com as diferentes vagas de célticos (ou com os lígures, que considera os celtas marítimos). Embora reconhecendo as frequentes contradições nos dados que as fontes clássicas proporcionam e a discrepância entre muitos dos autores que abordam estas questões, não deixa de elaborar um quadro, também ele bastante complexo, do ocidente hispânico, em particular de Galaicos e Lusitanos.

Uma ideia que marca mais especialmente a sua narrativa sobre Viriato reside na afirmação da “pureza da raça”. Neste caso concreto, essa circunstância radicava nas origens remotas dos Lusitanos, que remontavam ao mundo pré-romano, ainda que o pensamento de Teófilo Braga sobre este aspecto pareça sofrer alguma evolução. Inicialmente, isto é, na *Pátria Portuguesa*, segue uma linha conforme com as ideias mais difundidas, segundo a qual, ao substrato ibérico originário, se tinham associado componentes supervenientes de lígures e celtas. Esta sua perspectiva muda substancialmente no seu *Viriato*, acusando aí a influência das ideias de Francisco Martins Sarmento, segundo o qual os povos do ocidente hispânico (Galaicos e Lusitanos) nada tinham de celta, contrariando uma ideia muito difundida na historiografia anterior. Segundo o arqueólogo vimaranense, a cultura dos castros é original e define uma entidade “lusitana”, mais propriamente lusitano-galaica, cuja ascendência se diferenciava pelo facto de remontar ao que ele designava como “lígure”⁶⁸. Essa especificidade serve o propósito de afirmar a identidade do português nos confrontos com os outros povos, nomeadamente os mais próximos, que serviam como termo de comparação. Deste modo, atribui ao procônsul Lélío a justificação para o maior poderio dos Lusitanos: “Explicarei isto pela pureza do sangue lusitano; eles não se misturaram com os Celtas, que haverá quatro séculos invadiram a Hispânia e conseguiram aliar-se e fusionar-se com os Iberos. Na Lusitânia não aconteceu como nas Gálias, quando aí se efetuou a conquista do Celta invasor; o lusitano não caiu na servidão militar como o gaulês.”⁶⁹

Todas estas considerações visam especialmente marcar a individualidade das diferentes entidades antigas, a qual, por sua vez, serviria de fundamento a uma diferenciação das nações modernas. Partindo do princípio de que as características dos povos mantêm os seus principais traços, Teófilo Braga justifica, com esse passado distante e as suas vicissitudes históricas, a heterogeneidade dos povos hispânicos:

Os povos antigos reaparecem nos typos e costumes dos povos modernos, como diz Edwards; a preponderância do elemento celto-ligurico no território de Portugal, e uma maior quantidade de sangue semita no hespanhol, é

⁶⁸ Sobre o tema v. Millán González-Pardo 1983; Guerra 1999.

⁶⁹ Braga 1904: 171.

d'onde começam a diferenciação e antinomias entre estas duas nações, que não foram creadas somente por conflictos históricos.”⁷⁰

A narrativa por ele construída, embora baseada nos elementos proporcionados pelas fontes clássicas, desenvolve de forma bastante criativa as “situações lacónicas” transmitidas pelos autores antigos e, por isso, assume-se deliberadamente como uma criação poética. Os objetivos que norteiam esta obra tornam-se desde logo claros no título que a encabeça, “Alma Portuguesa”, que se distingue tipograficamente de forma tão clara. No essencial, explica-se depois na introdução, pretende-se representar “essa fibra que ainda pulsa em nós” e que radica precisamente na figura do caudilho lusitano⁷¹.

Essa individualidade é um tópico frequente nas obras que aqui se analisam, estabelecendo com frequência uma confrontação entre o carácter português e o de outros povos, especialmente com Espanhóis e Franceses, baseada nas diferenças das componentes étnicas na fase pré-romana. Por isso, o mundo lusitano contraria o gaulês, que caiu na “servidão militar” ao ser submetido aos invasores celtas e não tem, por isso, o sentimento de autonomia e o empenho na luta pela liberdade que se procura ver no carácter dos Lusitanos e, naturalmente, nos Portugueses coetâneos.

6. VIRIATO, OS LUSITANOS E A QUESTÃO DO FEDERALISMO

A narrativa viriatina na versão de Teófilo Braga serve igualmente o propósito de sustentar a ideia de que os povos ibéricos não são apenas completamente distintos desde as suas mais remotas origens, mas, mais do que isso, revelam-se, na sua essência, “incompatíveis entre si”. Lusitanos e Iberos diferenciam-se em aspectos fundamentais, o primeiro dos quais consiste precisamente no seu desejo permanente de “independência”, na sua capacidade para se unir de modo a oferecer resistência à submissão, contrariando a marca do vizinho, que “admira a autoridade, a força, e quer exercê-la impetuosamente”⁷².

Uma das mais sugestivas declarações dessa incompatibilidade pode encontrar-se na missiva que Caio Lélío, o procônsul *prudente*, envia ao senado e que pode bem considerar-se a caracterização matricial dos Lusitanos, a qual, pelo seu tom profético, se dirige evidentemente à definição essencial dos Portu-
gue-

⁷⁰ Braga 1894: 154.

⁷¹ Braga 1904: 7.

⁷² Id.: 20, “Importa manter a Hispânia dividida; não é em Citerior nem Ulterior, mas em LUSITANOS e IBEROS. Esses dois povos são incompatíveis entre si; o Ibero admira a autoridade, a força, e quer exercê-la impetuosamente, ao passo que o Luso ama a independência sem ruído nem aparatos. O Ibero é incapaz de se unir para a defesa, e obedece passivamente a qualquer poder físico ou moral que se lhe imponha; o Lusitano liga-se facilmente para a defesa, em revolta contra todo o poder.”

ses, muito conveniente à situação e às ideias do autor: “Sabereis que entre a raça dos Iberos e a dos Lusitanos há um ódio irrefreável mas latente; nunca se ligam, nem se entendem, e a sua aversão mútua separa-os mais do que as inacessíveis linhas de rios caudais ou de alterosas montanhas. Passarão os séculos, mas esta antinomia prevalecerá”⁷³.

Mas o tópico assume outros aspectos, condizentes com a sua perspectiva federalista. Não deixa, assim, de sublinhar a necessidade de encontrar algumas formas de cooperação que visam essencialmente a afirmação das populações hispânicas contra o inimigo romano. Por isso, não encontra verbo melhor que “confederar” para exprimir a ideia de que Viriato se uniu aos Vetões para enfrentar as ameaças do seu principal opositor⁷⁴. A ideia vai-se repetindo, quase sempre nos mesmo termos, como acontece nas palavras que o caudilho lusitano dirige a povos que habitam “outra parte” da Celtibéria: “(...) foi por estarmos separados que os estrangeiros nos invadiram, e o Romano nos aniquila para se mantêr pela expoliação das nossas riquezas; o isolamento das cidades é a fraqueza; a federação cantonal é a garantia da independência”⁷⁵.

Percebem-se os contornos do federalismo sustentado por Teófilo Braga que não passava pelo unitarismo defendido por alguns sectores, mas tinha consciência da diversidade cultural e mesmo de algum antagonismo que poderia marcar a realidade ibérica do seu tempo⁷⁶.

O assunto é também tratado n’*A Patria Portuguesa*, mas as suas considerações principais são feitas à margem da obra propriamente. Na introdução, a propósito do “sentimento de Pátria”, faz um comentário a uma reunião de republicanos portugueses e espanhóis ocorrida em Badajoz e às reações que esse encontro suscitou no parlamento. A sua ausência a esse evento deu origem a uma declaração em que se assume a necessidade de implantar em ambos os países, de forma simultânea, um regime republicano e constituir uma confederação ibérica que permitiria apresentar ao mundo uma imagem forte dos povos hispânicos⁷⁷.

Em suma, as circunstâncias histórico-culturais do séc. XIX criaram condições muito particulares e justificam que se tivesse olhado as narrativas dos textos clássicos e recuperado alguns episódios do passado remoto, de uma fase anterior à constituição da nacionalidade. Numa época em que se buscam as raízes das nações modernas e estas, com frequência, se alicerçam numa fase

⁷³ Id.: 173.

⁷⁴ Braga 1904: 69, “Viriatho /.../ dirigiu-se para o paiz dos Vettões que confinavam ao sul dos povos Lusitanos, para confederal-os na defeza da sua autonomia contra o invasor estrangeiro”.

⁷⁵ Id.: 219.

⁷⁶ Sobre as suas ideias a este respeito v. Luz 2012.

⁷⁷ Braga 1894: XI–XV.

pré-romana, o caso português não difere muito de que se passa na Europa. Cada um, naturalmente, apresenta as suas especificidades e, no que nos diz respeito, a figura de Viriato presta-se, sem dúvida, a que sobre ela se construa o paradigma do heroísmo nacionalista e de resistência ao poderio de forças externas que pretendem submeter uma nação inteira. Não admira, pois, que a cultura portuguesa se tenha apropriado dessa imagem que tão exemplarmente poderia representar os ideais de quem procurava retirar da sua situação um país que se sentia desgovernado, isolado, espoliado. Certamente que a visão de Teófilo Braga, não só exprime o sentimento de muitos dos seus coetâneos, como explica a utilidade em buscar essa longínqua mas exemplar personagem para atingir os seus objetivos:

(...) é necessário n'este momento historico, em que a anarchia dos poderes públicos lançou esta nação no esgotamento economico, no desprezo moral das nações da Europa, e no isolamento, que a expõe aos conflictos internacionaes d'onde saímos expoliados e sem dignidade, é necessário revivificar o sentimento de Patria, porque só elle é que poderá suscitar os altos caracteres e as capacidades reorganizadoras.⁷⁸

⁷⁸ Braga 1894: XI.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, M. C. P. de (1820), *Caracter dos Lusitanos*. Lisboa: Impressão Régia.
- Almeida, J. M. de (1992), “A inscrição do Arco da Rua Augusta”, in *De Olisipo a Lisboa. Estudos olisiponenses*. Lisboa: Edições Cosmos, 57–59.
- Arenas López, A. (1900), *Viriato no fue portuguez si no celtiberico: Su biografia*. Guadalajara: Pedromingo.
- Braga, T. (1894), *A Patria Portuguesa: O territorio e a raça*. Porto: Chardron.
- Braga, T. (1904), *Viriatho: Narrativa epo-historica*. Porto: Chardron.
- Coelho, F. A. (1871), “Sobre a lingua portugueza”, in D. Vieira, *Grande dictionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza: Vol. I*. Porto: Chardron, IX–CCVII.
- Coelho, J. M. L. (1872), “As estátuas para o arco da rua Augusta”, *Artes e Letras* 1: 33–34.
- Fabião, C. (1996), “Archeology and Nationalism: The Portuguese Case”, in M. Díaz Andreu e T. Champion (eds.), *Nationalism and Archaeology in Europei*. Londres: UCL Press, 90–107.
- Fernandes, R. M. R. e S. T. de Pinho (2009), *André de Resende, Antiguidades da Lusitânia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- García Cardiel, J. (2010), “La conquista romana de Hispania en el imaginario pictórico español (1754-1894)”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 36: 131–157.
- Guerra, A. (1999), “Martins Sarmiento e a questão do celtismo”, *Revista de Guimarães* 109: 179–192.
- Guerra, A. (2014), “Hübner e os arqueólogos portugueses”, in D. Marzoli, J. Maier e Th. G. Schattner (eds.), *Emil Hübner und die Altertumswissenschaften in Hispanien*. Darmstadt: Ph. von Zabern, 219–240.
- Guerra, A. (2020), “Púnico, caudilho lusitano: Algumas considerações linguísticas e históricas”, *Anas* 29–30: 185–200.
- Guerra, A. e C. Fabião (1992), “Viriato: Genealogia de um Mito”, *Penélope: revista de história e ciências sociais* 8: 9–24.
- Guerra, A. e C. Fabião (1998), “Viriato: Em torno da iconografia de um mito”, *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais* 3: 33–79.
- Herculano, A. (1846), *História de Portugal: Vol. I*. Lisboa: Bertrand e Filhos.
- Jovér, N. C. (1818), *Glorias de España. Poesías históricas*. Madrid: Establecimiento tipográfico F. A. Fernel.

- Jullian, C. (1921, 7ª ed.), *Vercingétorix*. Paris: Hachette.
- Lucas (1858), *Viriato, novela original e histórica*. Zaragoza: Vicente Andrés.
- Luz, J. L. B. da (2012), “O federalismo no ideal da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga”, *Açores 100 Anos de República. Atas do Ciclo de Conferências*: 217-247.
- Martins, J. P. O. (1886, 4ª ed.), *História de Portugal: Vol. 1*. Lisboa: Bertrand.
- Matos, S. C. (1992), “História, positivismo e a função dos grandes homens no último quartel do século XIX”, *Penélope: revista de história e ciências sociais* 8: 51-71.
- Matos, S. C. (2002), “História e identidade nacional: A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, *Lusotopie* 9.2: 123-139.
- Millán González-Pardo, I. (1983), “El anticeltismo de Francisco Martins Sarmento”, *I Colóquio Galaico-Minhoto (Ponte de Lima, 1981)*: 45-109.
- Monforte, F. (1854), *Viriato: Leyenda original*, Madrid: C. González Rubio.
- Murguía, M. (1866), *Historia de Galicia: Tomo II*. Lugo: Imprenta de Soto Freire.
- Pereira, J. F. (2000), “Teoria da escultura oitocentista portuguesa: 1836-1874”, *Arte teoria* 8: 88-109.
- Pereira, M. C. M. (2011), “A etno-epo-história e os mitos fundacionais da Nação – ‘Viriato’ de Teófilo Braga Pereira”, in M. F. Amante (ed.), *Identidade nacional entre o discurso e a prática*, Porto: CEPESE/Frenteira do Caos, 141-164.
- Pérez Isasi, S. (2013), “Viriato”, in L. Romero Tobar (ed.), *Temas literarios hispánicos: Vol. I*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 293-307.
- Resende, A. de (1996), *As antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rocha Pereira, M. H. da (2020), *Obras de Maria Helena da Rocha Pereira, IX – Estudos sobre língua e literatura portuguesas*. Lisboa-Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santiago y Gómez, J. (1896), *Historia de Vigo y su comarca*. Madrid: : Imprenta y lit. del Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazón de Jesús.
- Valério, Z. Ch. A. de B. (2014), *A tragédia em Manuel Caetano Pimenta de Aguiar: Um género clássico nos alvares do Romantismo*. Funchal: Imprensa da Universidade da Madeira. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/1149>.

Vasconcelos, J. L. de (1897), *Religiões da Lusitânia, na parte que especialmente se refere a Portugal: Vol. I*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vicetto, B. (1865), *Historia de Galicia*, 2 tomos. Ferrol: Establecimiento tipográfico de Taxonera.

(Página deixada propositadamente em branco)

III.

DA HISTÓRIA, DA LITERATURA E DA FILOLOGIA

(Página deixada propositadamente em branco)

AS “FONTES INEXHAURÍVEIS DOS ESCRITORES DA ANTIGUIDADE”
NA *HISTÓRIA DA REPÚBLICA ROMANA* (1885),
DE J. P. OLIVEIRA MARTINS¹

RICARDO NOBRE
Centro de Estudos Clássicos
Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa
ORCID: 0000-0002-0059-5775
rnobre@letras.ulisboa.pt

RESUMO Inserida na “Biblioteca das Ciências Sociais” (de que viria a ser o último volume, publicado em 1885), a *História da República Romana* responde ao objectivo específico delineado por Oliveira Martins: difundir conhecimento por um vasto público. Será, porventura, esse propósito que justifica alguma contenção e certa simplicidade com que se citam ou referem autores antigos, capacidade que neste ensaio se estuda para concluir acerca do proveito que Oliveira Martins tirou dos testemunhos da literatura greco-latina: verificar-se-á que a insistência com que se recorre a Valério Máximo ou Suetónio como fontes históricas é uma singularidade admirável, sobretudo em contraste com a parcimónia com que são mencionados quer historiadores como Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso ou Plutarco, quer testemunhos contemporâneos da última parte da *História da República Romana* como o de Júlio César; citações de Tácito e dos Evangelhos parecem deslocados do contexto e cronologia, enquanto Cícero configura um caso inteiramente à parte, pois a sua convocação é frequente, sobretudo para demonstrar antipatia pela personagem; identificam-se versões latentes de Apiano, Díon Cássio ou Séneca; e assinalam-se discursos poéticos de Horácio, Propércio, Virgílio e de Catulo usados como fonte histórica. Em muitos casos, porém, os contextos originais foram distorcidos ou manipulados.

PALAVRAS-CHAVE: Oliveira Martins, *História da República Romana*, História romana.

ABSTRACT Integrating the “Biblioteca das Ciências Sociais” (being its last volume, published in 1885), the *História da República Romana* aligns with Oliveira Martins’ goal of disseminating knowledge to a wide audience. This objective justifies the use of limited and straightforward citations or references to ancient authors, a subject that this essay explores to determine the vantage Oliveira Martins took from the Greco-Roman testimonies: the recurrent use of Valerius Maximus or Suetonius as historic sources stands out as an admirable distinctiveness, particularly when contrasted with the sparing mentions of Livy, Dionysius of Halicarnassus or Plutarch – as well as Caesar, who was contemporary to the period covered in the latter part of the *História da República Romana*; quotations from Tacitus and the Gospels may appear detached from the

¹ Estudo elaborado no âmbito do projecto de Pós-Doutoramento SFRH/BPD/115195/2016, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

chronology and perspective; Cicero presents a different case, as his frequent citations question his character and show antipathy towards the speaker; concealed versions of Appianus, Cassio Dio or Seneca are revealed, while poetic texts from Horace, Properce, Virgil, and Catullus are used as historical sources. Many of these quotations distort or manipulate the original contexts.

KEYWORDS: Oliveira Martins, *História da República Romana*, Roman history.

Incorporando a poesia no âmbito da filosofia, Justo Lísio, personagem² d’*O Hospital das Letras* (1657), de D. Francisco Manuel de Melo, entendia que “Aristóteles se empregou tanto na poética como nas políticas e nas éticas e nas mais ciências do céu e da terra”³. A outorga de um conhecimento global e completo a Aristóteles conheceria, como esta, outras formulações ao longo da história da cultura em Portugal; no contexto deste ensaio será, porém, oportuno recordar um testemunho de meados do século XIX, de A. A. Geraldês⁴: afirmando que “Aristóteles foi um homem universal”, defendia-se que este filósofo, “a par dos dotes literários [...], possuía também não menos avultados conhecimentos sobre as ciências físicas, a cujo estudo se entregava com pertinaz assiduidade e fervoroso empenho”⁵. O articulista considerava, no entanto, que este e outros “homens de semelhante esfera” na Antiguidade “não eram dotados de mais feliz inteligência do que os homens da época actual”, visto que “era tão resumido, nesses antigos tempos, o quadro de todas as ciências, que não era impossível, nem difícil talvez, compreender uma só cabeça todos os humanos conhecimentos”. Nos anos cinquenta do século XIX, todavia, “um homem universal é absolutamente impossível”, motivo por que “as maiores inteligências dos séculos têm dirigido as suas lucubrações para o estudo das especialidades”⁶.

Sendo verdade que em todas as áreas do saber humano houvera inúmeros progressos decorrentes dessa especialização, encontrar-se-iam na Geração de 70 diversos intelectuais portugueses com projectos de vasta abrangência com o objectivo de compreender de modo integral fenómenos como a história, as artes, a filosofia ou a literatura, pretendendo interpretar o Homem, a sua natureza, dinâmica social e histórica, em toda a sua complexidade. O método científico, deduzindo leis e formulando princípios que descreviam concretamente fenómenos abstractos, alargava-se às humanidades e chegava à literatura e à

² Trata-se de uma metonímia, pois em rigor as personagens do diálogo são as obras de Lísio, Trajano Bocalino, Francisco de Quevedo e de Francisco Manuel de Melo.

³ Melo 1999: 50.

⁴ O texto foi publicado em Janeiro de 1855 no número 2 do segundo volume da *Revista Académica: Jornal Mensal*; Albino Augusto Geraldês (1826-1888) foi depois catedrático de Filosofia na Universidade de Coimbra.

⁵ Geraldês 1855: 25.

⁶ Ibid.

história, conquistando-as para o espaço das ciências sociais. Neste ambiente, optimista e positivista, prosperavam nas artes o realismo e o naturalismo com programas sociais e científicos definidos, alguns dos quais atingiriam certo exagero⁷.

Na literatura, é paradigmático o caso de grandes conjuntos de poemas filosóficos, pensados a partir do impulso de Victor Hugo (*La Légende des Siècles*, 1859-1883), desenvolvendo-se simbolicamente em articulação com as “grandes fases do Universo e da Humanidade”⁸ (para usar as palavras do narrador d’Os *Maias* a respeito das *Memórias dum Átomo*, de João da Ega). Em Portugal, poderia falar-se de algumas composições de Antero de Quental, mas julgo que é sobretudo Teófilo Braga (1843-1924) quem, em poesia, melhor representa este movimento – ao publicar *Visão dos Tempos* (1864), *Tempestades Sonoras* (1864), *Torrentes* (1869) e *Miragens Seculares* (1884) –, numa atitude semelhante à abrangência que Geraldine considerara impossível anos antes⁹. Na ficção coetânea, há testemunho de projectos similares: sem mencionar o malogrado plano de Eça de Queirós (1845-1900) em conceber uma série de doze romances, *Cenas da Vida Portuguesa*¹⁰, são de nomear as *Cenas da Vida Contemporânea*, de Júlio Lourenço Pinto (1842-1907) – que incluíram *Margarida* (1879), *Vida Atribulada* (1880), *O Senhor Deputado* (1882), *O Homem Indispensável* (1883) e *O Bastardo* (1889) –, e a *Patologia Social*, na qual Abel Botelho (1854-1917) havia de expor em romance o vício de todas as camadas sociais – *O Barão de Lavos* (1891), *O Livro de Alda* (1895), *Amanhã* (1901), *Fatal Dilema* (1907) e *Próspero Fortuna* (1910).

⁷ Recorde-se a caricatura d’Os *Maias* (segundo o protagonista): “o mais intolerável no realismo eram os seus grandes ares científicos, a sua pretenciosa estética deduzida duma filosofia alheia, e a invocação de Claude Bernard, do experimentalismo, do positivismo, de Stuart Mill e de Darwin, a propósito duma lavadeira que dorme com um carpinteiro!” A esta perspectiva opõe-se a de Ega: “o fraco do realismo estava em ser ainda pouco científico, inventar enredos, criar dramas, abandonar-se à fantasia literária! A forma pura da arte naturalista devia ser a monografia, o estudo seco dum tipo, dum vício, duma paixão, tal qual como se se tratasse dum caso patológico, sem pitoresco e sem estilo!...” (Queirós 2017: 206).

⁸ Queirós 2017: 156.

⁹ Seria, contudo, nos quatro volumes da *História do Teatro Português* (*Vida de Gil Vicente e sua Escola*, *A Comédia Clássica e as Tragicomédias*, *A Baixa Comédia e a Ópera e Garrett e os Dramas Românticos*, vindos a lume entre 1870 e 1871) e na *História da Literatura Portuguesa* (a que se seguem quatro volumes de recapitulação) que Teófilo Braga cumpriria o plano de exposição científica destes fenómenos culturais. Considere-se que a *História do Romantismo em Portugal: Ideia Geral do Romantismo: Garrett. Herculano. Castilho* (Lisboa: Nova Liv. Internacional, 1880) e os dois volumes *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa* (Porto: Chardron, 1892) completam o aspecto geral da nossa literatura até ao Realismo. Teófilo Braga tinha sido ou seria ainda autor de obras como *Poesia do Direito* (1865), *Origens Poéticas do Cristianismo* (1880) ou *As Lendas Cristãs* (1892).

¹⁰ Reis 2009: 18-19.

À entrada do século xx, dir-se-ia que a ciência tinha encontrado forma de descrever analítica e teoricamente (sob a forma de ensaio, ficção ou poesia) a sociedade portuguesa, em cumprimento da consabida doutrina positivista, que, de forma mais ou menos desigual, caracteriza o ensaísmo, a economia, a arte e a literatura do fim do século anterior. É neste contexto grosseiramente esboçado que se insere, no âmbito do ensaio, a “Biblioteca das Ciências Sociais”, de Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). Trata-se de uma colecção inaugurada em 1879, com a publicação do volume *História da Civilização Ibérica*, e que culminaria, inacabada, com a *História da República Romana*¹¹. Com o objectivo de “vulgarizar entre nós conhecimentos essenciais à vida de uma nação” e de “divulgação dos conhecimentos adquiridos”, até 1885 seriam publicados quinze volumes (respeitantes a onze obras) dirigidos “não somente ao público em geral, mas também ao ensino secundário”¹². Quando publica a *História da República Romana*, as observações de Oliveira Martins acerca da bibliografia crítica estão ainda conforme estes princípios:

Pensou [...] o autor que o público português acaso agradeceria a quem pela primeira vez contasse em linguagem pátria¹³ essa história sobre todas eloquentes; pensou também que, sendo vulgar ainda entre nós o conhecimento da história clássica segundo as narrativas de Tito Lívio, de Suetónio, de Tácito, de Cícero, de Veleio Patérculo, de Quinto Cúrcio, de Valério Máximo, de Plínio, de Dión Cássio, de Políbio, de Cornélio Nepos, de Varrão, de Salústio, de Plutarco, de Josefo, e dos autores latinos e gregos em geral, não o era a leitura das obras que, a partir de Beaufort e Niebuhr, a acabar em Mommsen¹⁴ e em

¹¹ A edição utilizada neste ensaio é a primeira, de 1885, por não haver vantagem na utilização de qualquer uma das posteriores, que alteraram sem critério aparente a ortografia do português, passaram para esta língua o que Oliveira Martins escreveu em latim, entre outras fragilidades que não interessa aqui indicar. A ortografia será actualizada, mantendo-se, porém, traços que indiciam a permanência de soluções ortográficas que representam uma fonética que estaria em desuso naquele último quartel do século xix: palavras como “similhante” e “idea” seriam já pronunciadas como hoje, mas a tradição ortográfica tinha-as consolidado assim. Formas de realce (itálicos e versaletes, por exemplo) permanecem inalteradas conforme a edição de 1885 (correções na pontuação foram assinaladas entre parênteses rectos).

¹² Martins 1879: [I]. Em 1891, Eça de Queirós teria também o plano de criação de manuais escolares; expondo-o a Oliveira Martins (Queiroz: II. 128-131), este não terá recebido a ideia de forma muito entusiasmada (Queiroz: II. 139-140).

¹³ Em 1885, ano da primeira edição da *História da República Romana*, estava publicada em português pelo menos a *História de Roma para Uso das Escolas* (Lisboa: Tip. da Viúva Costa, 1867), de João Félix Pereira.

¹⁴ Autores mencionados na “Bibliografia” da *História da República Romana*: de Beaufort, a edição de 1873 de *La République Romaine*; de Niebuhr, *The History of Rome* (1847); de Mommsen, *History of Rome*, (1877), os dois últimos em tradução inglesa (Martins 1885: II. 457-458). A bibliografia final está distribuída por rubricas temáticas: “História

todos os escritores de quem ele é o chefe e o mestre, renovaram essa história, tema eterno das cogitações dos homens¹⁵.

Neste último conjunto parece inserir-se o próprio Oliveira Martins, visto que a *História da República Romana* é dedicada a Theodoro Mommsen, “o grande historiador de Roma / meu guia e mestre nesta obra”¹⁶.

A nomeação destes autores, significativas vezes mencionados como “mestres”, pretende alancorar as obras da “Biblioteca das Ciências Sociais” – e em especial a *História da República Romana* – não só num conhecimento rigoroso e cientificamente responsável (de que tais autoridades seriam uma metonímia), mas também actualizado e moderno. Apesar disso, de acordo com o propósito de “compendiar as conquistas feitas no domínio da ciência”, o autor distancia-se, no mínimo pela forma, de “investigações eruditas”¹⁷. E, assim, “o leitor achará coordenadas e sistematizadas as investigações dos sábios e as doutrinas dos filósofos, sem ociosas indicações de origens, nem aparato de uma erudição, aliás fácil de exhibir, mas que não convém à índole da publicação, além de que apenas valeria para iludir incautos ou encher de pasmo os ignorantes”¹⁸. Justificada deste modo a ausência de referências bibliográficas no corpo do texto ou em rodapé, sublinha Oliveira Martins que a versão da história que apresenta resulta

política e geral” (“Histórias gerais”, “Primórdios da república”, “Corografia arqueológica italiana”, “Pirro e as guerras púnicas”, “Crise final da república”, “Os bárbaros”, “História geral do império”, “Monografias da época imperial”, “Topografia de Roma”), “História social e moral” (“Antiguidades: instituições em geral”, “História especial das instituições”, “Administração provincial”, “Instituições militares”, “Economia geral”, “Instituições fiscais”, “Moeda”, “Direito civil e das gentes”, “Costumes”, “Religião, moral e filosofia”). Não é claro o critério de seriação das obras (não há alfabetação dos autores ou dos títulos das obras nem organização evidente). Trata-se de obras em francês, inglês, alemão, latim, italiano; obras alemãs, inglesas ou italianas são lidas sobretudo em francês. Algumas não têm indicada a data, mas a grande maioria que está datada é da segunda metade do século XIX.

¹⁵ Martins 1885: I. xxxvi-xxxvii. Apesar de nomeados, não encontrei menções de autores como Salústio (excepto em referências que não dizem respeito a fontes historiográficas: Martins 1885: II. 222, 348), a Cornélio Nepos ou a Flávio Josefo.

¹⁶ Martins 1885: I. v.

¹⁷ Martins 1879: [1].

¹⁸ Martins 1879: [1]. De modo genérico, Oliveira Martins afirma ao apresentar a colecção: “As obras que a opinião da Europa culta modernamente consagrou clássicas serão as fontes da nossa *Biblioteca*”, e cita alguns nomes: “Os trabalhos de Herculano, Cárdenas, Coelho da Rocha, Muñoz y Romero, Amador de los Rios, Gayangos, Marina, Rebelo da Silva, Sempère, Colmeiro, Conde, Shaeffer, Bouterweck, Romey, Ticknor, entre outros, nacionais e estrangeiros, com os monumentos escritos, cartas, constituições, crónicas, leis e literatura, servirão para a história do génio peninsular e para a da civilização nacional” (Martins 1879: [1]). No que respeita à história antiga, são indicados “Lenormant e Rawlison, Maine, Maspero, Coulanges, Muller; e Duruy, Gibbon, Niebuhr, Mommsen e Savigny, os mestres da história romana” (Martins 1879: [2]).

dos “subsídios” da “erudição contemporânea” e das “fontes inexauríveis dos escritores da Antiguidade”¹⁹. Nesta tomada de posição, Oliveira Martins parece ter seguido a sugestão que Antero de Quental lhe dera em Março de 1875; o poeta, a propósito de um artigo acerca “Da Moral Religiosa entre os Gregos” (impresso nesse ano na *Revista Ocidental*), declarara: “sou de parecer que tire as citações de 2.^a mão, e deixe só as dos antigos”²⁰.

A *História da República Romana*, no entanto, não está isenta de remissões bibliográficas. Dos estudos críticos, apenas são mencionadas, por norma em rodapé, obras da própria “Biblioteca das Ciências Sociais”²¹, porventura com o intuito de cimentar os conceitos de Oliveira Martins sobre os fenómenos históricos tratados. Para isso, concorre a ideia de que “Situações análogas produzem sempre resultados idênticos; a natureza humana é uma e a mesma, e o romano do VII século da sua era tornara-se, sob o ponto de vista social e político, idêntico ao europeu ocidental do XIX século da era de Cristo”²². Assim, tais remissões para outras obras da “Biblioteca das Ciências Sociais” surgem em momentos em que se pretende criar uma ligação entre o passado romano e o presente (ou passado próximo): os Romanos, no tempo da tomada de Veios, eram “uma gente bisonha, crente e pertinaz, que nos parece assimilar-se à nossa gente portuguesa até ao XV século, aos burgueses que fizeram rei D. João I e aos soldados que conquistaram a África marroquina”²³; aspectos da expansão portuguesa servem para explicar o papel de Cartago nas vésperas da primeira guerra contra Roma: “Lisboa foi no século XVI da nossa era a Cartago da Europa”²⁴.

Multiplicam-se exemplos com a França (“Olhe-se para qualquer sociedade moderna colocada em situação análoga à da França no período 1851-70 e ter-se-á, mudando os nomes, o quadro inteiro dos partidos políticos romanos neste período”²⁵), a Alemanha (“Roma [...] tem uma situação análoga à da Prússia de hoje no império germânico”²⁶), a Inglaterra (“As reivindicações anárquicas dos comícios perante uma constituição desconjuntada vinham [...] preparando assim, com o caos constitucional, uma situação análoga à que em

¹⁹ Martins 1885: I. xxxvii.

²⁰ Quental 2009: I. 404.

²¹ O único autor moderno efectivamente citado, a propósito de Júlio César, é Montesquieu: “Nunca se ofende mais os homens [...] do que quando se lhes atacam os seus usos e cerimónias. Oprimir é muitas vezes uma prova de consideração, ferir os usos é uma prova de desprezo” (Martins 1885: II. 409-410). A fonte não é identificada, porém a primeira obra indicada na bibliografia final é *Grandeur et décadence des romains*, de Montesquieu.

²² Martins 1885: II. 7.

²³ Id.: I. 106-107.

²⁴ Id.: I. 185.

²⁵ Id.: II. 144.

²⁶ Id.: I. 172.

Inglaterra Cromwell resolveu dissolvendo o Longo-parlamento (1653)²⁷ ou a Espanha (“Os romanos falavam da Gália como os espanhóis modernos do México e do Peru”²⁸).

Outra estratégia semelhante a esta é a identificação de figuras antigas com modernas: Mário esteve numa situação idêntica ao do “nosso Saldanha em 1835”²⁹, Gaio Graco é um Danton³⁰, Quinto Róscio um Talma³¹, Marco Crasso um Rotschild³², Catão um Alexandre Herculano³³, Cícero um Chateaubriand, um Thiers ou um Garrett³⁴, entre muitos outros exemplos possíveis³⁵.

Em simultâneo, as referências aos autores antigos na *História da República Romana* são muito comedidas e sem particular elaboração: numas ocasiões são feitas por paráfrases difusas, noutras por meio de citações em português, raramente apenas em latim, havendo exemplos em que se apresenta a citação latina (amiúde com erros de ortografia³⁶) acompanhada de tradução portuguesa. Muitas vezes não se menciona a obra e, excepto num caso, nunca se indica o passo³⁷. É, ainda assim, notório que existem muitos outros momentos em que a narrativa da *História da República Romana* é subsidiária de versões antigas. Este ensaio procura estudar o proveito que Oliveira Martins tirou dos autores antigos para a elaboração da sua obra. O itinerário a percorrer não ignora que, dos itens omitidos na “Bibliografia”, se encontram “Os autores clássicos, que serão eternamente lidos como escritores, mas que hoje não podem em grande parte tomar-se como texto histórico; sendo porém as suas obras e muitas das dissertações com que vêm acompanhados nas edições modernas a principal das fontes para o historiador”³⁸.

²⁷ Id.: II. 11.

²⁸ Id.: II. 43.

²⁹ Id.: II. 69.

³⁰ Id.: II. 22.

³¹ Id.: II. 128.

³² Id.: II. 149.

³³ Id.: II. 146, 263.

³⁴ Id.: II. 202, 247, 251.

³⁵ Id.: II. 185, 201-202, 209, 225, 234-235, 236, etc.

³⁶ Claro que os erros podem ser interpretados como gralhas, mas, neste ensaio, as citações latinas são corrigidas de acordo com as edições referidas na bibliografia. A minha única intervenção unificadora é a de utilizar o *v* ramista em todas as citações. Além disso, são minhas as traduções cuja autoria não esteja assinalada.

³⁷ A excepção é uma citação da *Eneida*, como mais à frente se indica.

³⁸ Martins 1885: II. 457. Considero que as citações portuguesas dos textos antigos, não indicando autor (e sem que eu tenha identificado nenhuma tradução na *História da República Romana* com as existentes em 1885, como depois se particularizará), são da responsabilidade de Oliveira Martins (será pouco relevante se foram feitas a partir do original grego ou latino ou de traduções estrangeiras).

Valério Máximo exemplifica bem todos estes tipos de utilização: no capítulo sobre o senado, este é definido (no corpo do texto, em tradução) como “a alma da república, arca fiel dos pensamentos mais profundos, protegido por um segredo impenetrável”³⁹; em rodapé, surge o original latino acompanhado da autoria, mas não do passo⁴⁰.

No início do capítulo sobre Pirro, a origem da citação é silenciada:

Quando os embaixadores romanos foram a Tarento pedir satisfação pelo assalto brutal da esquadra, a turba que reinava à solta na cidade apinhava-se nas ruas e praças para os ver passar, cumprimentando-os com assobios prolongados. O senado tarentino deu-lhes um banquete que terminou por um insulto imundo: um grego levantou-se rindo, aos pulos, e urinou sobre a toga dum embaixador. “Ri”, disse-lhe este, sereno e terrível; “ri tu, que ainda me hás-de ver a toga lavada com o sangue dos teus”⁴¹.

O episódio (acontecido em 282 a. C.⁴²) é mencionado por Valério Máximo⁴³, que não logra ser, porém, a principal fonte do que acaba de se citar; a resposta transmitida por Apiano, que nomeia o tarentino como Filónides e o romano como Lúcio Postúmio, adequa-se mais literalmente à versão de Oliveira Martins: “ἐκπλυνεῖτε,” ἔφη, “τοῦτο αἷματι πολλῶ, τοιοῦτοις ἀρεσκόμενοι γέλωσιν”⁴⁴. Outra possibilidade menos aceitável seria a história de Díon Cássio⁴⁵. No entanto, como nem Apiano nem Díon Cássio falam em urina, a mediação de Valério Máximo parece influenciar o contexto da declaração.

Como se vê, quando não se identificam as fontes, é possível que as narrativas sejam contaminadas por vários testemunhos (seleccionando os pormenores a descrever). Outro exemplo desse processo é o seguinte; ao narrar um episódio da vida de Mário, em Minturnas, Oliveira Martins escreve:

³⁹ Martins 1885: I. 52-53

⁴⁰ Val. Max. 2.2.1: *Fidum erat et altum rei publicae pectus curia silentique salubritate munitum* (“a cúria era o peito fiel e ilustre do estado e protegido pela salubridade do silêncio”).

⁴¹ Martins 1885: I. 146.

⁴² Recorde-se que esta cronologia corresponde à porção perdida da obra de Tito Lívio.

⁴³ Val. Max. 2.2.5: *cum gravissimas ibi iniurias acceperissent, unus etiam urina respersus esset* (“tendo aí recebido gravíssimas injúrias, tendo até um sido salpicado com urina”).

⁴⁴ App. Sam. 7.2: “‘lavareis isto’, disse, ‘com muito sangue, vós que estais gratos com os risos’”.

⁴⁵ A resposta do embaixador romano em Díon Cássio (9.8) é: “γελάτε,” ἔφη, “γελάτε, ἕως ἔξεστιν ὑμῖν· κλαυσεῖσθε γάρ ἐπὶ μακρότατον, ὅταν τὴν ἐσθῆτα ταύτην τῷ αἵματι ὑμῶν ἀποπλύνητε” (“‘Ride’, disse, ‘ride enquanto vos é possível! Por muito longo tempo chorareis enquanto lavardes esta veste com o vosso sangue’”).

Pobre Mário sozinho e perdido nos atoleiros, vendo a barca da sua salvação afastar-se ao largo! Caído sobre o lodo, chorar lágrimas de dor e raiva! Todo ele é lama! Chafurda, tropeça, rasga-se, fere-se, desespera, cai, levanta-se... Serei cônsul uma vez ainda! Cônsul? não: um demônio!... Ia cismando desvairado, arrastando o seu corpo miserável até à cabana que além descortina ao longe... Chega, bate, abrem-lhe: Quem és tu? Mário!... O camponês cai-lhe aos pés: era um veterano d'África. Esconde-o; mas já era tarde. A gente amotinada vem correndo, toma-o, deita-lhe uma corda ao pescoço e leva-o como se leva um boi laçado, perante o tribunal de Minturnas que o sentença à morte...⁴⁶

Surgem assim amalgamadas informações que se encontram tanto em Valério Máximo (2.10.6) como em Plutarco (*Mário*, 38-39).

Inserido no subcapítulo “A Vida Airada” da sociedade no fim da república, o acontecimento que está na origem de um dos ditos célebres de Júlio César tem como protagonista Clódio, que, vestido de mulher, “disfarçado em tocadora de lira”, se imiscuiu na casa daquele para celebrar a Bona Dea junto de Pompeia, a quem amava:

Reconheceram-no: que escândalo! um homem no gineceu! Aurélia[,] a sogra[,] gritava açodada, as cerimónias interrompiam-se, Clódio fugia a esconder-se no quarto de uma escrava, onde as mulheres o foram achar expulsando-o. Não se falava em Roma noutra cousa no dia seguinte: os *caturras* pediam o castigo do sacrílego; mas o povo, inteiramente ímpio, ria da farsa, indiferente ao sacrilégio, com a sua simpatia indistinta pelos frascários. Ainda assim, para se obter a absolvição do réu[,] que era tão rico como atrevido, foi necessário comprar os juízes austeros enchendo-lhes os bolsos e saciando-lhes a luxúria: diz Valério Máximo que as noutes desses juízes custaram rios de dinheiro.⁴⁷

Com efeito, em Valério Máximo, encontra-se este testemunho sobre o julgamento:

*P. autem Clodi iudicium quanta luxuria et libidine abundavit! in quo, ut evidenter incesti crimine nocens reus absolveretur, noctes matronarum et adullescentium nobilium magna summa emptae mercedis loco iudicibus erogatae sunt.*⁴⁸

Quão abundante de luxúria e lascívia foi o julgamento de P. Clódio! Nele, para que o réu fosse considerado culpado pelo crime de incesto, com magnas somas, foram gastas para os juízes noites de matronas e de jovens nobres como mercadorias compradas.

⁴⁶ Martins 1885: II. 91.

⁴⁷ Martins 1885: II. 228.

⁴⁸ Val. Max. 9.1.7.

A citação do dito que justificou o repúdio da mulher – “Porque é necessário que a mulher de César nem sequer seja suspeitada”⁴⁹ – não traz identificação da fonte. Suetónio, que também o menciona em discurso directo, apresenta uma formulação diferente: “*quoniam*”, inquit, “*meos tam suspicione quam crimine iudico carere oportere*”⁵⁰. Plutarco, que narra o acontecimento com bastante pormenor⁵¹, cita a resposta que César deu no julgamento quando lhe perguntaram porque se tinha divorciado – “Ὅτι,” ἔφη, “τὴν ἐμὴν ἡξίου μὴδὲ ὑπονοηθῆναι”⁵² –, e esta versão parece estar mais próxima textualmente da de Oliveira Martins⁵³.

Quando, depois da morte de Cícero, a sua cabeça foi enviada a Marco António, segundo Oliveira Martins, este terá exclamado ao examiná-la: *Hunc ego notum non habui* (com a curiosa tradução “Quem te conhecer que te compre”⁵⁴). A expressão, que se encontra em Valério Máximo (9.5.4), diz todavia respeito ao senador Cesécio Rufo.

Valério Máximo volta ainda a ser citado no mesmo subcapítulo:

Catilina, perdido de amores por Aurélia Orestila, quis desposá-la e, como o filho desta se opusesse, corria que Catilina o envenenara, “acendendo na pira do filho o facho do himeneu com a mãe”, assim o conta Valério Máximo que também diz como em 651 Valério Valentino fora acusado por um poema pornográfico em que eram cantados o estupro de uma virgem e o desfloramento de um rapaz, com uma lubricidade genuinamente *realista*.⁵⁵

As referências são a 9.1.9⁵⁶ e 8.1.abs.8⁵⁷, respectivamente, mas poderia ainda mencionar-se Salústio⁵⁸ (que deverá ser, pelo menos em parte, fonte de Valério Máximo).

⁴⁹ Martins 1885: II. 228.

⁵⁰ Suet. *Caes.* 74: “porque penso que é preciso que os meus estejam tão longe da suspeita quanto do crime”.

⁵¹ *Caes.* 9-10; v. também Plu. *Cic.* 28-29.

⁵² Plu. *Caes.* 10: “Porque”, disse, ‘pensava que ela não devia estar sob qualquer suspeita’.

⁵³ A versão de Dión Cássio, em discurso indirecto, é mais genérica: τὴν γὰρ σώφρονα χρῆναι μὴ μόνον μὴδὲν ἀμαρτάνειν, ἀλλὰ μὴδ’ ἐς ὑποψίαν αἰσχροῦ ἀφικνεῖσθαι (“é necessário que uma mulher casta não só não cometa um erro, mas também não chegue a uma desonrosa suspeita”).

⁵⁴ Cf. Plu. *Cic.* 49.

⁵⁵ Martins 1885: II. 234.

⁵⁶ 9.1.9: *vesano amore Aureliae Orestillae correptus, cum unum impedimentum videret quominus nuptiis inter se iungerentur, filium suum [...], veneno sustulit protinusque ex rogo eius maritalem facem accendit ac novae maritae orbitatem suam [...] erogavit* (“tomado pelo louco amor de Aurélia Orestila, tendo visto como único impedimento que se unissem por núpcias entre si o filho dela, submeteu-o ao veneno e da pira funerária dele simultaneamente acendeu a tocha nupcial e pagou à nova esposa com a sua falta de descendência”).

⁵⁷ 8.1.abs.8: *Valeri Valentini accusatoris eius recitatum in iudicio carmen, quo puerum*

São poucas as citações em discurso directo no corpo do texto (com versão latina e eventualmente o autor em rodapé): a citação de uma frase do actor Dífilo⁵⁹ não identifica Valério Máximo (6.2.9), mas, na síntese dos ataques a Pompeio, lêem-se os seguintes episódios, com identificação sistemática da fonte em rodapé: “Um orador⁶⁰ verberava-o da tribuna e o povo aplaudia com frenesi: ‘Aclamai, cidadãos, aclamai, enquanto sois livres!’ Um dia Pompeu apareceu com uma ligadura branca na perna e Favónio disse logo: ‘Que importa o lugar onde põe o diadema?’”⁶¹ Referem-se, respectivamente, Valério Máximo 6.2.6 e 6.2.7, e as traduções são fiéis.

A insistência com que se recorre a Valério Máximo como fonte histórica é uma singularidade admirável, sobretudo em contraste com a contenção com que, para o mesmo fim, é mencionada a obra de historiadores como Tito Lívio, autor de uma obra que narra a história de Roma, com algum pormenor, desde as origens até ao triunfo de Emílio Paulo em Pidna (considerando apenas os livros completos que restam⁶²), na qual se incluem relatos de grandes acontecimentos históricos como a sedição da plebe, em 494 a. C., a segunda e a terceira guerras púnicas, entre outros. Contudo, Tito Lívio é meramente parafraseado⁶³, citado em latim sem identificação (nem de autor nem de passo⁶⁴) e, ao discorrer sobre o ambiente em que vai decorrer a corrupção de Verres, evocado nestes termos: “Tito Lívio disse que onde quer que um publicano entrava, a justiça e a liberdade fugiam logo corridas. Era que atrás dos exércitos marchava o pelotão

praetextatum et ingenuam virginem a se corruptam poetico ioco significaverat (“foi recitado em tribunal um poema do acusador dele, Valério Valentino, no qual exprimira com uma graça poética que um moço de pretexta e uma menina de condição livre haviam sido corrompidos por ele”). Sublinhe-se que a expressão “lubricidade genuinamente *realista*” parece querer traduzir *poetico ioco*.

⁵⁸ Sal. Cat. 15.2: *Postremo captus amore Aureliae Orestillae, cuius praeter formam nihil umquam bonus laudavit, quod ea nubere illi dubitabat timens privignum adulta aetate, pro certo creditur necato filio vacuum domum scelestis nuptiis fecisse* (“Por fim, cativo pelo amor de Aurélia Orestila, de quem jamais alguém honesto louvou senão a beleza, porque ela hesitava em casar-se, temendo um enteado de idade adulta, crê-se por certo que, morto o filho, deixou a casa vazia para as criminosas núpcias”).

⁵⁹ “São as nossas desgraças que o tornam grande” (*Miseria nostra magnus est*) (Martins 1885: II. 258).

⁶⁰ O orador mencionado era o próprio cônsul.

⁶¹ Martins 1885: II. 272.

⁶² Recorde-se que estão igualmente em falta os livros que contavam a história dos anos 293 a 219 a. C., incluindo, portanto, a guerra contra Pirro, a conquista de Tarento e a primeira guerra púnica.

⁶³ A formulação “O cônsul, interrogando no silêncio da noite (*oriens nocte silentio*) o segredo dos agouros indica o ditador (*dicit dictatorem*); o ditador escolhe o mestre da cavalaria (*magister equitum*) dando-lhe poderes de cônsul, e goza de uma autoridade absoluta e irresponsável” (Martins 1885: I. 58) é uma paráfrase de Liv. 8.23.15.

⁶⁴ Martins 1885: I. 156; a expressão *delecta manus imperatoris* encontra-se em Liv. 2.20.5.

dos homens de negócio caindo como vampiros sobre as populações, explorando-as como uma ciência certa”⁶⁵.

Igualmente motivo de admiração é a referência a Tácito numa obra que nada diz acerca da época sobre a qual este historiador escreveu, isto é, a partir da morte de Augusto⁶⁶. O autor do início do século II da nossa era, além de lograr de Oliveira Martins um elogio ético ao compará-lo a Catão, é merecedor de uma citação:

Os povos enfeixados pelo cesarismo sob o mando de um império protector respiraram afinal da tirania republicana. Di-lo o próprio Tácito, por cuja pena falava ainda o espírito de Catão, quando nos afirma que “enquanto às províncias a nova ordem de cousas estava longe de lhes desagradar: o governo do senado e do povo tinha-lhes pesado assaz, com a rivalidade dos grandes e a cobiça dos magistrados; as leis da república nunca as tinha protegido, impotentes como eram contra o dinheiro, contra as brigas, contra o despotismo”. Nunca mais nas províncias houve sedições; as alterações posteriores são apenas pronunciamentos militares. Nunca mais os povos buliram⁶⁷.

Citam-se os *Annales*⁶⁸, em contexto da aceitação geral do regime imperial imposto por Augusto; na *História da República Romana*, no entanto, as afirmações que as palavras de Tácito sustentam dizem respeito à política de Júlio César.

Autor de biografias da maior parte das personalidades mencionadas na *História da República Romana*, seria de esperar que Plutarco fosse referido como autoridade em diversos momentos da obra de Oliveira Martins. Além de uma referência sem menção da obra⁶⁹, existem citações únicas da *Vida de Camilo*⁷⁰,

⁶⁵ Martins 1885: II. 180.

⁶⁶ Lamentavelmente, a “Biblioteca das Ciências Sociais” foi descontinuada antes de se publicar o volume da *História do Império Romano*, anunciado desde cedo na colecção, pois o subsídio de Tácito para a composição de tal obra seria hoje um excelente tema de estudo.

⁶⁷ Martins 1885: II. 372. Numa outra situação, apresenta-se a *damnatio memoriae* dos Gracos – “a memória dos tribunos proscrita, e sua mãe, chorosa, proibida de deitar luto” –, a que se acrescenta uma observação ética que faz lembrar Tácito: “eis aí a sentença do Senado que, não contente com vencer no presente, queria governar o futuro, para sempre, condenando a memória dos heróis” (Martins 1885: II. 31); cf. Tac. *Ann.* 4.35: *quo magis socordiam eorum inridere libet qui praesenti potentia credunt extingui posse etiam sequentis aevi memoriam* (a propósito do caso de Cremúcio Cordo).

⁶⁸ *Ann.* 1.2. Oliveira Martins não recorre à tradução de José António Canuto de Forjô (1821) nem à de José Liberato Freire de Carvalho (1830).

⁶⁹ Martins 1885: I. 72.

⁷⁰ “Camilo via que o cerco de Faleros (358) duraria largo tempo, mas agradava-lhe ter os romanos fora da cidade a fim de lhes tirar a ocasião dessas revoltas em que eles se empenhavam durante a paz, à voz dos seus demagogos. Pois era esse o remédio que empregavam quasi

da *Vida de Crasso*⁷¹ e da *Vida de Bruto*. Esta última é a que recebe o tratamento retórico mais interessante: nas vésperas de Filipos, Bruto começa a sentir remorsos por causa do assassinio de César e a ter sonhos e visões: “O fantasma que lhe aparecera logo em seguida ao assassinato de César tornou a visitá-lo. [...] De manhã, aterrado, contou a visão a Cássio, que lhe respondeu serem ilusões dos sentidos, recomendando-lhe que não tivesse medo”⁷² – esta resposta de Cássio é um resumo de Plutarco, que Oliveira Martins cita em rodapé⁷³, depois de fazer uma observação em que sublinha que tais palavras são “dignas de qualquer psicólogo contemporâneo” e testemunhas “do estado de lucidez a que o espírito humano tinha chegado antes da Idade Média”⁷⁴.

Por seu turno, Suetónio é um escritor muitas vezes mencionado e textualmente citado nos capítulos de que Júlio César é, pode dizer-se, protagonista. Da obra do biógrafo dos Césares, aproveitam-se sobretudo ditos célebres, por vezes citados, sem espanto, em contextos diferentes daqueles em que as fontes antigas os colocam. Um exemplo é o da reacção de Júlio César ao facto de os seus soldados andarem perfumados; em Oliveira Martins tal surge antes da narrativa da guerra contra Vercingétorix, como descrição do ambiente dos acampamentos de Inverno do general, que “trazia todos [os soldados que recebia na tenda] contentes: dava-lhes dinheiro quanto queriam, dava-lhes armaduras riquíssimas, e quando algum veterano cabeçudo lhe objectava o mal de os rapazes se perfumarem tanto, César retorquia ‘que importa que se perfumem, se se batem bem?’”⁷⁵ Em Suetónio, a circunstância é outra, sem veteranos cabeçudos como sujeito das objecções: *Ac nonnumquam post magnam pugnam atque victoriam remisso officiorum munere licentiam omnem passim lasciviendi permittebat, iactare solitus milites suos etiam unguentatos bene pugnare posse*⁷⁶.

sempre os patrícios, quais médicos hábeis, para purgarem o corpo político dos humores viciosos que lhe perturbavam a economia” (Martins 1885: I. 119) é citado de Plu. *Cam.* 9.2.

⁷¹ “Era o exército do general Surena, apresentando aos romanos a sua frente de cavaleiros couraçados de ferro ‘como as víboras e citalas’, diz Plutarco, ‘célebres pelo seu exterior terrível, mas cujo ventre só tem podridão e venenos’” (Martins 1885: II. 309); a referência diz respeito a Plu. *Crass.* 32.4.

⁷² Martins 1885: II. 433.

⁷³ Cito um pouco desta versão de Plutarco: “Nem sempre sentimos ou vemos realmente o que acreditamos ver e sentir, pois os nossos sentidos, abertos a todas as impressões, são enganadores e a nossa imaginação, mais móbil ainda, excita-os sem cessar e imprime-lhes uma soma d’ideias que nunca existiram... Disto são testemunho as diversas imagens que se nos apresentam em sonhos durante o sono: a imaginação excita-as com o mais leve movimento; depois faz-lhes tomar toda a sorte de feições ou figuras fantásticas...” (Martins 1885: II. 433-434).

⁷⁴ Martins 1885: II. 433.

⁷⁵ Martins 1885: II. 300.

⁷⁶ Suet. *Caes.* 67: “Por vezes, após uma grande batalha e uma vitória, desobrigando os seus homens de todo o serviço, deixava-os, inteiramente livres, dispersar-se a abandonar-se

Também para descrever diversos acontecimentos que testemunham a sátira anônima feita a decisões políticas (como a admissão de Gauleses no senado⁷⁷) e à conduta sexual (tanto a protagonizar adultérios⁷⁸ mas também a ter relações homossexuais⁷⁹) de Júlio César, Oliveira Martins socorre-se amiudamente de Suetônio, que é citado em tradução (com o latim em rodapé). De igual modo, a mesma fonte é convocada para referir tentativas anônimas de despertar Bruto para a liderança da resistência à ascensão de César⁸⁰.

Contudo, o episódio da insurreição das legiões que se recusavam a partir para a campanha em África (em 47 a. C.) encontra-se cheio de pormenores (incluindo descrição de movimentos, gestos e diálogos). Embora não sejam referenciadas fontes historiográficas antigas, Oliveira Martins produz uma narrativa⁸¹ (a que não faltam considerações sobre a psicologia de Júlio César moti-

aos prazeres, pois costumava dizer ‘que os seus soldados, mesmo perfumados, sabiam bater-se’” (tradução de João Gaspar Simões).

⁷⁷ “Corriam no ar as cantigas: ‘César trouxe os gauleses à Cúria: despiram as bragas para sobraçar o laticlávio’” (Martins 1885: II. 361-362) é baseado em “cantava-se por toda a parte: / Depois de ter triunfado dos gauleses, César abre-lhes a cúria / Os gauleses largaram os cueiros, para vestirem o laticlave” (Suet. *Caes.* 80, tradução de João Gaspar Simões); “os pasquins diziam: ‘Aviso. Recomenda-se que ninguém ensine aos senadores novos o caminho da Cúria’” (Martins 1885: II. 362) remete para “Salve a todos! Roga-se que ninguém indique ao novo senador o caminho da cúria” (Suet. *Caes.* 80, tradução de João Gaspar Simões).

⁷⁸ A informação de que “Havia pasquins pelas esquinas. ‘Cuidado com as esposas, cidadãos: trazemos connosco o calvo galanteador que pagou com o vosso dinheiro as suas tropelias gaulesas’” (Martins 1885: II. 375) tem como fonte “Ao que parece, nem mesmo respeitou o tálamo das mulheres dos provinciais, como o faz crer, por exemplo, esse dístico, igualmente entoado pelos seus soldados durante o triunfo das Gálias: / Cidadãos, cuidado com as vossas mulheres: aqui vai o calvo adúltero. / O ouro que na Gália despendestes em folias, a Roma o viestes buscar” (Suet. *Caes.* 51, tradução de João Gaspar Simões).

⁷⁹ A partir de “durante o triunfo das Gálias, entre os versos satíricos que os seus soldados, como de costume, cantaram à volta do carro do vencedor, entoaram, mesmo, estes, muito conhecidos: / César submeteu as Gálias, Nicomedes submeteu César, / Eis que hoje César triunfa, por ter submetido as Gálias, / Mas não triunfa Nicomedes por ter submetido César” (Suet. *Caes.* 49, tradução de João Gaspar Simões), Oliveira Martins escreve: “e os soldados alegres cantavam em coplas grotescas e obscenas como César conquistara as Gálias, depois de Nicomédio o conquistar a ele, e como César triunfava e Nicomédio não” (Martins 1885: II. 375).

⁸⁰ “Uma manhã no Foro apareceu a estátua do Bruto antigo com esta legenda: ‘Fosses tu vivo!’ e a estátua de César com esta outra: ‘Bruto, o que acabou com os reis, foi o primeiro cônsul; este que acabou com os cônsules é o último rei’” (Martins 1885: II. 408) tem por base “Houve quem inscrevesse por baixo da estátua de Lúcio Bruto: ‘Ah! Se tu fosses vivo!’ e por baixo da do próprio César: / Bruto, por ter expulso os reis, foi o primeiro a ser cônsul; / César, por ter expulso os cônsules, é o último a ser rei” (Suet. *Caes.* 80, tradução de João Gaspar Simões).

⁸¹ Imediatamente antes, declara-se que “Mandou [César] Salústio (o historiador) de Roma à Campânia com vários senadores para convencerem as legiões; mas elas insultaram o emissário, mataram alguns dos senadores, e marcharam para Roma a reclamar de César

vadas pela sua própria interpretação⁸²) aparentemente mais conforme Apiano do que Suetónio: Júlio César “perguntou às legiões o que queriam. ‘As baixas!’ clamaram a uma voz muitos mil soldados. Ele então disse-lhes com desprezo que as tinham já e teriam tudo, absolutamente tudo o que lhes prometera – mas no dia do seu triunfo... com outras tropas!”⁸³.

O momento climático do episódio acontece quando os soldados são chamados *quirites* – que Oliveira Martins traduz e interpreta como “burgueses, com desdém”⁸⁴ –, pois a seguir os soldados pedem desculpa, repondo a disponibilidade para a campanha militar no território onde estava a mobilizar-se a resistência senatorial ao poder de César. Suetónio afirmara que, ao dirigir-se às legiões, o general “não lhes chamava ‘soldados’, mas nome bem mais lisonjeiro: ‘companheiros de armas’”⁸⁵, em nítido contraste com o que, ao descrever este levantamento, o mesmo biógrafo refere acerca do discurso de Júlio César: “não hesitou em apresentar-se diante deles, [...] licenciando-os; mas bastou-lhe uma palavra – chamou-lhes ‘quirites’ em vez de ‘soldados’ – para os vergar”⁸⁶. Oliveira Martins entende o vocativo da mesma forma, pois deduz que “o nome de cidadão é uma ofensa”⁸⁷.

Apiano, por seu lado, acrescenta que a estratégia retórica era “sinal de que tinham sido libertados do serviço e eram cidadãos privados”⁸⁸. O mesmo his-

as baixas e as terras prometidas” (Martins 1885: II. 349). Díon Cássio (42.52) refere que os soldados “quase mataram Salústio, que fora nomeado pretor”, e que acabariam por matar dois senadores.

⁸² A propósito deste levantamento militar afirma-se que “O general não perdeu o ânimo: para cada crise inventava um expediente novo; era um grande psicólogo e por igual sabia o meio de torcer um homem, de vencer um obstáculo e de dominar uma multidão impondo-se-lhe com a arte de actor consumado de que dera provas em Ravena ao começar a guerra” (Martins 1885: II. 348). Noutros momentos, é evidente a incisão nos pensamentos da personagem: “César pensativo, de pé, com o punho cerrado contra os lábios e a testa toda em rugas, cismava... Depois, num gesto de decisão, dando um passo violento, dizia consigo: ‘Assim o quiseram, assim o tiveram... Era impossível deixar de realizar os meus planos, porque um visionário [Catão] e um vaidoso [Pompeio] se lhes opunham... Os meus planos são grandiosos, são nobres, são excelentes...’” (Martins 1885: II. 359). Esta última citação, depois da batalha de Farsalo, encontra paralelo em Suetónio: “Assim o quiseram: após tão grandes feitos eu, Caio César, teria sido condenado, se não pedisse socorro ao meu exército” (Caes. 30, tradução de João Gaspar Simões); cf. Plutarco, *Vida de César*, 46.

⁸³ Martins 1885: II. 349. Esta afirmação em App. BC 2.93.

⁸⁴ Martins 1885: II. 349.

⁸⁵ Suet. Caes. 67 (tradução de João Gaspar Simões).

⁸⁶ Suet. Caes. 70 (tradução de João Gaspar Simões); cf. Luc. 5.357 e Tac. Ann. 1.42.

⁸⁷ Martins 1885: II. 349. Díon Cássio (42.53) considera que “quirites” foi um termo vexatório e humilhante ao ser dirigido aos militares.

⁸⁸ BC 2.93; Díon Cássio (42.53) cita a frase integrando o vocativo logo no início da resposta de Júlio César aos soldados (“falais correctamente, Quirites”), a quem se dirige “como se não tivesse necessidade deles”.

toriador amplia os pormenores destes acontecimentos (à reconciliação seguiu-se ainda um debate sobre o castigo a aplicar à rebeldia e acerca do modo de recompensar o sucesso militar em África⁸⁹), enquanto Suetónio afirma mais resumidamente: “espontaneamente o seguiram à África”⁹⁰. Oliveira Martins também se aproxima de Apiano e de Díon Cássio⁹¹, ao mencionar que César “disse-lhes que lhes daria terras a todos sem faltar um só, ‘e se as do Estado não chegarem, acrescentava no meio das aclamações delirantes da tropa, comprá-las-ei do meu bolso’”⁹².

“Assim acabou a insurreição”, conclui Oliveira Martins. O exército partiu para África e, depois de enfrentar uma tempestade, César “Ao pôr pé em terra tropeçou e caiu: fatal presságio para os soldados, mas não para ele que era, além de ateu, céptico; e para destruir a impressão, levantando-se, com um punhado de areia nas mãos, disse alto para que os soldados ouvissem. ‘Apanhei-te, África!’ Na tropa nasceu uma alma nova”⁹³. Este pormenor é documentado por Suetónio, reportado noutro lugar da biografia, testemunhando:

*Ne religione quidem ulla a quoquam incepto absterritus umquam vel retardatus est. Cum immolanti aufugisset hostia, projectionem adversus Scipionem et Iubam non distulit. Prolapsus etiam in egressu navis verso ad melius omine: “teneo te”, inquit, “Africa”.*⁹⁴

Nunca escrúpulo religioso o levou a abandonar ou a retardar qualquer dos seus empreendimentos. Embora a vítima escapasse das mãos do imolador no momento de ser imolada, nem por isso desistiu da expedição contra Cipião e Juba. Mais ainda, tendo caído, ao desembarcar, aproveitou o presságio em seu favor e disse: “África, és minha”.

Seguir-se-ia, assim, a batalha de Tapso, depois da qual Catão se viria a suicidar. Sem nomear qualquer fonte na descrição deste acto, é evidente que Oliveira Martins, admirador do estóico, investiu admiravelmente no tratamento retórico do momento que assinalou, mais do que simbolicamente, o fim da República Romana. Da Antiguidade, restam versões de Séneca⁹⁵ e de Plutarco⁹⁶, a que Oliveira Martins acrescenta pormenores e uma interpretação que se ade-

⁸⁹ BC 2.94.

⁹⁰ Suet. *Caes.* 70 (tradução de João Gaspar Simões).

⁹¹ BC 2.94 e D.C. 42.54, respectivamente.

⁹² Martins 1885: II. 349.

⁹³ Martins 1885: II. 349.

⁹⁴ Suet. *Caes.* 58 (tradução de João Gaspar Simões).

⁹⁵ *Ep.* 24

⁹⁶ *Cat. Mi.* 68.

qua à ideia geral que ele faz de Catão, como se lê, por exemplo, no instante da morte, que culmina em apoteose:

Não morreu logo. Com a espada cravada no ventre caiu jorrando sangue. Os intestinos saíam-lhe da ferida aberta, e por terra, com um olhar de uma beatitude extrema, vivo ainda mas sem fala, jazia num charco de sangue quando os amigos chegaram com um médico para coser a ferida. Os olhos de Catão fuzilaram e deitando as mãos ao ventre, segurando com força os dois lábios da chaga, abriu-a, rasgou-a, mostrando a nu as entranhas. Assim morreu. César podia agora levar-lhe o cadáver – a alma não, que se o seu poder dominava os homens e o mundo, não dominava porém o céu. De asas abertas Catão voava para lá...⁹⁷

Ao mesmo tempo que Júlio César assume grande protagonismo na *História da República Romana*, a sua obra (e em exclusivo a *Guerra das Gálias*) é citada explicitamente apenas duas vezes. Dir-se-ia, além disso, que as menções feitas servem para ilustrar aspectos secundários: numa primeira ocorrência, quando os gauleses suplicam, em lágrimas, aos pés de César que este os salve das invasões de povos do norte⁹⁸; na segunda, começando a falar-se de Vercingétorix, unicamente para reescrever em latim o que estava parafraseado no corpo do texto⁹⁹.

Tendo vivido entre 106 e 43 a. C., autor de dezenas de discursos jurídicos e de uma volumosa correspondência privada, o testemunho de Cícero – como César, contemporâneo dos acontecimentos (e protagonista de alguns, como as acusações de Verres e de Catilina¹⁰⁰) que conduziriam ao fim da República – é fundamental para recuperar inúmeras informações históricas válidas para descrever e compreender a época de que trata a obra de Oliveira Martins. Com efeito, Cícero é um dos escritores a que se recorre com maior instância, mas a relação entre a sua obra e a *História da República Romana* é um aspecto muito interessante pela tensão que evoca: ao mesmo tempo que os textos do orador contêm informações históricas cujo conhecimento não é desprezível, é evidente que Oliveira Martins não oculta a sua antipatia por Cícero, avaliado como literato, também adjectivado de “dispéptico”, “cobarde e céptico”¹⁰¹, “inchado com o vento mole da vaidade”¹⁰², “homem a quem os discursos davam sempre o que

⁹⁷ Martins 1885: II. 356.

⁹⁸ Martins 1885: II. 291, com referência a 58 a. C., cita *Gal.* 1.31.

⁹⁹ A referência em Martins (1885: II. 301) reporta-se a *Gal.* 7.4, e respeita a 52 a. C.

¹⁰⁰ É possível que Oliveira Martins tenha utilizado as *Verrinas* ou as *Catilinárias* para escrever a história destes famigerados casos, mas Cícero não é citado (nem Salústio, como já se disse).

¹⁰¹ Martins 1885 II: 252.

¹⁰² Id.: II. 255; cf. Id.: II. 406.

à francesa se chama *succesos d'estima*; criatura do partido ordeiro, oscilante em permanência da direita para a esquerda”, alguém que “Via tudo com os olhos de dileitante, de *amador* e de artista, sem penetrar o fundo íntimo das cousas, nem o seu valor filosófico”, “vulgarizador eloquente mas impessoal da filosofia grega, era um destes indivíduos que [...] gozam de um grande nome, de uma voga enorme, em quem todos falam, que todos lêem, mas cuja acção no espírito colectivo não é penetrante porque não possuem uma energia de pensamento”¹⁰³, “catavento político”¹⁰⁴ que “ora fazia a corte a Pompeu, ora aos democratas: [...] amigo das boas-letras, ouvindo-se falar com delícia, entusiasta da própria eloquência sem contudo a tomar completamente a sério”¹⁰⁵.

É este ponto de vista ético-político – decorrente de um julgamento moral do orador, pelo contraste entre as afirmações produzidas em diversos momentos da vida, ou posições públicas (nos discursos), e algumas confissões privadas (na correspondência) – que se expande para a apreciação dos escritos ciceronianos, como se percebe quando Oliveira Martins faz um elogio de Júlio César (abertamente admirado): “Falava bem, num tom singelo e despretenso, naturalmente, sem retórica mas com aticismo. Escrevia melhor. Sabia o que se sabia no seu tempo, sem afectação de pedantismo escolar, nem efeitos artificiais de estilo, como Cícero”¹⁰⁶. No entanto, seja para o insultar ou para dar o panorama de uma época, a verdade é que Oliveira Martins diversas vezes menciona Cícero, cuja obra é sujeita a um escrutínio moral de que o orador nunca sai favorecido¹⁰⁷. Para provar supostos inconvenientes da personalidade, misturam-se textos que não se relacionam entre si, nem sequer estão ligados às circunstâncias da forma que Oliveira Martins as relata, como se verifica no trecho seguinte:

Cícero via-se um herói e ameaçava estalar de vaidade. Davam-lhe o título de Pai-da-Pátria, e ele, convicto, respondia “Afortunada Roma que nasceste sob o meu consulado!” [...] Comparava-se com Pompeu e achava-se maior ainda: “Cede a fama das armas perante a da toga e murchem os louros diante da eloquência!”¹⁰⁸

¹⁰³ Id.: II. 246-247.

¹⁰⁴ Id.: II. 247.

¹⁰⁵ Ibid. Algumas destas afirmações serão repetidas em citações que farei adiante.

¹⁰⁶ Id.: II. 261-262.

¹⁰⁷ Cf. Id.: II. 222-223, 248, 276.

¹⁰⁸ Martins 1885: II. 252; cf. id.: II. 248: “Sentia-se grande, importante, cheio de si e da sua vaidade, como todo aquele que no íntimo tem a consciência de exercer um papel superior às suas forças. Despedia farpas contra todos, escrevia cartas sem cessar, falando sempre de si, verberando pelas costas muitos a quem chamava amigos, com uma perfídia genuinamente literata, e esse azedume crónico da gente fina quando sofre do estômago”.

Enquanto a segunda citação, aparente também em Plutarco¹⁰⁹, surge no *De Officiis*, 1.77, o primeiro verso citado, testemunho de uma fraca veia poética e reduzido sentido de humildade, é transmitido por Juvenal, que, todavia, o eleva acima das *Filípicas*, louvando de preferência o sentido anedótico e humorístico que o verso comporta:

*eloquio sed uterque perit orator, utrumque
largus et exundans leto dedit ingenii fons.
ingenio manus est et cervix caesa, nec umquam
sanguine causidici maduerunt rostra pusilli.
“o fortunatam natam me consule Romam”:
Antoni gladios potuit contemnere si sic
omnia dixisset. ridenda poemata malo
quam te, conspicuae divina Philippica famae [...]*¹¹⁰

Ambos os oradores pereceram por causa da eloquência. A abundante e transbordante fonte do talento deu-os ambos à morte. O talento tem a mão e a cerviz decepada, e nunca os rostros estiveram embebidos com o sangue de fracos advogados. “Ó bem-aventurada Roma, nascida durante o meu consulado”: Poderia rir dos gládios de Antônio se tivesse declamado tudo desta forma. Prefiro os versos ridículos a ti, divina Filípica, de notável fama.

A grandeza que Juvenal atribui a Cícero (e a Demóstenes) nunca é reconhecida por Oliveira Martins.

Um fenómeno comum às outras referências bibliográficas antigas até agora estudadas é a ausência de menção do passo, como quando Oliveira Martins afirma: “Cícero contava que ele frequentemente repetia os versos de Eurípides que dizem: ‘Se para reinar é necessário violar o direito, faça-se; mas como regra respeite-se a justiça’”¹¹¹, palavras que se encontram no *De Officiis*, 3.82¹¹².

Uma citação mais extensa permite também compreender o valor da tradução de Oliveira Martins, cheia de pitoresco:

Durou-lhe esta embriaguez até que Pompeio voltou; mas assim que o general pôs pé em Roma (693) precipitou-se, e numa carta ao seu Ático contava-lhe como fora essa cena: “Quando a minha vez chegou, ó céus, como eu me lancei! Que prazer tive em me encher de elogios diante de Pompeu que ainda me não tinha ouvido gabar o meu consulado! Foi então que desenrolei os períodos, os entimemas, as metáforas, e toda a retórica! Não falava, gritava. Eram as

¹⁰⁹ Plu. *Cic.* 51.1.

¹¹⁰ Juv. 10.118-125.

¹¹¹ Martins 1885: II. 270.

¹¹² A referência é a E. *Ph.* 524; cf. Suet. *Caes.* 30.7

minhas frases ordinárias: a sabedoria do senado, a boa-vontade dos cavaleiros, a união de toda a Itália, os restos da conspiração esmagados, a restauração da paz e da abundância, etc. Bem sabes que música eu toco sempre que firo este instrumento.”¹¹³

Trata-se de uma citação da carta que Cícero escrevera a Ático em Fevereiro de 61 a. C.¹¹⁴, utilizada para confirmar a ideia que atrás se esboçou sobre a personalidade do orador:

Está aqui o homem inteiro: vaidoso e ao mesmo tempo céptico, artista que no fundo ri da própria arte. Sem a ingenuidade balofa de um Pompeu, sem o pensamento firme de um César, sem o desvairamento de um Catilina, Cícero, o que venceu Catilina, César e Crasso, por um acaso da sorte e pela força frequente dos homens vão numa sociedade também vazia, tinha de rojar-se aos pés de Pompeu fazendo-lhe a corte, havia de rojar-se aos pés de César vendendo-se-lhe. O seu dia fora o de Catilina; esse era o seu homem, o seu tema e a sua glória: “Bem sabes que música eu toco sempre que firo este instrumento!”¹¹⁵

Por vezes (porventura a maioria), não se dá indicações da obra citada. Ao falar do senador Vatínio e da “sua fúria colérica”, Oliveira Martins escreve:

É Cícero quem o conta; é ele quem nos diz como a multidão, de fora, comentava as discussões secretas com tantas vaias e tais ameaças que os senadores fugiam assustados. É ele que conta como no foro o pau se tornara o argumento por excelência, e como as eleições do campo de Marte eram verdadeiras batalhas. [...] Havia cercos e assaltos, e deitar fogo às casas dos competidores tornara-se um episódio habitual. “O Tibre”, dizia Cícero, “corria cheio de cadáveres de cidadãos, e era necessário limpar com esponjas o sangue que alagava o Foro”¹¹⁶.

A paráfrase e citação provêm de *Pro Sestio* (75-77); no entanto, o contexto é diferente, pois no texto de Cícero trata-se de defender Séstio, acusado de ter responsabilidade na violência praticada no fórum, não havendo menção de Vatínio no discurso.

Estes casos de citação¹¹⁷, acompanhados do latim em rodapé, são facilmente identificados, assim como acontece com algumas citações fora de contexto.

¹¹³ Martins 1885: II. 253.

¹¹⁴ *Att.* 1.14.4.

¹¹⁵ Martins 1885: II. 253-254.

¹¹⁶ Martins 1885: II. 238-239.

¹¹⁷ E outros como Martins 1885: II 257, que cita *Att.* 1.14.1; Martins 1885: II. 278 refere *Att.* 4.5.3 e *Off.* 3.108; ou Martins 1885: II. 278-279, que cita *Att.* 12.52.3.

Um exemplo curioso surge no fim deste passo: “Ao acampamento de Pompeu acolhiam-se todos os senadores fugidos à pressa de Roma, pálidos, tremendo disfarçados em trajes de escravos; e o general trovejava batendo o pé à espera das legiões, ejaculando frases de um desprezo olímpico por *esse homem*, ameaçando com a sua ira os que se não declarassem terminantemente”¹¹⁸. O texto em itálico cita as *Epistulae ad Atticum* (7.8.4¹¹⁹), mas na nota de rodapé que se encontra em “terminantemente” pode ler-se: *Qui non est mecum, contra me esto*¹²⁰. É pelo menos bizarro que se use uma citação bíblica (*Mt* 12, 30; cf. *Lc* 11, 23) plenamente fora de contexto, além de anacrónica.

Por último, mencionem-se citações mal identificadas¹²¹ – uma referida como sendo de *Pro C. Rabirio* e outra de uma carta a Ático: “*Omnes vias pecuniae norunt*, dizia Cícero na defesa de Rabírio, audaz entre todos”¹²²; “Quando chegará a nossa vez?” escrevia a Ático, esfregando as mãos por ver Pompeu tanto em baixo”¹²³. Na verdade, as duas citações provêm de *Ad Quintum Fratrem*¹²⁴. E, quando afirma que Cícero “Foi para onde a retórica o mandava ir, e numa expansão de franqueza confessava a Ático: “Tememos demasiado, acredita o que te digo, a morte, o exílio e a pobreza”¹²⁵, Oliveira Martins está a citar *Ad Brutum* (1.17.4).

Antes de dar por concluído este itinerário sobre os textos antigos chamados à colação por Oliveira Martins na *História da República Romana*, indiquem-se menções únicas de Dionísio de Halicarnasso¹²⁶ sobre a política aglutinadora de Rómulo¹²⁷, de Pompeio Festo para ilustrar combates de gladiadores¹²⁸, de

¹¹⁸ Martins 1885: II. 323.

¹¹⁹ Nas edições modernas, a expressão é *vehementer hominem contemnebat*; Martins 1885: II. 323 escreve em rodapé “*Vehementer contemnebat hunc hominem*” (realce do original).

¹²⁰ Como se disse atrás, as citações latinas na *História da República Romana* têm muitos erros. Neste caso, a citação deveria terminar com o indicativo *est*.

¹²¹ Eventualmente, por lapso ou troca de fichas de leitura.

¹²² Martins 1885: II. 182.

¹²³ Martins 1885: II. 267-268.

¹²⁴ A primeira encontra-se em 1.1.5 e a segunda em 3.1.12.

¹²⁵ Martins 1885: II. 325.

¹²⁶ Chamado Dins d’Halicarnássio, denunciando fonte francesa (Denys d’Halicarnasse).

¹²⁷ “A terceira das instituições de Rómulo, a meu ver a mais importante, diz Dinis de Halicarnássio, e o seguro fundamento da liberdade de Roma, é a que proibira trucidar os homens válidos dos povos conquistados ou escravizá-los e transformar em pastagens as suas terras [...], ordenando que em vez disso, a umas se enviassem cidadãos de Roma os quais dividiam em lotes parte do território, tornando assim as cidades vencidas em colónias romanas; ao passo que a outras mandava dar o foro de cidade romana’. / Estas palavras do grego mostram o movimento de endomose e exomose por via do qual Roma efectuou a assimilação do Lácio” (Martins 1885: I. 118). A citação traduz Dionísio de Halicarnasso, *Antiquitates Romanae*, 2.16.1.

¹²⁸ “O retiário perseguindo-o, enredando-o, vibrava-lhe insultos, ironias, que o povo celebrava com aplausos: ‘Não te quero a ti, quero o peixe!... Porque me foges, ó gaulês?’

Plínio-o-Velho pelo uso da expressão “imensa majestade da paz romana”¹²⁹ e de Políbio, que, descrevendo os grupos etários do exército romano, é citado em latim¹³⁰. Para lá destes autores, há a registar os raros testemunhos poéticos que são também usados como fonte historiográfica, sendo identificados Horácio¹³¹, Propércio¹³², Virgílio¹³³ e Catulo¹³⁴. Sobre o último, considere-se a simpatia com que Oliveira Martins faz uso da poesia para delinear um estilo de vida galante no tempo de César:

Catulo, o poeta que não adulava ninguém, nem estendia a mão pedindo esmola [...], arruinado pela vida dissipada que levou com Clódia, a ex-amante de Célio “achando no bolso teias d’aranha em vez de dinheiro”; Catulo [...] deixava-se ir à toa na corrente da devassidão, afundando-se nela, mas rindo-se e conhecendo-a:

“Vivamos! amemos! minha Lésbia, rindo-nos das caturrices dos velhos severos e graves. Morre o sol para renascer; mas nós, quando se nos apaga a nossa vida breve, deitamo-nos a dormir um sono eterno de que se não desperta... Dá-me tu mil beijos, depois cem, depois mil, mais cem ainda, por cima outros mil, e no fim um cento... E quando nos tivermos abraçado um ao outro muitas mil vezes, baralhemos a conta para esquecermos o número e para que os ciumentos não tenham um pretexto de nos invejar quando souberem os beijos que trocámos...”¹³⁵

As citações reportam-se aos poemas 13¹³⁶ e 5 (respectivamente) e dão um bom prisma da qualidade de tradutor Oliveira Martins.

O povo estrebuchava!” (Martins 1885: II. 167). Em nota de rodapé surge a citação latina das falas em discurso directo, provenientes de Pompeio Festo (285M.), cuja fonte não se indica.

¹²⁹ *Nat. Hist.* 27.1: *immensa Romanae pacis maiestate*.

¹³⁰ Martins 1885: I. 155. Dando indicação de que se trata de Políbio não se identifica o passo (6.21).

¹³¹ “Horácio diz: ‘Em Roma não se conheceu durante séculos outro prazer nem outro divertimento que não fosse o abrir a porta ao romper do dia, explicar a lei aos clientes, e empregar rendosamente os dinheiros em empréstimos com bons penhores. Inquiria-se dos velhos e ensinava-se aos moços a arte de engrossar as economias e de fugir às loucuras ruinosas’” (Martins 1885: I. 24-25). A citação é de *Epist.* 2.1.103-107: *Romae dulce diu fuit et sollemne reclusa / mane domo vigilare, clienti promere iura, / cautos nominibus rectis expendere nummos, / maiores audire, minori dicere per quae / crescere res posset, minui damnosa libido*. A tradução não é de António Luís de Seabra (1846).

¹³² Prop. 4.1.13 citado em rodapé em Martins 1885: I. 60.

¹³³ Verg. A. 8.685-695 citado apenas em latim em Martins 1885: II. 447.

¹³⁴ Há ainda uma referência a Pacúvio, mas num contexto diverso daquele que aqui se analisa (Martins 1885: II. 418).

¹³⁵ O poema é citado em latim no rodapé; Martins 1885: II. 229-230.

¹³⁶ Catul. 13.7-8: *nam tui Catulli / plenus sacculus est araneorum*.

O cenário que acabou de se descrever revela que, embora o autor tenha informado o leitor de que a *História da República Romana* foi escrita com base na historiografia mais recente, esse contributo permanece latente, sendo apenas reveladas fontes da Antiguidade. Este estudo problematizou semelhante método, realçando que a obra de historiadores tem uma utilização bastante acessória na *História da República Romana*, ao mesmo tempo que outros autores da Antiguidade merecem mais insistentemente referência (como Valério Máximo, Suetónio, César, Cícero, passando por Séneca, Catulo, Virgílio e Propércio), sugerindo o recurso a estas fontes uma forma de manipulação ou distorção dos contextos originais. Este desequilíbrio nas referências das fontes é, nos dias de hoje, a maior fragilidade da *História da República Romana*, que só com uma significativa desconstracção do rigor que uma obra desta natureza impõe, se poderá considerar “uma peça da cultura europeia”¹³⁷, pelo menos seguindo os actuais padrões científicos.

As críticas que têm sido expostas ao longo destas páginas são comuns a algumas considerações que, no seu tempo, fizeram Antero de Quental¹³⁸, Lobo de Moura¹³⁹ ou Eça de Queirós. Na correspondência deste encontram-se, aliás, algumas observações que descrevem com pertinência o trabalho de Oliveira Martins enquanto historiador¹⁴⁰ – e que constituem, provavelmente, o que com melhor intuição e acuidade se tem dito sobre ele: numa carta escrita em Paris a 23 de Julho de 1891, Eça de Queirós fala d’*Os Filhos de D. João I* como “reconstrução do sentir passado, como *arte*, e como insuflação de vida a esse punhado de pó seco de que se compõe as nossas crónicas. *Recriaste* homens [...]! O teu D. Pedro, o teu D. Duarte são *criações* superiores. Eram assim? Se eram, bendita seja a tua arte de ressuscitar! Se não eram, honra à alma nobre que pôde *inventar* tais almas”¹⁴¹. A 26 de Abril de 1894, acerca d’*A Vida de Nun’Álvares*, o

¹³⁷ Martins 2003: 51.

¹³⁸ Antero tinha sugerido em 1880 correcções a obras como *História da Civilização Ibérica* (Quental 2009: II. 226-227).

¹³⁹ João Lobo de Moura enviara a Oliveira Martins uma lista de erros e problemas na *História de Portugal* (Moura 2002: 50, 54, 58-66, 68-75), obra acerca da qual demonstra muitas reservas. Sobre a *História da República Romana*, afirma: “O 1.º volume tem coisas de primeira ordem, entre as quais citarei [...] os primeiros capítulos da origem e formação da cidade – o triunfo de Paulo Emílio – Catão o justo (carácter muito bem estudado assim como o homem romano em geral) e os últimos capítulos sobre finanças e constituição. É necessário porém corrigir graves incorrecções, erros de citações, erros de cálculo na redução da moeda romana aos nossos valores monetários, e falta de estilo que se tornam mais salientes numa obra clássica como esta: assim o triunfo de Paulo Emílio que é uma peça superior está desonrado pela frase vulgar ou comum que a musa da história não admite” (Moura 2002: 96).

¹⁴⁰ É, por isso, legítimo que se alarguem essas considerações, feitas a obras posteriores, à *História da República Romana*, já considerada uma obra de maturidade (Martins 2003: 51).

¹⁴¹ Queiroz 2008: II. 131.

romancista, sem economizar elogios, insiste na ideia de que tais obras ressuscitam os mortos:

A sua beleza está em não ser quase um “livro”, uma coisa impressa, mas uma grande realidade viva, em que nada é de papel e tudo de substância viva. É mesmo mais que uma dessas ressurreições históricas, nas quais se sente sempre a cada linha a maestria do ressuscitador. Através da *Salambô*, nunca se perde de vista o génio e a ciência de Flaubert. No *Nun’Álvares*, a personalidade do historiador-artista desaparece na primeira impressão, e fica-se, ou pelo menos fique, em comunicação directa, numa comunhão de contemporâneo, com as coisas e os homens evocados¹⁴².

Outras questões que são referidas por Eça de Queirós dizem respeito à perspectiva demasiado fim-de-século que caracteriza algumas personagens: “o Andeiro me parece ter traços demasiados do Mariano de Carvalho [...]”. O ilustre chefe da Casa dos Castros, o pobre D. Álvaro, também me parece um pouco *poussé à caricatura*¹⁴³. E adianta que “Decerto, já no século xv havia Prudhommes: mas D. Álvaro é, antes do Conselheirismo, quase um Conselheiro”, para concluir: “E aí está o que é um grande historiador chafurdar na Política: insensivelmente transporta para os homens do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiraram os homens na véspera – e desabafa nas costas dos mortos!”¹⁴⁴. E no momento mais famoso da carta, que tem sido citado amiúde, tanto pela graça da exposição como pela importância do problema que levanta, Eça questiona:

Também não me agradam muito certas minudências do detalhe plástico, como a notação dos gestos, etc. Como os sabes tu? Que documento tens para dizer que a Rainha num certo momento cobriu de beijos o Andeiro, ou que o Mestre passou pensativamente a mão pela face?... Estavas lá? Viste? Esses traços, penso eu, não dão mais intensidade de vida, e criam uma vaga desconfiança¹⁴⁵.

Menos citada é a carta com que Oliveira Martins responde a Eça de Queirós a propósito deste tópico: “Tens toda a razão e quando reimprimir o *Nun’Álvares* eliminarei essas excrescências que vêm do meu processo psicológico. Eu vejo, sinto e vivo as cenas que escrevo. Por isso talvez o *Nun’Álvares*, esgotan-

¹⁴² Queiroz 2008: II. 260-261.

¹⁴³ Id.: II. 261.

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Ibid. A carta continua com elogios à arte e à composição de personagens, que fazem Oliveira Martins quase igualar um dos mais importantes romancistas da época (ibid.). É evidente que esta perspectiva se centra mais na criação e ficcionalidade do que na redacção da história.

do-me os nervos me deu esta doença, epílogo de muitos meses de sofrimento lento”¹⁴⁶. Mais adiante, defende uma ideia a que já aludi:

o *homem* não se estuda senão *in vivo*. A natureza é pouco fértil em combinações e com a diferença dos tempos os *tipos* repetem-se. Os homens de qualquer época têm na actualidade os seus retratos. Por isso, tomar a observação dos indivíduos vivos como critério para a apreciação dos mortos é processo aconselhado e seguido pelos mestres: Mommsen, Renan¹⁴⁷.

Depois de publicada a *História da República Romana*, Oliveira Martins suspendeu a *Biblioteca das Ciências Sociais* para se dedicar à política. Eça de Queirós estranha a transição numa carta¹⁴⁸ e voltaria a recordar essa transição no *In Memoriam* de Antero de Quental (publicado em 1896):

Oliveira Martins vivia então na sua linda e recolhida casa das Águas-Férreas [...] – enquanto não veio bater à porta a Política [...]. A biblioteca ficava em baixo, abrigada no silêncio propício de vielas desertas: aí viveu Oliveira Martins os seus dias mais doces, e escreveu os seus livros mais fortes, numa regra e concentração de Beneditino, cortadas às vezes por tumultuosas inspirações de artista, como quando ao reviver a *História da República Romana*, durante quarenta horas, sem descanso, sustentado a café, ele foi empurrando com pena magnífica, através das ruas de Roma, da porta Carmental ao Capitólio, o triunfo de Paulo Emílio.¹⁴⁹

Deste modo, é possível ler a *História da República Romana* como uma ressurreição de Roma Antiga, das mais remotas origens até à batalha de Áccio, e considerar vivas as personagens descritas e vibrantes os acontecimentos narrados – para esse sucesso concorreram certamente as muitas leituras, distorcida e criativamente interpretadas, dos autores da Antiguidade.

¹⁴⁶ Martins 1926: 265.

¹⁴⁷ Id.: 265-266.

¹⁴⁸ Enviada de Bristol a 5 de Maio de 1885: “quando tiveres tempo, dize-me pois porque é que, vindo uma tarde pela via Flamínia abaixo, de braço dado com César, – abandonaste bruscamente o ilustre autor dos *Comentários* e largaste a correr como um perdidinho para o Largo de Camões” (Queiroz 2008: I. 360).

¹⁴⁹ Queirós 2011: 315.

BIBLIOGRAFIA

- Appian (1972), *Roman History*. Vol. III [*The Civil Wars*, I-III]. Trad. Horace White. Londres: William Heinemann.
- César (1995), *Guerre des Gaules*. Ed. e trad. L.-A. Constans, rev. A. Balland. Tome II (Livres V-VIII). Paris: Les Belles Lettres.
- César (1996), *Guerre des Gaules*. Ed. e trad. L.-A. Constans, rev. A. Balland. Tome I (Livres I-IV). Paris: Les Belles Lettres.
- Cicero (1966), *The Speeches Pro Sestio and In Vatinius*. Trad. R. Gardner. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Cícero (2017), *Dos Deveres (De officiis)*. Trad. Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70.
- Dio (1969), *Roman History*. Vols. III e IV. Trad. Earnest Cary. Londres: William Heinemann.
- Dionysius of Halicarnassus (1968), *The Roman Antiquities*. Vol. I. Trad. Earnest Cary. Londres: William Heinemann.
- Geraldes, A. A. (1855), “Instrução Pública”, *Revista Académica de Coimbra: Jornal Mensal* II.1-4: 25-29.
- Horace (1978), *Épîtres*. Ed. e trad. François Villeneuve. Paris: Les Belles Lettres.
- Juvenal and Persius (2004), ed. e trad. Susanna Morton Braund. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Martins, Guilherme d'Oliveira (2003), *O Essencial sobre Oliveira Martins*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, J. P. Oliveira (1879), *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Bertrand.
- Martins, J. P. Oliveira (1885), *História da República Romana*. 2 Vols. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Martins, J. P. Oliveira (1926), *Correspondência de....* Pref. e notas Francisco d'Assis Oliveira Martins. Lisboa: Marceria António Maria Pereira.
- Melo, D. Francisco Manuel de (1999), *Apólogos Dialogais*. Vol. II: *O Escritório Aparento. O Hospital das Letras*. Introd. e ed. Pedro Serra. Braga: Angelus Novus.
- Moura, João Lobo de (2002), *Cartas a Oliveira Martins e [a] Jaime Batalha Reis*. Leitura, pref. e notas Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Quimera.
- Pliny (1956), *Natural History*. Vol. VII: Libri XXIV-XXVII. Trad. W. H. S. Jones. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Plutarch (1971), *Lives*. Vol. VII: *Demosthenes and Cicero. Alexander and Caesar*. Trad. Bernardotte Perrin. Londres: William Heinemann.
- Pompeius Festus, Sextus (1965), *De Verborum Significatu quae Supersunt cum Paulo Epitome*. Ed. Wallace M. Lindsay. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung.
- Queirós, Eça de (2011), “Um Génio que Era um Santo”, in I. Fialho (ed.), *Almanques e Outros Dispersos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 285-239.
- Queirós, Eça de (2017), *Os Maias: Episódios da Vida Romântica*. Ed. Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Queiroz, Eça de (2008), *Correspondência*. Org. e notas A. Campos Matos. 2 Vols. Lisboa: Caminho.
- Quental, Antero de (2009), *Cartas*. Ed. Ana Martins Almeida Martins. 3 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Salluste (1989), *Catilina. Jugurtha. Fragments des Histoires*. Ed. e trad. Alfred Ernout, rev. J. Hellegouarc’h. Paris: Les Belles Lettres.
- Suétone (1954), *Vies des Douze Césars*. Ed. e trad. Henri Ailloud. Paris: Les Belles Lettres.
- Suetónio (2007), *Os Doze Césares*. Trad. e notas João Gaspar Simões. Lisboa: Biblioteca de Editores Independentes.
- Tullius Cicero, M. (1971), *Epistulae*. Vol. III: *Epistulae ad Quintum Fratrem. Epistulae ad M. Brutum. Fragmenta Epistularum. Commentariolum Petitionis et Pseudo-Ciceronis Epistula ad Octavianum*. Ed. e introd. W. S. Watt. Oxford: Clarendon Press.
- Valerius Catullus, C. (1967), *Carmina*. Ed. e introd. R. A. B. Mynors. Oxford: Clarendon Press.
- Valerius Maximus (2000), *Memorable Doings and Sayings*. Ed. e trad. D. R. Shackleton Bailey. 2 Vols. Cambridge, MA: Harvard University Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

ESTUDOS DA VIDA ROMANA E NOTAS MEMORIALÍSTICAS EM OS DOIS PLÍNIO DE JÚLIO DE CASTILHO

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA

Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Universidade do Minho

ORCID: 0000-0001-6031-0527

virginia@elach.uminho.pt

RESUMO Enquadrado no âmbito dos estudos de receção, o interesse de *Os dois Plínios* de Júlio de Castilho, um longo estudo de inícios do século XX, radica no facto de a vida, a obra e a época dos dois Plínios serem revisitados sob o prisma memorialista, minudente e romanticamente digressivo, do filho de Feliciano de Castilho.

O presente artigo tem como objectivo proceder a uma leitura da obra em causa, refletir sobre o seu alcance político, religioso e moral e documentar o interesse de alguns dos seus traços memorialistas e tópicos mais relevantes. No seu desenvolvimento, o artigo porá em evidência a grande afinidade de pensamento entre o biógrafo Castilho e o biografado Plínio, apesar da distância multissecular que os separa.

PALAVRAS-CHAVE: epistolografia, memorialismo, Plínio-o-Moço, António Feliciano de Castilho, Júlio de Castilho.

ABSTRACT Framed within the scope of the reception theory, the interest of *Os dois Plínios* by Júlio de Castilho – a long study early twentieth century – lies in the fact that the life, the work and the time of the two Plinios are revisited under the memorialistic prism, detailed and romantically digressive, by Feliciano de Castilho's son. This article aims to do a reading of that study of Júlio de Castilho, to reflect on the political, religious and moral scope of his work, and to document some of its most relevant and memorialistic traits and topics. The article will highlight the great affinity of thought between the biographer Castilho and biographed Plinio, despite the multissecular distance that separates them.

KEYWORDS: epistolography, memorialism, Plínio-o-Moço, António Feliciano de Castilho, Júlio de Castilho.

Um bellissimo assumpto: a vida de dois homens verdadeiramente de bem,
que honraram a velha Roma dos Césares.

(*Carta a sua Alteza o Príncipe Real*)

Qualquer livro de viagem, qualquer diccionario biográfico, qualquer livreria
que se préze, nos menciona os Plínios, sempre e em todas as Linguas.

(“Post-Scriptum” de *Os dois Plínios*)

INTRODUÇÃO

Quando, em 1906, Júlio de Castilho (Lisboa, 1840-1919) deu à estampa o livro *Os dois Plínios: estudos da vida romana*¹, que compôs e dedicou ao Príncipe Luís Filipe, era já detentor de uma grande bagagem cultural e de uma notória prática como jornalista, escritor, dramaturgo e poeta, correspondente literário, arqueólogo, olisipógrafo, genealogista, biógrafo e político². Era um verdadeiro polígrafo. E em todas essas áreas revelou o seu incansável amor às letras, a sua inesgotável curiosidade intelectual e a sua grande dedicação à Casa Real.

Filho do escritor António Feliciano de Castilho, do qual herdou o título de Visconde de Castilho, acompanhou desde menino as lições do pai e assistiu aos saraus literários, artísticos e políticos que decorriam na casa paterna, a que alude muitas vezes nas suas obras e também em *Os dois Plínios*. O ensino caseiro do latim começara pelas fábulas de Fedro, que não o entusiasmaram muito. E foi quando o pai lhe deu a conhecer as *Epistulae* de Plínio, o Moço, que se lhe abriu um mundo de histórias, de factos e de historietas inauditas que o maravilharam, bem como de homens de uma dignidade exemplar e de almas que, sendo pagãs, já surgiam ao seu espírito como quase cristãs. Daí que muito mais tarde, em data anterior a 1905, depois de ser nomeado professor de História e de Literatura Portuguesa do Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança, tenha decidido dedicar *Os dois Plínios* ao seu ex-aluno, crente de que, ao ler a obra destes dois vultos, o Príncipe “vai admirar em Plínio-o-Velho um saber encyclopedico, uma força de ânimo, uma resistencia de trabalho, que foram o assombro da Antiguidade; vai amar em Plínio-o-Moço um proceder sempre honesto, um espirito elevado, uma dedicação ilimitada á felicidade publica, um coração vibrante de afeições puras, um desinteresse, e uma probidade, que nunca se desmentiram.”³ E esta será, sem dúvida, a tónica dominante das

¹ Júlio de Castilho 1906. O exemplar consultado tem a cota RJ 1704 da Biblioteca Pública e Municipal do Porto e pertenceu à biblioteca particular de Ricardo Jorge, segundo assinatura do próprio. Note-se que esta obra nunca foi objecto de uma nova edição.

² Júlio de Castilho formou-se em Letras pela Universidade de Coimbra, foi sócio da Academia de Letras e pertenceu à Associação de Arqueólogos e Architectos, entre muitas outras agremiações. Das inúmeras obras que compôs, de teor histórico e documental, destaquem-se: *A Ribeira de Lisboa* (1893), *Lisboa Antiga (O Bairro Alto*, 2ª ed. em cinco volumes (1902-1904); *Bairros Orientais*, sete volumes (1884-1890) – obras estas que lhe valeram o título de pai da olisipografia –; *Memórias de Castilho*, dois volumes (1881-1884) e *Memorias dos Vinte Anos* (1866), dedicadas ao pai. Júlio de Castilho foi um dos mais importantes memorialistas portugueses, pelo que é de estranhar que Castelo Branco Chaves 1978 lhe tenha dedicado muito pouca atenção.

³ Castilho 1906: 10. A carta ao Príncipe D. Luís, então com oito anos, está datada de 30 de Julho de 1905 e nela afirma que teve de deixar o seu cargo de professor, no qual esteve pouco tempo, por não ter já saúde que lhe permitisse desempenhar todas as funções a seu cargo.

quinhentas e doze páginas que constituem a obra em apreço, dedicadas à vida de Plínio, o Velho, e em especial à de Plínio, o Moço, “o nosso Plínio” (1906: 364), um escritor e uma figura que considerava verdadeiramente exemplar pelas suas qualidades⁴.

Em “Duas palavras de Prologo”, Júlio de Castilho começa por afirmar (1906:11): “O meu mestre de Latim foi meu Pae; e que mestre!” E depois, referindo-se à correspondência de Plínio: “Meu Pae adorava este autor, um dos companheiros de sua estudiosa mocidade; conhecia-o a fundo; parecia ter convivido com todo o rancho erudito e amável dos correspondentes do grande varão”⁵. E a dado momento, como quem anuncia algumas das vertentes que vai abordar ao longo do seu estudo, faz um comentário abrangente e capaz de despertar o interesse do futuro leitor para a variedade de temas que a obra de Plínio suscita:

As *Cartas* d'este excellente homem são, com effeito, uma das leituras mais leves e brilhantes que nos legou a Antiguidade clássica; palpita alli a chronica inteira da Cidade, a sua gazetilha forense, o seu necrologio, as suas occupações intellectuaes, e a sua civilidade comprimenteira; coisas essas, que os volumes de outro género nos não souberam nem poderam transmitir. A esses predica-dos, juntam outro: a moral mais pura.⁶

De todas estas vertentes Júlio de Castilho tratará, estabelecendo, a cada passo, paralelos com aspectos da sua própria contemporaneidade e tecendo comentários que alargam o âmbito e enriquecem os seus estudos da vida romana⁷.

E acrescenta (p. 9): “O ter deixado de ser mestre de Vossa Alteza não me inibe, porém, de continuar a servi-lo”. E a verdade é que, no “Post-Scriptum” com que encerra a obra, Júlio de Castilho imagina a Pátria a dirigir-se ao Príncipe, incitando-o com as palavras: “Sede TRAJANO e heis-de encontrar um PLINIO”.

⁴ “Estudei a vida de ambos, porque os amo desde a minha meninice” (1906: 9). A obra é constituída por 56 capítulos, seguidos de um Post-Scriptum (sobre a pervivência da memória de Plínio) e de um minucioso “Índice de Summarios”.

⁵ Confronte-se com o que Castilho afirmara nas *Memórias de Castilho* (1932: 258): “A Phedro seguiu-se Plinio-o-Moço. Se as *fabulas* nos tinham agradado, aquellas cartas *históricas* cheias de factos, de retratos, de pinturas dos usos e costumes da alta sociedade consular da velha Roma de Trajano, cheias de anhelos para o bem, e de exemplos de caridade delicada e inteligente, deram-nos muito maior prazer. Plinio tornou-se para nós um amigo; viamol'o; falavamos-lhe; encontravamos-nos junto delle com Quintiliano ou Virgínio Rufo; divagávamos com eles no Tusculano ou no Laurentino.”

⁶ Castilho 1906: 12.

⁷ O contrário também acontece. Falando da livreria dos irmãos Castilho (António e Augusto), em tempos de entrudo, Júlio de Castilho escreve (1926: 248): “Estou-os a ver apartados do bulício, meditando versos, e não deixando coar para dentro do silencio fecundo senão os ecos longínquos de risadas e descantes.” E lembra-se então (p. 249) de uma carta de

Como se torna evidente, o livro *Os dois Plínios* enquadra-se no âmbito dos estudos de receção dos clássicos gregos e romanos. Neste sentido, não se estranhe encontrarmos, ao longo da obra, diferentes modos de aproximação ao mundo antigo, quer através da interpretação e da reescrita, quer por meio da tradução e da revisitação, pois todos estes são modos comuns de resgatar e apreciar o passado histórico-cultural e de reavaliar o tempo presente, o seu gosto e a sua cultura, à luz do tempo antigo, assistindo-se assim a um movimento duplo de regresso ao passado e de regresso ao presente⁸. Ao longo da sua leitura das *Epistulae* de Plínio, Júlio de Castilho vai recorrendo a todos estes processos de comentar o passado, detendo-se mais longamente em temas da sua preferência, como sejam: certas etapas da vida de Plínio; o humanismo do biografado; o elogio das letras e de jovens dados às letras; as cartas do Vesúvio; a celebração de alguns amigos e escritores já falecidos (as chamadas “*exitus letters*”⁹ que, entre outras figuras, evocam Marcial e Sílio Itálico); a vida das virgens Vestais (“dedicadas à guarda e preservação do sacro fogo de Vesta”) e os castigos de morte a que estavam sujeitas; aspectos da natureza dignos de admiração; a passagem de Plínio por terras de grande densidade cultural, como sejam a visita a Éfeso e a paragem em Pérgamo quando se dirigia, na qualidade de procônsul, para a Bitínia-Ponto¹⁰.

Saliente-se uma outra vertente que o estudo *Os dois Plínios* contempla, a saber, a vertente memorialística, que, além de ser uma constante na obra de Júlio de Castilho, faz dele um escritor do século XIX.¹¹ Muitos dos temas das cartas plinianas servem de pretexto a Júlio de Castilho para delinear uma espécie de excursão histórico-narrativo ou para comentar velhos costumes ou formas literárias e artísticas do mundo greco-romano. Pode dizer-se que Júlio de Castilho como que se apropria do epistológrafo e da sua obra, fazendo dele

Plínio, “onde elle, descrevendo o seu palácio de Laurente, nos mostra o inspirativo gabinete em que se ia encerrar estudando, em quanto o carnaval romano pulava e sacudia os guizos, entre esgares, enchendo a casa com a sua vozaria.”

⁸ Hardwick (2003: 4) afirma que os estudos de recepção têm em atenção “the two-way relationship between the source text or culture and the new work and receiving culture”.

⁹ V. Ash 2003: 223. Segundo Castilho (1906: 402): “O obituário das cartas de Plínio é considerável, e numeroso.”

¹⁰ Já na Bitínia-Ponto, e na qualidade de Procônsul do imperador Trajano, conheceu, no exercício das suas funções, importantes cidades como Prusa, Nicomédia, Niceia, e ainda Apameia, Claudiópolis, Juliópolis, Amisena, Amastris, Sinope e outras, como decorre de muita da correspondência que trocou com o imperador, a solicitar-lhe orientações para os problemas que enfrentava.

¹¹ Veja-se Chaves 1978: 32-47 e Morão 1997: 318.

o seu guia para os “estudos da vida romana”¹². À semelhança da “apropriação”¹³ de Virgílio por parte da posteridade, que muitas vezes se lhe referiu como o *Vergilius noster*, também Júlio de Castilho como que se “apropria” de Plínio, referindo-se-lhe como “o nosso Plínio”. E assim como Vergílio foi considerado, pelos autores cristãos, como uma *anima naturaliter Christiana*, também Júlio de Castilho via em Plínio uma alma onde já se pressentia a luz cristã. Nas *Memórias de Castilho*, falando do interesse que lhe despertaram as cartas do epistógrafo romano, diz a dado momento: “Plínio moço é já um christão, protector de christãos.”¹⁴ E assim vai ser apreciado na obra que nos ocupa, como veremos.

Além de nos dar uma visão geral e comentada das cartas de Plínio, o estudo *Os dois Plínios* apresenta informações muito interessantes da época em que viveram os dois Castilhos, dos estudos que fizeram, dos autores clássicos preferidos, mas também de personalidades com quem conviveram e dos ambientes culturais que frequentaram. São disso exemplo alguns registos que despertam no leitor uma atenção muito especial, pelo seu interesse histórico. Assim, a respeito das leituras públicas frequentes no tempo de Plínio – um hábito infelizmente perdido, diz –, Júlio de Castilho recorda os saraus a que assistia em casa do seu pai, “que nunca me poderão esquecer”¹⁵. E elenca um conjunto de nomes de intelectuais, escritores e políticos, que frequentaram esses saraus: D. António da Costa, Tomás Ribeiro, João de Lemos, António de Cabedo, Francisco Palha, António Pereira da Cunha, Raymundo de Bulhão Pato, Frederico Biester, Luís Filipe Leite, Frederico Leão Cabreiro (Visconde de Faro), Júlio César Machado, Manuel Pinheiro Chagas, Maria Amália Vaz de Carvalho, D. Pedro da Costa (Conde de Vila Franca) e outros. Num outro passo¹⁶, recorda as leituras públicas que se desenrolaram em casa de Mendes Leal, de Rodrigues Cordeiro, de José Augusto Braancamp, Par do Reino, outras em casa do tio José Feliciano de Castilho, e em casa do Sr. Artur Lobo d’Avila.

O elenco destes nomes, alguns dos quais jornalistas, escritores, memorialistas e sócios da Real Academia das Ciências, tem o interesse de pôr em evidência o meio intelectual, literário, político e social que os dois Castilhos, o velho Pai

¹² Castilho 1906: 13: “o verdadeiro autor do meu livro será o próprio Plinio, moço; sempre que poder, falará elle por mim”.

¹³ Sobre o conceito de “apropriação” relativa à obra de Virgílio, por parte da posteridade que o viu como poeta messiânico, v. Duncan 1997: 39.

¹⁴ A estas palavras segue-se um comentário que consta de um verso de Victor Hugo, a sugerir o influxo da luz do oriente na alma romana: *L’aube de Béthléem blanchit le front de Rome*. (Castilho 1932: 258). O verso de Victor Hugo é referente a Virgílio, mas Castilho aplicou-o a Plínio.

¹⁵ Castilho 1906: 293.

¹⁶ Castilho 1906: 301-302.

e o filho, ainda jovem, frequentaram. E Júlio de Castilho termina exprimindo algum desgosto a respeito do apreço que nem todos nutrem por estes saraus:

Para os leitores é útil; para os ouvintes, agradabilíssimo passatempo. E desprezam-n-o! E preferem dançar! E preferem conversar na ultima toirada do Campo pequeno, ou no artigo de fundo que zurzia tal Ministro, ou nas maledicências da Casa havanesa ou da Avenida!

Com tal tirada, Castilho revela-se inimigo declarado do espectáculo bárbaro das touradas¹⁷ e crítico das más-línguas que preferiam denegrir políticos e outras figuras notáveis da sociedade. E conclui, mais adiante, em defesa dos saraus:

Concluirei a matéria, repetindo: grande pena é que não seja mais generalizado entre nós este uso de leituras. Assisti em casa de Mendes Leal, na rua do Thesoiro-velho, às primícias da sua linda comedia *Os primeiros amores de Bocage*; em casa de Rodrigues Cordeiro, na rua da Cruz, à leitura de alguns dos seus estudos históricos; a bonitas leituras e recitações nas salas do Par do Reino José Augusto Braancamp, ao Salitre; a outras, no palacete da rua do Sol, residência de meu tio José Feliciano de Castilho; e ultimamente na do snr. Arthur Lobo d'Avila, na praça do Príncipe Real á apresentação de um seu bello drama.¹⁸

Diga-se que nas memórias ou comentários de Castilho, mesmo quando se referem a nomes socialmente tão sonantes como os elencados, nada ou quase nada transparece do ambiente político e popular que vai preparando o terreno para a vitória dos republicanos contra os últimos tempos da monarquia constitucional¹⁹. Parece que Júlio de Castilho não viu ou não quis ver que novos

¹⁷ Castilho recorda como Plínio tinha pouco ou nenhum apreço pelas lutas de gladiadores, lutas com feras e outros jogos circenses – *quo genere spectaculi, ne leuissime quidem teneor* (ep. 9.6) – e, a propósito, afirma a sua própria oposição ao triste espectáculo das touradas (id. 159): “E Plínio, sempre alto pensador, combatia essa lepra moral, como hoje tanta gente combate o absurdo das toiradas, nódoa da nossa civilização moderna.” Lembre-se que chegou a endereçar um *Requerimento a sua Majestade el-rei pedindo a abolição das touradas em Portugal* (Lisboa, 1876), apresentado em nome da Sociedade Protectora dos Animais.

¹⁸ Castilho 1906: 301-302. Vejam-se outras interessantes memórias, “a propósito” de leitura públicas, nas páginas 208-300 (sobre uma leitura feita pelo Príncipe Real, “no paço das Necessidades”), e o elogio de Castilho pai. Enquadram-se neste âmbito outros passos de curiosas memórias-comentários um tanto sentenciosas, bem como ditos mais ou menos pitorescos, atribuídos a amigos, a figuras políticas e a gente do povo, anónima.

¹⁹ Sobre este período tão conturbado e trágico da história de Portugal, veja-se Pailler 2002. Nesta obra, da autoria de um oficial francês de carreira, na reserva, o leitor é confrontado “com as tensões e contradições da vida cortesã, com as debilidades da sociedade portuguesa da época, com o declínio da instituição monárquica, com a ascensão do ideal

tempos estavam em preparação, não obstante queixar-se de ataques contra ministros, do mau estado da arte, em geral, e também da decadência generalizada da educação, numa atitude passadista de quem confia nas virtudes da sua própria geração.

1. O VALOR DAS CARTAS PLINIANAS

Uma questão merece a especial atenção de Júlio de Castilho. É o caso do debate em torno do valor da epistolografia de Plínio. De facto, o estudo de Castilho assenta essencialmente nas trezentas e sessenta e nove cartas plinianas – que ele próprio vai traduzindo e comentando – e importa saber até que ponto elas são fontes credíveis para permitirem que sirvam de base para o estudo histórico, social, moral e político da sociedade romana do tempo do escritor de Como – que é, no fundamental, o objectivo do visconde de Castilho. De acordo com este, censuraram a Plínio a facúndia, o empolado, o exagero dos encómios dirigidos a amigos, a frivolidade dos assuntos tratados nas cartas, o alarde das suas liberalidades, o cuidado posto na escrita de cartas destinadas a posterior publicação, e a vaidade, sobretudo a vaidade. Nada de novo deste ponto de vista. Estas críticas foram feitas ao longo dos tempos e continuam, até hoje, a ser formuladas. Desde então para cá, são inúmeros os estudos sobre as *Epistulae* de Plínio e praticamente todos sublinham o contraste entre a autenticidade e espontaneidade de muitas das cartas de Cícero, em particular as que acompanham o fluir da sua vida política, e as de Plínio, que foram, assim é de crer, compostas para ulterior edição, e nas quais se pode pôr em dúvida a genuinidade do que deixa transparecer, tal é a sua perfeição formal.²⁰ Isso, contudo, não lhes retira valor, seja documental, seja literário, e este muito em especial. Para alguns estudiosos, as cartas plinianas constituem um autêntico manancial informativo dos mais diversos aspectos da vida romana; segundo outros, elas constituem um mosaico de temas artisticamente elaborados.²¹ Depois de apresentar as críticas de que tem sido alvo a correspondência de Plínio, Castilho defende o epistológrafo, propondo para o conjunto epistolar outras designações. Assim, segundo ele, as cartas poderiam chamar-se “Summario de varia moral” ou “apontamen-

republicano e com a fadiga do monarca resultante dos conflitos e dos desafios da governação.” (assim se exprime José Jorge Letria, no Prefácio à obra). Aprofundando as razões da crise da monarquia portuguesa, cuja ideologia “deixara de exercer qualquer apelo sobre as gerações mais jovens”, sublinhando a instabilidade governativa e o rotativismo político entre Regeneradores e Progressistas, que perdurou até 1906, v. Oliveira Marques 1976: 107-110.

²⁰ Castilho 1906: 368: “Parece que o autor as joeirou; são uma selecção das melhores.”

²¹ A respeito desta dupla vertente dos estudos sobre o epistolário de Plínio, é forçoso indicar o conhecido estudo de Sherwin-White 1985, que desenvolve uma vertente histórica e social, e a obra editada por Ruth Morello e Roy K. Gibson 2003, com contributos centrados na vertente artística das cartas de Plínio.

tos auto-biográficos”; ou: “São, a bem dizer, o noticiário de um certo período da História romana”. E ainda: “Que variedade de matérias! Por esse lado são essas *Cartas* o sumário do espírito do autor, que tudo abrangia no seu caleidoscópio: desde a austeridade dos discursos forenses, até à facécia; desde a afirmação das crenças espiritualistas e religiosas, até aos casos minúsculos do *high-life* da Subura e do Velabro”. E acima de tudo: “São um livro que enche a alma”²², e é isto que confere às cartas um encanto especial. Mas há também a outra face da moeda, pois há quem considere Plínio vaidoso, como deixam entrever as cartas que dão a conhecer muitos dos seus gestos de humanidade e solidariedade para com amigos e pessoas necessitadas de ajuda. “A figura principal é sempre ele; aquelas mandadeiras são uma espécie de espelhos, em que se mira com prazer.” As “mandadeiras” são as cartas, vistas como embaixadoras do seu pensar e sentir, dos seus gestos inúmeros de beneficência e de amizade, da sua civilidade e da urbanidade dos correspondentes, muitos deles pertencentes às “altas classes de Roma”. Será vaidoso, admite Castilho. Mas boa foi a hora em que ele decidiu publicar as suas cartas. Sem elas, muito ficaria por conhecer do período em que viveu; “e, sobretudo, não possuiríamos o retrato mais completo do homem mais moral e culto do Império; o exemplar das virtudes cívicas e domésticas, o cristão a desabrochar no pagão.” Por isso, Castilho não deixará de o defender, sublinhando a sua elevação moral e afirmando que o que faz e diz tem como objectivo garantir a glória futura, que superiormente almejava. E transcreve, muito a propósito, parte da carta 9.14, dirigida ao seu grande amigo Tácito, na qual Plínio escreve, a dado passo:

Posteris an aliqua cura nostri, nescio; nos certe meremur, ut sit aliqua, non dico ingenio (id enim superbum), sed studio et labore, et reverentia posterorum.

Se os pósteros terão por nós consideração, não sei; que lh’a merecemos, é bem certo; não direi pelo nosso talento (seria orgulho), mas pela nossa aplicação, pela nossa laboriosidade, e pelo nosso respeito ao porvir.²³

Castilho tem razão. Estas palavras expressam claramente a atenção que Plínio sempre prestava ao *iudicium posteritatis*, ao juízo dos vindouros.

2. O PANEGÍRICO DE TRAJANO

O *Panegírico de Trajano* é o único exemplo da eloquência pliniana chegado até nós. O escritor, natural de Como, proferiu outros discursos, a que se refere em algumas das suas cartas, e chegou a alcançar notoriedade nesse

²² Castilho 1906: 356-361, 369, 418-419.

²³ Castilho 1906: 363.

domínio, ainda que lamente, na carta 7.30, dar-se apenas a conhecer na retórica do género judicial, já que os tempos não eram propícios a grandes discursos de teor político. Quanto ao discurso epidíctico em louvor de Trajano, da sua acção e das suas virtudes, que aos olhos de Plínio surgiam como virtudes exemplares do governante ideal, ficou como o único discurso latino completo que nos chegou dos dois primeiros séculos do império. Pretendeu ser um modelo de eloquência, mas a desmesurada extensão que o discurso atingiu depois de revisto o texto realmente proferido, o preciosismo do estilo e o exagero do encómio tornam-no pouco interessante ao gosto moderno. Júlio de Castilho, contudo, limitado a referir-se apenas às causas forenses defendidas por Plínio, considera ser “nobilíssima a missão de advogar perante a Justiça os interesses particulares e os interesses públicos”²⁴. E depois de resumir alguns dos processos que Plínio advogou, acrescenta que hoje despertam menos interesse “essas desavenças jurídicas”, acrescentando: “Tudo isso palpitou vida há dois mil anos. [...] Ao ecco sumido da eloquência dos grandes oradores, responde o silencio do fôro em ruínas.”²⁵ Este comentário é bem revelador do pessimismo ínsito do filho de Castilho, que no decurso dos séculos vê frequentemente o sinal da decadência e da ruína dos tempos. Voltando ao célebre *Panegírico*, Castilho diz dele: “tão falado, tão comentado e tão digno de admiração!”²⁶ E: “Eu, por mim, admiro muito o *Panegyrico* do bondoso Imperador; obra bella em todo o sentido.”²⁷ E é com base neste discurso que vai delinear a figura proba, justa e nobre, além de militar de grande mérito, do imperador oriundo da “nossa querida Hespanha, em Italica, junto à Sevilha actual”²⁸. É que o panegírico foi proferido por ocasião da entrada solene do sucessor de Nerva em Roma, aclamado por todos, e percorrendo ruas apinhadas de gente, sob um júbilo geral. Relativamente ao exagero dos encómios dirigidos ao Imperador, Castilho responde: “Distingamos: elogios nem sempre são lisonjas; quando veem merecidos, são dever.”²⁹ Em suma, para Júlio de Castilho tanto o autor do *Panegírico* quanto o Imperador merecem os elogios que lhes são devidos, apesar do seu claro exagero.

3. MEMÓRIAS

Os excursos e a divagação de Júlio de Castilho evidenciam um traço característico das ‘memórias’, género que teve amplo desenvolvimento no século XIX e no romantismo português. Baste lembrar as *Memórias biográficas* de Almeida

²⁴ Id.:192.

²⁵ Id.: 208.

²⁶ Id.: 339.

²⁷ Id.: 342.

²⁸ Id.: 315.

²⁹ Id.: 343.

Garrett, da autoria de Gomes de Amorim, datadas de 1881-1884, em três volumes, ou os *Últimos dias de Alexandre Herculano*, por Bulhão Pato, e também, deste mesmo memorialista, três volumes de *Memórias*, datadas de 1894 a 1907, e ainda *Sob os ciprestes – vida íntima de homens ilustres*, de 1877, bem como muitos outros registos memorialísticos oitocentistas³⁰.

Neste contexto de registo de memórias, Júlio de Castilho revela um traço idiossincrásico de que ele próprio tem consciência e que, como confessa, lhe valeu a acusação de prolixidade. Conforme informação do editor das *Memórias de Castilho*, é o próprio Castilho que o anota (a lápis) numas provas do *Instituto*, de 1898: “Sousa Viterbo diz que sou prolixo.”³¹ Mas ele mesmo se defende, ao estilo de Plínio (embora sem o invocar), asseverando que não é prolixo um texto que se alonga porque longa é a matéria de que trata, em particular quando esse texto é um livro de memórias.³² Entre elementos biográficos e autobiográficos, próprios do registo memorialístico, considera Júlio de Castilho que eles “conservam o que melhor sabe ao paladar da posteridade: a vida íntima das sociedades mortas.”³³

E, de facto, a obra sobre os dois Plínios não se cinge a ser uma biografia de ambos, pois apresenta um conjunto de cenas da vida romana e de excursos a propósito, bem como páginas que enchem de vida e de pequenas histórias o curso linear da História. Animam a narrativa e dão-lhe os pequenos pormenores que não têm cabimento nas obras dos historiadores, pois vivem de minúcias e de anedotas que se tornam um auxiliar poderoso para o conhecimento social, político e cultural da época a que se reportam. Como diz frequentemente, a respeito das minúcias: “Continuo sempre a assestar o telescópio”³⁴.

³⁰ Sobre estas figuras, Paula Morão escreve (1997:318): “Gomes de Amorim e Bulhão Pato conferem contornos vivos ao que contam, porque ao entusiasmo e real admiração que têm pelos que historiam se junta o talento de penas que aprenderam com grandes mestres. É o que acontece também com Júlio de Castilho nos dois tomos das *Memórias de Castilho*, de 1800 a 1834”, memórias que o autor vai entremeando “com outros factos, laterais e às vezes mais antigos, criando assim um ritmo vivo.” Veja-se igualmente, sobre o memorialismo em Portugal no século XIX, Chaves 1978:32-49.

³¹ V. Castilho 1932: 293.

³² É na carta 5.6 que Plínio exprime a ideia de que uma carta só é longa se se afasta do que se propôs. Veja-se, a este respeito, Pereira 2001: 161-165. Veja-se igualmente o longo excurso que Júlio de Castilho consagra ao tema da prolixidade no género “Memórias”, em Castilho 1926: 293-297.

³³ Castilho 1932: 260.

³⁴ 1926:51. Ou: “Se não é abusar do microscópio” (1906: 364). Na obra *Lisboa Antiga*, surge um excurso deveras original e imaginativo (1902: 62-69): um debate sobre a origem do nome *Olisipo*, protagonizado por quatro figuras-livros saídos da estante (Bernardo Alderete, Francisco Fernandes de Córdova, Gaspar Estaço e D. Henrique Flores, moderados por Júlio de Castilho, que impôs alguma serenidade no debate). Uma outra digressão que vale a pena

Em muitos desses excursos, Júlio de Castilho dá aso às suas próprias memórias, que ele por vezes anuncia com frases do género “Assumpto associado”. Depois de ter falado da estreita amizade que unia Plínio a Tácito, visível nas cartas em que trocavam ideias e solicitavam opiniões, escreve “Assunto associado” e, a seguir, recorda uma pasta de autógrafos que teve a oportunidade de compulsar, a 8 de Dezembro de 1904, “em casa de uma talentosa senhora, aqui perto, em Odivellas”. E conta o que viu:

Entre esses vi algumas cartas de Garrett, Herculano, e Castilho, ao celebre e doutíssimo Conselheiro de Estado João de Sousa de Pinto de Magalhães, em que o consultavam. Garrett enviava-lhe trechos do seu *Cancioneiro*, submetendo-os à sua crítica; Herculano remetia-lhe cadernos manuscritos da sua *Historia*, solicitando-lhe exame da obra pelo lado jurídico, em que se confessava inteiramente hóspede. Castilho chamava-lhe *mestre* e pedia-lhe colaboração em certa obra monumental.

Que homens aqueles! que docilidade a sua! que diferença de então para hoje, em que todos são sabios, em que todos dão sota e az aos mestres, em que ao sahirem da escola aspiram a Ministros [...].³⁵

As memórias de Júlio de Castilho abordam diversificados assuntos, muitas vezes ao sabor de tópicos da narrativa biográfica elaborada acompanhando de perto e geralmente traduzindo cartas de Plínio. Algumas dessas memórias estabelecem uma ligação aos dois tempos, o dos Plínios e o dos Castilhos, a saber: a biblioteca paterna e o modo como foi sendo enriquecida; o apreço pela história em Plínio e Castilho; o sentimento da natureza (fontes e lagos de aprazível amenidade; a extraordinária história do golfinho de Hipona); a arte em Plínio e Castilho; Plínio e os primeiros Cristãos. É o que veremos de seguida.

4. A BIBLIOTECA PATERNA

Herdada por Júlio de Castilho, a biblioteca paterna continha edições especiais³⁶ que, conforme indicação do próprio, foram sendo adquiridas a bons pre-

referir é a que parte de referências de Damião de Góis sobre “alimárias marinhas” e que se desenrola por várias e interessantes páginas (ibid.: 80-89).

³⁵ Castilho 1906: 224-225. Pelo mesmo diapasão afinava Bulhão Pato (1829-1912), que nas suas *Memórias* afirmava com alguma sobranceria, relativamente à geração que se seguiu à sua: “Oh! Deus de misericórdia! Que lástima me fazem uns entufados das letras e da política, que andam por aí, e que, por mais que labutem, não logram nunca esconder na tumescência do grande homem o bacharelito.” (cit. de Chaves 1978: 47).

³⁶ Refiram-se ainda a extensa nota a uma obra de Samuel Pitisco, tantas vezes compulsado por Júlio de Castilho, a nota sobre as suas edições de Horácio ou a nota 3 relativa a uma enciclopédia oferecida pelo pai Castilho ao Duque de Saldanha (1906: 351, 353 n.2, 484, respectivamente).

ços. Esta biblioteca tinha sido aumentada e enriquecida com visitas frequentes a alfarrabistas, numa busca constante por novos livros, como recorda Castilho filho, que escreve:

D'aquellas buscas e compras conservou Castilho toda a vida muitos livrecos; recordo por exemplo um Cicero *De officiis*, comprado por dez réis! um Séneca obeso, com sua capa de pergaminho, resgatado por oito vintens! o interminável *Corpus poetarum latinorum*; o *Corpus poetarum lusitanorum* do padre Reys; a historia natural de Plínio, em folio; um Calepino; uma soberba edição parisiense de Metastasio; o Theatro todo de Manuel de Figueiredo; as comédias do Judeu; e muitos outros.³⁷

Estes achados provinham, de um modo geral, de um alfarrabista de nome António Henriques, que, segundo um comentário irónico de Castilho, “comprava a olho, isso é verdade, mas a olho vendia também.”³⁸

No afã de rechearem a sua biblioteca, António Feliciano de Castilho e o irmão Augusto Frederico, ainda jovens,

frequentavam dois fecundos mananciaes literários. Era um o deposito de livros velhos que havia, perto do Arco de S. Roque no palácio da calçada do Duque pertencente á casa de Nisa, palácio celebre pela residência que ali fizera o primeiro Patriarcha de Lisboa D. Thomaz de Almeida.³⁹

[...]

O outro manancial literário era a loja de livros, que ainda em 1875 lá estava tal e qual, dos snrs. Bertrands ao Chiado, na esquina fronteira á egreja dos Martyres para a parte do nascente.⁴⁰

Apontamentos como estes, ricos de informação, abundam nas *Memórias de Castilho*, bem como de um modo geral em toda a obra de Castilho filho. Revelam-nos pormenores de outros tempos e permitem traçar pistas histórico-literárias e artísticas que de outro modo se perderiam. Esta e outras notas de igual minúcia permitem ainda seguir o rasto de livros compulsados pelos estudiosos e que pertenceram à biblioteca paterna.⁴¹ Cite-se, a título de exemplo, a nota referente à obra *Traité de l'éloquence de la chaire*, do sábio Cardeal Maury:

³⁷ Castilho 1926: 113.

³⁸ Castilho 1926: 112.

³⁹ Id.: 112. Segundo Castilho, nas salas “do andar nobre dessa desgraciosa mole, que ainda existe em parte, alojara-se um alfarrabista, de nome António Henriques.”

⁴⁰ Id.: 114.

⁴¹ Id.: 112-113. A respeito da paixão ou mania dos livros, vale a pena ler “O amor aos livros”, publicado em *Neves de Antanho*, da autoria do Conde de Sabugosa, admirador de Júlio de Castilho, em memória do qual colaborou com um elogio no *in Memoriam: Júlio de Castilho* (1920: 95-108).

D'esta obra, 1810, 2 vol. – possuo um exemplar precioso. Pertenceu primeiro ao Doutor Frei José da Sacra Familia (ou da Silva Tavares), Agostiniano, nascido a 14 de Fevereiro de 1788 na Povia de Varzim, falecido Paroco em Brent-Wood (Inglaterra) a 14 de Setembro de 1858, Miguelista honrado, que emigrou, e estabeleceu o notável Collegio portuguez de Fontenay-aux-Roses, junto a Paris. Na guarda existe a sua assignatura autographa. Sacra Familia deu este livro em Coimbra ao seu amigo Antonio Maria Osorio Cabral, Morgado da Quinta das Lagrimas, falecido em Coimbra a 20 de Março de 1858, o qual em 1818 o ofereceu ao seu jovem amigo Antonio Feliciano de Castilho, Estudante de Canones. De 18 de Junho de 1875 ficou pertencente ao actual dono” (1906:217, n. 2).

5. PLÍNIO E A HISTÓRIA

Perante o que foi dito, fica claro o apreço de Júlio de Castilho por estudos de cariz histórico, que trazem até ao presente o conhecimento de figuras, feitos e narrativas de tempos antigos, que só os documentos, as inscrições, obras de arte e fragmentos exumados pelos estudos arqueológicos vão trazendo à luz do dia. É deveras significativo o passo em que Castilho lamenta que Plínio, cultor de variados géneros literários, se não tenha dedicado à História (se o fez, nada chegou até nós), um género que os Romanos tanto apreciavam. E comenta⁴²:

Tudo lhes falava nos seus maiores semi-fabulosos, tudo os incitava para a glória; e em vez de demolirem os padrões da sua pristina grandeza, e em vez de obliterarem as lendas que a evocavam, aquelles homens conservavam tudo, e reviam-se no humilde passado de Pallantêa, de Rómulo e Remo, de Acca Larência, e da loba.

Basta dizer que ainda em dias de Plínio existia a figueira ruminal, que então veio a acabar de caduca.⁴³

E o mesmo Castilho contrasta o respeito dos Romanos pelo seu passado de veneranda memória com o que se passa no seu próprio tempo⁴⁴:

Nós cá, infelizmente, no nosso Portugal, tão rico de tradições, mantemos, com espanto dos estrangeiros, um desleixo criminoso em tudo quanto se refere ao respeito do passado. Em balde se indigna a opinião publica; em balde geme a Associação dos Architectos e dos Archeólogos; em balde clama a Comissão dos monumentos; em balde vociferam e rugem os escritores; a devastação campeia desenfreada, e arraza castelos, muralhas, mosteiros, e prédios com

⁴² Castilho 1906: 366.

⁴³ Esta figueira, à sombra da qual se abrigaram as crianças Rómulo e Remo, é recordada por Tácito, *Ann.* 13.58, embora acrescente que alguns ramos voltaram a reverdecer.

⁴⁴ Castilho 1906: 367.

história. E perpetram isso ignorantes e vilões? não; perpetram-n-o algumas Camaras, e alguns particulares illustrados.

Para Júlio de Castilho, esta incúria perante a memória do passado, que muitos desprezam, era sinal claro da decadência dos tempos.

6. O SENTIMENTO DA NATUREZA

O gosto de Plínio por descrições de “amenidades naturais” e de espaços aprazíveis constitui-se como um outro tópico das memórias de Castilho, de que são de salientar a descrição das ilhas flutuantes no lago *Vadimonium* (8.20), apresentadas com pormenor ao amigo Gallus, que, tal como Plínio, era amante dos fenómenos da natureza, e a fonte e o rio Clitumno, dados a conhecer ao amigo Romanus (8.8), bem como o deus do rio Clitumno e os seus oráculos⁴⁵.

Sobressai, neste tópico, a celeberrima história do golfinho de Hipona (9.33, carta a Canínio), um “extranhissimo successo”, relatado e comentado com base em referências bibliográficas muito interessantes⁴⁶. Castilho começa por dizer, antes de falar sobre o golfinho: “Vou repetir o que ele [sc. Plínio] disse; e os naturalistas que se encarreguem de escolher o que há de verossemelhança, ou de exageração, n’estas historietas, cuja matéria o próprio narrador chama verdadeira com muitos visos de fabulosa, *veram sed simillimam fictae*.” Acrescente-se que, para Castilho, o golfinho é o mesmo que a toninha. Entre as fontes de que Castilho se serve figura, em primeiro lugar, a narrativa de Plínio, o Velho (*H.N.* 9.8.2-4 e 36.24.20); depois é referido Aríon, o citaredo de Metimna (na ilha de Lesbos) que “salvo pelos delfins, é o vestígio mais antigo d’essas ficções pitorescas”; são igualmente referidos Cláudio Eliano, naturalista do tempo de Adriano, e a sua *História dos Animais* (12.45), e Aulo Gélio (*N.A.* 6.8). E Castilho, sempre interessado em pequenas histórias, não deixa de lembrar, apoiado em Plínio, o Velho, a historieta de um rapazito de Baías que avistou o animal e o atraía diariamente chamando-lhe Simão, Simão, *Simo*, *Simo*!⁴⁷ Além das referências bibliográficas a que Castilho recorreu, as histórias da socialização do golfinho e da sua atracção pela música são muito mais antigas do que afirma o nosso biógrafo, pois ocorrem já em Heródoto (1.24), tendo depois passado a diversos autores e dado aso a inúmeras representações artísticas, como se pode ver consultando os dois excelentes artigos referidos em nota⁴⁸.

⁴⁵ Castilho 1906: 167-171.

⁴⁶ Id.: 410-418.

⁴⁷ Castilho 1906: 410-418. Diga-se, a título de curiosidade, que esta historieta serviu a Fernando Oliveira (*Ars Nautica* fol.212v) para provar que os peixes têm o sentido da audição, pelo que os pescadores têm de se abster de fazer barulho, quando pescam.

⁴⁸ Sobre esta matéria, não posso deixar de propor a leitura de um excelente artigo da autoria de Luísa da Nazaré Ferreira 2010, que aqui deixo assinalado como justa homenagem

7. DESCRIÇÃO DE OBRAS DE ARTE

Antes de chegar à Ásia Menor, Plínio teve ocasião de admirar a beleza das ilhas do Mar Egeu, a respeito das quais Castilho afirma, em registo poético: ilhas “que semeavam o mar Egeu, como pérolas entornadas num grande vaso de saphira”⁴⁹. Estas palavras constituem uma espécie de prelúdio a uma outra fonte de interesse das cartas plinianas e dos comentários que suscitam, a saber, a evocação de obras de arte da Antiguidade. Vale a pena destacar duas dessas obras, apresentadas, no cap. XLIX, com base nas informações que Castilho colheu em Plínio, o Velho: a descrição do templo de Diana em Éfeso e a do mosaico da *asarotos oecos*, ou ‘casa do mosaico por varrer’, em Pérgamo, capital da Mísia⁵⁰.

Imaginando a chegada de Plínio a Éfeso, Castilho crê que o procônsul admirou “o vulto soberano do celeberrimo templo de Diana”, uma das sete maravilhas do mundo antigo. E ao fazer a descrição do templo e da estátua de Diana, Castilho segue de perto o que encontrou em Plínio, com a descrição da arquitetura complexa do templo, a referência aos materiais nobres utilizados na sua construção (ébano, cipreste e cedro) e a estátua da deusa, profusamente ornamentada, bem como a história da sua construção, no séc. IV a.C. e da sua destruição pelo fogo posto, no ano de 359 a.C., por um miserável louco de nome Heróstrato. Quanto à estátua, Castilho descreve-a em termos que bem a caracterizam, como reconhece quem teve a oportunidade de a ver:

A imagem, famosa e venerada em todo o mundo, era representada na figura de uma formosa mulher, sorrindo mocidade, e envolta n’uma espécie de traje em feitio de estôjo, como o das mumias, estreitando gradualmente até aos tornozelos; pés nus; braços a descoberto, em postura de acolhimento protector; fronte coroada, e como que circumdada numa auréola. Toda a região thorácica era rodeada de seios nus, symbolizando a uberidade da mãe Natureza.

Segue-se a descrição do interior do templo, onde se encontravam “quadros e estátuas de alto preço”, entre os quais “uma bella estatua de Apollo, obra do celebre escultor Myrão, roubada e trazida para Roma pelo triúnviro Antonio, mas restituída a Épheso por Augusto.”⁵¹

a uma grande classicista, de grande sensibilidade, que nos deixou antes do tempo. Veja-se também Guerreiro 2013.

⁴⁹ Castilho 1906: 429-430.

⁵⁰ Castilho 1906: 431-444. As duas descrições baseiam-se em Plínio, o Velho, *H.N.* 36.60 e 36.95-97. Refira-se que Castilho (1906: 432) não deixa de imaginar que Plínio, o Moço, ao visitar o templo “deveu lembrar-se do que lêra na obra monumental do seu ilustre tio e vice-pae.”

⁵¹ Castilho 1906: 436. Este templo de Diana, designação romana do grego Artemísion, foi uma das sete maravilhas do mundo. Veja-se Ferreira 2009: 54-64 e tradução de várias fontes para o seu estudo (155-224).

Toda esta maravilha deve ter impressionado o procônsul, segundo Castilho, que estava sempre propenso a imaginar o que mais impressionaria Plínio na sua passagem por Éfeso, e considerava que essa impressão provinha de “ter sido ahi um dos primeiros lugares, onde a valer se implantára o Christianismo, cujas manifestações incipientes elle em rapaz presenceára na Syria.” De facto, Plínio, ainda jovem, fora tribuno militar na Síria, quando já a *seita* começara a espalhar-se entre as classes pobres e as classes ricas, quando João, o Evangelista, pregara naquelas terras, e o apóstolo Paulo dirigira umas cartas aos Efésios, “claras, sublimes de doutrina, as quaes certamente chegaram aos curiosos ouvidos do applicado Plinio”. Também aqui Castilho insiste na alma já pré-cristã do seu biografado.

Depois de Éfeso, Plínio deteve-se em Pérgamo, onde terá tido ocasião de conhecer a casa do mosaico. E oferece-se aqui a Castilho a oportunidade de comentar aquela “obra de arte”. Segundo este, o chão dessa casa

era engraçadíssimo. Representava... (custa a crer que a imaginação de um artista se empregue em bagatelas assim), representava o sobrado de um aposento onde se tivesse dado um banquete: os restos, as migalhas, os cahidos da meza, os troços de pão, os destroços de bolos e flores murchas, tudo que é o lixo de um festim desordenado, e que a vassoira diligente dos servos costuma fazer desaparecer, ali se via; e no meio de tantos detritos culinários pombas ao rabisco, bicando; pareciam vivas.

Esta obra de arte – de traça helenística – em boa verdade não passava, na opinião de Castilho, de uma ‘bagatela’, apesar do cuidado artístico posto na sua concretização, e essa apreciação leva-o a rememorar a arte do seu tempo, reflectida seja na faiança (nomeadamente os motivos decorativos da “loija do *Gato preto*”), seja na tela (como o caso de um retrato, pintado por um conhecido artista, que representava alcatruzes observados numa quinta rústica em Loures). E comenta:

Por mais *realistas* que fossem essas representações, não me seduz a escolha do assumpto, coisa importantíssima em arte.

[...]

Hoje usa-se (em algumas casas) uma exquisita costureira: na parede de um gabinete elegante vemos, entre bonitos quadros de moldura doirada, uma alcôfa, uma folha de couve, uma réstea de cebolas, um cesto vindimo, um prato verde com enguias, um sapato velho e roto, uma andorinha a esvoaçar, tudo muito bem representado em loija do *Gato preto*, certo é, mas descabido ali. Quando olho... lembra-me sempre o chão de Pérgamo.⁵²

⁵² Para mais pormenores, veja-se Pereira 2002.

8. PLÍNIO E OS CRISTÃOS

O último tema tratado por Júlio de Castilho é o da atitude de Plínio para com os cristãos na Bitínia-Ponto, a província que foi governar como representante do Imperador e cujo cargo desempenhou entre 111 e 113, como se depreende dos dados que se conhecem. Por estes tempos ocorriam perturbações da ordem pública, muitas delas com origem em movimentos de cristãos, mas não só, e foi com o objectivo de regularizar a vida nessas terras que Trajano enviou para lá um homem da sua maior confiança, um jurista insigne, o seu amigo pessoal, Plínio, o Moço. Mas depois de 113 d.C. mais nada se sabe de Plínio, pelo que ainda hoje se discute a verdadeira data da sua morte.

Os estudiosos das *Cartas* de Plínio são, de um modo geral, de opinião que o silêncio da sua correspondência posterior a Janeiro de 113 – data do termo das suas funções como procônsul –, se deve ao facto de entretanto ter ocorrido a sua morte.⁵³ Ora esta inexplicável ausência de notícias deu aso a que Júlio de Castilho, apoiado na opinião de vários historiadores⁵⁴ e em certos indícios, aventasse a hipótese de que Plínio se terá convertido ao Cristianismo, tendo mesmo sido martirizado em Como, já no tempo do imperador Adriano. Eis o que Castilho escreve, no último capítulo, a respeito de tal silêncio sobre os últimos tempos da vida de Plínio⁵⁵:

“D’ora avante, até ao fim, nada consta, nem sequer a data do seu regresso à mãe-Pátria. E entretanto, é este para nós, christãos, o período talvez mais curioso da existência d’elle”.

Ao longo da sua exposição, Castilho fora incutindo no espírito de leitor a ideia de que Plínio era uma alma quase cristã, pela sua humanidade, pela preocupação em ajudar os outros, pela atitude para com os escravos, pelos muitos pontos comuns com o pensamento dos cristãos, para não referir as ideias já

⁵³ V. Durry 1972: vii e Levick 1979: 119. Outra opinião é defendida por Carcopino 1963: 196, 199 e *passim*, segundo o qual a vida de Plínio se prolongou por mais algum tempo, o que lhe terá permitido publicar os dez livros da sua correspondência e o *Panegírico de Trajano*, depois de uma revisão acurada, como era seu timbre.

⁵⁴ Entre esses autores figuram: o barcelonês Flavio Lucio Dexter (sécs. IV-V) e o seu *Chronicon*, e Pedro Natal e o seu *Flos Sanctorum*, o qual afirma que um S. Secundo foi martirizado em Como, juntamente com o seu filho; cita-se igualmente um passo dos *Acta Sanctorum* relativo a um Secundo (o nome familiar de Plínio). Dexter 1627: fol.68v escreve: *Is Titus conuerterat ad fidem Plinium Iunioem, ex Bithyniae Pontoque redeuntem in Creta insula, ubi iussu Traiani Ioui templum erexerat, nec desunt qui putent, septima sextilis ad Nouocomum esse passum*.

⁵⁵ Castilho 1906: 483.

anteriormente defendidas por Sêneca⁵⁶. Daí Castilho ter dedicado os últimos capítulos da sua obra (os caps. LIV-LVI) ao tema da emergência das ideias cristãs nas terras orientais, que Plínio conhecia e governava na qualidade de legado de Trajano e de procônsul da província da Bitínia-Ponto. No exercício do seu cargo, e tendo de enfrentar problemas de agitação social muitas vezes causados pelos cristãos, Plínio dirige a Trajano uma famosa carta (10.97) na qual pretende auscultar a opinião do imperador⁵⁷ perante aquilo que considera tratar-se de uma *superstitio praua et immodica*, agravada pela *pertinacia*, à semelhança do que consideravam Trajano e o historiador e amigo Tácito⁵⁸. Nessa “carta memorável, mil vezes estudada e traduzida”⁵⁹, o governador expõe o problema que o aflige (“Deve punir-se nêssas gentes o seu titulo de *christãos*, ainda que não cometam culpas? Basta-lhes o titulo para os haver por criminosos?”), refere o que viu e ouviu acerca dessa “seita”, que se manifesta em gente de todas as idades e de ambos os sexos, não já apenas nas cidades, mas também nos campos, e conta como tem solucionado alguns casos. Mas subsistiam dúvidas, porquanto Plínio não via nos cristãos comportamentos merecedores de punição, e por isso dirigiu ao Imperador a referida carta 10.97, tentando obter uma resposta que lhe permitisse não condenar a pena capital um número muito elevado de homens, mulheres e crianças apenas por se confessarem cristãos, embora soubesse muito bem que a lei era clara e fora decretada pelo Senado nos tempos de Tibério: *Non licet esse Christianos*. Plínio considerava-os suspeitos, por professarem uma religião que excluía os outros deuses e dessa forma punha em causa a *pax deorum*, o que significava pôr em causa a estabilidade imperial. Acrescentava mesmo que os seus crimes eram, segundo o resumo de Castilho, “cantar psalmos em honra de um Morto que eles chamavam deus, não cometer malfeitorias, não furtar, não cahir em adultério, manter a fé jurada e orar.” Aguardou instruções, o rescrito de Trajano chegou, mas é, parece ser, propositadamente ambíguo, pois defende a ideia de que os cristãos não devem ser perseguidos (*conquirendi non sunt*), mas que devem ser condenados os que se confessem cristãos. Esta resposta, na sua dúplice orientação, acabava por funcionar como respaldo ao pensamento de Plínio, permitindo-lhe mitigar um

⁵⁶ Sobre Sêneca, afirma Castilho (1906: 476): “(Sêneca) em cujo espírito penetrara já, indubitavelmente, o que quer que fosse de *sympathia* às ideias da seita nova.”

⁵⁷ Nas palavras de Castilho (p. 457): “Plínio, sempre indulgente, hesitou, e pediu instruções.” Relativamente a esta carta, Castilho comenta (p.472): “Esta carta é um monumento fúnebre; um marco millonario (sic) na estrada sangrenta dos discípulos de Christo.”

⁵⁸ *Annales*, 15, 44. Quanto a Plínio, tudo indica que o seu receio maior era que os cristãos, que se afastavam dos templos da religião romana e professavam uma religião de salvação, pusessem em causa a estabilidade do Império, dado o carácter subversivo da sua *superstitio*. V. Nascimento 2000: 275-280.

⁵⁹ Castilho 1906: 470.

pouco ou mesmo evitar a aplicação da lei.⁶⁰ É que, na opinião de Castilho, Plínio usava de piedade e clemência para com os cristãos⁶¹: “E quem sabe quanto o seu coração verteria lágrimas de sangue ao ter de dizer: Atormentem-nos”.

Prosseguindo com o relato da vida de Plínio, o último capítulo (LVI) é, todo ele, consagrado à “lenda” em torno dos últimos anos de vida de Plínio e da sua hipotética conversão ao Cristianismo. Apesar de se desconhecer a data do seu regresso a Roma, Castilho é muito claro: “Voltou, sem dúvida, para Roma, quando acabou o tempo do seu governo; voltou, visto haver publicado as suas *Cartas*, cujo livro X é a resenha da sua administração provincial; depois disso, que fez? Ignora-se.”⁶² Seguem-se páginas nas quais Castilho expõe o que averiguou, ou leu, sobre os últimos tempos da vida de Plínio. Mas o terreno das hipóteses é muito incerto. Dexter, o primeiro cronista a falar dessa conversão, já decorridos trezentos anos depois de Plínio, é reputado, por muitos, um grande falsário, não sendo por isso de confiar no que escreve. Não obstante, Castilho inclina-se a crer no que ele escreveu sobre o epistológrafo, dizendo que foi convertido em Creta pelo arcebispo da ilha, de nome Tito, que fora discípulo de São Paulo. Um outro testemunho é o de Pedro Natal, Petrus de Natalibus, do século XIV, autor de um *Flos Sanctorum* no qual está inscrito um tal *Secundus*, que era o nome corrente de Plínio. Castilho acrescenta ainda outros testemunhos. Mas não consegue evitar a sensação de que o que possam dizer pertence ao mundo do lendário. Ainda que sob a lenda haja um fundo de verdade. Por isso, conclui Castilho, a conversão de Plínio ao Cristianismo não está provada: “Agrada esta conjectura ao meu espírito crente, mas nada afirmo; nada posso afirmar.” E, mais adiante: “Aceito pois o nebuloso facto, e depois de uma carreira toda dedicada ao bem do próximo, agrada ao meu coração ver Plínio adormecer para sempre no SENHOR.”⁶³

Assim termina Castilho o último capítulo, dedicado à última fase, estranhamente desconhecida, da vida de Plínio. Pelo facto de a suposta conversão

⁶⁰ Sordi 1992: 66-67. Para a lenda da conversão de Plínio poderá ter contribuído o que se passou com a figura de Trajano, que, considerado pelo Senado um *optimus princeps*, mas acusado de comportamentos moralmente indignos, veio a ser reconvertido a partir de Constantino, como lembra Nascimento 2000:280: “e o imperador terminará colocado numa morada do Purgatório, mesmo sem ser baptizado, por suposta intercessão do papa Gregório Magno, uma lenda fixada por escrito no séc. VIII-IX por Paulo Diácono e difundida na cultura europeia por obras como a de João de Salisbúria e Dante.” Para um estudo circunstanciado e rigoroso, apoiado em referências bibliográficas muito relevantes sobre a correspondência travada entre Plínio e o Imperador, veja-se Nascimento (2000). Este artigo é enriquecido por uma síntese dos diferentes vectores, políticos e religiosos, em questão (p. 280-286) e por um apêndice (p. 286-288) com o texto latino e a tradução da carta em referência, a 10.96 de Plínio.

⁶¹ Castilho 1906: 474.

⁶² Castilho 1906: 483.

⁶³ Id.: 503.

de Plínio se apoiar em notícias veiculadas por autores já distantes dos acontecimentos narrados, não é possível sair do campo das hipóteses, que nenhum facto documenta, como confessa o próprio Júlio de Castilho, com toda a honestidade intelectual.

E, a fim de melhor conhecer a alma cristã do filho de Feliciano de Castilho, e a forma como teve uma visão do *post mortem* de Plínio, vale a pena ver como encerra o capítulo, escrito, no dizer do próprio, ao som da marcha fúnebre de Chopin:

Sim, ainda hontem vibrei a essas visões. A noite, estrelada e serena, entrava com os seus perfumes vagos de campo pelas sacadas abertas sobre os terraços; o piano chorava; ante os olhos atónitos da minha alma deslizava um cortejo lúgubre. E entre os atormentados... lá ia Plínio; ou muito me enganei, ou reconheci Plínio...⁶⁴

O segundo Visconde de Castilho, cristão convicto e profundo conhecedor da personalidade humana de Plínio, exprime aqui toda a afeição que a humanidade e vivência do sobrinho de Plínio, o Naturalista, nele despertara. E fechou assim, com chave de ouro, os seus estudos da vida romana e dos dois Plínios.

CONCLUSÃO

Em função do que foi dito, percebe-se bem a escolha feita por Júlio de Castilho para dedicar uma das suas últimas obras ao filho primogénito do rei D. Carlos. Tudo leva a crer que os dois Plínios, o Velho e o Moço, tinham, a seus olhos, claras semelhanças com os dois Castilhos, o pai e ele próprio. O tio materno de Plínio e o pai de Castilho eram laboriosos e infatigáveis pesquisadores e estudiosos, capazes de arrostar com as maiores dificuldades para prosseguirem os seus intentos, o primeiro na área das Ciências, o segundo no mundo das Letras. Quanto a Júlio de Castilho e ao seu “amigo” Plínio, o Moço, preferiam o sossego da sua atividade literária e tinham, em elevado grau, o prazer do estudo e da escrita. Assim se compreende também o maior desenvolvimento dado à narrativa da vida de Plínio, o Moço, por parte do filho de Castilho. À parte algumas informações colhidas na obra de Tácito (o amigo que Plínio mais apreciava), de Suetónio e do poeta Marcial, tudo quanto se possa dizer a respeito de Plínio é colhido nos seus dez livros de *Epistulae* e, em menor grau, no *Panegírico de Trajano*, proferido no ano 100 d.C. e amplamente revisto antes de publicado. Pelas especificidades próprias do género epistolar, as *Cartas* são uma espécie de género-esponja, que absorve qualquer tipo de texto que se

⁶⁴ Id.: 503-504.

queira compor ou qualquer tema que se pretenda abordar.⁶⁵ São um género híbrido, que pode conter história e ficção, costumes e críticas, literatura e arte, descrições de paisagens, narrativas de *fait-divers*, convites, confissões, memórias. Castilho, cujo registo expositivo é igualmente digressivo e diversificado, apreciou a diversidade temática das cartas plinianas e extraiu delas o perfil do epistológrafo e um mundo de informações relativas à vida romana. E acabou o longo percurso pela vida do biografado detendo-se numa questão que mais falava ao seu coração de cristão convicto: a questão da hipotética conversão do seu “amigo” Plínio. Tal como este, Castilho apreciava a filantropia das almas dedicadas ao próximo e tinha também um profundo sentimento religioso. O mesmo se poderá dizer da urbanidade e elegância com que Plínio se eximia a matérias que preferia não abordar, e assim procedia Castilho, sempre atento à delicadeza de trato e às boas maneiras nas mais diversas formas de convívio. E, evidentemente, unia-os o extraordinário amor das Letras, comum a ambos, como vimos.

Tais afinidades entre biografado e biógrafo percorrem toda a obra, revendo-se Castilho na aplicação e seriedade com que Plínio enfrenta todas as situações em que se envolve, sejam privadas, sejam públicas. Plínio, fiel amigo e servidor de Trajano, Castilho, súbdito fiel de Sua Alteza Real, ambos figuras de grande recorte intelectual e moral, ambos moderados, ambos defensores dos bons costumes, ambos movidos pela sua paixão pelas Letras, deixaram ambos retratos inestimáveis do seu tempo: um, da segunda metade do séc. I e das primeiras duas décadas do séc. II da Roma Imperial, outro, do Portugal de finais do séc. XIX e inícios do séc. XX.

⁶⁵ Veja-se Castilho 1906: 365: “São *cartas* estas obras de Plínio, mas tomam todas as formas.” Em carta a Rústico (9.29), Plínio justifica a variedade de temas e de estilo por não ter plena confiança na sua capacidade de se dedicar a um só género.

BIBLIOGRAFIA

- Ash, R. (2003), “*Aliud est enim epistolam, aliud historiam...scribere* (Epistles 6.16.22): Pliny the Historian?”, *Re-Imagining Pliny the Younger, Arethusa* 36 (2): 211-225.
- Carcopino, J. (1963), “Les surprises du testament de Pline Le Jeune”, in J. Carcopino (ed.), *Rencontres de l'Histoire et de la Littérature Romaines*. Paris: Flammarion Éditeur, 171-231.
- Castilho, J. (1866), *Memórias dos Vinte Anos*. Lisboa: Typographia do Futuro.
- Castilho, J. (1902, 2ª ed.), *Lisboa Antiga*. Lisboa.
- Castilho, J. (1906), *Os dois Plínios (Estudos da vida romana)*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora.
- Castilho, J. (1926-1934), *Memórias de Castilho*. 7 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Chaves, C. Br. (1978), *Memorialistas Portugueses*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- Conde de Sabugosa (s.d., 2ª ed.), *Neves de Antanho*. Lisboa: Portugal – Brasil Limitada Sociedade Editora.
- Conde de Sabugosa (1920), “Castilho II, Poeta e Santo”, in *In Memoriam: Júlio de Castilho*. Lisboa: Tipografia do Diário de Notícias, 95-108.
- Dexter (1627), *Flauii Lucii Dextri V.C. Omnimodae Historiae quae extât fragmenta cum Chronico [...]*. Sevilha: Mathias Clavigius.
- Duncan, K. F. (1997), “Modern receptions and their interpretative implications”, in Charles Martindale (ed.), *The Cambridge Companion to Virgil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Durry, M. (1972), *Pline Le Jeune. Tome IV. Lettres, Livre X, Panégyrique de Trajan*. Paris: Les Belles Lettres.
- Ferreira, J. R. (2009), “O Artemísion de Éfeso”, in J. R. Ferreira, L. N. Ferreira (orgs.), *As sete maravilhas do Mundo Antigo: Fontes, Fantasias e Reconstituições*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – Edições 70, 54-64.
- Ferreira, L. (2010), “A lenda de Aríon e a influência de Plutarco na arte ocidental”, in Luísa de Nazaré Ferreira, Paulo Simões Rodrigues e Nuno Simões Rodrigues (eds.), *Plutarco e as artes: pintura, cinema e artes decorativas*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 17-68.
- Guerreiro, C. A. (2013), “Aríon e o golfinho. Notas sobre a construção de uma lenda”, in Maria Cristina Pimentel e Paulo F. Alberto (eds.), *Vir bonus*

- peritissimus aequae. Estudos de homenagem a Arnaldo Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 85-92.
- Hardwick, Lorna (2003), *Reception Studies, Greece and Rome New Surveys in the Classics*. Vol. 33. Oxford: Oxford University Press.
- Levick, B. (1979), “Pliny in Bithynia – And What Followed”, *G&R* 26: 119-131.
- Marques, A. H. O. (1976, 3ª ed.), *História de Portugal. Volume II (Das revoluções liberais aos nossos dias)*. Lisboa: Palas Editores.
- Morão, P. (1997), “Memorialismo”, in H. Buescu, *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Caminho, 315-319.
- Morello, R. e R. K. Gibson (eds.) (2003), *Re-Imagining Pliny the Younger, Arethusa* 36.2. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Nascimento, A. A. (2000), “*Conquirendi non sunt...*: os primeiros cristãos frente ao poder ou as perplexidades de um governador romano”, in A. A. Nascimento (coord.), *De Augusto a Adriano – Actas do Colóquio de Literatura Latina*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 259-288.
- Pailler, J. (2002, 3ª ed.), *D. Carlos I, Rei de Portugal*. Tradução de Júlio Conrado, prefácio de José Jorge Letria. Lisboa: Bertrand Editora.
- Pereira, V. (2001), “Leituras da Antiguidade: Os dois Plínios de Júlio de Castilho”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 3: 157-181.
- Pereira, V. (2002), “O chão de Pérgamo (Júlio de Castilho e a arte em Os dois Plínios)”, in A. A. Nascimento (coord.), *De Augusto a Adriano. Actas de Colóquio de Literatura Latina*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 143-153.
- De Pretis, A. (2003), “*Insincerity, Facts, and Epistolarity: Approaches to Pliny’s Epistles to Calpurnia*”, in R. Morello e R. K. Gibson (eds.), *Re-Imagining Pliny the Younger, Arethusa* 36.2. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 127-146.
- Sherwin-White, A. (1998, 2ª ed.), *The Letters of Pliny: A Historical and Social Commentary*. Oxford: Clarendon Press.
- Sordi, M. (1992), “I rapporti fra i cristiani e l’impero da Tiberio ai Severi”, *Humanistica e Teologia* 13: 59-71.

(Página deixada propositadamente em branco)

CATÃO – UMA MEMÓRIA NA RIBALTA. ABORDAGEM DE CATÃO, UMA TRAGÉDIA DE JOSEPH ADDISON

ADELAIDE MEIRA SERRAS

Faculdade de Letras

Universidade de Lisboa

ORCID: 0000-0003-1560-9321

adelaideserras@gmail.com

RESUMO O presente estudo visa abordar a obra de Joseph Addison, *Catão, uma Tragédia*, enquanto exemplo ilustrativo da relação cultural entre a Antiguidade Clássica e as eras posteriores, tanto na moldura formal literária adotada, como pelas ideias e pelos valores que transmite. Para tal, recorre-se ao conceito de memória cultural de Astrid Erll, que salienta a interação entre presente e momentos pretéritos em diversos meios sociais e culturais. Entre outros, os contributos de Aleida Assman e Jan Assman quanto aos modos como as percepções de tempos passados pervagam outras culturas, distantes no tempo e no espaço, são relevantes para a dilucidação dos correlatos que se visa estabelecer. Também o estudo de Birgit Neumann sobre o papel da literatura nas representações da memória propicia o entendimento da escolha da tragédia, a forma dramática considerada mais nobre, segundo Aristóteles, ao reunir o poder da retórica com o impacto imediato do espetáculo performativo.

Para além de se explorar de que modo a figura estoica do romano Catão foi entendida em culturas marcadamente cristãs, pretende-se mostrar como a sua postura ética se casa com os ideais políticos republicanos, provindos de Roma, e é trabalhada, em contextos políticos mais tardios. A tragédia de Addison, um setecentista britânico, permite, assim, determinar, os referentes duradouros e as negociações que, a cada momento, tornam presente esse ícone patricio e lhe garantem o acolhimento dos públicos coevos.

PALAVRAS-CHAVE: Catão, tragédia, modelo Augustano, Addison, memória cultural.

ABSTRACT This article aims to approach Joseph Addison's work, *Cato a Tragedy*, as an illustrative example of the cultural relationship between Classical Antiquity and later ages, because of its literary frame and the ideas and values it transmits. In order to do so, it will refer to Astrid Erll's concept of cultural memory as the interaction of present and past in distinct social and cultural milieux. Among others, Aleida Assman's and Jan Assman's contributes to the understanding of how perceptions from the past are ingrained in other cultures, distant in time and space, are relevant to clarify the proposed relationships. Also, Birgit Neumann's study on the role of literature in memory representations will lead us to the understanding of the choice of tragedy – the noblest dramatic form according to Aristotle – insofar it brings together the power of rhetoric and the immediate impact of theatrical performance.

Besides exploring how the figure of the stoic, Roman Cato was interpreted in marked Christian cultures, this study also aims to describe how his ethical position meets Rome's republican political ideals and is dealt with in later political contexts. Addison's

tragedy, a piece by an eighteenth-century British author, will enable us to determine the everlasting data and the negotiations which make present, at every moment, that patrician icon and ensure the coeval publics' reception.

KEYWORDS: Cato, tragedy, Augustan model, Addison, cultural memory.

*I would enshrine the spirit of the past
For future restauration.¹*

William Wordsworth

O desejo expresso pelo poeta no Prelúdio, reflecte o empenho de Joseph Addison em restaurar a figura de Catão, reavivando a memória dos seus contemporâneos sobre alguém que o poeta, ensaísta e dramaturgo considerava um paradigma das virtudes cívicas. A escrita de *Catão, uma Tragédia*² ficara concluída em 1712 e a peça foi levada à cena, pela primeira vez, a 14 de Abril de 1713 no Teatro Real de Drury Lane. O retumbante sucesso então obtido deve-se, não só, à reconhecida superior qualidade da obra dramaturgica, como à consonância nela espelhada com as preferências estéticas dominantes e a pertinência das temáticas abordadas. Na verdade, a escolha da tragédia coincidia com o chamado modelo Augustano que inspirou as artes e o pensamento em Inglaterra nas primeiras décadas do século XVIII, baseado na revisitação do período áureo da literatura latina (subsequente à época de Cícero e particularmente marcado pelas obras de Horácio, Vergílio e Ovídio), alargando-se ao interesse pelo legado grego, quer em termos das correntes filosóficas e políticas, quer no respeitante às expressões estéticas desenvolvidas. Neste âmbito, a tragédia destaca-se como forma dramática dedicada aos tópicos e dilemas mais sublimes na antiga Grécia, caracterizada por Aristóteles na *Poética* e difundida pela Europa quinhentista a partir da tradução de Castelvetro, em 1570³. O apreço pela dramaturgia grega e, de um modo geral, pelos temas e pelos géneros e formatos clássicos prolongar-se-ia, aliás, ao período do Neoclassicismo.

A escolha da figura de Catão para herói e a focalização nos episódios finais da sua vida indiciam, desde logo, a mensagem que Addison almejava transmitir. A acção decorre no período da guerra civil, de 49 a 45 a.C., que opôs Júlio César a Pompeu e aos membros conservadores do Senado, mais precisamente, após

¹ Wordsworth 1805 (ed. 2001): XI, vv. 342-343. “Eu consagraria o espírito do passado/ Para futuro restauro.”

² Neste artigo será utilizada a tradução da obra de Addison in Textos Chimaera 5. Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, 2007.

³ Castelvetro 1570.

a derrota sofrida em Farsália, na Tessália, em 48 a.C., centrando-se na retirada para Útica e no desenlace da guerra, consubstanciado pela derrota na batalha de Tapso, em 46 a.C. A preparação da fuga salvífica dos apoiantes de Catão e o seu suicídio assinalam o clímax da peça, na medida em que simbolizam o fim da República e o compromisso inabalável do herói com as virtudes que a definiam. A estatura moral do herói estoico eleva-se, assim, acima das contingências fugazes que aterrorizam e subjugam os comuns mortais.

Salústio, o historiador, já classificara Catão de Útica como uma das duas figuras mais notáveis do ocaso da República Romana, a par de Caio Júlio César. Todavia, tal comparação não surge de forma óbvia, nem frequente, pois, se no caso de César, as suas conquistas, a sua bravura e o seu comando na guerra, a glória e o poder alcançados lhe granjearam um lugar indiscutível na História, Catão apresenta um perfil contrastante: não se distinguiu pela linhagem familiar, nem por assinaláveis feitos bélicos e, em termos da carreira política, não alcançou a posição de cônsul. Segundo Fred K. Drogula, na sua recente biografia de Catão, o ascendente deste no Senado provém da sua capacidade em converter virtudes cívicas em poder político, recorrendo às práticas e aos princípios tradicionais representados pelos senadores ancestrais, os *optimates*, para validar as suas ações. A ele se deve, em boa medida, a oposição a César, Pompeu e Crasso, a criação do primeiro triunvirato e, pelo menos em parte, a decisão de César de atravessar o Rubicão e avançar para Roma⁴.

A figura do estoico, do homem ímpoluto, do político acima das disputas partidárias, exemplo do combatente contra a tirania e defensor da república romana sobrepõe-se, pois, a outros dados biográficos, a outros momentos da vida de Marcos Pórcio Catão (95–46 a.C.), bisneto de Catão o Censor, com uma carreira nem sempre tão bem-sucedida ou apreciada como poderia fazer crer o panegírico, perdido, da autoria de Cícero, o primeiro, segundo Aleida Assman, a cantar não só os deuses e heróis míticos, mas também simples mortais⁵. A querela entre Cícero e César, resultante do panfleto anti-Catão, escrito por Júlio César em resposta ao elogio ciceroniano e igualmente perdido⁶, veio, talvez paradoxalmente, alimentar a fama de Catão enquanto herói mártir, como o retrata Lucano na sua epopeia *Bellum Civile* [*Pharsalia*]⁷.

Plutarco é autor da primeira biografia de Catão que chega aos dias de hoje e nela também realça o perfil moral do biografado, a sua retidão e inflexibilidade perante os revezes que, em seu entender, punham em causa a essência da

⁴ Drogula 2019, 3-5.

⁵ Assman 2011: 25.

⁶ Dos referidos textos de Cícero e César apenas restam fragmentos. Cf. Corbeil 2018.

⁷ Cf. Lucan, *Pharsalia*; *Dramatic Episodes of the Civil Wars*, disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/602>.

república romana⁸. A sua postura conservadora desde os tempos de questor, a posição assumida na alegada conspiração de Catilina, os seus ataques, enquanto tribuno, às leis agrárias de César e, por último, a sua recusa em se vergar à autoridade imperial contribuem de forma clara para a génese da imagem do herói mártir, lutador pela liberdade contra a governança tirânica, ou potencialmente tirânica, de Júlio César. Firmava-se, assim, uma linha de abordagem centrada no acto suicida de Catão enquanto gesto derradeiro do estoico e do republicano virtuoso, simultaneamente símbolo do colapso da República que tanto se empenhara em defender. Horácio refere-se-lhe nas *Éclogas* como figura ilustre de Roma. Montaigne, nos *Essais*, dedica um capítulo à sua memória, “Du Jeune Caton”, onde cita autores latinos, Ovídio, Lucano (*Farsália* I.118) e Vergílio (*Eneida* 8.617-731) com referências laudatórias à conduta de Catão⁹:

Sit Cato dum vivit sane vel Cæsare major,

dict l'un:

Et invictum devicta morte Catonem,

dict l'autre. Et l'autre, parlant des guerres civiles d'entre Cæsar et Pompeius,

Victrix causa diis placuit, sed victa Catoni.

Et le quatriesme sur les louanges de Cæsar:

Et cuncta terrarum subacta,

Præter atrocem animum Catonis.

Et le maistre du coeur, apres avoir étalé les noms des plus grands Romains en sa peinture, finit en cette maniere:

his dantem jura Cantonem.

Deixai Catão, o Jovem, enquanto viver, ser maior que César,

diz um,

E Catão não vencido, sendo a morte vencida,

diz outro. E outro, ao falar das guerras civis entre César e Pompeu,

A causa dos vencedores agradou aos deuses, mas a causa dos vencidos a Catão.

E o quarto sobre os elogios de César:

E toda a Terra cativa,

Apesar da alma severa de Catão.

E o mestre do coração, depois de ter apresentado os maiores de Roma na sua pintura, termina deste modo:

é Catão quem lhes dita a leis.¹⁰

Este retrato de um Catão arquetípico percorre séculos, não propriamente nas páginas da História, onde não ocupa lugar hegemónico, mas na memória coletiva, sobretudo através de textos literários. Continua presente ao longo da

⁸ Sobre a abordagem de Plutarco, cf., por exemplo, Duff 1999 ou Pelling 2011.

⁹ Montaigne 1969: 281-284.

¹⁰ Montaigne 1969: 284.

Idade Média¹¹, embora de modo ambivalente, pois o conceito de republicanismo não se integrava na mentalidade coeva e, muito menos no modelo político vigente, dominado pelo sistema monárquico (com exceção das cidades-estado italianas), ainda que matizado com diversos cambiantes quanto à efetiva dimensão do poder real. Por outro lado, o suicídio, adequado aos princípios da filosofia pagã estoica, numa Europa cristã afigurava-se inaceitável. Assim, reconhecia-se-lhe o carácter virtuoso, mas condenava-se a opção final.

A tal propósito, Halbwachs, na sua obra *Collective Memory*, sublinha a correlação entre a memória e a cultura em que emerge: “no memory is possible outside frameworks used by people living in society to determine and retrieve their recollections”¹². Esta relação entre a cultura vivida e o que dela atravessa os tempos é, também, abordada por Raymond Williams: “when it [the culture] is no longer being lived, but in a narrower way survives (...) the survival is governed, not by the period itself, but by new periods, which gradually compose a tradition.”¹³ A referida relação entre cultura e memória é reforçada por Astrid Erll ao definir, de modo breve, mas incisivo, o conceito de memória cultural: “(...) the interplay of present and past in socio-cultural contexts”¹⁴.

Dante, enquanto precursor do Renascimento e, consequentemente, do ideário clássico, de certa forma, marca a viragem contextual na modelagem da memória do futuro protagonista addisoniano ao colocá-lo como guardião do Purgatório, espaço limiar de duas dimensões, entre o céu e o inferno, de certo modo equivalente à transição entre a mentalidade cristã medievá e o encontro e novel apreço pela cultura clássica. Catão é a primeira personalidade a receber o visitante e a facultar-lhe a passagem, pois também ele, embora digno de respeito e admiração, se encontra no único lugar, intermédio, que o virtuoso pagão poderia aspirar ocupar na eternidade,

... um velho só,
Digno de tanta reverência, que mais não
Deve a seu pai algum filho.

Caía-lhe sobre o peito, em dupla onda,
a longa barba, com alguns cabelos brancos,
semelhante aos seus cabelos.

¹¹ Goar 1987.

¹² Halbwachs 1992: 43, “nenhuma memória é possível fora dos enquadramentos utilizados pelas pessoas viventes em sociedade para determinar e recuperar lembranças”.

¹³ Williams 1965, “quando a cultura já não está a ser vivida, mas de modo mais limitado sobrevive (...) a sobrevivência é ditada, não pelo período em si, mas por novos períodos que gradualmente compõem uma tradição.”

¹⁴ Erll 2010: 2, “a interação entre presente e passado em contextos socio-culturais”.

Os raios das quatro estrelas inundavam-lhe
o semblante de luz, que eu via
plenamente iluminado como um Sol.¹⁵

Além do dilema suscitado pela perpetração do suicídio, o Renascimento não acolhe a visão republicana como alternativa eficaz às falhas evidenciadas pelas monarquias. Para a *intelligentsia* coeva era mais aceitável a transposição das regras monásticas para toda a sociedade, como propôs Thomas More na sua *Utopia* (1516), um *serio ludum* que casa os pressupostos do humanismo clássico com a doutrina cristã, do que abraçar efetivamente o modelo republicano. Seria no século XVIII que os ideais neoclássicos e, portanto, o republicanismo, deixariam de ser apenas um ideal filosófico e político para serem ponderados como uma *praxis* viável. Wolloch refere a existência de antecedentes, nos finais do século XVII, nomeadamente *Les Dialogues des Morts* (1692-1696) de François de Salignac de la Mothe-Fénelon, que incluía dois diálogos de Catão, um com César e outro com Cícero, sendo o último mais favorável a Catão. Nesse diálogo com César, o povo é descrito como sendo crédulo e, portanto, vítima fácil dos ardis dos líderes, segundo Wolloch, um argumento recorrente do ideal clássico republicano, denunciador de um certo desprezo condescendente pela “arraia miúda”, aliado ao repúdio da tirania¹⁶.

A tradição clássica era abundantemente conhecida nos círculos intelectuais e políticos de Setecentos, mas no caso de Inglaterra, e mais especificamente de Londres, a informação expandia-se a níveis diversos ao explorar canais de sensibilização pública com capacidade de alcançar grupos sociais alargados constituintes de uma opinião pública emergente. Periódicos como *The Tatler*, jornal fundado por Richard Steele em 1709 e desenvolvido por Addison e, cerca de um ano depois, *The Spectator*, da responsabilidade do próprio Joseph Addison, funcionaram não só como divulgadores de notícias sobre o que acontecia, mas, de modo nítido, como agentes na formação ética e cívica dos seus presumíveis leitores, sublinhando princípios de honestidade, labor, temperança e coragem na adversidade. As repercussões individuais e sociais desses ensinamentos encontravam eco nas respostas políticas que partidos e fações ofereciam aos eleitores. O modelo ético subjacente a tais princípios revia-se no exemplo de Catão, como Addison cedo se apercebeu, provavelmente desde os tempos de estudante universitário, ou quando realizou o seu *Grand Tour* (numa longa visita a França, aos Países Baixos, a várias cidades italianas, e ainda Viena e cidades suíças e alemãs)¹⁷ como era habitual à época entre os jovens das classes mais abastadas.

¹⁵ Dante 1957: I, vv. 35-43.

¹⁶ Wolloch 2008: 65-66.

¹⁷ Cf. Smithers 1968.

Seria, provavelmente, ao regressar a Inglaterra, em 1704, que a tragédia sobre Catão tomou forma.

O tom coloquial adotado nas páginas dos periódicos em circulação, o seu estilo pioneiro pela aparente proximidade ao destinatário refletiam o ambiente de debate que germinava nos centros urbanos coetâneos e, muito especialmente, na capital britânica cujo crescimento, quer em termos da sua dimensão territorial, quer decorrente do intenso comércio inerente à expansão do império, fazia fervilhar de gentes e atividades variadas. As *coffeehouses* e *chocolatehouses*, que então proliferavam, eram locais de encontro e reunião para cidadãos envolvidos no comércio ou no sector dos serviços, então em imprescindível desenvolvimento numa metrópole com administração cada vez mais complexa. Eram, também, frequentadas por grupos de artistas, intelectuais e políticos e nelas circulavam desde rumores e *fait-divers* relativamente a notáveis, a notícias sérias sobre o conturbado cenário político que pautou os reinados dos últimos Stuarts. No plano externo era a guerra com a França de Luís XIV o tópico que suscitava mais celeuma, fosse quanto às estratégias que mais bem servissem os desígnios nacionais, fosse quanto ao dispêndio que significava para os cofres do estado.

O despertar do interesse por parte de diversos grupos cidadãos extravasa, portanto, as paredes do Parlamento, sendo a própria instituição parlamentar alvo de críticas acesas quanto ao crescente facciosismo partidário entre *Tories* e *Whigs*, ou quanto às contendas entre grupos transversais aos partidos, nomeadamente as fações *country* e *court*, consoante o ideal de sociedade que advogavam. Os pertencentes à primeira facção caracterizam-se por serem, muitos deles membros da velha nobreza, mais conservadores tanto na esfera religiosa, enquanto membros da Igreja Anglicana, como na afirmação de um sentido patriótico arraigado à terra, vista, simultaneamente, como única fonte de riqueza respeitável porque associada ao labor rural. Eles emulam os *optimates* romanos na censura às novas propostas legislativas de índole tributária, que os obrigariam a abdicar de isenções há muito usufruídas e os levam a pôr em causa a lealdade nacional dos detentores da chamada riqueza móvel. Em contraste, a segunda facção, dos cortesãos, mas que facilmente se poderia denominar dos “modernos” (em alusão à conhecida querela entre Antigos e Modernos¹⁸), cresce, sobretudo, entre os cidadãos de uma classe média de contornos pouco nítidos, a chamada “middling sort” que ascende socialmente pela riqueza líquida que muitos adquirem através dos seus negócios, das suas operações financeiras e, também, pelos múltiplos cargos que a agigantada máquina administrativa requer. Dinâmicos e empreendedores, buscam maior peso nas decisões políticas, no jogo de influências entre a corte, o governo e o parlamento

¹⁸ Sobre a querela entre Antigos e Modernos, v., por exemplo, Bullard e Tadié 2016.

e esgrimem informações e boatos nesses lugares onde emerge uma opinião pública ainda não plenamente cônica da sua força.

Na verdade, o debate político insere-se na longa tradição de raiz clássica e, em círculos mais restritos, nunca deixara de estar presente em tratados, ensaios, textos epistolares, ou, até, na literatura de ficção. A Inglaterra do século XVII fora palco de convulsões políticas, oscilando entre tentativas de pendor absolutista com Carlos I, que culminaria em guerra civil e regicídio, a experiência republicana com Oliver Cromwell, em si mesma o exercício de um absolutismo pragmático sustentado por um parlamento de apoiantes, e o regresso à monarquia, embora em novos moldes. Não admira, pois, que vários pensadores especulassem sobre qual o sistema político mais justo para o indivíduo e para o colectivo e que, simultaneamente, garantisse estabilidade e bem-estar a toda a sociedade. De entre os numerosos contributos conta-se a proposta de absolutismo secular avançada por Thomas Hobbes em *Leviathan* (1651), em contraste com *Patriarcha, or the Natural Power of Kings* (1680) em que o autor, Robert Filmer, advoga o poder absoluto alicerçado, por um lado na estrutura familiar e, por outro, no princípio do direito divino dos reis; e, em clara oposição ideológica a estas duas visões absolutistas, destacam-se apologias do modelo republicano, como *The Commonwealth of Oceana* (1656) de James Harrington, ou *Discourses Concerning Government* (1698) da autoria de Algernon Sidney. Após a Revolução Gloriosa de 1688, o debate centrou-se na exploração de novas fórmulas de equilíbrio entre o poder da coroa e o poder parlamentar. Em termos constitucionais, a *Declaração de Direitos* [*Bill of Rights*] de 1689 reverberava tais preocupações ao estabelecer limites e esclarecer a natureza das competências do monarca. No plano ideológico, o modelo delineado por John Locke em *Two Treatises of Government* (publicado anonimamente durante os seus tempos de exílio nos Países Baixos) ganharia foros de pedra fundante do regime na monarquia constitucional de Guilherme de Orange e Maria Stuart. A ênfase na supremacia da instituição parlamentar, porque organismo colectivo eleito e, portanto, sujeito a escrutínio público e delimitação temporal, revela afinidades com o Senado romano, sublinhando Locke a dupla capacidade do Parlamento enquanto legislador e supervisor do poder executivo:

...the first and fundamental positive Law of all Common-wealths, is the establishing of the Legislative Power; as the first and fundamental Law, which is to govern even the Legislative it self, is the preservation of the Society, and (as far as will consist with the publick good) of every person in it. This Legislative is not only the supreme power of the Common-wealth, but sacred and unalterable in the hands where the Community have once placed it.

...a primeira Lei, positiva e fundamental de todos Estados é o estabelecimento do Poder Legislativo; enquanto Lei, primeira e fundamental, que deve governar até o próprio Legislativo, é a preservação da Sociedade e (tanto quanto

coincidente com o bem público) de cada indivíduo que dela faça parte. Este *Legislativo* é não só o *poder supremo* do Estado, mas é, também, sagrado e inalterável nas mãos em que a Comunidade o colocou.¹⁹

Estabilizados os poderes constitucionais, o cerne da questão política passa para o exame das condutas privadas e públicas dos que exerciam funções de poder. Os adeptos da ideologia *country* censuravam os ocupantes de cargos públicos por olharem pelos seus interesses privados em vez de pugnarem pela coisa pública. Associavam luxo e exibição de riqueza a práticas corruptas de ministros e cortesãos. Por seu turno, os apologistas *court* reprovavam a visão passadista dos que impediam o progresso resultante do investimento em novas atividades, manufatureiras, comerciais, financeiras, fontes de riqueza móvel e não dependente exclusivamente da propriedade rural²⁰.

Tais análises invocavam, amiúde, exemplos provindos da Roma antiga, usando-os como argumentos irrefutáveis na apologia dos seus pontos de vista. O contributo de Henry Neville com a sua tradução das obras completas de Nicolau Maquiavel, incluindo *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1513-1517), vinda a prelo no último quartel do século XVII, trazia à liça a dialética republicana entre os detentores do poder como forma de alcançar a justiça social, alicerçada na educação nas virtudes cívicas para que todos os cidadãos colocassem o bem público acima dos seus interesses particulares. A tónica na virtude cívica como garante de uma sociedade próspera, justa e, portanto, estável suscitara as campanhas moralistas das Sociedades para as Reformas das Maneiras que promoviam ações pedagógicas de formação moral e vigilância comunitária de modo a assegurar um comportamento virtuoso por parte dos concidadãos e, assim, contribuir para a grandeza nacional²¹. Por seu turno, os autores dos periódicos avocavam o dever de educar, censurando, nos seus textos, as más condutas. Joseph Addison adotaria até o título de “Censor of Great Britain”, como anuncia no n.º 162 de *The Tatler* (22 de Abril de 1710): “*Tertius è coelo ceccidit Cato. A third Cato is dropped from the Heavens.*”²² Ironicamente, o título de Censor remete para o cônsul Marcos Pórcio Catão, figura hegemónica na política e na literatura romana do século II a.C., de quem Catão de Útica, seu descendente, herdaria não só o nome, mas as qualidades oratórias e a postura moral.

O objecto de memória confunde-se, mas a memória cultural é clara na asserção de um ideal cívico e a literatura é um dos seus instrumentos privilegiados, em especial sob a forma de tragédia, como sublinha Addison em *The Spectator* n.º 39:

¹⁹ Locke 1988: 355-356 (itálicos do autor).

²⁰ Cf. Pocock 2016.

²¹ Cf. Sonnelitter 2010: 517-542.

²² Steele 1899: 203, “Um terceiro Catão caiu dos céus.”

As a perfect Tragedy is the Noblest Production of Human Nature, so it is capable of giving the Mind one of the most delightful and most improving Entertainments, a virtuous Man (says Seneca) struggling with Misfortunes, is such a Spectacle as Gods might look upon with Pleasure.

Tal como uma Tragédia perfeita é a mais nobre produção de natureza humana, pois é capaz de dar à mente um dos entretenimentos mais agradáveis e educativos, um homem virtuoso (diz Séneca) a lutar contra os infortúnios é um tal espetáculo que os deuses podem contemplar com prazer.²³

Aliás, tanto Joseph Addison como Richard Steele exprimiram opiniões claramente a favor do teatro, considerando este último a arte dramática “...the most agreeable and easy method of making a polite and moral gentry”²⁴, ideia reiterada por Addison em *The Spectator* nº 58, ao abordar o vício e a ignorância do território britânico, bem como a relevância da literatura e em especial da tragédia como instrumento ímpar na elevação do pensamento e no cultivo “daquela Humanidade que é o ornamento da natureza dos homens”. A tragédia, diz Addison, modera a insolência, adoça as agruras e prepara a mente para se submeter aos desígnios da providência²⁵.

Addison considera até que a tragédia moderna é superior à clássica, seja a grega, seja a romana, sobretudo no respeitante à matéria narrada e à sofisticada elaboração da intriga. Todavia, o mesmo não se verificaria no tocante aos ensinamentos morais que o dramaturgo cristão deveria estar empenhado em transmitir²⁶. Não bastaria ganhar a adesão do público a um espetáculo bem realizado, mas, em simultâneo, recuperar a máxima aristotélica de suscitar o temor (*phobos*) e a compaixão (*eleos*) para purificação (*katharsis*) das paixões²⁷.

A hegemonia que Addison atribui à tragédia, sobretudo, pela doutrinação moral através da “imitação de uma acção elevada e completa, dotada de extensão, numa linguagem embelezada”²⁸, a par da capacidade de incutir nos seus conterrâneos um nível superior de polidez e civismo, responde ao que Goldsmith designa por “complexo de Catão”. Tal complexo manifestava-se na “obsessão Augustana em preservar a Liberdade e a virtude pública, contendo a corrupção pública e os vícios privados”, e encontrava o seu ícone na memória

²³ Addison 1711.

²⁴ Steele 1709, “o método mais agradável e fácil para tornar os públicos coetâneos mais polidos e morais”.

²⁵ Addison 1883.

²⁶ Addison 1883.

²⁷ Arist. *Poet.*1449b 24-28.

²⁸ Ibid.

de Catão²⁹, ou, nas palavras proferidas pelo seu filho Pórcio: “(...) ele [Catão] combate pela Causa da Honra, da Virtude, da Liberdade e de Roma”³⁰.

A memória cultural atua, neste caso, a dois níveis, nomeadamente, no plano da aplicação do modelo literário da tragédia grega, o que Aleida Assman e Jan Assman designam por “script-based culture”, isto é, a adoção de tradições canónicas, como a Antiguidade Clássica, apoiada em explicações e interpretações³¹, bem como no plano de homenagem à figura de Catão de Útica. A representação teatral dos gestos do herói, derrotado na guerra, mas vencedor na batalha das virtudes a um tempo éticas e políticas torna-se sobremaneira visível para um público que lhe reconhece a grandeza.

A apropriação política do ideal representado por Catão era igualmente disputada por *Tories* e *Whigs*. Quem se identificaria com o herói ou com o vilão tirânico? Bolingbroke, o líder conservador, membro do governo e negociador destacado do Tratado de Utrecht, ou o duque de Malborough, proeminente general pelas vitórias alcançadas na Guerra da Sucessão de Espanha, mas senhor de desmedida fortuna e influência na corte da rainha Ana? Numa clara manobra propagandística, Bolingbroke não só aprovara a licença para que a peça fosse levada à cena, como assistiu à estreia e presenteou Booth, o ator que desempenhou o papel do herói uticense, com 50 guinéus³² por defender a causa da Liberdade do “ditador perpétuo”, enquanto Steele e o seu grupo de *Whigs* a aplaudiam por dar voz a idênticos ideais³³. Alexander Pope, em carta a John Caryll datada de 30 de Abril de 1713, salientava esse aplauso bipartidário: “The numerous and violent claps of the Whig party on the one side of the theatre, were echoed back by the Tories on the other.”³⁴

O equilíbrio de forças evidenciado no público presente na estreia refletia a harmonia pluripartidária, e simultaneamente poética, visada por Addison. A peça abria com um Prólogo de Pope, *Tory* convicto e célebre não só pela obra poética como pelo seu *Essay on Criticism* (1711); já o Epílogo era da autoria do médico e poeta John Garth, um *Whig*, membro do Kit-Kat Club, a que pertenciam, entre outros, o próprio Addison, Steele, o dramaturgo William Congreve e figuras políticas como Walpole e o duque de Malborough. A harmonia estabelecida não só respondia às tensões partidárias já referidas, como sublinhava os dois temas em foco na obra: por um lado, a questão patriótica, por outro, a trama amorosa que envolve Lúcia e os filhos de Catão, Marcos e Pórcio, ambos

²⁹ Goldsmith 1985: 20.

³⁰ Addison 2007: Ato I, C. I.

³¹ Cf. Harth 2010: 90.

³² Cerca de 100 libras em valor atual.

³³ Kelsall 1966: 149.

³⁴ Sherburn 1956: vol. 1, 175, “As palmas numerosas e violentas do Partido Whig num dos lados do teatro encontravam eco nas dos Tories, no outro lado da sala.”

seus pretendentes, e Márcia e o príncipe númida, Juba. Assim, o Prólogo, declamado por Robert Wilks (c. 1665-1732), ator principal da companhia teatral de Drury Lane, centra-se no apelo aos seus compatriotas, na defesa dos valores e da arte nacionais e, em tom de “tuba canora e belicosa”, como diria Camões³⁵, exorta-os a atentarem no exemplo de Catão:

Bretões, escutai, que um tal valor seja apreciado,
E mostrai que tendes a virtude de vos emocionardes.
Com desprezo honesto viu o mui Famoso Catão
Roma aprender as artes da Grécia que subjugara,
A nossa cena já há muito se alonga de forma precária
Na tradução francesa e na canção italiana.
Ousai ter o vosso próprio senso, reclamai o palco,
Aquecei-vos com justiça na vossa raiva nativa.
Só tais peças deveriam agradar ao ouvido britânico,
Que até Catão não desdenhou escutar.³⁶

Em contraponto, o Epílogo é declamado por Mary Porter, também ela atriz principal da companhia do teatro de Drury Lane, que, em tom suave, relewa o tema do amor e, em especial, do papel das mulheres num mundo dominado pelos interesses masculinos: “Que coisas estranhas e fantásticas fazemos nós, mulheres!”³⁷ Todavia, elas e as suas ações caem no esquecimento, num anonimato que lhes denega a celebração das suas virtudes, ou, como afirma Aleida Assman a propósito da seleção de nomes célebres pelo poeta Thomas Gray em *Elegy Written in a Country Churchyard*:

No matter what the names may be – Cato, Cicero, and Caesar; or Hampden, Milton and Cromwell – in the annals of history, fame and women are rarely found together. At every social level, women form the anonymous background against which male glory shines all the more brightly. As long as entry into the cultural memory is conditioned by heroism or canonization, women systematically disappear into cultural oblivion. It is a case of structural amnesia.

Não interessa que nomes possam ser – Catão, Cícero e César; ou Hampden, Milton e Cromwell – nos anais da história, fama e mulheres raramente se encontram juntos. Em todos os níveis sociais, as mulheres formam um pano de fundo anónimo contra o qual brilha a glória masculina ainda mais rutilante. Enquanto a entrada na memória cultural estiver condicionada ao

³⁵ *Os Lusíadas* 1.5.

³⁶ Pope 2007: 22-23.

³⁷ Garth 2007: 103.

heroísmo ou à canonização, as mulheres desaparecem sistematicamente no oblivio cultural. É um caso de amnésia estrutural.³⁸

Esta bipolarização inerente à peça addisoniana seria, aliás, mal acolhida, suscitando críticas, mais tardiamente, já no reinado de Jorge de Hanover, e, inclusivamente, o surgimento de uma outra versão da tragédia despojada da intriga amorosa e das personagens femininas que lhe davam vida, *Cato. A Tragédia. Without the Love Scenes* [Catão. Uma Tragédia. Sem as Cenas Amorosas] (1764), versão atribuída a Joseph Reeve. De certo modo, os afetos são percecionados como fraquezas, correndo-se o risco de efeminizar o herói que, portanto, deve manter uma postura marcada pelo desapego sentimental e alicerçada na racional prossecução da virtude masculina por excelência, a coragem. Não admira, pois, que, Catão, perante a notícia da morte do filho, não ceda à emoção de um pai em luto, antes a converta em preito de amor pátrio:

“Quão bela é a morte quando ganha com virtude!
Quem não desejaria ser este jovem? Que pena é
Só podermos morrer uma vez para servir a nossa pátria!”³⁹

A manifestação de dor surge apenas quando contempla o futuro da pátria, amor mais nobre que se sobrepõe aos desgostos privados:

Porque manifestais tal pesar? Não permitis que a perda privada
Aflija os vossos corações. É Roma que reclama as vossas lágrimas,
A senhora do mundo, a sede do império,
O berço dos heróis, o deleite dos deuses,
Que humilhou orgulhosos tiranos da terra,
E libertou nações, Roma já não existe.
Ó liberdade! Ó virtude! Ó minha pátria!⁴⁰

Esta postura valeu-lhe o encómio coetâneo de muitos, tendo *Catão, uma Tragédia* sido publicada não só em várias cidades europeias, como Glasgow, Dublin, Belfast, Edimburgo, Göttingen, Paris ou Roma, como, a partir da década de trinta, em diversas colónias britânicas do continente americano, onde, também foi levada à cena, sobretudo nas colónias do sul. A Norte, área mais dominada por grupos religiosos, como o quacrismo, que se opunham ao espetáculo teatral, era a obra literária mais divulgada, tendo vindo a prelo, segundo Litto, pelo menos nove edições em terras americanas

³⁸ Assman 2011: 52.

³⁹ Pope 2007: 91.

⁴⁰ Addison, 2007: Ato IV, C. IV.

até 1800 e mais oito no século seguinte, sinais inequívocos da popularidade e do entusiasmo granjeados entre inúmeros colonos e cidadãos americanos pós-independência⁴¹.

Aliás, a popularidade do herói de Útica já ecoava em terras americanas na década de vinte de Setecentos através da divulgação das *Cato's Letters* [*Cartas de Catão*], publicadas inicialmente no *The London Journal* de 1720 a 1723. Da autoria de Trenchard e Gordon, dois *Whigs* radicais, as cartas surgiam assinadas com o pseudónimo “Catão” e abordavam, em tom assaz crítico, múltiplos aspetos da política e da finança britânicas, bastas vezes enredadas em conluios dúbios. Na verdade, as cartas surgiram inicialmente como reação acesa à crise da Companhia do Mar do Sul, a conhecida *South Sea Bubble*. Efetivamente, a especulação desenfreada que levaria à falência da Companhia, deu aso ao escândalo que envolveu parlamentares, membros do governo e da casa real, para além de inúmeros investidores que, num ápice, viram as suas expectativas goradas, suscitando não só a falência da Companhia e a inevitável queda em desgraça dos seus responsáveis e do próprio governo, como o exacerbar tanto da dívida pública como da desconfiança generalizada relativamente aos poderes instituídos. Gordon e Trenchard expressam as suas suspeitas do que consideram ser a promiscuidade entre a atividade comercial e a esfera política. Tal promiscuidade, ilustrada pelo caso da crise da Companhia dos Mares do Sul, atentava contra o “bem e a segurança do povo, o que constitui a lei suprema”, como se afirma na carta nº 11: *Salus populi suprema lex esto*⁴². A premissa inerente às acerbas invetivas por parte dos autores das cartas radica na máxima lockeana de que todos os homens nascem livres e iguais, apenas se submetendo ao poder político mediante consentimento próprio⁴³, pressuposto que subjaz à autoridade moral e política corporizada por Catão. O direito inalienável da humanidade à liberdade é abordado em diversas cartas, em especial nas cartas 61 e seguintes, opondo-se aos governos tirânicos e ao escravagismo, enquanto formas de usurpação desse direito dado por Deus aos homens⁴⁴. Addison faz convergir as duas faces da supressão da liberdade, ao associar a ideologia imperial à escravidão: “Enquanto Catão viver, César corará ao ver/ A humanidade escravizada e terá vergonha do império.”⁴⁵

Segundo J. Robert Cox, a memória constitui um recurso poderoso quando se pretende criticar o *status quo* e imaginar alternativas para o futuro⁴⁶. Neste sentido, e à semelhança da fama que a tragédia de Addison alcançara, as cartas

⁴¹ Litto 1966: 435-436.

⁴² Hamonwy 1995: vol. I, 87.

⁴³ Locke 1994: 330.

⁴⁴ Hamonwy 1995: vol. II, 406.

⁴⁵ Addison 2007: Ato IV, C. IV.

⁴⁶ Cox 2017.

de Trenchard e Gordon, legitimadas pela assinatura de “Catão”, inspiraram os colonos americanos dando-lhes argumentos para confrontar a sede do poder metropolitano britânico. Aliás, a sua divulgação através de livreiros e a sua inclusão nos catálogos de inúmeras bibliotecas já era assinalável várias décadas antes de eclodir a Revolução Americana⁴⁷ continuando presente na influência exercida em figuras chave na guerra pela independência. George Washington, que elegera a tragédia addisoniana como a sua peça favorita, ordenou, inclusivamente, que *Catão, uma Tragédia* fosse representada para os seus soldados, sitiados durante o Inverno de 1777-78 em Vale de Forge e sujeitos a duríssimas condições de subsistência, com o intuito de lhes levantar o moral, uma decisão que desafiava o banimento dos espetáculos de teatro, considerado contrário aos princípios republicanos⁴⁸.

O anseio de libertação de governos despóticos conheceu múltiplos episódios e Portugal de Oitocentos protagonizou alguns desses momentos na luta que opôs absolutistas e liberais, primeiro com o Vintismo, acontecimento histórico, que, tal como o nome indica, ocorreu na década de vinte e, mais tarde, a Guerra entre os dois filhos de D. João VI, D. Miguel e D. Pedro. Almeida Garrett, um defensor dos ideais liberais preconizados pelo Vintismo, vê em Catão de Útica o símbolo da sua luta pela libertação de um povo cujas grilhetas eram tanto físicas como intelectuais, tendo, eventualmente, projetado nele a figura de Manuel Fernandes Tomás, o grande líder da Revolução de 1820. A tragédia garrettiana, também intitulada *Catão*, conheceria a sua estreia no Teatro do Bairro Alto, em 1821, momento de fulgor daquele movimento libertário. A revolta estala no Norte, nesse ano de 1820, qual grito de muitos face às inúmeras dificuldades económicas, sociais e políticas com que se debatiam em resultado não só das invasões napoleónicas, mas também da presença, muito questionada, dos aliados ingleses liderados por Beresford, cuja presença prolongada mais questionava a soberania lusitana. Além disso, o regresso da família real, depois de tantos anos no Brasil, também não tranquilizava a maioria, na medida em que a população, órfã durante os anos de maior provação, se mantinha em retraída expectativa do que seria o gesto real na emenda, por exemplo, das disposições fiscais e comerciais, entre tantos problemas que emperravam a administração nacional. A canga que pesava sobre a população portuguesa contrastava com as novas ideias que circulavam em periódicos estrangeiros que teimavam em vencer os mecanismos censórios, assim propagando uma ideologia liberal. Dos movimentos revoltosos originários do Porto e depois Lisboa, a que se juntaram forças de outros pontos do país, resultariam as eleições para as Cortes Constituintes (de seu nome oficial Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação

⁴⁷ Cf. Lundberg 1976: 262-93.

⁴⁸ McDonald 2004: viii.

Portuguesa), a elaboração de legislação inovadora, a aprovação e decretação da primeira Constituição portuguesa e o seu juramento pelo rei D. João VI⁴⁹. O futuro augurava-se, pois, mais feliz e progressista.

À semelhança do que acontecera com a representação, o *Catão* de Almeida Garrett seria publicado juntamente com a farsa *O Corcunda por Amor*, acrescentando-lhe ainda, na primeira edição, de 1822, um prefácio, de índole mais teórica sobre dramaturgia, mais especificamente, sobre a possível harmonização entre o modelo romântico e os princípios clássicos. Por outras palavras, Garrett retoma aí o debate suscitado pela combinatória da intriga amorosa com o tema nacionalista e republicano que tanta celeuma provocara na receção da peça de Addison. A similitude entre as duas obras fez nascer, aliás, acusações de o dramaturgo português ter produzido uma quase imitação do texto de Addison, proximidade que justificaria por ambos partilharem da mesma fonte, Plutarco, um dos seus autores de eleição⁵⁰.

Na segunda edição da tragédia, em 1830, Garrett já indicia o seu desapontamento relativamente à possibilidade de os propósitos regeneradores resistirem aos que os atacam, ou mais melifluamente corroem. Refere, um pouco mais tarde, em “Estatutos da Sociedade Conservadora do Sistema Monárquico representativo em Portugal”, datados de 8 de Julho de 1841, que após cinco anos de perseguições dos absolutistas aos liberais, muitos dos protagonistas de 1820 tinham desaparecido, fruto de aprisionamentos, desterros e mortes, mas que, apesar disso, alguns há iam permanecido comparáveis a Aristides, Catão, ou Bruto – todos heróis citados por Plutarco⁵¹.

Na verdade, o final da década de vinte já prenunciava as tensões quer entre liberais moderados e radicais, quer entre liberais e absolutistas. D. Miguel, o príncipe que seu pai exilara em resultado das conspirações de Vila-Francada (1823) e da Abrilada (1824), depois da morte do monarca não desistiria de restaurar o absolutismo em Portugal; D. Pedro, filho mais velho sobrevivente de D. João VI e defensor do ideário liberal, abdicara do seu direito ao trono português a favor de sua filha D. Maria da Glória, pois assumira o título de imperador do recém-independente Brasil. Tenta uma solução conciliadora, outorgando a Carta Constitucional, onde se delineia a estrutura do estado, implicando a divisão dos poderes e direitos de cidadania quanto à segurança e à propriedade, visando o equilíbrio entre o poder régio, dinástico e unipessoal e a maior representatividade do colectivo, em delicado reflexo de pressupostos já presentes no tratado de John Locke e base da Lei do Regime assinada por Guilherme de Orange e Maria Stuart, bem como na Carta Constitucional francesa

⁴⁹ Boletim da Assembleia da República, *Comunicar*, Outubro 2020.

⁵⁰ Ferreira (s. d.): 143

⁵¹ Id.: 138.

de Luís XVIII (1814). O documento luso também estipulava o casamento entre D. Miguel e sua sobrinha D. Maria da Glória, para assim forjar uma aliança entre as duas ideologias em confronto. Todavia, os desideratos de D. Pedro não se concretizariam e, em 1832 instala-se a guerra civil, num primeiro momento mais favorável aos miguelistas, obrigando à fuga dos liberais, muitos deles alvo de violentas perseguições e execuções sumárias, para os Açores e depois para o Porto, onde sofreram um cerco prolongado. Com o apoio de aliados estrangeiros, a sorte da guerra mudaria por completo e, em 1834, D. Miguel vê-se compelido a assinar a rendição na chamada Convenção de Évora-Monte.

Garrett viveu todos esses sobressaltos, envolvendo-se na causa liberal, por ela ora sofrendo exílios, ora sendo alvo de reconhecimento através da atribuição de cargos públicos e, até, da outorga do título de Visconde de Santarém por D. Pedro V, sem, porém, nunca alterar o seu múnus. A escolha de Catão como herói atemporal e da obra dramática como forma mais nobre de levar os públicos a refletir sobre os modelos políticos acompanha-o ao longo de toda a sua vida, patente em rasgos, por vezes algo quixotescos, mas fruto de séria convicção, em prol da liberdade de pensamento, expressão e acção do indivíduo (aspectos que aborda no Prefácio à edição de 1830). Apropria-se das memórias republicanas consagradas em Catão, mas não esquece as suas raízes: “No Catão senti outra coisa, fui a Roma; e fiz-me romano quanto pude, segundo o ditado manda: mas voltei para Portugal, e pensei de português para portugueses”⁵².

Como afirma Neumann, “a literatura nunca é um mero reflexo de discursos culturais pré-existent; antes contribui de forma atuante para a negociação da memória cultural”⁵³. Catão, cuja vida vem sendo evocada desde a Antiguidade clássica, por seus coevos, ou autores de gerações ainda próximas, como Cícero ou Plutarco, ecoa entre os Modernos em resposta aos seus dilemas, à sua busca de soluções para a sua contingência vivencial. Gordon e Trenchard beberam nele os princípios da integridade e da cidadania e assim não só denunciaram os erros e as transgressões da sua realidade, como abriram caminho a alternativas políticas consubstanciadoras de autonomia. Garrett, ao escrever após a Revolução Liberal, mostra intento mais pedagógico, uma preocupação em manter acesa a chama norteadora dos princípios por que tão empenhadamente pugnou. As suas causa e propósitos em boa medida coincidem com as convicções estéticas, éticas e políticas enunciadas por Addison, o Censor da Grã-Bretanha que partilhou um pouco da autoridade moral do seu herói, procurando morigerar os costumes partidários e dos vários públicos, de leitores a frequentadores de teatro, para que a sua época fosse, de facto, iluminada.

⁵² Garrett 1904: vol. II, 1617.

⁵³ Neumann 2008: 335.

De acordo com os pressupostos da retórica clássica, a memória é um dos seus cinco cânones⁵⁴. Gavriel Rosenfeld, já neste milénio, considera a memória um dos fatores mais relevantes para o progresso das culturas ocidentais⁵⁵ e, segundo Astrid Erll a memória requer movimento, viagem, para sobreviver. Catão, ou a obsessão pelo herói de Útica, segundo coetâneos de Addison, reúne todas estas características, pois ficou registado para utilização retórica na obra literária e performativa, viajou no espaço e no tempo, inspirando culturas várias, contribuindo para o progresso ideativo e político de múltiplas sociedades. São sobejamente famosas as linhas de Shakespeare sobre o papel do teatro e dos atores que o povoam:

All the world's a stage
And all the men and women merely players;
They have their exits and their entrances;

Todo o mundo é um palco
E todos os homens e mulheres meros atores;
Têm as suas saídas e as suas entradas;⁵⁶

Catão, todavia, parece dominar os palcos, permanecendo na ribalta das nossas memórias.

⁵⁴ Cf Lausberg 1967: 91.

⁵⁵ Rosenfeld 2009: 122-158.

⁵⁶ Shakespeare 2006: Ato II, cena VII.

BIBLIOGRAFIA

- Addison, J. (1711), *The Spectator*. No. 39, 14 April. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/12030/12030-h/SV1/Spectator1.html#section39>.
- Addison, J. (1883), *The Spectator*. Volumes 1, 2 e 3. Edição de Henry Morley. Abingdon: George Routledge and Sons.
- Addison, J. (2007), *Catão. Uma Tragédia. Tal como é representada no Teatro Real em Drury Lane, pelos súbditos de sua majestade*. Introdução, tradução e notas de Adelaide Meira Serras. Lisboa: Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa.
- Aristóteles (2008), *Poética*. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira; tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Assman, A. (2011), *Cultural Memory and Western Civilization. Functions, Media, Archives*. Cambridge: University Press.
- Boletim da Assembleia da República (2020), “O Vintismo. As Cortes Constituintes”, *Comunicar*. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202010/66/artigos/art7.html>
- Bullard, P. e A. Tadié (eds.) (2016), *Ancients and Moderns in Europe: Comparative Perspectives*. Oxford: University Press.
- Castelvetro, L. (1978), *La poetica di Aristotele vulgarizzata e sposta* [1570]. A cura di Werther Romani. Roma-Bari: Laterza. Disponível em: <https://archive.org/details/264CastelvetroPoeticaDAristotele1Si071>.
- Corbeil, A. (2018), “Anticato”, in L. Grillo e C. Krebs (eds.), *Cambridge Companion to the Writings of Julius Caesar*. Cambridge: University Press, 215-222.
- Cox, J. R. (1990), “Memory, Critical Theory, and the Argument from History”, *Argumentation and Advocacy* 27.1: 1-13. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00028533.1990.11951501>.
- Dante Allighieri (1957), *A Divina Comédia. Volume II, O Purgatório*. Tradução do italiano, prefácio e notas do Prof. Marques Braga. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Drogula, F. K. (2019), *Cato the Younger: Life and Death at the End of the Roman Republic*. Oxford: University Press.
- Duff, T. E. (1999), *Plutarch's Lives: Exploring Virtue and Vice*. Oxford: University Press.
- Erl, A. (2010), “An Introduction”, in A. Erl e A. Nünning (eds.), *A Companion to Cultural Memory Studies*. Berlim: De Gruyter, 1-15.

- Ferreira, J. R. (s.d.), *A Tragédia Catão de Almeida Garrett. Colheita em Plutarco*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 137-149.
- Garrett, A. (1904), *Obras completas*. Grande Edição Popular Ilustrada. Prefaciada, revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga. Lisboa: Empresa Histórica de Portugal.
- Goar, R. J. (1987), *The Legend of Cato Uticensis from the First Century BC to the Fifth Century AD, with an Appendix on Dante and Cato*. Bruxelas: Latomus.
- Goldsmith, M. M. (1985), *Private Vices, Public Benefits. Bernard Mandeville's Social and Political Thought*. Cambridge: University Press.
- Halbwachs, M. (1992), *On Collective Memory*. Edited, translated and with an introduction by Lewis A. Coser. Chicago: University Press.
- Harth, D. (2010), “The Invention of Cultural Memory”, in A. Erll e A. Nünning (eds.), *A Companion to Cultural Memory Studies*. Berlim: De Gruyter, 85-96.
- Kelsall, M. M. (1966), “The Meaning of Addison's Cato”, *The Review of English Studies*, 17.66: 149-162.
- Lausberg, H. (1967), *Elementos de Retórica Literária*. Tradução, Prefácio e Aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Litto, F. (1966), “Addison's Cato in the Colonies”, *The William and Mary Quarterly* 23.3: 431-449.
- Locke, J. (1994), *Second Treatise of Government*, in P. Laslett (ed.), *Two Treatises of Government*, Cambridge: University Press, 265-429.
- Lucan (s.d.), *Pharsalia; Dramatic Episodes of the Civil Wars*. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/602>.
- Lundberg, D. e H. F. May (1976), “The Enlightened reader in America”, *American Quarterly* 28: 262-293.
- McDonald, F. (2004), “Foreword”, in C. D. Henderson e M. E. Yellin (eds.), *Cato: A Tragedy And Selected Essays. Joseph Addison*. Carmel: Liberty Fund, vii-x.
- Montaigne, M. de (1969), “Du Jeune Caton”, in *Œuvres complètes, Essais*, Livre I, chapitre XXXVII. Paris: Garnier-Flammarion, 281-284.
- Pelling, C. (2011), *Plutarch and History: Eighteen Studies*. Swansea: Classical Press of Wales.
- Pocock, J. G. A. (2016), *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: University Press.

- Rosenfeld, G. (2009), "A Looming Crash or a Soft Landing? Forecasting the Future of the Memory "Industry", *The Journal of Modern History* 81.1:122-158.
- Shakespeare, W. (2006), *As You Like It*. Edição de Juliet Dusinberre. Londres: Bloomsbury Publishing.
- Sherburn, G. (ed.) (1956), *The Correspondence of Alexander Pope*. 5 volumes. Oxford: Clarendon Press.
- Smithers, P. (1968), *The Life of Joseph Addison*. Oxford: Clarendon Press.
- Sonnellitter, K. (2010), "The Reformation of Manners Societies, the Monarchy, and the English State, 1696–1714", *The Historian* 72.3: 517-542.
- Steele, R. (ed.) (1723), *The Lucubrations of Isaac Bickerstaff, Esq.* Volume 3. Londres: H. Lintot. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=8wLEAAAYAAJ&pg=PA213&lpg=PA213&dq>.
- Steele, R. (1899), *The Tatler*. No. 8. 26 April 1709, in G. A. Aitken (ed.), *The Tatler*. Volume I. Nova Iorque-Londres: Hadley & Mathews/Duckworth & Co. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/13645/13645-h/13645-h.htm#number8>.
- Trenchard, J. e T. Gordon (1995), *Cato's Letters. Or Essays on Liberty, Civil and Religious, and Other Important Subjects*. Edição de R. Hamonwy. Volumes I e II. Carmel: Liberty Fund.
- Williams, R. (1965), *The Long Revolution*. Londres: Penguin.
- Wolloch, N. (2008), "Cato the Younger in the Enlightenment", *Modern Philology* 106.1: 60-82.
- Wordsworth, W. (2001), *The Prelude of 1805*, in *Thirteen Books*. DjVu Editions: XI, vv. 342-343. Disponível em: <http://triggs.djvu.org/djvueditions.com/WORDSWORTH/PRELUDE1805/Download.pdf>.

(Página deixada propositadamente em branco)

A TRAGÉDIA CATÃO DE ALMEIDA GARRETT. SEU DÉBITO A PLUTARCO¹

JOSÉ RIBEIRO FERREIRA
Universidade de Coimbra
ORCID: 0000-0001-7025-3386
jriparius@gmail.com

RESUMO O próprio Garrett afirma no prefácio da tragédia *Catão* que a sua composição muito deve à leitura e manuseamento da obra de Plutarco, em especial das “vidas de Catão (o menor ou uticense) e de César”, “para me familiarizar e pôr, como se fora de casa, com os meus autores”. Ora o estudo procurará analisar esse débito, confessado, ao autor de Queroneia.

PALAVRAS-CHAVE: Plutarco, Garrett, Recepção, Addison, Catão de Útica, Pompeu, Júlio César.

Almeida Garrett teve uma formação clássica e conhecia bem a história e a cultura da Grécia e de Roma antigas. Mesmo depois de, na abertura da *Dona Branca* – a sua publicação coincide com a saída da primeira obra romântica – ter abjurado os “Áureos numes de Ascreu, ficções risonhas / Da culta Grécia amável”, continuou a conviver com os clássicos. São muitas as citações, alusões e referências, mesmo em obras emblemáticas do Romantismo, como *As Viagens na Minha Terra* e *O Arco de Santana*. Desses autores clássicos, Plutarco é dos mais recorrentes, talvez apenas superado por Homero, Virgílio, Horácio e Aristóteles².

Almeida Garrett foi um homem comprometido com a Revolução Liberal de 1820, um homem que, a favor da liberdade, luta contra a tirania.

Face a essa sua postura e empenho, não lhe poderiam ser indiferentes alguns dos retratos dos heróis das *Vidas* de Plutarco, e natural se torna que os seus nomes compareçam na sua obra com frequência. Sem estranheza, pois, vemo-lo a considerar (1963: 739) que Plutarco deve ser lido, referindo-o explicitamente cerca de 20 vezes; e a nomear, sobretudo na obra política e parlamentar, vários dos retratados nas suas *Vidas*, lendários ou históricos. São

¹ Este texto recupera um estudo anteriormente publicado, sob a referência “A tragédia Catão de Almeida Garrett. Seu débito a Plutarco”, in *Estudios sobre Plutarco: Misticismo y Religiones Místicas en la obra de Plutarco. Actas del VII Simposio Español sobre Plutarco, Palma de Mallorca, 2 a 4 de Noviembre de 2000*. Madrid, 2001, 297-304. A versão que agora se publica foi revista e atualizada.

² Almeida Garrett (1963: vol. 1, 739) considera que Plutarco deve ser lido. Sobre a receção de Plutarco por Almeida Garrett vide Ribeiro Ferreira 2006.

da especial predileção de Garrett *Catão* de Útica, Epaminondas, Temístocles, Aristides, Sócrates, Alcibíades, Fabrício, Bruto³, Licurgo, os Gracos, Horácio Cocles, Fábio, Cipião, Sertório, Coriolano ou Tito.

Entre os heróis plutarquianos que Garrett aponta como paradigma de lutadores da liberdade contra a tirania destaca-se *Catão de Útica*⁴. A esse nobre romano dedicou a tragédia *Catão*, em cinco atos, além de ainda o nomear em outras obras várias vezes. Cito apenas um passo dos vários que nos dão essa visão paradigmática de *Catão* e colho-o nos “Estatutos da Sociedade Conservadora do Sistema Monárquico representativo em Portugal”, datados de 8 de Julho de 1841. Garrett refere aí que em 1832, decorridos cinco anos de perseguições dos absolutistas aos liberais, com prisões, desterros, tinham desaparecido muitos democratas de 1820, mas que, apesar disso, permaneceram alguns que são equiparados a Aristides, a *Catão*, a Bruto – todos heróis de Plutarco (1963: vol. 1, 1229):

[...] alguns, e estes eram já bem pouco atidos às reminiscências das escolas, continuaram a ser Aristides, *Catões*, e *Brutos* e nem sequer se lembraram de que sobre as cinzas desses varões ilustres, cujas ideias eram inegavelmente progressivas na época em que eles viveram, pesavam já mais de dois mil anos.

A tragédia *Catão* – cuja primeira edição surge em 1822, em plena euforia da Revolução liberal de 1820, e a 2ª em 1830 significativamente alterada e espelhando desencanto e conformismo⁵ – vai buscar o seu assunto aos últimos momentos de vida do protagonista que se identificam com a resistência das forças republicanas em Útica ao domínio de César, episódio que culmina com o suicídio de *Catão*. São objetivos desta tragédia a exortação ao amor da liberdade e, ao mesmo tempo, incitação ao espírito de moderação e de respeito da lei.

O Ato I informa-nos da vitória de César sobre Pompeu, da situação delicada em que se encontram os defensores da Roma Livre, agrupados em Útica em volta de *Catão*, e ainda das esperanças de cada um nas decisões da reunião que estão prestes a iniciar e que consideram o verdadeiro senado romano. Através de diálogos e monólogos as figuras apresentam-se, manifestam-se e descobrem mesmo os seus intentos: *Catão*, o homem estóico, honrado, impoluto,

³ Tanto pode ser Lúcio Júnio Bruto, a cujo exemplo recorre mais abaixo, como Marco Bruto, que os dois nomeia Garrett.

⁴ Sobre *Catão de Útica*, seu papel e importância em Roma vide Drogula 2019. Para a prevalência da figura de *Catão Menor* e sua recepção ao longo dos tempos, até aos séculos XVII-XVIII, vide, neste volume, o capítulo de Adelaide Serras, “*Catão* – Uma Memória na Ribalta. Abordagem de *Catão*, uma Tragédia de Joseph Addison”, pp. 237-257.

⁵ Saiu terceira edição nove anos depois (1939) com ligeiras alterações que Garrett explica em Prefácio a essa edição (1963: vol. 2, 1617-1619) e em notas no final, e também suprime alguns versos (1963: vol. 2, 1775-1777).

defensor acérrimo da liberdade que prefere a morte a submeter-se à tirania de César; Marco Bruto, jovem exaltado e sempre pronto a enfrentar César, ansioso mesmo em derramar o sangue do tirano⁶; Mânlio, um homem moderado, conciliador e sensato; o filho de Catão, Pórcio, que admira o pai e acaba por encontrar a morte em consequência da traição de Semprônio, que, na tragédia, é um demagogo adulator da plebe e que, por inveja e ódio a Catão, não só se coloca ao lado de César, procurando escancarar as portas de Útica ao exército do ditador, como tenta também aliciar algumas das parcas forças de defesa desse grupo de resistentes; Juba, o jovem rei da Númida que tem por Catão uma adoração de filho e o apoia com o seu exército; Décio, enviado de César e amigo de Bruto; e o Povo, sobretudo presente no último Acto pelo seu desespero, mas também pela confiança e estima por Catão.

O Ato II é constituído por uma assembleia desse grupo de romanos que, a determinada altura, recebe o enviado Décio. A assembleia vai decidir se se deve resistir ou aceitar o domínio de César e enviar-lhe uma delegação. E nela os mais exaltados defensores da guerra são o traidor Semprônio e Marco Bruto.

Face à proposta de Décio (cena V), todos gritam guerra, quando Catão pergunta à assembleia se prefere a paz de César ou continuar a luta. Depois, e perante a sua ameaça velada “Chorá-lo-eis já tarde”, merecem meditação as palavras exaltadas do demagogo Semprônio que, dos mais acérrimos defensores da não cedência, trai a causa republicana e se passa para as fileiras de César (cena 5 do Ato II):

E com que audácia tu, com que soberba
 Contas assim tão certo coa vitória?
 Falas com tal despejo, tão seguro
 Como se a todos nós já sobre o campo
 Viras extintos, ou nos ferros torpes
 De teu feroz senhor maniatados
 Já súplices nos crês aos pés de César?
 Já por escravos teus nos imaginas?
 De nossas forças quem te disse o estado?
 Temos armas, e braços de sobejo
 Que essas temidas legiões rechassem.

⁶ Garrett critica e censura esta exaltação e violência que não trazem quaisquer resultados práticos. Assim na peça (Ato II, cena 1) Bruto aparece possuído de furor, de “heroísmo vão”, de delírio que “Crimes perpetra por acções de glória”. Para Catão, se é dever do homem honrado lutar pela libertação do país, não basta derramar o sangue do tirano para eliminar a tirania, como sublinha no Ato IV, cena 3: “[...] as cem fronteiras dessa hidra / Se reproduzem sempre, e dobram, crescem. / Por uma, que decepas, mil surgem.”

A que Catão responde: um “Romano, Semprônio, nunca mente”. E refere, de seguida, que as forças estão débeis, as muralhas são frágeis, “poucos moribundos soldados” as defendem, pelo que “pouco resta / Para a espada de César”.

Atente-se que Semprônio vai mesmo ao ponto de, hipocritamente, gritar “liberdade ou morte” e de propor que nem sequer se receba Décio, enviado do ditador; e acaba por afirmar que a condescendência, em escutá-lo, discorda dos princípios de Catão. Mas este, que conhece bem Semprônio, denuncia-lhe a hipocrisia, verbera-lhe o fanatismo, considerando que nem merecedor é de suspeita (cena 4 do Ato II); de seguida apresenta a Décio as condições para deporem as armas (cena 5 do Ato II): César deve desarmar as legiões, depor a púrpura, abdicar da ditadura, voltar à situação de simples cidadão, como veremos adiante.

O Ato III é ocupado pela revelação, feita por Décio e Catão, de que Marco Bruto é filho de César e de uma irmã de Catão que o ditador desonrara e abandonara; e, na parte final (cenar V a VIII), pela tentativa de aliciamento fraudulento de Juba, por parte de Semprônio que leva o jovem rei núpido a colaborar com as forças atacantes, julgando estar a salvar Catão.

O Ato IV passa-se durante a noite e tem por centro o ataque de surpresa das forças de César e a descoberta da traição de Semprônio. Marco Bruto, que pensara ser Mânlio o verdadeiro traidor, manifesta a sua incredulidade e expressa a sua confusão nestas palavras (cena 3 do Ato IV), ao sublinhar que Semprônio nem pelos Gracos era ultrapassado na veemência da oratória contra César:

Semprônio!... que – a Tibério já não digo,
Mas nem a Caio Graco na veemência
Do orar cedia, que à mais leve idea
De servidão bramira mais terrível!...

Catão faz-lhe ver que “o crime tem outro semblante”, que não o de Mânlio, e aconselha-o a aprender “a ler no coração dos homens / Pelas linhas da frente” e a desconfiar do muito “Zelo em palavras”, porque “discreto, parco delas / É o verdadeiro amor da liberdade” (cena 3 do Ato IV).

Entretanto Juba – que detetado o logro, lutara bravamente pela defesa de Útica – entra, com Pórcio moribundo e Semprônio algemado, e conta toda a traição deste último. Apesar da dor pela morte do filho, Catão não se vinga, nem permite que Marco Bruto e o povo matem o traidor; ordena, pelo contrário, que o lancem fora das muralhas, já que lhe pesa a liberdade e prefere os ferros do domínio de César.

O Ato V representa o desenlace final: Catão, perante a chegada iminente dos exércitos de César, consola o povo em pânico, convence todos os outros a partirem e a salvarem a vida, pede a Marco Bruto que case com a sua filha

Pórcia e, depois, suicida-se. Quando Décio chega com palavras de clemência da parte de César, encontra um Catão agonizante e escuta da boca de Marco Bruto a promessa de vingança (cena final do Ato V e final da tragédia).

Ante a leitura da tragédia e o rápido resumo, acabado de fazer, ressalta o facto de a ação se basear em grande medida na parte final do *Cato Minor* de Plutarco. César vencera Pompeu na Batalha de Farsália (Tessália), em agosto de 48 a.C., e derrotara pouco mais de ano e meio depois, em abril de 46 a.C., as forças pompeianas que, lideradas por Metelo Cipião, baqueiam em Tapsos (atual Tunísia).

É o próprio Almeida Garrett que confessa o seu débito ao filósofo de Quironeia – bem como a Tito Lívio – nestas significativas palavras do “Prefácio da segunda edição” (1963: vol. 2, 1614):

O desanimador estudo do coração humano, o fatal conhecimento das humanas paixões, e de sua influência e acção nas revoluções políticas, o habilitaram para entender agora melhor o seu Tito Lívio e o seu Plutarco. Assim comentados pela experiência de dez anos de revolução, estes dois grandes fanais da história antiga guiaram o autor da tragédia nas reformas que nela fez, no desenho de seus caracteres, e no colorido de muitas cenas [...].

Almeida Garrett conheceu o *Catão, uma tragédia* de Addison, composto e representado cerca de um século antes, e depois muito divulgado nas décadas seguintes, inclusive houve uma tradução portuguesa feita em 1776 pelo árcade Manuel de Figueiredo⁷. Acusado de ter imitado essa peça inglesa, o autor de *As Viagens na Minha Terra*, na “Carta a um amigo”, publicada na primeira edição, sublinha as diferenças entre as duas obras, justifica as possíveis semelhanças e indica os passos imitados (1963: vol. 2, 1621-1631)⁸. A tal propósito, refere que, apesar da muita disparidade, tem o seu *Catão* “expressões, versos inteiros imitados de Addison”, embora raros, porque umas são boas e outros belos. Considera, no entanto, no “Prefácio da segunda edição”, que “a semelhança decerto mais a produziu a comum leitura de Plutarco do que nenhuma outra coisa” (1963: vol. 2, 1615) e que trabalhou com consciência e escrúpulo, como corrobora no seguinte passo do “Prefácio da Terceira Edição” (1963: vol. 2, 1618):

⁷ Figueiredo (1776): tomo VIII. Adelaide Serras (“Catão – Uma Memória na Ribalta. Abordagem de Catão, uma Tragédia de Joseph Addison”, pp. 237-257, neste volume) traça o contexto político em Inglaterra, as disputas ideológicas e a sua ligação a Roma, sobretudo a Catão de Útica, como substrato em que germinou *Catão, uma tragédia* de Eddison e justifica em parte o seu êxito.

⁸ Por sua vez, Cristina A. M. de Marinho (2003: 403-411) refere o método de *imitatio* utilizado por Almeida Garrett e, em tal contexto, analisa o referido débito a Eddison.

Posso dizer que trabalhei conscienciosamente e com escrúpulo no aperfeiçoar deste drama, procurando sobretudo dar-lhe aquele sabor antigo romano que até já nos derradeiros escritores latinos estava perdido, e que tão raro é de achar em imitações modernas. Para esse fim somente, para me familiarizar e pôr, como se fora de casa, com os meus autores, traduzi de Plutarco as vidas de Catão (o menor ou uticense) e de César. Pesa-me que os limites circunscritos do volume me não deixem inserir aqui ao menos a primeira. Julgar-se-ia melhor da sinceridade e boa fé com que procurei transfundir, em suco e sangue para a verdade dramática, a verdade e exacção histórica de que aquela outra vive, isto é, a dos costumes e caracteres.

Se o débito da tragédia em análise a Plutarco reside em especial na ambiência que Almeida Garrett transmitiu à sua peça e no modo como trabalhou as personagens, sobretudo o herói de Útica, não se queda por aí. São muitos os passos que apresentam significativas identidades com outros tantos trechos das *Vidas* de Plutarco. E é o próprio autor do *Frei Luís de Sousa* que, nas notas que pospõe à tragédia (1963: vol. 2, 1745-1761), indica as fontes do seu *Catão* e os paralelismos existentes entre essa tragédia e a obra do biógrafo de Queroneia – ao todo enumera 22 passos que foram beber às *Vidas* de Plutarco, remetendo para diversas delas. Na impossibilidade de estudar, por escassez de tempo, todos os passos em que essa influência se manifesta, vou apenas analisar dois ou três deles. Começemos pela Cena 1 do I Ato em que alude às forças que escaparam à derrota de Pompeu em Farsália e se vieram juntar aos parques efetivos que se recolheram a Útica:

Nossas legiões tão poucas, tão cansadas,
Fracos sobejos da fatal derrota
Do infeliz Pompeu.

Trata-se de um passo que pode ter subjacentes os caps. 57 e 58 do *Cato Minor* de Plutarco e *A Vida de Pompeu*, como a próprio Garrett informa na nota A à tragédia.

Na cena 2 do mesmo Ato (1963: vol. 2, 1645), em monólogo pronunciado por Mânlio, pergunta-se pela liberdade:

Liberdade! – Qu'ê dela, a liberdade?
Quanta nos deram Mário e Sila? – Quanta
Nos daria Pompeu se triunfante
Com suas legiões volvesse ao Tibre!
Roma, Roma, os teus dias são contados;
Tu queres um senhor: tê-lo-ás. Os Quíncios
Já não voltam. Sem honra, sem virtude,
Sem aquela pobreza santa e livre
De Fabrício, onde vai a liberdade!

Marco Túlio venceu a Catilina;
E hoje – molemente passeando
Em seus jardins de Túsculo, revendo-se
Em mármore de Atenas, manso e quedo
Filosofando vai.

Esta fala de Mânlio tem subjacentes passos ou informações de várias vidas de Plutarco. Por exemplo, *Pompeu, Pirro, Cícero*.

Na Cena 4 do Ato II (1963: vol. 2, 1673), quando Décio, enviado de César, lhe vem propor amizade e paz da parte do ditador, Catão altivamente apresenta as suas condições:

Desarme as legiões, deponha a púrpura,
Abdique a ditadura; à classe torne
De simples cidadão, e humilde aguarde
A sentença de Roma. – Então eu próprio,
Quanto inimigo fui, cordial amigo,
Seu defensor serei.

Este passo tem paralelismo com episódio semelhante que vem contado no *Cato Minor* de Plutarco (64.7-9), em que Catão proclama que é César quem tem de pedir desculpas, mas aí os interlocutores de Catão são os Trezentos Senadores de Útica:

São os vencidos que devem suplicar e os culpados pedir perdão. Ora eu nunca fui vencido, durante toda a minha vida; pelo contrário, fui mesmo vencedor, quanto o quis, e superei César em honradez e justiça. É, pois, César que se rebaixou e que foi vencido, já que, se ele negava antes que agia contra a pátria, agora reconheceu-se culpado, apanhado no ato de delito.

Mas não é apenas Plutarco que subjaz ao texto do *Catão*, também encontramos, num passo da Cena 2 do Ato V, a par do débito ao *Cato Minor*, intertextualidades de Platão, sobretudo do *Fédon* – teoria das ideias e da reminiscência, imortalidade da alma (1963: vol. 2, 1719-1720):

Consolaste-me, Sócrates: não morre
Com este corpo o espírito que o anima.
Já não me prendem dúvidas; fujamos
Do vil cárcere: a morte só é termo
Da vida, – da existência não... No íntimo
D'alma o pôs Deus o sentimento vivo
Da eternidade. Este viver continuo
De esp'ranças, este ansiar pelo futuro,
Este horror da aniquilação, e o vago
Desejo de outra vida mais ditosa,
O que são? – Indistintas, mas seguras

Reminiscências da perdida pátria.
E saudades de voltar a ela.
Ver-te-ei, mansão dos justos! – O sepulcro
Não é jazigo é estrada. – Convenceste
A minha alma Platão

Mas mesmo estas referências encontram parcial explicação no *Cato Minor* de Plutarco, como se pode ver nos capítulos 68-70 que resumo: dizem esses capítulos que Catão se despediu com afeto do filho e amigos – o que fez desconfiar das suas intenções – e em seguida começou a ler o *Fédon* de Platão (68.2), ou, como diz o texto de Plutarco, “o diálogo de Platão sobre a alma”. Percorrida a maior parte do livro, levantou os olhos e não viu a espada no local onde a colocara – tinha sido retirada pelo filho, receoso do que pudesse intentar. Catão pergunta a um escravo quem tinha levado a espada e, perante o silêncio dele, pôs-se de novo a ler. Esperou breves momentos e depois, como se não estivesse pressionado nem impaciente, ordenou que lha trouxessem. Perante a desobediência dos servos, exasperado começa a gritar que tinha sido entregue nu ao inimigo pelo próprio filho e pelos escravos. Pórcio acorre então, a chorar, com os amigos, e lança-se-lhe ao pescoço. E o pai, com ar severo, pergunta se acaso consideram que ele perdeu a razão sem o notar, já que cada um, sem procurar esclarecê-lo ou dissuadi-lo, o quer impedir de seguir a sua ideia e vontade. Diz por fim ao filho, em ar de censura, por que não lhe ata as mãos até que César chegue... O filho retira-se em lágrimas e, passados momentos, um escravo vem trazer a espada, que Catão examina. Certo de que estava em ordem, pega de novo no *Fédon* e continua a leitura antes de se suicidar. O médico, aproveitando o desfalecimento momentâneo de Catão ainda tenta tratá-lo, suturando-lhe a ferida. Mas, ao recuperar a razão, o Uticense afasta-o e reabre-a.

O passo de Plutarco contém identidades com o de Garrett, mas não alude à teoria das ideias e da reminiscência, que aparece no autor português. Além disso, descreve o episódio da espada escondida e da tentativa de cura... É certo que Almeida Garrett também dele se faz eco, mas em outro momento da ação – cenas 9, 10 e 11 do Ato V (1963: vol. 2, 1735-1743). Cito um passo da cena 9, em que Catão, ao tentar agarrar a espada para se suicidar, não a vê no lugar em que a colocara. Então dirige-se com estas palavras duras a Mânlio, Marco Bruto e Juba (1963: vol. 2, 1739):

.....Traidores!
Que fizestes! Quereis ir entregar-me
Escravo, servo com as mãos atadas,
Aos algozes de César, ou à infâmia
Pior, maior, do seu perdão? Ingratos,
Vós meus filhos não sois: eu vos abjuro,
Vos renego.

Mânlio, comprometido – pois fora ele que escondera a espada – regressa com ela e entrega-lha. Catão então fere-se no peito e desfalece. Marco Bruto, Mânlio e Juba aproveitam a ocasião para lhe estancar o sangue. Ao voltar a si, pergunta por que o não deixam morrer, lançando de imediato as mãos á ferida e abrindo-a num último esforço.

A cena repercute o passo do *Cato Minor* de Plutarco em que o biografado, ao dar pela falta da espada, pede aos escravos que lha tragam (68.4 sqq.). Perante a desobediência destes e do filho que a havia escondido, Catão exasperou-se e começou a gritar “que ele tinha sido entregue nu ao inimigo pelo filho e pelos escravos, até que seu filho, em lágrimas, correu com os amigos e, lançando-se-lhe ao pescoço, soluçava e suplicava” (68.5). A chorar, Pórcio sai e manda a espada por um escravo... E Catão examina-a, descansou um bocado e, em seguida, fere-se...

Não é ousado concluir, pelo teor da exposição, que se torna evidente ser possível apresentar vários outros exemplos. O que atrás fica dito é, porém, mais do que suficiente para podermos concluir que, na tragédia *Catão* de Almeida Garrett, o débito a Plutarco é significativo e não se limita apenas à vida de Catão de Útica, mas estende-se a várias outras. Apesar de presente em diversos passos, essa influência observa-se, no entanto, sobretudo na ambiência geral da peça e nas figuras.

BIBLIOGRAFIA

- Drogula, F. K. (2019), *Cato the Younger: Life and death at the end of the Roman Republic*. Oxford: Oxford University Press.
- Figueiredo, M. de (1776), *Theatro*. Lisboa: Impressão Régia.
- Garrett, A. (1963), *Obras de Almeida Garrett*. 2 vols. Porto: Lello & Irmão.
- Marinho, Cristina A. M. de (2003), “De uma versão setecentista portuguesa do *Cato* de Addison ao *Catão* de Almeida Garrett”, in O. P. Monteiro e M. H. Santana (org.), *Almeida Garrett um romântico, um moderno*. Volume 1. Lisboa: IN-CM, 403-411.
- Paiva Monteiro, O. (1971), *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Criação*. Tese de Doutoramento. 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Paiva Monteiro, O. e M. H. Santana (org.) (2003), *Almeida Garrett um romântico, um moderno*. Volume 1. Lisboa: IN-CM.
- Ribeiro Ferreira, J. (2006), “Deuda de Almeida Garrett con Plutarco”, in R. M. Aguilar e I. R. Alfageme (eds.), *Ecos de Plutarco en Europa. De Fortuna Plutarchi Studia Selecta*. Madrid, 69-80.

IV.

DA HISTÓRIA, DA ARTE E DO PATRIMÔNIO

(Página deixada propositadamente em branco)

CLASSICISMO, ARTE E IDENTIDADE PORTUGUESA

NUNO ROSMANINHO

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas

Universidade de Aveiro

ORCID: 0000-0003-2508-5381

rosmaninho@ua.pt

RESUMO Este artigo estuda a presença do classicismo nos discursos sobre a identidade artística portuguesa. Pretende verificar como é que a ideia de classicismo serviu para estabelecer o valor e a originalidade da arte portuguesa. Há seis acepções identitárias do classicismo: a greco-romana, a renascentista, a maneirista, a pombalina, a neo-clássica e a dos regimes autoritários e totalitários. Os românticos opuseram-se ao classicismo enquanto *academismo*. Os patriotas subsequentes repudiaram o classicismo enquanto *italianismo* (no Renascimento), enquanto *jesuitismo* (no período maneirista) e enquanto *absolutismo* (no estilo pombalino). Só no Estado Novo é que o classicismo, vinculado ao estilo pombalino, adquiriu um valor nacional e justificou a arquitectura grandiosa do regime.

PALAVRAS-CHAVE: Classicismo, identidade nacional, estilo pombalino, estilo jesuítico, cidade universitária de Coimbra.

ABSTRACT This article studies the presence of classicism in the discourses on Portuguese artistic identity. It shows how the idea of classicism established the value and originality of Portuguese art. There are six identity meanings of classicism: the Greco-Roman, the Renaissance, the Mannerist, the Pombaline, the Neoclassical and that of the authoritarian and totalitarian regimes. Romantics were opposed to classicism as academism. Next, patriots attacked classicism as Italianism (in the Renaissance), as Jesuitism (in the Mannerist period) and as absolutism (in the Pombaline style). Finally, in the Estado Novo, classicism, linked to the Pombaline style, acquired a national value and legitimized the grandiose architecture of the regime.

KEYWORDS: Classicism, national identity, Pombaline style, Jesuit style, university city of Coimbra.

Este artigo pretende examinar a presença do classicismo nos discursos sobre a identidade artística portuguesa. Uma vez que as representações nacionais partilham dos atributos da crença, pretende-se verificar como é que a ideia de classicismo foi utilizada para estabelecer o valor e a originalidade da arte portuguesa. No século XIX, o discurso centrou-se na arquitectura e na pintura. Só no século XX, com a revolução hermenêutica da caracterologia, é que tocou a escultura. O debate incidiu no Manuelino, no Renascimento, no chamado *estilo jesuítico* e no revivalismo clássico dos regimes autoritários e totalitários.

Os discursos identitários temem as nações culturalmente mais próximas, por serem mais influentes ou semelhantes, e os sistemas ideológicos supranacio-

nais, por prescindirem da nação. Para garantir a especificidade e a preeminência da nação, o Primeiro Romantismo quis abjurar da universalidade clássica, que sentia como um entrave ao programa cultural assente na história, na paisagem e na tradição de cada país. Depois, confundindo-a com as soluções maneiristas, os patriotas atacaram a expressão alegadamente jesuítica do classicismo e, no combate ao absolutismo, o *estilo pombalino*, que viria, afinal, a emergir no Estado Novo como uma solução nacional e clássica para a *arquitectura de poder*. Há, portanto, seis acepções identitárias do classicismo: a greco-romana, a renascentista, a maneirista, a pombalina, a neoclássica e a dos regimes autoritários e totalitários. Os românticos opuseram-se ao classicismo enquanto *academismo*. Os patriotas subsequentes olharam a história da arte portuguesa e repudiaram o classicismo enquanto *italianismo* (no Renascimento), enquanto *jesuitismo* (no período maneirista) e enquanto *absolutismo* (no estilo pombalino).

1. ACADEMISMO

O classicismo nunca deixou de ser uma fonte primordial de cultura na Europa após o Renascimento, incluindo no século XIX, apesar da apropriação nacional da arte. Não foi contra a Antiguidade grega e romana que os patriotas do Primeiro Romantismo criaram as linhas gerais de uma *arte portuguesa*. Tanto quanto é possível concluir lendo os principais discursos artísticos nacionais, os impulsos identitários desencadearam-se em oposição a uma ideia de universalismo e academismo. Em 1851, no prefácio ao *Romanceiro*, Almeida Garrett declarou ter visto “lavar milagrosamente o fogo santo” e ter juntado o seu “retirado clamor aos hinos da vitória que derrotou para sempre os pretendidos clássicos, os zângãos académicos, os estrangeiros de todas as cores e feitios”¹. Os patriotas da primeira metade do século XIX começaram por se opor ao carácter supranacional, racional, erudito e imitativo do classicismo, que seria, assim, o avesso da arte nacional, emotiva, popular e livre. O apreço pela Antiguidade parece coexistir com a desconsideração identitária do Neoclassicismo.

O século XIX foi aumentando sempre as razões para excluir o classicismo da nação portuguesa. Os primeiros românticos precisaram de se libertar dessa referência erudita que ignorava o valor das particularidades nacionais. Depois, a descoberta do estilo manuelino, a partir de 1842, levou os patriotas a oporem-se ao classicismo renascentista que dominou a Europa. A própria renovação da arte pelo influxo etnográfico tomou um espírito de descoberta e liberdade contrário à regra, à ordem e à erudição. No final do século, as pretensões sociológicas impuseram a ideia de *meio*, que, na sua feição territorial, criava as espe-

¹ Garrett 1851: 24.

cificidades nacionais. Por fim, a caracterologia étnica veio mostrar que um povo não podia imitar uma arte estranha senão por um processo inaceitável de despersonalização.

2. ITALIANISMO

O classicismo contra o qual os patriotas erigiram a arte nacional portuguesa é uma entidade multiforme, onde cabe, como se viu, o Renascimento enquanto italianismo. No início do século XIX, a preponderância italiana era aceite, e servia mesmo para enaltecer um artista, como sucede no elogio de Nuno Gonçalves feito por José da Cunha Taborda.² Em meados da centúria, essa sujeição à Itália renascentista era admitida com tristeza. Na transição para o século XX, o Renascimento italiano continuou a ser tomado como um influxo externo e até estranho a Portugal. A caracterologia étnica não diminuiu esse distanciamento identitário, agora apresentado como uma diferença de sensibilidade colectiva.

O patriotismo artístico português assentou na crença de um estilo manuelino original e valioso, que alguns autores consideraram um episódio da resistência à invasão clássica italianizante do Renascimento. Em 1869, Luciano Cordeiro refere a “invasão” do “*itálico-clássico*”³. Esta atitude prosperou no século XIX e veio a ter uma expressão epigramática em Ramalho Ortigão, que, em 1903, escrevendo sobre o Mosteiro dos Jerónimos, atacou “os eruditos de Quinhentos”, “fiéis aos seus princípios cosmopolitas de uma estética universal, deduzida da Antiguidade helénica e romana”. Na sua opinião, esses eruditos não entendiam a seguinte “verdade moderna: Que a arte de um povo só verdadeiramente é grande e bela pelo dom tradicional e comum do sentimento e da simpatia especial da sua raça, independentemente da preceituação e da casuística das escolas”⁴.

Os autores que criaram os discursos identitários da arte portuguesa no século XIX (Almeida Garrett, o marquês de Sousa Holstein, Ramalho Ortigão, José de Figueiredo, etc.) não precisaram de discernir, nesse trabalho, entre a Grécia e Roma, uma vez que o inimigo da arte nacional estava num classicismo difuso. Não os movia o rancor à Antiguidade, mas aos afloramentos renascentistas e maneiristas, que truncaram o estilo manuelino, e neoclássicos, contra os quais o século XIX fundou o patriotismo artístico. Assim, tal como escreveu Ramalho Ortigão em 1896, o estilo manuelino representava a “liberdade criativa” de um povo e opunha-se “à ênfatuação idolátrica, à pedantesca

² Taborda 1815: 145.

³ Cordeiro 1869: 161.

⁴ Ortigão 1903: 154.

preceituação retórica, ao esmagador e exaustivo despotismo das *cinco ordens*, com que o neoclassicismo da Renascença rasoizou todo o talento humano”⁵.

Para valorizarem identitariamente o estilo manuelino, infundindo-lhe um espírito criador e original, os patriotas oitocentistas tiveram, portanto, de atacar o Renascimento enquanto arte estrangeira e imitativa da Antiguidade Clássica. Dando a tudo uma feição organizada e explicativa, Ramalho Ortigão aludiu ao “naturalismo nacional contra o classicismo estrangeiro”, e procedeu a variações interpretativas onde o Renascimento equivale, em Portugal, a uma submissão “ao inflexível dogma clássico, imobilizando assim lamentavelmente por dois séculos de convencionalismo toda a energia inventiva, todo o carácter étnico, toda a viva expressão de independência regional na produção artística de todo o mundo”⁶.

Décadas de maturação identitária conduziram a esta hermenêutica clara do Renascimento. Em 1914, o integralista Hipólito Raposo apresentou à Faculdade de Letras de Lisboa uma dissertação intitulada *Sentido do Humanismo*. Júlio Dantas resumiu as conclusões na revista *Ilustração Portuguesa*: “a Renascença foi prejudicial à beleza da nossa língua; o humanismo unificou a cultura literária e desnacionalizou a arte; o espírito clássico de sua natureza cosmopolita, neutralizando todas as tendências de individualização, anulou, em toda a Europa latina, o espírito nacional”⁷. Esta interpretação, aplicada à arquitectura, significa, segundo Hipólito Raposo, que o Manuelino, a “nacionalização do gótico”, não se tornou um “estilo nacional” porque a “onda renascentista” impediu essa realização natural. Mantém-se, neste autor, o desprezo pelo carácter imitativo do Renascimento. Hipólito Raposo argumenta que os humanistas do século XV “pensaram que não podendo a Antiguidade ser excedida, devia ser imitada ou igualada”. Na sua opinião, isso tornava o humanismo “um processo estético artificial” e, concluo eu, por causa desse defeito, destituído de valor identitário. “Roma ressurgia com discípulos que parecem copistas”, acusa Hipólito Raposo, “pelo desejo de serem romanos, antes que homens do seu tempo”⁸.

O classicismo continuou a ser proclamado como elemento externo à identidade artística portuguesa até 1930. Por volta deste ano, num texto intitulado “Do nacionalismo e universalismo da arte portuguesa nos séculos XV e XVI”, José de Figueiredo atribuiu ao classicismo renascentista o declínio das referências marítimas e orientais na arquitectura. A identidade portuguesa seria *barroquista* e não *clássica*. O Renascimento e o Maneirismo corresponderiam a um intervalo de classicismo entre os *barroquismos* manuelino e propriamente barroco.

⁵ Ortigão 1896: 161.

⁶ Ortigão 1903: 153-154 e 161.

⁷ Dantas 1915: 129.

⁸ Raposo 1914: 29-30, 32-34, 39-40, 46-48 e 75-76.

A redução do classicismo a uma corrente cosmopolita de raiz italiana que abafou a originalidade portuguesa nos séculos XVI e XVII manteve-se até Reynaldo dos Santos desenvolver uma teoria dos estilos assente no princípio da *assimilação*. Este autor afirma que o mesmo estilo conhece uma interpretação “diversa segundo o ambiente de sensibilidade ou tradição do país que o assimila”⁹. Assim, o Renascimento não deve ser tomado apenas como uma vaga que assolou Portugal e lhe impôs uma arte estrangeira. É preciso ver como a personalidade colectiva acomodou as referências clássicas. Segundo Reynaldo dos Santos, a ressurreição da Antiguidade na Itália renascentista foi efectivamente imitativa. Em Portugal, porém, as formas clássicas teriam sido interpretadas por um sentimento colectivo específico e constante ao longo dos séculos. Nesta perspectiva, o Renascimento ter-se-ia revelado estranho à *sensibilidade* portuguesa e incapaz de a modificar, ou seja, não teria passado de uma moda. Reynaldo dos Santos não alterou a ideia de que o Renascimento foi um estilo estranho a Portugal: acentuou-a, defendendo que as suas formas eram alheias à *personalidade* colectiva.

3. JESUITISMO

Durante grande parte do século XIX, à falta da categoria periodológica do *Maneirismo*, os hermeneutas identitários habituaram-se a falar de *decadência do Renascimento* e, sobretudo, de *estilo jesuítico*. A possibilidade de existir um estilo próprio da Ordem de Jesus fez parte de um combate ideológico contra os jesuítas, o absolutismo e o classicismo da época maneirista¹⁰.

A noção de *estilo jesuítico* surgiu na Alemanha e em França, na terceira década do século XIX, e generalizou-se para designar a arte supostamente insincera, pedante e fria que resultou da “degradação” do Renascimento¹¹. É neste sentido que ocorre nas *Viagens na Minha Terra*, de Almeida Garrett, e na historiografia artística portuguesa subsequente. Esta época atribuía um significado espiritual e nacional aos estilos artísticos. O Romantismo conferiu um valor identitário ao Românico e ao Manuelino e alimentou, por essa via, a convicção de que a arte medieval seria superior ao classicismo renascentista e pós-renascentista, associado, em Portugal, à decadência da pátria e à corrupção dos valores políticos, espirituais e religiosos. A arquitectura jesuítica era, para Almeida Garrett, a expressão artística da dissimulação, da crueldade e do fanatismo, promovidos pela Inquisição, pelos jesuítas e pela dinastia filipina. Era, para Antero de Quental, o reflexo fiel de uma época sombria e depravada¹². Era,

⁹ Santos 1943: 8.

¹⁰ Sigo o capítulo “Pode a arte ser jesuítica?” in Rosmaninho 2020a: 39-57.

¹¹ Levy 2004: 16 e 28 sqq.

¹² Quental 1987: 24-25.

para Teófilo Braga, o resultado da funesta vitória da erudição e da “imitação clássica da Antiguidade” sobre a tradição popular¹³.

Nesta sequência de ideias, o classicismo foi considerado um aspecto do declínio nacional. O *classicismo* e a *tradição popular* converteram-se em pólos de uma dicotomia com a qual se procedia a uma vasta hermenêutica identitária. Assim como, para Teófilo Braga, o estilo manuelino exprimia o veio popular, o estilo jesuítico (e o classicismo em geral) representava a derrota da tradição. O classicismo, a Inquisição e a perda da independência política, em 1580, fariam parte de um processo de abatimento nacional, que conduziu à perda de espírito criador e crítico e, na arte, à prevalência obediente das regras clássicas.

A cultura artística e política oitocentista, assente no apreço pela originalidade, pelo encanto popular e pela liberdade, viu facilmente no Convento de Mafra, como propôs Antero de Quental, a “ausência de sentimentos e invenção, que produziu o gosto pesado e insípido do classicismo” e ergueu “as massas compactas, e friamente correctas na sua falta de expressão, da arquitectura jesuítica”¹⁴.

Estas opiniões prosseguiram, com modificações pontuais, em Ramalho Ortigão, que, embora exaltando a Renascença do reinado de D. João III, continuou a lamentar a *degeneração* e o *abastardamento* decorrentes da “intervenção meticulosa da apoucada mas avassalante estética jesuítica”¹⁵. A vontade de excluir o Maneirismo da nação levou ainda Fernando de Pamplona, em 1944, a afirmar que “o classicismo de feição jesuítica de Terzi e seus sequazes, severo e frio no exterior dos templos, sobrecarregado e emaranhado nos seus interiores,” correspondia “ao período da dominação espanhola e quadrava melhor ao sentimento dos dominadores do que ao nosso”¹⁶.

4. POMBALINO

O Neoclassicismo foi a corrente contra a qual o Romantismo criou as culturas nacionais. O século XIX opôs-se à universalidade de princípios com as particularidades da nação, entendida como realidade histórica, tradicional, paisagística e caracterológica. A recusa identitária do classicismo estendeu-se ao estilo pombalino, considerado uma expressão lamentável do absolutismo e da secura das regras. Esta interpretação mantém-se até ao Estado Novo, apesar de sustentar duas abordagens identitárias antagónicas: o seu repúdio pelo liberalismo e a sua aprovação pelo autoritarismo. O estilo pombalino foi condenado e enaltecido por ser a expressão da autoridade política e, nessa medida, imposi-

¹³ Braga 1881: 17.

¹⁴ Quental 1987: 26.

¹⁵ Ortigão 1903: 141.

¹⁶ Pamplona 1944: 31.

tivo, frio e sem calor subjectivo. Neste processo, foi a hermenêutica identitária que divergiu, e não os valores reconhecidos a esta arquitectura.

As objecções ao estilo pombalino são antigas, generalizadas e, durante muito tempo, unânimes. Atanazy Raczyński, em *Les Arts en Portugal*, publicado em 1846, produziu uma das raras valorizações identitárias no século XIX. Na vigésima primeira carta, afirma que a arquitectura portuguesa apresentou “um estilo particular e característico” de 1495 a 1550 e no tempo do marquês de Pombal: “são estes dois estilos de arquitectura os únicos que me parecem verdadeiramente característicos e nacionais”¹⁷.

As impugnações identitárias acentuam, como explica Joana Cunha Leal, a monotonia, o pragmatismo, a repetição e a “ausência de fantasia e de pontuações originais”¹⁸. O anátema estético adquiriu uma feição política quando a uniformidade e a frieza da arquitectura foram tomadas como uma expressão do poder incontente do marquês de Pombal, e um teor identitário quando os seus valores plásticos e políticos foram considerados, em primeiro lugar, estranhos à nação, e, depois, a sua melhor representação arquitectónica.

Almeida Garrett, nas *Viagens na Minha Terra*, viu na Baixa de Lisboa a quebra do “fio de todas as tradições da arquitectura nacional”¹⁹. É um juízo pleno de futuro, porque põe os atributos estéticos ao serviço de uma hermenêutica nacional. Esta linha de interpretação foi prosseguida por Teófilo Braga, que, em 1881, escreveu:

A intervenção da Autoridade na Arte produz o alinhamento, como o pedantismo das arcádias produz a poesia correcta, bem metrificada, mas fria. O excesso de absolutismo exercido pelo marquês de Pombal acabou de matar a arquitectura portuguesa; o *estilo pombalino* é um documento moral.²⁰

Em 1914, Afonso Lopes Vieira ainda observava na Baixa pombalina de Lisboa a acção de um político “que nada sentia da arte” e a realizou “sem compreensão das nossas tradições”²¹.

As primeiras décadas do século XX concederam à Praça do Comércio, nas palavras de Joana Cunha Leal, “um valor artístico excepcional alicerçado quer na sua monumentalidade, quer na sua implantação geográfica”. O “restante plano urbanístico e a arquitectura da reconstrução, com particular destaque para a tipologia predial que resultou da síntese das propostas de Eugénio dos Santos e de Carlos Mardel”, permaneceram “vinculados aos estigmas da mono-

¹⁷ Raczyński 1846: 409.

¹⁸ Leal 2004: 7.

¹⁹ Garrett 1846: 177-178.

²⁰ Braga 1881: 172.

²¹ Vieira 1914. 11.

tonia, da economia e do pragmatismo, e bem assim, sujeitos a críticas depreciativas”²². Deste modo se criaram dois padrões pombalinos e duas possibilidades de interpretação.

O estigma oitocentista da monotonia, da simplicidade, da repetição e do utilitarismo, articulado com a *grandeza* da Praça do Comércio, ofereceram um sólido tronco de onde emergiram duas apropriações identitárias: a monotonia, engrandecida pela escala, permitiu a conversão do estilo pombalino numa expressão clássica portuguesa; a simplicidade e a geometria transformou-o num antecedente português da arquitectura moderna.

5. MONUMENTALIDADE

A natureza historicista e etnográfica das buscas identitárias oitocentistas não admitia as referências clássicas, sobretudo romanas, facilmente confundidas com o exercício do poder e, portanto, próximas do impulso absolutista. Uma arte nacional decalcada nos Descobrimentos e no Povo, e onde cabiam o estilo manuelino, a *escola portuguesa de pintura*, a pintura de costumes e a *casa portuguesa*, não podia conter, ao mesmo tempo, o sentido da ordem e da escala desenvolvida pelos Romanos.

Esse impedimento desapareceu no século XX, quando os regimes nacionalistas e autoritários quiseram exprimir o seu vigor por intermédio da arte. “Solidez, poder e força são as características que mais impressionam na arquitectura romana”, escreve Maria Helena da Rocha Pereira²³. São elas, precisamente, as invocadas pelos totalitarismos para seguir e emular a Antiguidade. O classicismo monumental totalitário é a expressão arquitectónica de um fascínio e, mesmo, de um desejo de rivalizar com a Antiguidade, sobretudo a romana, onde é fácil encontrar os valores da disciplina, da ordem e da autocracia.

Na passagem para o século XX, a caracterologia étnica acentuou as referências rurais e deu aos discursos um tónus atemporal e psicologista. A identidade artística, em vez de se plasmar apenas em períodos históricos de originalidade e valor, começou a ser associada a uma personalidade colectiva que assimila as referências estrangeiras sem perder a sua feição própria. Ao mesmo tempo, as proclamações nacionalistas, vitoriosas, exigiram um Estado forte, que se impusesse em todos os campos, incluindo no da arte. Os patriotas deixaram de temer ou repudiar o classicismo, e encetaram até a sua apropriação identitária. Esperavam obter, assim, uma representação artística do poder do Estado e da nação. Também esperavam, desse modo, garantir a supremacia da estética revivalista e naturalista, ameaçada pelas vanguardas e pelo modernismo. A renovação totalitária do classicismo contém um alor revivalista, que lhe vem

²² Leal 2004: 7.

²³ Pereira 1984: 436.

da conformação estética oitocentista, e uma pulsão monumental, que é a expressão do seu fundamento político.

O apreço pelo classicismo no contexto de um nacionalismo extremado levanta a seguinte questão: como pode um regime nacionalista e racista, como é, por exemplo, o nazi, cultivar referências de raiz grega e romana? Como podem os nacionalismos admitir uma linguagem artística tão notoriamente *européia*? A resposta encontra-se na recuperação de variantes nacionais do classicismo. Já chamei a este processo uma *nacionalização do classicismo*²⁴. Não é um recurso perfeito, não anula as incongruências ideológicas, não impede o antilatinismo na Alemanha, mas torna identitariamente aceitável a invocação do classicismo. Na Alemanha, exalta-se o Neoclassicismo prussiano de Gilly e Schinkel; em Espanha, Herrera e Villanueva, o Escorial e o Museu do Prado; em Portugal, o estilo pombalino. O classicismo deixava de ser simplesmente helénico, romano ou mesmo europeu, e passava a ser alemão com Schinkel, espanhol com Villanueva e português com o estilo pombalino.

Por facilidade de exposição, pode-se dizer que o século XX conheceu três modalidades de classicismo: o *classicismo romântico*, historicista, revivalista; o *classicismo totalitário*, intrinsecamente monumentalista; e o *classicismo pós-moderno*. Albert Speer, o arquiteto de Hitler, declarou nas suas memórias que o classicismo monumental foi uma corrente comum aos totalitarismos e às democracias, encontrando-se tanto em Berlim, Roma e Moscovo como em Washington, Londres e Paris²⁵. Existem, efectivamente, similitudes formais. Os regimes totalitários tendem, porém, para o gigantismo e a severidade, e põem o classicismo ao serviço de uma ideologia que contradiz o equilíbrio e a moderação subjacentes ao classicismo grego.

Se partirmos do princípio, exposto por John Summerson, de que um edifício é *clássico* quando, além de empregar o vocabulário das cinco ordens arquitectónicas, apresenta “uma harmonia demonstrável entre as partes”, então o classicismo totalitário aspira a uma escala e a valores alheios ao espírito clássico²⁶. A ideologia totalitária é que dá a *hybris*, que torna anticlássico o aparente classicismo.

6. A POSSIBILIDADE DE UM NEOPOMBALINO

No século XIX, o menosprezo identitário dos classicismos renascentista e neoclássico assentou na convicção de que eles foram intrinsecamente imitativos. No século XX, a valorização das referências formais clássicas inscreveu-se num ambiente cultural e político que não hesitou em pedir (e às vezes exigir)

²⁴ Rosmaninho 2006: 25.

²⁵ Speer [s. d.]: 111-112, 140 e 237.

²⁶ Summerson 1978: 10 e 89.

a cópia aos artistas. Fantasmando o futuro que deseja, Tomaz Ribeiro Colaço, adversário feroz da arte moderna, imaginou, em 1939, a Avenida da Liberdade provida de “arcadas, suportando apalaçados renques de edifícios copiados do Terreiro do Paço”²⁷.

O desprezo liberal pelo Pombalino cedeu a um apelo totalitário que congregava o apreço pela autoridade, a crítica do individualismo artístico e a defesa da cópia em arte. O revivalismo oitocentista, patente na neo-renascença, adquiriu então grandiosidade e a capacidade de representar o poder do Estado e, por essa via, da própria nação. Quando a exposição Nova Architectura Alemã abriu em Lisboa, em Novembro de 1941, os jornalistas, críticos e architectos sentiram-se dominados por essa ostentação simbólica e procuraram em Portugal uma linguagem que se lhe pudesse contrapor. Encontraram-na no estilo pombalino.

As apreciações produzidas no Estado Novo beneficiaram da revalorização da Baixa pombalina, observada a partir do cânone grandioso da Praça do Comércio e da acção alegadamente *esclarecida* do estadista absoluto. A possibilidade de a Praça do Comércio ser uma das mais significativas da Europa e de exprimir o alto poder de acção política, como sugere Raul Proença no *Guia de Portugal*, em 1924, capacitaram-na a sustentar uma solução architectónica convincente para o poder autoritário²⁸.

O estilo pombalino constituiu, no ápice das ditaduras, a proposta portuguesa de nacionalização do classicismo. O fascínio ideológico pela grandiosidade architectónica provocou admiração estética e identitária pelo nazismo. Os edifícios de Albert Speer pareciam a resposta eficaz ao modernismo: tinham a beleza do classicismo, notável poder afirmativo e uma singeleza de linhas a que, com boa vontade, se poderia chamar moderna. Se a Alemanha se afirmava com um classicismo monumental, cuja grande escala espelhava o poder e as ambições do nazismo, Portugal podia desenvolver um neopombalino que fosse clássico e português. Observando as fotografias e maquetas dos edifícios de Albert Speer, os visitantes da exposição de Nova Architectura Alemã desejaram criar, sobre o Pombalino, um estilo português, autoritário e salazarista.

O valor político e identitário do estilo pombalino ficou selado, entre os germanófilos, quando o próprio Albert Speer, que se deslocou a Lisboa para inaugurar a exposição, afirmou ter ficado “deslumbrado” pela Lisboa pombalina²⁹. Dutra Faria, nacionalista e admirador da Alemanha, foi um dos que, impressionados pela grandiosidade da arquitectura nazi, se lembraram de responder com o estilo pombalino, invocando a “mesma severidade”, a “mesma esmagadora

²⁷ Colaço 1939: 21.

²⁸ Cit. por Leal 2004: 9.

²⁹ Macedo 1941: 438-439.

imponência” e o “mesmo desdém pela variedade caracterizadora das concepções arquitecturais de tipo cristão”. Contrariando os patriotas do século XIX, os nacionalistas de 1940 tornaram estes valores positivos e *portugueses*³⁰.

O estilo pombalino, vilipendiado no século XIX, ganhou admiradores no início do século XX e adquiriu, assim, no Estado Novo, a aptidão de proporcionar a Portugal uma diferenciação identitária no âmbito da arquitectura de poder dos regimes autoritários e totalitários. Para esse efeito, foi necessário que o estereótipo de um “país inquieto e duvidoso”, lírico e religioso, enunciado por Diogo de Macedo, admitisse, ao seu lado, essa outra “expressão portuguesa” confiante e grandiosa³¹. Roma e a Grécia, que em Oitocentos se confundiram com o Renascimento e o Maneirismo, foram vítimas da *hybris* nazi. E é possuído por essa *hybris* que Fernando de Pamplona escreve que a “severidade e robustez” teutónica se aparentam “menos à graça ateniense do que à grandiosidade romana, ao seu sentido imperial”³².

A apropriação identitária do classicismo foi facilitada pela referida hermenêutica caracterológica, desenvolvida em Portugal a partir de final do século XIX. Com ela, a originalidade deixa de depender da ausência de influências externas, e passa a estar, sobretudo, no poder de *assimilar* essas influências, de as reinterpretar e adequar à sensibilidade colectiva da nação. Os cinquenta anos de progressão da caracterologia étnica e a organização sistemática de Reynaldo dos Santos autorizaram Fernando de Pamplona a dizer que, na arquitetura de Albert Speer, “se aliou a simplicidade dórica à majestosa robustez romana, interpretadas ambas pela máscula sensibilidade da Alemanha de hoje”³³.

O estilo pombalino passou a ser a representação mais fidedigna dos “caracteres originais” portugueses. Ninguém fez isso melhor do que Reynaldo dos Santos, incluindo em relação ao estilo pombalino, ao concebê-lo como uma encarnação da austeridade intrinsecamente portuguesa do século XVII. Em 1943, na conferência sobre “O espírito e a essência da arte em Portugal”, explicou que o Terreiro do Paço, “com a simetria ritmada das suas arcadas, admirável sentido espacial e de proporções, enquadrando uma bela estátua equestre, tem uma originalidade e sabor nacionais que Mafra nunca alcançou”. O estilo pombalino teria conseguido exprimir a “robustez de formas *tectónicas*”, a “sobriedade decorativa” e o “misto de grandeza e de pobreza” que são “o fundo da personalidade da nação”³⁴.

A apropriação identitária do Terreiro do Paço estava consumada. Em 1944, Fernando de Pamplona apresentou as evidências morfológicas. O “belo con-

³⁰ Faria 1941: 5; Rosmaninho 2020b.

³¹ Macedo 1941: 438-439.

³² Pamplona 1941: 3.

³³ Ibid.

³⁴ Santos 1943: 31.

junto urbano do Terreiro do Paço – por sua monumentalidade, uma das mais impressionantes praças da Europa – [...] conserva nas construções particulares, despidas quasi de ornatos, alguns dos mais aprazíveis caracteres nacionais, como as varandas de sacada, os beirais e as mansardas. Foi este”, conclui Fernando de Pamplona, “o último período marcante da nossa arquitectura.”³⁵

Foi na “gravidade rectilínea do Terreiro do Paço”, assinalada por Fernando de Pamplona, que os patriotas do Estado Novo fundamentaram o classicismo monumental português e tornaram “portuguesa” a arquitectura do salazarismo. Em 1948, o historiador de arte francês Élie Lambert considerou a Lisboa pombalina como “a mais nacionalmente portuguesa” e o neopombalino como a sua expressão renovada e fiel. A “simplicidade de linhas”, a “nobreza”, a “simplicidade grave”, que são valores do Pombalino e do neopombalino, traduzem um espírito que, na sua opinião, se encontram nas “mais recentes criações do urbanismo” salazarista³⁶.

Esta maneira parecia, a muitos modernos, um mero expediente revivalista. Em 1948, no congresso de arquitectura, Cottinelli Telmo criticou o “pseudo-pombalino”, aplicado em liceus, como uma das *imitações, estilizações, decorações e símbolos* a que o *portuguesismo* tem sido reduzido³⁷. Fechava-se, assim, a eventualidade de um neopombalino revivalista. Abria-se a possibilidade do Pombalino como um estilo moderno *avant la lettre*.

7. RAÍZES POMBALINAS DO MODERNO

Uma posição antimoderna, como a de Raul Lino em 1929, vê no estilo pombalino um importante passo no sentido do *utilitarismo* e da *estandardização*³⁸. Esta interpretação foi incorporada pelos modernos, que conseguiram ver em Eugénio dos Santos, como indicou Pardal Monteiro no título de um livro, em 1950, o “precursor do urbanismo e da arquitectura moderna”³⁹. A apropriação modernista do estilo pombalino aproveitou a celebrada fórmula de conciliação entre *nacional* e *universal* para lhe conferir um valor português e internacional. Em 1949, a Baixa pombalina era, na opinião de Pardal Monteiro, expressa em *Os Portugueses Precursores da Arquitectura Moderna e do Urbanismo*, algo “grande”, “perfeito”, “razoável”, “português” e “universal”⁴⁰.

Assim se criou um apreço unânime onde, durante muitas décadas, reinara a estigmatização. Podia-se, finalmente, gostar sem relutância e, sobre esta nova

³⁵ Pamplona 1944: 32.

³⁶ Lambert 1948 : 6, 18 e 19.

³⁷ Telmo 1948: 62.

³⁸ Lino 1929: 58.

³⁹ Monteiro 1950.

⁴⁰ Cit. por Leal 2004: 13.

segurança, decretar, sem explicações, o portuguesismo do estilo pombalino. As palavras do arquitecto Jorge Segurado, em *Lisboa no Passado e no Presente*, são culminantes. A Baixa pombalina emerge, aos seus olhos e ao seu tempo, como “uma das mais belas urbes da Europa”, uma “bela sinfonia de Beleza”, contendo uma “bem equilibrada Architectura” e “uma das melhores e mais belas praças do mundo”. As suas “novas formas” apresentariam uma “feição própria e especial carácter”. Nos seus “altos prédios utilitários”, há uma “notável unidade de conjunto, até porque tinha um cunho só português”⁴¹.

As interpretações identitárias praticam uma liberdade irrestrita nos julgamentos do Pombalino. Depois da recusa, da aceitação e do enaltecimento, vem António Quadros, já em 1954, apontar-lhe o estrangeirismo italianizante. Este autor acredita que o estilo pombalino é apenas “um prolongamento iluminista da arte humanista italiana”, que inicia a degradação da arquitectura portuguesa: “É a partir do Marquês de Pombal que o conceito de arquitectura principia entre nós um processo de degenerescência gradual”⁴².

A reconstituição identitária do estilo pombalino prosseguiu no âmbito da procura das invariantes estruturais da arquitectura portuguesa, que prosperou no último quartel do século XX. Essa reavaliação conduziu à interpretação urbanística de Walter Rossa, que, em 2000, escreveu: “o pombalino já não pode ser considerado um estilo, mas tão só o clímax da evolução de um fenómeno cultural que não devemos ter pejo de designar por Escola Portuguesa de Urbanismo”⁴³. Seis anos depois, José Manuel Fernandes reiterou o Pombalino como um dos episódios de maior criatividade e originalidade da arquitectura e do urbanismo portugueses. O “edifício, a um tempo urbano-arquitectónico, do Pombalino” é apresentado por este arquitecto como um dos maiores contributos portugueses para “a cultura arquitectónica euro-ocidental”⁴⁴.

8. SABER

A identificação do classicismo monumental totalitário pode dividir os estudiosos e levá-los a infundáveis estudos comparativos. No caso português, discute-se a filiação no nazismo ou no fascismo e a pertinência teórica da chamada *terceira via* italiana. Assiste-se, aliás, a um reforço da corrente que vê na cidade universitária de Coimbra essa síntese entre *moderno* e *clássico*. Não faltam mesmo autores dispostos a considerar simplesmente *modernos* os edifícios das faculdades. Os estudos identitários são sempre, à sua maneira, ensaios de recepção, nos quais se procura deduzir o que cada pessoa ou época viu (ou

⁴¹ Segurado [s. d.]: 34-38.

⁴² Quadros 1954: 117.

⁴³ Rossa 2000: 21.

⁴⁴ Fernandes 2006.

reconheceu) na arte, isto é, o significado que cada pessoa ou época *atribuiu* à arte de um país.

Nesta medida, sou levado a reafirmar que o classicismo monumental totalitário é a categoria que melhor define o núcleo da cidade universitária de Coimbra, o seu projecto original e o modo como foi interpretada durante décadas. Leonid Heller mostrou que os valores mais caros ao classicismo monumental são o belo, o grandioso, o sublime, o enfático e o heróico. É neles que assentam os juízos estéticos da arquitectura no período estalinista e as apreciações positivas da exposição Nova Arquitectura Alemã⁴⁵. Onde os adeptos desta arquitectura elogiaram a escala e o *carácter imperial*, os adversários viram megalomania, monotonia e, como se lê no jornal *República*, em 8 de Novembro de 1941, a falta de *graça* da “arquitectura latina”⁴⁶. Fernando de Pamplona admira na arquitectura nazi patente na exposição a “simplicidade dórica” e a “majestosa robustez romana”⁴⁷. J. Fernando de Souza recusou aos edifícios de Albert Speer a nobreza e a justa proporção⁴⁸.

A recepção da cidade universitária de Coimbra seguiu os mesmos parâmetros. A obra foi lançada, em 1941, com a expectativa e o apreço pela grandiosidade. Cottinelli Telmo, que a projectou, e Cristino da Silva, que lhe deu continuidade, assentaram essa grandiosidade no classicismo, articulando os seus valores com as referências patrióticas. As menções ao classicismo são constantes e estruturadoras. Mesmo os detractores as reconhecem. Nas memórias que escreveu em 1972 e 1973, o professor Luís Cabral de Moncada chamou-lhe “acrópole pseudo-helénica”⁴⁹.

É verdade que algumas pessoas, tomadas ainda pelo historicismo arquitectónico, a consideraram demasiado austera e, por isso, moderna. As alusões clássicas são, contudo, por demais evidentes. Basta mencionar os pórticos previstos para as Praças de D. Dinis e da Porta Férrea, com inscrições epigráficas, os grupos escultóricos que os ornaram, as estátuas de figuras clássicas, os relevos com temas homéricos nos portões da Faculdade de Letras, o fresco do átrio desta Faculdade, especificamente dedicado à *Antiguidade Clássica*, e outras referências a figuras, obras e valores culturais greco-romanos: Píndaro, Hesíodo, Platão, Virgílio, Horácio, o Pártenon, um arco de triunfo, a loba do Capitólio, a estátua de Augusto, o *Apoxyomenos* de Lisipo, a *Vitória de Samotrácia*, Esculápio, Hipócrates, Galeno, Sócrates, César, etc. Não é, porém, o número de menções à Antiguidade que pretendo realçar, mas o modo como se articularam com a exaltação da pátria.

⁴⁵ Heller 1997; Rosmaninho 2020b.

⁴⁶ *Nas Belas-Artes* 1941: 4.

⁴⁷ Pamplona 1941: 3.

⁴⁸ Souza 1941: 1.

⁴⁹ Moncada 1992: 229-230.

A Antiguidade Clássica proporciona à cidade universitária de Coimbra uma arquitectura grandiosa e um traço de *universalismo* e de prestígio intelectual. A Antiguidade está no plano ortogonal, nos pórticos, na estética da escultura e na iconografia. Serve uma finalidade doutrinadora, onde, apesar de tudo, nem sempre foi possível garantir uma articulação pacífica com o patriotismo e a moral.

O deputado José Fernando Nunes Barata considerou “nacionalmente inexpressivas” as estátuas realizadas por Barata Feyo para a frontaria da Faculdade de Letras⁵⁰. Talvez aludisse ao facto de as estátuas representarem Tucídides, Aristóteles, Demóstenes e Safo. Talvez tivesse em mente sobretudo esta última, com os seios desnudos. A estátua de Safo levantou um clamor moral, a que o próprio director da Faculdade deu voz no acto inaugural do edifício, em 1951. Amorim Girão objectou a “frescura de algumas adjacências, deveras lamentando que o estatuário não tenha conseguido materializar em pedra a alta espiritualidade que deve ser timbre de uma escola digna deste nome”⁵¹. Amorim Girão foi apenas um dos professores que se insurgiram contra a impudicícia da estátua, que facilmente se suporia apenas *clássica*. Alberto Vilaça lembra, nas suas memórias, que estava em causa o próprio volume dos seios⁵².

Este episódio talvez seja pouco significativo no âmbito de uma tão expressiva presença da Antiguidade greco-romana. Preponderou a harmonia entre classicismo e patriotismo: a pátria representada na história e na cultura e a universalidade obtida no saber e no prestígio da Antiguidade.

9. MODERNO E CLÁSSICO

O debate entre classicismo e tradição deu lugar, no século XX, a uma disputa entre classicismo e modernismo. O classicismo, que fora para os primeiros românticos o pólo contra o qual a nação se construíra, tornou-se uma referência de ordem e compostura nacional, oposta ao individualismo e ao carácter apátrida da estética modernista.

A acentuada difusão da arquitectura moderna produziu, primeiro, atitudes de recusa, e, depois, tentativas de conciliação. Um artigo publicado na revista *A Arquitectura Portuguesa*, em 1938, não deixa dúvidas sobre a apreensão identitária do “modernismo” com “raízes sólidas nas tradições de Roma”. Nesse curto texto, preceitua-se que toda a arte de um país deve *ser* desse país, mesmo que seja modernista. A inspiração nas “tradições de Roma” seria, precisamente, uma alternativa à cópia dos “modelos alheios”. O articulista, entusiasmado com a “presença” do Coliseu no projecto para a sede do Instituto Luce, vê nisso um

⁵⁰ Barata 1958: 501.

⁵¹ Girão 1953: 46-47.

⁵² Vilaça 1992: 50-51 e 54.

exemplo para Portugal: “os modernistas de Itália são como desejaríamos que fossem os nossos”, “intérpretes superiormente inteligentes e superiormente artistas de um sentido bem tradicional, bem nacional”⁵³.

Este texto marca uma importante etapa na apropriação identitária do classicismo. Em vez de o excluir do legado nacional, como sucedeu no século XIX, e em vez de exaltar o seu cunho nacional numa base revivalista, apresenta-o como um sopro capaz de *nacionalizar* o modernismo. Para os tradicionalistas, que hostilizavam a estética, a política e a sociedade do modernismo, o classicismo era uma força moderadora. Este impulso coexistiu com a ortodoxia ferozmente antimodernista do classicismo monumental totalitário e serviu para *domesticar* o modernismo.

Em Outubro de 1941, Raul Lino elogiou a arquitectura do fascismo italiano por ter sabido atenuar o modernismo com a vibração clássica da Roma antiga. Esta seria, na sua opinião, uma fonte de “monumentalidade”, de “nobre severidade”, de “força acerada” e de “abstinência”, que caracterizam a arte contemporânea. O “passado de esmagadora grandeza” transfere-se, assim, para a arquitectura do presente, sendo monumental em Roma e “mais leve e sorridente” em Florença. Raul Lino quer que este exemplo frutifique em Portugal: “Não haverá por aí quem se queira habilitar a empreender jogo parecido ao dos artistas italianos, em meio das nossas relatividades?”⁵⁴

O classicismo entrou na áspera disputa do *moderno* por intermédio do sector nacionalista, que pedia ao *moderno* que aceitasse ser *clássico*, e através do sector modernista, que via no *moderno* um novo *classicismo*. A primeira interpretação encontra-se, por exemplo, em Fernando de Pamplona. “Quando, há quatro anos, visitámos a Alemanha,” escreveu este autor em 1941, “causou-nos viva impressão na Königlichen Platz de Munique, o contraste entre os três palácios gregos que a enquadram (um dórico, outro jónico, outro coríntio), todos eles cópias subservientes do antigo, e os dois templos quadrangulares abertos, consagrados aos mortos do Nacional-Socialismo, também de linhas clássicas, mas já tocados de espírito novo, nos quais o antigo e o moderno se encontram e se casam”⁵⁵.

Nas hostes modernistas, o classicismo foi invocado para classificar a simplicidade moderna e lhe dar, assim, foros de beleza intemporal. É o que se lê na nota que acompanha o projecto de uma “casa moderna”, do engenheiro civil Carlos Sellerier, publicado na revista *A Arquitectura Portuguesa*, em Janeiro de 1932. Naquilo que parece uma memória descritiva, lê-se o seguinte: “Não submetamos pois impiedosamente a uma crítica cerrada as produções do moder-

⁵³ *Arquitectura de hoje pelo estrangeiro* 1938: 17-20.

⁵⁴ Lino 1941: 9-10.

⁵⁵ Pamplona 1941: 3.

nismo, acusando-as em absoluto de falta de estética, pois as estamos a encarar sob o domínio do belo clássico que ainda se funda na arte Grega e Romana, hoje deslocadas no tempo e fora do espírito, da actualidade”. Esta invocação traz o classicismo para o seio de um modernismo internacional, sem fronteiras. Haveria em ambos o “jogo científico e soberbo de volumes a que a luz dá vida”. O classicismo, contestado identitariamente por não representar as nações e pairar acima delas, é recuperado para certificar o cosmopolitismo moderno⁵⁶.

Aproveitando talvez esta sugestão, os patriotas, desejosos de ver a nação na arquitectura, pediram então aos arquitectos modernos que pusessem mais classicismo nas suas obras. Isso as tornaria mais belas e, com a nacionalização do classicismo, mais portuguesas. E assim, nos anos trinta e quarenta, o classicismo foi posto ao serviço de desígnios tanto nacionalistas como individualistas, tanto académicos como modernistas. Por aqui se comprova, mais uma vez, o seu poder infinito para mobilizar o pensamento e a estética, mesmo antagónicos.

Alguns adversários do modernismo, desejosos de provar a sua fealdade e o seu carácter estrangeirado, contrapuseram-no à beleza e ao europeísmo do classicismo. Quando o modernismo se domesticou e pareceu aceitável integrá-lo nos valores nacionais e europeus (por contraposição ao alegado judaísmo e negritude de certas vanguardas), alguns hermeneutas aproximaram-no do racionalismo e da simplicidade do classicismo greco-romano. Aliás, *moderno e clássico* passou a ser uma síntese elogiosa, que se aplicava aos edifícios modernos dignos de apreço. Esta fórmula chegou a ocorrer como o alfa e ómega da arquitectura.

Fernando de Pamplona considerou “ao mesmo tempo clássico e moderno” o Pavilhão dos Portugueses no Mundo, projectado por Cottinelli Telmo para a Exposição do Mundo Português, em 1940⁵⁷. Alberto José Pessoa escreveu, na memória descritiva do edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que as fachadas “participavam ao mesmo tempo dum espírito moderno e clássico: do primeiro pela sua grande sobriedade e correspondência lógica com o interior; do segundo pelo ritmo dos seus vãos e pilastras, por uma expressão de dignidade que se distingue da expressão industrial de certas construções dos nossos dias”⁵⁸. Foi deste entendimento que nasceu a ideia de uma *terceira via* da arquitectura fascista, cujo sucesso se mantém entre os estudiosos actuais.

A “conjugação do clássico com o moderno” tornou-se uma fórmula hábil, pela qual não se recusava o *moderno*, embora se lhe estabelecessem limites. Em 1958, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Coimbra, que integrava

⁵⁶ *Uma casa moderna* 1932: 1-3.

⁵⁷ Pamplona 1940: 173.

⁵⁸ Rosmaninho 2020c: 291.

Luís Reis-Santos, instada a pronunciar-se sobre o projecto de remodelação do Parque de Santa Cruz, da autoria de Vianna Barreto, explicou que aquela conjugação não era senão “o emparceiramento do monumental com o puramente utilitário”⁵⁹.

Não podendo já atacar simplesmente o modernismo, o conservadorismo estético escolheu o *classicismo* como uma das suas bandeiras terminológicas. Foi assim que, em 1957, Flório de Vasconcelos interpretou o mais recente emprego na crítica de pintura. Na sua opinião, “Diogo de Macedo enganara-se ao declarar clássico o Modernismo”. O alegado “retorno do classicismo” estava a revelar-se “um retorno inexorável, devorador, esmagador” ao fim do século XIX, à geração de José Malhoa, Carlos Reis e Veloso Salgado. “Esse classicismo”, escreve Flório de Vasconcelos, “não é o da Arte Moderna”: é um “retrocesso”⁶⁰.

CONCLUSÃO

O classicismo foi rejeitado como fonte identitária da arte portuguesa no século XIX, quando os fundamentos eram sobretudo historicistas, e integrado quando a aproximação passou a ser também caracterológica. Foi recusado por ser uma influência externa, e aceite quando a ideia de uma personalidade colectiva conferiu aos Portugueses o poder de recriar as *influências* por intermédio da sua capacidade de *assimilação*. Foi lamentado quando equivalia a uma *cópia*, e revalorizado quando a cópia se confundiu com uma desejada *obediência*.

No século XIX, a identidade artística portuguesa desenvolveu-se contra o classicismo, acusado de interromper o florescimento manuelino, de franquear a invasão italianizante, de impor à arquitectura o espírito calculista e frio do jesuitismo e de servir o absolutismo. Só nos anos trinta do século XX é que as nações europeias acolheram o classicismo. Cada nação descobriu no século XVIII um classicismo próprio, só seu, *nacional*. Assim se passou da abjuração identitária do classicismo, no século XIX, para a sua apropriação identitária, no século XX. A cidade universitária de Coimbra, construída no Estado Novo, e, sobretudo, o acolhimento crítico da exposição de arquitectura nazi em Lisboa, em 1941, mostram esse trânsito hermenêutico. O classicismo monumental totalitário não surge para se opor à nação rural da *casa portuguesa*, mas para a complementar. É uma expressão artística, ideológica e identitária que completa o neotradicionalismo da *casa portuguesa* e se oferece como alternativa ao moderno e à alegada desordem e anormalidade das vanguardas. A arquitectura moderna surgiu, porém, para os seus adeptos, como um novo classicismo, uma nova ordem universal.

⁵⁹ Rosmaninho 2020c: 549.

⁶⁰ Vasconcelos 1957: 77.

BIBLIOGRAFIA

- “*Arquitectura de hoje pelo estrangeiro*. Concurso para a sede do Instituto Luce, em Roma. Pelos arquitectos E. A. Busiri Vici, Rustichelli e Regagioli”, *A Arquitectura Portuguesa* 39, Junho de 1938: 17-20.
- Barata, J. F. N. (1958), “Intervenção na Assembleia Nacional”, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* 26: 501.
- Braga, T. (1881), *Questões de Literatura e Arte Portuguesa*. Lisboa: Editor A. J. P. Lopes.
- Colaço, T. R. (1939), “Arquitectura e religião. Carta aberta de Tomaz Ribeiro Colaço ao Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa”, *A Arquitectura Portuguesa* 47: 19-22.
- Cordeiro, L. (1869), *Livro de Crítica. Arte e literatura portuguesa de hoje. 1868-1869*. Porto: Tipografia Lusitana.
- Dantas, J. (1915), “Crónica. Livros”, *Ilustração Portuguesa* 467: 129.
- Faria, D. (1941), “A propósito da exposição de arquitectura alemã”, *Acção* 30: 5.
- Fernandes, J. M. (2006), “Arquitectura – Portugal: breve síntese”, *Boletim Interactivo da Associação Portuguesa de Historiadores de Arte* 4. Disponível em <http://www.apha.pt/boletim/boletim4> (acedido em 29 de Novembro de 2012).
- Garrett, A. (1846 [ed. 1983]), *Viagens na Minha Terra*. Porto: Porto Editora.
- Garrett, A. (1851 [ed. 1984]), *Romanceiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Girão, A. A. (1953), “Discurso proferido na inauguração dos edifícios da Faculdade de Letras e do Observatório Astronómico”, *Anuário da Universidade de Coimbra (1951-1952)*, 45-48.
- Heller, L. (1997), “A world of prettiness. Socialist Realism and its aesthetic categories”, in T. Lahusen e E. Dobrenko (eds.), *Socialist Realism Without Shores*. Durhan-Londres: Duke University Press, 51-75.
- Lambert, E. (1948), *L'Art Portugais*. Separata de *Annales de l'Université de Paris*. Paris: Bureau des renseignements scientifiques de l'Université de Paris.
- Leal, J. C. (2004), “Legitimação artística e patrimonial do Bairro pombalino. Um percurso pela crítica e pela história da arte portuguesa”, *Monumentos* 21: 6-17.
- Levy, E. (2004), *Propaganda and the Jesuit Baroque*. Berkeley-Los Angeles-Londres: University of California Press.
- Lino, R. (1941), “Ainda as casas portuguesas”, *Panorama* 4: 9-10.

- Macedo, D. (1941), “Notas de arte – Exposição de Moderna Architectura Alemã”, *Ocidente* 44: 438-439.
- Moncada, L. C. (1992), *Memórias. Ao longo de uma vida. Pessoas, factos, ideias (1888-1974)*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Monteiro, P. P. (1950), *Eugénio dos Santos, Precursor do Urbanismo e da Architectura Moderna*. Lisboa: s. e. Conferência.
- “*Nas Belas-Artes. Foi hoje inaugurada a Exposição de Moderna Architectura Alemã, que consta de modelos e maquetas das novas edificações germânicas*” (1941), *República* 3915: 4.
- Ortigão, R. (1896), *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Ortigão, R. (1903), “Os Jerónimos. Belém”, *A Arte e a Natureza em Portugal*. Vol. III. Reproduzido em: R. Ortigão, *Arte Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 133-166.
- Pamplona, F. (1940), “Uma obra de arte: a Exposição do Mundo Português”, *Ocidente* 31: 164-180.
- Pamplona, F. (1941), “Belas-Artes – Malas-Artes. Exposição de Moderna Architectura Alemã. Aspectos gerais”, *Diário da Manhã* 3786: 3.
- Pamplona, F. (1944), *Rumos da Arte Portuguesa*. Porto: Portucalense Editora.
- Pereira, M. H. R. (1984), *Estudos de História da Cultura Clássica. Volume II: Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Quadros, A. (1954), *Introdução a Uma Estética Existencialista*. Lisboa: Portugália.
- Quental, A. (1987, 5ª ed.), *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro.
- Raposo, H. (1914), *Sentido do Humanismo*. Coimbra: Tipografia França Amado.
- Raczynski, A. (1846), *Les Arts en Portugal. Lettres adressées à la Société Artistique et Scientifique de Berlin, et accompagnées de documents*. Paris: Renouard et Cie. Libraires Éditeurs.
- Rosmaninho, N. (2006), *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Rosmaninho, N. (2018), *A Deriva Nacional da Arte. Portugal, séculos XIX-XXI*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Rosmaninho, N. (2020a), *Apenas Mudança. Páginas de arte e ideologia*. Edição de autor.

- Rosmaninho, N. (2020b), *Arte Nazi em Lisboa. Estudo de recepção*. Edição de autor.
- Rosmaninho, N. (2020c), *Cidade Universitária de Coimbra. Documentos da comissão de obras. 1939-1969*. Edição de autor.
- Rossa, W. (2002), *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Santos, R. (1943), *Conferências de Arte. 2.^a série*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Segurado, J. [s.d.], “Evocação” in J. Segurado (dir.), *Lisboa no Passado e no Presente*. Lisboa: Edições Excelsior, 17-48.
- Souza, J. F. (1941), “Impressões estéticas da exposição da arquitectura alemã”, *A Voz* 5275: 1.
- Speer, A. [s.d.], *O III Reich por Dentro*. Volume I. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Summerson, J. (1978), *El Lenguaje Clásico de la Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Taborda, J. C. (1815), *Memória dos Mais Famosos Pintores Portugueses, e dos Melhores Quadros Seus*. Apêndice à tradução de M. Prunetti, *Regras da Arte da Pintura. Com breves reflexões críticas sobre os caracteres distintivos de suas escolas, vidas e quadros de seus mais célebres professores*. Lisboa: Na Impressão Régia.
- Telmo, C. (1948), “Arquitectura nacional – arquitectura internacional”, in *1.º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Architectos, 61-65.
- “*Uma casa moderna*. Projecto do engenheiro civil Carlos Sallerier” (1932), *A Arquitectura Portuguesa* 1: 1-3.
- Vasconcelos, F. (1957), “Depois do futurismo”, *Cidade Nova* 1-2: 74-81.
- Vieira, A. L. (1914), *A Poesia dos Painéis de S. Vicente*. Lisboa: Edição dos “Amigos” do Museu.
- Vilaça, A. (1992), *De Memória em Punho. Histórias que Abril soltou*. Coimbra: Livraria Minerva.

(Página deixada propositadamente em branco)

“ESPÍRITO CLÁSSICO” NO PLANO DE RENOVAÇÃO DA CIDADE DE LISBOA

PAULA ANDRÉ

DINÂMIA'CET-IUL

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

ORCID: 0000-0002-9322-5510

paula.andre@iscte-iul.pt

PAULO SIMÕES RODRIGUES

Centro de História de Arte e Investigação Artística

Universidade de Évora

ORCID: 0000-0002-9258-2989

psr@uevora.pt

RESUMO A arquitectura faz parte de um tecido orgânico e um apreçado fascínio centrado só nas transformações pode ocultar a raiz das permanências. Procurando realizar uma leitura que vá além do viciado foco patrimonialista no Plano de Renovação da Cidade de Lisboa, que encadeia a visão que pode descortinar a essência clássica da sua arquitectura, tomamos de empréstimo a lente de um conjunto de arquitectos/historiadores do séc. XX-XXI aplicada à identificação e análise do classicismo da arquitectura moderna. A partir deste modelo teórico, pretende-se tornar evidente a matriz clássica implícita no Plano de Renovação da Cidade de Lisboa, que, na segunda metade do séc. XVIII, na sequência do terramoto de 1755, pautou a reconstrução da mais importante cidade do Reino. Os arquitectos/engenheiros militares que desenharam e implantaram, na parte baixa da cidade, o Plano de Renovação de Lisboa, criaram uma estrutura urbana de traçado coerente e racional, assim como uma arquitetura precisa e clara, ambos de ressonância clássica. Verificaremos como corresponde a uma cultura de regulação urbana que se manteve na cidade medieval, patente na *ley do alinhamento*, e que está logo presente na *Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa* (1755-56), de Manuel da Maia. Deste modo, mostraremos como o Plano de Renovação da Cidade de Lisboa, pela essencialização da arquitectura, pela depuração das formas e pela estrutura reticular é simultaneamente clássico, tradicional e moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Classicismo, urbanística, arquitectura, Lisboa, Plano de Renovação.

ABSTRACT Architecture is part of an organic fabric and an apprehended fascination focused only on transformations can hide the root of permanences. In an attempt to go beyond the biased patrimonialist focus on Lisbon's Renewal Plan, which chains the vision that can uncover the classical essence of its architecture, we borrowed the lens of a group of architects/historians of the 20th-19th century applied to the identification and analysis of classicism in modern architecture. From this theoretical model, we intend to make evident the classical matrix implicit in the Renovation Plan of the City of Lisbon, which, in the second half of the 18th century, following the 1755 earthquake, guided the reconstruction of the most important city in the Kingdom. The

military architects/engineers who designed and implemented the Lisbon Renewal Plan in the lower part of the city created an urban structure with a coherent and rational layout, as well as precise and clear architecture, both of which have a classical resonance. We will verify how it corresponds to a culture of urban regulation that was maintained in the medieval city, patent in the *ley do alinhamento*, and that is soon present in Manuel da Maia's Dissertation on the renovation of the City of Lisbon (1755-56). Thus, we will show how the Lisbon City Renewal Plan, by the essentialization of architecture, the depuration of forms and the reticular structure is simultaneously classical, traditional, and modern.

KEYWORDS: Classicism, urbanism, architecture, Lisbon, Renovation Plan.

INTRODUÇÃO

A arquitectura faz parte de uma paisagem e de um tecido orgânico, e um apreçado fascínio centrado só nas transformações pode ocultar a raiz das permanências. Tal como sublinha André Corboz, todos os acidentes do território têm significado e obrigam a olhar radiograficamente para a acumulação de camadas, para o que foi apagado. Revelam o palimpsesto¹ e determinam a leitura do hipertexto² da cidade. Por este motivo, entendemos, tal como o fez o arquitecto Álvaro Siza Vieira, que “a tradição é um desafio à inovação”³. No caso de Lisboa, é atualmente perceptível como a cidade contemporânea herdou o “**espírito clássico**” da Baixa Pombalina que, por sua vez, manteve o rasto da ordem da estética da linha recta medieval e do arruar ao modo romano, cumprindo-se a cidade como *locus* da memória colectiva⁴. A partir deste pressuposto, propõe-se a compreensão do Plano da Renovação da Cidade de Lisboa, pensado e desenhado pelos arquitectos e engenheiros militares do século XVIII, como simultaneamente tradicional e moderno, ou de uma modernidade atemporal própria do Iluminismo, que lhe é conferida pela sua matriz clássica. Esta modernidade atemporal ou “tradição moderna” advém do facto das profundas mudanças históricas verificadas nos séculos XVII-XVIII, as “novas ideias” científicas e estéticas surgidas com a denominada revolução científica do século XVII, não implicaram a recusa de um mundo referido à “tradição clássica, mas uma mudança na maneira e capacidade de ler a sua realidade”⁵. Deste modo e considerando que “um ‘sítio’ não é um dado adquirido, mas sim o resultado de uma condensação”⁶, o classicismo, tal como refere o arquitecto Eduardo Souto

¹ Corboz 2001.

² Ascher 2010.

³ Vieira 1987: 78-79.

⁴ Rossi 1966.

⁵ Calinescu 1991: 37.

⁶ Corboz 2001.

de Moura, “é a regra que entende” e articula “o todo”, de modo a “incluir as partes, o particular, a excepção a que o lugar obriga”⁷. Neste sentido, podemos afirmar que o Plano da Renovação da Cidade de Lisboa é clássico.

Sem qualquer carácter exaustivo, seleccionámos um conjunto de arquitectos/historiadores do séc. XX-XXI que abordam com espírito aberto a arquitectura moderna do séc. XX de maneira a nela descortinar classicismos⁸ e que tomamos de empréstimo para ler o Plano de Renovação da Cidade de Lisboa e nele sondar espíritos clássicos.

1. ESPÍRITOS CLÁSSICOS

De acordo com o arquiteto Peter Eisenmann, “só no final do século XX, o **clássico**” pôde ser apreciado como um sistema abstracto de relações que desde meados do século XV” aspira a converter-se num paradigma do que é *intemporal, significativo e verdadeiro*, isto é, do que é clássico. Consequentemente, toda a arquitectura que procura recuperar os princípios do clássico, pode ser chamada “**clássica**”⁹. Alexander Tzonis, Denis Bilodeau e Liane Lefraivre, com base nos tratados de arquitectura renascentistas e na herança aristotélica, identificaram como princípios fundamentais do classicismo a ordenação, a unidade e o todo, o ritmo e a harmonia, e a organização tripartida¹⁰. Foram estes os princípios que traçaram um percurso na história, desde a recuperação das formas e dos valores estéticos romanos pelo Renascimento italiano, nos séculos XIV e XV, até aos finais do século XX, constituindo uma tendência que pode ser denominada de “tradicionalismo” moderno¹¹. Segundo o arquiteto Josep Maria Montaner, “(...) o racionalismo (...) aceita o valor positivo **da tradição** e da acumulação de conhecimentos”, fazendo com que em “determinados momentos da história, como no Iluminismo, fosse possível ter havido uma atitude simultaneamente racionalista e classicista, voltada de maneira racional para uma nova sociedade e, de igual modo, altamente respeitadora do “gosto clássico” e do “saber acumulado pela tradição”¹². Em relação à situação específica do Movimento Moderno, apesar das declarações dos seus arquitectos a negar a qualidade da arquitectura que o precedeu, como “os estilos, as ordens e toda a arquitectura de **tradição clássica**, manteve, por vezes de forma subtil e outras vezes de forma

⁷ Moura 2003: 366, 367.

⁸ Luis Fernandez Galiano, José Ignacio Linazasoro, Ignasi Sola-Morales, Alexander Tzonis, Denis Bilodeau, Liane Lefraivre, Robert Stern, José Luis R. Caivano, Josep Maria Montaner, Demetri Porphyrios, Peter Eisenmann, Porfirio Pardo Monteiro.

⁹ Eisenmann 1984: 153-173.

¹⁰ Tzonis 1984.

¹¹ Stern 1989.

¹² Montaner 2001:70.

mais evidente, uma relação ininterrupta com esta tradição”. Como refere Reyner Banham,

a arquitectura dos fundadores do Movimento Moderno não foi uma abrupta contraposição à **tradição clássica**, mas sim uma forte e positiva evolução. A crítica que exerceram era na realidade contra a degradação e o vazio de conteúdos que a arquitectura académica tinha sofrido, mas não contra a verdadeira arquitectura clássica anterior.¹³

Frank Lloyd Wright (1867-1959), Mies van der Rohe (1886-1969), Le Corbusier (1887-1965), Alvar Aalto (1898-1976) e Louis Khan (1901-1974) são cinco grandes arquitectos do século XX que se declararam inimigos do clássico mas que se alimentaram do seu húmus e quiseram ser reconhecidos como arquitectos clássicos nos anos finais das respectivas vidas. Quiseram ser entendidos como criadores que em vez de terem destruído o passado, o reformaram atando os cânones clássicos ao mundo novo que estavam a construir, ao mundo da cultura de massas do século XX. Quiseram ter um estatuto equivalente ao dos arquitectos do passado. Assim sucedeu porque o classicismo não é apenas entendido como significando uma retórica figurativa ou estilística, mas também e sobretudo **um princípio de ordem**, um princípio de estrutura, de clareza, de relação das partes com o todo. Não apenas um classicismo das ordens, também um “classicismo da ordem”¹⁴. Atenda-se ao sentido de abstracção de Mies van der Rohe, compreendido por Bruno Zevi¹⁵ e Colin Rowe como um objectivo essencial do classicismo¹⁶.

No âmbito de uma teoria metalinguística do clássico, manifesta numa concepção do classicismo como uma constante de racionalidade arquitectónica que pode ser verificada ao longo da história e não somente no mundo greco-romano, são ainda de destacar os exemplos de Heinrich Tessenow (1876-1950), destacado arquitecto alemão do período da República de Weimar (1919-1933), e do austríaco Adolf Loos (1870-1933). Ambos os arquitectos “não contemplam o **passado** como um peso morto nem acreditam que a **tradição** seja uma voz apagada”¹⁷. Enquanto Tessenow, mais com um sentido literário do que com um sentido formal, concebeu o **clássico** como o intemporal, o que se mantém ou perdura¹⁸, para Loos, o classicismo não foi uma referência formal directa, não se tratou de o restaurar ou actualizar enquanto ordem, mas de o situar

¹³ Caivano 1986.

¹⁴ Galiano 2015: v. <https://www.youtube.com/watch?v=-SaTwyPXuWw>.

¹⁵ Zevi 1958: 439.

¹⁶ Rowe 1999: 119-154.

¹⁷ Sola-Morales 1981: XVII.

¹⁸ Prieto 2019: 13-23.

enquanto referência histórica de um processo que tem na essencialidade e no desaparecimento do ornamento a sua própria finalidade¹⁹. Tanto em Tessenow como em Loos, “ocupar-se do **passado** é, em todo o caso, ocupar-se do presente. O passado não sobrevive no presente sob a forma de recordação, mas sim sob a forma de realidade”²⁰.

Em suma, o classicismo pode ser entendido como “a filosofia de livre arbítrio alimentada pela tradição”²¹ e as lições do classicismo, ao longo da história, não se encontram nas suas características estilísticas, mas nos valores da sua racionalidade.

Em Portugal, no ano de 1935, Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), um dos mais relevantes arquitetos do modernismo nacional, numa conferência realizada na Sociedade Nacional das Belas Artes, em Lisboa, e intitulada *Espírito Clássico*, afirmava que “o arquitecto é antes de tudo um **organizador de espaços** e um criador de ordem” e que o espírito clássico, aquele que “ressalta da essência das soluções da antiguidade, é coisa mal compreendida”. Considerava que “**espírito clássico**, no bom sentido, razão de ser, justificação dos motivos ou dos elementos, esclarecimento da forma e da função, sentimento arquitectónico integral”, residia “na essência da composição, no seu equilíbrio real, no racionalismo e na lógica do partido e ou na concordância dos seus elementos”. Assim, o **espírito clássico** e eterno da arquitectura estava “no mérito real da concepção integral, na boa ordenação do conjunto, na concordância de todos os elementos, no carácter arquitectónico da composição, dentro da sua verdadeira função estrutural”²². Anos mais tarde, em 1948, o mesmo arquitecto, numa conferência pronunciada nos Paços do Concelho de Lisboa, intitulada *Eugénio dos Santos precursor do urbanismo e da arquitectura moderna*, aplicava a sua tese do espírito clássico à reconstrução de Lisboa pós-terramoto de 1755 afirmando que a sua concepção geral, no começo da segunda metade do séc. XVIII, tinha constituído, “não só um primeiro exemplo duma nova técnica que, então, não tinha nome e que hoje denominamos ‘urbanismo’ mas também” podia “ser apontada como **um modelo clássico**, pois encerra o germe das ideias que só nos nossos dias se tornaram correntes e que condicionam as realizações contemporâneas”. Afirmava que o “traçado geral da parte a construir imediatamente” a seguir ao terramoto era “de uma simplicidade impressionante”²³, de uma concepção nova, lógica e inteligente” que não se devia “nem à moda, nem à tendência estética daquele tempo”, apenas à compreensão perfeita das necessidades e das possibilidades”. Salientava que “da inteligência, do espírito prático e do bom senso

¹⁹ Linazasoro 2018: 69.

²⁰ Pérez O. 1988: 5-9.

²¹ Porphyrios 1982.

²² Monteiro 1935: 40.

²³ Monteiro 1950: 13.

de quem teve de intervir no seu estudo, resultou qualquer coisa de tão perfeito, de tão razoável, de tão português e ao mesmo tempo de tão universal”. Por isso “é que a mesma disciplina e a mesma lógica que haviam levado à concepção do plano geral, aplicadas a tudo quanto dele derivava, tinham fatalmente de conduzir a resultados concordantes com a ideia dominante”. Segundo Pardal Monteiro, “a primeira condição para conseguirem a boa solução de todas as partes do problema, consistia na intransigente disciplina da subordinação dos pormenores à concepção do conjunto”²⁴.

A proposta do presente texto é confirmar a leitura feita por Pardal Monteiro do projeto de reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755, mas, em conformidade com o quadro teórico supra apresentado, fazendo remeter a génese do espírito clássico enunciado a uma permanência que atravessou o período medieval.

2. LISBOA ANTES DO TERRAMOTO E A ESTÉTICA DA LINHA RECTA

Poucas cidades beneficiam, como Lisboa, de uma “implantação ‘predestinada’ tanto pelo sítio, como pela posição. Lisboa é o último exemplo ocidental de um sítio mediterrâneo típico, combinando as vantagens de uma baía abrigada do vento do largo e de um relevo fácil de defender, a partir do qual se pode vigiar o porto”²⁵. Lisboa é produto da sua situação. Nasceu do rio, do largo estuário do Tejo,²⁶ e, “inseparável da vida de Lisboa, o Tejo, o ‘mar’, como diz o povo, avista-se dos andares e pontos altos e está intimamente ligado ao seu destino urbano”²⁷. A posição “fortificada pré-histórica que surgiu na colina, hoje chamada do Castelo, sobranceira ao Tejo, deu origem a uma das mais importantes urbes da Lusitânia romanizada”²⁸.

A Lisboa conquistada por D. Afonso Henriques era já constituída pelo conjunto amuralhado (Cerca Moura) e pelos bairros extramuros. No reinado de D. Dinis, executaram-se os primeiros aterros na zona do esteiro, de modo a permitir a construção das Tercenas Reais e Estaleiros, junto à escarpa de S. Francisco, o que já denota uma descida e um avanço da cidade em relação ao rio. D. Dinis construiu ainda a segunda muralha da cidade, a primeira da ribeira, com o intuito de proteger os novos núcleos que, entretanto, se expandiram, como o da Baixa (a ocidente) e o de Alfama (a oriente). Contudo, essa muralha não chegou a ser concluída e, efectivamente, só no reinado de D.

²⁴ Monteiro 1950: 14.

²⁵ Ribeiro 1938: 99-103.

²⁶ França 1989: 9.

²⁷ Ribeiro 1986: 49.

²⁸ Telles 1969: 44-50.

Fernando, em 1373, aquelas novas áreas urbanas foram abrangidas pela construção de uma nova cintura amuralhada, mais próxima do rio.

Em 1295, no reinado de D. Dinis, refere-se, talvez pela primeira vez na história do urbanismo de Lisboa, a prática de cordeamentos (medições com corda), associada à abertura da Rua dos Ferreiros e à remodelação e aumento do Largo dos Açougues, que irá desenvolver-se durante o período moderno em todo o território: “[...] e fizeram-nò logo medir por cordas, d’ancho e de longo, perante mim sobredito tabelião, e perante o dito concelho, e puseram ahi divisões de quanto davam a elrei”²⁹. No século XV, será nesta nova ribeira que se irá desenvolver todo um conjunto de equipamentos relacionados com expansão ultramarina: a Casa de Ceuta, a partir de 1434, e a Casa dos Escravos, em 1486. D. Manuel I decidiu descer da Alcáçova, iniciar novos aterros na ribeira e construir o Paço sobre a casa da Índia, Mina e Guiné. O terreiro, antes esteiro, praia e ribeira, tomou então a designação de Terreiro do Paço, gerando-se ali um palco privilegiado da cidade e da sua imagem. A Norte da cidade existia um outro grande vazio, o *Rossio* de Lisboa, onde se realizavam feiras. *Rossio* ou *Ressio*, denominação que, segundo Luis de Vasconcelos, na sua obra *Etnografia Portuguesa*, tem origem no adjetivo latino *residuus*, que significa “remanescente”. Este espaço seria marcado, a Norte, pelo Paço dos Estaus, mandado construir por D. Pedro I, e, a Nascente, pelo conjunto do Hospital de Todos os Santos, obra encomendada por D. João II. Esses dois grandes vazios da cidade de Lisboa, a ribeira tornada Terreiro do Paço e o Rossio, exibidos na gravura de Lisboa *Olissipo quae nunc...*, que G. Braunio publicou no *Vrbium Praeciparum Mundi Theatrum Quintum* (1598), foram sempre polos estruturadores do desenvolvimento urbano, palcos preferenciais dos diferentes tempos, mantendo essa identidade mesmo depois do terramoto, no plano pombalino, com uma forte presença na ordem da composição clássica do conjunto das duas Praças.

Além destes dois grandes vazios, a cidade de Lisboa foi estruturada por outros dois eixos (*decumanus* e *cardo*) de desenvolvimento, duas ruas que também se mantiveram estruturantes no plano pombalino: a Rua Nova (*decumanus*), eixo paralelo ao rio, e a Rua Nova d’El Rei (*cardo*), eixo perpendicular ao rio.

A Rua Nova, eixo paralelo e aberto ao rio, foi obra do reinado de D. Afonso III (séc. XIII) e era, durante a Idade Média, segundo testemunho de D. Afonso V, a “milhor e mais principal da dicta cidade”³⁰. Encontramo-la na regularização e ampliação da mesma Rua Nova em 1294, empreitada que obrigou ao derrube de algumas casas, “para que a rua fique de 8 braças”, como chamou a

²⁹ A carta de 1295 encontra-se no ANTT – Chancelaria de D. Dinis, livro 2º, fl.99-vº, como in Direitos Reais, Liv2ºfl.131vº. Vieira da Silva faz a transcrição da carta, in Silva 1987: 115, 116.

³⁰ Trindade 2016: 8.

atenção Helder Carita³¹. A Rua Nova sofreria, entre finais do séc. XIV e princípios do XV, algumas calamidades. Um fogo destruiu quase toda a Ferraria e grande parte da Rua Nova, em 1369. Quatro anos depois, novo incêndio, desta vez provocado pelo exército castelhano, sob as ordens de D. Henrique II³². Em 1406, mais um incêndio na Rua Nova: “[...] as quaes casas arderam de todo o fogo que se levantou na dita rua nova no mez de outubro que foi da era de 1444 annos, que ficaram as ditas casas de todo em pardieiros damnificadas do dito fogo”³³.

No séc. XV, a Rua Nova passa a ter a designação de Rua Nova dos Mercadores, sendo também referida, ainda nesse século, como Praça dos Homens de Negócios. As primeiras notícias do projecto de calcetamento da Rua Nova de Lisboa “constam de uma carta de D. João II, datada de Novembro de 1482, onde o rei [...] determinou, como trabalho prévio, a execução de uma planta ‘pyntada em papell’, para melhor poder estudá-la e emitir o seu parecer”³⁴. Após uma viagem ao Porto em 1483, D. João II, tendo apreciado, na Rua Nova daquela cidade, a qualidade do trabalho e da pedra utilizada, ordenou que em Lisboa fosse utilizado igual processo e a pedra dali trazida³⁵. Seria assim aprovada “a despeza orçada para o calcetamento da Rua Nova Grande dos Mercadores, devendo empregar-se n’essa obra pedra do Porto [granito], ‘por que a outra dapnase na maneira que vêdes’”³⁶.

Além destes melhoramentos, há uma preocupação com o reordenamento alinhado do centro da cidade, a regularização e o alinhamento das ruas, em que se denota uma estética da linha recta, presente em várias cartas dirigidas ao Senado de Lisboa, como podemos verificar pela referência do secretário António Carneiro: “[...] como os (esteios) da rua nova dereitos e muy bem obrados e ainda nalguns lugares em que convem lhe seja dado tanto chão como convinha para todas as casas ficarem yguais e por cordel e que hua não saya mais que outra...”³⁷. D. Manuel, preocupado com o facto de na Rua Nova dos Mercadores ainda existirem “casas construídas com materiais menos nobres, como a madeira, [...] deu um prazo de um ano para que fossem substituídas

³¹ Carita 1999.

³² Fernão Lopes, *Crónica do Senhor Rei D. Fernando nono rei destes Regnos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 204, citado por Silva 2008: 183.

³³ ANTT, Chancelaria de D. João I, Liv. III, fl.104, 1407, citado por Silva 2008: 183.

³⁴ Gonçalves 1995: 105.

³⁵ Rossa 1999: 261.

³⁶ Oliveira 1885: 384. “Quando D. João II morreu, em finais de Outubro de 1495, treze anos volvidos após o seu início, ignoramos o adiantamento dos trabalhos, mas sabemos que estavam ainda longe do fim. D. Manuel retomou o empenhamento do seu antecessor”, in Gonçalves 1995: 107.

³⁷ Carita 2000: 41.

por outras de pedra”³⁸. No entanto, como refere Walter Rossa, “já em 1462 D. Afonso V tentou impor que as casas da Rua Nova de Lisboa fossem feitas sobre arcos de cantaria e daí até ao telhado em alvenaria de pedra e cal, sem tabuados”³⁹. A intenção não foi concretizada e seria por meio da acção de D. Manuel que a referida rua passaria a ter “um notável perfil urbano com edifícios de habitação de cinco andares, onde o piso térreo era ocupado pelas mais bem fornecidas lojas de toda a Europa em matérias-primas e objectos provenientes do Oriente e de África, autênticos ‘gabinetes de curiosidades’”⁴⁰. Em meados do séc. XVI, a Rua Nova dividiu-se em duas artérias: a ocidente passa a ter o nome de Rua Nova dos Mercadores e a oriente de Rua Nova dos Ferros, com grades de ferro dispostas longitudinalmente. Mais tarde, a denominação de Rua dos Ferros estende-se a toda a rua, sendo esta a sua designação em 1755. Esta rua, porém, continuou a ser conhecida simplesmente como Rua Nova.

A Rua Nova d’El-Rei, eixo perpendicular ao rio, mandada abrir por D. João I, é referida no século XIV como o rego que seria mandado encanar por D. Afonso V, passando depois a ser mencionada como Rua do Cano Nova. Quando D. Manuel I procede ao seu “abrimento” e prolonga a Rua Nova d’El Rei, o Rossio passou a ficar ligado à zona da Ribeira, tendo sido necessário demolir algumas construções para que ficasse alinhada. Sousa Viterbo afirma que “em 1501, escambam-se propriedades onde o rei “manda abrir a rua”, o mesmo que ordena “ao dicto affonse annes que abra a dicta rua cumprindo inteiramente o que sobre esto lhe tem mandado”⁴¹. Pelo texto da provisão de 10 de Fevereiro de 1502, esta rua aparece citada pela primeira vez como Rua nova d’El Rey. Segundo Helder Carita, esta provisão, que tratava de derribamentos de balcões em toda a cidade, abria um capítulo especial sobre esta via, em que se determinava que “[...] mandamos vos asy mesmo logo isso mesmo deribar todollos balcoens da rua nova d’El Rey como vos dissemos, e naquela maneira que volo mandamos”⁴². Eduardo Freire de Oliveira salienta que na análise da Planta de João Nunes Tinoco esta rua apresenta-se como um longo percurso urbano formado com trechos de traçado diferenciado. O mais chegado à Ribeira manifesta um desenho serpenteante acompanhando claramente o trajecto do antigo canal. O segundo trecho, que desemboca no Rossio, apresenta-se com uma estrutura mais rectilínea, o que testemunha a aplicação de novos parâme-

³⁸ Gonçalves 1986: 170.

³⁹ Rossa 1999: 261.

⁴⁰ Pereira 2006: 43.

⁴¹ Viterbo, Francisco Sousa (1988) , *Dicionário histórico e documental dos architectos, Engenheiros e*

construtores portugueses. Fac-símile da ed. de 1922. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. III, 312-318, citado por Trindade 2016: 20.

⁴² Carita 1999: 77.

tros estéticos e urbanísticos no traçado da cidade manuelina. Neste sentido, o *Sumário*, da autoria de Cristovão Rodrigues de Oliveira, descreve esta artéria da cidade em 1551: “[...] deste Rossio querendo ir para o mar, entram na rua nova d’El-Rei, comprida, e direita ruua, que vai dar na grande rua nova dos Mercadores”⁴³.

A partir de meados do séc. XVI, esta rua passa a ser mencionada de Rua da Ourivesaria do Ouro ou dos Ourives do Ouro, sendo essa a sua designação em 1755. À semelhança do que tinha sido feito com a Rua dos Ourives da Prata⁴⁴, as obras de alargamento da Rua dos Ourives do Ouro, que ficaria com quarenta palmos de largura, de modo a ser “a mais pública e principal”⁴⁵, prosseguem com D. Pedro II. Esta obra é mencionada em carta do Secretário de Estado, Pedro Sanches de Farinha, de 13 de Setembro de 1686: “[...] e também ordena que V. S^a, vendo, com os ministros do senado, o quanto se necessita de que a Rua dos Ourives do Ouro **se largue**, por ser o concurso de toda a cidade, e por esta causa haver sempre n’ella contendias nas passagens por não caberem dois coches por ella, se trate dos efeitos que pode haver para esta obra que é tanto em utilidade do commum”⁴⁶. No auto de uma vistoria feita na Rua dos Ourives da Prata a 12 de Agosto de 1733, para “ver e mandar cordear a obra que quer mandar fazer em suas casas que ahi tem, o Conde de Óbidos, meirinho-mor do Reino”, registou-se que

visto e examinado tudo, se fez **cordeamento** na frontaria das ditas casas, da dita banda da rua dos Ourives, na forma seguinte, covém a saber: medindo-se da aresta do pilar grande, que faz cunhal na entrada da Rua Nova, à derradeira columna que fica da parte da rua dos Ourives, tem a frente das ditas casas 42 palmos e meio, e medindo-se da dita columna é humbreira da porta das casas fronteiras, neste ponto tem a dita rua dos Ourives de largo 47 palmos e um quarto, e medindo em baixo, do pilar que faz cunhal, à humbreira e parede das casas fronteiras, neste ponto tem a dita rua dos Ourives de largo 46 palmos e meio, e medindo do mesmo pilar o vão que entre eles há e a parede das ditas casas, se acchou ter oito palmos e 5 oitavos de palmo, quasi todo este vão impedido com balcão dos livreiros, e em cima, onde se acha a ultima columna, da parte da rua dos Ourives, se acha o vão com o grosso da columna seis palmos e trez quartos de palmo, que correm na dita frontaria, no comprimento

⁴³ Oliveira 1987: 103.

⁴⁴ “[...] esta obra tem consequencias mui uteis, porque cresce a cidade em formosura, e para a nobreza fica facil a serventia que pela Padaria é tão dificultosa”, in Consulta da Câmara ao Rei de 23 de Novembro de 1676, Liv^o IV de Cons. e Decr. Do Principe D. Pedro, fl. 386 (AHCML), citado por Oliveira 1885: 173; “em que se tornou necessário derrubar vinte e seis ‘moradas de casas’”, in Murteira 1999: 88.

⁴⁵ Murteira 1999: 92, 85, respectivamente.

⁴⁶ Murteira 1999: 85.

dos ditos quarenta e dois palmos e meio, até parar nos ditos 8 palmos e cinco oitavos de vão, quasi todo impedido com os ditos balcões, e é o que se pretende fechar com parede pelo estorcimento das ditas columnas e pilar d'aquella banda; e concedendo-se-lhe para este efeito licença, as sacadas que assentar nas janella que fizer, hão de ficar em altura de 16 palmos para cima, e não há de por degraus na rua⁴⁷.

Na *Resolução regia* de 17 de Setembro de 1687, que deferiu a consulta do Senado da Camara sobre o alargamento da Rua dos Ourives do Ouro, estabeleceu-se que o mesmo

fará esta obra sem prejuízo dos encargos e dividas a que está obrigada a sua fazenda, e, para este efeito, poderá obrigar a que se lhe vendam as casas necessárias as pessoas que voluntariamente lhas não quizerem vender, na forma que se aponta, mas com declaração que, as que forem de morgado ou capella, se lhes dará primeiro em sub-rogação um juro equivalente, ou outra faazenda livre, de igual estimação, para que fique com o mesmo vínculo e, nas que fôrem foreiras, se lhes dará outro fôro na mesma camara, na forma oferecida⁴⁸.

A importância da Rua Nova (*decumanus*), e a Rua Nova d'El Rei (*cardo*), eixos e polos estruturadores do fazer e do traçado urbano, fica também patente nas referências feitas nas mais diversas fontes. Cristovão Rodrigues de Oliveira, em inícios do século XVI, escreveu que do “Rossio, querendo ir para o mar, entram na rua Nova d'El-Rei, **comprida e direita rua**, que vai dar na grande rua Nova dos Mercadores, que por ser na principal parte da cidade e junto do mar ao longo dele, é lugar onde concorrem todos os mercadores e toda a mais gente de trato, que tem de comprido duzentos passos e de largo vinte; e sabe-se que rende em alugueres de casas oitenta mil cruzados”⁴⁹. Em 1584, o Padre Sande menciona que “há nesta rua, além d'outras coisas, edifícios admiráveis, de tantos pavimentos e com tantos inquilinos, que não se conhecem uns aos outros nem de cara nem de nome”⁵⁰. De acordo com Damião de Góis, do Rossio, “passando a Praça Nova do Rei, que transborda de entalhadores, joalheiros, ourives, cinzeladores, fabricantes de vasos, artistas da prata, de bronze e de ouro, bem como de banqueiros, cortando á esquerda, chegaremos a uma outra artéria que tem o nome de Rua Nova dos Mercadores, muito mais vasta que todas as outras ruas da cidade, ornada, de um lado e de outro, com belíssimos edificios. Para aqui

⁴⁷ Oliveira, Eduardo Freire de (1902), *Elementos para a História do Municipio de Lisboa*, Vol. XII, 519, 520, citado por Monteiro 2010: 53.

⁴⁸ Oliveira, Eduardo Freire de (1894), *Elementos para a História do Municipio de Lisboa*, Vol. VIII, 173, 174, citado por Monteiro 2010: 46.

⁴⁹ Oliveira 1987: 19.

⁵⁰ Oliveira 1987: 103.

confluem, todos os dias, à compita, comerciantes de quase todas as partes do mundo e suas gentes, em concurso extremo de pessoas, por causa das vantagens oferecidas pelo comércio e pelo porto”⁵¹. Finalmente, segundo Francisco Javier Pizarro Gómez, “Filipe II assistiu a várias representações teatrais alegóricas do dia da entrada oficial do monarca, realizadas na Rua Nova”⁵², ganhando a rua a dimensão de palco por excelência da cidade.

Concordamos com o historiador da arte José Custódio Vieira da Silva quando refere que, por um lado, as “cidades da Idade Média [...] se constituem como *continuum* em relação aos modelos da arquitectura e urbanismo da Antiguidade grega e romana”, e, por outro, que na “Lisboa medieval houve três momentos decisivos de alargamento estruturado: o primeiro, em tempos do rei D. Dinis e D. Fernando; o segundo com D. João I até à regência de D. Pedro; o terceiro, sob D. João II e D. Manuel”⁵³. É este *continuum* que também reconhecemos na preocupação pré-pombalina com a regularidade e a simetria, presente em todas as determinações relativas a intervenções na cidade de Lisboa. Tal como explica Helena Murteira, a propósito de um pedido de construção de um palheiro na Praça da Ribeira, a 6 de Março de 1704, uma Consulta da Câmara ao Rei informa que “o Senado, por decretos e resoluções de V. Majestade está dispendendo e dispendeu considerável fazenda em **alargar as ruas, [...] cordeamentos regulares** que devem ter as ruas para formosura da cidade”⁵⁴. Um decreto de D. João V de 13 de Abril de 1745 determinando instruções a aplicar pelo Senado da Câmara, com o objectivo de um regular crescimento da cidade, é paradigmático dos princípios de um fazer urbano que remontava ao período medieval e duma tradição baseada na teoria, na prática e na legislação de matriz clássica:

“Por entender serem convenientes ao meu real serviço e bem público as observações seguintes, mando e ordeno ao senado da camara d’esta côrte e cidade de Lisboa que, não obstante quaisquer leis, ordenações ou costumes em contrario, não consinta se faça rua ou serventia alguma que tenha entrada e saída pública e geral, menor de cinco varas ou vinte e cinco palmos craveiros de largo, ou seja dentro ou fóra do povoado; porém que nas ruas e estradas principaes e de muito concurso se seguirá, quanto á largura, **o estylo observado** com que se formaram algumas que já se acham feitas, assim dentro como fora d’esta côrte, como são as dos Ourives e outras semelhantes; e que, em

⁵¹ Góis 2002: 16.

⁵² Pizarro Gómez 1987: 127.

⁵³ Silva 2006: 36.

⁵⁴ Consulta da Câmara ao Rei de 6 de Março de 1704, Livº XIX de Cons. e Decr. de D. Pedro II, fl. 84 (AHCML), citado por Oliveira, Eduardo Freire de (1885), *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, Tomo I, 232-233.; Murteira 1999: 69-79.

distancias competentes e commodas, se deixem praças com capacidade para as comodidades publicas; e que nas partes em que se juntam muitas águas com pouca correnteza e se acham principiadas ou já formadas algumas ruas, se lhes façam cloacas ou canos para receberem as aguas e busquem sahidas para as praias, á imitação do cano real que passa por baixo do Terreiro do Paço. E a execução do referido e de tudo o mais que conduzir para melhor commodo, **symetria** e adorno da cidade, recomendo muito ao mesmo senado da camara, para que, distribuindo-a pelos desembargadores do pelouro e mais pessoas a quem tocar, se use de todos os meios proporcionados para se conseguir, evitando-se a deformidade com que tenho noticia se vão formando novas ruas e bairros, quando se devia esperar que, augmentando-se, se melhorassem.”⁵⁵

Denotando exactamente o mesmo tipo de preocupação, em 1751, a Coroa decide que o arquitecto camarário Eugénio dos Santos (1711-1760) deveria estar presente em todas as vistorias das obras da cidade e o Presidente do Senado defende “não pode haver vistoria alguma que não respeite ao ornato e symetria da cidade”⁵⁶.

3. LISBOA DEPOIS DO TERRAMOTO E A LEY DO ALINHAMENTO

Com o terramoto, maremoto e incêndio de 1755, as construções desta zona da cidade ficaram destruídas e Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, encarregou Manuel da Maia (1677-1768), o mestre de campo-general e engenheiro-mor do Reino, de estudar propostas para a reconstrução da cidade de Lisboa. Entre 4 de Dezembro de 1755 e 19 de Abril de 1756, este engenheiro redige a sua *Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa*, na qual apresenta cinco modos alternativos, devidamente justificados, para a reconstrução. O futuro Marquês de Pombal opta pelo quarto modo, que propunha a reconstrução *in loco* com um novo plano. São então propostos seis novos planos, dos quais é eleito o do capitão Eugénio dos Santos, arquitecto do Senado. Este era o mais “abstracto e geométrico”, em que as praças do Rossio e do Terreiro do Paço eram “regularizadas e redefinidas na sua forma e orientação”⁵⁷.

A cautelosa e metódica *Dissertação* Manuel da Maia representa um precioso repositório de informações significativas sobre Lisboa, mencionando, por exemplo, a “Ley do alinhamento” e as ruas que serviram de modelo às restantes artérias da cidade:

⁵⁵ Livº XXI de cons. e dec. d’el-rei D. João v, fs.17, in Oliveira 1906: 411, 412.

⁵⁶ Consulta da Câmara ao Rei de 17 de janeiro de 1754, Livº V de Cons. e Decr. de D. José I, fl. 25 (AHCML), citado por Oliveira, Eduardo Freire de (1885), *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, Tomo I, 232-233; Murteira 1999: 69-79.

⁵⁷ Teixeira 1999: 290-291.

Sirva de exemplo a **ley do alinhamento** p.^a [~q] as cazas [~q] se renovassem, se recolhessem até [~q] as ruas ficassem em certa largura, como a da rua dir.^a das portas de S. C.^a onde se executou até certo tempo, e se não continuou em alg[~u]a das cazas [~q] depois se renovarão ou se edificarão de novo [...]; Que se queira renovar a cid.^e baixa he p.^a mim indubitavel; por[~q] ainda sem haver occasião tão forçosa, se tem mostrado esta vont.^e assim na rua nova do Almada [~q] se formou q.^a do o bairro alto não tinha melhor serventia que a rua, ou beco dos Fornos, as ruas dos ourives de prata, e do Ouro, por onde não podia passar mais [~q] hum carro, e proximam.^a te a preparação p.^a se alargar mais a d.^a rua nova do Almada até a rua larga das portas de S. C.^a, formada assim em sincoenta e quatro palmos de largo pela **ley do alinhamento** [~q] não teve procurador [~q] a fosse fazendo executar em todas as p.^a tes em [~q] houvesse renovacões de cazas: e á vista dos referidos exemplos parece indubitavel a renovação de Lix.^a baixa [...].⁵⁸

Manuel da Maia ainda recomenda que Eugénio dos Santos dê a necessária atenção, nos desenhos do seu projeto, à conservação da mesma boa simetria:

[...] seg.^a os desenhos [~q] lhes forem communicados p.^a lo Architecto de senado o Cap.^a Eugenio dos Santos e Carv.^o p.^a que cada rua conserve a mesma **simetria** em portas, janellas e alturas; [...]; Resta ainda vencer o embaraço de[~q] como p.^a [~q] as casas conservem h[~u]a boa **simetria**, devem todas conservar entre si correspondencia [...]; E por[~q] depois de determinadas as ruas e praças he conveniente [~q] os edif.^{os} observassem **simetria** na altura das casas [...].⁵⁹

Além da prática e da consolidação da “Ley do alinhamento”, a *Dissertação* também apresenta os processos da renovação da cidade, sendo feita uma especial referência à “notícia prática e palpável”, verdadeira lição da *praxis* no terreno que nos remete para um *modus operandi* de fazer cidade, de operar no território, que pode ser identificado com a ideia da existência de uma escola portuguesa de urbanismo:

P.^a se poderem dirigir as ruas na forma mais regular se sinalarão primr.^o com bandeiras firmes todas as ruas destruidas p.^a se reconhecer por este modo o terreno [~q] occupavão as cazas e ruas, e poderse emmendar com clareza, o [~q] se julgar necessr.^o evitando-se deste modo o perigo [~q] pode haver q.^a do unicam.^a te se guiarem por plantas, como já tem sucedido, e poderse sobre esta **not.^a pratica e palpavel** tomar a resolução de como se hão de suprir as diminuicões [~q] houverem nas propried.^{es}, o [~q] necessita

⁵⁸ Ayres 1910

⁵⁹ Ayres 1910.

de m.^{to} especial atenção”⁶⁰. E ainda: “Advertindo [~q] p.^a esta inovação de ruas he mais proprio o **balizam.^{to} e demarcação sobre o terreno** a[~q] se deve seguir a planta p.^a memoria, do[~q] fazer pr.^o a planta ideada p.^a a demarcação do terreno.”⁶¹

No que respeita ao inteligente, sensível e flexível plano de Eugénio dos Santos, este assentava numa metodologia de aplicação e ajuste de regras que vinham do passado, permitindo que a sua proposta mantivesse a identidade essencial da estrutura urbana, a ordem e regularidade do espaço da cidade, em articulação ou mesmo integrada na flexibilidade das mudanças necessárias. Uma leitura crítica das fontes primárias que terão servido de referência a Eugénio dos Santos e o seu confronto com fontes documentais coevas, a que se procedeu com a intenção de caracterizar as categorias estéticas subjacentes à estética iluminista, revelam a simetria, a regularidade, o adorno e a comodidade como os conceitos chave que nortearam o Plano de Renovação da Cidade de Lisboa de Eugénio dos Santos. Em 1757, Eugénio dos Santos, num parecer sobre umas obras embargadas numa Quinta do Campo Grande, recomenda que na obra a realizar se “proceda com regularidade, simetria e adorno”⁶², de modo a melhorar o aspecto público. Esta categoria de simetria está intrinsecamente relacionada com o conceito de regularidade que encontramos aplicado tanto à arquitectura como ao traçado urbano, presente num conjunto de obras de autores de diferentes áreas do saber.

A quase sacralização do secular na lógica iluminista do projecto pom-balino da Baixa de Lisboa enquadra-se também no pensamento esclarecido e higienista do médico António Nunes Ribeiro Sanches, particularmente na sua obra *Tratado de conservaçam da saude dos povos* (1756). Ribeiro Sanches refere que se deve ordenar e “fabricar ruas largas e directas que se terminem nas grandes praças”⁶³. Tendo por base uma raiz clássica fundamentada em Vitruvius e Leon B. Alberti, Ribeiro Sanches relembra que “os **Romanos** fazião as ruas das cidades ma mesma largura, que tinhão as vias militares, ou estradas reaes; terminavão-se nas portas dellas, ou nas praças: a segunda sorte de ruas era mais estreita, e conrespondia a sua largura à dos caminhos de travessa, que sahião das vias militares”⁶⁴, hierarquia viária que se aproxima claramente da lógica que encontramos no plano da Baixa de Eugénio dos Santos. Na biblioteca pessoal de Ribeiro Sanches estavam presentes os tratados de Robert Valutius, *De re militari* (Paris, 1534), e de Manuel Azevedo Fortes,

⁶⁰ Ayres 1910.

⁶¹ Ayres 1910.

⁶² Oliveira 2007.

⁶³ Sanches 1756: 48.

⁶⁴ Sanches 1756: 48.

O Engenheiro Portuguez (Lisboa, 1728). Na biblioteca pessoal de Eugénio dos Santos, além da obra do médico Ribeiro Sanches, encontramos também obras do abade Marc-Antoine Laugier⁶⁵, do arquitecto J. François Blondel⁶⁶, de Claude Perrault⁶⁷, de Vincenzo Scamozzi⁶⁸, de Giacomo Vignola⁶⁹ e do engenheiro militar Sébastien Vauban⁷⁰.

Os historiadores Paulo Pereira e Leonor Ferrão demonstraram como a cultura arquitectónica dos arquitectos/engenheiros militares do Iluminismo estava impregnada de uma cultura clássica. Paulo Pereira refere que “o Iluminismo fomentado pelo marquês de Pombal no reinado de D. José (r. 1750-1777) insere-se no seio de uma estratégia «clássica» ou de retorno ao classicismo, especialmente tendo em conta as suas propostas urbanísticas”. Para o mesmo autor, “a linguagem do pombalino” consiste num “retorno ao classicismo, não a de uma redescoberta do clássico”, num “regresso a Sebastião Serlio, e uma refutação de Vignola e dos tratadistas barrocos que se lhe seguiram”. O “estilo pombalino, ou o pombalismo”, “é [...] uma depuração antibarroca, mas sem projeto artístico alternativo”, um “recuo ‘às fontes’ do pragmatismo seiscentista na arquitectura e no urbanismo, de que se ocuparão, não os arquitectos de profissão – do agrado de D. José I e da corte –, mas antes os engenheiros militares – os engenheiros, na realidade, tecnocratas *avant la lettre*”⁷¹. Paulo Pereira chama ainda a nossa atenção para o retomar da “tratadística Serliana, que em bom rigor jamais havia sido esquecida”, o que explica parcialmente “a concepção serial das fachadas dos prédios de rendimento da baixa e o desenho que para eles produziram os engenheiros militares e ‘arquitectos civis’ da Casa do Risco, sob a batuta do experimentado Manuel da Maia. A obra de Serlio serve como pedra de toque, como matriz, para esta arquitectura despojada e franca, plana e desornamentada”⁷². Efectivamente, tal como Leonor Ferrão verificou, da extensa biblioteca de Eugénio dos Santos⁷³ faziam parte *L’Architecture* (1587) de Sebastiano Serlio e *Di Lucio Vitruvio Polline de Architectura libri dece* (1521) de Marcus Vitruvius Pollio. Leonor Ferrão refere ainda que

se a edição de Serlio estiver bem identificada, corresponde à que agrupou os dois livros mais importantes, um tratado de geometria elementar (*libro I*) e um tratado de perspectiva com aplicação na cénica (*libro II*), porque incluem

⁶⁵ Laugier 1755.

⁶⁶ Blondel 1737-1738.

⁶⁷ Perrault 1673.

⁶⁸ Scamozzi 1685.

⁶⁹ Vignola 1665.

⁷⁰ Ferrão 2017: 235-276.

⁷¹ Pereira 2011: 740,741.

⁷² Pereira 2014: https://www.academia.edu/7423925/EDIF%C3%8DCIOS_DISCRETOS.

⁷³ Ferrão 2017: 235-276.

um método de análise e de concepção, ao contrário dos restantes cinco, um tratado das ordens (*libro IV*) e os restantes que são ‘inventários’ ou ‘catálogos’ de edifícios e de motivos arquitectónicos – como é sabido, eram justamente estes os que interessavam aos amadores e aos mestres-pedreiros.⁷⁴

Foi já sob a direcção de Eugénio dos Santos que, a 12 de Junho de 1758, em substituição da Aula do Paço da Ribeira, se constituiu a Casa do Risco das Obras Públicas. Foi na Casa do Risco que Eugénio dos Santos elaborou o projecto da futura Praça do Comércio, redesenhando o espaço pré-existente do Terreiro do Paço com a construção de aterros, mantendo a abertura a Sul, para o rio Tejo, e pontuando-a com a estátua equestre de D. José I. A Praça do Comércio tem uma espacialidade permanente que promove a descodificação da representação perspectivica, procurando entender a maneira de representar, de expressar e de apresentar o espaço. Os arquitectos/engenheiros militares do Reino desenharam-na aplicando a matriz da linha recta, absorvendo a lição da composição urbana das missões jesuíticas, e à maneira dos arquitectos cenógrafos, podendo ser olhada como um desenho arquitectónico feito para uma perspectiva de cena. Quando percorremos a praça, vemos esse espaço como a *scaenae frons* dos teatros romanos e quando estamos no seu centro, lugar da *skene* e da *orchestra*, somos simultaneamente actores e espectadores. O modo particular de articular espaço fechado e espaço aberto, abrindo um dos lados da praça ao rio, sugere que se olhe a praça simultaneamente como espectador e que se use a praça como actor. Os arquitectos/engenheiros de Pombal, contudo, também não terão certamente esquecido “as plantas de tudo o que ha celebre no Mundo, e modellos de todas as Igrejas, e mais famosos Palacios de Roma”⁷⁵, que D. João V mandou vir da cidade pontificia e reuniu no salões do Paço da Ribeira. Se no Plano Regulador para Roma de Sixto V, elaborado por Domenico Fontana em finais do século XVI, as vias traçadas unem edifícios notáveis, no Plano de Pombal, elaborado pelos engenheiros/urbanistas, onde contracenam ruas principais e ruas secundárias, as vias unem os dois grandes e notáveis vazios urbanos: o Rossio e o Terreiro do Paço.

O arquitecto Pedro Vieira de Almeida considera que o “Pombalino surge como uma estrutura imagética articulada não em edificios ou objectos urbanos particularmente significativos, nem em frentes-fachada particularmente ricas, mas em espaços urbanos, espaços-rua e espaços-praça”⁷⁶. Ou seja, uma estrutura urbana “não de articulação de objetos mas de articulação de espaços exteriores”⁷⁷. O plano pombalino é também caracterizado pelos espaços intermédios,

⁷⁴ Ferrão 2017: 291.

⁷⁵ Silva 1750: 267.

⁷⁶ Almeida 1973: 9.

⁷⁷ Almeida 1973: 8.

pelas conexões e pelo modo como se justapõem os seus elementos, ou seja, o modo como a moderna plataforma se liga com a antiga malha urbana da cidade. Como salienta o jurista Claudio Monteiro, “será apenas com o Plano Pombalino, que claramente se propõe dar expressão à imagem ideal de uma cidade ilustrada, através da imposição de um programa arquitectónico uniforme, que a questão da regularidade e simetria dos prospectos se incorporará definitivamente no discurso normativo da cidade”⁷⁸.

CONCLUSÃO

Nessa “Lisboa, Nova Roma”⁷⁹, o Plano de Renovação da Cidade de Lisboa representa o classicismo, o sentido de ordem, equilíbrio e continuidade, e a arquitectura como experiência continuada. A ordem implícita no Plano de Renovação da Cidade de Lisboa segue um modelo clássico, não pelo elenco formal, mas pela atitude, pelo espírito. O processo do Plano, ou melhor, a construção lógica da arquitectura do Plano resulta de uma contínua procura do ponto de fusão entre o antigo e o moderno, ancorada na memória de uma cultura arquitectónica que, por sua vez, encontra o ponto de fusão no caldear entre o saber empírico e o saber teórico. Na “família espiritual” dos engenheiros/arquitectos encontramos a raiz do “Espírito Clássico” do Plano de Renovação da Cidade de Lisboa e uma cultura arquitectónica portuguesa. É a regularidade de todo o plano da Baixa de Lisboa, expresso num conjunto de princípios compositivos simbólicos e de “formas de intuição” que se torna num excelente meio de comunicação da imagem da cidade. É a matriz da linha recta como fundamento e espírito de regularidade e uniformidade que serve de base tanto à arquitectura como ao desenho da cidade. O que mostra que o fazer da cidade passou pelo fazer/desenhar os vazios, não esquecendo nunca os dois eixos estruturantes, a Rua Nova d’El Rei – *cardo* – e a Rua Nova – *decumanus* –, os quais denunciam uma ancestralidade clássica. A estética da linha recta revela-se uma matriz fruto não só do desejo, mas também da regra e, mais interessante, da prática. A atenção ao lugar, ao sítio, característica da arquitectura e do desenho urbano português, advém não de um modelo, mas precisamente da pré-existência de um modo de fazer. E é exactamente porque existe essa matriz fundamentada numa prática que o fazer urbano é competência dos engenheiros militares, uma competência erudita e pragmática e que se revelaria programática. No “futuro do passado da cidade”⁸⁰, é a tradição da estética da linha reta no projeto arquitectónico e no projeto urbano, o *zeitgeist* da concepção de novas formas a partir

⁷⁸ Monteiro 2010: 55.

⁷⁹ Oliveira 1620.

⁸⁰ Grumbach 1994: 445.

do passado, que deve ser elevada à categoria de monumento. Revela-se assim o racionalismo clássico como princípio de concepção do Plano de Renovação da Cidade de Lisboa e por isso a “cidade não é apenas um lugar no espaço, mas um drama no tempo”⁸¹.

Nota final: investigação realizada a partir de André 2010.

⁸¹ Geddes 1939.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Pedro Vieira de (1973), “A Architectura do Séc. XVIII em Portugal. Pretexto e argumento para uma aproximação semiológica”. *Separata da Revista Bracara Augusta* XXVII, 64 (76).
- André, Paula (2010), “A pré-existência do Cardo / Decumanus no Plano Pombalino e a sua herança na Lisboa Contemporânea”, in F. de Oliveira, J. de Oliveira e M. Patrocinio (eds.), *VII Congresso Internacional da APEC. Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Vol. 3, 265-277.
- André, Paula (2015), “Eugénio dos Santos and City Engineering”, in L. Ferrão, L. M. A. V. Bernardo (eds.), *Views on Eighteenth Century Culture: Design, Books and Ideas*. Newcastle-Tyle: Cambridge Scholars Publishing, 78-91.
- Ascher, François (2010), *Os Novos Princípios do Urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra Editora.
- Ayres, C., (1910), *Manuel da Maya e os engenheiros militares portugueses no Terramoto de 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Barboza, Fernando Antonio da Costa de (1751), *Elogio Fúnebre do Padre João Baptista Carbone da Companhia de Jesus*. Lisboa.
- Blondel, Jacques-François (1737-1738), *De la distribution des maisons de plaisance et de la décoration des édifices en général*. Paris: chez Charles-Antoine Jombert.
- Caivano, José Luis R. (1986), “Clasicismo y arquitectura moderna”, *Los Andes* 6 de Agosto: 1, 2.
- Calinescu, Matei (1991), *Cinco caras de la modernidad: modernismo, vanguardia, decadencia, kitsch, posmodernismo*. Madrid: Tecnos.
- Carita, Helder (1999), *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carita, Helder (2000), “Reforma Urbanística da Lisboa Manuelina. Início da escola moderna de arquitectura”, *História* 1.26: 36-45.
- Corboz, André, (2001), *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: Les Editions de l’Imprimeur.
- Eisenmann, Peter (1984), “The End of the Classical, the end of the end, the end of the beginning”, in *Perspecta: the Yale Journal* 21: 153-173.

- Ferrão, Leonor (2017), *Eugénio dos Santos (1711-1760) arquitecto e engenheiro militar. Cultura e Prática de Arquitectura em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: By the Book.
- França, José Augusto (1987), *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand.
- França, José Augusto (1989), *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: Bertrand.
- Galiano, Luis Fernandez (2015), *El Clasicismo de las vanguardias arquitectónicas*. Conferência proferida em Madrid, na Fundación Amigos Museo del Prado, em Fev 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-SaTwyPXuWw>.
- Geddes, Patrick (1939), in M. M. Barker, *Exploration*. London: Le Play Society.
- Góis, Damião (2002), *Elogio da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Gonçalves, I. (1986), “Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média. O Exemplo de Lisboa”, *Estudos Medievais* 7: 155-172.
- Gonçalves, I. (1995), “Uma Realização Urbanística Medieval: o Calçetamento da Rua Nova de Lisboa”, in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 102-113.
- Grumbach, Antoine (1994), “Roma Interrotta”, in *La ville art et architecture en Europe 1870-1993*. Paris: Centre Pompidou.
- Laugier, Marc-Antoine (1755), *Essai sur l'Architecture, nouvelle edition, revue, corrigée & augmentée, avec un dictionnaire des termes, et des planches qui facilitent l'explication par le P. Laugier, de la Compagnie de Jesus*, A Paris, chez Duchesnes.
- Linazasoro, José Ignacio (1981), *El Proyecto Clasico en Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Linazasoro, José Ignacio (2018), “Forma y Cultura. La arquitectura de Adolf Loos”, in *Textos de Teoria y Critica y bibliografia sobre arquitectura moderna y contemporânea*. Madrid: Ediciones Assimétricas, 67-74.
- Moita, I. (ed.) (1983), *Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade*. Lisboa: Direcção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- Montaner, Josep Maria (2001), *A modernidade superada, arquitectura, arte e pensamento no séc. XX*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Monteiro, Claudio (2010), *Escrever Direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*. Lisboa: AAFDL.
- Monteiro, Pardal (1935), “Espírito Clássico”, *Sudoeste* 3: 38-40.

“Espírito clássico” no plano de renovação da cidade de Lisboa

- Monteiro, Pardal (1950), *Eugénio dos Santos precursor do urbanismo e da arquitectura moderna*. Lisboa: CML.
- Moura, Eduardo Souto de (2003), “Fragmentos”, in A. Esposito e G. Leoni, *Eduardo Souto de Moura*. Milão: Electa, 366-367.
- Murteira, Helena (1999), *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Presença.
- Murteira, Helena (1999), “Lisboa – O Iluminismo e a Cidade”, in *Lisboa – Utopias na Viragem do Milénio*. Lisboa: CML, 69-79.
- Oliveira, Cristovão Rodrigues de (1987), *Summario em que brevemente...* Lisboa: Livros Horizonte.
- Oliveira, Eduardo Freire de (1885), *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, Tomo I.
- Oliveira, Eduardo Freire de (1906), *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, Tomo XIV.
- Oliveira, M. (2007), *Eugénio dos Santos e Carvalho, Arquitecto e engenheiro Militar (1711-1760): Cultura e Prática de Architectura*. Tese de Doutoramento. Lisboa: UNL.
- Pereira, Paulo (2006), “Lisboa Manuelina. Problemas de Conceito”, *Revista de História da Arte* 4: 43-55.
- Pereira, Paulo (2011), *Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pereira, Paulo (2014), *Edifícios Discretos*. Lisboa: Academia.edu. Disponível em: https://www.academia.edu/7423925/EDIF%C3%8DCIOS_DISCRETOS.
- Pérez O., Fernando (1988), “Historia y proyecto en una condición post-moderna”, *Cuadernos de Extensión* 13: 5-9.
- Perrault, Claude (1673), *Les dix livres d'architecture de Vitruve, corrigez et traduits nouvellement en François avec des notes et des figures par Claude Perrault*, Paris: J. B. Coignard.
- Pizarro Gómez, F. (1987), “La jornada de Felipe III a Portugal en 1619 y la arquitectura efímera”, in *II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*. Coimbra: Minerva, 123-146.
- Porphyrrios, Demetri (1982), *Classicism is not a style*. Londres: Architectural Design.
- Prieto, Eduardo (2019), “José Ignacio Linazasoro, una biografía intelectual”, *Rita* 12: 13-23.
- Ribeiro, Orlando (1938), “Le site et la croissance de Lisbonne”, *Bulletin de l'Association de géographes français* 115: 99-103.

- Ribeiro, Orlando (1986), “Lisboa e o Tejo (fragmento de um livro em preparação sobre Lisboa)”, *Olisipo* 149: 49-54.
- Rossa, Walter (1999), “A cidade portuguesa”, in P. Pereira (coord.), *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, Vol. 3, 232-323.
- Rossi, Aldo (1966), *L'Architettura della Città*. Padua: Marsilio Press.
- Rowe, Colin (1999), “Neo ‘classicismo’ y arquitectura moderna”, in *Maneirismo y arquitectura moderna y otros ensayos*. Barcelona: Gustavo Gili, 119-154.
- Sanches, A., (1756), *Tratado de conservaçam da saude dos povos: obra util, e igualmente neseffaria aos Magiftrados, Capitaens Generaes, Capitaes de Mar, e Guerra, Prelados, Abbadeffas, Medicos, e Pays de familias*. Paris: Bonardes e du Beux.
- Scamozzi, Vincenzo (1685), *Les cinq ordres d'Architecture de V. Scamozzi... tirez du sixieme livre de son idée générale d'Architecture, avec les planches originales, par A. C. d'Aviler*, Paris: J. B. Coignard.
- Silva, A. (1987), *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Camara Municipal de Lisboa.
- Silva, Carlos Guardado da (2008) *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, F. (1750), *Elogio funebre e historico do muito alto, poderoso, augusto, pio e fidelissimo Rey de Portugal, e Senhor D. João V*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real.
- Silva, J. (2006), “Lisboa Medieval. Breves reflexões”, *Revista de História da Arte* 2: 37-42.
- Sola-Morales, Ignasi (1981), “Las razones de un proyecto clásico”, in J. I. Linazasoro, *El Proyecto clásico en arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Stern, Robert A. M. (1989), *Clasicismo moderno*. Madrid: Nerea.
- Teixeira, Manuel e Margarida Valla (1999), *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Telles, Gonçalo Ribeiro (1969), “Evolução dos Espaços Verdes de Lisboa”, *Arquitectura* 108: 44-50.
- Trindade, Luisa (2016), “Uma outra representação da Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa: a tábua do ‘martirio de S. Sebastião’ de Gregorio Lopes”, *Medievalista* 20. Disponível em: <http://journals.openedition.org/medievalista/1180>; DOI: 10.4000/medievalista.1180.
- Tzonis, Alexander, Liane Lefaivre e Denis Bilodeau (1984), *El clasicismo en arquitectura, La poética del orden*. Barcelona: Hermann Blume.

- Vieira, Álvaro Siza (1987), “Em demanen que parli de la meva activitat professional”, *Quaderns d'arquitectura i urbanisme* 159: 78-79.
- Vignola, Giacomo Barrozzio (1665) *Regles des cinq orders d'architecture de M. Jacques de Barrozzio de Vignole*, Amesterdam: J. Danckers.
- Viterbo, Francisco Sousa (1988), *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, Engenheiros e construtores portugueses*. Fac-símile da ed. de 1922. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Zevi, Bruno (1958), “Mies là dove il razionale si logora nel classicismo”, *L'architettura, cronache e storia* 37: 439.

O VALOR E O SIGNIFICADO DOS VESTÍGIOS DA ARQUITETURA ROMANA EM PORTUGAL NO TEMPO DO MEDIEVALISMO (1838-1910)

PAULO SIMÕES RODRIGUES

Centro de História de Arte e Investigação Artística
Universidade de Évora

ORCID: 0000-0002-9258-2989

psr@uevora.pt

RESUMO Pretende-se demonstrar como, no século XIX, a consagração do conceito de monumento nacional, embora decorrente da valorização da arte medieval enquanto representação da fundação e apogeu da nação portuguesa, não implicou a exclusão dos monumentos e vestígios arqueológicos romanos. Pelo contrário, integrou-os como testemunhos da ancestralidade e importância das cidades, vilas e povoações em que estavam localizados, sendo considerados um fator de prestígio histórico e distinção patrimonial. Verifica-se como esse processo se iniciou ainda no século XVIII, em plena época do predomínio do cânone artístico e cultural clássico, no contexto das atividades da Academia Real de História, e como foi determinado pela instauração do liberalismo no século XIX, sobretudo pela interpretação ideológica que os seus protagonistas fizeram da arte do passado. A análise dos critérios que levaram à classificação e conservação dos monumentos romanos durante o período em causa explicam os valores e significados que lhes foram então atribuídos.

PALAVRAS-CHAVE: Classicismo, Arquitetura Romana, Medievalismo, Portugal, Monumento Nacional.

ABSTRACT The goal is to demonstrate how, in the 19th century, the consecration of the concept of national monument, although resulting from the valorization of medieval art as a representation of the foundation and apogee of the Portuguese nation, did not imply the exclusion of Roman monuments and archaeological remains. On the contrary, they were integrated as evidence of the ancestry and importance of the cities, towns and settlements in which they were located, being considered a factor of historical prestige and heritage distinction. It is verified how this process began still in the 18th century, at the height of the predominance of the classical artistic and cultural canon, in the context of the activities of the Royal Academy of Portuguese History, and how it was determined by the instauration of liberalism in the 19th century, above all by the ideological interpretation that its protagonists made of the art of the past. The analysis of the criteria that led to the classification and conservation of Roman monuments during the period in question explains the values and meanings that were then attributed to them.

KEYWORDS: Classicism, Roman Architecture, Medievalism, Portugal, National Monument.

INTRODUÇÃO

Em 1838, ao referir-se às artes portuguesas da segunda metade do século XVIII, durante reinado de D. José I e sob a administração do Marquês de Pombal (1756-1777), o escritor e historiador Alexandre Herculano (1810-1877) afirmou “que a litteratura e as artes tendiam a uma regeneração, mas não se percebia que não era possível fazer-se essa regeneração por via das tradições carunchosas da Grecia ou de Roma, porque de haverem revivido essas tradições, no principio do seculo dezasseis, tinha vindo indirectamente a ruína das artes e letras europeas, cuja tendência era outra, e outro devia ser o futuro”¹. A percepção de Herculano estava correta em relação ao predomínio da referência da matriz artística greco-romana nas artes portuguesa e europeia, que se manteve desde o Humanismo quatrocentista até ao início do século XIX².

A longa duração do modelo estético clássico esteve, inclusive, na origem da consciência da necessidade de conservar os vestígios materiais do passado enquanto objetos de saber, fazendo com que as primeiras medidas legislativas dirigidas à sua proteção privilegiassem, precisamente, os testemunhos da civilização romana³. Mesmo quando essa produção legislativa ampliou os limites cronológicos dos objetos a conservar, como sucedeu em Portugal com o alvará promulgado por D. João V a 20 de agosto de 1721, que abrangeu os “Monumentos antigos” dos tempos em que no território do reino tinham dominado os povos “Goticos” e “Arabios”, até ao reinado de D. Sebastião⁴, a atenção de antiquários, arqueólogos, eruditos e colecionadores continuou a privilegiar a descoberta, a preservação e o estudo das evidências materiais do passado romano, que se mantinha como cânone histórico, cultural e estético. A ampla abrangência temporal do alvará de D. João V estava em consonância com as competências da Academia Real de História Portuguesa, criada no ano anterior (1720), também por D. João V, no âmbito das quais aquele diploma tinha sido publicado. Corresponhia à função que havia sido atribuída à Academia de escrever as histórias eclesiástica e secular do território do reino de Portugal, cujos limites cronológicos ultrapassavam, a montante e a jusante, o período da ocupação romana da

¹ Herculano 1838: 275. Alexandre Herculano caracterizava a matriz clássica da arquitetura da cidade de Lisboa reconstruída por ordem do Marquês de Pombal, após o terramoto de 1755, do seguinte modo: “nas obras do marquez, largos móles desordenados: edificios monotonos, mas uteis e necessarios: uma praça magnifica; mas affeada de miseraveis paredes amarellas, para poupar alguns palmos de silharia; para poupar algum marmore em uma serra de marmore! O plano de todas as obras d’esta epocha parece traçado no entendimento de negociante hollandez”. Herculano 1838a: 267.

² Choay 2014: 33.

³ Choay 2014: 45-59.

⁴ *Ordenações e Leys do Reyno de Portugal...* 1747: 149, 150.

Península Ibérica (sécs. II a.C. – V d.C.): “Tenho resoluto que se estabeleça uma Academia em que se escreva a Historia Ecclesiastica deste Reino, e depois tudo o que pertence a toda a Historia dele, e de suas Conquistas”⁵. A instituição da Academia enquadrava-se no crescente interesse pelas histórias e identidades nacionais e locais verificado na Europa entre o Renascimento e o Iluminismo, protagonizado por eruditos e antiquários que recorriam à arqueologia para ultrapassar o silêncio dos textos clássicos relativamente aos territórios e às épocas que constituíam os seus objetos de estudo e que escapavam às normas da história tradicional, ou, pelo contrário, para confirmar materialmente a informação que as fontes escritas antigas veiculavam⁶. No entanto, não obstante a ampla cronologia dos temas abordados pelos académicos nos seus discursos e textos, em relação às descobertas arqueológicas comunicadas à Academia, predominaram claramente os achados da época romana, como inscrições, cipos e moedas⁷. Estes achados, depois de copiados, eram remetidos para a Academia, que com eles constituiu um museu arqueológico, instalado no Palácio dos Duques de Bragança, em Lisboa, desaparecido com o terramoto de 1755⁸.

Segundo Paulo Oliveira Ramos, um dos motivos da promulgação do Alvará de 1721 terá sido, precisamente, o mau estado de conservação a que estariam votados muitos dos monumentos romanos existentes no reino de Portugal, verificado pelo seu autor, Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733), Marquês de Abrantes, aquando de uma jornada que fez pelo Alentejo (Alcácer-do-Sal, Santiago do Cacém, Castro Verde, Évora, Marvão e Abrantes), em data incerta, entre 1718 e 1721. O estado de abandono em que encontrou as ruínas de Miróbriga, antiga urbe de origem romana localizada nas proximidades de Santiago do Cacém, teve nele particular impacto, devido aos poucos vestígios que encontrou (“senão alguns alicerces”) das edificações que tinham sido descritas pelo erudito e antiquário eborense André de Resende, no século XVI. André de Resende foi o primeiro autor a sinalizar o que restava da cidade de Miróbriga, tendo então referido a existência de torres, muros, uma ponte, um aqueduto e uma fonte⁹.

1. OS ANTECEDENTES DO MEDIEVALISMO

A relevância que os testemunhos materiais do passado romano de Portugal tiveram entre os monumentos antigos abrangidos pela aplicação do alvará

⁵ Ver “Decreto porque Elrei N. Senhor D. João V foi servido instituir a Academia Real de Historia Portuguesa”. *Colecção dos documentos, estatutos e memórias* 1721: 17.

⁶ Schnapp 1993: 253, 271 e 337.

⁷ *Colecção dos documentos, estatutos e memórias* 1721: 160, 318, 319 e 344.

⁸ Ribeiro 1885.

⁹ *Colecção dos documentos, estatutos e memórias* 1721: 321-324; Ramos 2005: 90-92.

de 1721 ter-se-á mantido com a sua republicação a 4 de fevereiro de 1802, sob a regência do futuro D. João VI. Está patente, por exemplo, na alusão que o classicista Luís António de Azevedo (1755-1818/20) faz aos dois diplomas na *Dissertação critico-flilologico-historica* que escreveu sobre o teatro romano de Lisboa em 1815. Na respetiva “Advertencia preliminar”, Luís António de Azevedo apresenta a dissertação como o seu contributo para “a conservação dos taes monumentos, conforme ordenão os mencionados Alvarás”¹⁰.

Por outro lado, foi também no século XVIII, a partir da sua segunda metade, que surgiram as primeiras manifestações de apreço pela arquitetura medieval, designadamente pelos estilos gótico e tardo-gótico. É possível encontrá-las registadas nas *Memórias Paroquiais*, inquérito realizado aos párocos de todas as freguesias do reino de Portugal no ano de 1758¹¹. Na memória relativa a Lisboa, o Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, é adjetivado de “magnifico” e o Convento do Carmo é tido como “hum dos mais sumptuosos templos que tinha” aquela cidade¹². Em Évora, a Sé era considerada “tão forte como bem dilimitada”, com as colunas “com tal simetria” dispostas “que depois de tantos seculos se admira a pericia de seu author”. Na mesma cidade, a Igreja do Convento de São Francisco era descrita como “hum maravilha da arte” devido à sua abóbada que, sem suportes intermédios e apenas sustentada pelas paredes, parecia que flutuava no ar:

[...] por que sendo de grande altura, e tendo de largo não entrando o vão das capellas, sessenta palmos, e duzentos e dezoito de comprido sem haver parede, que exceda a grossura de três palmos, [...], parece se firma no ar sua abóboda por falta de acompanhamento.¹³

Ainda em Lisboa, durante a reconstrução pós-terramoto de 1755 da Baixa da cidade, por volta de 1770, ao recuperar-se o que tinha restado da antiga Igreja da Misericórdia, para instalar, no seu lugar, a Igreja da Conceição dos Freires (atual Igreja da Conceição Velha), o portal sul da pré-existência, em estilo manuelino, foi preservado e integrado na fachada do novo templo, decisão que indicia uma atitude de valorização daquela estrutura tardo-gótica¹⁴.

Não são claros os fatores concretos que conduziram ao despoletar do interesse pela arquitetura medieval no Portugal de Setecentos. Pelos termos usa-

¹⁰ Ramos 2005: 96-97; Azevedo 1815: III.

¹¹ As *Memórias Paroquiais* consistiram num questionário composto por 60 perguntas, da autoria do padre oratoriano Luís António Cardoso, membro da Academia Real de História, e enviado por ordem do rei, D. José I. O seu objetivo era fixar uma descrição o mais exata possível das terras, rios e serras de Portugal. Portugal e Matos 1974: 9-10.

¹² Portugal e Matos 1974: 105, 132.

¹³ Grilo 1994-1995: 121.

¹⁴ Lima 2013: 135-137.

dos para descrever alguns dos edifícios medievais referenciados nas *Memórias Paroquiais*, em que lhes são reconhecidas qualidades atribuídas à arquitetura clássica, como a simetria da disposição das colunas da Sé de Évora, parecem ser estéticos. Mas terá sido determinado pelo valor de “antiguidade” dos edifícios em causa, por serem entendidos como uma fonte de conhecimento do tempo em que tinham sido construídos, por atestarem os factos que compunham a história eclesiástica e secular do reino, desde a sua fundação na Idade Média, em conformidade com o estabelecido pela Academia Real de História Portuguesa, como atrás verificámos¹⁵. Até porque em termos de valores estéticos, a atenção ao gótico mantém-se ambígua até à década de 1830, até à afirmação de Alexandre Herculano com que iniciámos o presente artigo. Em 1780, o Abade Correia e Serra (1750-1823), aludindo ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, tanto encontrava belezas que o encantavam como lamentava que o arquiteto do edifício não tivesse imitado as belas formas da Grécia¹⁶. No seu *Dicionário de Escultura*¹⁷, o escultor Joaquim Machado de Castro (1731-1822) classificava o gótico de “mesquinho gosto” e, simultaneamente, via nele um “certo ar de atrevimento que o avisinhava do sublime”¹⁸. O pintor Cirilo Volkmar Machado (1748-1823) oscilava entre a convicção de que a ordem gótica não era arquitetura¹⁹ e a afirmação de que em Portugal havia obras de “grande magnificência, tanto no estylo Gothico, como no Grego”²⁰. Em 1827, o Cardeal Saraiva (Frei Francisco de São Luís, 1766-1845), numa memória que escreveu sobre o Mosteiro da Batalha (*Memória História sobre o Mosteiro da Batalha*), dava o edifício como símbolo da grandeza, formosura e sublimidade do pensamento e da arte, ao mesmo tempo que, páginas adiante, declarava que a maneira gótica

¹⁵ A atestar a importância arqueológico-histórica das edificações que não seguiam o cânone da estética clássica, a menção, nas *Memórias Paroquiais* de Lisboa, a um chafariz sito na freguesia de São José, conhecido pela designação de “Andaluz”, nome que remetia para a presença islâmica na Península Ibérica, logo para uma época que no século XVIII era entendida como de interrupção da história do cristianismo. Apesar da associação do chafariz a uma fase não cristã da história do território português, logo marginal ao era pretendido pela história eclesiástica e secular da Academia Real de História, aquele equipamento era visto como “digno de memória pela sua antiguidade”. Portugal e Matos 1974: 105, 132.

¹⁶ Em carta dirigida a R. de Vagondy, editor da *Encyclopédie Méthodique*. Rodrigues 2002: 15.

¹⁷ Obra manuscrita que foi publicada impressa pela primeira vez em 1937. Foi redigida em data incerta, possivelmente na fase final da vida do seu autor.

¹⁸ O adjetivo sublime é utilizado por Machado de Castro com o significado de “beleza, elegância e magisterio com que se vê executada qualquer obra de Desenho, Pintura e Escultura (...)”. Castro 1937: 50, 64.

¹⁹ Sobre a ordem gótica: “Aonde tudo he arbitrario não pode haver Ordem, nem Belleza, para merecer o nome de Architectura, aonde tudo é feio, e desproporcionado”. Machado 1794: 71.

²⁰ Machado 1823: 160.

de construir não era arquitetura, pois só aos gregos e aos romanos tinham sido reveladas, pela natureza, as proporções e as medidas certas²¹.

2. O PIONEIRISMO DE GARRETT NA VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA GÓTICA

De salvaguardar, contudo, mais uma vez, que neste período entre séculos, o elogio do gótico poderia decorrer da identificação, nos seus edifícios, de elementos e de um sentido de ordem semelhantes aos verificados nas arquiteturas grega e romana, como vimos suceder com a Sé de Évora. De facto, em Portugal, o escritor Almeida Garrett (1799-1854) foi o primeiro autor a ver no gótico um sistema arquitetónico inteiramente autónomo do classicismo, internamente coerente, com valores tipológicos e morfológicos específicos, próprios das circunstâncias históricas que tinham determinado a sua edificação. A partir da leitura dos textos de J. J. Winckelmann (1717-1768), Friedrich Schlegel (1772-1829), Montesquieu (1689-1755) e Voltaire (1694-1778), Garrett desenvolveu uma conceção historicista da arte que associava as características formais dos objetos artísticos às características do espaço (geográficas) e do tempo (políticas) em que tinham sido produzidos, em que os valores estéticos das obras estavam diretamente relacionados com as qualidades das épocas em que aquelas tinham sido criadas. Garrett começa por aplicar este determinismo geográfico e histórico à antiguidade clássica, associando a sua arte pujante e idealmente bela à prosperidade, liberdade e abundância da democracia grega e da república romana. Ao fazê-lo, Garrett foi além da defesa de um ideal artístico e acrescentou-lhe um sentido moralista e didático. Conservar e imitar a arte dos antigos na contemporaneidade era também dar a conhecer o modelo de um ideal político do passado através da sua expressão estética e, deste modo, educar os povos para o seguir, no sentido da liberdade e do progresso, que em Garrett significou no sentido do liberalismo que conduziu à instauração, em Portugal, no ano de 1820, da Carta Constitucional. Até 1823, para Garrett, como afirmámos, esse modelo estava nas civilizações grega e romana e era expresso pelo correspondente sistema artístico clássico²². A Idade Média e o estilo gótico (à altura, toda a arte medieval era designada de gótica) representavam o oposto:

Observai mais particularmente a architectura. Na clássica vedes rasgos nobres, proporções em grande, poucos enfeites, simples tudo. A Gótica nasceu entre

²¹ Rodrigues 2002: 17.

²² Rodrigues 2002: 12-14.

ferros, e sob a escravidão militar, e religiosa, lanços curtos, muitos requifes, rendados, e cortados são o seu character e cunho.²³

A partir de 1823, com o exílio em Inglaterra, causado pela Vila-Francada, a insurreição que reinstaurou o absolutismo em Portugal, a conceção que Garrett tem dos estilos clássico e gótico irá inverter-se:

Fatigados do grego e do romano em architecturas e pinturas, começámos a olhar para as bellezas de Westminster e da Batalha; e o apetite embotado da regular formosura dos Pantheon e Acropolis, começou, por variar, a inclinar-se para as menos clássicas, porém não menos lindas nem menos elegantes formas da architectura e sculptura gothica.²⁴

Em Inglaterra, entrará em contacto com o medievalismo arquitetónico das catedrais de Dudley e Worcester, edifícios que visitou e onde foi surpreendido pela qualidade do revivalismo neogótico do primeiro e pela “sumptuosa e belíssima architectura gothica” do segundo:

Os inglezes têm ultimamente restaurado este gosto de architectura, que tam bello é e tam solemne, e que o servilismo das imitações gregas, o *rococó* das monstruosidades *graeco-gallas* dos tres ultimos seculos tinha prescindindo e prescripto.

A architectura gothica com suas agudas arcadas, com suas compridas e estreitas janelas, suas obscuras naves, sua melancholica solemnidade, é mais própria de um templo christao e de suas augustas funções, do que a elegante, a garrida, e demasiado risonha architectura grega.²⁵

Se, até aqui, Garrett tinha associado a arquitetura clássica às liberdades políticas dos gregos e romanos, a partir de agora, será na Idade Média, mais concretamente no feudalismo, que acredita estarem as raízes históricas do constitucionalismo oitocentista. Na catedral de Worcester, o escritor português visitou o túmulo do rei João de Inglaterra, considerado pelos românticos como o fundador involuntário da liberdade inglesa por ter sido obrigado, pelos barões, a assinar a Magna Carta em 1215, documento que limitava o poder dos monarcas a favor dos privilégios da nobreza e que estaria na génese da constituição inglesa. À semelhança do que tinha sucedido em Inglaterra com a Magna Carta, Garrett entende que os privilégios feudais da nobreza medieval europeia haviam sido um meio de dividir o poder. Também considerava, contudo, que

²³ Carta de Almeida Garrett dirigida ao redator do jornal *Borboleta Constitucional*, publicada no n.º 111 de 21 de setembro de 1821. Cit. Lima 1923: 18, 19.

²⁴ Garrett 1828: XI-XII.

²⁵ Garrett 1877: 237.

o cerceamento imposto pela nobreza feudal ao despotismo da coroa era uma conquista política que apenas os britânicos tinham conseguido manter até ao século XIX. A comprová-lo, o neogótico da catedral de Dudley, demonstrativo de como, na Grã-Bretanha, desde a Idade Média, a direção do Estado permaneceu subordinada à vontade do povo, condição política que noutras nações tinha sido interrompida com a ascensão das monarquias absolutas, a partir do século XVI, e que em Portugal se pretendia retomar com o constitucionalismo liberal²⁶. Acrescia que o gótico, em relação às ordens arquitetónicas clássicas, acarretava uma particularidade fundamental no contexto do liberalismo português e do romantismo europeu, o seu carácter nacional e identitário. A partir do decénio de 1820, no quadro da visão historicista, didática e até ideológica que Garrett tinha da arte, os ideias de liberdade representados pela arquitetura clássica revelaram-se demasiado abstratos e universais. A arquitetura medieval, pelo contrário, com as suas variações regionais, era a nossa arte verdadeiramente nacional e popular, resultante das circunstâncias históricas e geográficas específicas de Portugal, devendo, por esse motivo, ser preservada:

E a propósito, porque se não hade adoptar na nossa península ésta designação de *mosarabe* para caracterizar e classificar o genero architectonico especial nosso, em que o severo pensamento christão da architectura da meia idade se sente relaxar pelo contacto e exemplo dos habitos sensuaes moirescos, e de sua luxuosa e redundante elegancia.²⁷

É de ressaltar, porém, que fora da abordagem exclusivamente teórica e ideologicamente comprometida de Garrett e Herculano, da perspectiva estética e da prática arquitetónicas, os valores dos léxicos arquitetónicos clássico e medieval mantiveram-se relativamente equivalentes durante toda a primeira metade do século XIX. Em 1833, recém regressado de um período de formação em Paris, no atelier de Pierre Fontaine e na École de Beaux-Arts²⁸, o arquiteto Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896), ao escrever um pequeno ensaio sobre o que era a arquitetura e o que os arquitetos aprendiam fora de Portugal, afirmava que enquanto as ordens clássicas compreendiam “tudo quanto a Architectura póde produzir de mais elevado e mais admirável”, a arquitetura gótica, “sem ser de gosto apurado com tudo merecia a atenção de ser examinada. A imaginação seguia uma nova carreira: ligou-se aos caprixosos preceitos da Architectura, e produziu varias vezes obras de um aspecto grandioso e com o caracter de seculos mais adiantados”²⁹. Atenda-se ainda ao exemplo da opção

²⁶ Rodrigues 2002: 13-14.

²⁷ Garrett 1846: 51.

²⁸ Martins 2003: 58-60.

²⁹ Silva 1833: 6, 8.

pelo estilo neoclássico para o edifício do Teatro Nacional D. Maria II, um dos mais importantes equipamentos da capital portuguesa, inaugurado em 1846, com projeto da autoria do italiano Fortunato Lodi (1812-1882)³⁰.

3. O MEDIEVAL, O CLÁSSICO E A CONSAGRAÇÃO DO CONCEITO DE MONUMENTO NACIONAL

Em relação à valorização e conservação da arquitetura do passado, a situação é mais complexa. A geração romântica e liberal de Garrett e Herculano foi também a geração da consagração do conceito de monumento nacional, o qual, como a própria designação indica, remetia para o passado particular da nação. Em 1840, o jornal *O Panorama*, dirigido por Alexandre Herculano, num artigo não assinado, definia os monumentos nacionais como “os documentos da historia d’uma nação, (...), porque com suas feições artísticas, disposições internas, inscrições e accessorios, estão continuamente dando lições do passado e indicando o presente”, sendo “possível estudar” neles “os usos e costumes, as leis, a policia, e a religião dos povos que os construíram e habitaram, [...]”³¹. No que respeitava à nação portuguesa, esse passado era delimitado pela Idade Média, período histórico da sua fundação (século XII), consolidação (século XIV) e apogeu (séculos XV e XVI), favorecendo-se os monumentos que o representavam, como a Igreja de São Francisco do Porto, o Mosteiro dos Jerónimos, em Belém (“obra prima da architectura media entre o néo-gothico, e o chamado *renascimento*; edificio magnifico de uma epocha de transição na arte”), os mosteiros da Batalha e de Alcobaça, o Convento de Cristo de Tomar e a muralha fernandina de Lisboa³². Em termos genéricos, esta definição de monumento nacional perdurou até ao século XX, sustentada, a partir dos anos de 1870, por uma forte influência do positivismo entre os intelectuais portugueses, sobretudo do pensamento de Hippolyte Taine (1828-1893), que defendia que as características de uma obra de arte eram determinadas pelas condições sociais, ambientais e étnicas em que tinha sido criada, assim como pelas circunstâncias históricas particulares do momento da sua criação. Estas condições e circunstâncias projetavam-se materialmente na morfologia e estrutura dos objetos artísticos e arquitetónicos e, desta maneira, consubstanciavam um conjunto de leis que regulavam a criação artística, tornavam-na cientificamente compreensível e explicavam as variações estilísticas, as diferenças entre as artes nacionais e até a originalidade de obras isoladas. Pela compreensão das leis da criação artística, o monumento nacional permitia, inversamente, o conhecimento dos diferentes fatores históricos, sociais e geográficos que

³⁰ França 1991: 241-242.

³¹ “Conservação ...” 1840: 205.

³² Herculano 1838: 276.

tinham determinado a sua construção e configuração³³. Consequentemente, eram monumentos nacionais aquelas edificações que distinguissem o carácter “typico do trabalho, usos, costumes, progressos, estado industrial, influencias sociais e modo de ser intelectual, moral e material da sociedade portugueza nas diversas evoluções do seu desenvolvimento histórico, bem como as que” representassem ou memorizassem “os feitos mais distinctos da historia nacional”³⁴. Entre os edificios históricos que cumpriam estes critérios, continuaram a destacar-se, até ao século XX, os medievais e tardo-medievais, em particular os mosteiros da Batalha e de Santa Maria de Belém, que mantiveram intacto o seu estatuto de símbolos da época mais gloriosa da história nacional, aquela que se seguiu à crise dinástica de 1383-1385, marcada pela acessão ao poder da dinastia de Avis ainda no século XIV e pelo ciclo da expansão ultramarina e da construção do império português nos séculos XV e XVI. Enquanto o Mosteiro da Batalha era tido “como um capitulo da história da architectura portugueza, onde os estudiosos podem ler passos, que ella deu desde o glorioso reinado de D. João I até ao seu terceiro neto el-rei D. João III, periodo importantíssimo para o estudo d’aquella historia, porque abrange os progressos que levaram architectura nacional ao seu maior grau de perfeição e esplendor, e principio da sua decadência”³⁵, o de Santa Maria de Belém era “o mais evocativo, o mais testemunhante, o mais profundamente étnico, o mais genuinamente português de todos os nossos monumentos”³⁶. Os mosteiros da Batalha e de Santa Maria de Belém continuaram a ser os edificios históricos mais reproduzidos (em fotografia ou gravura) e citados na imprensa e na literatura, os mais visitados e aqueles que tiveram as mais profundas e complexas campanhas de restauro do século XIX, com prolongamentos até ao século XX³⁷. Ora, perante este contexto de pleno predomínio do simbolismo nacionalista da arquitetura medieval, impõe-se perguntar que valor e significado foram atribuídos, em Portugal, a partir de 1840, aos vestígios arqueológicos e monumentos da arquitetura clássica, mais concretamente da arquitetura romana.

Tal como aconteceu com a construção de novos edificios, em que não se abandonou completamente o modelo estético clássico quando o gosto pelo gótico se tornou preponderante, mostra-o o supracitado exemplo do Teatro Nacional D. Maria II, também a matriz arqueológica desse modelo, o que restava do antigo edificado greco-romano, continuou a ser histórica e artística-

³³ Rodrigues 1998: 122-124.

³⁴ Definição de monumento nacional estabelecida por decreto orgânico de 24 de outubro de 1901. Pereira 1908: 11.

³⁵ Barbosa 1886: 62.

³⁶ Ortigão 1943: 133-135. Texto publicado pela primeira vez em *A Arte e a Natureza em Portugal* (1903, Porto, vol. III).

³⁷ Rodrigues 1998.

mente valorizada, apesar de não estar diretamente relacionada com a fundação das nacionalidades europeias. Assim sucedeu porque, no quadro do medievismo identitário de Oitocentos, não era o valor artístico e o significado histórico da arquitetura clássica original romana que intelectuais e artistas punham em causa, mas a sua recuperação e imitação entre os séculos XVI e XVIII. Em 1878, considerava-se que desde meados do século XVI, a arquitetura tinha deixado “de representar as ideias das sociedades, e de verdadeira e original, que era, tornou-se em miserável arte de imitação. D’então por diante ficou a arquitectura pobre e mesquinha, nunca mais exprimiu cousa alguma”³⁸. Quanto aos vestígios edificados da presença romana, a sua relevância histórica e artística mantinha-se porque atestavam e tornavam perceptível a ancestralidade dos territórios em que estavam localizados, anterior à fundação da nacionalidade portuguesa, tornando-se, por esse motivo e pela sua raridade, um fator de prestígio e distinção de cidades, vilas e povoações. Era esse o significado da singularidade do templo romano da cidade de Évora, como explicava o historiador Gabriel Pereira (1847-1911) em 1886:

O templo romano de Évora figura entre as principais antiguidades da península hispânica, a primeira como representante da grande arte greco-latina, uma das melhores conservadas, única no seu género em todo o ocidente hispânico, [...]. [...] A importância de Evora ou Liberalitas Julia, município do antigo direito latino, cresceu na paz, na prosperidade material, no domínio dos imperadores, quando a península se cortou de magníficas estradas, os rios se passaram de sólidas pontes, e os grandes centros tiveram templos, arcos, circos, como os melhores da Itália, aquedutos, teatro e finalmente direitos e regalias iguais.³⁹

4. A DEFESA E A CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA ROMANA NO TEMPO DO MEDIEVALISMO

Devido ao vínculo que se estabeleceu entre os monumentos da antiguidade romana e a história e o prestígio das localidades em que estavam situados, a sua proteção começava por ser, na maioria das vezes, uma iniciativa local, adquirindo escala nacional em função da sua raridade, importância arqueológica ou dimensão, assim como da difusão que a sua descoberta pudesse ter na imprensa. O episódio da fundação da Sociedade Arqueológica Lusitana no ano de 1849 é paradigmático. Criada para proteger e administrar as ruínas romanas de *Cae-tobriga*, na península de Tróia, nas proximidades de Setúbal, começou por ser

³⁸ “Assim, a adopção do *estilo greco-romano* como *classico* foi mera obra do acaso. Se o *Egypto* ou a *India* pertencessem à Europa, em vez da *Italia* e a *Grecia*, viriam os *estyls* *egyptio* ou *indico* constituir a arte da *renascença*”. Acácio 1878: 178.

³⁹ Pereira 1947: 33, 42 (1ª edição de 1886).

uma iniciativa local, protagonizada por um dos párocos da cidade (o padre Manuel da Gama Xaró da freguesia de São Sebastião) e um grupo de cinco jovens⁴⁰. No entanto, ganhou rapidamente uma dimensão nacional quando o grupo fundador conseguiu o apoio de D. Pedro de Sousa Holstein, o 1º duque de Palmela, e, por meio da influência política deste aristocrata, a proteção do rei D. Fernando II. Quando a criação da Sociedade foi formalmente autorizada, por alvará de 27 de março de 1850, e os respetivos estatutos publicados, o duque de Palmela foi nomeado seu presidente. Apesar de ambiciosa nos seus objetivos, que incluíam a criação de um museu arqueológico em Setúbal, a ação da Sociedade Arqueológica Lusitana acabou por ser, até à sua extinção, em 1867, bastante limitada pela falta de recursos. Apenas conseguiu promover a realização de duas campanhas de escavações, nos anos de 1850-1851 e 1855-1856, e publicar três números de um boletim, os *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana* (1850-1851)⁴¹.

Efetivamente, embora os vestígios da arquitetura romana fossem motivo de interesse e estudo para arqueólogos e historiadores, tanto amadores como profissionais, com os seus achados a serem noticiados na imprensa local e na especializada, como aconteceu com a Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, criada em 1863⁴², e o seu boletim oficial, cujo primeiro número foi publicado em 1865, sempre que foi necessário hierarquizar os monumentos do passado em função da importância que lhes era atribuída pelo presente, os relativos ao passado romano foram quase única e exclusivamente representados pelo templo coríntio da cidade de Évora. O templo romano de Évora, erigido por volta dos séculos I e II d.C., era o mais completo e monumental exemplar da arquitetura daquele período em território português. A sua monumentalidade e a qualidade da sua arquitetura de ordem coríntia demonstravam materialmente que a cidade em que o templo estava localizado, Évora, e, por extensão, o território nacional tinham feito parte de uma das civilizações fundadoras da ideia de Europa, a romana:

Edificaram os romanos innumeraveis templos na Península Ibérica. Além das ruínas do que existiu em Evora têm aparecido em Portugal inscrições ou vestígios de outros juncto de Terena, e Villa Viçosa, em Beja, perto de Arrayollos, na villa do Torrão, em Lisboa, etc.; na Hespanha, em Tarragona, Coruña del Conde, Murviedro, Saragoça, etc., etc. Mas em parte nenhuma se conservou como em Evora, todo o envasamento do templo, e metade ou mais

⁴⁰ As ruínas romanas de *Caetobriga* terão sido descobertas no século XVI, presumivelmente pelo erudito eborense André de Resende. Fabião 1997: 105

⁴¹ Martins 2014: 203-216.

⁴² Começou por ter a denominação de Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses. A adjetivação “Real” foi introduzida em 1872.

das columnas com seus capiteis e architrave. São, por conseguinte, as ruínas do nosso templo as mais importantes em toda a Península. Dá clara idêa do monumento, cuja forma, plano, majestade e perfeição artística ainda hoje com evidencia demonstram.

[...]

Julio Cesar, conquistando no centro e no meio-dia da Europa a Gallia, a Hespanha e a Lusitania, introduziu nestes pais as leis, os costumes e a civilização romana.⁴³

Embora chegasse a ser proposto, em 1876, por uma comissão nomeada pelo governo no ano anterior para organizar os museus e os serviços de monumentos históricos e arqueologia do país, que todos “os vestígios dos povos e civilizações anteriores à fundação da monarquia portuguesa, existentes ou encontrados no solo e subsolo do reino e seus domínios”⁴⁴, fossem classificados como monumentos históricos nacionais, dos vestígios arquitetónicos pré-medievais, apenas o templo romano de Évora foi levantado e classificado até 1910⁴⁵. Por exemplo, cerca de quatro anos mais tarde, em 1880, tendo a Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa nomeado uma comissão para proceder à realização de um inventário do património artístico português, com a objetivo final de organizar um museu nacional, a sua ação ficou restrita às edificações medievais⁴⁶. Nesse mesmo ano de 1880, a 30 Outubro, era nomeada uma outra comissão, esta no seio da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, com a missão de propor critérios de classificação dos monumentos como históricos e artísticos nacionais e de indicar as edificações a serem contempladas por essa classificação. Esta nova comissão apresenta o seu relatório no ano seguinte e nele estabelece 6 classes de monumentos nacionais. Nos monumentos de primeira classe, os mais importantes histórica e artisticamente, são inscritas 18 edificações, das quais somente uma é do período romano, precisamente o templo da cidade de Évora, abrangido “por ser o mais notável padrão

⁴³ Simões 1888: 129.

⁴⁴ Cordeiro 1876: 12.

⁴⁵ Não sabemos se foi incluído no levantamento das plantas (desenho, medição e cadastro) dos principais edifícios da arquitetura portuguesa efetuado por Possidónio da Silva em 1858, com o apoio do rei D. Pedro V, porque o paradeiro do arquivo de arqueologia e arquitetura que resultou desta campanha é desconhecido. No entanto, um dos biógrafos de Possidónio da Silva, Costa Godolphim, refere que o arquiteto terá levantado as plantas de 73 imóveis, entre igrejas, conventos e edifícios diversos. Tendo em consideração as balizas cronológicas definidas, não o foi certamente no estudo dos edifícios construídos em Portugal realizado por uma comissão nomeada pela Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses em 1866. Rodrigues 1998: 63 e 64.

⁴⁶ O trabalho da comissão incidiu no Norte do país, até ao rio Mondego. Rodrigues 1998: 244-245.

da dominação romana”⁴⁷. Nas restantes classes, apenas na segunda são incluídos outros vestígios da presença romana no território português: umas sepulturas localizadas em Panóias (Vila Real), as quais corresponderão a uma interpretação equivocada do recinto que atualmente é identificado como o Santuário de Panóias, e um par de cipos romanos, que pertenciam à Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém⁴⁸. Ainda nesse ano de 1881 e na sequência do trabalho da comissão de monumentos nacionais da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, o ministro das Obras Públicas, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, encarregou um dos vogais dessa comissão, o arquiteto Joaquim Possidónio da Silva, um dos sócios fundadores da associação, de proceder ao inventário dos principais monumentos identificados pela comissão. O inventário consistia no levantamento gráfico de plantas, alçados e cortes dos edifícios em causa, assim como na redação das respetivas memórias descritivas. Para o realizar, Possidónio da Silva contou com o auxílio de uma pequena equipa de 3 elementos, constituída pelo seu secretário (Júlio Carlos Mardel de Arriaga), por um condutor de 2ª Classe (Francisco Correia Leotte Júnior) e por um arquiteto auxiliar (João Lino de Carvalho). O relatório do trabalho desenvolvido pela equipa coordenada por Possidónio da Silva foi apresentado em 1884 e sabemos por esse documento que da época romana, entre os imóveis então inventariados, em que dominavam as igrejas medievais, constavam unicamente o templo de Évora e umas casas de Beja.

A condição de quase exceção com que o templo romano de Évora surgiu entre os restantes monumentos nacionais parece também decorrer da falta de um conhecimento exaustivo, rigoroso e sistematizado do património artístico português, em particular dos vestígios da arte romana, que os inventários de 1880 e 1881, apesar de meritórios e pioneiros, não conseguiram colmatar. Os serviços de monumentos nacionais que se seguiram tentaram responder, sistematicamente, a essa necessidade, mas sem sucesso. Assim aconteceu com a comissão de artistas, arqueólogos e escritores nomeada pelo recém-criado Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes em 1890. Esta comissão tinha a função de preparar o novo ministério para receber a superintendência da conservação e restauro do património artístico português, atribuição que implicava a “Inventariação, guarda e exposição dos monumentos históricos nacionais e dos objetos em posse do Estado ou de corporações públicas” que importassem “à história da arte e do trabalho nacional”⁴⁹. Um dos vogais da comissão, o jornalista e escritor Ramalho Ortigão, salientou a necessidade do inventário incluir não só os monumentos históricos, mas também os vestígios arqueológicos e todo o género de

⁴⁷ “Monumentos ...” 1881a: 101.

⁴⁸ “Monumentos ...” 1881b: 136-137.

⁴⁹ *Diário do Governo* 1890: 1979.

objetos artísticos passíveis de constituírem um documento para a história da arte em Portugal⁵⁰. A intenção de Ortigão terá sido, precisamente, ultrapassar as contingências que tinham limitado os dois inventários anteriores, mas não conseguiu concretizar a sua proposta, nem o inventário foi sequer realizado. A inoperacionalidade da comissão de 1890 levou ao estabelecimento de uma nova Comissão dos Monumentos Nacionais em 1893, desta vez subordinada ao Ministério das Obras Públicas. No ano seguinte, em 1894, a supracitada comissão dos monumentos nacionais organizou três questionários, com a finalidade de elaborar uma relação dos imóveis e das obras de arte merecedoras da proteção do Estado e proceder à sua classificação como monumentos históricos portugueses. O primeiro desses questionários era dirigido aos edifícios e objetos com valor arqueológico, histórico e artístico existentes em Portugal, o segundo aos monumentos militares e o terceiro ao património da Igreja. O primeiro questionário identificava 10 tipologias de monumentos e objetos, das quais faziam parte os “monumentos e antiguidades romanos”. Os três questionários foram enviados para as câmaras municipais do país, que deveriam assegurar a sua distribuição pelas populações. Os questionários, contudo, desapareceram e a comissão nunca chegou a saber qual o seu destino⁵¹. Já no século XX, em 1903, o historiador Sousa Viterbo (1845-1910), vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais, denunciava o facto de nem sequer terem sido iniciados os trabalhos preliminares do tão necessário inventário artístico nacional, quando ele era um instrumento fundamental para a implementação de uma qualquer política patrimonial⁵².

Em 1903, o Conselho dos Monumentos Nacionais era a entidade técnica e consultiva da Direção Geral de Obras Públicas e Minas, do Ministério das Obras Públicas, que tinha por função apoiar a sua política de conservação do património artístico. O Conselho dos Monumentos Nacionais era o resultado da reestruturação de um organismo antecedente, o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, ocorrida no ano de 1901, que, por sua vez, tinha substituído a Comissão dos Monumentos Nacionais em 1898. Coube ao Conselho dos Monumentos Nacionais aprovar e publicar, em 1901, os primeiros critérios para a classificação do património arquitetónico português e, entre 1907 e 1910, as duas primeiras listas oficiais de monumentos classificados como nacionais pelo Estado português⁵³. A primeira lista foi publicada em 1907 e era composta por 14 edificações, das quais 11 eram medievais ou tardo-medievais (mosteiros da Batalha, dos Jerónimos em Belém e de Alcobaça, o Convento de Cristo em Tomar, as ruínas da Igreja do Carmo em Lisboa, a Torre de Belém, a Sé Velha de Coimbra, as sés de Lisboa, Guarda e Évora, e a

⁵⁰ Ortigão 1896: 69, 183.

⁵¹ Pereira 1902: 3.

⁵² Viterbo 1911: 23-25.

⁵³ Rodrigues 1998: 270-275.

Igreja de Santa Cruz de Coimbra), 2 do século XVIII (o Convento de Mafra e a Basílica da Estrela) e 1 romana, o templo de Évora, mais uma vez⁵⁴. A relação completa foi publicada em 1908, tendo então sido classificados 465 monumentos⁵⁵. Dois anos mais tarde, a lista foi atualizada para 558 monumentos, distribuídos por 18 distritos administrativos, que integravam, além da arquitetura, marcos miliários, cruzeiros, túmulos, padrões e pelourinhos. Também estava organizada por categorias de monumentos, havendo uma dedicada aos “Monumentos Lusitanos e Lusitano-Romanos”. No que respeita especificamente aos monumentos romanos, eram classificados as ruínas de Conímbriga (Condeixa-a-Velha), Nabância (Tomar), Tróia (Setúbal) e Estói (Faro); 95 marcos miliários (nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Lisboa e Évora); 3 pontes (Amares, Chaves e Mértola); 3 arcos (Oliveira do Hospital, Évora e Beja); 1 fonte (Braga); 8 lápides com inscrições (Guimarães, Vila Real, Lisboa, Portalegre, Avis, Évora e Montemor-o-Novo); umas ruínas não identificadas em Arraiolos; e o templo de Évora⁵⁶. A diversificação das tipologias dos monumentos romanos classificados como nacionais é sintomática da quantidade de achados arqueológicos que sucederam ao longo do século XIX e da crescente importância patrimonial e identitária da Arqueologia. O templo romano de Évora, porém, mantinha a sua singularidade e relevância patrimonial não apenas pelo seu valor arqueológico e histórico, mas por também apresentar um muito relevante e raro valor artístico no contexto português. Foi esta singularidade que justificou a campanha de restauro de que foi objeto entre 1870 e 1871, uma das mais importantes do século XIX, juntamente com as dos mosteiros da Batalha e dos Jerónimos (Belém e Lisboa). A génese municipal da iniciativa de restaurar o templo de Diana⁵⁷, como era então designado o templo romano de Évora, e o debate que os critérios seguidos na operação suscitaram são representativos do valor e significado que a arquitetura romana teve no século XIX, como verificaremos de seguida.

5. O VALOR E O SIGNIFICADO DA ARQUITETURA ROMANA E O RESTAURO DO TEMPLO ROMANO DE ÉVORA

A classificação do templo romano de Évora como monumento nacional advinha da sua relevância enquanto documento arquitetónico único da pre-

⁵⁴ Foi publicada no *Diário do Governo* de 17 de janeiro de 1907. Fino 1908: 1-2.

⁵⁵ *Ministério das Obras Públicas...* 1909: 34.

⁵⁶ Foi publicada no *Diário do Governo* de 23 de junho de 1910. Fino 1910: 118-142.

⁵⁷ A tese de que o templo romano de Évora era dedicado à deusa Diana remonta à literatura historiográfica e corográfica do século XVII e está relacionada com a presença do general romano Quinto Sertório na Península Ibérica, no séc. I a.C. Rodrigues 2009: 213, 214, 237, 238.

sença romana em território português, por vezes até exageradamente estendida à Península Ibérica:

O que se alcança com certeza é que desde os Pyrineos até á extrema occidental da peninsula não há umas tão bellas ruinas architectonicas do grande povo, e que em Portugal é este arruinado templo o unico monumento, embora mutilado, da graciosa arte romana que possuímos.⁵⁸

Os muitos artigos de divulgação e estudos de que foi objeto no século XIX, designadamente os de Augusto Filipe Simões e Gabriel Pereira⁵⁹, testemunham essa importância patrimonial, validada logo em 1836, com o encerramento do açougue que ali funcionava desde a Idade Média, por ordem do então governador civil do distrito, António José de Ávila. As chaves do templo foram entregues ao município de Évora, tendo o monumento ficado sob a responsabilidade administrativa da Biblioteca Pública, em conformidade com a legislação em vigor⁶⁰. A medida revela a intenção de conferir uma dignidade monumental ao templo, pouco compatível com a sua utilização como matadouro, devendo ser entendida como um primeiro passo para a sua conservação.

Reflexo da sua ocupação pelo açougue da cidade desde a Idade Média, o denominado Templo de Diana chegou ao século XIX significativamente modificado, com os vãos intercolunares preenchidos com panos de alvenaria, formando paredes ameaçadas que subiam acima do nível do entablamento original. A face norte, onde fora rasgada uma porta de acesso ao interior, era rematada por um campanário colocado em 1500, por ordem do rei D. Manuel I e do vereador Mendes Cicioso. O lado ocidental encontrava-se incorporado, por uma série de corpos anexos, no edifício adjacente do antigo Tribunal do Santo Offício. Após o encerramento do açougue, considerou-se, precisamente, a libertação do templo dos anexos que o prendiam ao corpo do edifício da Inquisição, de modo a isolá-lo no centro de um largo. A iniciativa partiu do à altura diretor da Biblioteca Pública de Évora, Joaquim da Cunha Rivara (1809-1879), que a apresentou ao presidente da Câmara Municipal de Évora em Janeiro de 1842⁶¹. Com esta operação, Cunha Rivara pretendeu recuperar o que ele achava ser a disposição primitiva do templo na malha urbana e conceder-lhe o destaque adequado ao mais relevante monumento romano do território português. Completava-se o propósito do bibliotecário com a realização de reparações indis-

⁵⁸ *Roteiro da cidade de Evora* 1871: 15.

⁵⁹ Simões 1888; Pereira 1947.

⁶⁰ Desde 1802 que, localmente, eram as bibliotecas públicas, quando existiam, que estavam encarregadas da inspeção e acolhimento dos monumentos antigos. Rodrigues 1998: 60, 230.

⁶¹ Sarantopoulos 1998: 95, 98, 104.

pensáveis à boa conservação do velho monumento e com a possibilidade de o refuncionalizar instalando, no seu interior, uma gliptoteca. O plano de Cunha Rivara tinha apenas um obstáculo, os casarões arruinados que ligavam o Palácio da Inquisição ao templo eram propriedade da duquesa de Palmela, filha do Conde da Póvoa, que os tinha adquirido em 1836, aquando da venda dos bens eclesiásticos, na sequência da sua nacionalização devido à abolição das ordens religiosas. A Câmara Municipal de Évora acolheu positivamente a proposta de Cunha Rivara e, após demoradas negociações, adquiriu os anexos do Palácio da Inquisição à duquesa e demoliu-os entre finais de 1844 e o início de 1845, operação que foi entendida como sendo um restauro: “e começou a restauração do Templo por desafronta-lo deste visinho importuno e antipathico”⁶².

Derrubados os anexos de ligação à Inquisição, foi possível a Cunha Rivara efetuar aquelas que foram as primeiras escavações arqueológicas no perímetro do templo romano de Évora. Os trabalhos arqueológicos decorreram no biénio de 1845 e 1846⁶³, não sem algumas vicissitudes no que respeita ao seu financiamento, que incluíram pedidos de subsídios ao governo e ao arcebispo de Évora, o contributo dos Eborenses por meio de uma subscrição pública e o seu custeamento pelo próprio Rivara⁶⁴. As escavações acabaram suspensas por falta de sustentação económica. Até lá, foram descobertos os tanques adjacentes ao templo, parte da base de uma estátua, três fragmentos de esculturas, uma pequena medalha e algumas lucernas⁶⁵. Cunha Rivara providenciou ainda a colocação de algumas lápides antigas no interior do templo, medida que ensaiava a instalação da gliptoteca prevista no programa geral da operação⁶⁶.

Finalizada a campanha arqueológica, a atenção do município concentrou-se no arranjo do enquadramento urbano do templo que, melhorado, permitiria uma fruição plena dos vestígios da arquitetura romana e sublinharia o valor histórico do monumento. Esta foi a principal intenção da Câmara de Évora quando, em 1855, decidiu rasgar uma nobre e elegante praça arborizada frente

⁶² Rivara 1845: 28.

⁶³ Sarantopoulos 1998: 113.

⁶⁴ A importância da descoberta dos tanques ou banhos fez com que a rainha D. Maria II concedesse, a 6 de Setembro de 1845, 200\$000 réis para a campanha arqueológica do templo romano de Évora, quantia que ainda não tinha sido entregue passado um ano, conforme sabemos por carta enviada ao arcebispo de Évora a 4 de Abril de 1846, o que obrigou à interrupção dos trabalhos. Tentou uma subscrição pública, conseguindo cerca de sessenta mil réis que não foram suficientes, e apelou a um subsídio do Governo Civil, que não foi atendido. Ainda em 1845, em carta de 19 de Dezembro, Cunha Rivara pediu ao governo que o reembolsasse das quantias que ele provasse ter dispendido do seu “bolso particular”. Perante as dificuldades financeiras, em missiva ao Governador do distrito de 17 de Setembro de 1845, Cunha Rivara chegou a pôr a hipótese de utilizar presos condenados a trabalhos públicos nas escavações do templo. Rivara 1845: 6v, 7, 15-18, 28v; Sarantopoulos 1998: 115, 117-120, 129, 130.

⁶⁵ Sarantopoulos 1998: 128.

⁶⁶ Simões 1873: 188.

ao alçado norte do templo. No seguimento dessa decisão, a 30 de Março de 1858, a Câmara Municipal constituiu uma comissão de cidadãos “zelosos” para, por meio de uma subscrição voluntária, promover as obras de aformoseamento do terreiro em que estava o Templo de Diana. A sua concretização regularizou o piso do largo do templo ao nível das ruas mais próximas, operação que destruiu parcialmente os muros dos tanques romanos descobertos por Cunha Rivara e obrigou ao derrube de uns casarões do duque de Cadaval em 1859. Terminada em 1864, a praça tornou-se no primeiro jardim público de Évora, batizado de Passeio de Diana pela proximidade com o templo⁶⁷.

O reenquadramento urbano do templo não impediu que a sua estrutura, sem obras de consolidação de monta desde que o açougue fora encerrado, se fosse degradando devido à infiltração das águas da chuva, situação que provocou a queda de parte da cobertura ainda antes da direção da Biblioteca Pública de Évora ser assumida pelo médico e historiador Augusto Filipe Simões (1835-1884) em 1863⁶⁸. Apesar do seu estado semiarruinado, Augusto Filipe Simões conseguiu que a Câmara de Évora autorizasse a colocação no templo da coleção epigráfica de Frei Manuel do Cenáculo, arcebispo de Évora entre 1802 e 1814, constituída por muitas “inscrições romanas, godas e portuguesas de varias epochas”, medida que efetivava a gliptoteca idealizada por Cunha Rivara e que levou à alteração do nome do templo para Museu Cenáculo no ano de 1869⁶⁹.

Passados três anos sobre a nomeação de Augusto Filipe Simões para a direção da Biblioteca Pública, um artigo saído no jornal *O Alentejano* aludia ao “sofrível estado” do templo, ao seu “exterior immundo e d’alguma fórma repelente”, reclamando que fosse limpo, consertado, embelezado e até aproveitado para eventos culturais – teatro, saraus literários, reuniões científicas, artísticas e musicais – ou para escola noturna de desenho linear e línguas estrangeiras⁷⁰. Com grandes fendas a ameaçarem as paredes de derrocada, o que acarretaria a perda das colunas e da arquitrave romanas⁷¹, a situação tornou-se intolerável e Augusto Filipe Simões viu-se obrigado, no ano de 1869, a publicar um relatório em que propunha a renovação do Museu Cenáculo. Apoiado nos conselhos técnicos de Caetano da Câmara Manuel (1835-1910) e João Macário dos Santos, engenheiros de obras públicas do distrito de Évora, e, a seu pedido, do arquiteto italiano Giuseppe Cinatti, que à data era responsável pelo restauro do Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa e pelos projetos do palácio de José Maria Perdigão e do Jardim Público em Évora, o relatório de Augusto Filipe Simões ensaiava

⁶⁷ Os custos da obra foram suportados por uma subscrição de cidadãos. O Passeio de Diana tem hoje a designação de Jardim Conde de Schomberg. Simões 1888: 118-141.

⁶⁸ Simões 1873: 188.

⁶⁹ Simões 1869: 4, 5, 9.

⁷⁰ M. 1866: 1

⁷¹ Simões 1873: 188.

uma tentativa de recuperar a pureza da ordem coríntia do templo por via da expurgação dos acrescentos medievais, no espírito dos princípios teorizados pelo arquiteto e engenheiro francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879). Considerava Augusto Filipe Simões que a reparação das paredes medievais seria, além de dispendiosa, de mau gosto, porque perpetuava um vandalismo que nunca devia ter sucedido, a adulteração da arquitetura clássica original. Demolir os acrescentos medievais, deixando somente o que era obra romana, era vantajoso estética e economicamente, posição que denotava uma clara desvalorização do significado histórico das estruturas medievais, a favor dos elementos arquitetónicos romanos. Augusto Filipe Simões rematava o relatório defendendo a manutenção da coleção arqueológica dentro do templo, mesmo sem a proteção proporcionada pelas paredes pós-romanas, dado que se encontrava exposta às intempéries desde a queda parcial do telhado do monumento, antes de 1863:

É grande infelicidade, porem, que em tempos antigos mutilassem e adulterassem o templo de Diana de sorte que do edificio primitivo não resta senão a base, algumas columnas e parte da architrave. Tudo o mais foi barbaramente accrescentado e substituido ao que as mãos habeis dos architectos e esculptores romanos tinham alevantado, conforme os preceitos da arte que os gregos aprenderam. [...] A reparação do que é romano e a demolição do restante é a obra unica e razoavelmente admissivel. [...] O concerto de todo o edificio tal como está, além de muito dispendioso, pareceria de mau gosto aos entendidos por perpetuar um vandalismo que nunca deveria ter existido. A reparação do que é romano e a demolição do restante é a obra unica e razoavelmente admissivel. Não se podendo conservar todo o edificio pela ruina das paredes; que a infiltração das aguas pluviaes augmenta de anno para anno, não havendo n'elle coisa importante além da parte romana; não sendo de modo nenhum licito sacrificar-a á obra da barbaria; tornar-se-hia inutil e até prejudicial todo o escrúpulo que se oppozesse ao plano que apresento à consideração de V. Ex.^a e que não é só meu mas das pessoas conhecedoras das bellas artes que teem vindo a Evora. A todas tenho ouvido lamentar que não se desobstrua e separe a parte romana das outras que a conspurcam.⁷²

A proposta de Augusto Filipe Simões, porém, encontrou resistências significativas entre os cidadãos eborenses, divididos em duas sensibilidades incompatíveis. Os mais pragmáticos defendiam o abandono e consequente desaparecimento do monumento ou a sua demolição, a fim de promover a rápida renovação daquela área da cidade. Outros pugnavam pela conservação integral do templo nas condições materiais em que se encontrava, com os acrescentos

⁷² Simões 1869: 7-9.

medievais e quinhentistas⁷³, por acreditarem que eram de origem islâmica⁷⁴. Esta era uma posição muito próxima da de John Ruskin (1819-1900)⁷⁵, crítico de arte inglês que entendia os monumentos como estratificações em que era possível identificar diferentes fases da história da comunidade que o produziu.

A pressão exercida pelas duas facções foi suficiente para levantar dúvidas ao presidente da Câmara Municipal de Évora, o Visconde da Esperança, acerca da opção mais correta a tomar em relação ao estado do Templo de Diana. Para chegar a uma solução que não o compromettesse excessivamente, decidiu realizar uma consulta, à escala nacional, a vinte personalidades consideradas autoridades nas áreas da Arqueologia, da História e da Arquitetura. Foram eles Alexandre Herculano (historiador), António Augusto Teixeira de Vasconcelos (escritor, jornalista e vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa), Abade António Dâmaso de Castro e Sousa (historiador), António Feliciano de Castilho (poeta que fora bibliotecário mor do Reino), Eduardo Allen (diretor do Museu Municipal do Porto), Francisco de Assis Rodrigues (Diretor Geral da Academia Real de Belas Artes de Lisboa), Francisco da Fonseca Correia Torres, Giuseppe Cinatti (arquiteto), Inácio de Vilhena Barbosa (jornalista, escritor e historiador), João Correia Aires de Campos (diretor do Museu Arqueológico do Instituto de Coimbra), João Maria Feijó (engenheiro e arqueólogo), João Pires da Fonte (arquiteto, professor da Academia de Belas Arte de Lisboa e um dos sócios fundadores da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses), Joaquim Possidónio Narciso da Silva (arquiteto, arqueólogo, sócio fundador e presidente da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses), José Maria de Abreu (catedrático de Filosofia da Universidade de Coimbra), José Maria Eugénio de Almeida (Provedor da Casa Pia e principal responsável pela primeira fase do restauro do Mosteiro dos Jerónimos), José da Silva Mendes Leal (escritor, historiador e bibliotecário-mor do reino), Luís Augusto Rebelo da Silva (escritor, historiador e um dos primeiros professores de História do Curso Superior de Letras), Manuel Bernardo Lopes Fernandes (numismata e conservador do Gabinete Numismático da Real Academia das Ciências), marquês de Sousa Holstein (Vice Inspetor da Academia Real de Belas Artes de Lisboa), Vítor Bastos (escultor e professor de escultura na Academia Portuense de Belas Artes) e o Visconde de Juromenha (erudito)⁷⁶.

⁷³ Simões 1888: 118-141.

⁷⁴ “Era vulgar a idéa de que o templo, por ter ameias, servira de mesquita aos moiros. E corre até impressa esta fabula com as outras de que tinham tecido commodamente a historia d’aquelle edificio. Como prova irrefragavel de que fôra mesquita, não faltou em Evora quem allegasse o campanario que estava entre as ameias. Ora o *campanario moirisco*, mandara-o construir em 1500 el-rei D. Manuel para o sino de correr!” Simões 1873: 189-190.

⁷⁵ Rodrigues 1998: 331-333.

⁷⁶ *Actas...* 1869-1872: 43v, 44, 49v, 50. Sessões de 17 janeiro e 7 fevereiro 1870.

Os pareceres foram unânimes. Todos preconizaram a expurgação de tudo o que não fosse romano, dos elementos tidos como anacrónicos. O medievalista Alexandre Herculano, em Maio de 1870, autorizava o presidente a Câmara a transmitir a sua opinião de “que ali não devia ficar nada que não fosse primitivo e romano, porque tudo o mais não tinha merecimento algum histórico nem artístico e só poderia servir para arrastar dia a dia na sua ruína o que era realmente precioso”⁷⁷. O escultor Vítor Bastos (1830-1894) entendia que se devia “tirar de cima do monumento a massa informe com seu nicho e espécie de ameias, que assoberba o monumento dando a esta bella reliquia uma apparencia militar que está tam pouco em harmonia com o fim para que o monumento era destinado, e que sobre o templo é um anachronismo, por isso pertence a outra epocha”. Havia ainda quem também aprovasse o estabelecimento de um museu arqueológico no templo, como o escritor António Feliciano de Castilho (1800-1875) e o historiador e arqueólogo Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890), ou salientasse a escolha do italiano Cinatti, “pelo habito de ver monumentos romanos na sua patria”, para a realização do restauro, como sucedia com o Visconde de Juromenha (1807-1887)⁷⁸. A declaração do Visconde de Juromenha sugere que embora Augusto Filipe Simões não o explicita no *Relatorio á cerca da renovação do Museu Cenaculo*, quando pediu ao “artista José Cinatti” que visitasse e examinasse o templo de Diana, a sua intenção seria, desde logo, caso lhe fosse permitido, cumprir a obra e entregá-la ao arquiteto italiano, estando a participação dele já implícita na consulta aos entendidos.

Resultando a consulta numa concordância unânime, a vereação, presidida pelo Visconde da Esperança, estava legitimada para expurgar o monumento dos componentes estranhos à arquitetura romana, mas nunca saberemos se realmente o faria. Em eleições entretanto realizadas para o biénio de 1870 a 1872⁷⁹, Manuel de Paula da Rocha Viana, um oficial da biblioteca pública, substituiu o Visconde da Esperança na superintendência da edilidade, devendo-se-lhe a decisão camarária de restaurar o templo romano em conformidade com o proposto por Augusto Filipe Simões e os pareceres de historiadores, arqueólogos e académicos. A direção da campanha foi atribuída ao arquiteto italiano Giuseppe Cinatti⁸⁰ e a sua execução iniciou-se a 17 de Junho de 1870⁸¹. O núcleo epigráfico depositado no templo foi transferido para o piso inferior da chamada

⁷⁷ Barata 1872: 206, 207.

⁷⁸ Barata 1872: 196-199.

⁷⁹ Barata 1872: 195.

⁸⁰ Segundo Augusto Filipe Simões, Cinatti tinha-se oferecido para dirigir a obra quando foi chamado pelo bibliotecário para examinar o templo. Simões 1873: 189.

⁸¹ *Actas ...* 1869-1872: fls. 78v, 161v, 162. Sessões de 17 junho e 11 novembro 1871.

Galeria das Damas⁸², corpo arquitetónico do antigo paço real de São Francisco de Évora que tinha sido integrado por Cinatti no Jardim Público da cidade e que sofreu obras para o receber. A transferência do acervo epigráfico do Museu Cenáculo para as estruturas sobreviventes do antigo paço real de São Francisco diferia do sugerido por Augusto Filipe Simões no seu relatório.

Num gesto simbólico, foram Manuel Rocha Viana e Giuseppe Cinatti que, subindo ao cimo do templo por uma escada, iniciaram os trabalhos de demolição:

A despeito dos que viam n'aquellas paredes uma construção arabe, em 17 de Junho de 1870, estando em Evora o snr. Cinatti, encostaram-se escadas de mão àquelles muros, e por uma d'ellas subiram os srs. Vianna e Cinatti. Junto das ameias deu o Presidente da Camara ao notavel artista um camar-tello com que este, jubiloso, deu a primeira pancada n'uma das ameias, que, momentos depois, desabava sem saudade das artes e do bom gosto.⁸³

A empreitada iniciou-se com trabalhos preliminares que consistiram no levantamento de possíveis elementos ou fragmentos de valor histórico e/ou artístico depositados no revestimento do templo e na realização de uma prospeção no *podium*. Destes trabalhos resultaram a descoberta de fustes, fragmentos de capitéis, inscrições e o conhecimento de algumas técnicas de construção romanas⁸⁴. Passando à execução propriamente dita, derrubaram-se as paredes intercolunares e engatou-se a arquitrave, sobre a qual foi integrado um fragmento de um friso encontrado embutido numa das paredes dos Paços do Concelho⁸⁵. No final de 1871, com o calcetamento da área de implantação do templo e a colocação de uma grade a cercá-lo, para travar o acesso do público, a obra ficou concluída.

Com o seu restauro, o templo romano de Évora foi recriado enquanto ruína, mas estilisticamente apurada, que na sua semi-existência física e na sua absoluta pureza arquitetónica se tornou no símbolo perfeito de uma distante época histórica. Na ruína, o que restou une-se ao que o tempo omitiu, fazendo com que essa ausência, que apenas permite a sugestão, resista a qualquer contestação. A presença física dos elementos e das estruturas que sobreviveram evocam, por analogia com os arquétipos da arquitetura clássica, o que desapareceu, demonstrando a irreversibilidade do passado e, simultaneamente, sublinhando

⁸² Corresponde ao edifício conhecido atualmente pela designação de Palácio de D. Manuel.

⁸³ Barata 1872: 197-199; Simões 1873: 187-190.

⁸⁴ Moedas de prata e cobre dos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III, e uma pedra com a inscrição do nome D. João Gonçalves Vilalobos. Barata 1872: 200, 201.

⁸⁵ Monte 1985: 58.

uma antiguidade que, de tão antiga, é já só destroço, fragmento, e, por isso, aberta a todas as interpretações⁸⁶:

[...] o templo romano de Évora, ostenta hoje na parte mais elevada da cidade, apesar de mutilado, a donairoza elegancia da arte greco-romana, deixando retratar no azul do ceu seus lindos capiteis corinthios, deliciando artistas, inspirando saudades do passado, a poesia das ruínas em toda a sua magestade, maiormente em noutes de luar, quando a lua em ceu nublado, de espaço a espaço se nos mostra através de suas columnas denegridas. É esplendido! É sem duvida o brasão mais venerando de Évora e de suas antiguidades.⁸⁷

CONCLUSÃO

No restauro do templo romano de Évora há uma vivência romântica da ruína que muito deve ao crítico de arte inglês John Ruskin, embora ignore a sua postura anti-restauro, pois concebe a ruína como algo a reconstruir ou até a fabricar, não a conservar tal como sobreviveu ao passar dos séculos⁸⁸. No século XIX, o restauro do templo de Évora, ao implicar a retirada das estruturas e materiais medievais, recriou uma ruína tal como o restauro de catedrais e mosteiros medievais recriou as arquiteturas românica, gótica e manuelina. Ao fazê-lo, consubstanciou o significado da herança da arquitetura romana no tempo do medievalismo, paralela a esta última: representar um passado que não sendo exclusivamente nacional, nem identitário, incorporava a nação numa antiguidade civilizacional europeia. Ter sido uma campanha de iniciativa sobretudo municipal, embora não deixando de ter o apoio do governo central, confirma que essa antiguidade civilizacional europeia era um sinal de distinção que destacava, simbolicamente, em primeiro lugar, as cidades, vilas e povoações onde o vestígio arqueológico estava localizado, dependendo o seu reconhecimento à escala nacional da dimensão e singularidade arquitetónica do monumento. Foi o que sucedeu com o templo romano de Évora, que não deixou de ser incluído entre os primeiros monumentos da nação portuguesa ao longo de todo o tempo do medievalismo, não obstante as opiniões mais comprometidas ideologicamente, como foram as de Garrett ou Herculano.

⁸⁶ Ustároz 1997: 26-35.

⁸⁷ Barata 1872: 202.

⁸⁸ Fernandes 1998: 53.

BIBLIOGRAFIA

- Acácio, A. (1878), “Philosophia da Arte. Decadencia (Quarta transformação)”, in *Museu Illustrado. Album Litterario*. Porto: Typographia Commercial Portuense, vol. I, 177-179.
- Actas da Câmara Municipal de Évora* (1869-1872). Livro 73. Arquivo Distrital de Évora, exemplar manuscrito.
- Azevedo, L. A. de (1815), *Dissertação critico-fillógico-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e a atendíveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de S. Mamede, perto do Castello desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e notícia instructiva d’outras memorias alli mesmo achadas, até agora apparecidas. Composta e Dirigida ao Illustrissimo E Exceletissimo Sr. D. Antonio Maria de Castello-Branco, Marquez de Bellas*. Lisboa: Imp. Da Viúva Neves e Filhos.
- Barata, A. F. (1872), “Restauroação do templo romano em Évora”, in *Instituto Vasco da Gama*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- Barbosa, I. V. (1886), *Monumentos de Portugal. Históricos, Artísticos e Archeológicos*. [s.l.]: Castro Irmão Ed.
- Castro, J. M. de (1937), *Dicionário de Escultura*. Lisboa: Livraria Coelho.
- Choay, F. (2014), *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Colecção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real de História Portuguesa, que neste ano de 1721 se compuseram e se imprimiram por ordem por ordem dos seus censores, dedicado a el rei nosso senhor, seu augustíssimo protetor e ordenada pelo conde de Villamayor, secretário da mesma academia* (1721). Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva.
- “Conservação dos monumentos nacionais” (1840), *O Panorama* 165: 205.
- Cordeiro, L. (1876), *Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D’ estado dos Negócios do Reino pela Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. Primeira Parte. Relatório e Projectos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Diário do Governo* 191 (1890): 1979.
- Fabião, C. (1997), “Percursos da Arqueologia Clássica em Portugal. Da Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1857) ao moderno projeto de Conimbriga (1962-1979)”, in G. Mora, M. Díaz-Andreu (coords.), *La cristalización del pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la*

- arqueología en España*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga – Centro de Estudios Históricos, 105-123.
- Fernandes, M. da C. L. A. (1998), *Os “restauros” e a memória da cidade de Évora (1836-1986)*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora.
- Fino, G. C. da G. C. (1908), *Collecção de Legislação Relativa aos Serviços do Ministério das Obras Públicas. Legislação de 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. XVI.
- Fino, G. C. da G. C. (1910), *Collecção de Legislação Relativa aos Serviços do Ministério das Obras Públicas. Legislação de 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. XVIII.
- França, J.-A. (1991, 3ª ed.), *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand Editora, vol. I.
- Garrett, A. (1828), *Adozinda*. Londres: Boosey & Son.
- Garrett, A. (1877), “O Castelo de Dudley. Folhas tiradas do album de um emigrado”, in *Obras do V. de Almeida Garrett*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. XXIV, 229-254.
- Garrett, A. (1846), *Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Na Typographia da Gazeta dos Tribunaes, vol. II.
- Grilo, M. L. B. (1994-1995), “O Concelho de Évora nas *Memórias Paroquiais* de 1758 (II Parte)”, *A Cidade de Évora* 1: 89-140.
- Herculano, A. (1838), “Monumentos II”, *O Panorama* 70: 275-277.
- Herculano, A. (1838a), “Os Monumentos”, *O Panorama* 69: 266-268.
- Lima, H. de C. (1923), *Joaquim Rafael, pintor e escultor portuense – Breves notas biográficas e compilação dos seus escritos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Lima, M. M. G. da C. (2013), *Conceitos e Atitudes de Intervenção Arquitetónica em Portugal (1755-1834)*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tese de doutoramento.
- M. (1866), “Variedades. Monumentos de Evora. Sua Conservação – seu aproveitamento – o Templo de Diana – O Alvitre”, *O Alentejano*: 1.
- Machado, C. V. (1794), *Conversações sobre a pintura, escultura e architectura*. Lisboa: Oficina Simão Thaddeo Ferreira.
- Machado, C. V. (1823), *Colecção de Memórias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos e gravadores portuguezes, E dos Estrangeiros, que estiveram em Portugal, recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.

- Martins, A. C. (2003), *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Martins, A. C. (2014), “A Sociedade Archeologica Luzitana no contexto da arqueologia de oitocentos”, *Setúbal Arqueológica* 15: 203-216.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Conselho dos Monumentos Nacionais (1909), *Classificação dos Monumentos Nacionais*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- “Monumentos Nacionais, Padrões Históricos e Comemorativos de Varões Illustres. Que são elementos apreciáveis para o estudo da História das Artes em Portugal” (1881a), *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* 7: 100-103.
- Monte, G. do (1985), *Évora, Catedral da Luz... Efemérides*. [s.l.]: [s.n.], vol. 2.
- “Monumentos Nacionais, Padrões Históricos e Comemorativos de Varões Illustres. Que são elementos apreciáveis para o estudo da História das Artes em Portugal” (1881b). *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* 9: 135-140.
- Ordenações e Leys do Reyno de Portugal, Confirmadas e estabelecidas pelo Senhor Rey D. João IV. Novamente impressas E acrescentadas com tres Collecções, a primeira, de Leys Extravagantes; a segunda, de Decretos, e Cartas; e a terceira, de Assentos da Casa da Supplicação, e Relação do Porto, Por Mandado do muito alto e poderoso Rey D. João V. Nosso Senhor. Livro Quarto* (1747). Lisboa: Mosteiro de São Vicente de Fora, Câmara Real de Sua Magestade.
- Ortigão, R. (1896), *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Ortigão, R. (1943), “Os Jerónimos (Belém)”, in *Arte Portuguesa*. [s.l.]: Livraria Clássica Editora, 133-135.
- Pereira, G. (1947), “Évora Romana. 1ª Parte. O templo romano. As inscrições lapidares”, in *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, vol. 1: 30-55.
- Pereira, G. (1908), “Monumentos Nacionais”, *Architectura Portuguesa* 3: 11.
- Pereira, G. (1902), *Monumentos Nacionais II*. Lisboa: Typ. Do Dia.
- Portugal, F. e A. de Matos (1974), *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Ramos, P. O. (2005), “O Alvará Régio de 20 de Abril de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes. Uma Leitura”, *Discursos: Língua, Cultura e Sociedade* 6: 87-97.

O valor e o significado dos vestígios da arquitetura romana em Portugal no tempo do medievalismo (1838-1910)

- Ribeiro, S. (1885), *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Literarios e Artisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, tomo XIV.
- Rivara, J. H. da C. (1845), *O Templo de Diana e o Aqueeducto de Sertorio em Evora*. Biblioteca Pública de Évora, Fundo Rivara, Armário III e IV, n.º 30, peça 2 (manuscrito).
- Rodrigues, P. S. (2002), “A Arte como Metáfora da História”, in *Garrett e as Artes. Actas do Ciclo de Conferências*. Évora: Centro de História da Arte – Universidade de Évora, 9-40.
- Rodrigues, P. A. R. S. (1998), *Património, Identidade e História. O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rodrigues, P. S. (2009), *A Apologia da Cidade Antiga. A Formação da Identidade de Évora (sécs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora.
- Roteiro da cidade de Evora e breve noticia dos seus principaes monumentos* (1871). Évora: Imprensa do Governo Civil.
- Sarantopoulos, P. (1998), *O Templo e as Termas. Dois edificios públicos da Évora romana. Contributos para uma recuperação e valorização integrada*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora.
- Silva, J. P. da (1833), *O que foi e é Architectura, e o que aprendem os Architectos fora de Portugal*. Lisboa: Na Imprensa Silviana.
- Silva, J. N. P. da (1885), “Monumentos Nacionaes. Extracto do Relatório da Comissão dos Monumentos Nacionaes ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 1884, pelo presidente da referida commissão, que foi auctorizado a fazer esta publicação”, *Boletim Real da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* 10-11: 153-158, 166-174.
- Simões, A. F. (1869), *Relatório Acerca da Renovação do Museu do Cenáculo, Dirigido ao Ex.mo Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Câmara Municipal de Évora*. Évora: Typographia da Folha do Sul.
- Simões, A. F. (1873), “O Templo Romano de Évora IX. Conclusão”, *Artes e Letras* 12: 188.
- Simões, A. F. (1888), “O Templo Romano de Evora”, in *Escriptos Diversos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 118-141.
- Schnapp, A. (1993), *La Conquête du Passé. Aux origines de l'archeologie*. Paris: Édition Carré.

- Ustárroz, A. (1997), *La lección de las Ruinas. Presencia del pensamiento griego y del pensamiento romano en la arquitectura*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.
- Viterbo, S. (1912), “A fotografia e o inventário artístico nacional”, in *Cem Artigos de Jornal inseridos no “Diário de Notícias” de Lisboa*. Artigo publicado a 26 de março de 1903. Lisboa: Tipografia Universal, 23-25.

(Página deixada propositadamente em branco)

SPANISH MODERNITY AND ROMAN ANTIQUITY: BETWEEN THEATRICAL REVIVAL AND POLITICAL TRANSFORMATION (1920-1944)

VASILEIOS BALASKAS

University of Malaga

National and Kapodistrian University of Athens

ORCID: 0000-0003-2537-0414

vsl.balaskas@gmail.com

ABSTRACT The classical tradition was gradually introduced to the Spanish public as a way to reach European modernity since the late 19th century. By popularizing Roman texts and monuments, Spanish intellectuals and national institutions established a national archive of heritage that could serve socio-cultural demands. At the same time, state intervention in the revival of classical drama shaped the reception of antiquity and conditioned its socio-political scope. In this article, I analyze how Spanish institutions and political representatives exploited classical heritage and produced the first ancient drama productions at Roman venues in the 1930s as socio-political statements. By engaging with archival material and historical sources, I explore the different reuses of these monuments and the afterlife of productions organized there. Finally, during Franco's regime and the rise of the Falange until the mid-1940s, their appropriation to display power consolidated its significance as an ideological and political apparatus of the Spanish state.

INTRODUCTION

In the early 20th century, intellectuals, writers, and artists in Spain began to systematically engage with Graeco-Roman antiquity and produced an artistic corpus that permeated the Spanish socio-cultural expression¹. This cultural elite assumed the role of the caretaker of the 'ruins' of classical antiquity and claimed the need to bring them back to life, as we read in the Spanish illustrated magazine *Por Esos Mundos* in its June 1916 edition:

Oh, old mutilated and vanished cities, eternal values of times and cultures, pages of stone on which the wise man leaning over them deciphers, like a modern geomancer, the millenarian hieroglyph of his civilization.²

¹ Morenilla Talens 2006: 437–45; Balaskas 2020.

² 'Oh, viejas ciudades mutiladas y desaparecidas, eternos valores de los tiempos y de las culturas, páginas de piedra en las que el sabio, sobre ellas inclinado, descifra como un moderno geomante el geroglífico milenario de su civilización' (Morenas de Tejada 1916: 632).

Many of these intellectuals viewed the early decades of the 20th century as an opportunity to align themselves with international tendencies that would include Spain into the European modernity and would lead to tourist development. Similarly, after losing the last colonies of its old Empire in 1898³, Spain needed to consolidate a unified national identity within the new boundaries. Under these circumstances, Spain could renovate its traditional social structures and could embrace modern movements that alluded to a globalized world, urbanization, and collective perception of social life through the use of modern advancements and technologies. Cultural homogenization could also alleviate peripheral proto-nationalisms, which sought their ideological space by implementing alternative collective narratives in the peninsula⁴. As a result, classical antiquity managed to reach the Spanish audiences through literature and theatre by being identified with new trends of European modernity⁵. This opened up an opportunity to renovate the Spanish theatre through the prestige and 'glorious character' of Greco-Roman culture⁶.

National institutions that had emerged in the previous decades methodically sought during the late 19th and early 20th centuries to document, study, consolidate, and disseminate their cultural heritage as national capital⁷. These systematic efforts aimed to entangle the national populace with national heritage and the territorial space in which it was located, performing a nostalgic reconfiguration of national past.

The experience of the First War World converted these activities into questions of national significance in the self-determination and standardization of the nations. Such a dynamic procedure can be comprehended as the constitution of a national archive that offered the opportunity to both convert these monuments to lieux de memoire and appropriate them as vehicles for the nations' sociocultural modernization⁸.

In addition, what characterizes the socio-cultural perspective of the European inter-war period is that public reception of these monuments was a quest that such activities had to substantially consider and experiment with, as these developments addressed the notion of a unified populace and corresponded to the pursuit of national reach and state sponsored initiative. Thus, a popular – rather than elite – engagement with national heritage would be crucial for the successful implementation of the geographical self-determination of the nation states.

³ Díaz-Andreu 2003: 35.

⁴ Hobsbawm 2012: 106–7, 119–20.

⁵ García Jurado 1997; González-Vázquez 2019.

⁶ Morenilla Talens 2006: 437–9.

⁷ Plantzos 2014: ch. 7.

⁸ Nora 1989; Plantzos 2014: 255–65.

However, since Spanish populace did not perceive classical antiquity as national heritage, the ideological engagement with classical culture was weak⁹. At the same time, the revival of Roman drama developed slower and systematic theatrical productions were still scarce in the late 19th century. For instance, performances produced by the Catalan playwright Adrià Gual, especially in Barcelona, and student productions comprised the majority of the theatrical initiatives of the period, but they did not produce a powerful collective impact¹⁰.

By aligning themselves with this socio-political orientation, Spanish intellectual elites gradually sought to form a Spanish archive of national heritage¹¹. Following the extensive archaeological intervention in Roman antiquities that ensued the Spanish legislation in 1911¹², a series of attempts were made to introduce classical heritage to the Spanish society. As Mérida's popularity acquired a national dimension¹³ during the 1920s, a theatrical revival at the Roman theatre was a natural development and followed the emergent excursionist trends.

In the meantime, the first calls for the systematic reuse of Roman theatres came from intellectuals with an international background who aimed to align Spanish cultural tradition with the European modernist reception of classical antiquities¹⁴. To heal the feeling of nostalgia towards the classical past, archaeologists and classicists committed themselves to reconstruct the monuments' symbolic integrity and reuse them as modern venues. One such example is Enrique Salanava's nostalgic reflection on converting the Roman theatre of Mérida into a site of modern productions in the model of the Roman theatre of Orange¹⁵. However, despite the prevalence of Roman heritage in Spain, the identification with the classics often entailed a fusion of Greco-Roman elements that were not always clearly distinct.

Roman monuments would come to represent an abstract vision of prosperity, regional prestige, and tourist expansion. The national press began to dedicate illustrated features to the legendary Roman monuments that attested to the Roman presence and the classical tradition in the peninsula, but it did not become part of the collective narratives of the Spanish nationalism in the period. Roman theatres and amphitheatres received particular media attention as they often conserved their overwhelming and monumental material aspect in the natural landscape¹⁶. The theatres of Acinipo (Ronda), Clunia (Peñalba

⁹ Balaskas 2020.

¹⁰ González-Vázquez 2019; Balaskas 2020.

¹¹ Cean-Bermúdez 1932; Díaz-Andreu 1995; Ríos Reviejo 2014.

¹² Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades 1922; Díaz-Andreu 2003: 39.

¹³ Monleón 2004: 61–75.

¹⁴ Taberné 1926: 5; Díaz-Andreu 1996.

¹⁵ Balaskas 2020: 473.

¹⁶ Ruiz y Pablo 1925: 5; Díaz de Escovar 1930: 28; Díaz-Andreu 2016.

de Castro), Bilbilis (Calatayud), Emerita Augusta (Mérida), Italica (Sevilla) found their way to the public as Roman monuments of excursionist interest and adventurous or exotic outlook, along with their European counterparts¹⁷. This culminated in the establishment of the Second Spanish Republic in 1931 and its attempt to introduce social and cultural reform. In total, a series of political instabilities provided the frame for cultural renovation and national reconfiguration during the short-lived republican regime. Following the Spanish Civil War and the establishment of Franco's dictatorship some years later, a fascist identification with Roman antiquity dominated the cultural revivals of ancient theatres in Spain.

To explore these political transformations in the reception of Roman antiquity in Spain, I begin by addressing the use of classical culture by the Republican regime in the early 1930s. Next, I continue with an analysis of its theatrical productions at the Roman theatre of Merida and an interpretation of its socio-cultural impact. I finish by examining the appropriation of the Roman tradition by the fascist component of Franco's dictatorship, the Falange. Its perception and popularization of the idea of *romanità* epitomized the fascist appropriation of classical culture in Spain until the early 1940s.

1. THE REPUBLICAN REVIVAL OF ROMAN THEATRE AND THE FIRST STATE-SPONSORED PRODUCTIONS

The paramount need for the newly established regimes of the 1930s to legitimize their power and address the national populace via sociocultural institutions highly influenced the inter-war perception of theatre as national heritage. As a result, regular theatrical spectacles at classical venues emerged and attempted to forge an ideological identification with collective memory. However, the fact that ancient venues were often located far from the urban centres directed such ideological interests towards the local population that lived nearby and preserved a distinct, experiential perception of these monuments.

At the same time, an avant-garde perception of theatre emerged to reform the aesthetic tradition as well as to popularize and politicize art. Nationalization of the theatrical stage was one of the main quests in the theatrical production in Europe¹⁸. A series of theatrical questions that marked the development of the artistic activity (such as the role of director and the emergence of national theatres) were interpreted as part of this tradition and greatly influenced the theatrical production.

Despite the attempt of cultural homogenization and pedagogic tutelage in the 1920s, the lack of ideological engagement of the Spanish populace with clas-

¹⁷ Anonymous 1928: 21–28; E. R. V. 1936: 8.

¹⁸ McConachie 2008; Fischer-Lichte 2017: esp. ch. 4.

sical culture as national heritage became apparent. The public that ideologically engaged with the symbolic materiality of classical antiquity was limited, while the social and political turmoil of the 1930s fundamentally shaped the course of perception of Roman heritage and, for the first time, state sponsored events were produced as national landmarks.

In particular, after the loss of political and institutional support, Spanish dictator Miguel Primo de Rivera was forced to resign in March 1930. The honour and prestige of king Alfonso XIII, who had initially permitted the establishment of the seven-year dictatorship in 1923, was also heavily damaged. Despite his desperate attempts to reverse the political course, he was forced to abdicate in April 1931 by the outcome of the municipal elections and the revolutionary committee that a little later proclaimed the republican regime. It was under these circumstances that the new regime introduced a new sociocultural reform, which intended to overcome elitism, popularize artistic expression, and legitimize its modernizing status.

At the same time, following the socio-cultural prestige that Merida had acquired during the previous years, and the numerous cultural revivals that had taken place at the Roman theatre, its use as ideological vehicle for the new regime was expected. Although Roman tradition did not become a *de facto* cultural expression of the Republic, antiquity often inspired the new regime to readily express its socio-political orientation¹⁹.

It was the Minister of Public Instruction and Fine Arts, Fernando de los Ríos, who undertook the first official initiative for the systematic use of Roman theatres in Spain in 1932²⁰. His collaboration with the Mayor of Merida and the company Xirgu-Borràs, which performed at that period in the Teatro Español in Madrid, resulted in the production of Seneca's *Medea* at the Roman Theatre. The play was translated into Spanish by Miguel de Unamuno and was directed by the playwright and director Cipriano de Rivas Cherif. Margarita Xirgu and Enrique Borràs starred in the celebrated performance on 18 June 1933, which marked the republican socio-cultural perception of the classical tradition.

This event corresponded to the energetic intellectual ambition and the republican ideals that emerged with the Generation of '27 and popularized artistic expression²¹. During this endeavour, Seneca's role as a national author found its place in the cultural manifestation of the Republic. In such terms, the Republic and the Generation of '27 had appropriated *senequism* as a representation of the spirit of the Spanish nation during a time when the intellectual bourgeoisie sought to determine its spiritual values²². In Seneca's version of

¹⁹ Company i Mateo 2017: 260–83; Balaskas 2020.

²⁰ González-Vázquez 2015: 497; 2016: 109–10.

²¹ Monleón 2008.

²² Baldwin 2020.

Medea laid an opportunity of expressing an ideological identification with the Spanish national past and an allusion to collective memory²³. Seneca's birth in the Spanish city of Cordoba provided a platform for a collective identification of the play with the Spanish national heritage, as this version provided the justification to label the festival as a Spanish national and political landmark²⁴.

The engagement of the festival of Merida with national values contributed to the creation of a state tradition of classical drama in Spain, in the model of other Graeco-Roman theatres in Europe. The national exclusivity that the Republican initiative sought to ascribe to the production focused on Seneca's engagement with national memory and its ideological connection with the Spanish public.

Maintenance works took place before the spectacle to prepare the Roman theatre for the reception of the public. These included carpentry works, maintenance of the road that leads to the theatre, and works on the monument's stage.²⁵ Jose Ramon Mélida's – the official excavator of the archaeological site of Merida – strict policy on the revival of the theatre had obliged Rivas-Cherif to pledge that no architectural elements would be added to the stage²⁶. In addition, aspirations for annual theatre festivals in Merida and Sagunto were revealed by the organizers, who suggested the large-scale, systematic reuse of classical venues around the country:

Merida and Sagunto could be the two centres of these cycles, and both cities would eventually represent in Spain and the world what Verona and Syracuse in Italy and Bayreuth in Germany mean [...] France in its midday Roman theaters, Greece in Delphi, Italy, as we have already said, in Syracuse and Verona, have popularized the performances of classical theater.²⁷

After Merida's performance, Rivas Cherif had an ambitious plan. He visited the Roman theatre of Sagunto to inspect the site and organize the logistics for the performance²⁸. *Medea* was programmed to be staged at the Roman theatre

²³ González-Vázquez 2015: 494–5.

²⁴ Balaskas 2020.

²⁵ Municipal Historical Archive of Merida, Local Government of Merida, Book of Acts, Plenary (MHAM/LGM/BA/P), Session 3 July 1933: 74.

²⁶ De Rivas Cherif 1991: 110, 263–9.

²⁷ 'Mérida y Sagunto podrían ser los dos centros de esos ciclos, y ambas ciudades acabarían por representar en España y en el mundo lo que significan Verona y Siracusa en Italia y Bayreuth en Alemania [...] Francia en sus teatros romanos del Mediodía, Grecia en Delfos, Italia, como ya hemos dicho, en Siracusa y Verona, han hecho famosas las interpretaciones del teatro clásico' (Chabás 1933b: 12). The term *cycle* (Spanish *ciclo*, Italian *ciclo*) is used here to signify annual festival, as in the Festival of Syracuse.

²⁸ Anonymous 1933a: 12.

of the town during the annual local festivities²⁹, while some restauration works were issued earlier that year³⁰. However, due to the monument's instability, the performance was finally suspended³¹. Roman monuments in Tarragona and Italica were also proposed to be part of the festivals³². Rivas Cherif's intention was to perform *Spartacus* and other spectacles that would correspond to the authentic revival of open-air theatre³³; this is why he contemplated performing an "oriental" play, possibly Kalidasa's *Sakuntala*, at the Arab palace of Alhambra, gladiators' contests at the Roman amphitheatre of Merida, and horse races at its Circus. "That would be like bringing Spain back to life"³⁴ he commented.

In artistic terms, the theatrical revival of Merida was also projected as an international expression that especially connected to France and Italy. Merida's aspirations to follow European theatrical trends can be seen in its identification as the Spanish Rome in every opportunity. Beyond the invitation of the ambassador of Italy Raffaele Guariglia³⁵ and his propagandistic gesture that promoted the Italian fascist ideals³⁶, the ministry of Fine-Arts of Rome later invited the company to perform *Medea*, together with other plays at the Roman forum and other venues in Italy³⁷. In addition, an unsuccessful collaboration with the Sorbonne University in France for the production of Seneca's *Medea* in Paris at the same period showcased the international reach of this early Spanish initiative for a professional theatrical tradition. To some extent, the French and Italian implication, with parallel cultural events, reflected the countries' interest in the Spanish case and the sociopolitical character of this cultural production.

The following year, the Festival of Merida was named *Semana Romana* (Roman Week) and followed a programme similar to other European festivals offering a variety of productions that included Seneca's *Medea*, Hofmannsthal's *Elektra*,³⁸ and classical dances. Its more thorough production and tourist-ori-

²⁹ Anonymous 1933b: 10.

³⁰ Additionally, a year earlier, a subvention of 1.800 pesetas was agreed by the Ministry of Public Instruction and Fine Arts, due to the dilapidated condition of the theatre, in the form of rescue intervention (*Official State Gazette* 210, 28 July 1932: 735–6).

³¹ Anonymous 1933c: 3.

³² Chabás 1933a: 6.

³³ Anonymous 1933d: 6.

³⁴ 'Eso sería como ir resucitando a España' (Muñoz 1933: 20).

³⁵ Domínguez Méndez 2013. *Official State Gazette* 208, 27 July 1933: 607. Despite Guariglia's diplomatic presence and ceremonious gesture, the Journal *Dioniso* only referred to Merida's performances in the following summer season, by dedicating a brief feature (Arias 1935/1936: 51).

³⁶ Plantzos and Balaskas (forthcoming).

³⁷ However, the italo-abisinian war suspended the project (Rivas Cherif 1991).

³⁸ One of the *Elektra* performances had to be cancelled due to delay of the sets in their transportation to Merida. The improvised solution was to perform Francisco Alonso's play *Las Leandras* instead (Anonymous 1934: 6).

ented organization during the annual local festivities popularized the Festival despite the emergence of political controversies³⁹.

However, despite the local and national attempt to create a Festival that would engage the Spanish populace with a republican approach to Roman tradition, productions in Merida did not create an ideological space that would convert the Roman site into a *lieu de mémoire*. Despite the lack of collective identification with the classical culture in Spain, bourgeois intellectuals, writers, and artists who identified themselves with the new republican experience, actively engaged with the Graeco-Roman tradition to express the socio-political developments that took place in the country. This ideological concern can be seen in intellectuals such as the poet Luis Cernuda who argued: “I can only deplore that Greece will never touch the Spanish heart or mind, the most remote and ignorant, in Europe, of the ‘the glory that Greece once was’”⁴⁰.

2. FALANGE AND FASCIST ROMANITÀ UNDER FRANCO’S REGIME

The fascistization of the Spanish political scene had already begun in the 1920s, following Mussolini’s rise to power in Italy and active attempts by Italian fascism to expand its sphere of influence and intervene in Spanish society during the Spanish Republic⁴¹. Diplomatic relations between Spain and fascist Italy were initiated during Primo de Rivera’s dictatorship, but a geopolitical dispute over territories in North Africa had distanced the two regimes⁴². In contrast, the main fascist party in Spain, the Falange⁴³, had established systematic relations with the Italian regime since its foundation in 1933. At the same time, Republican socio-political reform radicalized the Falange, although the latter did not produce its propaganda material and performances until after the Spanish Civil War.

³⁹ Monleón 2004: 76–82; Balaskas 2020.

⁴⁰ ‘No puedo menos que deplorar que Grecia nunca tocara al corazón ni a la mente española, los más remotos e ignorantes, en Europa, de “la gloria que fue Grecia”’ (Cernuda 1993: 657).

⁴¹ Plantzos and Balaskas (forthcoming). It was also part of fascism’s desire to expand Italian influence abroad through interventions in cultural policy and propaganda (Ben-Ghiat 2001; Domínguez Méndez 2013).

⁴² Tusell Gómez and Saz Campos 1982; Díaz-Andreu 2016.

⁴³ It was founded in October 1933 with the name *Falange Española*. Due to poor election results in 1934, the party merged with the nationalist and fascist movement *Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista* and was renamed *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (FE de las JONS). When, after the Civil War, Francisco Franco dictated a fusion of the party with the carlist movement *Comunión Tradicionalista*, it adopted its definitive name *Falange Española Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (FET de las JONS).

However, it was mainly during and immediately after the Spanish Civil War that cultural production came to reflect these sociopolitical contacts. During the Second World War (1939–1945), fascism also employed this aestheticized approach to politics in the Axis territories. Although Spain did not actively participate in the war, the Falange continued to interchange socio-cultural ideas and practices with Mussolini's regime. Classical productions in Spain served to reinforce power and authority, representing fascism's ability to control cultural production and public space⁴⁴. Roman culture became a powerful apparatus to express a Mediterranean *mare nostrum* that hosted the Spanish and Roman Empire as a parallel power that radiated imperial and nationalist force.

According to Falasca-Zamponi, fascism beguiled the masses by anaesthetizing their senses and offering a cultic experience⁴⁵. It emphasized a deified perception of politics combined with sensory alienation. Drawing on Benjamin's accounts of the aestheticization of politics under fascism, Falasca-Zamponi contends that this paradoxical combination led to the negation of human nature and a distortion of reality beyond social and aesthetic limits⁴⁶. The introduction of aesthetics into politics not only perpetuated early 20th century modernist nationalism but also transformed sociopolitical reality into a community building project⁴⁷. Esposito also draws on Benjamin's accounts and attests that:

It seems reasonable not only to view fascism as a political religion, and therefore a result of the sacralization of politics, but also to keep in mind the aestheticization of politics that finds expression in it [...] Through its objectification in public buildings, rituals, ceremonies and mass culture (e.g., the *Esposizione dell'aeronautica italiana*, or popular war books), it became the central element in the aesthetic-cultural generation of community. In fascism the values, norms and heroes of community were aesthetically staged and experienced as integral parts of a cult practice.⁴⁸

Although Franco's military dictatorship was ideologically closer to Metaxas' Greece and Salazar's Portugal⁴⁹, the political platform that contributed to the Republican defeat in the Spanish Civil War initially adopted a fascistized form of government⁵⁰. The Falange systematically disseminated fascist discourse and assimilated Mussolini's cultural aesthetics in an attempt to reach moder-

⁴⁴ Falasca-Zamponi 1997: 1–8; Griffin 2007: 70–4.

⁴⁵ Falasca-Zamponi 1997: 9–14.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Koepnick 1996.

⁴⁸ Esposito 2015: 353.

⁴⁹ Kallis 2003; Katsoudas 2004; Kallis 2007.

⁵⁰ Paxton 2013; Rodríguez Barreira 2014.

nity. Consequently, public events⁵¹ and artistic performances in ancient venues alluded to Roman imperial ideals.

Thus, ancient spaces were transformed into sites for spectacular politics⁵². The use of classical theatres in Spain reflected feelings of nostalgia for eternal renown and the paligenetic myth that fascism safeguarded⁵³. In this context, performances at Roman venues in Spain often fused the fascist imagination of Roman culture and the Spanish Golden Age tradition, in a way that they represented an authentic cultural identity. Public events and theatre, thus, became the ideal channels for shaping reality, rewriting history, and disseminating a metaphysical version of past and future through the use of new technology⁵⁴. For instance, the Italian LUCE Institute and the Spanish NO-DO⁵⁵ served as audiovisual apparatuses that systematically disseminated the regimes' powerful propaganda. During that period, the Falange presented Spain as a fascist nation whose imperial status was based on a uniform, patriotic identity⁵⁶.

The adoption of a new calendar in emulation of fascist Italy also evidenced this fascist orientation⁵⁷. The alternative calendar was used mainly for bureaucratic, official, or media documents and propaganda after the coup of 1936. In particular, the war years 1936, 1937, 1938, and 1939 were named the I, II, III, and IV *Año Triunfal* (1st, 2nd, 3rd, and 4th Triumphal Year), respectively. Following the final victory against the legitimate Republican regime, the year 1939 was renamed the *Año de la Victoria* (Year of Victory).

Journals such as *Jerarquía*⁵⁸ and *Vértice* introduced an ultra-nationalist narrative that appropriated imperial *romanità* as a national issue, although they did not manage to disseminate fascist discourse as effectively as their Italian counterparts. Meanwhile, Spanish archaeologists and classicists who supported the Falange, such as Martín Almagro Basch and Eugenio d'Ors, contributed to the appropriation of the political aspect of Roman antiquities in Spain and their perception as imperial assets⁵⁹. For instance, Almagro Basch's systematic excavation of Empúries in Catalonia showcased the Spanish version of fascistized heritage. Imperial objectives and a fascistized Mediterranean identity were apparent in the presentation of his journal *Ampurias*:

⁵¹ Vázquez Astorga 2004; Duplá Ansuátegui 2017; Plantzos and Balaskas (forthcoming).

⁵² Falasca-Zamponi 1997: ch. I; Griffin 2007: ch. 8.

⁵³ Griffin 2007: 224–7.

⁵⁴ Griffin 1991: 29–30; Ben-Ghiat 2001: 174–80.

⁵⁵ The series of cinema newsreels NO-DO (Noticiario y Documentales) significantly contributed to the state propaganda by projecting audiovisual reports to the Spanish citizens from 1943.

⁵⁶ Duplá Ansuátegui 2003: 75; Saz Campos 2004; Gallego Margaleff 2005.

⁵⁷ De Francisco Olmos 2009.

⁵⁸ Duplá Ansuátegui 2012.

⁵⁹ López Izquierdo 1942; Gracia Alonso 2009: ch. 7.

Its name comes from the Greco-Roman city from which the Greeks brought a touch of Mediterranean civilization to the Peninsula. Empúries is the westernmost Greek city. The Romans disembarked there for the first time to fight Carthage. Cato the Elder built the first civilized settlement there. Following the Roman conquest, Spain ceased to be a land of tribes and became an imperial land.⁶⁰

As Wulff Alonso⁶¹ suggests, this case illustrates how archaeologists and classicists consolidated Spanish identification with the Roman past. Monumental archaeology gradually replaced liberal ideals⁶² and public celebrations were regularly adorned with temporary architectural decoration that symbolically evoked the imperial aesthetics of the Roman empire⁶³. The celebration of the bimillenary of the Roman Emperor Augustus in cities such as Zaragoza and Tarragona (1938–1940) embodied the regime's ideological identification with Italian fascism⁶⁴. Similarly, in a spectacular public ceremony during a visit of the Italian Conde Galeazzo Ciano⁶⁵ to Spain in July 1939, even Franco momentarily adopted a fascist profile:

The feelings of friendship between our two countries are born out of a common history, in which at times it was the turn of the Roman legions to fertilize our land with their blood, and at other times it fell to the Spanish to leave their ashes in the sister lands of Italy.⁶⁶

Under these circumstances, the theatre of Merida became an ideal space to celebrate a Spanish *romanità*, an identity that the Falange imposed in its attempt to emulate Italian fascism, evidencing an ideological use of the theatre

⁶⁰ 'Su nombre es el de la ciudad greco-romana por donde los griegos trajeron a la Península el sople de la civilización mediterránea. Ampurias es la última ciudad griega de occidente. En ella los romanos desembarcan por primera vez para combatir a Cartago. Y en ella asienta Catón el Grande el primer gran campamento civilizador. Tras la conquista romana España dejó de ser tierra de tribus y pasó a ser tierra imperial' (Almagro Basch 1939: 3).

⁶¹ 2003: 231–4.

⁶² Gracia Alonso 2012.

⁶³ For the works and importance of the Department of Plastics of the National Service of Press and Propaganda, the responsible for decorating those events, see Vázquez Astorga 2004.

⁶⁴ Duplá Ansuátegui 2017; Plantzos and Balaskas (forthcoming).

⁶⁵ Minister of Foreign Affairs and Secretary of Press and Propaganda in Mussolini's government.

⁶⁶ "Los sentimientos de amistad entre nuestros dos países han nacido de una historia en común, en la que unas veces tocó a las legiones romanas fecundar con su sangre nuestras tierras, y otras cupo a los españoles el honor de dejar sus cenizas en las tierras hermanas de Italia" (Anonymous 1939a: 3).

that reflected the political values that classical heritage had acquired. The glorification of Merida by the falangist archaeologist Julio Martínez Santa-Olalla, who presented the city as one of the most splendid creations of the Roman world in Spain⁶⁷, attested to this new identity. During the Spanish Civil War, the theatre was used to stage a monumental performance that commemorated the assistance of Italian legionaries from the *Corpo Truppe Volontarie*, who had fought alongside Franco's troops⁶⁸. The Italian soldiers were headed to the port of Cadiz on their way back to their homeland, and Merida offered an ideal Roman backdrop:

The streets of Merida were adorned with flags and at various points were placed posters with quotes from the Generalissimo and General Astray that exalted Italy and the legionaries, as well as photographs of the Caudillo and Mussolini. In the Roman Theatre, medals were presented by Spanish women who offered them as mementoes.⁶⁹

Considering that the theatre was used by local civilians as a refuge during bombardment of the city in the Civil War, the ceremony cynically demonstrated the militaristic fervour of fascist imperialism⁷⁰. The legionaries also received a warm welcome in Seville and Cadiz, where fascist celebrations exalted the imperial *romanità*⁷¹.

In the following years, few productions were staged in the Roman theatre, merely a handful of plays and some military celebrations commemorating meaningful events. According to Paxton (2013), the creation and social impact of new institutions in early Francoist Spain reflected the fascistization of the regime, as evidenced, for example, by the *Sección Femenina*, the women's branch of the Falange⁷². Thus, the regime's first classical drama production, Plautus' *Aulularia*, was organized by the Carro de la Farándula, a theatre company operating within the *Sección Femenina* and financed by the Merida city council⁷³.

⁶⁷ Martínez Santa-Olalla 1941: 32.

⁶⁸ Rodrigo 2016: ch. 2.

⁶⁹ 'Las calles de Mérida estaban engalanadas con banderas y en diversos puntos se colocaron carteles con frases del Generalísimo y del General Millán Astray de exaltación a Italia y a los legionarios, así como fotografías del Caudillo y de Mussolini. En el Teatro Romano tuvo lugar la entrega de unas medallas que las mujeres españolas les impusieron como recuerdo' (Anonymous 1938: 4).

⁷⁰ López Díaz 2011: 420. Merida was a strategic location that connected the northern and southern zones of the rebel army, which captured and secured control of the city in August 1936.

⁷¹ Vázquez Astorga 2004.

⁷² Ibid.

⁷³ MHAM/LGM/BA/P, Session 3 October 1939, 11v. See also González-Vázquez 2015.

The press reiterated the imperial objectives of the performance, which were to “associate the city’s name with its magnificent imperial Roman monuments and [...] to use these ruins to disseminate classical culture and art”⁷⁴. In addition, allusions to Catholic dogma inaugurated a national tradition that was systematically reproduced at the Roman theatre over the following decades⁷⁵. Therefore, the initiative of the Carro de la Farándula to perform classical drama at the theatre, in keeping with the spirit of similar productions in Italy, can be considered part of the fascistization of Spain.

The choice of play was a question of theatrical tradition⁷⁶. From the late 19th century until the 1930s, *Aulularia* was translated several times into Spanish, sometimes directly from the Latin and others from French editions⁷⁷. Besides being an undemanding play for public consumption, *Aulularia* followed a philological tradition that had facilitated earlier staging at interior venues. The performance did not attract a wide audience, but its repetition in Madrid three months later was met with great success. Press critics praised the performance and repeatedly referred to the fresh, diachronic quality of Plautus’ comedies⁷⁸.

The performance was staged on 1 October to commemorate Franco’s ascension to power⁷⁹. At the same time, the provincial delegate of the theatre voiced the play’s objectives when he claimed that classical drama symbolically connected Spanish literature with national monuments⁸⁰. Hence, the Falange presented itself as the caretaker of Roman civilization in the Spanish periphery.

The *Sección Femenina* returned to the Roman theatre for a solemn event in 1944. The site offered the ideal symbolism for the institution’s 8th National Council (*Consejo Nacional*). The youth organization of the Falange, the National Delegation of the Youth Front (*Delegación Nacional del Frente de Juventudes*), also helped to organize the event. Flags, falangist insignias, a small-scale parade, and a secular ceremony followed a Catholic mass at the church of Saint Eulalia. The local authorities offered a warm welcome to the military personnel, politicians, and spectators in attendance. The political event included official speeches, such one given by the general vice-secretary of the Falange, Manuel

⁷⁴ ‘asociar el nombre de la ciudad a sus magníficos monumentos de la Roma Imperial y [...] utilizar las ruinas de estos para difundir la cultura y el arte clásico’ (Anonymous 1939b: 4). This notion of Hispanidad that the fascist component of the regime attempted so desperately to implement during the first years also found its way through literature. See, for instance, Giménez Caballero 1939.

⁷⁵ Araujo-Costa 1940: 11.

⁷⁶ MHAM/LGM/BA/P, Session, 18 September 1939: 5v–6.

⁷⁷ Blanco López 2010: 208–9.

⁷⁸ I. S. 1939: 3; De la Cueva 1939: 5.

⁷⁹ González-Vázquez 2015; 2016.

⁸⁰ Onetrot Villacañas 1939; Monleón 2004: 85.

de Mora-Figueroa,⁸¹ in which he repeatedly alluded to his vision of a Spanish empire and a National syndicalist political system. The Youth Front band later sang the Falange anthem, 'Cara al Sol', and guests were presented with special medals. Folkloric dance exhibitions by the *Sección Femenina* completed the event⁸².

Overall, it was an act of reaffirmation of Falangist commitment to the imperial fascist vision, a time when the process of desfascistization of the regime had already begun⁸³ and most of the Falangists who actively supported the alliance with the Axis powers had lost power. During this process, a triumphal resuscitation of the Roman past portrayed the theatre of Merida as proof of national unity⁸⁴.

CONCLUSIONS

Despite Spain's belated commitment to the classical ideal, intellectuals, artists, and classicists began to actively engage with classical drama in an attempt to reach modernity. Following European models of interpretation and theatrical performance, they hesitantly began staging classical drama in an academic context.

This cultural development turned public attention to ancient theatres, many of which were situated in peripheral locations. In the early 20th century, the engagement of bourgeois intellectuals with the classical tradition engendered a distinctive use of Roman theatres, where performances of ancient drama eventually shaped the perception of antiquity as national heritage. However, the public success and republican advocacy of festivals of classical drama were not enough to convert them into national landmarks that re-established the lost roots with Roman antiquity.

The republican revival of 1933 and 1934 in Merida clearly alluded to an ancient intellectual past, and the theatre's long history of redeployment had already established it as a venue for national cultural expression. And even though public response and collective identification did not always synchronize with national expectations, the theatre's connection with European modernity was acclaimed by the liberal bourgeoisie, whose identification with classical antiquities was based on Romantic nostalgia.

⁸¹ Mora-Figueroa was an ancient member of the Falange and supporter of the alliance with the Axis forces. He had also served in the Blue Division, a unit of Spanish volunteers who fought within the Wehrmacht on the Soviet Front during the Second World War.

⁸² For audiovisual documentation, see the RTVE, <http://www.rtve.es/filmoteca/no-do/not-58/1468395/>.

⁸³ Gallego Margaleff 2013.

⁸⁴ De la Barrera 2006: 121–6; Ortueta 2010.

After the Spanish Civil War and during the first years of the Second World War, theatrical production under Franco's dictatorship and Falange's influence in Spain implied not only an artistic statement but also a political demonstration of the interconnection between power and aesthetics. The cultural activities of the Falange emulated Mussolini's authoritarian perception of the classical past and appropriated the idea of a powerful empire. Although theatrical activity of the period was scarce in Spain, Roman antiquity played a central role in the Falange's cultural politics until 1942 and became a source of militaristic authority. In particular, classical monuments – especially the theatre of Merida – acquired a powerful symbolic nature in productions organized by fascist institutions. Classical theatre and public events that took place there in the early years of the regime were transformed into socio-cultural manifestations of the dogmatic authority of the Falange and the fascist perception of *romanità*.

BIBLIOGRAPHY

- Almagro Basch Martín (1939), "Editorial", *Ampurias* 1: 1–4.
- Anonymous (1928), "Cómo se Divertían en la Antigüedad: Teatros, Anfiteatros y Circos", *La Esfera* 1 December 1928: 21–8.
- Anonymous (1933a), "¿Se Va a Representar 'Medea' en el Teatro Romano de Sagunto?", *Luz* 1 July 1933: 12.
- Anonymous (1933b), "Se Realizan Gestiones para Representar 'Medea' en el Teatro Romano de Sagunto" *Ahora* 2 July 1933: 10.
- Anonymous (1933c), "Se Dará Una Representación de 'Medea' en Salamanca", *La Voz* 27 July 1933: 3.
- Anonymous (1933d), "El Teatro Español: La Nueva Temporada Constituirá una Gran Campaña Artística y Cultural", *Luz* 22 September 1933: 6.
- Anonymous (1934), "La Semana Romana de Mérida", *Gutiérrez* 15 September 1934: 6.
- Anonymous (1938), "La Despedida que ayer Tributo Cádiz a los Legionarios Italianos", *La Prensa* 16 October 1938: 4.
- Anonymous (1939a), "Habla el Caudillo", *Labor* 17 July 1939: 3.
- Anonymous (1939b), "El Teatro Nacional de la Falange", *Proa* 24 September 1939: 4.
- Araujo-Costa, Luis (1940), "La Vida Teatral en 1939", *ABC Madrid* 2 January 1940: 11.
- Arias, Paolo Enrico (1935-1936), 'Theatralia', *Dioniso* 5: 50–5.
- Balaskas, Vasileios (2020), 'Collective Memory and Spanish Cultural Politics: The Revival of the Roman Theatre of Merida (1910–1935)', *Classical Reception Journal* 12 (4): 470–85.
- Baldwin, Oliver (2020), 'A Spaniard in Essence: Seneca and the Spanish Volksgeist', *International Journal of the Classical Tradition* 28: 335–52.
- Ben-Ghiat, Ruth (2001), *Fascist Modernities: Italy 1922–1945*, Berkeley-Los Angeles-Londres: University of California Press.
- Blanco López, Salomé (2010) 'La Comedia Latina: Plauto y Terencio', in Francisco García Jurado, Ramiro González Delgado, Marta González González, and José Carlos Mainer (eds.), *La Historia de la Literatura Grecolatina Durante la Edad de Plata de la Cultura Española (1868–1936)*. Malaga: Universidad de Málaga, 197–214.

- Cean-Bermúdez, Juan Agustin (1932), *Sumario de las Antigüedades Romanas que Hay en España: En Especial las Pertenecientes a las Bellas Artes*. Madrid: Imprenta de D. Miguel de Burgos.
- Cernuda, Luis (1993), *Obra Completa, vol. 2*. Edited by Derek Harris and Luis Maristany. Madrid: Siruela.
- Chabás, Juan (1933a), “Ante la Representación de ‘Medea’”, *Luz* 15 May 1933: 6.
- Chabás, Juan (1933b), “El Ejemplo de Mérida”, *Luz* 20 June 1933: 12.
- Company i Mateo, Rafael (2017), *El Poder en la Butxaca: Imatges dels Governants en les Monedes d’Espanya (S. XVIII-XXI)*. Valencia: Museu Valencià de la Il·lustració i de la Modernitat and Diputació de València.
- De Francisco Olmos, José María (2009), “Los Calendarios Propios de los Regímenes Totalitarios en el Período de Entreguerras: La Doble Datación en la Documentación Oficial del ‘Bando Nacional’ durante la Guerra Civil Española (1936–1939)”, *Revista General de Información y Documentación* 19: 265–95.
- De la Barrera Antón, José Luis (2006), *Memorias y Olvidos en la Historia de Mérida*. Merida: Artes Gráficas Rejas.
- De la Cueva, José (1939), “‘El Carro de la Farándula’: ‘La Aulularia’”, *Informaciones* 11 December 1939: 5.
- De Rivas Cherif, Cipriano (1991), *Cómo Hacer Teatro: Apuntes de Orientación Profesional en las Artes y Oficios del Teatro Español*. Valencia: Pretextos.
- Díaz-Andreu, Margarita (1995), “Archaeology and Nationalism in Spain”, in Philip L. Kohl and Clare Fawcett (eds.), *Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 39–56.
- Díaz-Andreu, Margarita (1996), “Constructing Identities through Culture: The Past in the Forging of Europe”, in Paul Graves-Brown, Siân Jones, and Clive Gamble (eds.), *Cultural Identity and Archaeology*. London: Routledge, 48–61.
- Díaz-Andreu, Margarita (2003), “Arqueología y Dictaduras: Italia, Alemania y España”, in Fernando Wulff Alonso and Manuel Álvarez Martí-Aguilar (eds.), *Antigüedad y Franquismo (1936–1975)*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 33–74.
- Díaz-Andreu, Margarita (2016), “Romanità in Spain? The Contacts Between Spanish and Italian Classical Archaeologists during the Dictatorship of Primo de Rivera (1923–1930)”, in Géraldine Delley, Margarita Díaz-Andreu, François Djindjian, Víctor M. Fernández, Alessandro Guidi, and Marc-Antoine Kaeser (eds.), *History of Archaeology: International*

- Perspectives, Proceedings of the XVII UISPP World Congress (1-7 September 2014)*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, 35-49.
- Díaz de Escovar, Narciso (1930), "Los Teatros Romanos", *La Unión Ilustrada* 9 February 1930: 28.
- Domínguez Méndez, Rubén (2013), "El Embajador Raffaele Guariglia en España (1932-1935): Reacción Italiana ante una Eventual Pérdida de Fuerza en su Política Mediterránea y Americana", *Revista de Historia Iberoamericana* 6 (1): 56-72.
- Duplá Ansuátegui, Antonio (2003), "Falange e Historia Antigua", in Fernando Wulff Alonso and Manuel Álvarez Martí-Aguilar (eds.), *Antigüedad y Franquismo: (1936-1975)*. Malaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 75-94.
- Duplá Ansuátegui, Antonio (2012), "La Revista Falangista Jerarquía y el Modelo Imperial Romano", *Vasconia* 38: 813-37.
- Duplá Ansuátegui, Antonio (2017), "Augusto y el Franquismo: Ecos del Bimilenario de Augusto en España", *Revista de Historiografía* 27: 137-62.
- E. R. V. (1936), "Recuerdos Romanos en España: Carmona e Itálica con sus Piedras Llenas de Años y de Sugerencias", *El Sol* 15 March 1936: 8.
- Esposito, Fernando (2015), *Fascism, Aviation and Mythical Modernity*. New York: Palgrave Macmillan.
- Falasca-Zamponi, Simonetta (1997), *Fascist Spectacle: The Aesthetics of Power in Mussolini's Italy*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press.
- Fischer-Lichte, Erika (2017). *Tragedy's Endurance: Performances of Greek Tragedies and Cultural Identity in Germany since 1800*. New York: Oxford University Press.
- Gallego Margaleff, Fernando José (2005), "Ángeles con Espadas: Algunas Observaciones sobre la Estrategia Falangista entre la Revolución de Octubre y el Triunfo del Frente Popular", in Fernando José Gallego Margaleff and Francisco Morente (eds.), *Fascismo en España: Ensayos sobre los Orígenes Sociales y Culturales del Franquismo*. Barcelona: El Viejo Topo, 179-209.
- Gallego Margaleff, Fernando José (2013), "¿Un Puente Demasiado Lejano? Fascismo, Falange y Franquismo en la Fundación y en la Agonía del Régimen", in Miguel Ángel Ruiz Carnicer (ed.), *Falange: Las Culturas Políticas del Fascismo en la España de Franco (1936-1975)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 77-108.
- García Jurado, Francisco (1997), "¿Por qué Nació la Juntura 'Tradición Clásica'? Razones Historiográficas para un Concepto Moderno". *Cuadernos de Filología Clásica: Estudios Latinos* 27 (1): 161-92.

- Giménez Caballero, Ernesto (1939). *Roma Madre*. Madrid: Jerarquía.
- González-Vázquez, Carmen, 2015. 'The Performances of Greco-Roman Plays in Spain (1933–1945)'. *Classical Receptions Journal* vol. 7 (3): 491–515.
- González-Vázquez, Carmen (2016), "Un Recorrido con los Clásicos Griegos y Romanos por la Escena Española (1900–1950)", *ADE Teatro* 159: 105–17.
- González-Vázquez, Carmen, (2019), "Adrià Gual y los Comienzos de las Representaciones Modernas de los Clásicos en España", in María Teresa Amado Rodríguez, Begoña Ortega Villaro, and Maria de Fátima Sousa e Silva (eds.), *Clásicos en Escena Ayer y Hoy*. Coimbra: Coimbra University Press: 251–74.
- Gracia Alonso, Francisco (2009), *La Arqueología durante el Primer Franquismo (1939–1956)*. Barcelona: Bellaterra Arqueología.
- Gracia Alonso, Francisco (2012), "Academic Relations between Italian and Spanish Archaeologists and Prehistorians, 1916–1936", *Bulletin of the History of Archaeology* 22 (2): 12–22.
- Griffin, Roger (1991), *The Nature of Fascism*. London: Routledge.
- Griffin, Roger (2007). *Modernism and Fascism: The Sense of a Beginning under Mussolini and Hitler*. New York: Palgrave Macmillan.
- Hobsbawm, Eric J. (2012, 2nd ed.), *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ioannidou, Eleftheria (2010/2011), "Toward a National Heterotopia: Ancient Theaters and the Cultural Politics of Performing Ancient Drama in Modern Greece", *Comparative Drama* 44/45: 385–403.
- I. S. (1939), "Teatro del Círculo de Bellas Artes: 'La Aulularia', de Plauto", *Hoja del Lunes, Madrid* 11 December 1939: 3.
- Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades (1922), *Ley y Reglamento de Excavaciones y Antigüedades de 7 de Julio de 1911 y 1º de Marzo de 1912 y Ley Relativa a la Declaración y Conservación de Monumentos Arquitectónicos Artísticos de 4 de Marzo de 1915*. Madrid: Tipografía de la 'Revista de Archivos'.
- Kallis, Aristotle (2003), "'Fascism', 'Para-fascism' and 'Fascistization': On the Similarities of Three Conceptual Categories". *European History Quarterly* vol 33 (2): 219–49.
- Kallis, Aristotle (2007), "Fascism and Religion: The Metaxas Regime in Greece and the 'Third Hellenic Civilisation': Some Theoretical Observations on 'Fascism', 'Political Religion' and 'Clerical Fascism'", *Totalitarian Movements and Political Religions* 8 (2): 229–46.

- Katsoudas, Konstantinos (2004), “Μία Δικτατορία που δεν Είναι Δικτατορία: Οι Ισπανοί Εθνικιστές και η 4η Αυγούστου”, *Mnimon* 26: 157–81.
- Koepnick, Lutz (1996), “Allegory and Power: Walter Benjamin and the Politics of Representation”, *Soundings* 79 (1/2): 59–78.
- López Díaz, Juan Carlos (2011), *Mérida y la II República: Historia de un Tiempo y sus Protagonistas*. Mérida: Ayuntamiento de Mérida.
- López Izquierdo, Rafael (1942), “El Teatro Italiano al Aire Libre”, *Vértice* 57: 49–50.
- Martínez Santa-Olalla, Julio (1941), “Estampas Hispanorromanas: Mérida de Augusto”, *Legiones y Falanges* 12: 32.
- McConachie, Bruce (2008), “Towards a History of National Theatres in Europe”, in Stephen E. Wilmer (ed.), *National Theatres in a Changing Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 49–60.
- Monleón, José (2004), *Mérida: Los Caminos de un Encuentro Popular con los Clásicos Grecolatinos*. Mérida: Consorcio Patronato del Festival de Teatro Clásico de Mérida.
- Monleón, José (2008), “El Teatro y la II República”, *Tertulia Republicana* 1: 9–27.
- Morenas de Tejada, Ricardo (1916), “Ciudades Muertas y Enterradas de España”, *Por Esos Mundos* 1 June 1916: 632–36.
- Morenilla Talens, Carmen (2006), “La Tragedia Griega en la Renovación de la Escena en España”, in José Vicente Bañuls, Francesco de Martino, and Carmen Morenilla Talens (eds.), *El Teatro Greco-Latino y su Recepción en la Tradición Occidental*. Bari: Levante Editori, 431–84.
- Municipal Historical Archive of Merida, Local Government of Merida, Book of Acts, Plenary (MHAM/LGM/BA/P).
- Muñoz, Matilde (1933), “Una Fecha en el Teatro Nacional: Después del Estreno de ‘Medea’”, *Crónica* 2 July 1933: 20.
- Nora, Pierre (1989), “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire”, *Representations* 26: 7–24.
- Onetro Villacañas, Demetrio (1939), “Una Nueva Representación del ‘Carro de la Farándula’”, *Arriba* 29 September 1939.
- Ortueta, Elena de (2010), “La Percepción del Patrimonio: De Monumento a Bien Cultural”, in *Proceedings of the Conference Cambios y Permanencias en los Inicios del Siglo XX: De la Ruina al Monumento (8–9 October 2010)*. Mérida: Ayuntamiento de Mérida, 43–75.
- Paxton, O. Robert (2013), “Franco’s Spain in Comparative Perspective”, in Miguel Angel Ruiz Carnicer (ed.), *Falange: Las Culturas Políticas del*

- Fascismo en la España de Franco (1936–1975)*. Zaragoza: Diputación de Zaragoza, 13–23.
- Plantzos, Dimitris (2014), *Οι Αρχαιολογίες του Κλασικού: Αναθεωρώντας τον Εμπειρικό Κανόνα*. Athens: Ekdoseis tou Eikostou Protou.
- Plantzos, Dimitris, and Vasileios Balaskas (forthcoming), “Reinventing Romanitas: Exchanges of Classical Antiquities as Symbolic Gifts between Italy and Spain (1933–1943)”, *Journal of Comparative Fascist Studies*.
- Ríos Reviejo, María Teresa (2014), “De Mapas y Guías”, in Carolina Miguel Arroyo and María Teresa Ríos Reviejo (ed.), *Visite España: La Memoria Rescatada*. Madrid: Biblioteca Nacional de España and Museo Nacional del Romanticismo, 67–97.
- Rodríguez Barreira, Óscar (2014), “The Many Heads of the Hydra: Local Para-fascism in Spain and Europe, 1936–50”, *Journal of Contemporary History* 49 (4): 702–26.
- Ruiz y Pablo, Ángel (1925), “Historia del Teatro Español”, *La Vanguardia* 14 February 1925: 5.
- Saz Campos, Ismael (2004), “Fascism, Fascistization and Developmentalism in Franco’s Dictatorship”, *Social History* 29 (3): 342–57.
- Taberné, Isidro (1926), “Messina, Taormina y el Volcán Etna”, *Flores y Abejas* 11 July 1926: 5.
- Tusell Gómez, Javier, and Ismael Saz Campos (1982), “Mussolini y Primo de Rivera: Las Relaciones Políticas y Diplomáticas de Dos Dictaduras Mediterráneas”, *Boletín de la Real Academia de la Historia* 179 (3): 413–84.
- Vázquez Astorga, Mónica (2004), “Celebraciones de Masas con Significado Político: Los Ceremoniales Proyectados desde el Departamento de Plástica en los Años de la Guerra Civil Española”, *Artígrama* 19: 197–226.
- Wulff Alonso, Fernando (2003), *Las Esencias Patrias: Historiografía e Historia Antigua en la Construcción de la Identidad Española (Siglos XVI–XX)*. Barcelona: Crítica.

(Página deixada propositadamente em branco)

TÚLLIA FEROX NA PINTURA PORTUGUESA DE OITOCENTOS¹

NUNO SIMÕES RODRIGUES

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Universidade de Coimbra

Centro de História e Centro de Estudos Clássicos

Universidade de Lisboa

ORCID: 0000-0001-6109-4096

nonnius@letras.ulisboa.pt

RESUMO Este estudo pretende salientar a presença de temas romanos, como o de Túlia Menor, e suas fontes, como Tito Lívio e Ovídio, na cultura portuguesa de Oitocentos, nomeadamente na pintura. Através das obras que Columbano Bordalo Pinheiro e Veloso Salgado apresentaram ao concurso para Professor da Cadeira de *Pintura Histórica* da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, em 1897, comprova-se que os temas romanos faziam parte também das criações artístico-culturais do Portugal finissecular.

PALAVRAS-CHAVE: Túlia Menor, Tito Lívio, Ovídio, Pintura Histórica, Columbano Bordalo Pinheiro, Veloso Salgado.

ABSTRACT This essay aims to highlight the presence of Roman themes, such as that of Tullia Minor, and its sources, such as Livy and Ovid, in 19th century Portuguese culture, namely in painting. Through the works that Columbano Bordalo Pinheiro and Veloso Salgado presented within their application to the position of Professor of Historical Painting at the Royal Academy of Fine Arts of Lisbon, in 1897, it is proven that Roman themes were also part of the artistic and cultural creations of late 19th century Portugal.

KEYWORDS: Tullia Minor, Livy, Ovid, Historical Painting, Columbano Bordalo Pinheiro, Veloso.

1. TÚLIA ENTRE AS MULHERES LIVIANAS

Túlia Menor é uma das poucas mulheres que Tito Lívio recorda em *Ab Vrbe condita* (1.46; 48; 59.12). Vários autores salientaram já que as mulheres

¹ Estudo financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017) do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra; UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020 do Centro de História da Universidade de Lisboa; e UIDB/00019/2020 e UIDP/00019/2020 do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa. Cumpre-nos ainda agradecer à Senhora Diretora do Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, Doutora Emília Ferreira; às Dra. Alexandra Encarnação e Dra. Tânia Olim, do Arquivo de Documentação Fotográfica da DGPC; e ao Dr. Nuno Prates, conservador da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, a cedência de permissões e reproduções das figuras usadas neste estudo.

não são uma prioridade na historiografia liviana. Mas isso não significa que elas não sejam para o historiador romano um assunto historiográfico e, apesar de não abundarem, as figuras e os retratos femininos marcam presença, concentrando-se sobretudo nos livros I e II, os da fundação e das primeiras narrativas sobre o *caput orbis*. Lívio refere especificamente o papel das mulheres, ou o protagonismo delas, em 21 episódios da sua obra historiográfica. Ora, nove desses episódios concentram-se nos dois primeiros livros. Em contrapartida, nos restantes 33 livros, as mulheres têm um papel de destaque em apenas cinco momentos². Recentemente, P. Keegan reuniu e analisou esses episódios livianos num estudo único, o que nos permite uma percepção mais concreta e objectiva da relevância dos papéis femininos na obra do autor latino³. O livro de Keegan veio confirmar que Tito Lívio não só é um grande historiador como um exímio criador de imagens femininas, ainda que em parco número, devendo-se a ele parte significativa de representações paradigmáticas da mulher romana. Dizemos mais: Tito Lívio é o criador de retratos de mulheres romanas que se instalaram de modo definitivo na tradição e imaginário ocidentais e que se tornaram símbolos da Roma Antiga. Referimo-nos a figuras como Hersília (Liv. 1.11), Tarpeia (1.11), Horácia (Liv. 1.26), Tanaquil (Liv. 1.34; 39-41; 47), Túlia Menor (Liv. 1.46; 48; 59.12), Lucrecia (Liv. 1.57-60), Clélia (2.13) e Virgínia (Liv. 3.44-49)⁴.

Com efeito, as mulheres livianas são marcantes, em termos de memória histórica. O *ethos* com que Lívio as define tem uma força tal que faz delas presenças incontornáveis da sua historiografia. Seria difícil recordar a introdução da dinastia tarquínia em Roma sem o papel ativo de Tanaquil; o heroísmo feminino romano tem o nome de Clélia; em termos de narrativa historiográfica, o que provoca a mudança de regime político em Roma (de monarquia para república) é o episódio centrado em Lucrecia; Virgínia está na origem de parte significativa do Direito romano; e a perfídia feminina também não se fez ausente no carácter daquela que é uma espécie de primeira Lady MacBeth da cultura ocidental e que leva o nome de Túlia Menor⁵.

Apesar de ser uma figura eminentemente negativa, ou talvez por isso, Túlia Menor constitui uma das presenças femininas mais importantes nos *Ab Vrbe condita libri*. Como tentámos demonstrar num outro foro, Túlia é mesmo usada como um paradigma de negatividade ou anti-modelo de identidade da matrona romana ideal, especialmente funcional no período augustano, o da produção

² Smethurst 1950: 80.

³ Keegan 2021.

⁴ Sobre o papel das mulheres na obra de Lívio, vide ainda Haouachi 2016.

⁵ Sobre a relação de Lady MacBeth com Túlia Menor, vide Godshalk 1965.

liviana⁶. Por conseguinte, Túlia Menor acaba por se constituir personagem fundamental da galeria historiográfica de Tito Lívio.

Segundo o historiador romano, na sequência dos acontecimentos que o levaram a tornar-se rei de Roma, Sérvio Túlio uniu em casamento dois jovens príncipes da casa Tarquínia, Lúcio e Arrunte (eventualmente netos de Tarquínio Prisco e de Tanaquil⁷), às suas próprias filhas, Túlia Maior e Túlia Menor (Liv. 1.42.1). No entanto, não tendo sido entronizado de acordo com o costume (Liv. 1.41-42; 1.48.10), Sérvio Túlio começou a ser alvo da censura política de um dos próprios genros, o jovem Lúcio Tarquínio. Este, por um lado, procurou apoio entre os senadores; e, por outro, deixou-se influenciar pela impetuosidade política da sua então mulher, a filha mais nova do próprio Sérvio Túlio, (Liv. 1.46.2-3).

Na verdade, Lúcio Tarquínio começou por se casar com Túlia Maior, a filha mais velha de Sérvio Túlio, a qual evidenciava uma passividade política que, no espírito romano, seria própria das mulheres (Liv. 1.47.6), adequada a um romano politicamente interventivo e ambicioso, como era o seu marido. Por sua vez, Túlia Menor, casada com Arrunte, invejava a irmã, pelo marido que lhe coubera em sorte, e admirava o cunhado, pelo fulgor político que revelava (Liv. 1.47.5-9). A esta Túlia, Tito Lívio chama *ferox* (“fogosa, indomável, intrépida, corajosa, orgulhosa, altiva, ousada”), não sendo o adjectivo por certo estranho às atitudes e agência política da filha do rei (cf. Liv. 1.46.6).

Lívio relata o clima de conspiração que se teria então criado entre Lúcio Tarquínio e Túlia Menor e que culmina na união de ambos, na sequência da morte desejada dos respetivos cônjuges (Liv. 1.46.7-9). Pouco, no texto de Lívio, permite afirmar de modo explícito que Lúcio Tarquínio ou Túlia Menor tivessem estado directamente envolvidos na morte dos seus mulher e marido. Mas também não podemos negar que o historiador cria ambiente suficiente para que disso o seu leitor/auditor suspeite (Liv. 1.47.8-9), transformando Túlia Menor em duplamente homicida ou, mais especificamente, fraticida e sororicida, pela morte do cunhado e da própria irmã. Esta ideia é reforçada poucas linhas abaixo, quando, ao se referir às ameaças que começaram a cair sobre Sérvio Túlio, Lívio afirma *iam enim ab scelere ad aliud spectare mulier scelus* (“Já, na verdade, a mulher se voltava de um crime para outro crime.” 1.47.1, trad. P. F.

⁶ Rodrigues 2022.

⁷ Na verdade, Liv. 1.46.4 expressa dúvidas quanto à relação de parentesco de Lúcio Tarquínio com Tarquínio Prisco, dizendo desconhecer se seria filho se neto do rei. Ainda assim, Lívio considera mais provável que fosse filho. Dionísio de Halicarnasso di-lo neto (4.6-7). Fábio Pictor, que é a fonte conhecida mais antiga, tinha-o também como filho (frg. 11 Peter). Cf. ainda Liv. 1.48.2.

Alberto)⁸. Neste passo, o historiador é particularmente revelador das funções que Túlia Menor repudiava, mas que deveria assumir enquanto romana e princesa da casa real. Diz ainda Lívio:

non sibi defuisse cui nupta diceretur, nec cum quo tacita seruiret; defuisse qui se regno dignum putaret, qui meminisset se esse Prisci Tarquini filium, qui habere quam sperare regnum mallet.

Não era de um marido que tinha falta, nem com quem em silêncio passasse a vida como serva. Tinha sim falta de alguém que julgasse ser ele próprio digno do poder real, que se lembrasse de que era filho de Tarquínio Prisco, que preferisse possuir o poder do que esperar por ele.⁹

Isto é, em vez de assumir uma passividade doméstica própria do seu estatuto de mulher, de matrona, Túlia Menor era demasiado ativa em termos políticos e públicos e por isso rejeitável enquanto modelo de feminilidade. A esse intervencionismo político não se podem deixar de associar práticas ainda mais reprováveis, como são os crimes de homicídio contra a própria família e o próprio sangue. No retrato de Túlia, estes são o corolário de uma representação negativa e indesejável como modelo de identidade positiva, funcionando em alternativa como o oposto disso.

Não deixa mesmo de ser paradoxal que, por um lado, Túlia atormente o marido com o que Tito Lívio classifica de *muliebris furia* (“fúria feminina”, 1.47.7) e com argumentos que assentam no facto de ele ser descendente de um rei, Tarquínio Prisco, o que justifica a exigência que a mulher dele faz, a respeito da reivindicação da condição régia do pai. Mas, por outro lado, Túlia é a mulher que não hesita em passar por cima do cadáver do seu próprio pai (Liv. 1.48.7; 1.59.10).

É ainda de recordar a insinuação que Lívio faz acerca do então considerado muito provável envolvimento da princesa no regicídio na pessoa de Sêrvio Túlio (1.48.5). Lívio retira-a então daquele que deveria ser o seu espaço natural como matrona romana, o doméstico, e introduz-la no espaço público, usufruindo do *carpentum*, carro coberto usado por matronas de estatuto especial e em ocasiões específicas¹⁰, tomando a iniciativa de proclamar o marido rei, perante os homens presentes (1.48.5). Muito claramente, Túlia Menor usurpa uma função que não lhe pertence.

⁸ Já D.C. 2.1 e Ov., *Fast.* 6.601-20 referem explicitamente o envolvimento dos dois cunhados na morte dos respetivos cônjuges.

⁹ Liv. 1.47.2, trad. P. F. Alberto.

¹⁰ Sobre o *carpentum* e sua relação com as mulheres, vide Latham 2016: 118-21.

Mas o momento em que Túlia não hesita em passar com o carro por cima do cadáver ensanguentado do pai é talvez o mais importante neste retrato, quer pelo simbolismo que evoca, quer pelas conotações religiosas que implica¹¹. Relativamente a estas, o próprio Lívio é explícito, ao referir, de modo intencionalmente patético, que Túlia era no momento perseguida pelas Fúrias da irmã e do marido (o que também implica a participação da filha mais nova de Sêrvio Túlio no homicídio de ambos os familiares), que dela se tinham apoderado e a enlouqueceram ao ponto de desrespeitar o corpo do próprio pai. Lívio associa-a assim ao nefando crime de *parricidium* (Liv. 1.48.7; cf. 1.60.13). Recorde-se que as Fúrias são as entidades romanas, equivalentes às Erínias gregas, encarregadas de vingar os crimes de sangue perpetrados pelo membro de uma mesma família. Esta era uma concepção religiosa intrínseca ao pensamento romano (cf. Cic. *Nat. deorum* 3.18.46). Por outro lado, o simbolismo do episódio ganha conotações político-culturais ainda mais significativas: o desrespeito de Túlia pelo corpo do pai funciona como a antítese de uma acção como a de Eneias, quando se recusa a deixar Tróia sem levar consigo, carregando-o às costas, o próprio pai, incapacitado de andar, convocando-se assim valores romanos essenciais como o *mos maiorum* e a *pietas*. Note-se como o historiador descreve o momento, frisando a importância do lugar de memória e respectiva etiologia na Roma Antiga¹²:

[...] *cum se domum reciperet peruenissetque ad summum Cyprium uicum, ubi Dianium nuper fuit, flectenti carpentum dextra in Vrbium cliuum ut in collem Esquiliarum eueheretur, restitit pauidus atque inhibuit freno is qui iumenta agebat iacentemque dominae Seruium trucidatum ostendit. Foedum inhumanumque inde traditur scelus monumentoque locus est – Sceleratum uicum uocant – quo amens, agitantibus furiis sororis ac uiri, Tullia per patris corpus carpentum egisse fertur, partemque sanguinis ac caedis paternae cruento uehiculo, contaminata ipsa respersaque, tulisse ad penates suos uirique sui.*

[...] quando se recolhia a casa e estava já a chegar ao cimo da Rua Cípria, onde outrora havia um templo de Diana, ao virar a carruagem à direita para a rua Úrbia que a levaria até à colina do Esquilino, o cocheiro estacou aterrado. Puxando as rédeas, apontou à sua senhora o corpo trucidado de Sêrvio jazendo no chão. É daqui que se conta um medonho e desumano crime, e o local evoca-o: chamam-lhe a Rua do Crime. Nele, diz-se que Túlia, fora de si,

¹¹ O episódio mereceu igualmente a atenção de Ov., *Fast.* 6.601-610. Como refere Matthes (2000: 35), o poder das mulheres romanas é mais significativo por aquilo que elas representam ou simbolizam do que pelo que elas são de facto.

¹² A quantidade de pormenores topográficos fornecida por Lívio deverá ter a função de associar o acontecimento a um lugar e desse modo criar uma memória que deveria funcionar como se fosse um *genius loci*.

perseguida pelas Fúrias da irmã e do marido, fez o carro passar sobre o corpo do pai. E no veículo ensanguentado trouxe sangue do pai assassinado, ficando ela própria também manchada e contaminada, junto dos seus penates e dos do seu esposo, pela cólera dos quais desfecho semelhante em breve se seguiria ao péssimo início do reinado.¹³

Neste sentido, Túlia Menor representa o repúdio por valores essenciais da romanidade, constituindo-se *uxor mala*¹⁴, uma antirromana e um modelo nos antípodas de Lucrecia, por exemplo. O facto de Ovídio lhe ter dedicado também alguns versos nos *Fastos*, em que predomina a mesma filosofia, confirma-o (*Fast.* 6.601-610). A importância do episódio é tal que, segundo Tito Lívio, os Romanos o teriam perpetuado no nome que deram à rua onde tudo aconteceu: *Sceleratus uicus* (Liv. 1.48.7). A etiologia do nome da artéria funciona assim como memorial de um ato censurável e que não deveria ser repetido por nenhuma romana.

Perante estes dados, podemos afirmar que, de acordo com a narrativa de Lívio – que deverá representar uma concepção inerente à época augustana – a figura de Túlia Menor funciona como a negação ou antinomia de várias das ideias morais e cívicas que na mesma narrativa Lucrecia representa. Recorde-se, por isso, uma vez mais, a pertinência de o episódio da matrona exemplar ser inserido no contexto do domínio romano dos Tarquínios, sendo o agressor de Lucrecia um familiar próximo de Lúcio Tarquínio e de Túlia Menor. Por conseguinte, e se Lucrecia passa por ser um símbolo da própria Roma, Túlia é um símbolo de tudo o que Roma não deve ser em termos ideais.

Túlia é, para o imaginário romano, a negação: da *fides*, pela deslealdade que manifesta para com o seu rei (é antes mulher de *perfidia*)¹⁵; da *pietas* e do *mos maiorum*, pelo desrespeito que mostra para com o pai (Túlia é, aliás, *impia*); da *gloria*, pelo desprezo público que suscita; da *uirtus* e da *honor*, pela negação da *modestia*, da *continentia* e da *honestas*; da *grauitas*, por interferir publicamente no foro do masculino a que não pertence; da *auctoritas*, porque a ostenta, sendo que esta deve ser um valor essencialmente masculino; da *clementia*, que recusa à irmã e ao cunhado; da *concordia*, pela desunião que promove no seio da própria família e do Estado; da *libertas*, por favorecer a acessão de um tirano ao poder; do *otium cum dignitate*, por parecer preferir a agitação da vida pública à tranquilidade da vida doméstica; do *labor*, que parece desconsiderar como atividade honesta; da *sapientia* e da *humanitas*, por promover a violência ao invés de a rejeitar. Em suma, Túlia é a negação da *res publica* romana, é um

¹³ Liv. 1.48.7, trad. P. F. Alberto.

¹⁴ Rodrigues 2005: 80.

¹⁵ Marques 2007: 77-9.

modelo de *superbia*¹⁶ e, por isso, matriz negativa ou anti-modelo de identidade feminina em Roma.

Será, assim, pertinente relembrar as raízes não romanas de Túlia Menor, pois acabam por mitigar o impacto negativo que uma personagem como esta poderá eventualmente ter na concepção da História de Roma. Efetivamente, Tito Lívio, tal como Dionísio de Halicarnasso, referem que Sêrvio Túlio era filho de um homem com o mesmo nome e de uma mulher (Ocrísia, segundo Dionísio de Halicarnasso), membros da nobreza de Cornículo (Liv. 1.39.5-6; D. H. 4.1-2; cf. Ov. *Fast.* 6.627-630). Embora fosse uma cidade do Lácio, Cornículo era uma outra comunidade, diferente de Roma. Assim sendo, por via materna, Túlia era neta de um grego (coríntio) e de uma etrusca e, por via paterna, de latinos não romanos¹⁷.

2. TÚLIA, DE FEMINA POLITICA A FEMINA MALEFICA

É, pois, este o contexto que orienta a caracterização de Túlia Menor na historiografia de Tito Lívio, eventualmente a principal fonte da maioria das representações, antigas e modernas, desta matrona romana. Com efeito, o tema de Túlia teve uma receção assinalável na arte europeia, sobretudo do Barroco ao século XIX¹⁸. A título de exemplo, podemos citar alguns casos, pois, durante esse período, foram vários os artistas que a pintaram, sempre como protagonista da cena em que, desrespeitando o próprio sangue, passa com o carro por cima do cadáver do pai. Desses artistas, destacamos pintores franceses, como Michel-François Dandré-Bardon (1735)¹⁹, Jean Bardin (c. 1765)²⁰, François-Guillaume Ménageot (1765)²¹, Théodore Géricault (1808)²²; italianos, como

¹⁶ Como refere Stevenson (2010-2011: 180), a *superbia* é particularmente associada a figuras negativas como Amúlio e Tarquínio-o-Soberbo. Tratámos o conjunto destas questões em Rodrigues 2022.

¹⁷ Uma outra tradição considerava também a origem etrusca de Sêrvio Túlio, *Oratio Claudii* ILS 212. Sobre as várias tradições acerca da origem de Sêrvio Túlio, vide Alberto 1999: 146-7, n. 234. Vide também Cornell 2008: 131-2.

¹⁸ Embora com menos impacto, o tema de Túlia Menor foi também dramaticamente tratado, como atesta o caso de *La Tullia*, tragédia do italiano Lodovico Martelli, de 1533.

¹⁹ Esta obra foi a prova que garantiu a Dandré-Bardon a oportunidade de ingressar na *Académie Royal de Peinture et de Sculpture*, em Paris. O quadro encontra-se hoje no Museu Fabre, em Montpellier (<https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Dandr%C3%A9-Bardon-Tullie.JPG>).

²⁰ Obra exposta no *Landesmuseum Mainz*, na Alemanha (https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bardin_Tullia.jpg).

²¹ Pintura que se conserva no Museu de Belas Artes de Nancy, França (<https://www.wikidata.org/wiki/Q59555841>).

²² Obra que integra coleção privada, em leilão (<https://www.dorotheum.com/en/1/6928567/>, consultado a 29 de maio de 2022).

Giuseppe Bartolomeo Chiari (1687)²³; holandeses, como Johannes Lingelbach (1664)²⁴; espanhóis, como Antonio González Velázquez (1788)²⁵; e alemães, como Ernst Hildebrand (1885-1887)²⁶. Foi também tema de desenhos e estampas que, sobretudo no século XIX, ilustravam edições de Tito Lívio ou antologias que reuniam textos sobre a Roma Antiga. Um dos nomes a citar nesta categoria é o do italiano Ciro Ferri²⁷.

Na verdade, reproduzir em pintura cenas extraídas de Tito Lívio era uma prática que remontava, pelo menos, ao Renascimento²⁸. O século XVIII conheceu um entusiasmo renovado com a obra do historiador romano, enquanto fonte de inspiração para artistas europeus, como demonstra o caso de Jacques-Louis David²⁹. Vários dos exemplos antes citados, a propósito da representação do episódio de Túlia Menor, vêm também em apoio desta afirmação. Por conseguinte, reencontrar o autor de *Ab Vrbe condita* como tema de obras de arte oitocentistas não surpreende.

Menos comum é a escolha de temas livianos protagonizados por mulheres. Por norma, os artistas europeus valorizaram outros episódios, como o caso de *Le serment des Horaces* de David confirma. Mas outros exemplos poderiam ser citados, nomeadamente os que aos vários episódios das Guerras Púnicas dizem respeito. Por outro lado, como assinalámos, os temas femininos, apesar de marcantes, não abundam na historiografia liviana e, de todos eles, o de Lucrecia será eventualmente o mais significativo. Com efeito, conhecemos representações do tema de Lucrecia na arte europeia em abundância. Entre essas representações, há inclusive exemplos portugueses, como o *Tarquínio e Lucrecia* de Miguel

²³ Atualmente propriedade do Burghley House Historic Trust (https://en.wikipedia.org/wiki/Tullia_driving_her_Chariot_over_her_Father).

²⁴ O tema foi pintado por Lingelbach pelo menos duas vezes. Um dos quadros pertence a coleção privada, em leilão (<https://www.christies.com/en/lot/lot-4428345>, consultado a 29 de maio de 2022). Sobre o outro exemplar, sabemos menos (<https://www.mutualart.com/Artwork/The-Death-of-Servius-Tullius-with-Tullia/03284279718A0F087086FA3C7B97D34B>).

²⁵ Obra em coleção privada (<http://www.artnet.com/artists/antonio-gonzalez-velazquez/tullia-driving-her-chariot-over-her-fathers-body-VEetjRfB3o4eMTzuY7FbUg2>).

²⁶ Desenho datado de 1885-1887 (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tullia,_Tochter_des_Servius_Tullius.jpeg).

²⁷ Ferri desenhou o tema de Tullia entre 1655 e 1670 e o desenho conserva-se hoje no Museu Metropolitano de Nova Iorque, coleção Robert Lehman (<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/459511>).

²⁸ Sobre a receção de Tito Lívio na Europa renascentista, vide Maréchaux 2015.

²⁹ A título de mero exemplo, recordamos o caso de *Le serment des Horaces*, terminado em 1785, hoje conservado no Museu do Louvre, que se baseia num episódio de Tito Lívio (1.24-6) e que teve uma receção assinalável na cultura ocidental, nomeadamente ao servir de justificação “histórica” para a chamada “saudação romana”, usada pelos fascistas e pelos nacionais-socialistas, alegadamente baseada numa prática romana antiga. Sobre esta questão, vide Winkler 2009.

Ângelo Lupi (fig. 1), mestre que no século XIX pintou o tema, baseando-se na obra homónima de Giovanni Bilivert (1585-1644)³⁰.

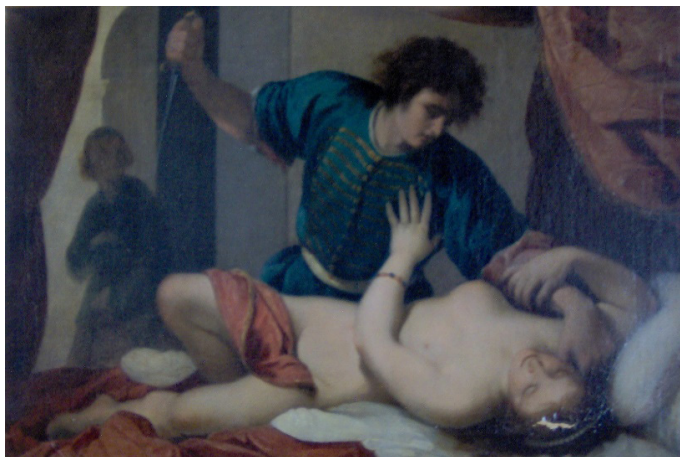


Fig. 1 – “Tarquínio e Lucrecia” de Miguel Ângelo Lupi. Pintura também conhecida como “A morte de Maria Teles”. Século XIX. ©Colecção da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça. N.º INV – CP MA 85.144.

Apesar da parcimónia feminina quer em Lívio quer na receção pictórica da sua historiografia, outras figuras de mulheres lá foram marcando a sua presença na tradição artística europeia e, entre elas, Túlia Menor, como referimos. O facto de, na economia da obra liviana, Túlia Menor não ser uma figura eticamente modelar, antes o oposto, também terá condicionado a sua escolha como tema de pintores, sobretudo os anteriores ao século XIX. Com efeito, nos anos de oitocentos cresce o interesse por figuras femininas que fugiam ao estereótipo da donzela pura, inocente e modelo de comportamento social, ou da mãe extremosa que reproduzia os valores associados à matrona romana ideal da Antiguidade Clássica, ou da mulher vitimizada que, apesar de tudo, persistia nas representações do imaginário ocidental. As últimas décadas do século XIX são também as do interesse pelo arquétipo das mulheres desviantes, a *femme fatale*, tal como P. Bade a definiu no final da década de 70 do século passado³¹.

O gosto pela representação de mulheres poderosas, históricas ou literárias, aumentou no século XIX. É, pois, nesse âmbito que se integra o apa-

³⁰ Peça hoje conservada na coleção da Casa dos Patudos (Alpiarça) e ali também conhecida como *A Morte de Maria Teles*. Sobre as vicissitudes desta obra, identificação do tema incluída, vide Falcão 2007.

³¹ Bade 1979.

recimento e difusão do tema da *femme fatale*. Este tópico, porém, tem um enquadramento específico e emerge num contexto oitocentista, que E. Bornay designa por “puritanismo burguês especialmente sexofóbico”³², o qual se desenvolve no âmbito de uma sociedade que teme o papel emergente e cada vez mais ativo da mulher no trabalho e na vida pública; que desconfia dos movimentos feministas, nomeadamente o das sufragistas; que vê com apreensão o aumento significativo da prostituição, resultante de uma sociedade cada vez mais urbana e que desse modo procura formas de escape a circunstâncias várias, da pobreza à normalização de costumes; que receia a difusão de epidemias venéreas, como a sífilis, directamente relacionadas com a questão anterior; e que acompanha o desenvolvimento de teorias antifeministas que, de certo modo, tentam legitimar e normalizar as reações misóginas e patriarcais instituídas desde a Antiguidade e antes referidas³³. A mulher fatal representa tudo o que de negativo há nisso e ganha forma concreta em figuras histórico-literárias que de certo modo encarnam essas mesmas ideias. As campeãs dessa representação são personagens que radicam na Antiguidade Pré-Clássica e Clássica, como as bíblicas Dalila, Judite e Salomé³⁴ ou Lilite, cuja memória se preserva nas mais antigas tradições judaicas³⁵. A construção dessa misoginia finissecular oitocentista faz-se sobretudo em determinados grupos estéticos, da literatura à pintura, como os simbolistas, mas também na chamada pintura académica, tantas vezes depreciada e relegada para segundo plano pelos críticos de finais de Oitocentos e até do século XX³⁶. O elemento comum a quase todas as representações é a sensualidade que parece dominar as personagens referidas. As construções de Dalila, Judite, Salomé, Lilite são dominadas pelo aspecto físico das figuras das mulheres que lhes emprestam o corpo: cabelos longos, formas voluptuosas, rostos contidos em auras de mistério, nudez sugerida ou prenunciada, de modo a suscitar no espectador o desejo de saber/ver mais. Estas mesmas características preenchem os requi-

³² Bornay 2021: 16.

³³ De entre os autores que difundem essas posições, Bornay (2021: 16) destaca Schopenhauer, Nietzsche, Nordau, Weininger e Lombroso.

³⁴ Apesar de não nomeada no passo bíblico em que aparece (Mc 6.17-29, em que é identificada apenas por “a filha de Herodiade”), a figura da enteada de Herodes Antipas tem sido associada à Salomé referida por Flávio Josefo: a filha de Herodiade que se casou com Filipe (AJ 18.136).

³⁵ Sobre Dalila neste contexto, vide e.g. Blyth 2017; sobre Judite e Salomé, vide e.g. Dijkstra 1986 e Morão 2001; sobre Lilite, vide Hurwitz 1992. No século XIX, Lilite também é por vezes associada a outras figuras próximo-orientais, como Salambô (personagem recriada no âmbito da cultura fenício-cartaginesa, a partir do romance homónimo de G. Flaubert, 1862) e Ishtar, a deusa babilónica. Vide Dijkstra 1986, 308-9.

³⁶ Sobre esta questão, vide Bornay 2021, 17. Vide ainda sobre este tema Dijkstra 1986. Não raramente, estas mulheres são também símbolos do Outro, em particular do Oriental. Vide Saïd 2003: 180.

sitos para uma feminilidade vista como uma ameaça, que referimos acima e que em grande medida contextualizam a tal misoginia de *fin-de-siècle*. De certo modo, uma outra pintura portuguesa de fim de século, de José de Brito (1895), parece traduzir de modo crítico mais ou menos consciente e sob a capa de um tema ao gosto histórico da época essa relação com o feminino e o que o tema representa na época. Referimo-nos à pintura conhecida como *Mártir do Fanatismo*, que integra atualmente a coleção do Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, na qual se representa uma vítima da Inquisição às mãos dos seus algozes (fig. 2). Nesta pintura, uma mulher nua e de corpo luminoso contrasta com a escuridão em que os clérigos inquisitoriais se encontram enquanto a entregam a cruéis sevícias. A composição parece evocar também o terror masculino que de algum modo tenta controlar a ameaça que o corpo feminino representa para o seu poder e integridade social. Por sua vez, a rapariga, na sua luminosidade, evoca os mártires do cristianismo antigo na arena romana, esboçados na parede atrás dela, identificando-se assim também com modelos da Antiguidade Clássica.



Fig. 2 – “Mártir do fanatismo” de José de Brito. 1895. ©Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado. N.º IFN 20760. Fotografia de José Pessoa (2000). Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

E Túlia Menor, como se relaciona com estas reflexões? Efetivamente, a *femme fatale* não foi a única mulher poderosa a suscitar o interesse de poetas, romancistas, dramaturgos e pintores. Há um outro tipo de mulheres, que não sendo propriamente fatais, ou apenas ou “meramente” fatais, que merece particular atenção dos génios criadores – ou recriadores – oitocentistas, das bíblicas Jezabel e Atália à grega Cleópatra VII e à escocesa Lady MacBeth. Estas são figuras que ultrapassam os limites impostos à *femme fatale*, pois não arruinam os homens gratuitamente, por um mero capricho erótico. Elas são sobretudo definidas pelo seu amor ao poder. Traidoras ao que deve ser o género a que pertencem na perspectiva patriarcal que as dá a conhecer, elas enquadram-se melhor sob o epíteto de *femina perfida*.

Com efeito, a figura romana de Túlia Menor traduz uma ideia de feminilidade que não se enquadra nos modelos desejáveis: da virgem, da mãe, da boa esposa, da vítima inocente. Como Lívio a definiu, Túlia é *ferox*, no sentido de feroz, indomada, selvagem, corajosa, mas não necessariamente no bom sentido da velha *virtus* romana. Túlia é sobretudo pérfida. Na sua história também não há elementos suficientes para fazer dela um modelo de sensualidade ou de erotismo. Com efeito, apesar de a parte significativa do argumento que a sustenta na historiografia liviana girar em torno dos seus casamentos, um primeiro falhado e um segundo concretizado sobretudo por razões políticas, falta no texto aura erótica (aura essa que está presente nas narrativas sobre Dalila, Judite, Salomé e até Lilite), que viesse depois a desenvolver-se na construção de uma Túlia *fatale*. Com efeito, a fatalidade associada às figuras que encarnam a *femme fatale* de fim de século origina-se também no efeito que elas têm em figuras masculinas pertencentes ao mesmo *corpus* de que são recolhidas: Sansão, no caso de Dalila; Holofernes, no caso de Judite; João Baptista, no caso de Salomé; Adão, no caso de Lilite. Estas mulheres revelam-se fatais para os homens que atravessam os seus caminhos. Com a exceção de Adão (uma vez que a tradição judaica conta que Lilite foi rejeitada antes que tivesse oportunidade de destruir o seu parceiro masculino), todas elas levam os respetivos parceiros ao abismo e à destruição. Nesta perspectiva, a maioria destas mulheres representa o Mal³⁷.

Não é isso que se passa com Túlia Menor, ainda que Lívio sugira que ela teria estado envolvida na morte do primeiro marido (1.47). Havendo sangue

³⁷ Usamos o substantivo “maioria” de modo a salvaguardar o caso de Judite. Com efeito, Judite passa por ser uma metáfora de Israel e dos Judeus, no contexto original em que é construída, pelo que, independentemente dos sentidos da sua receção e ao contrário de Dalila ou Salomé, esta personagem não tem necessariamente um simbolismo negativo no quadro cultural em que emerge. Não obstante, foi figura particularmente tratada na pintura ocidental, mais como mulher fatal do que como heroína nacional. Vide e.g. Ramos 2005.

nas mãos de Túlia, ele pouco ou nada tem de passional ou de romântico, pelo menos na fonte que recebemos da Antiguidade. Este fator esvazia, em parte, a figura de Túlia enquanto candidata a *femme fatale* finissecular. Mas ainda assim, Túlia não deixa de ser uma mulher com uma agência política assinalável, independentemente do lado da História em que se encontra e, muito provavelmente, foi essa mesma agência que lhe valeu algum protagonismo na receção do tema na cultura europeia. Na Antiguidade, Túlia é sobretudo a indesejável *femina politica*. Na posteridade, a filha de Sérvio Túlio é sobretudo a censurável *femina perfida et malefica*, representa o mal encarnado no feminino e, por isso também, uma espécie de *femme fatale* alternativa. Mas o século XIX também soube olhar para ela. Esse foi o caso dos portugueses Columbano Bordalo Pinheiro e Veloso Salgado.

3. A TÚLIA DE COLUMBANO

Em 1897, abriu concurso para Professor de *Pintura Histórica*, na Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, para substituir o aposentado José Ferreira Chaves. Este havia ocupado essa cadeira depois de Miguel Ângelo Lupi, que a regera desde 1867 até à sua morte, em 1883. A concurso, apresentaram-se os pintores Ernesto Condeixa, Veloso Salgado, João Galhardo e Columbano Bordalo Pinheiro. O júri foi constituído pelo pintor Luciano Freire e pelos escultores Simões de Almeida e Alberto Nunes. Segundo as fontes disponíveis, os candidatos apresentaram-se a concurso com várias provas, entre elas quadros por si pintados, como expectável, mas cujo tema havia sido sorteado³⁸. O sorteio ditou um tópico da História da Roma Antiga, *Túlia passando sobre o cadáver do pai*. Como vimos, o tema não era absolutamente original na pintura europeia e a fonte que lhe subjazia era muito provavelmente a obra de Tito Lívio e, eventualmente, a de Ovídio³⁹.

Há que notar que Columbano não ganhou este concurso. Aliás, ficou em último lugar, tendo a cadeira sido entregue a Veloso Salgado, que já a regia interinamente desde 1895⁴⁰. Columbano ainda recorreu e, ao que parece, teve até apoio régio na contestação que fez do resultado, além do de nomes sonan-

³⁸ Sobre estas questões, vide Elias 2011: 113. Uma das fontes citada pela autora é o *Diário Popular* de 24 de Março de 1897: 1. Outra das provas apresentadas pelos candidatos foi uma tese sobre “Pintura de História na Península no século XIX”. Vide Elias 2011: 113-4.

³⁹ *Fast.* 6.627-630. Não esqueçamos que o tema é igualmente tratado por Dionísio de Halicarnasso (4.39.4), todavia, a importância e receção deste historiador na cultura ocidental não tem comparação com a que se verifica relativamente a Tito Lívio ou até mesmo a Ovídio. Desde logo, há que referir que as obras de Lívio e de Ovídio estão escritas em latim, enquanto a de Dionísio foi composta em grego, o que as condicionou significativamente em termos de receção.

⁴⁰ Gouveia 2020: 9, 11.

tes no meio cultural português da época (Carlos Reis, Monteiro Ramalho, Rafael Bordalo Pinheiro, Henrique Lopes de Mendonça e Júlio Dantas), mas a contestação ter-lhe-á valido de pouco⁴¹. O cargo de Professor de Pintura Histórica na Academia Real de Belas-Artes de Lisboa só lhe viria a ser atribuído no final do ano de 1901, quando Columbano tinha já uma carreira artística assinalável⁴². Aliás, nesse mesmo ano, o pintor recebeu uma encomenda para o então Museu da Artilharia, pela qual ficava encarregado de pintar dez quadros que decorariam duas salas do referido museu e que deveriam ser inspirados n’*Os Lusíadas*. As vicissitudes associadas a tal empresa foram várias e Columbano acabou por pintar apenas quatro dos dez quadros inicialmente encomendados (um por cada canto do poema)⁴³. Mas importa assinalar que as obras do Museu de Artilharia, tratando temas da História de Portugal e da Cultura Portuguesa, mas também da Cultura Clássica – como mostra o caso do *Concílio dos Deuses* (fig. 3), ainda que tratado no âmbito de *Os Lusíadas* – foram posteriores à sua *Túlia*⁴⁴.

Apesar do desaire no concurso para a docência, os documentos da época revelam que a desilusão ou rejeição da pintura romana de Columbano não foi absoluta. Com efeito, como demonstrou M. Elias, foram várias as vozes que falaram em favor da obra. No *Diário Popular*, o quadro foi classificado como de “concepção bela e grande”, “o único que logrou apossar-se da expressão trágica do assumpto”⁴⁵. Eventualmente guiados pela crítica publicada em 1897, alguns investigadores persistiram em aplicar o adjectivo “trágico” à *Túlia* de Columbano. Parece-nos, contudo, que o recurso a esse termo, para analisar uma obra de arte de tema clássico, coloca, como veremos, alguns problemas teóricos.

⁴¹ Sobre esta questão e fontes que a tratam, Elias 2011: 114-5. Uma das alegações que Columbano apresentou, em vão, terá sido o facto de Veloso Salgado, que ficou em primeiro lugar, ter feito alterações entre o estudo apresentado e a tela final com a composição de *Túlia Menor*. Gouveia 2020: 11.

⁴² Elias 2011: 124.

⁴³ As pinturas de Columbano no Museu (hoje) Militar são: *O concílio dos deuses* (1904), *As Nereides ajudam os navegadores portugueses* (1902), *A morte de Inês de Castro* (1902) e *O Velho do Restelo* (1901).

⁴⁴ Esta observação prende-se com o facto de, aquando da apresentação da *Túlia*, uma das críticas feitas ao concurso em que Columbano apresentou o quadro ter sido de Fialho de Almeida, que se lhe referiu como “mascarada vergonhosa” e ao júri como “chéchés decretando pontos de historia romana, num paiz com três grandes seculos d’epopeia por pintar”. Num outro lugar, Ribeiro Artur referiu-se ao assunto clássico como “pedantismo”. Recorremos e citamos uma vez mais as referências incluídas no estudo de Elias (2011: 460), que estudou o processo.

⁴⁵ Elias 2011: 460.



Fig. 3 – “Concílio dos Deuses. Estudo” de Columbano Bordalo Pinheiro. 1904. ©Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves. N.º CMAG 951 (SIC 371). Fotografia de José Pessoa (2002). Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF). Versão definitiva conservada no Museu Militar, Lisboa.

A tela de Columbano é dominada por cores escuras, oscilando entre os cinzas e os tons terra (fig. 4). Nela, vemos uma mulher sobre uma *biga*, que é conduzida por um jovem auriga. Este aponta para um cadáver caído no chão, prestes a ser pisado pelas rodas da *biga*, depois de os dois cavalos, assustados com tal acção, já terem passado por ele. A reacção dos animais contrasta com a impassividade da mulher. O rapaz parece indicar-lhe que o corpo do homem é o do pai dela, tal como acontece nos textos antigos, nomeadamente em Tito Lívio (1.48.7) e em Ovídio (6.601-20). Notemos, aliás, que a fortuna de Ovídio enquanto autor clássico na cultura ocidental nos leva a salientar também a hipótese de o poeta augustano ter sido outras das fontes usadas por Columbano para a composição da sua Túlia. Com efeito, leiamos o que diz o poeta nos *Fastos*:

*ipse sub Esquiliis, ubi erat sua regia, caesus
 concidit in dura sanguinolentus humo,
 filia carpento patrios initura penates
 ibat per medias alta feroxque vias.
 corpus ut aspexit, lacrimis auriga profusus
 restitit, hunc tali corripit illa sono:
 “uadis, an expectas pretium pietatis amarum?”*

*duc, inquam, invitas ipsa per ora rotas.”
certa fides facti: dictus Sceleratus ab illa
uicus, et aeterna res ea pressa nota.*

Sob o Esquilino, onde era o palácio, cai
ensanguentado sobre o duro chão.
À casa dos deuses paternos, ia a filha
num carro, feroz e altiva, pelas ruas.
O auriga, ao ver o corpo,
pára e derrama abundantes lágrimas;
mas logo ela lhe diz:
“Continuas ou esperas a recompensa da tua amarga lealdade?
Ordeno-te que passes com as tuas rodas por cima do rosto dele!”
Prova inequívoca deste facto:
aquela rua passou por isto a chamar-se Profanada,
e eterna é a fama com que tal acção ficou marcada.⁴⁶



Fig. 4 – “Túlia” de Columbano Bordalo Pinheiro. 1897. ©Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado. N.º 642. Fotografia de Arnaldo Soares (1994). Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

⁴⁶ Ov., *Fast.* 601-10, trad. M. M. Gouvêa Jr.

Cumpre-nos recordar que Ovídio era um autor suficientemente conhecido e importante para as elites culturais europeias para que o consideremos um sério candidato a ser uma fonte em que o pintor se terá baseado para reconstituir a cena na sua obra⁴⁷. Em Portugal, conhecemos pelo menos uma tradução oitocentista dos *Fastos* de Ovídio que prova que a obra do poeta augustano era relativamente acessível ao leitor português que não dominasse o latim⁴⁸. Mas há um aspecto na pintura de Columbano que nos leva a crer que a sua fonte de base terá sido não o texto de Ovídio (independentemente de o ter conhecido ou não), mas sim o de Tito Lívio. Com efeito, recordamos que também a obra do historiador estava, no tempo de Columbano, já em parte vertida para português⁴⁹. Lívio afirma que tudo aconteceu

*a quo facessere iussa ex tanto tumultu cum se domum reciperet
peruenissetque ad summum Cyprium uicium, ubi Dianium nuper fuit,
flectenti carpentum dextra in Urbium cliuum ut in collem Esquiliarum
eueheretur restitit pauidus [...]*

quando se recolhia a casa e estava já a chegar ao cimo da rua Cípria, onde outrora havia um templo de Diana, ao virar a carruagem à direita para a rua Úrbia que a levaria até à colina do Esquilino, o cocheiro estacou aterrado [...]⁵⁰

Entre a quantidade de dados topográficos, cuja função é vincular a narrativa relativa ao passado à realidade do presente definido pelo tempo do próprio historiador, Lívio indica como referência a rua onde “outrora havia um templo de Diana” (*ubi Dianium nuper fuit*). Ora, é uma estrutura arquitetónica, que remete para um templo de matriz e traçado greco-romano, que o espectador

⁴⁷ Ovídio (as *Metamorfoses*, em particular) foi desde sempre fonte de inspiração quer para a literatura quer para as artes plásticas, na Europa. Em Portugal, inspirou e.g. o pintor João Marques de Oliveira a pintar *Céfalo e Prócris*, obra de 1879, hoje conservada no Museu Soares dos Reis (Porto). Vide Rodrigues 2003. Também Adolfo Rodrigues terá pintado em 1892, com base nas *Herod.* 18-19 do mesmo poeta romano, o quadro *Hero e Leandro*, vide *O Occidente* 524, 11 de julho de 1893.

⁴⁸ António Feliciano de Castilho publicou uma tradução dos *Fastos* em 1862: *Os Fastos de Públio Ovídio Nasão*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1862. Sobre as várias traduções portuguesas de Ovídio, em particular as do século XIX, vide Ureña Prieto 2006: 235-47.

⁴⁹ Evidentemente, as edições latinas destes textos terão sempre estado disponíveis para a sociedade do século XIX; a existência de edições portuguesas só reforça o nosso ponto de vista, que intende demonstrar que os textos de Tito Lívio ou de Ovídio eram de acesso relativamente fácil na época de Columbano. De Tito Lívio, ou de pelo menos parte da sua obra, conhecemos várias edições portuguesas oitocentistas, e.g. *História Romana, Livro I* de Tito Lívio, traduzida em português com o texto ao lado por José Victorino Barreto Feio, Hamburgo, Of. de Langhoff, em 1829.

⁵⁰ Liv. 1.48.6. Trad. P. F. Alberto. Sublinhado nosso.

vislumbra como pano de fundo da cena de Túlia em Columbano. Mais do que um mero exercício académico de reproduzir uma forma clássica, parece-nos que a escolha do motivo para dar consistência ao enquadramento da composição é também, senão sobretudo, uma ancoragem no texto latino de Tito Lívio⁵¹. Por escolha do pintor, esse é, aliás, o único motivo que preenche o espaço de fundo da cena e a opção não ficou isenta de críticas, referindo-se “a falta de acabamentos do cenário e sobretudo a falta de rigor histórico”⁵², evocando-se mesmo esses argumentos como razões para uma eventual rejeição da pintura, pois não satisfazia em pleno o tema académico proposto.

Ao contemplarmos a obra de Columbano, porém, perguntamos onde está a alegada falta de rigor histórico? Túlia enverga uma túnica feminina simples, presa nos ombros por pregadeiras e cintada abaixo do peito. Uma *palla* cobre-lhe a cabeça e cai-lhe sobre as costas. No braço direito, usa um bracelete em forma de serpente, o que corresponde a uma tipologia de joalheria romana arqueologicamente atestada. A matrona está vestida de forma simples e de acordo com o conhecemos da iconografia antiga, podendo tanto ser uma figura do tempo de Lívio, no século I, como do fim da República Romana, no final do século VI a.C. O jovem auriga veste uma túnica simples, típica de um servo. Sérvio Túlio, caído no chão, apenas deixa ver o que parece ser uma toga, própria do período clássico (república e alto principado), mas nada havendo em contrário à possibilidade de ser um traje usado no período monárquico. O *carpentum* referido pelos autores antigos foi transformado por Columbano num carro, de tipologia usada em combate e nos *ludi*, ao qual se atrelaram dois cavalos. Nesse ponto, o pintor português foge ao que dizem as fontes, mas não comete nenhum desvio que se possa classificar como “erro histórico”. Das poeiras e esfumaçado em que as figuras são enquadradas, apenas se destaca o edifício de traçado greco-romano, sugerindo-se, como afirmámos, um templo. Perante esta análise, onde está a alegada falta de rigor histórico de que Columbano foi acusado?⁵³

As formas e o traçado que o pintor imprimiu nas figuras fazem justiça ao que o historiador e o poeta romanos da Antiguidade escreveram sobre o episódio. Perante o terror pasmado no rosto do jovem auriga, consonante com a expressão e movimento dos cavalos, Túlia permanece impassível perante o cadáver do pai, revelando-se pronta a dar a ordem que Ovídio tão bem exprimiu.

⁵¹ Elias 2011: 462.

⁵² Elias 2011: 460.

⁵³ As observações de Elias (2011: 462), vão no mesmo sentido: “Esperava-se que uma pintura de História, realizada no âmbito académico, fosse fiel em termos de rigor ao assunto, razão pela qual os artistas teriam de realizar uma aprofundada pesquisa sobre o tema que estavam a trabalhar. Era necessário que dessem detalhe aos pormenores, o que permitiria, em conjunto com o rigor histórico, fazer uma recriação fiel da cena representada”. Até a inclusão do edifício que sugere um templo aponta para esta ideia.

Deste modo, a Túlia de Columbano reúne condições para satisfazer as ideias romanas de *perfidia* e de *impietas*, que são as que talvez melhor caracterizam a personagem nos contextos literários em que aparece. O corpo inerte do rei de Roma oculta o rosto, como que numa tragédia grega, em que a violência é descrita pela palavra e ouvida em vez de iconograficamente exposta. De igual modo, o Sérvio Túlio de Columbano sugere a violência a que foi sujeito, sem a revelar em pleno ao espectador.

Ainda assim, são pertinentes as palavras que J.-A. França usou para comentar esta pintura de Columbano: pouco académica e sobretudo realista, o que terá estado por detrás da decisão do júri em classificar o seu autor em último lugar no concurso⁵⁴. Esse realismo deriva da sugestão de atmosferas criadas por Columbano, em detrimento de representações definidas de cenários que remetessem para os espaços da Urbe antiga. Com efeito, essa era a tendência anterior à dos tempos de Columbano e que se pode verificar nos vários exemplos de representações do episódio de Túlia citados no início deste estudo⁵⁵. Terá sido a falta desses elementos, que exigiam do pintor o domínio das técnicas pictóricas, mas também o conhecimento exímio dos pormenores históricos, da arquitetura aos trajes, que terá provocado o desagrado de muitos dos críticos da época, eventualmente, o do próprio júri do concurso a que Columbano se apresentou. Tendo convivido e apreciado os naturalistas e ele próprio cultivado o realismo, Columbano não deixa de ser historicamente rigoroso, no que à representação dos elementos que convocam o tempo que ali se pretende representado diz respeito. Por conseguinte, a acusação de falta de rigor histórico parece-nos hoje particularmente injusta. Aliás, não só o rigor histórico transparece, como a atenção e quase fidelidade às fontes, pois a composição de Columbano respeita a essência dos textos antigos, nomeadamente os de Tito Lívio e de Ovídio.

Com efeito, parece-nos útil frisar que a composição de Columbano se centra sobretudo nos caracteres, mais do que nas paisagens ou nos fundos de enquadramento que possam constituir cenários em que se apresentem ensaios de desenho e de reproduções de arquitetura fiéis a uma determinada concepção de História. Neste sentido, parece-nos que a tela do pintor português traz alguma inovação relativamente às representações do episódio de Túlia Menor antes conhecidas. São as personagens e o *pathos*, e a ausência dele, a elas associado que parecem interessar ao pintor, primeiro do que tudo. Já aludimos à representação dos cavalos, como animais assustados que reagem à travagem brusca do carro que transporta Túlia e ao cadáver do rei caído no chão. O auriga acompanha as emoções dos animais e, tal como dizem os textos anti-

⁵⁴ França 1990: 279.

⁵⁵ Como nota uma vez mais Elias (2011: 462): “O quadro escapa ao academismo pelo facto de a alusão ao cenário de Roma se resumir a esse templo..., deixando tudo o resto numa névoa justificada pela poeira levantada pelo carro.”

gos, aponta aterrorizado para o corpo inerte do rei morto. Em contraste, Túlia Menor permanece impassível, indiferente, quase estoica (aqui, no entanto, num sentido pouco elogioso para a matrona), imóvel, altiva, insolente e arrogante. O ambiente naturalista e realista, telúrico, também definido pelo cromatismo em que predominam o cinzento e os tons terra, criado por Columbano como pano de fundo da cena contribui, para essa caracterização da matrona romana. Definitivamente, Túlia chama a si toda a *hybris* que justifica uma eventual tragicidade subjacente à representação. Também esse aspecto é intrinsecamente liviano, a quem interessam mais os *ethoi* das suas personagens históricas, do que os enquadramentos e cenários em que elas se movem. É sobretudo pela caracterização dos *ethoi* que o historiador alcança a historiografia patética ou trágica que lhe é própria, não pelos ambientes e cenografias.

Ainda assim, parece-nos que o cenário composto por Columbano é mais dramático do que propriamente trágico⁵⁶, pelo menos na perspectiva antiga, em particular a aristotélica. Esse dramatismo é conseguido graças às opções assumidas pelo pintor na composição da cena: escolha do momento dentro do episódio a ser representado, definição do cenário, seleção das personagens, disposição dos vários elementos⁵⁷. Há, no seu conjunto, uma inegável teatralidade que por certo leva, ou levou, os comentadores de Columbano a falar em “trágico”. Por outro lado, a sobrançeria de Túlia perante o cadáver do pai clama pela insolência que poderá estar na base da tragicidade. Mas, apesar de tudo isso, nada há naquela pintura que possamos classificar de propriamente trágico. Eventualmente, haverá, na sequência da acção de Túlia. Mas isso ainda não é ali visível e não está perceptível para quem desconheça o episódio liviano. O trágico, que se deverá manifestar na figura da filha do rei, está anunciado, mas ainda não concretizado. Nem sequer no corpo inerte de Sérvio Túlio. Só se aperceberá da eventual tragicidade quem conhecer todo o contexto da cena representada.

De igual modo, apesar do ato criminoso de que Sérvio Túlio foi alvo (o rei foi, segundo Tito Lívio, morto pelos enviados de Lúcio Tarquínio, 1.48.3-4), e ainda que o historiador deixe margem para a suspeita da possibilidade de Túlia Menor ter instigado o ato (1.48.5), o que predomina na caracterização da matrona não a ideia de *crimen*⁵⁸, essencialmente jurídica, mas as de *impietas* e de *perfidia*, ambas de natureza religiosa. Em contexto romano, esta distinção faz toda a diferença, uma vez que os últimos dois conceitos dizem respeito ao

⁵⁶ Recuperando opiniões coevas de Columbano, alguns investigadores defendem o carácter trágico da composição, e.g. Elias 2011: 459.

⁵⁷ Concordamos, porém, com Elias (2011: 460), quando a autora diz: “havia qualquer coisa de dramático e fantástico, chegando a dar impressão de terror”. Esse efeito existe na tela de Columbano. Tragicidade não nos parece que haja. A tragicidade implica um processo mais complexo e interiorizado pelas personagens.

⁵⁸ Ideia sugerida e.g. pela análise de Silveira 2007: 210.

espírito religioso dos Romanos e, como tal, às linhas diretoras do seu comportamento sociopolítico. Túlia Menor é uma figura rejeitada na cultura romana precisamente por causa da sua *impietas* e da sua *perfidia*, isto é, da sua negação da *pietas* e da *fides*, que constituíam valores centrais da romanidade. O verdadeiro Romano, tal como a Romana, por definição, é um homem (mulher) de *pietas* e de *fides*. Isto é, acima de tudo, respeita os seus deuses e antepassados, incluindo os familiares mais próximos de si, entre eles pais, filhos e parentes⁵⁹; estabelece uma relação com a sua cidade, que se manifesta em ações de lealdade para com Roma⁶⁰. Ora, Túlia representa os opostos de tudo isso e Columbano parece ter apreendido a essência do seu carácter, tal como entendido pelos antigos Romanos.

4. A TÚLIA DE VELOSO SALGADO

Outro dos quatro candidatos ao concurso para professor da cadeira de *Pintura Histórica* na Academia Real de Belas-Artes de Lisboa em 1897, que acabou por ganhar, foi Veloso Salgado. Formado pela Academia, onde se inscreveu em 1878 como estudante, José Maria Veloso Salgado, pintor português de origem galega, dedicou parte da sua criação artística ao retrato e à pintura de História. São vários os exemplos que podemos citar desta última categoria, como *Vasco da Gama na presença do samorim* (1898), hoje conservado na Sociedade de Geografia de Lisboa⁶¹; *El-Rei D. Dinis administrando a justiça* (1899), conservado no Palácio da Bolsa, na cidade do Porto⁶²; *Aclamação de D. João IV* (1908), que integra a coleção do Museu Militar de Lisboa⁶³; ou *A morte de Catão* (1888), hoje depositado no Museu de Arte Contemporânea – Museu do Chiado. Veloso Salgado pintou este último quadro como prova a apresentar ao concurso para usufruto de pensionato estatal no estrangeiro, tendo sido aceite, como primeiro classificado, na especialidade de Pintura Histórica, em 1888⁶⁴. Assim, também este concurso incluiu temas da História/Cultura Romana. Com efeito, Veloso Salgado pintou o momento da morte de Catão Menor ou Catão de Útica, muito provavelmente com base na biografia desse romano escrita por Plutarco (fig. 5).

Como foi já salientado por alguns investigadores, a composição de Salgado tem a preocupação de passar para a tela elementos iconográficos que

⁵⁹ Sobre a *pietas*, ver e.g. Champeaux 1989: 263-279; Marques 2007: 86-100; Galinsky 1996: 86-88.

⁶⁰ Sobre a *fides* romana, ver e.g. Boyancé 1972; Marques 2007: 72-85.

⁶¹ <https://www.wikidata.org/wiki/Q60253614>.

⁶² <https://www.wikidata.org/wiki/Q60285798>.

⁶³ <https://www.wikidata.org/wiki/Q60293989>.

⁶⁴ Gouveia 2020: 6.

correspondam à ideologia que se pretende transmitir: a exaltação do cidadão virtuoso romano, homem de Estado e defensor dos valores e ideais humanistas da Antiguidade Clássica. Estas eram também características e valores do Homem do pós-Revolução Francesa, igualmente presentes na ideologia liberal e, mais tarde, republicana⁶⁵. Por isso, junto a Marco Pórcio Catão já caído e a agonizar, lá vemos a toga, as armas e o livro, símbolos da cidadania romana⁶⁶. Há que não esquecer que a morte de Catão de Útica passa também por símbolo da agonia da República Romana, em vésperas da constituição do Principado com Augusto.



Fig. 5 – A morte de Catão. 1888. ©Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado. N.º 167. Fotografia de Arnaldo Soares (1993). Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

⁶⁵ Vide e.g. Mossé 1989, esp. 79-88; Verdelho 1981, esp. 53-126.

⁶⁶ Estes elementos são salientados por Silveira, na ficha do MNAC (<http://www.museuar-tecontemporanea.gov.pt/ArtistPieces/view/94>). A autora, porém, confunde, na mesma ficha, dados relativos aos dois Catões. Quem foi censor, defendeu a destruição de Cartago, viveu algum tempo em África e escreveu o *De Agricultura* e sobre gestão agrária foi Catão-o-Censor (234-149 a.C.). Quem foi pretor, apoiante de Pompeio, viveu a Guerra Civil protagonizada por Júlio César e Pompeio e se suicidou foi Catão de Útica (95-46 a.C.).

A *Morte de Catão*, porém, não foi o único quadro que Veloso Salgado dedicou à Antiguidade Clássica. Em 1891, apresentou *Amor e Psique* ao *Salon* de Paris, cidade em que então se encontrava e onde era discípulo de A. Cabanel, F. Cormon e B. Constant (fig. 6).



Fig. 6 – “Amor e Psique” de Veloso Salgado. 1891. ©Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado. N.º 61. Fotografia de Luísa Oliveira (2010). Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

Esta pintura de Veloso Salgado, rica em símbolos e elementos alegóricos, recupera o célebre episódio contado pelo escritor latino Apuleio na obra *Metamorfoses* ou *O Burro de Ouro* (4.28-6.24). Este não era, evidentemente, um tema histórico, mas sim literário (mais do que um mito ou uma lenda, a narrativa de Amor e Psique em Apuleio é essencialmente um conto). Ainda assim, o enquadramento histórico do texto que o narra proporcionava ao pintor o estudo e o trabalho de uma temática da Antiguidade Clássica. A Túlvia de Veloso Salgado não foi assim caso esporádico na carreira do pintor, no que às temáticas da Antiguidade Clássica diz respeito.

Quando comparadas com as de Columbano, as opções de Salgado para compor a sua versão do episódio de Túlia Menor são significativamente distintas. De um modo geral, podemos concluir que, de facto, se trata de uma proposta mais próxima do que à época se esperaria de uma “pintura histórica”, o que terá também justificado o facto de o pintor ter ficado à frente de Columbano. A julgar pelas fontes, porém, as propostas de Salgado e de Columbano terão sido as que mais polémica geraram: a deste, provavelmente, pelo estilo adotado na composição; a daquele, por certo, pelo facto de confirmar oficialmente um cargo que já exercia interinamente havia dois anos⁶⁷.

Quando comparadas, as telas de Salgado e Columbano apresentam diferenças evidentes (fig. 7).



Fig. 7 – “Túlia passando com o carro sobre o cadáver do pai” de Veloso Salgado. 1897. ©Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado. N° IFN 19030TC. Fotografia de José Pessoa (1999). Direção-Geral do Património Cultural / Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

⁶⁷ Gouveia 2020: 11.

Apesar da comunhão do tema, cada uma delas tem uma filosofia estética subjacente claramente díspar. A proposta de Veloso Salgado vem mais na linha das telas que haviam sido produzidas por outros pintores europeus ao longo dos séculos XVIII e XIX. Se a tela de Columbano é sombria e quase monocromática, a condizer com a lugubridade da cena, a de Salgado joga com uma dialética, que permite que se difunda luz e cor, por um lado, e ao mesmo tempo, sombreado, o que desde logo convida o espectador a sentir emoções variadas relativamente ao que vê representado.

Vestida com o que parece ser um *chiton* branco à grega, a Túlia de Veloso Salgado usa sobre os ombros, caído sobre as costas, uma espécie de *himation* encarnado, que a torna o centro da pintura. O cabelo está penteado à maneira grega e ao peito sobressai um colar. Esta Túlia está mais próxima de um figurino grego do que romano. Eventualmente, poder-se-ia argumentar que, sendo de origem etrusca, havia em Túlia Menor raízes gregas também. A radicação do episódio no período monárquico também o aproximava da realidade cultural grega, que nesse período foi intensa sobre a Itália. Mas perguntamo-nos se o pintor português teria consciência dessas subtilidades históricas ou se simplesmente associa a sua matrona romana a uma ideia geral de Antiguidade Clássica que tem nos modelos gregos uma base de identidade coletiva. Assim sendo, quando comparada com a Túlia de Columbano, a de Veloso Salgado cedia mais ao imaginário colectivo do que ao rigor histórico pautado pela informação arqueológico-iconográfica.

Apesar de a profusão de cor predominar em toda a composição, a tela de Salgado divide-se numa zona superior, de luz e que é claramente o foco da acção, protagonizada pela filha de Sérvio Túlio; e uma zona inferior, mais sombria, na qual se percebe o cadáver seminu (regressando-se também assim ao nu clássico, ausente da composição de Columbano) do rei assassinado, prestes a ser espezinhado pelas patas dos cavalos que puxam o carro. O sombrio, obtém-no Salgado pela acumulação de nuvens carregadas e pelas sombras que começam a sobrepor-se aos cidadãos romanos que assistem à cena, prenunciando os tempos menos auspiciosos, que se aproximam com a morte de Sérvio Túlio, para a monarquia romana. Como sabemos, Sérvio Túlio foi o penúltimo rei de Roma, instituindo-se depois a República (em data tradicionalmente apontada como a de 509 a.C.). O jogo de luz e sombra parece vir em auxílio da demonstração dessa ideia.

De pé, sobre o carro, que não é um *carpentum* mas também não é a *biga* de tipo militar ou de corrida que vemos na composição de Columbano (é um veículo que mais sugere um *cabriolet* do século XIX do que qualquer outro meio de transporte que possamos encontrar representado nas fontes romanas antigas), segue Túlia Menor e o auriga que, ao deparar com o corpo do rei morto, se vira para a sua senhora de modo a avisá-la do obstáculo na rua. Túlia ergue-se e ordena ao auriga que continue. Mas esta Túlia assume um carácter

bem distinto da de Columbano. Veloso Salgado pinta-a enfrentando as adversidades, que vêm sobre ela como se fosse o vento que sopra sobre a Vitória de Samotrácia. A posição desta Túlia é de movimento, audácia e vigor político, contrastando com a inércia e impassividade da matrona columbana. Outras figuras parecem estar na base da composição desta Túlia, como a Liberdade pintada por Delacroix em 1830. Mais tarde, em 1913, quando pintar *A Cidade de Lisboa elege a sua primeira vereação*, Salgado marcará essa composição com uma figura feminina, que domina toda a tela pela dinâmica com que assume a liderança do movimento, dirigindo a multidão e chamando-a para o voto. Essa figura feminina, que se inclina para a bandeira encarnada do Sufrágio e que eventualmente é uma alegoria da cidade de Lisboa, parece dever algo à romana Túlia de 1897⁶⁸. Com efeito, a Túlia Menor de Veloso Salgado é sobretudo uma mulher ativa, politicamente interveniente e triunfante, quase épica, “cheirando” e “soando” a alegoria. Neste sentido, talvez esta seja também mais *ferox* do que a matrona de Columbano. Mas a deste é sem dúvida mais impia. A de Salgado é igualmente dramática e impetuosa, mas psicologicamente menos densa, quando comparada com a de Columbano. Também por tudo isso a Túlia de Salgado nos parece menos liviana e menos ovidiana do que a do seu concorrente.

Túlia, o cadáver de Sérvio Túlio e o auriga não são as únicas personagens em cena. Com elas, há cinco outras figuras, quatro masculinas e uma feminina, umas em primeiro plano, outras mais afastadas, que complementam a dinâmica da cena, reagindo contra a impiedade que Túlia está a cometer. Tal como no caso de Columbano, os cavalos tentam evitar espezinhar o corpo de Sérvio Túlio e, desse modo, evitar a profanação que aquele ato ímpio representa para a mentalidade romana, como se a natureza soubesse respeitar melhor as leis dos deuses do que alguns seres humanos. Em fundo, destaca-se um templo jónico, tetrástilo, a fazer recordar o templo de Portuno (também incorretamente conhecido como da Fortuna Viril), no foro Boário, em Roma. Aliás, muito possivelmente, é mesmo esse o edifício ali representado, visto ter sido amplamente reproduzido em pintura e gravuras desde o século XVI⁶⁹. Atrás do templo, que não só preenche e enriquece a cena com elementos clássicos, como vai ao encontro da referência que as fontes fazem ao templo de Diana existente na via onde a acção se passa, acumulam-se conjuntos de outros edifícios que se dispõem em estrutura de cávea teatral a culminar no que se sugere ser o Palatino romano. Assim se transmite a sensação de Urbe em que a cena decorre

⁶⁸ Esta pintura conserva-se no Museu de Lisboa: <http://acervo.museudelisboa.pt/ficha.aspx?id=56651&ns=216000&origem=097170166129071152144175228212038171232116049063018208086238215152255185037225027079066207103104044205132137106092062129182089130010040076128090015183142107009016133033253018117197163060190092055231072131093233028030227011099189205120148032&modo=album>.

⁶⁹ Visentini 1989: 242.

e preenche o requisito essencial ao pintor de História oitocentista e que era a capacidade de representar elementos arquitetónicos que remetessem para a ideia de lugares do passado.

Por fim, na linha do horizonte de Túlia, Veloso Salgado representa a estátua de um canídeo que evidentemente remete para o símbolo maior da Roma Antiga: a *Lupa Capitolina*, bronze datado do século VI a.C. e que durante muito tempo foi associada aos Etruscos. Há que recordar que, apesar de romano, Sérvio Túlio integra-se na dinastia etrusca de Roma⁷⁰. A originalidade de Salgado está em compor a loba dando-lhe “vida”. Pelo menos, é essa a sensação que o espectador tem ao contemplar a posição em que o animal se coloca, de estupefação consonante com os acontecimentos que testemunha. A loba de Salgado, como tantas outras representadas em contexto romano, acaba por simbolizar a própria cidade de Roma, perplexa com a audácia da matrona que tem perante si e que desafia a ordem até então instituída. A inscrição no plinto em que a imagem assenta, ROMA, confirma esta leitura.

CONCLUINDO

Em 1952, Diogo de Macedo escrevia que a pintura que Columbano dedicou ao episódio de Túlia Menor foi “de todas as provas apresentadas, a única que resistiu ao julgamento do tempo, que anulou as demais”⁷¹. Muito provavelmente, o escultor tinha razão. A nosso ver, se não anulou as restantes a concurso no ano de 1897⁷², resistiu sem dúvida ao furor do tempo. Hoje, ao relermos as páginas de Tito Lívio ou os versos de Ovídio e ao contemplarmos a tela de Columbano não podemos deixar de incluir o pintor português entre os que, na cultura ocidental, souberam prestar homenagem à herança clássica que recebemos de Gregos e Romanos. Há que não esquecer que, aparentemente, o tema não foi escolhido por Columbano – ou por Veloso Salgado –, pois as fontes indicam que ele foi sorteado, o que significa que a fixação dos temas a serem pintados naquele ano do fim do século XIX não se deveram exclusivamente ao gosto dos candidatos que se apresentavam ao concurso para reger a cadeira de *Pintura Histórica* da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa. Foi mais do que isso. Muito provavelmente, correspondeu a uma tendência que não era exclusivamente portuguesa, mas sim europeia. Apesar dos protestos dos que

⁷⁰ Como nota Rocha Pereira (2002: 19), a famosa Loba Capitolina, hoje conservada nos Museus Capitolinos, tem sido repetidamente referida como de origem etrusca. Mas, já na segunda metade do século XX, alguns historiadores da arte frisaram não lhe encontrar nada que confirme essa origem.

⁷¹ Macedo 1952: 82; vide também Elias 2011: 461.

⁷² Há que referir que não tivemos acesso às propostas de Ernesto Condeixa e João Galhardo, igualmente apresentadas ao concurso de 1897. Também este aspecto poderá ser evocado como um argumento a favor da afirmação de Macedo.

achavam que a “História Pátria” tinha séculos de acontecimentos para serem imortalizados pela arte portuguesa, a fixação de um tema romano (que aliás era prática comum na época) revela que a cultura portuguesa de finais do século XIX e inícios do século XX se considerava parte integrante e, por certo, herdeira de uma estrutura mais ampla a que chamamos Cultura Clássica. Não nos parece inverosímil que a escolha de um tema como este tivesse como objectivo, também, integrar Portugal numa cultura europeia, entendida como comum, que ia além de uma estritamente cultura nacional.

Ao nível individual, cabe referir a capacidade que Columbano demonstra ter, ao apreender de modo exímio o que as fontes antigas relatam sobre o episódio de Túlia Menor e o desrespeito por ela demonstrado pelo cadáver do pai, Sêrvio Túlio. Este era um tema com alguma receção na cultura europeia desde o século XVI, ainda que não se compare com o êxito de outros igualmente livianos ou ovidianos, como o da violação de Lucrecia. Ainda assim, coube a Columbano Bordalo Pinheiro, e aos seus concorrentes, tratá-lo no âmbito da cultura portuguesa finissecular de Oitocentos e, na nossa perspectiva, fazê-lo de modo genial e exímio, imprimindo-lhe novidade, carácter pessoal, e ao mesmo tempo seguindo as coordenadas deixadas pela herança dos Antigos. Reescrevendo-as através da tela e do pincel, mas não a traindo. De qualquer modo, e ao contrário do que outros investigadores opinaram, não nos parece haver nesta Túlia elementos suficientes para que a adjetivemos de “trágica”. Pelo menos, não há acção suficiente na composição de Columbano para que se defina uma tragicidade aristotélica.

Se Columbano parece ter-se inspirado sobretudo pelo que os textos clássicos dizem acerca de Túlia Menor, o seu concorrente Veloso Salgado optou sobretudo por seguir princípios estéticos que fossem ao encontro do que se esperava ser uma representação pictórica de uma cena alegadamente histórica. Com efeito, no quadro de Salgado, predominam uma tonalidade épica, efeitos cromáticos e composição de personagens que se aproximam de outros exemplos da representação do episódio, nomeadamente a Túlia de Bardin (1765), com a qual parece ter alguma afinidade. Salgado vem assim mais inserido numa tradição pictórica que à época ainda se fazia sentir de forma muito marcada, enquanto Columbano parece anunciar uma rutura estética que se revelaria inevitável. Túlia parece ter sido o meio de referência para esta demarcação de estilos.

Independentemente dos estilos adotados, porém, queremos salientar o facto de um tema da história/lenda romana ter sido o que veio a definir um tão significativo lugar na academia artística portuguesa no final de Oitocentos. Como assinalámos, talvez imbuído de um nacionalismo que via nos temas pátrios matéria mais interessante a ser tratada pelos artistas portugueses do que os vetustos temas greco-romanos, Ribeiro Artur referiu-se-lhe como pedantismo. Mas a escolha do tema de Túlia e a sua presença na polémica em que

se viu envolvido mostra também como, afinal, se estava a manter um carácter intrinsecamente europeu, de comunhão cultural, que, em vez de se distanciar das suas raízes clássicas, as convocava para o presente de então, à semelhança do que acontecia na maioria dos outros estados da Europa.

BIBLIOGRAFIA

- Alberto, P. F. (1999), *Tito Lívio. História da Roma – Ab Vrbe Condita, Livro I*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Bade, P. (1979), *Femme Fatale. Images of evil and fascinating women*. Nova Iorque: Mayflower Books.
- Blyth, C. (2017), *Reimagining Delilah's Afterlives as Femme Fatale. The Lost Seduction*. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing.
- Bornay, E. (2021), *Las hijas de Lilith*. Madrid, Ediciones Cátedra.
- Boyancé, P. (1972), “Les Romains, peuple de la fides”, in *Études sur la Religion Romaine*. Roma: École Française de Rome.
- Champeaux, J. (1989), “‘Pietas’: piété personnelle et piété collective à Rome”, *Bulletin de l'Association Guillaume Budé* 3: 263-79.
- Cornell, T. J. (2008), *The Beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*. Londres-Nova Iorque: Routledge.
- Dijkstra, B. (1986), *Idols of Perversity. Fantasies of Feminine Evil in Fin-de-Siècle Culture*. Oxford-Nova Iorque: Oxford University Press.
- Elias, M. M. A. C. R. M. (2011), *Columbano no seu Tempo (1857-1929)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Falcão, J. A. (2007), “Miguel Ângelo Lupi – *Tarquínio e Lucrecia*”, in AA. VV., *XIX século XX. Momentos da Pintura Portuguesa na Casa dos Patudos*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 35-41.
- França, J.-A. (1990), *A Arte em Portugal no Século XIX, vol. II*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Galinsky, K. (1996), *Augustan Culture*. Princeton: Princeton University Press.
- Godshalk, W. L. (1965), “Livy's Tullia: A Classical Prototype of Lady Macbeth”, *Shakespeare Quarterly* 16 (2): 240-41.
- Gouveia, B. V. N. (2020), *Veloso Salgado: estudo e intervenção de conservação e restauro do espólio doado ao Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado*. Tomar, Instituto Politécnico de Tomar.
- Haouachi, D. (2016), *Les personnages féminins chez Tite-Live: idéologie et art de la mise en scene*. Strasbourg: Université de Strasbourg.
- Hurwitz, S. (1992), *Lilith. The First Eve. Historical and Psychological Aspects of the Dark Feminine*. Einsiedeln: Daimon Verlag.

- Keegan, P. (2021), *Livy's Women. Crisis, Revolution, and the Female in Rome's Foundation History*. Londres-Nova Iorque: Routledge.
- Latham, J. A. (2016), *Performance, Memory, and Processions in Ancient Rome: The Pompa Circensis from the Late Republic to the Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Macedo, D. (1952), *Columbano*. Lisboa, Artis.
- Maréchaux, P. (2015), “The Transmission of Livy from the End of the Roman Empire to the Beginning of the Seventeenth Century: Distortion or Discovery, a Story of Corruption”, in B. Mineo (ed.), *A Companion to Livy*. Oxford: Wiley-Blackwell, 439-51.
- Marques, J. B. (2007), *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Matthes, M. M. (2000), *Readings in Livy, Machiavelli, and Rousseau*. State College: The Pennsylvania State University Press.
- Morão, P. (2001), *Salomé e outros mitos*. Lisboa, Cosmos.
- Mossé, C. (1989), *L'Antiquité dans la Révolution française*. Paris, Albin Michel.
- Ramos, J. A. (2005), “Judite: a heroína fictícia e a identidade nacional de Israel”, in D. F. Leão, M. C. Fialho e M. F. Silva (coords.), *Mito Clássico no Imaginário Ocidental*. Coimbra: Ariadne Editora, 43-58.
- Rocha Pereira, M. H. (2002), *Estudos de História da Cultura Clássica, vol. II – Cultura Romana*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rodrigues, N. S. (2003), “Céfalo e Prócris: um tema ovidiano na pintura portuguesa oitocentista”, *Boletim de Estudos Clássicos* 40: 123-33.
- Rodrigues, N. S. (2005), “A heroína romana como matriz de identidade feminina”, in D. F. Leão, M. C. Fialho e M. F. Silva (coords.), *Mito Clássico no Imaginário Ocidental*. Coimbra: Ariadne Editora, 67-85.
- Rodrigues, N. S. (2022), “Lucretia, Tullia and Tanaquil. Shaping the Identity of Rome's Women in the Augustan Period”, in L. Roig Lanzillota, J. L. Brandão, C. Teixeira e A. Rodrigues (eds.), *Roman Identity: Between Ideal and Performance*. Turnhout: Brepols, 91-120.
- Saïd, E. W. (2003), *Orientalism*. London: Penguin Books.
- Silveira, M. A. (2007), “A pintura de História e o imaginário camonian”, in P. Lapa (org.), *Columbano Bordalo Pinheiro, 1874-1900*. Lisboa: Museu do Chiado-MNAC.
- Silveira, M. A. (org.) (2010), *Columbano*. Lisboa: MNAC / Leya.
- Smethurst, S. E. (1959), “Women in Livy's History”, *G&R* 19 (56): 80-7.

- Stevenson, T. (2010-2011), “Women of Early Rome as ‘Exempla’ in Livy, ‘Ab Vrbe Condita’ Book 1”, *CW* 104 (2): 175-89.
- Ureña Prieto, M. H. (2006), *Dicionário de Literatura Latina*. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo.
- Winkler, M. M. (2009), *The Roman Salute: Cinema, History, Ideology*. Columbus: Ohio State University Press.
- Verdelho, T. S. (1981), *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Visentini, M. A. (1989), “Palladio in America, 1760-1820”, in I. B. Jaffe (ed.), *The Italian Presence in American Art, 1760-1860*. Nova Iorque: Fordham University Press, 231-48.

TEMAS ROMANOS NAS DECORAÇÕES DAS CIDADES UNIVERSITÁRIAS DE LISBOA E DE COIMBRA

ANA MEHNERT PASCOAL

Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

ORCID: 0000-0001-6928-4265

ana.pascoal@iscte-iul.pt

RESUMO Atentando no contexto das encomendas oficiais para decoração de obras públicas pelo regime do Estado Novo e na proeminente valorização de tópicos nacionalistas relacionados com a história de Portugal, o presente texto foca a representação de momentos históricos aparentemente menos apreciados e que, portanto, têm sido escassamente abordados pela historiografia artística. Considera-se a figuração de temas romanos, tomando como casos de estudo as Cidades Universitárias de Lisboa e de Coimbra, apenas materializadas após a II Guerra Mundial embora delineadas nas décadas anteriores. O artigo integra uma nota introdutória à questão das encomendas artísticas pelo regime e uma contextualização histórico-política da construção dos dois *campi*, que sustenta a sequente análise iconográfica do painel de Joaquim Rebocho em Coimbra e dos desenhos incisos de Almada Negreiros em Lisboa, distintos em termos estéticos. Partindo de fontes documentais textuais e gráficas e de bibliografia específica, pondera-se sobre a influência de professores e dirigentes universitários na definição das temáticas e sobre o papel das entidades responsáveis pela apreciação das propostas dos artistas. Reflete-se sobre o grau de erudição das representações, que focam o poder imperial e a influência romana no domínio da jurisprudência e da literatura através de figuras decisivas com base em textos orientadores, sem perder de vista a elite universitária às quais se destinavam. Enunciam-se algumas interpretações como reforço desta seleção temática, nomeadamente a representação das bases da cultura ocidental e da evolução do conhecimento e longevidade da sua influência, o reconhecimento do poder imperial e o reforço da identificação com a universidade e com o regime.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo, universidade, decoração, cultura romana, identidade.

ABSTRACT Considering the context of state commissions for decoration of public works by the Estado Novo regime and the preference for nationalist topics related to the history of Portugal, this text focuses on the representation of apparently less appreciated historical moments that have, therefore, been scarcely addressed by artistic historiography. The figuration of roman themes is taken into account, considering the cases of the University Cities of Lisbon and Coimbra as case studies. These *campi* were only completed after World War II, despite planning since previous decades. The article includes an introductory note addressing the artistic state commissions by the regime and a historical-political contextualization of the construction of the two *campi*, which support the subsequent iconographic analysis of the mural by Joaquim Rebocho in Coimbra and of the incised drawings by Almada Negreiros in Lisbon, aesthetically quite distinct. Drawing on text and graphic archival sources and on specific bibliogra-

phy, the analysis contemplates the influence of professors and university managers in defining the topics for decoration and the role of the entities responsible for evaluating the artists' proposals. Reflections include the degree of erudition of the representations made to be observed by a university elite: the representations focus imperial power and roman influence in the fields of jurisprudence and literature through decisive figures, based on guiding texts. Furthermore, some interpretations are presented as reinforcement of this thematic selection, namely the representation of the foundations of western culture and the evolution of knowledge and the longevity of its influence, the recognition of imperial power, and the reinforcement of the identification with the university and with the regime.

KEYWORDS: Estado Novo, university, decoration, Roman culture, identity.

INTRODUÇÃO

O regime do Estado Novo (1933-1974) encarou a produção artística como um veículo de difusão dos seus desígnios ideológicos. À semelhança de outros regimes ditatoriais emergentes no período de entre guerras, o Estado tornou-se no principal mecenas, sendo as artes plásticas colocadas ao serviço do poder político e encaradas como instrumento de inculcação. Embora não tenham sido definidas normas concretas para orientação estética, o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar (1889-1970), demonstrara-se avesso à autonomia da arte. Num discurso proferido aquando da primeira entrega dos Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), em 1935, advogou que os valores morais e patrióticos que orientavam o regime implicavam a imposição de limitações “à atividade mental e às produções de inteligência e sensibilidade”¹. Assim, Salazar justificava ações de inspeção e de censura em prol da nação. No final do discurso, perante a possibilidade de diminuição da produção literária como consequência dessa atitude de responsabilização dos artistas, citou Séneca como defesa: “em estantes altas até ao tecto, adornam o aposento do preguiçoso todos os arrazoados e crónicas”².

A “Política de Espírito” advogada por António Ferro, diretor do SPN, em teoria defendendo a valorização de artistas modernos, contribuiu para a “normalização da vanguarda”³ e para o estabelecimento de um sistema de encomendas oficiais dirigido e controlado, apoiado numa estrutura de apreciação composta por entidades como a Sociedade Nacional de Belas-Artes e a Junta Nacional de Educação (JNE), restringindo a individualidade e a espontaneidade artística. A fachada do país foi transmitida especialmente através

¹ Salazar 1950: 10.

² Salazar 1950: 13. Embora não haja referências no discurso, trata-se de uma referência extraída de *De tranquillitate animi* 9.7. Prista 2003: 238.

³ Ó 1999: 115.

de exposições, tanto internacionais como no território nacional, para as quais os artistas foram chamados a colaborar, transformando-se em “decoradores da ação política”⁴.

Neste ambiente, a política de obras públicas implementada para modernização infraestrutural do país ocasionou a construção de novos equipamentos públicos, que propiciaram a inclusão de obras de arte de considerável escala, como pinturas e tapeçarias murais, mosaicos e relevos escultóricos, prestando-se aos propósitos pedagógicos e de representação do regime. A retoma deste tipo de práticas artísticas, tidas como ancestrais e de produção oficial, revestindo-se de valores nacionalistas, ganhara expressão desde a década de 1920 em Itália e em França⁵. Nas encomendas oficiais do Estado Novo, adicionalmente ao privilégio dado à figuração, mencione-se a predileção por temáticas de cariz histórico e alegórico, capazes de propagar o discurso oficial de valorização da pátria. Após a II Guerra Mundial, num clima de necessária legitimação do regime acompanhado de reforço da coerção sobre vozes subversivas⁶, o investimento na pasta de obras públicas foi renovado, dando também continuidade a projetos de considerável envergadura cuja efetivação se vinha protelando por razões diversas. As Cidades Universitárias de Lisboa e de Coimbra enquadraram-se nesta situação.

O presente texto visa observar representações artísticas relacionadas com a cultura romana em obras públicas oficiais. Considerando a preferência dada a temas nacionalistas, fundamentada em episódios da história portuguesa tidos como áureos pelos ideólogos do Estado Novo, nomeadamente a fundação da nacionalidade, as viagens de expansão marítima e a restauração da independência⁷, compreende-se o parco relevo da cultura clássica em representações artísticas encomendadas pelo Estado. A historiografia artística dedicada ao período pouco se tem debruçado sobre este tópico⁸. Se o programa fascista se alicerçou no conceito de *romanità* para fundamentar a ligação do regime de Mussolini à antiguidade romana e promover a coesão do território através de uma idealizada *Terza Roma*, consubstanciado em prospeções arqueológicas⁹ e transposto para a estética arquitetónica¹⁰, o regime português buscou legitimação em factos históricos que mitificou e considerou glorio-

⁴ Acciaiuoli 2008: 16.

⁵ Golan 2002. Fora do contexto europeu, refira-se o papel dos muralistas mexicanos e dos programas oficiais norte-americanos no âmbito do New Deal.

⁶ Rosas 1994.

⁷ Mendes 1998: 40.

⁸ No domínio da encomenda privada, destaque-se o estudo de Cátia Mourão acerca de um vitral assinado por Almada Negreiros representando Eros e Psique: Mourão 2009.

⁹ Gomes 2007.

¹⁰ Kalis 2014: 73-105; Nelis 2014.

sos com vista a um “reaportuguesamento”, como, por exemplo, as origens medievais de Portugal, convertidas em sustentáculo da tese da ancestralidade nacional, e trazidas ao presente através do restauro de castelos e igrejas¹¹ e da apropriação imagética em contextos expositivos¹². Não obstante, a representação de heranças de Roma Antiga não foi totalmente excluída da decoração de edifícios públicos lusos, embora se revele pontual, e particularmente decorrente dos fins práticos a que se destinavam os edifícios. Refira-se, a título de exemplo: a tapeçaria para o Hotel de Santa Luzia em Viana do Castelo, realizada na Manufatura de Tapeçarias de Portalegre segundo cartão de Almada Negreiros, representando a chegada ao rio Lima de tropas romanas comandadas por Decimus Junius Brutus¹³ (1957); as composições historiadadas em mosaico da autoria de António Lino para os Tribunais de Guimarães (1960) e de Elvas (1965), integrando cenas alusivas à presença romana nessas regiões; a integração da Loba Capitolina na pintura mural aludindo à estrutura jurídica do constitucionalismo, assinada por Severo Portela Júnior, no Palácio de Justiça de Lisboa (1969)¹⁴.

O texto circunscreve-se às Cidades Universitárias de Lisboa e de Coimbra, dois marcos da política de obras públicas. Distintas em aspetos como implantação urbana ou autores dos projetos arquitetónicos, ambos os conjuntos foram pautados por uma realização morosa, sendo compostos por diversos edifícios que incorporam extensos programas decorativos. O primeiro ponto do texto encerra uma breve contextualização histórico-política da construção dos *campi*. Considerando a representação de temas ligados à herança romana, atenta-se, de seguida, na pintura mural da Faculdade de Letras de Coimbra e nos desenhos incisos para os edifícios de Direito, Letras e Reitoria de Lisboa. A análise contempla os processos de encomenda, tomando como base documentação arquivística e fontes bibliográficas, procurando questionar o papel da instituição universitária enquanto responsável pela definição dos programas iconográficos, e observando que a integração de artistas com distintos graus de afinidade ao regime propiciou uma multiplicidade de soluções estéticas no caso das cidades universitárias. Procura-se avaliar o peso da cultura romana na decoração dos edifícios, relacionando-a com as disciplinas ministradas nas Universidades e com o entendimento acerca da natureza da instituição universitária, sem descurar o papel atribuído às obras de arte enquanto suporte de uma ideologia identitária oficial.

¹¹ Neto 2001.

¹² Acciaiuoli 1998; Caverio 2016.

¹³ Elias 2014: 38.

¹⁴ Sobre a decoração artística nos espaços de justiça durante o Estado Novo, cf. Nunes 2003.

1. AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS DE LISBOA E DE COIMBRA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos casos de Lisboa e de Coimbra, a criação de comissões de planificação no seio do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, em 1934, por determinação do ministro Duarte Pacheco (1900-1943), concretizou aspirações acerca das instalações universitárias que vinham sendo publicamente manifestadas nas duas décadas anteriores, particularmente por docentes. A reunião de edifícios dedicados ao ensino superior, incluindo residências para a comunidade académica e equipamentos desportivos, observável em cidades como Madrid, Paris ou Milão¹⁵, suportava o papel atribuído ao Estado na conformação dos estudantes universitários, encarados como as futuras elites dirigentes do país. De facto, a Universidade veio a revelar-se como um dos sustentáculos da reprodução das elites; refira-se, a título de exemplo, que uma percentagem considerável dos ministros de Salazar foi selecionada entre o professorado universitário¹⁶. Conforme explanou o professor João da Silva Correia (1891-1937) numa conferência, em representação do vice-reitor da Universidade de Lisboa Carneiro Pacheco, essa concentração de edifícios permitiria uma mais rápida “sufocação de distúrbios”¹⁷, deixando transparecer os intuítos doutrinadores e de homogeneização adscritos à instituição universitária. A Universidade, encarada pelo regime do Estado Novo como uma corporação orgânica, perdera autonomia desde 1926, havendo controlo progressivo de professores e estudantes¹⁸. O ambiente repressivo revelou-se, por exemplo, nos processos de depuração política dos corpos docentes, ocorridos desde 1935 e intensificados após o término da II Guerra Mundial¹⁹. O acesso ao ensino superior manteve-se, no geral, limitado a grupos sociais abastados, sendo alvo de rigorosos métodos de seleção. Não obstante, a Universidade não cessou de ser palco de confrontos políticos e de manifestação da oposição ao regime, particularmente no pós-guerra²⁰. Novos e mais adequados edifícios impunham-se, igualmente, pelo crescimento da comunidade discente, já sentido na década de 1930 e acentuado nas duas universidades entre as décadas de 1940 e 1960: no ano letivo 1940-1941, Lisboa contava com 3373 alunos inscritos e Coimbra com 1611; volvidos vinte anos, registavam-se, respetivamente, 7232 e 5356 estudantes²¹. Um aumento exponencial ganhou contornos nos anos de 1960 e, sobretudo,

¹⁵ Pacheco 1934.

¹⁶ Almeida, Pinto 2002: 26; Carvalho, Ferreira, Pinto 2009: 127.

¹⁷ Correia 1936: 19.

¹⁸ Torgal 1999: 88-95, 211-214.

¹⁹ Carvalho 2008: 751-753, 783-784; Rosas e Sizifredo 2013.

²⁰ Nóvoa 1992: 495-496; Torgal 1999: 215-240.

²¹ Ó 2011: 138-139.

1970 – o que, contudo, não significa que a totalidade dos inscritos tenha vindo a concluir o grau²².

Almejada praticamente desde a criação da Universidade de Lisboa em 1911, então dispersa por edifícios preexistentes, a Cidade Universitária de Lisboa ganha contornos nítidos com a implementação da Comissão para os Novos Edifícios Universitários (CANEU) e a contratação do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) para elaboração dos projetos arquitetónicos para os edifícios da Reitoria e Faculdades de Direito e de Letras, em terrenos desocupados a oeste do Campo Grande²³. Diversas vicissitudes financeiras e políticas levaram a que este conjunto apenas viesse a ser construído na década de 1950, recuperando e reformulando as propostas iniciais do arquiteto. O seu sobrinho, arquiteto António Pardal Monteiro (1928-2012), acompanharia o término da Reitoria. Nessa altura, ultimou-se o edifício do Hospital Escolar de Santa Maria, da traça do arquiteto Hermann Distel (1875-1945), e planearam-se equipamentos desportivos e de lazer para estudantes num novo estudo de conjunto, não realizado na íntegra, pelos arquitetos João Simões (1908-1995) e M. Norberto Corrêa (n.1926). Apesar da implantação de pavilhões provisórios, tornados permanentes, para responder à especialização científica e ao incremento de estudantes, como sucedeu no caso de Farmácia, a desejada transferência de outras faculdades para o local apenas se realizaria no pós-ditadura, como sucedeu com a Faculdade de Ciências.

O plano para remodelação dos edifícios universitários na Alta de Coimbra, cuja realização principiou em 1943, surgiu sobretudo como reação à regulamentação dos planos para Lisboa em 1934²⁴. Os primeiros estudos de urbanização, aometidos aos arquitetos Luís Benavente (1902-1993) e Raul Lino (1879-1974), previram demolição, remodelação e construção de edifícios. A reformulação desses primeiros estudos, levada a cabo pelo arquiteto Benavente com acompanhamento de um grupo de professores, ficou, também, sem efetivação. O planeamento passou a ser orientado pela Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC) em 1941, com uma equipa dirigida pelo arquiteto Cottinelli Telmo (1897-1948). Cottinelli foi substituído pelo arquiteto Cristino da Silva (1896-1976) após o seu falecimento, cabendo a orientação dos derradeiros edifícios estado-novistas ao arquiteto da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), João Vaz Martins (1910-1988). Delinearam-se, entre outros, novos blocos para as Faculdades de Letras (arquiteto Alberto José Pessoa), Medicina e Ciências (arquiteto Lucínio Cruz), e para equipamentos como a Biblioteca Central (arquiteto Alberto José Pessoa) e a Associação Académica (arquitetos Alberto José Pessoa e João Abel Manta). Em para-

²² Ó 2011: 149.

²³ Sobre este assunto, cf. Pascoal 2012.

²⁴ Para uma análise detalhada do processo, cf. Rosmaninho 2006.

lelo, remodelou-se a Praça das Escolas, adaptando, por exemplo, as instalações da Reitoria e da Faculdade de Direito (arquiteto Luís Amoroso Lopes), e foram demolidos diversos colégios e o Observatório Astronómico do Pátio das Escolas.

Em ambos os casos, atesta-se a realização de viagens de estudo pelos arquitetos e outros membros das comissões de estudo, particularmente a Itália e a Espanha, bem como o conhecimento de exemplos estrangeiros através da circulação de revistas e de bibliografia especializada e da integração de redes internacionais de profissionais²⁵. Também nos dois casos, a participação das Universidades na planificação foi secundarizada, embora tenham sido consultados professores na conceção de edifícios e de obras de arte, e tenha havido discussões sobre estes assuntos nas reuniões dos Senados Universitários e dos Conselhos Escolares. Apesar das diferenças formais das duas cidades universitárias, decorrentes também das distintas possibilidades de integração urbana, a sua concretização foi permeada por princípios identitários idênticos.

2. REPRESENTAÇÃO DE TEMAS ROMANOS NA DECORAÇÃO DOS NOVOS EDIFÍCIOS UNIVERSITÁRIOS

A presença da Antiguidade Clássica é notória nas duas cidades universitárias. A decoração artística aplicada nos edifícios, tanto em Coimbra como em Lisboa, atesta uma valorização do legado greco-latino.

No exterior da Faculdade de Letras de Coimbra, quatro estátuas da autoria de Salvador Barata Feyo (1899-1990) comprovam a ancestralidade de disciplinas como a Poesia ou a História, identificadas através de figuras como Safo e Tucídides. Inspirações de carácter estético revelam-se nos grupos escultóricos de Leopoldo de Almeida (1898-1975), através das vestes e da fisionomia idealizada das figuras. A peça dedicada à Medicina incorpora uma figura central feminina, identificada como Hígia, filha de Asclépio²⁶, acompanhada de Hipócrates e Galeno, ambos também incluídos na tapeçaria mural segundo cartão de Domingos Rebelo (1891-1975) para a Sala do Conselho da Faculdade de Medicina. No edifício da secção de Matemática, as origens da disciplina foram fixadas por Gustavo Bastos (1928-2014) em baixos-relevos em redor da entrada, e por Almada Negreiros (1893-1970) num mural no átrio, integrando menções a Pitágoras, Platão, Arquimedes e Aristóteles, entre outros.

Em Lisboa, refirmam-se os baixos-relevos que adornam as fachadas das Faculdades de Direito e de Letras. Para Direito, Barata Feyo concebeu uma peça alegórica que comporta quatro figuras femininas de evocação clássica ao nível das vestes, exaltando os valores de lei, paz, dignidade e justiça. No edifício

²⁵ Sobre este assunto, para além das referências citadas, e particularmente no que respeita a influências italianas, cf. Pegorin 2018: 382-430.

²⁶ Mega 2011: 136.

oposto, os baixos-relevos evocam a inspiração das musas: Álvaro de Brée (1903-1962) convocou Clio, Érato e Calíope, e Leopoldo de Almeida fixou Apolo cavalgando Pégaso junto de Clio e Polimnia. Em adição, importa indicar a tapeçaria mural segundo desenho de Guilherme Camarinha (1912-1994) encomendada para a então Sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito, dado que a composição alegórica contém uma inscrição latina atribuída ao jurista romano Domício Ulpiano: *HONESTE VIVERE, ALTERUM NON LAEDERE, SUUM CUIQUE TRIBUERE* (Dig. 1.1.10.1). Para o Estádio Universitário, o pintor Júlio Santos (1906-1969) concebeu um painel cerâmico que, em torno de Atena no topo de um pódio, evoca os jogos olímpicos e a inspiração das musas.

Em Coimbra, duas pinturas a fresco de grandes dimensões decoram o átrio de entrada da Faculdade de Letras, inaugurada em 1951²⁷. Uma das pinturas enquadra uma *Alegoria à Antiguidade Clássica*, pela mão de Joaquim Rebocho (1912-2003), e a outra fixa uma *Alegoria da Glorificação do Génio Português*, da autoria de Severo Portela Júnior (1898-1985), ambas terminadas em 1951²⁸. Os autores foram selecionados após rejeição da proposta do pintor Henrique Franco (1883-1961), primeira escolha, cujos honorários se afiguraram demasiado elevados a par do demorado prazo de execução, considerado incompatível com as exigências da CAPOCUC.²⁹

Previamente à encomenda, o arquiteto Cristino da Silva elaborara uma proposta para duas pinturas, sendo que para o painel dedicado aos “tempos antigos”, sugeria, entre várias figuras, a referência à poesia do período romano através de uma cena das *Geórgicas* ou das *Bucólicas* de Virgílio, e de uma alegoria relativa a uma das odes de Horácio³⁰. Os professores de Letras, chamados a pronunciar-se, validaram a generalidade dos temas, preferindo que se representassem as *Bucólicas* e as *Odes Cívicas*³¹. As manifestações seriam mais detalhadas para o painel dedicado à temática portuguesa. A ausência de documentação nos arquivos, particularmente no que respeita a possíveis memórias descritivas de Joaquim Rebocho³², não permite avaliar o grau de influência sobre o artista por parte dos professores envolvidos na definição temática do painel, ou constatar as razões para a divergência da obra final dessas ideias iniciais. Identificámos três fotografias dos estudos esboçados que o artista terá apresentado à CAPOCUC³³. Manuel Lopes de Almeida foi responsável por emitir um parecer sobre

²⁷ Rosmaninho 2006: 233-237.

²⁸ Para uma detalhada análise iconológica dos painéis, cf. Duarte 2003: 59-123.

²⁹ Rosmaninho 2006: 275.

³⁰ Rosmaninho 2020: 463-464.

³¹ Duarte 2003: 64; Rosmaninho 2006: 276.

³² Duarte 2003: 64-65; Rosmaninho 2006: 284.

³³ Uma fotografia é referida por Nuno Rosmaninho e Marco Daniel Duarte, estando apensa a uma nota manuscrita de José Frederico Ulrich, datada de 10.01.1950, que integra o

as fotografias dos estudos em Junho de 1950³⁴ [Fig. 1], díspares da primeira fotografia observada pelo Ministro das Obras Públicas nos inícios desse ano. Certamente foram apontados pormenores que levaram à reformulação dos estudos, à imagem do que sucedeu no cerrado escrutínio iconográfico ocorrido no processo de execução do painel de Severo Portela.



[Fig. 1] Estudo desenhado por Joaquim Rebocho para o mural da Faculdade de Letras de Coimbra [1950] © Col. Estúdio Mário Novais | FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos, cota: CFT003.020252

espólio do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC): fundo CAPOCUC, processo 275. As outras duas, sem data, pertencem à coleção do Estúdio Mário Novais, localizada na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, cotas: CFT003.020251 e CFT003.020252.

³⁴ Duarte 2003: 65. Possivelmente, trata-se das fotografias do Estúdio Mário Novais.

Rebocho, formado pela Escola de Belas-Artes de Lisboa em Pintura e Arquitetura, colaborara com Domingos Rebelo no término dos painéis do Salão Nobre do Palácio de São Bento (1944-47). Durante o período em que laborou para a Faculdade de Letras de Coimbra, recebeu a encomenda para um tríptico a fresco destinado ao Ministério das Finanças, em Lisboa. Entre outros trabalhos pelo país, foi responsável, na Cidade Universitária de Coimbra, pelo restauro dos azulejos do Colégio dos Grilos³⁵ (1969-70).



[Fig. 2] Pintura mural *Alegoria à Antiguidade Clássica* (pormenor), Joaquim Rebocho, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951 © GCI/FLUC

No painel dedicado à Antiguidade Clássica [Fig. 2], a base da composição é povoada por figuras evocando a herança grega, incluindo, entre outras, referências à *Odisseia* e a Platão, constando ao centro uma reprodução da escultura Vitória de Samotrácia. No topo, uma figura feminina alada suportando uma cruz alude à vitória do cristianismo sobre o paganismo, na linha da ideologia oficial do regime. O canto superior esquerdo comporta alusões ao Império Romano. Perante um fundo ocupado pelo Arco de Tito e pelo Coliseu dos Flávios – não só símbolos de Roma, mas materializações do domínio político –, a brônzea Loba Capitolina enquadra o

³⁵ Rosmaninho 2006: 120.

Imperador Augusto, acompanhado de uma figura feminina alada de tez clara, possivelmente uma representação da deusa Vitória, ausente na primeira fotografia e, quiçá, sugestão dos avaliadores. A figura possui, a seu lado, uma armadura, e vislumbram-se um escudo e uma lança. A loba figura sem Rômulo e Remo, acrescento renascentista que não faria sentido numa representação do período romano, como notou Marco Daniel Duarte³⁶, e que constitui uma alteração aos esboços iniciais de Rebocho. O Imperador baseia-se numa reprodução da escultura Augusto de Prima Porta, embora com acrescento de sandálias, que não constam da cópia em mármore existente nos Museus do Vaticano, a presumível fonte de inspiração do artista: com o braço direito estendido em posição de comando e envergando uma couraça com relevos historiados, Augusto personifica a autoridade de que é detentor. O colorido da pintura como que vivifica a personagem, afastando-se do estatismo da estatuária e inserindo-a no contexto histórico que se pretende evocar. A seu lado localiza-se a águia imperial sobre uma coroa de louros, tendo perdido os estandartes inicialmente idealizados e mudado de posição face aos estudos. No lado oposto a esta cena encontram-se duas figuras aureoladas, integradas numa estrutura arquitetónica abobadada. Marco Daniel Duarte propôs duas hipóteses para a sua identificação³⁷: Santo Agostinho – que constara da primeira proposta de Cristino da Silva, enquanto representante da filosofia e da mística³⁸ – acompanhado da mãe, Santa Mónica, ou o Imperador Constantino junto de Helena, representando a difusão do cristianismo a partir do Império Romano. A profusa composição insere-se numa estética figurativa de cariz academizante, em consonância com o painel fronteiro.

Em Lisboa, destaca-se a decoração dos pórticos de entrada nas Faculdades de Direito e de Letras e na Reitoria, para os quais Almada Negreiros elaborou desenhos que foram incisos na pedra. O arquiteto Pardal Monteiro foi responsável pela indicação dos artistas que participaram na decoração dos edifícios, aquando da reformulação dos projetos na década de 1950. No caso da Reitoria, o seu sobrinho sugeriu um conjunto adicional de colaboradores e obras de arte³⁹. Almada, que, apesar do seu percurso artístico individualizado e da oposição à instrumentalização dos artistas pelo SPN, se viu na necessidade de trabalhar para encomendas estatais⁴⁰, colaborou com Pardal Monteiro em diversos equipamentos da capital, criando desde pinturas murais a cartões para vitrais. Utilizou a técnica do desenho inciso na decoração do Hotel Ritz (1959) e

³⁶ Duarte 2003: 76.

³⁷ Duarte 2003: 72, 77-78.

³⁸ Duarte 2003: 64.

³⁹ Monteiro 2012: 286-287.

⁴⁰ Cf. Santos 2017; Vasconcelos 2017; Santos 2020.

no painel *Começar* (1969) para a Fundação Calouste Gulbenkian. As decorações para as duas Faculdades seriam realizadas já após a inauguração dos edifícios.

A memória descritiva para a Faculdade de Direito esclarece que o artista se informou “entre os universitários sobre o autor de um assunto para a decoração”⁴¹, tendo entrado em contacto com Franz-Paul de Almeida Langhans (1908-1986), então secretário particular de Salazar⁴². Langhans publicara um texto intitulado “Visão Histórica do Direito”⁴³, que serviu de base à composição e à sequência de figuras para o pórtico. A maioria das fontes textuais desse estudo estariam, segundo Almada, reunidas no *Compêndio de História da Filosofia do Direito*, que resumiu o curso lecionado na faculdade lisboeta pelo professor Antonio Truyol e Serra (1913-2003) no ano letivo de 1950-51⁴⁴. Conforme ao texto de Langhans, cada parede recebeu um assunto relacionado com a disciplina, das origens mesopotâmicas passando pela conceção transcendente do Direito e pela construção romana do Direito; a última parede foi dedicada às grandes figuras representativas do Direito português, não abordadas no texto. No que respeita a fontes iconográficas, Almada Negreiros refere basear-se exclusivamente em fontes existentes, excetuando os casos de Pitágoras e de Heraclito de Éfeso. Não especifica o tipo de fontes de que se serviu, que incluiriam presumivelmente gravuras e esculturas. O artista havia, inclusive, solicitado fotografias da Estela de Hammurabi ao Museu do Louvre para uma reprodução correta na composição. Assume uma adaptação das fontes iconográficas através de “simplificação linear”⁴⁵, criando cenas individualizadas com figuras bidimensionais esquemáticas, identificáveis também através de atributos ou legendas.

Almada afirma que a inserção de textos e legendas em português nos estudos prévios servia para facilitar a leitura do conjunto, prevendo a utilização de caracteres originais na obra final, por exemplo, hebraicos para Moisés e gregos para Sócrates e Platão. A extensão e o aspeto condensado das legendas observáveis nos estudos prévios⁴⁶ [Fig. 3], em certos casos ocupando maior

⁴¹ Memória Descritiva para a decoração do pórtico da Faculdade de Direito na Cidade Universitária pelo pintor José de Almada Negreiros, 02.01.1957, anexa a ofício de Ignácio Oom do Vale para o Diretor da Faculdade de Direito, 11.02.1957. Arquivo Histórico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (AHFDUL), documentação não tratada arquivisticamente. Agradeço ao Professor Doutor Gonçalo Sampaio e Mello a partilha desta documentação.

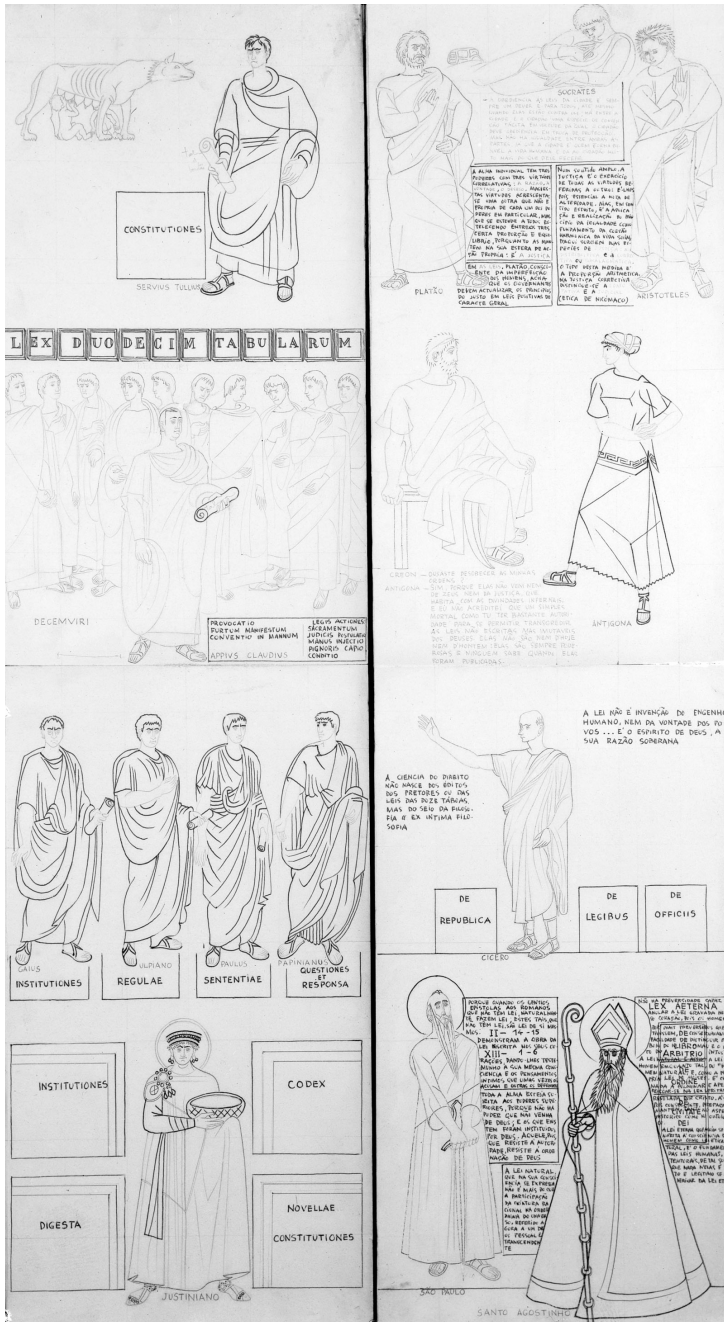
⁴² Subtil [s.d.]: 9.

⁴³ Langhans 1957.

⁴⁴ Serra 1954.

⁴⁵ Memória Descritiva para a decoração do pórtico da Faculdade de Direito na Cidade Universitária pelo pintor José de Almada Negreiros, 02.01.1957 [...]. AHFDUL, documentação não tratada arquivisticamente.

⁴⁶ Fotografias do Estúdio Mário Novais reproduzem desenhos que se presume corresponderem aos estudos prévios enviados por Almada para a CANEU. Encontram-se no espólio à guarda da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, cotas: CFT003.5395-5399.



[Fig. 3] Estudo desenhado por Almada Negreiros para decoração da Faculdade de Letras de Lisboa [1957] © Col. Estúdio Mário Novais | FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos, cota: CFT003.5702

superfície do que as figuras, foi criticada pelo pintor e professor Armando de Lucena (1886-1975), vogal da 1.^a subsecção da 6.^a secção da JNE que emitiu o parecer sobre a proposta⁴⁷. O vogal cingiu-se a uma apreciação do carácter estético, aprovando os desenhos, e relegando considerações sobre o teor jurídico ou filosófico para quem de direito. Na sequência, por vontade do Ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira (1907-1982), a CANEU enviou os desenhos ao Diretor da Faculdade de Direito, então Inocêncio Galvão Teles (1917-2010), para que se pronunciasse sobre o assunto⁴⁸. Apesar de a resposta não ter sido detetada, é possível que o diretor tenha feito anotações. Observa-se uma redução das legendas na versão final, inscritas na língua e caracteres originais tal como Almada mencionara na memória descritiva, bem como a reformulação de algumas figuras.

Cícero constitui a primeira representação ligada à herança romana, incluído na parede dedicada à conceção transcendente do Direito e elencado após Creonte e Antígona, que aludem à obra de Sófocles. Cícero, difusor do pensamento jurídico grego, figura de pé, envergando toga e sandálias [Fig. 4]. Possui o braço direito erguido, em posição de orador, e surge acompanhado de uma alusão a *De Officiis*, título inscrito num quadrado junto aos seus pés. À direita, foram gravadas citações latinas das obras *De Legibus* e *De Republica*, respetivamente: *LEX EST RATIO SUMMA / INSITA IN NATURA QUAE / FACIENDA SUNT / PROHIBET QUE / CONTRARIA*⁴⁹ (Cic. Leg. 1.18), e *EST QUIDEM VERA LEX / RECTA RATIO NATURAE / CONGRUENS DIFUSA IN / OMNES CONSTANS / SEMPITERNA*⁵⁰ (Cic. Rep. 3.33). As três obras surgem destacadas por Truyol y Serra⁵¹. As citações latinas substituíram as legendas em português constantes do estudo prévio⁵², e detêm maior afinidade ao texto de Langhans, por enaltecerem a postura de Cícero acerca da lei divina “acima das fragilidades da Justiça terrena”⁵³ que não constava da Lei das Doze Tábuas

⁴⁷ Atas das Sessões da 1.^a Subsecção da 6.^a Secção, Livro 101: Ata da 242.^a sessão, 11.01.1957, ff.3v-4. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Fundo Junta Nacional da Educação.

⁴⁸ Ofício de Ignácio Oom do Vale para o Diretor da Faculdade de Direito, 11.02.1957. AHFDUL, documentação não tratada arquivisticamente.

⁴⁹ “A lei é a norma suprema que, inserida na Natureza, determina o que se deve fazer e proíbe o seu contrário”. Tradução do Professor Doutor Nuno Simões Rodrigues, a quem agradeço a colaboração.

⁵⁰ “A lei verdadeira é sem dúvida a recta razão, conforme à natureza, em todos gravada, constante, sempiterna (...)”. Tradução em Cícero 2008: 186.

⁵¹ Serra 1954: 39.

⁵² Constavam junto a Cícero: “A CIENCIA DO DIREITO / NÃO NASCE DOS ÉDITOS / DOS PRETORES OU DAS / LEIS DAS DOZE TÁBUAS / MAS DO SEIO DA FILOSO- / FIA // EX INTIMA FILO- / SOFIA” e “A LEI NÃO É INVENÇÃO DO ENGENHO / HUMANO, NEM DA VONTADE DOS POV- / VOS... É O ESPÍRITO DE DEUS, A / SUA RAZÃO SOBERANA”. Trata-se de citações copiadas do texto de Truyol y Serra Serra 1954: 40.

⁵³ Langhans 1957: 15.

ou dos éditos dos pretores. No registo abaixo, as figuras de São Paulo e de Santo Agostinho, acompanhadas de citações inscritas e indicação de obras relevantes⁵⁴. Ambos envergam toga e perderam, para além das extensas legendas, as longas barbas e os halos dos estudos prévios. Santo Agostinho surge mais modesto face à representação imponente da versão inicial enquanto Doutor da Igreja, com báculo e mitra. Na versão final, estas figuras remetem para a difusão do cristianismo através de uma rede possibilitada pelo Império Romano.



[Fig. 4] Desenhos incisos: *Conceção Transcendente do Direito*: Cícero, São Paulo e Santo Agostinho, Almada Negreiros, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1957. Fotografia da autora.

A construção romana do Direito [Fig. 5], na parede seguinte, principia pelo mito fundacional de Roma, através da reprodução da amamentação de Rómulo e Remo pela loba, cuja inspiração foi colhida na escultura em bronze existente nos Museus Capitolinos. Junto da Loba Capitolina encontra-se Sêrvio Túlio, aludindo-se, através de um quadrado com a inscrição *CONSTITU-*

⁵⁴ Também neste caso, houve alterações significativas às longas legendas incluídas nos desenhos prévios, que Almada transcrevera do texto de Truyol y Serra que lhe serviu de suporte. Serra 1954: 46, 50.

TIONES, à reforma constitucional criadora das bases da República que lhe é atribuída. O sexto rei de Roma possui duas tábuas nas mãos ao invés do pergamino inicialmente previsto. Na sequência, menciona-se o marco do primeiro compêndio escrito de leis romanas, *Lex Duodecim Tabularum*, inscrito sobre um conjunto de dez figuras masculinas de toga que representam o primeiro Decênviro. O grupo é conduzido por Ápio Cláudio, jurista identificado por legenda e sem a posição de destaque conferida no estudo. Também se omitiram, na versão definitiva, as legendas relativas a disposições legais. A Lei das Doze Tábuas, “base do grande ordenamento jurídico, edifício magestoso [sic] erguido em nome do Senado e do Povo Romano”⁵⁵, indicados através do acrónimo SPQR, precede cinco jurisconsultos significativos para o desenvolvimento da jurisprudência no Império Romano. Encontram-se identificados, pelo nome e obra, Gaio (*Institutiones*), Domício Ulpiano (*Regulae*), Paulo (*Sententiae*), Papiniano (*Questiones et Responsa*) e Modestino (*Pandectae*), constituindo o último um acréscimo ao estudo desenhado, nitidamente citando os quatro juristas referidos por Truyol y Serra, que os considera “a ilustração vivente da influência da filosofia grega sobre o espírito romano”⁵⁶ e decisivos na definição dos conceitos de *ius naturale* e *ius gentium*. A viagem pela evolução do Direito romano termina no Imperador Justiniano I, imagem inspirada no mosaico da Basílica São Vital em Ravena. Segundo Langhans, trata-se de “uma história acabada com princípio, meio e fim”⁵⁷, cuja influência persistiu ao longo dos séculos⁵⁸ e que ainda se fazia sentir nos currícula da faculdade⁵⁹. Assim, o programa decorativo não se revela tanto como homenagem ao legado romano como sustentáculo da área do Direito, constituindo antes uma ilustração dos conteúdos das disciplinas ministradas na instituição – uma narrativa ilustrada, à imagem das representações hagiográficas nas igrejas. Almada, aliás, aludira em 1938, por ocasião de homenagem pública a Pardal Monteiro, ao papel dos arquitetos na colaboração com o Estado, referindo-se aos muros dos novos edifícios como “livro aberto” apto a receber histórias “para o povo ler e fixar”⁶⁰ – segundo Raquel Henriques da Silva, um entendimento tradicional e algo redutor, por limitar as funções e os significados possíveis de arte e de arquitetura⁶¹.

⁵⁵ Langhans 1957: 17.

⁵⁶ Serra 1954: 41.

⁵⁷ Langhans 1957: 18.

⁵⁸ Galvão Teles proferira, alguns anos antes, uma conferência onde sublinhara precisamente o papel do legado jurídico romano na codificação contemporânea. Teles 1951a: 7.

⁵⁹ A reforma da lei orgânica das Faculdades de Direito de 1945 modificava o anterior plano de estudos, fazendo a cadeira de História do Direito Romano parte do 1.º ano do curso geral de Direito. Decreto-lei n.º 34850, 21.08.1945, *Diário do Governo*, I série, n.º 187, p. 682.

⁶⁰ Negreiros 2006: 269.

⁶¹ Silva 1993: 196.



[Fig. 5] Desenhos incisos: *Construção Romana do Direito*, Almada Negreiros, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1957. Fotografia da autora.

Relativamente à Faculdade de Letras, para a qual o artista concebeu um historial da literatura universal e portuguesa, dos primórdios bíblicos aos heterónimos de Fernando Pessoa, não se identificou documentação acerca da enco-

menda. No entanto, desenhos de estudo⁶² e esquemas indicando as figuras a contemplar⁶³, permitem confirmar diferenças entre a obra final e os planos iniciais. É possível que, à semelhança do que sucedeu na Faculdade de Direito, Almada Negreiros tenha contactado com professores de Letras para definir as obras dignas de realce. Embora a documentação existente não permita confirmar a discussão do assunto no âmbito do Conselho Escolar, comprova-se que este organismo se debruçou sobre as decorações para o novo edifício, nomeadamente a tapeçaria para o gabinete do diretor⁶⁴ e os bustos de professores ilustres⁶⁵. Terá havido, provavelmente, considerações do corpo docente quanto à narrativa de Almada para o pórtico de entrada da Faculdade, porventura por parte dos responsáveis pelas cadeiras de Literatura. A incisão na pedra foi concluída em 1961, sendo concomitante à decoração da Reitoria. Após o término do trabalho, Almada enumerou as figuras representadas num jornal diário lisboeta⁶⁶.

No edifício de Letras consta apenas uma referência ao legado romano, localizada no final da parede lateral esquerda. Trata-se de um episódio da *Eneida* de Virgílio relatado durante a catábase de Eneias, o encontro com Palinuro: o timoneiro, vencido pelo Sono e lançado violentamente aos mares durante a viagem de regresso da Líbia, agarra-se, desnudo, ao leme no meio das ondas que o arrastaram por três noites⁶⁷ [Fig. 6; Fig. 7]. Esta cena é antecedida por um passo de outra epopeia, a *Odisseia*, figurando o confronto de Ulisses com Posídon⁶⁸.

⁶² Existem vários desenhos prévios no Espólio Almada Negreiros (disponível em <https://modernismo.pt/index.php/arquivo-almada-negreiros>), bem como uma fotografia congregando a composição na totalidade, da autoria de Horácio Novais, sem data, pertencente ao Fundo do Arquivo das Construções Escolares, Arquivo Histórico da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, cota CE/ES-S2 (reproduzida em Pascoal 2012: 186-187).

⁶³ Identificados no Espólio Almada Negreiros, cotas MB_AN_120 (<https://modernismo.pt/index.php/arquivo-almada-negreiros/details/33/1559>), e ANSA-A-113 (<https://modernismo.pt/index.php/arquivo-almada-negreiros/details/33/2700>), e em Teixeira 1993: 233.

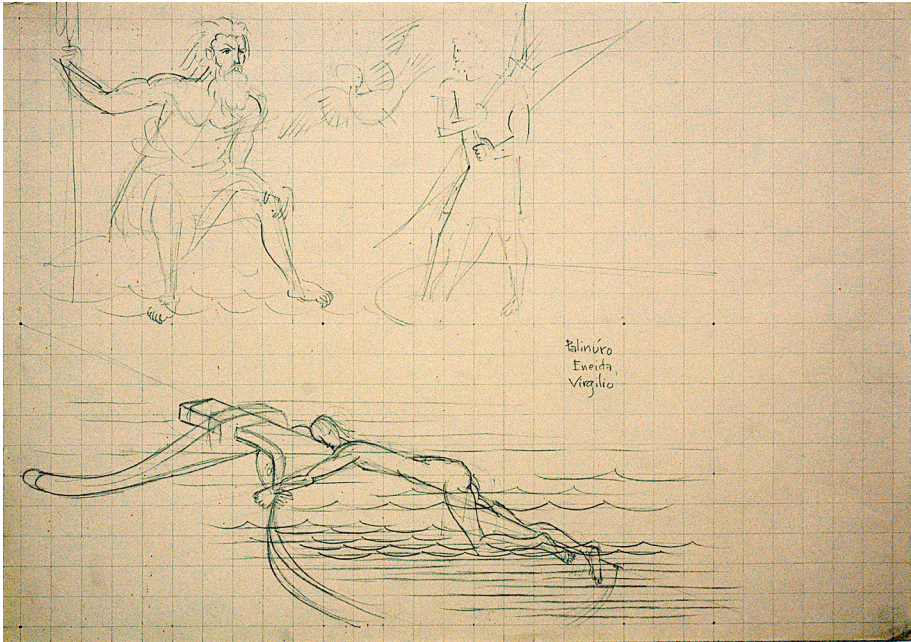
⁶⁴ Atas do Conselho Escolar, Sessão de 11.04.1959, f. 72. Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (AHFLUL), Fundo Orgânico-Funcional da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: UI A6.

⁶⁵ Atas do Conselho Escolar, Sessão de 31.01.1958, f. 13; Sessão de 11.04.1959, f. 72; Sessão de 21.12.1959, f. 109. AHFLUL, Fundo Orgânico-Funcional da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: UI A6.

⁶⁶ Anónimo 1961: 15.

⁶⁷ Verg. *Aen.* 6.337-383. Vejam-se dois desenhos de estudo pertencentes ao Espólio Almada Negreiros: cotas MB_AN_127 (<https://modernismo.pt/index.php/arquivo-almada-negreiros/details/33/1566>), e MB_AN_128 (<https://modernismo.pt/index.php/arquivo-almada-negreiros/details/33/1567>).

⁶⁸ Hom. *Od.* 5.282-460.



[Fig. 6] Estudo desenhado por Almada Negreiros para decoração da Faculdade de Letras de Lisboa, s.d. © Espólio Almada Negreiros, cota: MB_AN_128.



[Fig. 7] Desenhos incisos: *Eneida* – Palinuro, Almada Negreiros, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1961. Fotografia da autora.

Refram-se, por fim, os desenhos de Almada Negreiros para a Reitoria, mesmo que não retratem diretamente marcos da herança romana. Apesar de, também para este caso, não se ter detetado programa ou memória descritiva do artista, sabe-se que uma comissão constituída pelos professores Vitorino Nemésio (1901-1978), Paulo Cunha (1908-1986) e Eduardo Coelho (1896-1974) – representantes, respetivamente, das Faculdades de Letras, Direito e Medicina, foi responsável pela elaboração de um parecer acerca do projeto de decoração artística do edifício da Reitoria, apresentado pelo reitor Marcelo Caetano (1906-1980), em maio de 1960⁶⁹. A proposta de Almada Negreiros⁷⁰ foi aprovada pelo vogal da 1.ª subsecção da 6.ª secção da JNE, Armando de Lucena⁷¹. Considerando a declaração de Querubim Lapa (1925-2016), um dos artistas intervenientes no edifício, sobre o papel ativo do reitor na apreciação dos estudos prévios⁷², e analisando as posições de Marcelo Caetano acerca do que entendia ser a essência da universidade, podemos intuir que terá tido algum peso na definição das temáticas figuradas.

Para o pórtico de entrada que dá acesso à Aula Magna, Almada concebeu composições dominadas por duas figuras de grandes dimensões: Apolo, musculado e praticamente desnudo junto do galo solar, e Atena, envergando elmo, lança e escudo, em atitude contemplativa acompanhada da coruja [Fig. 8]. Cada um dos deuses está rodeado de grupos de estudantes e professores, vestidos de acordo com a época de execução das decorações. Atentando em discursos de Marcelo Caetano, parece-nos que estas composições refletem as concepções humanistas que atribuía à universidade. Idealizando a instituição universitária como uma corporação orgânica e uma coletividade de intercâmbio entre mestres e alunos, capaz de gerar um sentimento de identificação comum – reforçado pela reunião das faculdades num local circunscrito –, incumbia à Universidade de Lisboa o papel de “procurar, no tumulto confuso de emoções e aspirações que cada onda de juventude traz consigo, representar esse sereno e claro sorriso de Minerva que traduz a ordem do pensamento, o quadro de uma disciplina mental e o alicerce sólido das audácias criadoras”⁷³. Cabia à Universidade definir padrões morais, transmitir os marcos decisivos do “património cultural da Humanidade”⁷⁴ aos seus formandos e honrar o espírito clássico que definia a constante humana. Também Almada valorizava a cultura clássica, concretamente a herança grega, entendida como berço da

⁶⁹ Pascoal 2012: 162.

⁷⁰ Existem diversos desenhos preparatórios no referido Espólio Almada Negreiros.

⁷¹ Atas das Sessões da 1.ª Subsecção da 6.ª Secção, Livro 103, Ata da 288.ª sessão, 16.12.1960, f. 57. ANTT, Fundo Junta Nacional da Educação.

⁷² Pascoal 2012: 220.

⁷³ Caetano 1974: 12.

⁷⁴ Caetano 1974: 11.

Europa. Junto das duas figuras, teve oportunidade de fixar um aspeto das suas teorizações que partiam da interpretação de referências bebidas na Antiga Grécia e, sobretudo, em Pitágoras, concretamente o pentagrama que marca as relações do “antropomorfismo-número”, relacionando gerações de números com divindades da mitologia clássica⁷⁵. Assim, estas decorações cumprem um propósito integrador, realçando os valores que pautavam a Universidade de Lisboa e contribuindo para forjar um sentimento identitário e de consciência coletiva entre os seus membros.



[Fig. 8] Desenhos incisos: Atena e comunidade académica, Almada Negreiros, Reitoria da Universidade de Lisboa, 1961. Fotografia da autora.

⁷⁵ Negreiros 1948: 30; Freitas 1977: 36.

ALGUMAS REFLEXÕES

O confronto entre o painel de Coimbra e as ilustrações de Lisboa evidencia nítidas diferenças em termos formais. A pintura de Rebocho, numa profusa composição que sobrepõe várias personagens paradigmáticas e diversos momentos históricos, revela um figurativismo de sabor académico. Os desenhos de Almada testemunham os condicionalismos impostos pela técnica empregue, resultando numa narração sequenciada de cenas e figuras definidas por um traço expressivo e esquemático. As representações de temas romanos congregam, igualmente, assuntos distintos, pese embora a referência ao legado clássico através de Homero, Platão e da sapiência de Atena guerreira em ambas as Universidades. Não só as fontes selecionadas e os particularismos dos próprios artistas, mas também os propósitos atribuídos à decoração artística pelos responsáveis pelas definições estética e temática poderão contribuir para explicar essas diferenças.

A pintura final de Joaquim Rebocho demonstra um grau de erudição assinalável, citando fontes iconográficas como estátuas e monumentos marcantes. Quanto à herança romana, o papel vitorioso de Augusto surge destacado, como que aludindo à vasta influência territorial do seu domínio político, reforçado por infraestruturas significativas da paisagem de Roma associadas à dinastia do Flávios. A composição, no seu todo, encerra intuítos de consagração da civilização ocidental através da celebração das origens greco-latinas, servindo-se de figuras representativas do imaginário coletivo e marcando o triunfo da religião cristã, um aspeto caro ao Estado Novo. A representação do Império Romano, protótipo do modelo imperial expansionista sequente, poderá, embora sem termos fundamento documental, ser interpretada como legitimação do império colonial que o Estado Novo procurava salvaguardar no pós-guerra. Uma identificação com o sistema político inaugurado por Augusto estaria patente na lógica de inclusão de múltiplos povos nas então denominadas províncias ultramarinas, que o regime português alvitrava integrar através da missão civilizadora que assumia competir-lhe. Nesta ótica, fundamenta-se essa representação universal do poder romano, em vez de se integrarem marcas da presença romana no território português como Conímbriga, próxima da *alma mater* de Salazar, que poderiam exprimir um momento de subjugação – tenha-se em conta que, oficialmente, as origens da nação se situavam em período anterior à presença romana⁷⁶. Não deixa, também, de ser digno de nota que o legado de Augusto fora, precisamente, enaltecido e tomado como exemplo identitário por Mussolini.

⁷⁶ Gomes 2007: 204.

Para o professor Manuel Lopes de Almeida (1900-1980), as funções principais de uma Faculdade de Letras eram educativas e de preparação pedagógica⁷⁷. No caso do painel alegórico ao génio português, que comentou, a decoração deveria incorporar figuras exemplares para contemplação dos estudantes. Assim, mais do que um retrato dos conteúdos didáticos das aulas, estes painéis predispunham-se a inspirar moralmente os discentes através do elogio de marcos civilizacionais, contribuindo para uma reta conduta ideologicamente conformada. Como Nuno Rosmaninho ponderou, a omnipresença da antiguidade clássica na Cidade Universitária de Coimbra não é imparcial, servindo os desígnios oficiais⁷⁸. Como vimos, a Universidade assumiu, durante o Estado Novo, um papel de reprodução da ordem estabelecida. Segundo Galvão Teles, a Universidade era um dos poderes espirituais organizados, e deveria formar “homens integrais”⁷⁹ através da cultura e com base nos valores cristãos, ideias plasmadas na pintura mural assinada por Rebocho.

As composições para a Cidade Universitária de Lisboa salientam heranças romanas ao nível das áreas do Direito e da Literatura. A documentação identificada para a Faculdade de Direito permite discernir que, para as faculdades, se fixaram, sobretudo, referências do conhecimento transmitido nas matérias lecionadas. As cenas não estão propriamente integradas como exemplos individualizados que definiram a cultura para inspiração dos alunos, embora também possam assumir esse cunho. As representações de temas romanos congregam alicerces do Direito romano que foram definindo a evolução da disciplina e que continuam a exercer influência na atualidade, bem como evidenciam uma das magnas epopeias da civilização ocidental. Por outro lado, a ilustração de figuras mitológicas na Reitoria justifica-se pelo desejo de promover união e pertença à corporação universitária. Não apenas os edifícios reunidos, mas também a decoração deveria concorrer para cimentar a identidade da Universidade da capital, forjando sentimentos de pertença a um coletivo. O legado romano surge não tanto como exemplo de conduta moral, mas sobretudo como reforço da evolução do conhecimento e da convivência em sociedade no mundo ocidental.

Em Coimbra, o painel teria um acesso restrito particularmente a alunos e professores que frequentavam a Faculdade de Letras, por se localizar no interior do edifício. Em Lisboa, por altura da conclusão dos desenhos incisos, a sua observação também seria, provavelmente, limitada ao público que habitualmente se movia na Cidade Universitária, apesar de serem visíveis a partir do exterior, sendo o cartão de visita na entrada de cada edifício. As representações de temas romanos, exigindo conhecimentos históricos e literários para correta

⁷⁷ Rosmaninho 2020: 466.

⁷⁸ Rosmaninho 2006: 285.

⁷⁹ Teles 1951b: 11.

decifração, seriam perceptíveis para os grupos a que se destinavam as decorações, o que poderá explicar uma menor presença desse legado noutras obras públicas patrocinadas pelo regime. Ademais, não se olvide que Salazar desde cedo evidenciara não se pretender identificar com Mussolini, que se alicerçara na *romanità* e, entretanto, saíra de cena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coimbra foi informalmente declarada como Universidade oficial do regime pela ligação ao percurso de Salazar, enquanto que em Lisboa se pugnara continuamente pela autonomia da instituição universitária face ao poder político, o que teve reflexos nos processos de construção das cidades universitárias. A decoração artística, particularmente nos casos de que nos ocupámos, evidencia também uma disparidade estética e de intenções, embora essa dualidade não seja extensível ao conjunto de todos os edifícios que compõem os dois *campi*, dado que ambos encerram contribuições de artistas com diversos graus de afinidade ao regime, com maior ou menor anuência ao gosto oficial, o que se reflete na interpretação das temáticas iconográficas superiormente estabelecidas.

As decorações analisadas, fruto de encomenda controlada e sustentada em programas iconográficos eruditos buscando fontes literárias e referentes imagéticos diversos, ilustram o diálogo travado entre poder político e artistas plásticos. Apelavam a uma fatia delimitada da sociedade portuguesa, a quem caberia dirigir o país, contribuindo para consolidar uma identificação com a instituição universitária e, num plano mais geral, com o regime. Num período em que importava manter o sistema instituído, a decoração constituía um reforço da mensagem oficial pela sua capacidade comunicativa. Assim, paralelamente aos propósitos gerais de glorificação do saber através de alegorias e de ilustração da evolução das disciplinas, em Coimbra denota-se um pendor para temas de enaltecimento pátrio e do imaginário coimbrão, e em Lisboa salienta-se a referência às raízes medievais da Universidade e à valorização do carácter corporativo da instituição.

Importa reforçar que se destacaram cenas e figuras relacionadas com a cultura romana, analisadas de modo relativamente isolado, que, no entanto, se integram em composições mais vastas que lhes conferem significado. As composições focadas apresentam Roma Antiga como pilar da civilização ocidental e como um centro difusor de valores e de conhecimento, concretamente ao nível da jurisprudência e do cristianismo. Ao contrário do que sucedia na ilustração de temas mitificados da história de Portugal, fundamentais para a legitimação do regime estado-novista, a representação da cultura romana não parece obedecer a um cânone de intenções superiores ou a uma agenda política concreta. Não há uma fórmula única, tanto no que respeita a referências como ao nível estético. A ilustração do poder imperial coexiste com a alusão à perenidade de

ideias que definiram a posteridade, atestando a longevidade da influência da cultura romana.

AGRADECIMENTOS

Bolsa de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/139172/2018), comparticipada pelo Fundo Social Europeu e por fundos do MCTES.

A autora agradece a permissão de publicação de imagens aos herdeiros de Almada Negreiros, à Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian e à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bem como a colaboração e partilhas do Professor Doutor Gonçalo Sampaio e Mello e do Professor Doutor Nuno Rosmaninho.

BIBLIOGRAFIA

- Acciaiuoli, M. (1998), *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Acciaiuoli, M. (2008), “O Duplo Jogo da Arte e do Poder” in M. Acciaiuoli, J. C. Leal e M. H. Maia (eds.), *Arte e Poder*. Lisboa: Instituto de História da Arte – Estudos de Arte Contemporânea, 13-24.
- Almeida, P. T. de e A. C. Pinto (2002), “Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power”, *South European Society and Politics* 7.2: 5-40.
- Anónimo (1961), “Almada – do Genesis a Fernando Pessoa”, *Diário de Lisboa* 13872 (27.07.1961): 15.
- Caetano, M. (1974), “Mensagem à Universidade de Lisboa, dirigida à Assembleia Geral realizada em 6 de Fevereiro de 1959 para honrar a memória do falecido Reitor Victor Hugo Duarte de Lemos”, in *Pela Universidade de Lisboa! Estudos e Orações*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1-15.
- Carvalho, R. de (2008, 4ª ed.), *História do Ensino em Portugal, Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cavero, A. M. (2016), “Riding Across Time and Space: A Case Study of the Political Uses of Medieval Images in Portugal During the Estado Novo”, *Visual Resources* 32.1-2: 124-144.
- Cícero (2008), *Tratado da República*. Tradução, introdução e notas de F. de Oliveira. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Correia, J. S. (1936), *A Cidade Universitária*. Lisboa: S. Industriais C.M.L.
- Duarte, M. D. (2003), *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Ícone do Poder. Ensaio Iconológico da Imagética do Estado Novo*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Elias, M. (2014), “Os Hotéis de Santa Luzia e de Seteais e a Atividade da Comissão para Aquisição de Mobiliário (1953-1955)”, in J. P. Martins (coord.), *Móveis Modernos. Mobiliário para Edifícios Públicos em Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 36-42.
- Freitas, L. de. (1977), *Almada e o Número*. Lisboa: Arcádia.
- Golan, R. (2002), “From Monument to Muralnomad: the Mural in Modern European Architecture”, in K. Koehler (ed.), *The Built Surface, vol. 2*:

Architecture and the Pictorial Arts from Romanticism to the Twenty-First Century. Burlington: Ashgate, 186–208.

- Gomes, S. (2007), “As Identidades Nacionais nos Regimes Ditatoriais: O Caso da Romanità na Itália Fascista e o Reaportuguesamento Salazarista”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património* 5-6: 189-224.
- Kalis, A. (2014), *The Third Rome, 1922-1943: the Making of the Fascist Capital*. London: Palgrave Macmillan.
- Langhans, F. P. A. (1957), *Estudos de Direito*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Mega, R. (2011), *Vida e Obra do Escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975)*, vol. I. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.
- Mendes, J. A. (1998), “Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa”, in L. R. Torgal, J. A. Mendes e F. Catroga (eds.), *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 17-83.
- Monteiro, J. P. (2012), *Para o Projeto Global – Nove Décadas de Obra. Arte, Design e Técnica na Arquitetura do Atelier Pardal Monteiro*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Mourão, C. (2009), *Eros e Psique. Um Vitral Gnóstico de Almada Negreiros*. Lisboa: Assembleia da República.
- Negreiros, J. A. (1948), *Mito-Alegoria-Símbolo. Monólogo Autodidacta na Oficina de Pintura*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Negreiros, J. A. (2006), “Duas Palavras de um Colaborador na Homenagem ao Arquitecto Professor Pardal Monteiro”, in F. C. Martins (ed.), *Manifestos e Conferências*. Lisboa: Assírio e Alvim, 265-269.
- Nelis, J. (2014), “Back to the Future. Italian Fascist Representations of the Roman Past”, *Fascism* 3.1: 1-19.
- Neto, M. J. (2001), *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP Publicações.
- Nóvoa, A. (1992), “A Educação Nacional (1930-1974)”, in F. Rosas (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. XII: *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 455-519.
- Nunes, A. M. (2003), *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo. Templos de Justiça e Arte Judiciária*. Coimbra: Minerva.
- Ó, J. R. do (1999), *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Ó, J. R. do (2011), “No Autoritarismo Português”, in: S. C. Matos e J. R. do Ó (coord.), *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX*, vol. 1. Lisboa: Tinta-da-China, 137-179.
- Pacheco, A. F. C. (1934), *Relatório sobre as Mais Precárias Instalações da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.
- Pascoal, A. M. (2012), *A Cidade do Saber. O Património Artístico Integrado nos Edifícios de Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Tinta-da-China.
- Pegorin, E. (2018), *Arquitectura e Regime em Itália e Portugal. Obras Públicas no Fascismo e no Estado Novo (1928-1948)*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Prista, L. (2003), “O Melhor do Mundo Não São as Crianças”, in I. Castro e I. Duarte (eds.), *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 217-238.
- Raimundo, F., N. E. Ferreira e R. A. de Carvalho (2009), “Political Decision-making in the Portuguese New State (1933–39): The Dictator, the Council of Ministers and the Inner-circle”, *Portuguese Journal of Social Science* 8.1: 85-101.
- Rosas, F. (1994), “Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Séria do Regime (1940-1949)”, in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 301-415.
- Rosas, F. e C. Sizifredo (2013), *Estado Novo e Universidade: A Perseguição aos Professores*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosmaninho, N. (2006), *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rosmaninho, N. (2020), *Cidade Universitária de Coimbra: Documentos da Comissão de Obras*. s.l.: edição do autor.
- Salazar, A. O. (1950), “Palavras de Salazar”, in A. Ferro, *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa: Edições SNI, 9-13.
- Santos, M. P. dos (2017), “Uma Maneira de Ser Moderno”, in M. P. dos Santos (ed.), *José de Almada Negreiros: Uma Maneira de Ser Moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 9-21.
- Santos, M. P. dos (2020), “State-commission in Modern Times. Realism and Modernism in the Mural Paintings of the Artist Almada Negreiros (1893-1970)”, in M. Baßler, B. Hjartarson, U. Frohne, D. Ayers e S. Bru (eds.), *Realisms of the Avant-Garde*. Berlin: De Gruyter, 439-456.

- Serra, A. T. y (1954), *Compêndio de História da Filosofia do Direito*. Lisboa: Tip. Empresa Nacional de Publicidade.
- Silva, R. H. (1993), “Almada e Pardal Monteiro”, in Teixeira (coord.), *Almada. A Cena do Corpo*. Lisboa: Centro Cultural de Belém.
- Subtil, J. [s.d.], “História das Instituições II”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses*. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_hist_instituicoes_ii9.htm (acesso a 7 de março de 2021).
- Teixeira, J. M. (coord.) (1993), *Almada. A Cena do Corpo*. Lisboa: Centro Cultural de Belém.
- Teles, I. G. (1951a), *O Direito Natural e as Obrigações Cíveis*. Braga: Scientia & Ars.
- Teles, I. G. (1951a), *Fins da Universidade*. Lisboa: s.n.
- Torgal, L. R. (1999), *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra, 1926-1961*. Coimbra: Minerva.
- Vasconcelos, A. (2017), “A Pintura como um Teatro – Almada e a Encomenda Artística”, in M. P. dos Santos (ed.), *José de Almada Negreiros: Uma Maneira de Ser Moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 49-55.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE REMISSIVO

- Academia 14, 79, 139, 140, 174, 175, 217, 315-319, 335, 394
- Academia das Ciências 172-174, 335
- Academia Real de Belas-Artes 15, 327, 335, 367, 379, 380, 387, 393, 394
- Academismo 13, 269, 270, 385
- Adams, John 18-32
- Addison, Joseph 13, 237-254, 260, 263
- Antiguidade 11-13, 37, 43, 47, 57, 58, 60, 73, 78, 82, 109, 117, 130, 146, 148, 149, 153, 186, 190, 200, 207, 209, 214, 215, 237, 247, 253, 270-276, 282, 283, 295, 302, 319, 320, 325, 338, 375, 377, 379, 384, 388, 389, 391, 401, 405, 406, 408, 421
- Arco da Rua Augusta 12, 159, 172, 173
- Argélia 71-77, 81-87, 90-94, 96, 98, 103
- Aristóteles 46, 47, 186, 237, 238, 283, 405
- Arqueologia Clássica 88, 112
- Arquitectura 269-286, 291-308, 320
- Asarotos oecus* 227
- Bíblia 46, 56, 59
- Bitínia 216, 229, 230
- Braga, Teófilo 12, 129, 130, 133, 134, 142, 143, 149-155, 159, 168, 175-180, 187, 274, 275
- Bruto, Marco 260-263, 266, 267
- Caracterologia 269, 271, 276, 279
- Castilho, A. Feliciano de 213, 233, 335, 336, 383
- Catacumbas 11, 37, 43-45, 49-56
- Catão de Útica / Cato 13, 58, 191, 196, 200, 201, 237-254, 259-267, 387, 388
- Catedral 86, 321, 322
- Catolicismo romano 39, 41, 55, 57
- Catulo 12, 185, 206, 207
- Cesarismo 15, 149, 150, 154, 196
- Checks and balances 17, 28, 30, 31
- Cícero 12, 57, 58, 152, 153, 162, 185, 186, 188, 191, 194, 201-207, 219, 224, 238, 239, 242, 248, 253, 265, 412, 413
- Civilização 9, 11, 37, 43, 48, 49, 57, 59, 70, 88, 105, 109, 118, 134, 136, 142-148, 188, 189, 218, 316, 420-422
- Classicismo 13, 269-286, 291-295, 306, 308, 315, 320
- Clássico 13, 14, 49, 66, 70, 130, 132, 160, 161, 241, 242, 269, 271, 272, 277, 278, 281-286, 291-296, 298, 300, 302, 304, 306, 308, 309, 315, 316, 321-325, 380, 381, 384, 391, 418, 420
- Clitumno, rio 226
- Coimbra 15, 214, 225, 269, 281-286, 329, 335, 399-408, 420-423
- Colónia 75, 95, 105, 108, 146
- Colonização 75, 77, 80, 96, 99, 101, 103, 111, 148
- Cristianismo 9, 11, 37-60, 86, 87, 187, 229, 231, 319, 377, 408, 409, 413, 422
- Decadência 66, 93, 133, 149-151, 155, 219, 221, 226, 273, 324
- Decoração 15, 399, 402, 405, 409-411, 416-422
- Despotismo 132, 150-152, 155, 196, 272, 322

- Diana 227, 330-336, 371, 383, 392
- Direito 9, 58, 67, 75, 88, 145, 150, 187, 189, 203, 244, 250, 252, 325, 368, 402, 404-406, 409-416, 421
- Éfeso 216, 227, 228, 410
- Espanha 10, 66, 74, 138-140, 164-166, 191, 247, 277, 405
- Espírito Clássico 13, 14, 272, 291, 292, 295, 296, 308, 418
- Estado Novo 13, 15, 269, 270, 274, 278-280, 286, 399-403, 421, 422
- Falange 345, 348, 352-359
- Farsália 239, 240, 263, 264
- Ferox 15, 367, 378, 392
- França 66, 72-78, 87, 89, 96, 150, 172, 190, 242, 243, 273, 401
- Galiza 167
- Garrett, J. B. de Almeida 13, 187, 222, 223, 251-253, 259-267, 270-275, 320-323, 338
- Golfinho 223, 226
- Gótico 272, 318-324
- Gracos 196, 260, 262
- Grécia 10, 47, 238, 248, 259, 271, 279, 316, 325, 350, 352, 419
- Grego 160, 192, 205, 227, 238, 277, 319, 321, 379, 391, 412
- Hamilton, Alexander 24, 28, 30
- Herculano, Alexandre 12, 129-132, 136-155, 159, 162, 168-175, 187, 189, 222, 223, 316, 319, 322, 323, 335-338
- Hipona 86, 223, 226
- Hispânia 139-147, 152, 161, 163, 170, 176-178
- História 9-12, 15, 17, 39, 42-45, 56, 66, 71, 72, 79-82, 86, 92-99, 107, 110, 114-118, 129-135, 138, 140, 143, 146-155, 160, 167, 168, 173-175, 185-209, 214, 218, 220, 222-227, 233, 239, 240, 248, 259, 263, 270, 283, 293-297, 317, 319, 323, 324, 328, 329, 335, 373, 378-380, 384, 385, 387, 393, 394, 399, 401, 405, 410, 422
- Historicismo 282
- Historiografia 11, 12, 15, 39, 87, 116, 129, 131, 146, 147, 153, 159, 161, 162, 171, 177, 207, 273, 368, 373-375, 378, 386, 399, 401
- Hobbes, Thomas 244
- Horácio 12, 98, 117, 185, 206, 238, 240, 259, 260, 282, 406
- Iconografia 283, 384
- Identidade Nacional 168, 170, 172, 269
- Ideologia 14, 65, 67-70, 75, 86, 90, 96, 97, 105, 110, 146, 245, 250-253, 277, 388, 402, 408
- Imperialismo 65, 165
- Inglaterra 73, 74, 96, 190, 191, 225, 238, 242-244, 321
- Itália 10, 66, 73, 75, 95, 96, 98, 100, 101, 103, 107, 112, 114, 135, 141, 163, 204, 271, 273, 284, 325, 350-357, 391, 401, 405
- Italianismo 13, 269-271
- Jefferson, Thomas 23
- Jesuitismo 13, 56, 269, 270, 273, 286
- João V, rei de Portugal 302, 307, 316
- João VI, rei de Portugal 251, 252, 318
- Juba 200, 248, 261, 262, 266, 267
- Júlio César, Gaio 9, 12, 144, 148, 185, 193-199, 201, 202, 238-240, 327, 388
- Latim 60, 152, 169, 170, 191, 195, 198, 201, 204, 206, 214, 215, 283
- Latinidade 11, 65, 67, 69, 70, 75, 79, 86-90, 93, 99, 117
- Liberalismo 14, 15, 274, 315, 320, 322
- Líbia 73, 95-105, 109-111, 114-116, 416
- Lisboa 13-15, 55, 56, 134, 173, 190, 214, 224, 251, 272, 275, 278, 280, 281, 286, 291-309, 317, 318, 323, 326-330, 333, 335, 367, 379-381, 387, 392, 393, 399-405, 408, 409, 418-422
- Literatura 10, 15, 41, 44, 52, 59, 60, 89, 90, 92, 130, 133, 139, 146, 149, 150, 161, 166, 185-188, 214, 233, 237, 238, 244, 245, 246, 253, 324, 376, 399, 415, 416, 421
- Lívio, Tito 12, 15, 153, 160, 185, 188, 195, 245, 263, 367-375, 378, 379, 381, 383-386, 393
- Locke, John 244, 250, 252
- Lucrécia 368, 372, 374, 375, 394
- Lusitânia 134, 137-147, 153, 160-165, 170-177, 296, 327
- Lusitanos 12, 136-138, 140-144, 154, 159-179, 330

- Madison, James 18, 23-32
 Maia, Manuel da 291, 292, 303, 304, 306
 Mânlio 261-267
 Marrocos 68, 71, 74-78, 89
 Martins, Joaquim Pedro de Oliveira 12, 129, 133-135, 142, 143, 148, 149, 153, 154, 168-172, 185, 186, 188-209
 Medea / Medeia 349-351
 Medievalismo 14, 315-325, 338
 Memória 10-15, 131, 164, 213-226, 233, 237-241, 245-248, 250, 253, 254, 277, 282-285, 292, 305, 308, 318, 319, 368, 371, 372, 376, 406, 412, 418
 Memorialismo 213, 222
 Mérida / Merida 347-359
 Mixed government 17-20, 23, 25, 26, 30
 Modernity 14, 345, 346, 358
 Moderno 12, 14, 129-131, 138, 142, 143, 148, 153, 161, 170, 177, 189-191, 221, 243, 253, 277, 280-286, 291-294, 297, 308, 400
 Monteiro, José Porfírio Pardal 280, 295, 296, 404, 409, 414
 Monumento 14, 15, 78-82, 84, 94, 110-114, 143, 148, 173, 174, 225, 309, 315-318, 323-338, 404, 420
 More, Thomas 242
 Mosteiro 132, 225, 271, 318, 319, 323, 324, 329, 330, 333, 335, 338
 National heritage 346-350, 358
 Naturalismo 187, 272
 Negreiros, José de Almada 15, 399-402, 405, 409, 410-419, 423
 Obras públicas 15, 72, 307, 328, 329, 333, 398-403, 407, 412, 422
 Ordem 14, 68, 80, 93, 98, 115, 141, 146, 149, 151, 196, 229, 266, 270, 273, 276, 283, 286, 292, 294, 295, 297, 305, 308, 319, 320, 326, 331, 334, 384, 393, 418, 421
 Ovídio 15, 238, 240, 367, 372, 379, 381-385, 393
 Paganismo 11, 37, 38, 43-60, 152, 172, 408
 Pinheiro, Columbano Bordalo 15, 367, 379-382, 394
 Pintura Histórica 15, 367, 379, 380, 387, 390, 393
 Plano de Renovação da Cidade de Lisboa 13, 14, 291-293, 305, 308, 309
 Platão 46, 47, 58, 265, 266, 282, 405, 408, 410, 420
 Plutarco 12, 13, 43, 185, 188, 193, 194, 196, 197, 200, 203, 239, 252, 253, 259-267, 387
 Política 9, 11, 12, 14, 15, 17-32, 55, 66, 73-75, 77, 79, 87, 91, 95, 96, 99, 102, 103, 105, 107, 109, 114-117, 129-140, 142, 148-155, 165, 168, 186, 196, 198, 205, 208, 209, 213, 219, 223, 237-239, 242-247, 250-253, 259, 263, 274, 275, 278, 284, 320-322, 326, 329, 345-359, 369, 373, 378, 379, 399-404, 422
 Políbio / Polybius 19-22, 25, 26, 28, 31, 32
 Pombal, Marquês de 173, 275, 281, 303, 306, 316
 Pombalino 13, 173, 269, 270, 274-281, 292, 297, 302, 305-308
 Pompeu / Pompeio 139, 144, 195, 202-205, 238-240, 260, 263-265, 388
 Propércio 12, 185, 206, 207
 Protestantismo 11, 37-44, 50, 55, 56, 59, 60
 Queirós, Eça de 187, 207-209
 Reforma 11, 37-43, 48, 54-60, 139, 144-146, 245, 263, 339, 414
 Renascimento 13, 161, 176, 241, 242, 269-273, 279, 293, 317, 323, 374
 República 11-13, 17-20, 24-32, 40, 55, 58, 91, 133-142, 145, 149, 150, 153-155, 175, 179, 185, 188-193, 196, 200, 201, 205, 207, 209, 218, 237, 239-245, 251-253, 260, 261, 294, 320, 348-354, 358, 368, 384, 388, 391, 414
 Restauro 86, 104, 110, 111, 324, 328, 330, 332-338, 402, 408
 Revivalismo 37, 38, 43, 269, 278, 321
 Roma 9-16, 17-21, 25, 27-32, 37, 38, 42-49-56, 58-61, 65-70, 87, 90, 92, 97, 102, 107, 113, 114, 118, 130, 133-140, 144, 147, 148, 150, 152-154, 166, 189, 190, 195, 209, 213, 221, 227, 231, 233, 237, 239, 240, 245, 247-249, 253, 259, 260, 264, 265,

- 271, 272, 277, 279, 283, 284, 307,
308, 316, 317, 368-374, 379, 385,
387, 391-393, 402, 408, 413, 414,
422
- Roman Antiquity 14, 345, 348, 358, 359
- Romanismo 37, 45, 52
- Romanidade / Romanità 9, 11, 12, 65,
69, 70, 91, 93, 97-105, 109, 110, 113,
118, 348, 352-356, 359, 372, 387,
401, 422
- Romanização 11, 12, 68, 69, 86, 129-155
- Salgado, Veloso 15, 286, 367, 379, 387-
394
- Santos, Eugénio dos 173, 275, 280, 295,
303-307
- Saraus 214, 217, 218, 333
- Sarmiento, Martins 172, 177
- Silva, Cristino da 282, 404, 406, 409
- Spanish civil war 348-356, 359
- Spanish Republic 348, 352
- Suetónio 12, 152, 153, 185, 188, 194,
197-200, 207, 232
- Tácito 12, 185, 188, 196, 220, 223, 230,
232
- Templo 56, 90, 136, 227, 274, 284, 318,
321, 325- 327, 330-338, 371, 383—
385, 392
- Terramoto 1755 14, 291, 295-297, 303,
316-318
- Theatrical revival 14, 345-351, 358
- Tomás, Manuel Fernandes 251
- Tories 243, 247
- Tradição 9, 14, 38, 42, 56, 90, 142, 161,
165, 168, 242, 244, 270, 273, 274,
283, 292-295, 302, 308, 368, 375,
378, 394
- Tragédia 13, 164, 165, 237, 238, 243,
245-252, 259-264, 267, 385
- Túlia Menor 15, 367-375, 378, 385-387,
391-394
- Túlio, Sérvio 369-371, 373, 379, 384-
386, 391-394, 413
- Tunísia 75-77, 83-85, 89, 90, 95, 96, 108,
114, 263
- Universidade 15, 139, 141, 285, 335,
399, 402-405, 408, 413, 415, 417-
423
- Valério Máximo 12, 185, 188, 192-195,
207
- Vasconcelos, Leite de 134-147, 152, 153,
168, 170-172
- Virgílio / Vergílio 12, 103, 185, 206, 207,
217, 238, 240, 259, 282, 406, 416
- Viriato 12, 130, 137, 138, 142, 159-168,
172-180
- Vitrúvio 305, 306
- Whigs 243, 247, 250
- Wilson, James 21, 24, 29

BIO-BIBLIOGRAFIAS

AMÍLCAR GUERRA: Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Os seus interesses centram-se na História da Lusitânia romana e pré-romana, dando especial atenção às questões da geografia, das línguas e das culturas, com particular foco nas manifestações epigráficas. Mais recentemente tem-se ocupado de temáticas que se prendem com a epigrafia da cidade de *Ammaia*, tendo publicado *Os contrastes sociais e culturais numa cidade romana provincial: um olhar sobre as inscrições de Ammaia* (2018).

ANA MEHNERT PASCOAL: Investigadora Integrada do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (DINÂMIA'CET), Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Doutorada em História da Arte (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2023). Os seus interesses de investigação englobam as relações entre poder, arquitetura e artes plásticas no período entre guerras no século XX, com enfoque no regime do Estado Novo, e questões relacionadas com o património decorrente de ditaduras.

ÁLIA RODRIGUES: Doutorada pela Universidade de Coimbra em Estudos Clássicos e, mais recentemente, investigadora pós-doutoranda no Projecto BioRom, sediado no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Nos últimos anos tem trabalhado sobretudo na área de história intelectual das ideias políticas, focando-se nas tradições políticas grega e romana.

ADELAIDE MEIRA SERRAS: Professora Associada com Agregação do Departamento de Estudos Anglísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Diretora do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa – CEAUL e do Curso de Doutoramento em Estudos de Cultura. É coordenadora do projeto “A Rua e a Cidade” e co-coordena o projeto de Ficção Científica e Fantasia, “Mensageiros das Estrelas”. Enquanto investigadora, a sua área de interesse é a cultura inglesa, dos séculos XVI ao XVIII, Iluminismo, utopia e estudos de cidade, bem como estudos de memória. Editou *Empire Building and Modernity* (2011) e traduziu *Catão, Uma Tragédia de Joseph Addison* (2007). Colaborou em *The Cambridge Guide to the Worlds of Shakespeare. Vol. 1, Shakespeare's world, 1500-1660*, com o artigo “Gender relations and the position of women” (2016) e no volume *Irmãs Brontë: 200 anos. Universos ficcionais e biográficos*, com o artigo “Villette – O Colégio de Raparigas como Utopia Feminina?” (2020).

ANDRÉ TEIXEIRA: Mestre em História e Bolseiro de Doutoramento em História Moderna no Centro de História da Universidade de Lisboa. A sua área de

investigação é a da Cultura Política Moderna e a Recepção da Cultura Política da Antiguidade na Época Moderna, tema da sua Dissertação de Mestrado (2019). Sobre a receção dos clássicos em Portugal, escreveu um artigo intitulado *Frei João dos Prazeres e o uso dos clássicos no Abecedário Real de 1692* (2019).

CLÉLIA MARTÍNEZ MAZA: Professora Catedrática de História Antiga na Universidade de Málaga. Os seus interesses de investigação focam-se nas Religiões da Antiguidade Tardia, Cristianização do Império Romano, Vida Religiosa das Mulheres na Antiguidade e História Antiga e Historiografia da Revolução Americana. Dos seus trabalhos, destacam-se: *El espejo griego. Atenas, Esparta y las ligas griegas en la América del período constituyente (1786-1789)* (2013); “Jefferson y la esclavitud del mundo clásico”, *Historiografía de la esclavitud*: 107-118 (2019); “Lucas y sombras del Principado de Augusto”, *Revista de Historiografía* 27: 85-107 (2017).

JOSÉ RIBEIRO FERREIRA: Professor Catedrático Jubilado da Universidade Coimbra, tem feito investigação e publicado trabalhos no âmbito da Cultura Clássica, da História Antiga, da Arte Grega, dos mitos greco-romanos e da receção da cultura clássica nas culturas posteriores. Entre outras cadeiras, lecionou História da Cultura Clássica, História da Antiguidade Clássica, Literatura Grega, Arte Grega, Mitologia Greco-Romana. Exerceu vários cargos académicos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tem mais de centena e meia de trabalhos – entre livros, artigos ou capítulos em obras conjuntas, em revistas e enciclopédias – publicados em Portugal e no estrangeiro.

NUNO ROSMANINHO: Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro. De entre as suas publicações, destacam-se *A Deriva Nacional da Arte. Portugal, séculos XIX-XXI* e *Portugal na Arte. Dicionário de uma inquietação identitária*, volume I, letras A-E (2022).

NUNO SIMÕES RODRIGUES: Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutor em Letras, na especialidade de História da Antiguidade Clássica, tem-se dedicado sobretudo ao estudo da História Cultural da Grécia Antiga e da História Social e Política da Roma Antiga (finais da República e alvares do Principado) e aos Estudos de Recepção (Antiguidade no Cinema). Publicou “Lucretia, Tullia and Tanaquil: Shaping the Identity of Rome’s Women in the Augustan Period” (2022), *Our Beloved Polites. Studies presented to P. J. Rhodes*, em coautoria (2022), *Augustan Papers. New Approaches to the Age of Augustus on the Bimillennium of his Death*, em coautoria (2020).

PAULA ANDRÉ: Doutorada em Arquitectura e docente do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, onde é Diretora do Doutoramento em Arquitectura

dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, Coordenadora do Núcleo de Investigação Arquitetura e Cultura Visual e Investigadora Integrada do DINÂMIA'CET-Iscte. Coordenadora do Laboratório Colaborativo Dinâmicas Urbanas, Património, Artes – Seminário de Investigação, Ensino e Difusão, em parceria com universidades portuguesas e estrangeiras.

PAULO SIMÕES RODRIGUES: Professor Associado do Departamento de História da Universidade de Évora, Investigador Integrado do CHAIA – Centro de História da Arte e Investigação Artística da mesma universidade e membro do Conselho Editorial da revista MIDAS – *Museus e Estudos Interdisciplinares*. A sua área de estudo é a História da Arte dos Séculos XIX e XX, com enfoque na Teoria da Arte e do Património. Recentemente, publicou: “O detalhe como dispositivo temporal do restauro arquitetónico em Portugal no século XIX: o caso do comboio no convento da Madre de Deus em Lisboa” (2022).

RITA MENDONÇA LEITE: Investigadora Integrada do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR) e Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Teologia da mesma Universidade. Tem desenvolvido a sua investigação no âmbito da história da diferenciação religiosa em Portugal nos séculos XIX e XX e publicado sobre a História do Cristianismo no período contemporâneo, contando-se, entre as suas mais recentes publicações: *Livro, Texto e Autoridade. Diversificação religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal 1804-1940* (2019).

RICARDO NOBRE: Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa, onde ensina Latim no Instituto Superior de Direito Canónico. Bolseiro de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desenvolve, no Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um projeto sobre artes poéticas na literatura portuguesa.

VASILEIOS BALASKAS: Professor Substituto Interino de Filologia Latina da Universidade de Málaga. A sua investigação atual centra-se na reutilização moderna dos antigos teatros na Grécia, em Espanha e em Itália, privilegiando a informação de arquivo. Os seus interesses científicos incluem ainda a receção clássica nos séculos XIX e XX, com especial incidência no teatro antigo, identidades e memória colectiva.

VASCO MANTAS: Professor Aposentado do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e membro da Academia Portuguesa da História, da Academia de Marinha, do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão e do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Os seus interesses científicos focam-se particularmente na história

romana do período imperial, nas vias de comunicação no mundo romano, nas relações entre arqueologia e ideologia, e em assuntos de história naval. Sobre estes temas tem publicado numerosos trabalhos, como a monografia *As Vias Romanas da Lusitânia* (2012), *Arqueologia e Ideologia. Reflexões sobre um tema incómodo* (2016), *Meditação em torno da ruína das ruínas* (2017), *Navegação, centros urbanos e espaços portuários na Lusitânia* (2018), *Vida e morte do Império do Ocidente* (2020), *Eruditos, falsificações e miliários* (2021).

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA: Professora Associada Aposentada da ELACH (Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas) da Universidade do Minho. Tem trabalhos de investigação na área dos Estudos Clássicos e sua perenidade, com particular incidência na Literatura Latina (Cícero, Virgílio e Plínio-o-Moço), e em Estudos Renascentistas (André de Resende, Amato Lusitano e Rodrigo de Castro). Algumas publicações: *Plínio-o-Moço* (2000); “Leituras da Antiguidade: Os dois Plínios de Júlio de Castilho” (2001); “Deontologia médica e condição jurídico-moral da mulher em Rodrigo de Castro” (2021).

Este conjunto de ensaios e de estudos pretende oferecer ao leitor uma perspectiva sistematizada da presença e influência da cultura romana, sobretudo ao nível das problemáticas da identidade, na contemporaneidade, entendendo-se aqui por “contemporânea” a realidade histórica que se segue à Revolução Francesa, no final do século XVIII. Deste modo, reúnem-se estudos que abrangem realidades políticas e institucionais, mas também historiográficas e artísticas, da Literatura, às Artes Plásticas e ao Património. Os textos reunidos centram-se sobretudo na realidade portuguesa, mas incluem-se também reflexões mais abrangentes que têm como horizonte a Europa e os EUA.

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



CENTRO DE ESTUDOS
CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Criado em 1967

Unidade de I&D
financiada por



Fundação
para a Ciência e a Tecnologia
Projeto UIDB/00196/2020

1 2



9 0



IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS